

**Fronteira e guerra civil de Espanha
Dominação, resistência e usos da memória em Barrancos**

Maria Dulce Dias Antunes Simões

Tese de Doutoramento em Antropologia
especialidade em Poder, Resistência e Movimentos Sociais

Maio - 2011

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

“O mundo em que eu vivia estalara. Ou estalara a fachada dele. O tumulto da Espanha abriu fundas ravinas nas nossas vidas, a princípio apenas como um terremoto as abre longe do seu epicentro. Mas, agora, mesmo que a política não se definisse, não era já um terremoto distante, mas uma guerra civil que fendera de alto a baixo aquele mundo tão falsamente calmo como a tarde que me rodeava. Estaríamos todos de um lado ou do outro, e mesmo os nossos problemas particulares, as nossas amarguras, as nossas traições, tudo deixava de ter sentido, o estrito sentido que teria antes, para só significar em função disso.” (Jorge de Sena, em *Sinais de Fogo*, pp.431-432)

Agradecimentos

O meu interesse pelas memórias da guerra civil de Espanha na raia portuguesa surgiu em 1986, provocado pelo entusiasmo do Professor Doutor César Oliveira, num contexto profissional. Durante largos anos o tema permaneceu latente, até tomar a forma de projecto de investigação e vir a concretizar-se neste estudo. Ao longo deste percurso recebi o incentivo e a colaboração de muitas pessoas, a quem estou profundamente grata. Começo por referir a Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira, pela forma entusiástica como acolheu o tema na cadeira optativa de História Oral, durante a minha licenciatura em Antropologia no ISCTE/IUL em 2002. No mestrado de Antropologia dos Movimentos Sociais, da Universidade Nova de Lisboa, encontrei a formação e a orientação teórico-metodológica de um grupo de professores que foram fundamentais para a consolidação e construção deste projecto. Destes professores destaco as qualidades humanas e intelectuais do Professor Doutor Jorge Crespo, a quem agradeço a inspiração e a orientação metodológica do meu primeiro trabalho. Para orientadora e cúmplice desta dissertação elegi a Professora Doutora Paula Godinho, pelas afinidades temáticas com as suas linhas de investigação, e pelo incentivo, motivação e rigor que transmite aos seus alunos. A qualidade do seu trabalho justifica ser um dos autores mais citados desta tese, e a sua sensibilidade merecem a minha admiração e gratidão, pela confiança e amizade manifestada em momentos de incerteza e de hesitação. Ao meu co-orientador à distância, Professor Doutor José María Valcuende del Río, agradeço o acolhimento na Universidad Pablo de Olavide em Sevilla, o debate de ideias e a estima revelada ao longo deste percurso. Ao Professor Doutor Francisco Espinosa (coordenador do projecto Todos Los Nombres) agradeço a colaboração e troca de conhecimentos iniciada em 2003, que possibilitaram o acesso a uma inesgotável bibliografia, a uma extensa rede de contactos, ao acompanhamento e compreensão dos fenómenos em torno do movimento social espanhol pela memória, assim como as cumplicidades construídas ao longo do tempo. No meu primeiro contacto com o movimento de recuperação da memória histórica em 2004, agradeço a simpatia da Professora Doutora Conxita Mir Curcó pela partilha dos seus trabalhos, e por recomendar o meu projecto de investigação para a candidatura a bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, juntamente com as professoras doutoras Luísa Tiago de Oliveira, Clara Carvalho, Margarida Fernandes, e com os professores doutores Raul

Iturra, Brian Juan O’Neill, Jorge Freitas Branco e Francisco Espinosa Maestre a quem estou muito grata pela confiança depositada no meu trabalho.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia agradeço a bolsa de investigação SFRH/BD/29075/2006 (Outubro/2006 a Setembro/2010), sem a qual seria inviável concretizar este estudo. Ao Professor Doutor Heriberto Cairo Carou, da Universidad Complutense de Madrid, agradeço a coordenação, os saberes e o apoio financeiro proporcionados pela minha integração no projecto “El Discurso Geopolítico de las Fronteras en la Construcción socio política de las Identidades Nacionales: El caso de la frontera hispano-portuguesa en los siglos XIX y XX”, financiado pelo Plan Nacional de I+D+I del Ministerio de Educación y Ciencia de España, Ref.SEJ2007-66159.

No terreno, o efémero encontro com Gentil de Valadares (falecido em 2007) assinalou um dos momentos mais marcantes deste percurso de investigação, gerador de uma multiplicidade de conhecimentos, situações e emoções, até à publicação de um livro com as suas memórias em parceria com Francisco Espinosa. A minha gratidão aos seus familiares e a sua irmã Esmeralda Adelaide de Seixas permanece, com particular apreço pela cordialidade do seu filho Dr. António de Valadares.

Em Barrancos, agradeço a inestimável colaboração de Carlos Durão (primeiro presidente da Câmara eleito pelos barranquenhos) resgatada de 1986, sugerindo-me informantes, integrando-me nas histórias e nos quotidianos das gentes de Barrancos, em conversas que trespassaram o âmbito deste trabalho. Ao actual presidente do município, Dr. António Pica Tereno, aos vereadores Dr.^a Isabel Sabino e António Gavino o reconhecimento pelo permanente apoio humano e logístico e pelo acesso aos arquivos municipais, com a preciosa ajuda da Dr.^a Domingas Segão e da Margarida Bergano a quem agradeço. Aos funcionários da Câmara Municipal estou grata pela atenção que dispensaram aos meus pedidos, destacando a colaboração do Dr. Jacinto Saramago e da Ana Isabel Alcario no acesso a documentação. Ao Dr. Miguel Rego e à Dr.^a Cristina Rubio agradeço a bibliografia detalhada sobre Barrancos, recordando os passeios e as conversas com Cristina Rubio em ambos os lados da fronteira, durante os tempos livres que amavelmente me dedicou. Aos barranquenhos agradeço a simpatia e o acolhimento daqueles que acederam partilharam as suas memórias, em entrevistas ou conversas ocasionais, aos quais retribuo com este trabalho. Ao longo do tempo fui perdendo a oportunidade do reencontro com algumas destas pessoas, das quais preservo gratas

recordações como de Clemente Marques (falecido em Abril de 2011), António Borrvalho (falecido em Janeiro de 2010), Emílio Domingues (falecido em Dezembro de 2008), José Lopes Ângelo e Maria dos Remédios Ramos (falecidos em Maio de 2008), Manuel Durão (falecido em Fevereiro de 2009) e José Gaspar (falecido em Dezembro de 2010). Do grupo de entrevistados mantenho uma imensa dívida de gratidão para com Manuel Agudo dos Santos, Maria dos Remédios Guerreiro e Francisca dos Santos Agudo pelo carinho e familiaridade com que me acolheram em suas casas, compartilhando as alegrias e tristezas da vida de todos os dias.

No outro lado da fronteira agradeço ao Ayuntamiento de Oliva de la Frontera, nas pessoas do alcalde Victor Mainar, do tenente-alcalde Manuel García e da vereadora Josefa Gamero, os contactos, a amizade e a colaboração neste trabalho, assim como às pessoas de Oliva que aceitaram falar de um passado que tentaram olvidar, com especial admiração por Manuel Méndez. A Gracia Velázquez e Jacinto Velázquez agradeço a confiança, por revelarem memórias dolorosas e documentos até então circunscritos ao grupo familiar. Em Encinasola, agradeço a Arancha Márquez e a Antonio Guillén os contactos e materiais disponibilizados, destacando a afabilidade com que Dionizia Roque e Manuel López, Francisco Sabido e Isabel Vázquez me receberam nas suas casas, para narrarem as suas histórias de vida. Ao Dr. Cayetano Ibarra Barroso (coordenador do Proyecto para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura), ao Professor Doutor Moisés Cayetano Rosado (Director da revista *Estudios Extremeños*), ao Dr. Justo Vila Izquierdo (Director da Biblioteca de Extremadura) e ao Professor Doutor Julián Chaves Palacios (Universidad de Extremadura) agradeço o envio de bibliografia e a divulgação parcial do meu trabalho, salientando a inesquecível e preciosa colaboração do Dr. José Manuel Corbacho Palacios (presidente da Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura).

A Gabrielle Le Ber Garcia o meu reconhecimento pela cedência da entrevista realizada a Manuela Martin em Rennes. A José Cruz Chávez, a Maria Dolores Delgado Matamoros, a Francisco Espinosa e a Carlos Pessoa agradeço a confiança por autorizarem a utilização das suas mensagens neste trabalho, e a Teresa Ruiz de Alarcón Jaramillo a oferta do livro de seu marido Manuel Tapada Pérez, já falecido. Aos amigos e colegas Ángel del Río Sánchez, Ángel Hernández, Ángel Olmero Alonso, António López Rodríguez, António Orihuela, Arcángel Bedmar, Davinia Román, Eduarda

Rovisco, Felipe Lorenzana de la Puente, Fernando Romero Romero, Francisco Ferrándiz, Inês Fonseca, José Hinojosa Duran, José Maria Lamas, José Miguel Leal da Silva, Margaret Van Epp, Pura Sánchez, Sónia Almeida, Sónia Ferreira e Virginie Guilloteau agradeço a troca de ideias, a cedência de documentos, textos, livros e teses. Ao coronel José Duarte Mendes agradeço a disponibilidade para analisar os acontecimentos na herdade da Coitadinha numa perspectiva militar, que muito contribuiu para a compreensão da dinâmica do poder entre indivíduos e grupos de diferentes organizações. Pelas leituras parciais deste trabalho, pela revisão dos textos, pela cumplicidade, pelo estímulo e pelo afecto agradeço à minha irmã Cristina Antunes, à Vanessa Almeida, à Conceição Pereira e à Eduarda Rovisco.

Com os meus pais aprendi a importância do compromisso na relação com os outros, da solidariedade e da coragem para enfrentar as vicissitudes da vida, valores orientadores da minha rota pelos quais lhes estarei sempre grata. Ao Fernando, companheiro de muitos sóis e luas, e à nossa filha Helena, agradeço a compreensão pelas ausências físicas e mentais, por vezes difíceis de entender e de conciliar com as solicitações familiares e as rotinas dos dias. Todos os contributos foram importantes para a concretização deste trabalho, por isso mantenho uma dívida de gratidão pelos apoios e incentivos recebidos ao longo deste percurso, pedindo desculpas por erros e lacunas, dos quais sou a única responsável.

Fronteira e guerra civil de Espanha
Dominação, resistência e usos da memória em Barrancos

Maria Dulce Dias Antunes Simões

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; Memória; Resistência; Guerra Civil de Espanha

Resumo

Este estudo integra-se no processo de recuperação da memória da guerra civil de Espanha, analisando o impacto do acontecimento na vida das populações fronteiriças e problematizando os usos da memória como legitimadores da ordem social presente. Partindo das narrativas de protagonistas e testemunhas da guerra civil espanhola nas povoações fronteiriças de Barrancos, Encinasola e Oliva de la Frontera, focalizadas nas décadas de 1930-1940 do século XX, questionamos o lugar da fronteira, atribuindo legibilidade ao conflito, à relação das populações com o Estado e às mediações. Neste trabalho analisamos diversos acontecimentos em diferentes escalas, nos quais a acção das populações locais é compreendida nas diversas relações de significado e poder, consentindo ou afrontando a autoridade, de forma a negociarem, questionarem e subverterem, de formas heterogéneas e mutáveis, os esquemas de dominação que compõem os mundos sociais em contextos históricos específicos. A atenção analítica às relações de poder enfatiza as estratégias de resistência dos actores sociais durante a consolidação do Estado Novo e o conflito espanhol, como *praxis* culturais modeladas pelos processos sociopolíticos das histórias ibéricas.

Frontier and Spanish Civil War

Domination, resistance and usages of memory in Barrancos

Maria Dulce Dias Antunes Simões

KEYWORDS: Borders; Memory; Resistance; Spanish Civil War

Abstract

This study is integrated in the recuperation of Spanish Civil War memories, analyzing the impact of its events in the life of the border population and problematizing the usage of social memory as a complying cause for present social order. Supported upon the historical narratives of characters and witnesses of the Spanish Civil war in the border villages of Barrancos, Encinasola and Oliva de la Frontera, during the decades of 1930-1940, we intend to question the border's place, its conceding legibility to the conflict and the relationship between people and State as well as its mediators. With this study we analyze diverse events in different scales, in which the actions of the local population are understood as belonging to diverse networks of meaning and power, consenting or confronting authority, processes by which they negotiate, question and subvert, in mutable and heterogeneous ways, the schemes of domination that compose the social worlds of specific historical contexts. The analytical attention given to relationships of power emphasizes the strategies of resistance of social actors during the consolidation of Estado Novo and the spanish conflict, as a cultural *praxis* modelated by the sociopolitical processes in iberic history.

Índice

O tema e os problemas	1
Capítulo 1. História, Memória e Movimentos Sociais: perspectivas teórico- metodológicas	12
1.1. Poder, resistência e movimentos sociais	27
1.2. Do terreno aos arquivos: caminhos e encruzilhadas	40
Capítulo 2. Território, fronteira e relações transfronteiriças	52
2.1. Barrancos na encruzilhada de uma fronteira tripla	54
2.2. Uma fronteira de múltiplas pertenças	67
2.3. A construção das nações e as práticas da periferia	81
Capítulo 3. A sociedade barranquenha: ricos, pobres e remediados	95
3.1. <i>Eram donos da terra, do povo e de tudo</i>	104
3.2. <i>E logo os do campo chamavam çivinas aos que estavam no povo</i>	128
3.3. <i>Naquela altura não havia reivindicações, miséria havia!</i>	144
Capítulo 4. Política do Estado Novo e acção dos seus representantes na fronteira	157
4.1. A Guarda Fiscal: um símbolo do Estado na fronteira	164
4.2. “Pela Lei e pela Grei”: repressão e resistências	179
4.3. A polícia política, e a dominação pelo medo	193

Capítulo 5. A guerra na fronteira e os fluxos de refugiados	216
5.1. Os vizinhos de Encinasola: solidariedade e delação	231
5.2. Resistência política em Oliva de la Frontera	255
5.3. Os campos de refugiados: nas margens do mundo e da humanidade	267
5.4. Tempos de errância e intermitências da vida: de Barrancos a Tarragona	283
Capítulo 6. Processos de dominação e estratégias de resistência	304
6.1. “Vencidos” e “vencedores” na sociedade espanhola do pós guerra	310
6.2. O regresso dos “vencidos”: <i>rojo de toda la vida</i>	320
6.3. <i>Não fomos contrabandistas, trabalhámos no contrabando</i>	337
Conclusão	
Usos políticos e lutas pela memória	364
Fontes	372
Bibliografia	381
Anexos (em CD)	

O tema e os problemas

“A Guerra Civil de Espanha esteve no fulcro da política externa de todas as potências mundiais, ocupou o cerne das discussões políticas, a primeira página de todos os jornais do mundo, desencadeou paixões e acções arrebatadas, gerou violências e injustiças, forjou ódios e apelou a todas as espécies de heroísmo individual e colectivo, mobilizou intelectuais, escritores, poetas, artistas, homens e mulheres da Europa, das Américas, das sete partidas do Mundo; proporcionou aventuras, criou espaço ao romantismo político (...) a que nenhum homem ou mulher da Europa dos anos trinta conseguiu ficar indiferente. Ela marcou, de uma ponta à outra da Europa, toda uma geração” (Oliveira, 1987:140).

A guerra civil de Espanha foi um conflito nacional à escala global que trespassou a fronteira portuguesa, rompendo abruptamente a vida quotidiana das populações locais. A violência e a tragédia humana vivida e testemunhada por milhares de pessoas justificam que gerações inteiras conservem a memória do acontecimento, assinalando as suas posições éticas e as suas visões do mundo. Em Portugal, no concelho de Barrancos, na raia do Baixo Alentejo, ocorreram dois dos maiores fluxos de refugiados espanhóis para território português formados por grupos ideologicamente opostos, cujo acolhimento legitima a construção de uma memória social local, alicerçada na solidariedade como valor identitário da comunidade. A versão consensual de apoio aos vizinhos espanhóis, facilmente reconhecida e aceite por todos os actores sociais, banaliza a realidade histórica, omitindo a existência de conflitos e a complexidade real do acolhimento, esquecendo uma multiplicidade de fenómenos e a dinâmica estrutural que os produziu em elementos de carácter conceptual, simbólico e evocativo. A história local transforma-se, paradoxalmente, num instrumento que destaca as continuidades simbólicas significativas da sociedade, produzindo o consenso sobre a interpretação histórica do passado como projecto para as gerações futuras.

O propósito de tratar esta complexidade incitou-nos a estudar a mudança social numa conjuntura de aceleração histórica, partindo da memória de protagonistas e testemunhas da guerra civil espanhola num contexto rural e fronteiriço. Como objectivo geral questionamos as ambiguidades e ambivalência do lugar da fronteira como espaço de múltiplos poderes, inserindo este trabalho num conjunto de estudos rurais mais abrangentes, que atribuem legibilidade ao conflito, à relação das populações com o

Estado e às mediações. A atenção analítica às relações de poder enfatiza as estratégias de resistência dos actores sociais, como *praxis* culturais modeladas pelos processos sociopolíticos das histórias ibéricas. O enfoque sistémico nos fenómenos locais e na acção dos indivíduos, inseridos num nível macro de mudanças políticas, contempla a longa duração, articulando diversos passados e presentes. Ao integrar-se no processo de recuperação da memória da guerra civil de Espanha, procura analisar o impacto do acontecimento na vida das populações locais, problematizando os usos da memória como legitimadores da ordem social presente.

O problema de partida centra-se nos mecanismos de transmissão das memórias de resistência na fronteira, e na sua capacidade estruturante, entretecendo as lutas quotidianas do meio rural com acontecimentos históricos. Designamos por memórias de resistência as recordações colectivas que circulam no espaço privado da família, dos amigos e dos vizinhos como herança identitária de grupos socialmente subalternizados pelo poder hegemónico. Na antropologia encontramos diversos estudos focalizados nas memórias de resistência, como o de George Collier (1987) sobre os socialistas na Andaluzia rural durante a II Republica, o de Jerome Mintz (1983) sobre as memórias colectivas dos anarquistas em Espanha, o de Paula Godinho (2001) sobre as lutas dos trabalhadores rurais do Couço durante o Estado Novo, ou o de Inês Fonseca (2006) sobre a recuperação da terra do povo de Aivados após o 25 de Abril de 1974, entre outros. Estes estudos, demarcados pelo tempo, tratam formas de luta e de resistência que emergiram em conjunturas históricas favoráveis, contrariando o imobilismo e a passividade associada ao mundo rural, assim como a ausência de consciência de classe dos assalariados rurais.

As comunidades rurais preservaram ao longo do tempo a imagem da comunidade resistente no campo da memória colectiva, apesar de fragmentada pelos fluxos migratórios ou pelos exílios forçados, actualizando as memórias de diferentes acontecimentos (ou memórias diferentes de um mesmo acontecimento) no momento do reencontro, atribuindo-lhes conotações políticas óbvias e explícitas, a somar aos papéis politicamente mais implícitos de comemoração constitutiva da identidade do grupo (Fentress & Wickham, 1992:143). Um acontecimento representa sempre uma confluência de alteridades, adquirindo o seu devir e sentido na recepção e nas representações que dele se têm (Farge, 2002). No caso da guerra de Espanha, as alteridades expressam resistências, conflitos e lutas sociais, no lugar da inscrição do

acontecimento, acentuando a bipolarização entre ricos e pobres, trazendo à lembrança um tempo de privações, de repressão e medo, entretido pela solidariedade, pela astúcia, pela dissimulação, e pelo silêncio, como “armas dos fracos” (Scott, 1985). A memória informa-nos sobre aquilo que nos é mais difícil de alcançar, como encontrar a maneira sensível, social e política onde os outros reconstruíram o acontecimento, onde se reconheceram nele, ou onde o rejeitaram inexoravelmente.

Quando as pessoas nos transmitiam as suas recordações a sua importância era sempre muito vasta, e nessas ocasiões as interpretações que atribuíamos às suas palavras geravam uma multiplicidade de problemas, obrigando-nos a interrogarmo-nos sobre o significado que lhes atribuíamos. Em algumas ocasiões, as nossas conversas sobre os acontecimentos da guerra civil de Espanha activavam uma memória colectiva silenciada, por vezes traumática, mítica e fragmentada, enquanto noutras situações nos deparámos com memórias colectivas fortemente enraizadas, plenas de acção. As memórias da ditadura salazarista emergiam entrelaçadas no contexto histórico da guerra, quando as pessoas recordavam a repressão e as suas condições de vida, estruturando a coesão de um grupo subalternizado como uma unidade colectiva, edificada num espaço social de conflito e interdependências. Desta forma, a narrativa de um acontecimento é a sua pedra angular (Farge, 2002), através da qual podemos compreender realidades extremamente diversificadas, que impõem uma infinita flexibilidade na sua análise histórica e social.

No processo de construção de uma etnografia histórica elegemos como terreno o concelho português de Barrancos, estabelecendo pontes com as populações espanholas vizinhas, de Encinasola (Andaluzia) e Oliva de la Frontera (Extremadura). Nas três localidades encontrámos ecos do passado consolidando a pertença à Nação (portuguesa e espanhola), mas sobretudo laços de parentesco e vizinhança unindo-as no tempo longo da História (Vasconcelos, 1955; Bastos & Everard, 1982; Franco, 2000; Cosme, 2001; Simões, 2007, 2009, 2009^a e 2009^b; López, López, 2002; Sancha Soria, 2008; Vellarino Luna, 2009). No registo escrito sobre Barrancos os discursos enfatizados pelos eruditos locais e translocais legitimam o castelo de Noudar como símbolo da nacionalidade e matéria de património, um “lugar de memória” (Nora, 1984), disputado e conquistado ao longo de séculos por portugueses e espanhóis (Bastos & Everard, 1982; Coelho, 1997; Franco, 2000). As populações locais, para além de apreenderem o discurso dos eruditos, partilham a “memória do lugar” vinculada à vida quotidiana com os vizinhos

espanhóis, em narrativas de fugas e de refúgio resgatadas do tempo do contrabando e da guerra de Espanha (Pires, 1997; Barriga, 1999; Tapada Pérez, 1999; Mascarenhas, 2002; Simões, 2007, 2009). As memórias locais estão marcadas por sofrimentos e privações (entretecidas por aventuras do contrabando), à qual a guerra imprime sentimentos de amizade e de intolerância, mapeando no corpo o sofrimento humano vivido e expressado pelas gentes raianas. Como assinala Reinhart Koselleck (1979), quem procura encontrar o quotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido (Koselleck, 2006:13). Contudo, existem muitos estudos sobre a guerra mas poucos se debruçam sobre o sofrimento humano, como se fosse uma experiência distanciada da realidade quotidiana. As vidas destruídas pela guerra, em qualquer parte do mundo, desafiam os atingidos mas também os etnógrafos, a redefinirem a ordem e a desordem, as perdas e os ganhos, a cooperação e a resistência, a opressão e a solidariedade, a violência e a afirmação humana, a estrutura e a acção, a hegemonia e a resistência (Greenhouse, cit. em Godinho, no prelo:222). Neste trabalho, as representações sociais da guerra de Espanha permitem compreender como um acontecimento à escala global alterou a dinâmica social das populações fronteiriças, e de que forma as memórias do passado servem no presente para construir identidades de grupo e edificar uma memória contra-hegemónica das ditaduras ibéricas.

O facto da guerra civil de Espanha ter ocorrido num momento crucial para a consolidação da ditadura em Portugal, desempenhando um papel central na definição ideológica e internacional do regime salazarista, contribuiu para que a lógica censória do regime se abatesse implacavelmente na produção bibliográfica e literária sobre o conflito espanhol, gerando um efeito particularmente perverso, o de podermos perceber a sua capacidade de condicionar deliberadamente a construção da memória futura da sociedade. Na década de 1980 a democracia portuguesa permitiu uma investigação livre e isenta da censura e auto-censura que a lógica totalitária da política educacional e cultural do Salazarismo havia imposto. O primeiro objecto da investigação histórica portuguesa, que problematizou o impacto da Guerra de Espanha em Portugal, centrou-se ao nível do Estado, na actuação do Governo de Salazar e das instituições, passando posteriormente para o terreno das relações sociais. A historiadora Iva Delgado (1980) foi pioneira neste estudo, mas foi César Oliveira (1987) que deixou bem claro que a historiografia da guerra civil de Espanha tinha ignorado, de forma sistemática, a

importância de Portugal, do Estado Novo e de Oliveira Salazar no apoio à retaguarda logística, política, diplomática e militar essencial para a vitória da sublevação militar em Espanha e o sucesso da consequente guerra civil. Paralelamente, o historiador Jorge Alves (1981) estudava o impacto da guerra espanhola na região do Barroso, fronteira com a província galega de Ourense. Em 1987 Varela Gomes reuniu, na obra *Guerra de Espanha. Achegas ao redor da participação Portuguesa* reeditada em 2006, um conjunto de escritos publicados no jornal *Diário de Notícias* e na revista *Versus* sobre as memórias de portugueses que lutaram no exército republicano. A intenção do autor foi questionar o silêncio da democracia sobre a participação de antifascistas portugueses em Espanha, dignificando a acção de centenas de homens de diversos grupos sociais movidos por um mesmo ideal, mas esquecidos pela sociedade e pela História.

Para o esquecimento evocado por Varela Gomes (1987) contribuíram os poderes políticos e a comunicação social, que nas primeiras décadas da democracia deram continuidade ao discurso salazarista, pautado pela violência de ambos os bandos de guerra e por um anti-comunismo primário, reforçado após o processo revolucionário de 1974-1975. Em 1986, aquando do 50º aniversário do início do conflito, a imprensa portuguesa editou alguns dossiers recompilando crónicas dos seus repórteres de guerra (caso do *Diário de Notícias*) sem qualquer contextualização, à excepção do dossier publicado pela revista *História*. Para assinalar a efeméride a Radiotelevisão Portuguesa (RTP) exibiu a série britânica “The Spanish Civil War”¹, enquanto nos bastidores se produzia uma série documental proposta pelo historiador César Oliveira e pelo realizador José Elyseu.² A série “Portugal e a Guerra Civil de Espanha” (aprovada a 30 de Maio de 1986, com emissão prevista para Março de 1987) pretendia ser “uma contribuição importante, não apenas para preencher lacunas significativas na historiografia portuguesa contemporânea, mas como uma homenagem aos que, num ou noutro campo, tomaram em Espanha na defesa dos seus ideais”.³ Por razões nunca

¹ Os seis episódios produzidos pela Granada Television Production em 1983 podem ser visionados em: http://wn.com/Spanish_Civil_War_The_Falange

² José Elyseu e César Oliveira foram os autores da série documental de 13 episódios “Os Anos do Século”, cujo 11º episódio intitulado “A guerra Inútil” originou um processo disciplinar ao realizador da RTP. Sobre este caso resolvido na justiça dos tribunais foi publicado em 1979 o livro *Os Anos do Século. Poder Político e Comunicação Social*, Edição do Sindicato da Actividade Cinematográfica, recolhendo depoimentos e documentação de um longo processo que questionou a liberdade na comunicação social pós 25 de Abril.

³ Excerto da sinopse da Ficha de Programas nº 86114104074/081, anexo 1 do relatório da série, Pasta 1, Arquivo Particular. Tratava-se de uma série documental de oito episódios de 50’, realizada com material

clarificadas, a série foi sistematicamente adiada por falta de operador de imagem, apesar de terem sido visionadas dezenas de horas de imagens de arquivo, assumidos compromissos internacionais para compra de imagens, realizados custos com visitas técnicas e pagamento de guiões, contactadas dezenas de pessoas e elaborado o Plano de Trabalhos.⁴ Para o realizador José Elyseu o motivo do adiamento foi uma falsa questão, para impedir a realização de uma série politicamente incómoda para as jovens democracias ibéricas. Para além de pressões políticas veladas, o co-autor recorda como o X Governo Constitucional (1985-1987) assegurava os interesses dos grupos mais conservadores da sociedade portuguesa, e a luta política pela hegemonia da televisão estatal.⁵ Somente em 1999 a RTP produziu o documentário “Salazar e o triunfo do Franquismo” (integrado na série *Crónica do Século* com direcção científica do historiador Fernando Rosas), no qual o jornalista Carlos Santos Pereira recuperou algumas memórias raiana no Alentejo e em Trás-os-Montes, relativas aos refugiados espanhóis. Posteriormente, a série de ficção “A Raia dos Medos”, da autoria de Moita Flores, reconstruía de forma romanceada a imagem do conflito no quotidiano das povoações raianas.

Na última década a comunicação social tem acompanhado o movimento pela recuperação da memória histórica em Espanha, divulgando os acontecimentos mais polémicos, como o caso Garzón. Porém, os comentaristas convidados pelas estações televisivas ainda analisam o movimento social pela memória como “abrindo feridas do passado”, reproduzindo o discurso hegemónico sobre o carácter fracturante da guerra

de arquivo (da RTP, TVE, BBC, ORTF, Cinemateca Nacional e Cinemateca Francesa), entrevistas a sobreviventes e imagens filmadas em Portugal e em Espanha. Na qualidade de assistente de programas da Radiotelevisão Portuguesa realizei entre 7 e 10 de Julho, com César Oliveira, uma visita técnica a várias povoações fronteiriças alentejanas para recolha de depoimentos sobre refugiados espanhóis, assim como para conhecimento de locais e contactos para posteriores filmagens. De 21 a 24 de Julho realizou-se uma segunda visita técnica, com os mesmos objectivos, a povoações fronteiriças do Minho. Desta recolha foram seleccionados os testemunhos de treze pessoas no Alentejo e nove na zona minhota, aos quais se juntariam as vozes de mais vinte e cinco entrevistados (historiadores, políticos, militares e participantes directos no conflito em ambas as frentes).

⁴ A 3 de Outubro César Oliveira contacta telefonicamente o realizador José Elyseu afirmando não compreender a atitude da RTP, disposto a expor o assunto ao Conselho de Gerência. Relatório da Série: “Portugal e a Guerra Civil de Espanha”, Pasta 1, Arquivo Particular, p.14.

⁵ Conversa com José Elyseu realizada a 21 de Março de 2011. Desta série restou um dossier composto de oito guiões (com cerca de oitenta páginas), Ficha de Programas, documentação relacionada com a pré-produção da série, como fichas de intervenientes, Plano de Filmagens, listagens de arquivo audiovisual, requisições de meios técnicos, despesas com deslocações, correspondência e relatório final de catorze páginas e dezasseis anexos. Pasta 1, Arquivo Pessoal.

nas sociedades ibéricas. Em 2009, quando o governo regional da Extremadura atribuiu ao Povo de Barrancos a Medalha da Extremadura reconhecendo o acolhimento aos estremenhos fugidos de conflitos políticos ao longo da História, as estações televisivas comerciais banalizaram o evento realçando as particularidades culturais dos barranquinhos, como distintivas de uma cultura homogénea nacional. As relações de vizinhança e solidariedade foram esvaziadas de significado humano pelo discurso da diferença, a que o ritual da tourada associava a mancha pictórica do sangue ao imaginário colectivo de uma guerra fratricida. A RTP destacou-se pela reportagem da jornalista Ana Luísa Rodrigues que, apesar de sujeita à voragem do efémero, divulgou um conjunto de testemunhos atribuindo significado às relações sociais e à existência humana. Paralelamente alguns jornalistas têm construído novas narrativas sobre o conflito, com destaque para as reportagens de Carlos Pessoa focalizadas na repressão e na edificação de uma memória contra-hegemónica dos vencidos da guerra.⁶

Na década de 1990 duas teses de mestrado em História Contemporânea abordavam o tema da guerra de Espanha no Baixo Alentejo, pondo em diálogo fontes escritas e fontes orais com o objectivo de alcançar o impacto do acontecimento junto das populações raianas (Pires, 1997), e analisando a partir de documentos os mecanismos de vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças (Candeias, 1998). O estudo de João Carlos Urbano Pires (1997) veio complementar o conhecimento bibliográfico e documental com as memórias da guerra recolhidas nos concelhos de Barrancos, Moura e Serpa, representando um trabalho pioneiro de história oral.⁷ Em 1998 Fernando Rosas reuniu na obra *Portugal e a Guerra Civil de Espanha* as comunicações do Colóquio Internacional realizado em Lisboa em 1996, assinalando o

⁶ Carlos Pessoa do jornal *Público* começou por divulgar desde 2007 estudos de caso a partir de trabalhos de investigadores (como Paula Godinho, Luís Cunha e Dulce Simões), contribuindo para a mediatização do caso de Barrancos. A 15 de Janeiro de 2011 publicava um dos melhores trabalhos jornalísticos, intitulado: “Os vestígios da guerra civil na paisagem da Extremadura”, produto da sua investigação junto da Asociación de Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX), que teve a amabilidade de me enviar. Da troca de correspondência ficaram as suas palavras sobre os obstáculos à produção destes trabalhos: “Desde 2007, quando saiu a história sobre o Tenente Seixas, este é o quarto trabalho publicado. Muito pouco se pensamos no tempo entretanto transcorrido e no número de histórias sobre as quais estou a reunir informação, mas imenso se considerarmos o ambiente colectivo desfavorável a estes assuntos e o desinteresse e alheamento por parte dos *media*. Ainda assim, é quase um milagre que seja possível propor e ver aceites estas reportagens aqui no jornal – já está garantida a saída em breve de um outro trabalho sobre um episódio ocorrido no Alentejo.” (correspondência particular de 19/1/2011)

⁷ Sobre o estado da arte na história oral portuguesa ver o artigo de Luísa Tiago de Oliveira “A História Oral em Portugal”, consultável em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n63/n63a08.pdf>

60º aniversário da eclosão da guerra. Nesta publicação investigadores portugueses e espanhóis reflectem sobre as relações peninsulares num período de guerras globais, sobre a II República, o Estado Novo e a causa nacionalista, e o movimento de solidariedade para com a República espanhola. Nesta colectânea João Brito Freire (1998) analisava a acção do Partido Comunista Português durante a Guerra Civil de Espanha, e João Freire (1998), autor da mais importante investigação sobre o anarquismo português, propunha uma síntese sobre a intervenção dos anarquistas no conflito. Em 1978 o anarco-sindicalista Manuel Firmo publicara as suas memórias *Nas Trevas da Longa Noite*, recordando a sua participação na guerra civil espanhola integrado num batalhão de milícias da CNT/FAI, a fuga para França no final da guerra, a permanência nos campos de refugiados espanhóis em Argelès-Sur-Mer, e o regresso a Portugal até à sua prisão no Tarrafal. Em 1999 Alberto Reig Tapia acentuava ainda a existência de uma bibliografia portuguesa centrada no apoio das autoridades portuguesas ao movimento militar franquista, e a escassez de estudos sobre a intervenção portuguesa no apoio à República (1999:111-112). A reflexão de Manuel Loff (2006) sobre a guerra civil na historiografia portuguesa parece dar resposta à problemática apontada por Reig Tapia, ao concluir que o tema preservou ao longo do tempo um carácter instrumental nos debates políticos portugueses, mantendo o seu estudo livre de qualquer neutralidade (Loff, 2006:126).

A memória das gentes raianas conservou uma perspectiva de interpretação da História que a Antropologia viria a problematizar, como edificadora de uma memória contra-hegemónica. Os estudos são escassos, apesar dos antropólogos que estudaram a fronteira luso-espanhola se confrontarem com múltiplas memórias dos *fugidos* da guerra (cf. Valcuende del Río, 1998; Moncusí Ferré, 1999; Medina, 2000; Godinho, 1993,1996, 2004, 2005, no prelo; Cunha, 2006; Simões, 2007, 2009, 2009b; Freire *et al.*, 2009; Rovisco, 2010). A antropóloga Paula Godinho, devido ao trabalho de campo intensivo e extensivo realizado na fronteira galaico-portuguesa, desde finais da década de 1980, foi a primeira investigadora a resgatar as memórias silenciadas dos *maquis* em Cambedo da Raia, “subsumidas na forma hegemónica, ganhadora, que reescreveu a História” (Godinho, 2004:158). Num trabalho posterior questiona o processo de confiscação das memórias, resultante do poder da história oficial na construção do passado e da importância do pensamento hegemónico dos grupos dominantes a nível central e regional. E como o silêncio, o segredo e o medo conduziram à persistência de

ambiguidades na memória (Godinho, no prelo:223). Para Paula Godinho, as etnografias do conflito atribuem novos sentidos aos fenómenos locais, quando inseridos num nível macro de mudanças políticas. Metodologicamente, “a atenção analítica às redes de poder e dominação fazem pouco sentido sem uma concomitante concepção da luta e da resistência, com a cultura no centro dos estudos do poder” (no prelo:224).

Luís Cunha (2006), em *Memória Social em Campo Maior*, na fronteira Alentejo/Extremadura, reconhece que “a guerra civil de Espanha transformou a fronteira e a vida dos portugueses que aí viviam” (Cunha, 2006:252), destacando o efeito traumático que o acontecimento provocou na memória social. A dimensão traumática do passado manifestava-se pelo silêncio, acentuando o esquecimento, “criando espaços vazios, apagamentos e armadilhas que exigem confronto e leituras cruzadas de testemunhos (2006:253). Este obstáculo epistemológico levou o autor a assumir o carácter fragmentário deste capítulo da sua obra, ordenando-o em temas que ilustrassem o “modo como a guerra é narrada na raia portuguesa” (2006:254). A memória social centrava-se na dimensão humana da tragédia dos refugiados, que metaforicamente representavam “a própria guerra entrando no quotidiano da vila” (2006:259). A ruptura no quotidiano, provocada pelo fluxo de pessoas fugidas aos bombardeamentos e à ocupação da cidade de Badajoz, a sua concentração nos celeiros da vila, e a posterior entrega aos nacionalistas, fixou uma memória mítica alicerçada na dicotomia ricos/pobres. A sua importância como património, “apesar de circunscrito à vida de quem atravessou aqueles anos, e neles aprendeu a ver o mundo e a explicá-lo” (2006:312), remete para a construção de identidades, vinculadas a uma memória contra-hegemónica.

A patrimonialização de memórias silenciadas, confinadas a grupos subalternizados, constrói identidades integrando-as num contexto global. Na década de 1990 a Câmara Municipal de Barrancos iniciou o processo de construção de um “passado significativo” (Raymond Williams, cit. em Narotzky & Smith, 2002:221), vivificando o lugar da fronteira como “fronteira da cultura”, capaz de subverter a “fronteira da política”, legitimando os laços culturais que unem as populações fronteiriças (Wilson & Donnan, 1998:11). Com este propósito realizou-se em 1994 um curso de património cultural, coordenado por F. Rodrigues Ferreira, procedendo-se à recolha de testemunhos sobre a guerra civil de Espanha junto dos mais idosos, maioritariamente trabalhadores rurais, entretecendo solidariedades e conflitos no apoio

aos vizinhos espanhóis. Este trabalho, editado com coordenação de João Mário Mascarenhas (2002), assinalou a primeira publicação da colecção História Oral do Museu Republica e Resistência. Em 1999, o jornalista Paulo Barriga realizou o estudo académico: *Campos de Concentração; o envolvimento português na guerra civil de Espanha* resgatando memórias, enfatizando a repressão do regime salazarista e o extermínio dos refugiados republicanos (Barriga, 1999). No mesmo ano Miguel Rego organizou um encontro entre investigadores portugueses e espanhóis, reunindo publicamente algumas testemunhas locais do conflito, como Ángelez López Pérez filha do Alcalde republicano de Encinasola, acolhida em Barrancos durante a guerra. Na introdução das actas do encontro: *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa* (Rego, 1999), o Presidente da Câmara António Pica Tereno salientou a importância de “recuperar a memória para dar sentido ao futuro”, explicitando nunca terem existido rivalidades ibéricas entre barranquenhos e espanhóis mas a solidariedade entre os dois povos. Em 2007, um novo estudo divulgou a história vivida de Gentil de Valadares em 1936, entre Barrancos e Safara, onde seu pai fora comandante da Secção da Guarda Fiscal e responsável pelo controle e vigilância da fronteira (Simões, 2007). Estas memórias, contextualizadas pelo historiador Francisco Espinosa, tiveram o seu enfoque analítico nos processos de rememoração e nas relações de poder. Ao termos cruzado a interpretação histórica com memórias de protagonistas e testemunhas do acontecimento, pretendemos compreender as narrativas do conflito no quadro das relações sociais entre as gentes raianas, realizando uma primeira abordagem ao percurso de vida de alguns refugiados espanhóis.

Narotzky & Smith (2002) dizem-nos que as memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro (2002:221). O caso de Barrancos, silenciado e omitido da História de ambos os países durante as ditaduras ibéricas, representando uma memória colectiva circunscrita à vida dos seus protagonistas e testemunhas gerou conexões entre indivíduos e grupos, emergindo como “objecto histórico” pela sua mediatização. Em 2008 a publicação da versão castelhana do livro com as memórias de Gentil de Valadares e o documentário “Los Refugiados de Barrancos” de Ángel Hernández, produzido pelas Producciones Morrimer contribuíram para mediatizar o caso de Barrancos. As suas apresentações públicas em várias localidades estremenhas, organizadas por elementos da Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica

de Extremadura (ARMHEX), foram amplamente divulgadas pela imprensa regional em ambos os países, animando cidadãos espanhóis comprometidos com o movimento social pela recuperação da memória a criar uma página no Facebook a favor da “Medalla de Extremadura” para o Povo de Barrancos. Em 2009 o governo regional da Extremadura reconheceu esta luta pela memória, integrando-a politicamente no estreitar das relações Portugal/Extremadura, atribuindo o galardão ao povo de Barrancos como símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento a todos os estremenhos forçados a fugir do seu País por conflitos sociais e políticos, inscrevendo a memória na História estremenha, numa versão legitimadora do presente. Como investigadores questionamo-nos sobre o nosso papel de agentes sociais, fazendo parte da realidade que pretendemos compreender e transformar, num permanente compromisso com as pessoas e com a sociedade do nosso tempo. Parafraseando Jacques Le Goff (1989), devemos trabalhar de forma que a memória sirva para a libertação e não para a servidão, aceitando a proposta como sentido orientador deste trabalho.

Capítulo 1. História, Memória e Movimentos Sociais: perspectivas teórico-metodológicas

“Historiador y antropólogo someten a examen microscópico el detalle, la circunstancia, la presencia de la contingencia, lo particular en su complejidad, lo que activa su sensibilidad no sólo para captar la polisemia imperante, sino también para insuflar vida, dar sentido, penetrar en comportamientos, ideas y documentos, alcanzar la intencionalidad y evaluar lo humano: hay que ir más allá una vez que dominamos la minuciosidad etnográfica o documental porque *individuum, ineffabile est*. Pasado y presente se convierten en presentables cuando los trajeamos.” (Lisón-Tolosana, 1996:174)

A guerra civil de Espanha foi um dos acontecimentos mais marcantes do século XX, revelando à escala global ideologias inconciliáveis e diferentes visões do mundo. Ao mobilizar a solidariedade internacional na luta contra o fascismo, reuniu simbolicamente em Espanha os povos de todo o mundo. Os “voluntários da liberdade” tornaram-se figuras lendárias, modernos cavaleiros de ideal, símbolos inultrapassáveis de valor moral, honra e glória da nossa fraca condição humana (Gomes, 2006:89). A mulher republicana transformou-se num símbolo de emancipação social da década de 1930, fixando no imaginário colectivo uma figura revolucionária rompendo com a ordem estabelecida, com os tabus, empunhando um fuzil, derramando o seu sangue na luta pela liberdade (*cf.* Nash, 1999; Nash & Tavera, 2003, Mir, 2004; Sánchez, 2009). Escritores como George Orwell, Ernest Hemingway, Pablo Neruda, Gerald Brenan e André Malraux, entre outros, perpetuaram nas suas obras uma visão romântica da guerra, entretecendo a luta contra o fascismo com a coragem, a dignidade humana e a esperança num mundo mais justo e igualitário. Como salientou Jorge Crespo (2007), a literatura não foi insensível às vicissitudes de homens e mulheres nos caminhos da sobrevivência, entre atrocidades e crueldades, fomes e deploráveis condições de vida, umas vezes exploradas como um inferno e, noutros casos, glorificadas, verdades e mentiras justificadas por fragilidades humanas que a realidade penosa ampliou e a civilização ajudou a exacerbar até limites de incoerência sem fim (Crespo, 2007:16). A dimensão política, social e humana do conflito originou uma quase inesgotável bibliografia historiográfica e literária publicada por europeus e norte americanos, mas a partir dos anos oitenta uma nova geração de historiadores espanhóis investiga pela

primeira vez o capítulo mais negro da sua História recente, a repressão. Ao analisar as últimas três décadas de investigação Francisco Espinosa (2010) conclui que a produção historiográfica entre 2000 e 2009 em Espanha (após o eclodir do movimento pela recuperação da memória histórica) atinge cerca de duzentas publicações registadas na ISNB, para além de actas de jornadas e inúmeros trabalhos de investigação publicados a nível local e regional dos quais destacamos (*cf.* Romero, 2001; Bedmar, 2004; Acosta Bono *et al.*, 2004 e 2007; Lama, 2005; Ibarra Barroso, 2005; López Rodríguez, 2006; Chaves Palacios, 2009; Orihuela, 2010; Olmero Alonso, 2010 e 2011; Espinosa, 2011).

A guerra de Espanha, enquanto fenómeno de violência potencialmente transformador da realidade social trespassou o terreno de investigação dos historiadores, merecendo a atenção de linguistas como Margaret Van Epp (1998) e Richard Baker (2007), e de antropólogos como Serrán Pagán (1980), Gilmore (1980), Jerome Mintz (1983), George Collier (1987), John Corbin (1995), Paula Godinho (1993, 1996, 2004, no prelo), Luís Cunha (2006), Francisco Ferrándiz (2005, 2007 e 2008), Valcuende del Río (2005 e 2007), Ángel del Río (2007), Susana Narotzky & Gavin Smith (2002 e 2006), Susana Narotzky (2007). Como assinalava Francisco Ferrándiz (2008) a antropologia da violência e do sofrimento social pela sua especificidade, natureza e variedade de desafios teóricos e metodológicos que suscita, tem gerado um maior interesse dos antropólogos nos últimos anos, mas configura disciplinariidades complexas, representando um território de fronteira da antropologia contemporânea (2008:90). Num território partilhado por jornalistas, politólogos, historiadores e psicólogos sociais a actividade do antropólogo suscita sempre interrogações, apesar de ter acesso à experiência de vida das vítimas e testemunhas, a ligações com associações cívicas e a contactos com diferentes públicos, como observador de tensões e de contradições. Exemplo desta realidade foi o nosso primeiro contacto com a recuperação da memória histórica em Espanha, ao participarmos em Novembro de 2004 nas Jornadas “Guerra Civil: Documentos y Memoria” organizadas pelo Departamento de Historia Medieval, Moderna e Contemporânea da Universidade de Salamanca e pela Associação de História Contemporânea. Na simbólica sala Miguel de Unamuno, investigadores de diversas universidades espanholas, historiadores locais (na maioria professores do ensino secundário) e estudantes universitários divulgavam os avanços metodológicos e interpretativos da sua História recente, debatendo a abertura de novas linhas de investigação ao diálogo entre arquivistas e historiadores e defendendo uma

política para os arquivos da guerra civil. Para uma nova geração de historiadores o acesso aos arquivos da repressão representava uma luta pelo direito ao conhecimento, num tempo em que as jornadas, colóquios, conferências e congressos eclodiam por toda a Espanha, legitimando o movimento social de recuperação da memória histórica. Como antropóloga despertou-me particular interesse o discurso político da “reconciliação”, atendendo às permanentes intervenções de um cura de Salamanca, contestando os factos apresentados pelos vários oradores sobre as vítimas da repressão. Segundo as suas próprias palavras: “soy un cura, un hombre de perdón” e estava ali para repor a verdade, defendendo que em Salamanca não existiram vítimas da repressão, convicto que Franco era um homem bom. Não muito distante sentava-se uma mulher, filha de uma republicana prisioneira de um campo de concentração de mulheres em Salamanca, cujas intervenções contrariavam a versão do cura. Esta mulher pretendia recuperar a memória de sua mãe e de todas as mulheres vítimas do processo repressivo, divulgando um livro de memórias (escrito pela mãe e publicado com as suas economias) sobre as condições desumanas da prisão e o posterior exílio forçado. Esta mulher negava o esquecimento dos vencidos da guerra, assim como o cura negava o questionamento da História dos vencedores, pondo em cena uma multiplicidade de discursos e de memórias colectivas irreconciliáveis.⁸ Na sequência desta experiência de terreno, onde parecia não haver lugar para antropólogos, iniciámos o nosso primeiro diálogo interdisciplinar com a nova historiografia espanhola.

As relações entre a História e a Antropologia foram sempre contraditórias e complexas, mas também repensadas como ciências que têm beneficiado de influências mútuas (Dube, 2007:1). A delimitação de fronteiras foi uma preocupação central das escolas estrutural-funcionalistas, procurando construir barreiras teórico-metodológicas quando a questão central era epistemológica, pelo facto da antropologia cristalizar as sociedades no presente etnográfico. Na década de 1960 Fernand Braudel e Lévi-Strauss defendiam o primado das suas disciplinas no âmbito das ciências sociais. Braudel reconhecia a “contaminação” existente nas ciências do homem “por falarem, ou poderem falar, a mesma linguagem”, afirmando que a Antropologia se desinteressara pela História, “movidá pelo seu espírito de aventura”. Claude Lévi-Strauss respondia ao repto: «J’ai le sentiment que nous faisons la même chose. Le grand livre d’histoire est

⁸ Ver artigo: “Guerra Civil de Espanha: Jornadas da Memória”, *História*, nº 74: 42-47.

un essai ethnographique sur les sociétés passées » (Lévi-Strauss, cit. em Minard, 2002:81). Lévi-Strauss não pretendia desautorizar a produção historiográfica mas legitimar uma antropologia estrutural (cujo objectivo eram as estruturas inconscientes), na qual as culturas seriam classificadas pela forma como o pensamento colectivo se abre à História, apreendendo-a como instrumento para transformar o presente. Em *Race et histoire* (1952) Lévi-Strauss assinalava que “todas as sociedades humanas têm um passado da mesma ordem de grandeza”, contudo, reconhecia a existência de variações, nas formas como as sociedades se representavam historicamente. Paralelamente, a antropologia social britânica oferecia propostas inovadoras, contrariando a tendência sincronista do estudo das sociedades ditas “primitivas”, como *African Political Systems* de Evans-Pritchard (1950), ou *Political Systems of Highland Burma* de Edmund Leach (1954), enquanto em França o debate entre historiadores e a escola estruturalista de Lévi-Strauss permanecia. Em 1983, por ocasião do V Ciclo de Conferências de homenagem a Marc Bloch, Lévi-Strauss reexamina as estreitas relações entre História e Antropologia, afirmando que “graças à Antropologia (...) os historiadores teriam percebido a importância das manifestações obscuras”, introduzindo um novo campo de estudo: a “antropologia histórica” (Schwarcz, 2005:125). Esta designação actualmente perde aplicabilidade, se considerarmos que a antropologia social se historicizou (Hastrup, 1992). Efectivamente as práticas têm atenuado cada vez mais as diferenças teóricas que separavam as duas ciências, quando os antropólogos abandonam a estrutura abstracta para explicar um acontecimento concreto, ou quando os historiadores desvalorizam o acontecimento único a favor das estruturas subjacentes, tornando os antropólogos tão diacrónicos nas suas análises, como sincrónicos os historiadores (Sahlins, 1985:79). Paralelamente os conceitos de cultura e tradição têm estado presentes na historiografia, como noções fundamentais à compreensão e explicação das sociedades, enquanto a sensibilidade histórica dos antropólogos tem contribuído para complementar investigações etnográficas, estabelecendo a relação entre cultura e poder em diversos locais ao longo do tempo (Dube, 2007:2).

Em “La Fábula de Alcalá y la Realidad Histórica en Grazalema. Replanteamiento del primer estudio de Antropología Social en España”, o antropólogo Serrán Pagán (1980) questionava a corrente anti-histórica da Antropologia, como obstáculo epistemológico ao estudo das transformações e dos processos sociais das sociedades. Para fundamentar a sua tese elegeu um clássico da antropologia anglo-

saxónica: *The People of the Sierra* (1954), *Los Hombres de la Sierra* (1971), do antropólogo Julian Pitt-Rivers, o primeiro trabalho realizado em Espanha pela geração de “antropólogos mediterrânicos”.⁹ Para Serrán Pagán (1980), *The People of the Sierra* apresenta uma imagem deturpada da Andaluzia, influenciando negativamente estudos históricos e antropológicos posteriores (1980:82). A formação estrutural-funcionalista de Pitt-Rivers, herdada da escola social britânica, fundamentou a utilização do modelo de análise aplicado às “sociedades sem história”, terreno privilegiado da Antropologia. Na sua obra, afirmou ter resistido à tentação de interpretar o presente a partir de acontecimentos passados, assim como de explicar acontecimentos passados através de uma analogia com o presente (Pitt-Rivers, 1971:247). Ao estudar o tempo longo de “Alcalá de la Sierra” (Grazalema), Serrán Pagán (1980) desconstrói a “comunidade rural” de Pitt-Rivers, caracterizada pela homogeneidade e igualdade social dos seus membros. A etnografia histórica permitiu-lhe compreender as diferenças sociais e a heterogeneidade, representativas da organização social de Grazalema, como consequência da decadência económica dos finais do século XIX. Ao centrar-se na interconexão existente entre os acontecimentos históricos, económicos e políticos da longa duração, refuta a tese defendida por Pitt-Rivers sobre a influência do anarquismo como principal causa do conflito comunidade/nação, mostrando como as condições socioeconómicas condicionaram o desenvolvimento do movimento anarquista em Grazalema. Este movimento atingiu o seu auge na região da Andaluzia durante a IIª República espanhola, sendo completamente aniquilado durante a guerra civil, com as respectivas repercussões locais ao nível da repressão. Quando os nacionalistas entraram na povoação, a 16 de Setembro de 1936, a violência não distinguiu republicanos nem anarquistas, cometendo-se todo o tipo de retaliações por ódios e vinganças, fuzilando-se mulheres e crianças.¹⁰ A repressão prolongou-se durante a década de 1940, e os dados

⁹ O processo de descolonização integrou, supostamente, as sociedades ditas “primitivas” na “aldeia global”, contribuindo para os antropólogos direccionarem os seus objectos de estudo para o terreno das “sociedades camponesas”. O próprio Evans-Pritchard defendia que a Antropologia, como “a ciência da sociedade humana”, devia estar apta para o estudo de qualquer grupo humano, incluindo os da “sociedade civilizada”. As “sociedades camponesas” do Mediterrâneo e as latino-americanas, por condições históricas de subdesenvolvimento, pareciam corresponder ao modelo mais “primitivo”, como um todo homogéneo, culturalmente uniforme, com fortes vínculos de vizinhança. O trabalho de Julian Pitt-Rivers inscreve-se neste modelo, e no romantismo de estudar uma sociedade evidenciando as suas características culturais mais exóticas.

¹⁰ A 17 de Maio de 2009, quinze mulheres e uma criança do sexo masculino, receberam sepultura no cemitério de Grazalema. As mulheres detidas pela Falange em 1936 para que revelassem o paradeiro dos seus maridos foram violadas, assassinadas e enterradas numa fossa comum, que os falangistas obrigaram uma criança a escavar, ao quilómetro 57 da estrada de Ronda (Málaga). A violência sobre estas mulheres

em relação ao número de vítimas são imprecisos, mas foram poucos os republicanos e anarquistas que conseguiram sobreviver fora de Grazalema (Serrán Pagán, 1980:106). Quando Pitt-Rivers desenvolveu o trabalho de campo, não restava nenhuma actividade anarquista, apesar de defender que o movimento anarquista constituía um movimento de oposição, contra a imposição de novas influências sobre a estrutura tradicional da localidade (Pitt-Rivers, 1971:221).

Em 1963 George Collier e Jane Collier iniciaram trabalho de campo em Los Olivos (Linares de la Sierra), na Andaluzia, segundo o modelo estrutural-funcionalista. No seu estudo caracterizaram Los Olivos como uma “comunidade rural” com uma estratificação social pouco acentuada e sem marcas de conflito. Durante o trabalho de campo George Collier era confrontado com respostas evasivas, quando inquiria os seus informantes sobre os acontecimentos da guerra civil, como “não falamos de política porque essa é a causa pela qual as pessoas se matam umas às outras”, interpretando-as como “discursos apolíticos” (1997:19). Em 1980 regressou a Linares de la Sierra para realizar um trabalho de etnografia histórica, estudando um subgrupo político, os socialistas, centrando a sua análise num tempo passado, num antes e num depois da guerra civil espanhola, analisando os acontecimentos que determinaram de forma decisiva o presente etnográfico da sua anterior investigação (Collier, 1997:13). Em *Socialistas de la Andalucía rural* Collier integra os acontecimentos locais num contexto político e económico à escala regional e nacional, relacionando a política local com o contexto das histórias familiares e a estratificação social, concluindo que a repressão do pós-guerra aniquilou os que *tenian ideas*, reduzindo ao silêncio todos os sobreviventes e descendentes (1997:256).

A História e a Antropologia são entendidas como configurações e modalidades de conhecimento inter-relacionadas, todavia têm pressuposições mútuas sobre as realidades sociais que estudam, existindo disposições convergentes, mas também

e criança permaneceu silenciada na memória das testemunhas, preservando “la fosa de las mujeres”, de onde uma equipa de arqueólogos, criminólogos e antropólogos exumaram os corpos. Grazalema tentou sarar as feridas da guerra. As mulheres eram: Cristina Franco, María Josefa Barea, María Josefa Nogales, Isabel Atienza, Josefa de Jesús Gómez, Teresa Castro, Salud Alberto, Lolita Gómez, Jerónima Barea, Antonia Pérez, Natividad Vílchez, Ana Fernández, Teresa Menacho, Catalina Álvarez, María Luisa Román e a criança El Bizarrito. Ao lado das sepulturas foi colocada uma placa com uma frase de Dulce Chacón: “Que mi nombre no se borre de la Historia!”. “Silencios de Grazalema”, artigo do jornal *Público* (espanhol) de 17/5/2009. Consultável em: <http://www.todoslosnombres.org/> (18/05/2009).

articulações divergentes no diálogo das duas ciências como a temporalidade. Marc Augé (2007) diz-nos que o ofício de antropólogo é um ofício do “frente a frente” e do “presente”, e a questão do tempo deve preceder qualquer reflexão acerca do ofício do antropólogo. A questão do tempo e da História apresenta-se de maneira muito específica, ainda que amplamente relacionada com todas as disciplinas das ciências sociais. Sartre definia a História pela recuperação intencionada do passado no presente, vinculada ao “estado da questão” e ao “estado da situação”, dependendo em larga medida das transformações dos paradigmas epistemológicos e com a esfera político-económica das sociedades (Sartre, cit. em Augé, 2007:14). Todavia, nem o tempo nem a temporalidade são prerrogativas exclusivas do historiador, pois encontramos diversas configurações na prática antropológica, como por exemplo na etnografia, ao estudarmos a natureza do tempo e da temporalidade quando confrontamos o tempo histórico do observador com o tempo mítico do sujeito observado. A “concepção do tempo” corresponde efectivamente ao estado do acontecimento, e aquilo que questionamos por detrás do “estado do acontecimento” é a estrutura social, a ordem simbólica do grupo (Augé, 2007:21). Paralelamente, as relações quotidianas e aleatórias que as pessoas mantêm com o fluxo temporal da sua própria existência permitem abordar a historicidade das situações. O trabalho de campo possibilita a compreensão das inter-relações históricas entre significado e prática, e ao introduzirmos métodos historiográficos e etnográficos construímos um terreno interdisciplinar, sem contudo nos confundirmos ou desejarmos ser historiadores.

Neste trabalho aceitamos a proposta de Alban Bensa (2006), quando nos diz que a antropologia não pode prolongar a diferenciação entre o presente e o passado, o singular e o geral, o conjuntural e o estrutural, porque as sociedades não preservam a aparente estabilidade das pedras, das plantas ou dos animais. As sociedades devem ser entendidas como processos que se inscrevem num tempo próprio, e a etnografia, sob pena de naturalizar as estruturas, deve integrar a sua experiência nas condições históricas em que emergiu, como nos sugere Pierre Bourdieu. Como assinala Paula Godinho (no prelo), “não se trata de colocar as práticas sociais no fio da cronologia, nem de a encher de lugares de memória, como formas de recuperar a história, mas de compreender as atitudes presentes pela sua capacidade de mobilizarem o passado” (no prelo:52). Nesta perspectiva a Antropologia está sempre comprometida com a História se considerarmos a cultura como a organização da situação actual em termos do passado

(Sahlins, 1985). O *habitus* (Bourdieu, 2001:61) como presença do passado no presente, história incorporada, sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental, é mutável através do tempo, do lugar e, sobretudo, através das distribuições de poder, antecipando o devir através do presente.

Eric Wolf (1982) apontava para a necessidade da Antropologia redescobrir a História, procurando as causas de acontecimentos presentes no passado histórico, mostrando as “pessoas sem história” como agentes do processo histórico, e não como vítimas ou testemunhas silenciosas. A Antropologia ao integrar a diversidade cultural na história universal, reconhecendo “o outro” como sujeito histórico, atribuiu importância a grupos e sociedades subalternizadas pela narrativa histórica do poder (Dube, 2007:20). Quando as pessoas nos falam do passado, referem-se sobretudo a relações sociais no interior de uma determinada configuração cultural. Entende-se aqui a cultura no sentido global e antropológico do termo, como um conjunto de relações socialmente representadas e instituídas, apresentando simultaneamente uma dimensão intelectual e simbólica, e uma dimensão concreta, histórica e sociológica, mediante as quais pessoas concretas desenvolvem as suas práticas.

Para Marshall Sahlins (1985) a História é ordenada culturalmente de acordo com esquemas de significação, da mesma forma que os esquemas culturais são ordenados historicamente. Em maior ou em menor grau os significados são reavaliados na prática, pela acção dos agentes históricos. A síntese destes contrários resulta da acção dos agentes históricos, que organizam os seus projectos e dão sentido aos objectos a partir das compreensões preexistentes da ordem cultural. A cultura é historicamente reproduzida na acção, e neste sentido Clifford Geertz diz-nos que um acontecimento é uma actualização única de um fenómeno geral, uma realização contingente do padrão cultural, o que poderia ser uma boa caracterização *tout court* da própria história (Geertz, cit. em Sahlins, 1997:9). Por outro lado, as circunstâncias contingentes da acção não se ajustam necessariamente aos significados que lhe são atribuídos por grupos específicos, considerando que os homens repensam criativamente os seus esquemas convencionais, e nestes termos a cultura pode ser alterada historicamente pela acção. Pode verificar-se, ou não, uma transformação estrutural, considerando que alguns sentidos podem alterar a relação de posição entre as categorias culturais, provocando uma “mudança sistémica” (1997:9). A relação entre a contingência do acontecimento e a recorrência das estruturas pressupõe que um evento se transforma naquilo que lhe é dado como interpretação,

adquirindo a sua significância histórica quando é socialmente apropriado. Esta constatação de Marshall Sahlins (1985) perspectiva uma interpretação, ou mesmo uma reorganização dos acontecimentos pela ordem cultural, considerando que a emergência do acontecimento vem inscrever-se no sistema preestabelecido, do qual seria apenas uma forma empírica. Como prolongamento anunciado da estrutura, o acontecimento não é considerado por Sahlins como uma ruptura possível no curso do tempo, um balanço no desconhecido. No entanto, o acontecimento materializa esse momento de ruptura temporal funcionando como indutor de movimento, da mudança social operada pela acção do sujeito individual ou colectivo, abrindo sobre uma situação nova uma paleta inédita de possibilidades, que permaneciam latentes ou impensáveis (Bensa & Fassin, 2002). O acontecimento implica a possibilidade de decompor infinitamente a acção colectiva numa micro unidade de actos singulares irreversíveis, que ocorrem uma única vez num dado espaço temporal, e “una vez llevados a cabo no pueden volver a ser considerados como si nunca hubiesen sucedido” (Crespi, cit. em Aróstegui, 2004:97). O acontecimento como criador de novas situações fixa em si o presente, e esse momento axial faz nascer uma nova realidade social (Bensa & Fassin, 2002) suspendendo a banalidade da vida quotidiana, representando uma “intrusión” (Nisbet, cit. em Aróstegui, 2004:98). Esse momento inaugura uma nova Era transformando as referências ao passado, as expectativas do futuro e o próprio presente, pelo simples facto de provocar uma ruptura no processo social de “longa duração”, iniciando uma nova dimensão espaço-temporal. Na ruptura é necessário analisar a dinâmica social ao nível das relações de poder, perceber as fracturas, ou alianças entre indivíduos e grupos, a acção dos actores e as suas estratégias de resistência. O problema reside em saber se a acção será uma réplica de situações passadas, ou se é susceptível de renovação em função de interesses e contextos específicos. Ao longo deste trabalho analisamos diversos acontecimentos históricos em diferentes escalas, nos quais a acção das populações locais são compreendidas nas diversas relações de significado e poder, consentindo ou afrontando a autoridade, de forma a negociarem, questionarem e subverterem, de formas heterogéneas e mutáveis, os esquemas de dominação que povoam os seus mundos sociais em contextos históricos concretos.

Alban Bensa (1997) assinala que o *habitus*, como presença do passado no presente torna possível a presença do presente no devir, antecipando o devir através do presente, compreendido como um campo finito de possíveis. Esta inegável coerência do

presente com o passado permite remeter os acontecimentos à estrutura, descrevendo ao mesmo tempo as condições particulares pelas quais este ajustamento se realiza. Atribuindo um lugar central à repetição e à reprodução, fazendo do presente uma transição entre o passado e o futuro, sem que seja possível qualificá-lo diferentemente do momento, ou da sucessão de momentos onde se efectua o regresso ao mesmo. Contudo, estes movimentos dialécticos não são simples reproduções em resposta aos constrangimentos que se lhe impõem, têm a capacidade de criar situações novas em função dos contextos específicos. Neste sentido, o evento é a relação entre um acontecimento e as estruturas sociais, e ao fechamento do fenómeno enquanto valor significativo segue-se a sua eficácia histórica específica. Marshall Sahlins (1985) cria como síntese situacional entre a estrutura e o evento o conceito de “estrutura da conjuntura”, entendida como a realização prática das categorias culturais num contexto histórico específico, expressa nas acções motivadas dos agentes históricos, considerando a micro sociologia da interacção social (Sahlins, 1997:14). Para a construção do tempo pesam não somente o passado, mas também os elementos constitutivos do presente, e esclarecê-lo permite apreender o presente como presente, o que significa que a História nos conta como se fez (Bensa, 1997). Para aceder às lógicas da sequência temporal é necessário ter em conta todos os detalhes de uma situação e os múltiplos imponderáveis que definem as condições da acção, da interacção, do exercício da palavra e da intercomunicação. Do mesmo modo, a análise da actividade política, como jogo de relações de forças que ninguém domina inteiramente, restitui ao tempo a sua dimensão concreta, como se os efeitos dessas práticas nunca fossem verdadeiramente definidos, representando um devir perpétuo de acções humanas.

Neste trabalho os agentes sociais inscrevem-se de acordo com as modalidades concretas da temporalidade, produzindo as suas acções, as suas palavras e as suas intervenções, e perante a incerteza da abertura do presente a uma diversidade de possíveis, cada um tenta por vezes a repetição, e outras vezes a mudança. No espaço do presente convivem simultaneamente diversos tempos pretéritos, preservados na memória e incorporados no quotidiano, que Koselleck (1979) designou por “espaço de experiência”. No espaço da experiência, as práticas produzem o tempo, mas também o cristalizam na história colectiva dos grupos, nomeadamente através dessa arte suprema da temporalidade, a sua narrativa. As imagens do tempo elaboram-se a partir da

distância à experiência, e a narrativa inscreve-se no tempo presente, reportando-se ao presente objectivado pela visão do passado e do futuro (Halbwachs, 2004).

Em “Truth and Myth in History: An example from the Spanish Civil War”, o antropólogo John Corbin (1995) começa por referir que qualquer narrativa de um acontecimento passado é condicionada pelas circunstâncias que assistem à sua produção no presente, ou seja, o narrador selecciona os elementos que considera melhor corresponderem às expectativas da audiência a quem se dirige. Para o autor, qualquer narrativa do passado comporta uma dupla construção e uma dupla verdade: “The truth of the tale is its historical truth; the truth of its telling is its mythical truth” (1995:609), asserção válida tanto para as narrativas académicas, como para as narrativas daqueles que testemunharam os acontecimentos. Ao analisar comparativamente fontes documentais (historiográficas, arquivísticas e jornalísticas) e fontes orais, sobre os acontecimentos ocorridos em Ronda durante a guerra civil de Espanha, John Corbin concluiu que as “histórias” produzidas como mitos, sobre as atrocidades praticadas em Ronda, distorcem menos a “verdade histórica” do que as histórias académicas produzidas como História (Corbin, 1995:625). Nesta perspectiva reconstrói-se permanentemente a narrativa do acontecimento, que tomará múltiplas inflexões segundo o tempo e a audiência onde é recebido (Farge, 2002).

Memória e História evocam o passado, mas não se confundem. Maurice Halbwachs (1950) sublinhava a diferença, afirmando que a História começa quando a memória dos grupos sociais acaba, pois funcionam como suporte da memória, onde circula e é vivida, física ou afectivamente. Pierre Nora (1984) ao distinguir a memória da História conceptualiza a fronteira destas vivências: “os lugares de memória”, e a questão histórica que permeia a sua reflexão assenta no fenómeno da “aceleração histórica” com os seus desdobramentos, as transformações incessantes e as suas decorrências perante a ameaça do esquecimento. Os “lugares de memória” preenchem a ausência de memória, fundamentando a criação de arquivos, a organização de celebrações e comemorações de uma memória refugiada em grupos privilegiados, sem as quais seria varrida da História. Maurice Halbwachs (1950) sublinhava que quando os grupos desaparecem, a única maneira de preservar as suas lembranças é fixá-las por escrito, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem, e se a duração de uma vida humana for duplicada ou triplicada, o campo da memória colectiva, medido em unidade tempo, será bem mais extenso. Ao defender a oposição entre memória e História, Nora

(1984) constrói uma analogia temporal entre presente e passado, na qual a memória é presente, sujeita a uma permanente evolução, aberta à dialéctica da lembrança e do esquecimento, enquanto a História como reconstrução problemática e incompleta do passado, é uma representação do passado instigada por inquietações do presente. Lowenthal (1985) assinala que a memória, contrariamente à História, não representa um conhecimento intencionalmente produzido. Para este autor a função da memória não será tanto preservar o passado mas adaptá-lo, enriquecendo e conduzindo o presente, não se constituindo numa reflexão pronta do passado, mas em reconstruções selectivas e ecléticas baseadas em acções subsequentes, percepções e códigos maleáveis pelos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo (Lowenthal, 1985:194). O mesmo será dizer que a memória pode sofrer alterações ao longo do tempo pela integração de novos discursos ou conhecimentos, mas será sempre seleccionada a partir de um conjunto potencialmente infindável de memórias possíveis, pelo seu contributo para a construção da identidade (Fentress & Wickham, 1994:12). Para Halbwachs (1950) a renovação permanente das lembranças evidencia outro aspecto que diferencia a memória da História, a maneira como se relacionam com o tempo. Assim, a condição necessária para que exista memória é o sentimento de continuidade presente daquele que recorda, porque a memória não estabelece uma ruptura entre passado e presente, retendo do passado somente aquilo que permanece e circula na consciência dos grupos. A História divide a sequência temporal em períodos, como uma peça teatral em vários actos, a memória não realiza nenhuma ruptura temporal transformando-se num campo inesgotável de recordações, no qual emergem tantas representações do passado quantos os grupos sociais. Para este autor toda a memória é colectiva, produto da vivência em diferentes grupos sociais, como suporte da memória individual (autobiográfica), mas igualmente importantes são as percepções acrescentadas pela memória histórica, porque os quadros colectivos da memória não se resumem a datas, nomes e fórmulas, antes representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos o nosso passado, atravessado por tudo isso (Halbwachs, 2004:71). Ao colocar o enfoque na existência da longa duração, Halbwachs parece alertar os investigadores para a necessidade de se libertarem das divisões que os acontecimentos sugerem, uma vez que estas divisões não existem para as pessoas que vivenciaram os acontecimentos. Os seus estudos pioneiros apontam para a atenção ao tempo longo da memória, que não se confina ao acontecimento único, isolado, mas ao tempo de um determinado grupo social, pois é este que permite a permanência do passado no presente. Para Robert Frank (1992)

a História trata do passado para o desmistificar e tornar inteligível no presente, enquanto a memória atribui ao passado uma coerência mítica em relação ao presente, de modo a ajudar o grupo a viver, ou a sobreviver. Nesta perspectiva o valor da memória reside na dimensão simbólica atribuída pelos sujeitos, considerando que “a memória não é estável como informação; mas ao nível dos significados partilhados e das imagens recordadas” (Fentress & Wickham, 1994:79). Paralelamente a uma História escrita existe uma “história vivida”, perpetuada ou renovada através do tempo, onde é possível reencontrar outras correntes de pensamento e outras experiências aparentemente desaparecidas, igualmente importantes ao conhecimento das sociedades.

Andreas Huyssen (2000) fala-nos da actual sedução pela memória e pela valorização do passado (quanto a modernidade apontava para o futuro), sobre um excesso de memória, numa tentativa de musealização do mundo como a recordação total, num dilema que não se resolve com a oposição construída pelos historiadores entre uma História verdadeira, séria e científica, e uma memória subjectiva. A valorização da memória revela uma necessidade de se construírem identidades, num mundo que perdeu a utopia, ou a capacidade de olhar o futuro com confiança (Cenarro, cit. em Espinosa, 2010:53). Hartog (2003) fala-nos de um presentismo avassalador, resultante da falta de esperança relativamente ao futuro, em que o passado parece servir para iluminar um futuro incerto. Num mundo em que o presente é devorado pela voracidade do consumo amplia-se o desejo de memória, onde não caberia o esquecimento mas a capacidade de conservação total dos dados. O desejo de um “arquivo total”, evitando a possibilidade do esquecimento, obrigaria contudo à perda de dados, pela excessiva confiança depositada na tecnologia de armazenamento a quem confiamos esses dados, como realidade significativa da nossa própria memória cultural (Huyssen, 2000).

Neste trabalho tratamos a memória como processo, projecto de futuro que permite interpretar a acção de indivíduos e grupos excluídos da História, servindo igualmente para impugnar modelos autoritários e unidireccionais de interpretação social (Pujadas, 2000:129). Nesta perspectiva, *Los Anarquistas de Casas Viejas* representa um estudo etno-histórico paradigmático, centrado no movimento anarquista da Andaluzia, no qual Jerome Mintz (1983) reconstrói o passado e as consequências do massacre de 1933 cruzando a memória e a História. Os acontecimentos de Casas Viejas, amplamente narrados por historiadores, escritores e jornalistas, grupos detentores da escrita, remetiam para uma cronologia de eventos, mas para Mintz estava por contar a história

do movimento anarquista, legitimadora desses mesmos acontecimentos. Ao recolher as memórias colectivas de um grupo de anarquistas, durante três anos de trabalho de campo descontinuado (durante a ditadura franquista, e sujeito aos constrangimentos inerentes ao tema), o autor interpreta a vida dos trabalhadores rurais e as relações de poder na comunidade, para explicar a edificação de um ideal político que constituiu a base do movimento revolucionário. Desta forma permite-nos compreender a implantação dos ideais anarquistas fundamentados em práticas do passado (no uso comum da terra em zonas de caça furtiva, terras de pastagem, direitos de recollecção), ainda presentes na memória colectiva de forma fragmentária. Os direitos herdados da tradição, embora contrariados pelas políticas centrais, encontravam continuidades nas propostas anarco-sindicalistas de trabalho cooperativo. Por outro lado, a ética anarco-sindicalista, estimulando os homens a padrões de comportamento elevados, com a rejeição do álcool, das touradas, dos jogos de cartas e dos bordéis, primando pela instrução e pelo debate de ideias, criava o modelo de trabalhador consciente, *los que tenían ideas*. Para o estudo de acontecimentos em contextos repressivos a memória é fundamental para entendermos o que Ángel Del Río (2007) define como “culturas políticas”, transmitidas de geração em geração, como capital simbólico fundamental à compreensão da acção sociopolítica, e em última instância à compreensão da própria História (Del Río, cit. em Valcuende Del Río, 2007:28).

Marc Augé (2007) diz-nos que a antropologia está especialmente bem equipada para afrontar as realidades da época contemporânea, desde que os antropólogos tenham uma ideia clara sobre quais são os objectos e os métodos da sua disciplina. Em termos de socialização profissional o trabalho de campo etnográfico constitui o centro dos trabalhos antropológicos, que Stocking (1992) apelidou de fundamentos metodológicos da antropologia, razão de ser como ciência e do “ser antropólogo” (Stocking, cit. em Gupta & Ferguson, 1997:1). Eric Wolf (1982) designava o trabalho de campo como um marco dos métodos antropológicos, possibilitando aos seus utilizadores a transformação, ou legitimação, de meras considerações heurísticas, em postulados teóricos sobre a sociedade. O desafio fundamental à nossa disciplina, como defendem Gupta & Ferguson (1997), resulta da adequação reflexiva e crítica dos objectos e métodos de estudo tradicionais da antropologia a uma realidade cada vez mais complexa, global, inter-relacionada e exigente nas suas análises. Esta adaptação exige uma reavaliação mais ou menos formalizada da “hierarquia de pureza” do terreno, que

pode representar uma oportunidade de reinvenção do trabalho de campo tanto em termos metodológicos como de localização. Isto é, perante a transformação dos cenários de investigação torna-se imprescindível uma inovação paralela dos limites teóricos e metodológicos de abordagem, de que forma os imaginamos, e as estratégias e registos que produzimos quando os devolvemos às pessoas sob a forma de conhecimento.

Para Clifford Geertz (1973), o antropólogo tem por tarefa explicar as representações sociais, descrevendo os factores que determinam a selecção de certas representações e a sua partilha por um grupo social, enquanto o etnógrafo tem por tarefa interpretá-las. Explicar e interpretar, embora sejam duas tarefas autónomas, complementam-se pela nossa compreensão sobre os fenómenos sociais. A Antropologia e o trabalho de campo estão política e epistemologicamente ligadas, sujeitas a desafios, relativamente à adaptação dos métodos etnográficos à análise do mundo actual e às suas complexidades intelectuais e políticas, conduzindo alguns autores a defender que a mudança social encontra na antropologia a correspondência metodológica necessária ao seu estudo (Gupta & Ferguson, 1997; Narotzky & Smith, 2006). O nosso trabalho de campo debruça-se sobre a inter-relação de múltiplos locais e espaços sociopolíticos, bem como regiões, aliando ao contacto com as populações locais a investigação apoiada em diversos arquivos, como práticas combinadas e cumulativas. Durante as permanências intermitentes no terreno ao longo de quatro anos, falar e viver com os membros da comunidade foi uma prática a que acrescentámos a análise de documentos em arquivos nacionais, locais e particulares, a observação de eventos locais organizados pelas elites, as festividades e o acompanhamento das lógicas internas de associações em ambos os lados da fronteira.

Ao tornarmos a nossa investigação etnográfica sensível às complexidades da realidade actual, e comprometida com o estudo académico da mudança política, procuramos produzir uma etnografia rigorosa e historicamente bem alicerçada. A etnografia como estudo intensivo dos fenómenos sociais dentro da sua especificidade histórica promete oferecer um ponto de partida para reconstruir um projecto de investigação social efectivo e conseqüentemente uma política da *praxis* (Narotzky & Smith, 2006:204). A investigação histórica aporta o desafio de novas concepções do terreno muitas vezes radicais, podendo não ser um local, mas um período de tempo, ou uma série de eventos, cujo estudo nos conduziu a diversos lugares (Des Chene, 1997). Desta forma a etnografia representa uma estratégia diversificante, tornando mais

complexo o nosso entendimento de vários lugares, pessoas e categorias, através de um olhar atento às diferentes formas de conhecimentos disponíveis em diferentes locais políticos e sociais (Gupta & Ferguson, 1997:36). A “etnografia multi-localizada” Marcus (1995) é uma concepção de que a etnografia representa múltiplos lugares interdependentes, e cada um é explorado etnograficamente, mutuamente associado às consequências intencionais das actividades que se desenvolvem no seu interior, “how places are peopled and how people are placed” (Narotzky & Smith, 2006:1). Neste trabalho existe um comprometimento com o local, observado em diferentes escalas, quando analisarmos as representações sociais da guerra de Espanha em comunidades fronteiriças, mas também uma atenção aos fenómenos políticos e epistemológicos globais que se manifestam sob a forma de resistências quotidianas ou de movimentos sociais ao longo do processo histórico.

1.1. Poder, Resistência e Movimentos Sociais

O estudo dos movimentos sociais foi particularmente influenciado por interpretações políticas que vincularam os fenómenos de resistência e de agitação social à actividade partidária e sindical. Nesta perspectiva foram analisados como acções colectivas por melhores condições de vida, ou pela transformação de conjunturas económicas, sociais e políticas numa dada sociedade. A sua mobilização pressupunha a existência de um grupo formal, hierarquizado, legitimado pela subordinação a regras de conduta específicas, segundo uma lógica e um programa de acção política de carácter reivindicativo, de contestação, de reformismo legal ou revolucionário. A partir dos finais da década de 1960 emergiram novas formas de protestos protagonizados por grupos estudantis, grupos de género e minorias étnicas que não se enquadravam no “modelo marxista” de conflito de classe, focalizado no movimento operário. Como consequência desta realidade, e em reacção aos paradigmas marxista e estrutural-funcionalista, surgiram tanto na Europa como nos Estados Unidos quatro novas perspectivas de análise dos movimentos sociais: comportamento colectivo, focado na análise da acção colectiva como actividade com significado; mobilização colectiva, salientando a importância das componentes estratégicas e racionais dos fenómenos; processo político, valorizando os envolvimentos político e institucionais em que os

movimentos sociais operam, e “novos movimentos sociais” (Della Porta & Diani, 1999).

O surgimento de “novos movimentos sociais”, configurados em formas de protesto e de resistência fundamentadas em paradigmas culturais, cuja complexidade se reforça a nível local e informal bem como ao nível das redes globais, exigiu a reformulação teórica e metodológica do estudo dos movimentos sociais. O protesto passou a ser entendido como uma acção colectiva envolvendo a luta por ideias, identidades, símbolos e estratégias, dentro e fora de fronteiras nacionais e regionais, considerando o emaranhado existente entre “a cultura das políticas e as políticas da cultura na mobilização” (Fox & Starn, 1997:3). Novos autores construíram uma visão com mais nuances das lutas políticas nos finais do séc. XX sublinhando as diversas, e muitas vezes contraditórias, origens da mobilização em massa, focando as raízes da mobilização e da ascensão popular, sugerindo “uma espontânea e mesmo natural iniciativa dos pobres e desafortunados” (Fox & Starn, 1997:11). Enquanto alguns cientistas sociais analisaram os movimentos sociais como consequência da luta de classes ao longo do processo histórico (*cf.* Marx, 1852; Lefranc, 1957; Hobsbawm, 1958; Thompson, 1963; Moore Jr., 1975), outros imprimiram novas configurações às relações de poder e ao protesto como potencialmente transformadoras e reconstrutivas de uma sociabilidade diferenciada (*cf.* Castells, 1997; Fox & Starn, 1997; Hall, 1992; Edelman, 2001; Wieviorka, 2001). Neste processo encontramos estudos representativos de vários paradigmas, identificando correntes de pensamento europeias e norte-americanas, a partir das quais se construíram novas teorias e metodologias no estudo dos movimentos sociais que, ao configurarem os seus elementos estruturantes, as suas formas heterogéneas de constituição e organização, e sobretudo a sua base político-ideológica, contribuíram para a diferenciação entre “velhos” e “novos movimentos sociais”.

Ao paradigma marxista sucedem-se novas abordagens sobre os movimentos sociais na Europa desenvolvidas por neo-marxistas, partindo de uma releitura do marxismo e do deslocando do eixo das determinações exclusivamente económicas para outros campos da vida social, como o político e o cultural. A noção de hegemonia de Gramsci é fundamental para conceptualizar as relações de poder, assinalando a sua versatilidade e mutação em função de diferentes contextos históricos (Crehan, 2004:124). Ao tentar definir hegemonia como um tipo de dominação ideológica e

cultural disseminada pelos segmentos da vida social por meios dissuasivos (podendo ser entendida como cultura dominante), Gramsci articula-a com a partilha do poder, a hierarquia, a dominação de uma classe sobre outra e a cultura subordinada. A hegemonia pressupõe o uso da violência simbólica e a coerção, processos de luta e de confrontação das quais a classe dominante reitera as reivindicações dos opositores, quando desprovidas de ameaças ao sistema. A diferença relativamente a um processo de dominação pela força reside no cariz consensual atribuído por Gramsci, ao defender que a classe dominante impõe um conjunto de ideias por meios essencialmente pacíficos. Na perspectiva de Roseberry (1994), “what hegemony constructs is not a shared ideology but a common material and meaningful framework for living through, talking about, and acting upon social orders characterized by domination” (Roseberry, cit. Smith, 2007:222). Para Gramsci o consentimento das massas subordinadas resultaria do prestígio social do grupo dominante, devido à sua posição e função no mundo da produção (Crehan, 2004:125). O Estado assume neste processo um papel fundamental, por um lado fazendo uso da “violência legítima” (Weber, 1921), e por outro impondo formas de dominação por meio de aparatos ideológicos como a educação, a religião e a comunicação social, e inclusive pelas instituições da democracia parlamentar (Scott, 2003:116).

A noção de hegemonia representou um papel especialmente forte ao ajudar-nos a compreender como o poder trabalha para formar a pessoa social, moldando o modo como as pessoas experienciam o mundo em que vivem. O fundamental do conceito, segundo Gavin Smith (2007), é a rejeição do sujeito social como objecto, receptáculo passivo. Analisando “a economia moral da multidão” (Thompson, 1971), ou as formas “arcaicas” de agitação social (Hobsbawm, 1958) reclamando todo um passado histórico de acções de protesto contra a opressão, concluímos que os movimentos sociais não existem *a priori*, tornam-se movimentos pela acção humana na História. Como nos diz Marx (1852), os sujeitos fazem a sua história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade nem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas com que se defrontam, legadas e transmitidas pelo passado. No caso do movimento operário do séc. XIX, este não surgiu como consequência imediata da Revolução Industrial, mas como resultado de um processo que levou dezenas de anos a organizar-se como movimento de classe por uma elite socialmente consciencializada. Não existindo uma tradição operária mas várias, que se confrontaram, levando o operariado a oscilar entre elas, num processo

dinâmico de construção e reconstrução de acções e de organizações, estruturadoras do carácter reivindicativo dos conflitos sociais (Lefranc, 1988:235-236). Por outro lado, o movimento operário nunca se reduziu ao confronto entre exploradores e explorados, também assentou em identidades preexistentes dando origem a subculturas próprias, construídas no exterior do trabalho, no *habitat* ou na vida quotidiana, geradoras de solidariedades e lealdades que não se limitam às relações de produção (Wieviorka, 2002:52). A existência de uma lógica no processo histórico dos movimentos sociais parece consensual, o que não invalida que a realidade social necessite de ferramentas de racionalidade científica para ser entendida, por conter outras explicações para além da sua aparência imediata. Para Michel Wieviorka (2002) as teorias neo-marxistas sustentam-se em questões estruturais como base para o entendimento dos conflitos, mas as desigualdades económicas e a injustiça social também assentam sobre lógicas de discriminação ou de segregação que definem os mais frágeis e os mais vulneráveis em termos culturais como fáceis de naturalizar (Wieviorka, 2002:55).

A diferenciação entre “velhos” e “novos movimentos sociais” pode representar um novo olhar quanto às formas históricas de organização e mobilização da classe trabalhadora, intencionalmente deslocada das análises actuais, embora os “novos movimentos sociais” sejam incorporados por trabalhadores. Como argumenta Alain Touraine (1984), com a passagem para uma sociedade pós industrial os conflitos e outros desníveis sociais tornam-se mais salientes e geram novas identidades, verificando-se que o exercício do poder é menor no mundo do trabalho e maior na criação de modos de vida, tipos de comportamento e necessidades (Touraine, 1996:25). Neste sentido, o aumento das desigualdades, a precarização, a destruturação da relação salarial, o desemprego, mas também “a tomada de consciência dos estragos do progresso inflectiram em profundidade no surto das identidades culturais” (Wieviorka, 2002:49-50). O surto das “identidades culturais” é fundamentado por Manuel Castells (1997) como proveniente de múltiplos campos de conflitualidade, para além das lutas económicas e sociais, representando conflitos sobre a produção de significado, sobre identidade e sobre cultura. O autor entende os movimentos sociais e políticos como resultado da interacção entre a globalização induzida pela tecnologia, e o “poder da identidade” e as instituições do Estado. Para Castells (1997), os movimentos sociais representam acções colectivas com um determinado fim, cujo resultado transforma os valores e as instituições da sociedade. Estas acções compreendem identidades, enquanto

processos de construção de significado com base num atributo cultural, ou num conjunto de atributos sociais inter-relacionados, definidos por normas estruturadas por instituições e organizações da sociedade. Nesta perspectiva, os “novos movimentos sociais” manifestam um largo espectro de acções colectivas, expressas numa multiplicidade de temáticas reivindicativas, como problemas ecológicos e ambientalistas, conflitos étnicos, conflitos religiosos, movimentos anti-globalização, movimentos pela paz ou movimentos pela memória, por contrapondo às reivindicações de carácter operário e sindical dos “velhos movimentos sociais”, organizados a partir do mundo do trabalho e construídos na luta político-ideológica entre capital e trabalho.

A diferenciação entre “velhos” e “novos movimentos sociais” representa para alguns autores uma construção mal formulada, se considerarmos que os movimentos sociais emergentes não surgem espontaneamente mas do processo histórico em contextos sociopolíticos concretos. Fox & Starn (1997) rectificam a definição de “novos movimentos sociais” assinalando a armadilha de se ver apenas descontinuidade entre o passado e o presente. Para tal, definem a categoria de “novos movimentos sociais” não somente pelas qualidades que possa conter, mas pelas diferenças entre resistência e revolução (1997:5). Nesta perspectiva, parece fundamental entender os “novos movimentos sociais” como inseparáveis dos processos de luta quotidiana, sendo um factor determinante para a sua configuração a consciência que os agentes sociais adquirem sobre os seus interesses comuns. Ou seja, as estratégias de resistência que constroem em função das suas necessidades, bem como a dimensão cultural ou simbólica que manifestam nas suas práticas.

Neste terreno de investigação é particularmente interessante o trabalho de James C. Scott (1985) sobre as formas de resistência quotidianas dos oprimidos em situações de dominação. Partindo do seu trabalho de campo na Malásia, Scott estuda o contínuo da resistência, quando a investigação sobre os movimentos camponeses estava sobretudo focada nos momentos de crises e de convulsões sociais, temporalmente curtos e geralmente marcados por formas de repressão violenta. Partindo desta premissa Scott comprova que a resistência se cria em processos de longa duração, incluindo os momentos de calma social aparente e os de conflitos armados. Ao estudarmos a resistência como um processo contínuo teremos a possibilidade de encontrar explicações mais profundas sobre as rebeliões, considerando que a resistência está imersa no quotidiano das relações sociais da sociedade rural, movendo-se em redes de

cumplicidade e de solidariedade sob formas ocultas. Estas formas de resistência ocultas são, segundo o autor, as “armas dos fracos”, manifestadas através de actos isolados, individuais, não premeditados, que carecem de bandeira e de liderança organizada, bloqueando o que poderia ser um conflito colectivo aberto (Scott, 1985).

Recorrendo a fontes históricas e a fontes literárias James C. Scott (1990) analisa distintas dimensões e inter-relações entre dominadores e dominados em diferentes contextos históricos. Ao construir um estudo comparativo dos sistemas de dominação elabora uma análise estrutural na qual demonstra que as estruturas de dominação operam de maneira similar quando estão submetidas à influência dos mesmos factores. Neste trabalho direcciona a sua investigação para a construção dos discursos dentro das relações sociais de classe, resultante das contradições entre o discurso dos dominados e dos dominantes, e entre eles. Com este método de triangulação iniciou as suas reflexões em torno do “discurso público” e do “discurso oculto” das classes sociais nas relações de poder. Estas diferentes dimensões discursivas resultam da institucionalização de um sistema de dominação através da apropriação de trabalho, de bens e de serviços sobre uma população subordinada. As posições de inferioridade e de superioridade são reconhecidas em rituais e procedimentos, regulando os contactos públicos entre dominadores e dominados, sendo negados nestas práticas sociais os direitos dos dominados, de tal forma que a humilhação e a ofensa os deixam sem resposta no âmbito público. Desta forma generalizam-se os discursos ocultos dos dominados, como uma crítica aos poderosos, disfarçados por simulação ou sussurros.

Para Michel Foucault (1976) o discurso pode ser simultaneamente instrumento e efeito de poder, mas também ponto de resistência e de partida para uma estratégia oposta, assim, podemos considerar que o discurso transmite e produz poder, reforçando-o, mas também o pode desgastar e fragilizar. No mesmo sentido em que o silêncio e o segredo acolhem o poder, fixando as suas interdições, também debilita a sua influência, proporcionando tolerâncias que podem ser mais ou menos obscuras.

“Trata-se em suma, de nos orientarmos para uma concepção do poder que substitui o privilégio da lei pelo ponto de vista do objectivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia táctica, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e mutável de relações de força em que se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação” (Foucault, 1994:105).

Em termos ideológicos o “discurso público” reforça convincentemente a hegemonia dos valores do discurso dominante, considerando que é no domínio público que os resultados das relações de poder são mais representativos, verificando-se na análise do “discurso público” que os grupos subordinados se apropriam voluntariamente dos termos da subordinação. Nesta perspectiva, as relações de poder não se apresentam como estáticas, permitindo-nos comprovar a veracidade ou falsidade daquilo que é dito nos terrenos do poder. O “discurso escondido” é produzido em função de uma audiência diferente e sob diferentes constrangimentos que o “discurso público”. Em qualquer sistema de dominação estabelecido, a questão central não se baseia apenas no dissimular de sentimentos, discursos e atitudes perante o poder, mas em controlar aquilo que seria um impulso natural de raiva, angústia e violência que as situações de desigualdade provocam. Por outro lado, se os “mais fracos” possuem razões óbvias e estruturantes para a procura de refúgio numa máscara, na presença do poder, os detentores do poder também possuem as suas razões para adotarem uma máscara, quando estão na presença dos subordinados.

As teorias resultantes do trabalho de investigação de James Scott permitem-nos compreender a diversidade de estratégias de resistências existentes no quadro das relações de poder, evidenciando a capacidade dos agentes sociais em adequarem os processos de luta em função dos seus interesses e na satisfação das suas necessidades imediatas. Estas estratégias revelam uma luta permanente contra as desigualdades sociais, que constitui o cerne dos movimentos sociais. Desta forma as desigualdades sociais estão presentes a todos os níveis da vida social dos indivíduos, fazendo parte da banalidade do quotidiano, no qual constroem os mecanismos de resistência e de protesto conformes aos seus interesses. Neste sentido, os movimentos sociais representativos de identidades culturais, de fenómenos de conflito e violência, de dominação e resistências quotidianas, permitem analisar novas formas de protesto conformes ao devir histórico da humanidade, como diria Marx. Contudo, parece-nos fundamental compreender as terminologias do discurso hegemónico que pretende deliberadamente atenuar o conflito social global, deslocando o eixo da acção de protesto das desigualdades sociais para identidades múltiplas, caracterizadoras de uma “pós-modernidade”, acentuando a figura do indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano de fundo da multidão, ou da metrópole anónima e impessoal (Hall, 1994:35).

Um dos fenómenos culturais e políticos dos últimos anos consistiu no surgimento de movimentos sociais pela memória como preocupação central das sociedades ocidentais, por oposição a uma cultura modernista, impulsionada pelo que Reinhart Koselleck denominou de “futuro presente” (Koselleck, cit. em Huysen, 2000:1). No início dos anos oitenta os discursos da memória intensificaram-se na Europa e nos Estados Unidos impulsionados pelo debate sobre o Holocausto, e um surto de comemorações, de inaugurações de museus, de “lugares de memória” (Nora, 1984), de publicações autobiográficas, de produções cinematográficas e televisivas contribuíram para a proliferação da “cultura da memória” à escala global. As culturas da memória relacionam-se estreitamente em diversos lugares do mundo, com processos democratizadores e com lutas pelos direitos humanos, que buscam expandir e fortalecer as esferas públicas da sociedade civil (Huysen, 2000:19). Ao fenómeno de “aceleração da história”, em que o passado cede lugar à ideia do “eterno presente”, preservar vestígios do passado ou recuperar a memória, representam formas de resistência à “hegemonia do efémero” (Nora, 1984), ou ao “presentismo” (Hartog, 2003).

O movimento social pela recuperação da memória histórica em Espanha, representa um processo de construção de significado e de confrontação política entre vencedores e vencidos da História, cuja estrutura de diferenciação se objectiva na luta contra o silêncio e o olvido. Insere-se num processo de luta pela dignificação, reparação, direito à justiça e reconhecimento social e político dos “vencidos da guerra”, assim como pelo questionamento de uma historiografia oficial que durante anos os olvidou. Os seus objectivos inserem-se nas políticas de memória, verdade e justiça na transição para a democracia dos movimentos sociais da América Latina, onde os regimes democráticos reduziram ao silêncio e ao esquecimento milhares de cidadãos aniquilados durante as ditaduras militares (Brito *et al*, 2004). Com as leis da amnistia e do perdão os novos regimes democráticos reabilitaram antigos opositores políticos, e evitaram o julgamento dos responsáveis por crimes e torturas. Foi a América Latina que deu origem às denominadas Comissões de Verdade, na Argentina (1984) e no Chile (1990), que elaboraram relatórios sobre a repressão (Brito, 2004:33). Na Argentina, apesar da acção do movimento das “Mães da Praça de Maio”, somente em 2005 se revogaram as “leis do perdão” que impediam os processos contra os responsáveis por violação dos direitos humanos. Em 2006, a justiça considerou inconstitucional o indulto ao ex-presidente Jorge Rafael Videla, condenando à prisão perpétua Miguel Etchecolatz por

crimes cometidos durante a ditadura militar. Em 2006, no Uruguai, vinte e um anos após a instauração da democracia, o Ministério Público pediu a abertura dos processos contra os militares responsáveis por crimes políticos. No Brasil, somente em 2006 algumas vítimas de sequestro e tortura durante o regime militar questionaram pela primeira vez a lei da Amnistia, decretada em 1979 (Araújo & Santos, 2007:99-100).

Para José Gil (2004) “a revolução dos cravos” em Portugal dissipou os 48 anos da ditadura salazarista, “não houve julgamento de *pides* nem de responsáveis do antigo regime. Pelo contrário, um imenso perdão recobriu com um véu a realidade repressiva, castradora, humilhante de onde provínhamos” (2004:16). O processo de saneamentos (1974-1975) afectou alguns dirigentes da ditadura de Salazar durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso), mas o regime democrático impediu o surgimento de um movimento social pela reparação das vítimas do salazarismo, sustentado num “pacto de estabilidade política” ratificado pelos partidos com representação parlamentar. Costa Pinto (2004) justifica a “singularidade do caso português” na existência de elites alternativas, com laços a vários segmentos da sociedade civil e com legitimidade política no combate à ditadura (Pinto, 2004:87). Esta perspectiva histórica de continuidade e não de ruptura do regime, absorvendo “o marcelismo como a origem remota da democracia” (Godinho, 2011:33), revela as tendências revisionistas na historiografia portuguesa pós 25 de Abril (Soutelo, 2009) e “uma visão banalizadora da natureza e das políticas do regime” (Rosas, cit. em Godinho 2010:33). Neste contexto, o movimento popular que se seguiu ao golpe militar de 25 de Abril perde legitimidade como processo revolucionário, para se converter numa “espécie de prelúdio antidemocrático da verdadeira democracia” (Godinho, 2011:33), sobre o qual se fixou “um discurso ideológico de crítica global, maxime de demonização, da Revolução portuguesa de 1974/75” (Rosas, cit. em Godinho, 2011:33).

A criação da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (UPAP) após o 25 de Abril de 1974 surge na continuidade de outras associações clandestinas “de luta unitária pela liberdade” durante a ditadura. O art.º 5º dos estatutos estipula que os seus membros são cidadãos portugueses “que tenham participado de forma activa e conseqüente na luta antifascista, ou já em democracia se tenham batido ou batam contra o saudosismo fascista”.¹¹ Desta forma assume-se como um grupo vigilante na defesa da

¹¹ Estatutos da URAP, consultável em: <http://www.urap.pt/index.php>. Associada da Fédération Internationale des Résistants - Association antifasciste, consultável em : <http://www.fir.at/index.fr.php>

“memória dos resistentes antifascistas”, e na “defesa intransigente do processo democrático que agora vivemos”, sem contudo reivindicar o julgamento do regime.

Em 1982 um grupo de oficiais do quadro permanente das forças armadas funda a Associação 25 de Abril, na salvaguarda dos valores cívicos do “movimento dos capitães”, assumindo-se como “guardiães da memória” de um grupo de militares fragmentado pelas vicissitudes do processo de democratização.¹² Em 2008 a associação permite a integração de todos os cidadãos que se revejam no “espírito do 25 de Abril”, construído numa versão hegemónica consensual e institucionalizada. Em 2005 foi criada a Associação Não Apaguem a Memória, como um grito de alma despoletado por um acontecimento concreto: a reconversão do edifício sede da polícia política PIDE/DGS num condomínio fechado. Trinta anos após o 25 de Abril, um grupo de opositores do regime fascista, presos políticos, vítimas de torturas e de perseguições que não moveram nenhuma acção contra os seus carrascos, reúnem-se numa associação contra a destruição de um “lugar de memória” (Nora, 1984:1004). A reconversão do espaço seguiu o seu curso segundo os interesses imobiliários, e o poder hegemónico legitimou o “lugar” com a colocação de uma placa, reiterando as reivindicações do movimento.¹³ Ao longo de vários anos, diversos resistentes anti-fascistas deixaram os

¹² A Associação 25 de Abril é uma associação sem fins lucrativos, de natureza altruísta, destinada à consagração e defesa dos valores cívicos, tendo como fins principais: “a consagração e divulgação, no domínio cultural, do espírito do movimento libertador de 25 de Abril de 1974”, “a recolha, conservação e tratamento de material informativo e documental para a história do 25 de Abril e do processo histórico que o precedeu e se lhe seguiu”, “a divulgação, pedagogia e defesa dos valores e espírito democráticos”. Fundada em 22 de Outubro de 1982 por oficiais dos quadros permanentes das forças armadas, abriu as portas à participação dos restantes militares profissionais e dos civis. Em Março de 1990, a alteração dos estatutos abriria o acesso a sócio efectivo a todos os cidadãos nacionais e em Março de 2008 a mesma possibilidade foi estendida a todos os cidadãos e cidadãs que se revejam no espírito do 25 de Abril. Em 1990, foi também alargado o seu âmbito de acção, passando a envolvê-la na preocupação de assuntos relacionados com o campo da Defesa e das Forças Armadas, nomeadamente no que se refere ao papel do militar e das Forças Armadas numa sociedade democrática. Congregando, desde o início, a esmagadora maioria dos militares que se envolveram no 25 de Abril (cerca de 95%). Segundo o site da associação: “tem, em 2008, mais de 6000 associados, sendo o número de militares sensivelmente o mesmo de civis. No campo da documentação, estabeleceu um protocolo com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, que trata e explora todo o seu espólio documental. A sua permanente acção na defesa dos valores democráticos, e a sua postura de intransigente apartidarismo, consolidou a sua imagem junto da sociedade e do poder. Pode considerar-se, hoje, uma das instituições de referência do Portugal democrático”. Consultável em: <http://www.25abril.org/a25abril/>

¹³ A Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória (NAM), constituiu-se em 17 de Maio de 2008, com a eleição dos seus corpos sociais. A Associação resultou da transformação do Movimento com o mesmo nome que teve a sua origem em 5 de Outubro de 2005. A Carta do Movimento, definidora dos princípios gerais que orientavam a sua organização e funcionamento, dá uma informação do modo como surgiu: “Face à tentativa de apagamento da memória da resistência ao fascismo, um grupo de cidadãos manifestou-se publicamente junto à antiga sede da PIDE/DGS, em 5 de Outubro de 2005, para protestar contra a transformação daquele edifício em condomínio fechado, sem que fosse assegurada uma adequada menção ao sofrimento causado a tantas portuguesas e portugueses pela polícia política do regime

testemunhos das suas histórias de vida no blog “Caminhos da Memória”. Com o objectivo de dar maior visibilidade a esses registos e memórias, foi inaugurada a 14 de Abril de 2011 a exposição “A Voz das Vítimas”, na antiga prisão política do Aljube em Lisboa, onde cada história constitui uma pedra no longo caminho da preservação da Memória Histórica portuguesa.¹⁴

Em Espanha foi o contexto político após a vitória do Partido Popular em 1996 que possibilitou a ruptura do “pacto de silêncio” entre os partidos com representação parlamentar durante o período da *Transición*. Esta ruptura provocada pela consolidação da hegemonia dos grupos mais conservadores da sociedade espanhola impulsionou a “geração dos netos”, ou a “geração emergente” (Lisón-Tolosana, 1983), descomprometida politicamente com a *Transición*, a empenhar-se na recuperação da memória dos represaliados da guerra civil como valor social. Assim o testemunham os versos de um tema musical de um grupo punk basco: “Somos los nietos de los que nunca pudisteis matar/Somos los nietos de los que perdieron la Guerra Civil” expressando a identificação de uma geração com as suas origens sociais e políticas (Del Río, 2007:109). A identificação dos netos com os valores políticos e culturais defendidos pelos avós, remete-nos para um conceito de “geração” como grupo social (Lisón-Tolosana, 1983), por partilharem uma mesma imagem do mundo, implicando uma coincidência temporal, e pelo empenho em recuperar idênticas aspirações políticas e sociais. No caso espanhol “a geração emergente” pretende reatar a “continuidade da evolução” de uma sociedade democrática, recuperando não apenas a memória dos “vencidos da guerra” como valor social, mas a sua própria identidade como nova geração democrata. A participação política e o direito à cidadania, manifestada pelos netos, reactivam a dinâmica histórica protagonizada pela “geração dos avós”, aniquilada durante o regime franquista. A “geração controladora” (Lisón-Tolosana, 1983), subjugada por uma ditadura que decretou “la muerte civil” (Casanova, 2004:23), pelo

ditatorial. Desta iniciativa cívica nasceu o Movimento Cívico “Não Apaguem a Memória!”, motivado pela exigência da salvaguarda, investigação e divulgação da memória da resistência antifascista e que considera ser responsabilidade do Estado, do conjunto dos poderes públicos e da sociedade a preservação condigna dessa memória. Porque sem memória não há futuro.” <http://maismemoria.org/mm/home/>

“Caminhos da Memória é um blogue que pretende dar voz a diferentes formas de lembrar, de evocar e de interpretar o passado, recorrendo a leituras contemporâneas da história e da memória.” <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/>

¹⁴ Site da exposição “A Voz das Vítimas”, consultável em: <http://avozdasvittimas.net/iniciativas>

seu compromisso político com a transição democrática serviu de tampão à construção de uma memória contra-hegemónica da ditadura franquista.

O movimento pela recuperação da memória histórica é constituído por familiares das vítimas do franquismo, organizados em associações locais e regionais, e legitimado por uma geração de historiadores que desde os anos oitenta renovaram o estudo da guerra civil. Paralelamente, o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) no poder, liderado por José Luis Rodríguez Zapatero (neto de um capitão do exército republicano executado pelos nacionalistas em Agosto de 1936) tem ratificado, e simultaneamente controlado, as acções e reivindicações destas associações com a Ley de Memoria Histórica de España¹⁵, enquanto a oposição liderada pelo Partido Popular (PP) a refuta veemente, receando o julgamento do regime franquista. Cecilio Gordillo, coordenador do projecto “Todos los Nombres”,¹⁶ numa reflexão sobre a acção política do movimento, defende que este não é passível de ser movido por ânimos revanchistas opondo uma “memória roja” a uma “memória azul”. A sua importância social reside na construção de uma sociedade democrática plural (Gordillo, 2007:120). Como afirmou Jacques Le Goff, uma das grandes preocupações das classes e dos grupos que dominaram e dominam as sociedades com História é tornarem-se senhores da memória e do esquecimento, e “os esquecimentos e os silêncios da História são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva” (Le Goff, 1989:13). Neste sentido, a recuperação da memória contra-hegemónica de grupos silenciados durante a guerra civil, a repressão franquista e a “transição democrática” representa uma fonte oral singular e um recurso político para a construção de uma nova historiografia, eliminando o perigo da memória colectiva destes grupos se perder com o seu desaparecimento físico. Mas a memória colectiva não é apenas uma conquista dos grupos sociais, é também “um instrumento e um objectivo de poder” (Le Goff, 1989:46), gerador de diferentes posicionamentos académicos e políticos, mantendo aceso o debate sobre a validade científica da memória, escorados na subjectividade e

¹⁵ Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Ley_de_Memoria_Hist%C3%B3rica_de_Espa%C3%B1a. Ver também: http://ley memoria.mjjusticia.es/paginas/es/declaracion_reparacion.html. Acesso: 10 de Jan. 2009

¹⁶ “Este proyecto se ha elaborado en el marco de las previsiones del Decreto 334/2003, de 2 de diciembre, para la coordinación de actuaciones en torno a la recuperación de la memoria histórica y el reconocimiento institucional y social de las personas que sufrieron la represión en la guerra civil y la posguerra, así como en el Acuerdo del Consejo de Ministros del pasado día 23 de Julio de 2004”. Disponível em: <http://www.todoslosnombres.org/>. Acesso: 10 Jan. 2009.

fragilidade da rememoração como fonte de conhecimento.¹⁷ Em nosso entender, o movimento social pela recuperação da memória em Espanha pode ser interpretado como um “campo de poder”, conceito indispensável para a compreensão do universo relacional e espaço de relações de força entre diferentes espécies de “capital” (Bourdieu, 2001^a:33). Neste “campo de poder” todos os actores sociais manipulam a sua “taxa de câmbio” em função de interesses de grupo, fazendo valer a sua “verdade”, pois como nos diz Bourdieu “se existe uma verdade, a verdade é um campo de lutas” (2001^a:61). Neste “campo de lutas” alguns académicos enleiam-se no debate científico, reanimando a antinomia positivismo/humanismo, procurando fazer triunfar as suas interpretações em nome da objectividade e da “verdade histórica”. Mas a “verdade histórica” representa apenas um objectivo científico, pois existem muitas “verdades” que nos podem ajudar a criar uma interpretação global sobre um fenómeno histórico (Valcuende del Río, 2007:28). Compete aos investigadores analisar e interpretar a complexidade da dinâmica dos grupos, recusando a construção de versões consensuais, que Narotzky (2007) definiu como “processo de Memorialização”.

“the process of ‘Memorialization’, simplifying multiple intertwined conflicts, is meant in fact to occlude the structural processes of differentiation and struggle that still pervade society, proposing instead a vague and generic confrontation – expressed in terms of a moral dichotomy – between ‘good’ (Democracy) and ‘bad’ (Fascism), (...) reducing the real complexity of confrontation and struggle, and the structural dynamics that produced them, to ‘elements of a symbolic, evocative, conceptual character’ that are ‘easily recognizable and acceptable for all the social actors’, the institutional program of Recuperation of Historical Memory contributes to a banalization of historical reality” (Narotzky, 2007:424).

Quando uma sociedade não dispõe de meios para fixar a memória do passado, a tendência da memória social será suprimir o que não é significativo, ou intuitivamente satisfatório nas memórias colectivas do passado, interpolando ou introduzindo “o que parece mais apropriado, ou mais em conformidade, com determinada concepção do mundo” (Fentress & Wickham, 1992:78). Neste processo de recuperação da memória o poder hegemónico liderado pelo PSOE tem reiterado uma versão historiográfica consensual, mas simultaneamente tem protelado o julgamento do regime franquista por crimes contra a humanidade, como no caso da efémera “Comisión Interministerial para

¹⁷ Ver o artigo do historiador Francisco Espinosa disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/7/HISPANIANOVA-2007.pdf> e a resposta do historiador Santos Juliá, disponível em: <http://hispanianova.rediris.es/7/HISPANIANOVA-2007.pdf>. Acesso: 20 Agosto 2007

el estudio de la situación de las víctimas de la guerra civil y del franquismo”,¹⁸ por esta constituir matéria fracturante na sociedade espanhola e uma ameaça à consolidação da hegemonia política. Narotzky (2007) alerta para o facto das versões consensuais de “Memorialização” simplificarem conflitos múltiplos, ocultando processos estruturais de diferenciação, propondo como alternativa vaga e genérica a confrontação, expressa em termos de uma moral dicotómica, entre o bom (Democracia) e o mau (Fascismo) (2007:424). Todavia, a Antropologia pode contribuir metodologicamente para o estudo de um acontecimento socialmente fracturante pondo em cena uma diversidade de fontes, como sinais, mensagens e textos (etnográficos e históricos) desvendando o seu sentido e intencionalidade. Neste trabalho entrelaçamos a dimensão macro da História com a dimensão micro da Antropologia, recorrendo à historiografia, aos arquivos documentais e iconográficos (nacionais, regionais, locais e particulares) às memórias autobiográficas, à imprensa escrita, articulando fontes escritas com o trabalho de campo e histórias de vida.

1.2. Do terreno aos arquivos: caminhos e encruzilhadas

Uma primeira abordagem ao terreno remonta a 2002, tendo por objectivo um trabalho sobre as memórias dos campos de refugiados da herdade da Coitadinha, no âmbito da História Oral (cadeira optativa da licenciatura em Antropologia no ISCTE/UIIL). O contacto com Carlos Durão (primeiro presidente da Câmara após o 25 de Abril), resgatado da visita técnica a Barrancos com César Oliveira em 1986, contribuiu para me integrar no terreno e aceder aos primeiros informantes como José Augusto Fialho (proprietário da herdade da Coitadinha) com quem voltei a conversar em 2007, e Manuel Agudo dos Santos (antigo vaqueiro da herdade da Coitadinha), que juntamente com sua esposa e irmã se tornaram na minha família de acolhimento durante o trabalho de campo realizado entre 2006 e 2010. Quando iniciei o projecto de investigação em Outubro de 2006 aceitei o convite irrecusável da senhora Francisca Agudo para ficar alojada na sua casa no Cerro (zona habitacional dos trabalhadores rurais). Aí permaneci ao longo das várias estadias no terreno partilhando o quotidiano com a família e as vizinhas, que ao fim da tarde se reuniam no pátio térreo da casa

¹⁸ Disponível em: <http://www.h-debate.com/Spanish/historia%20inmediata/memoria/autogarzon.pdf>. Acesso: 30 Nov. 2008.

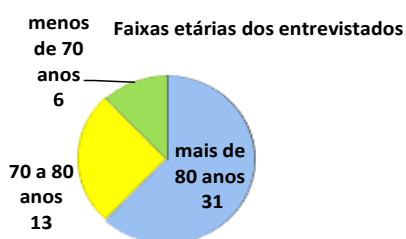
tecendo rendas e conversas, entrelaçando os pequenos dramas domésticos com as memórias colectivas de uma classe subalternizada. A minha estadia foi motivo de curiosidade para familiares ou vizinhas mais distantes, mas após a apresentação pública do livro *Barrancos na encruzilhada da guerra Civil de Espanha*, em Outubro de 2007, já todos sabiam quem era e ao que vinha, e se dúvidas houvesse a senhora Francisca esclarecia, integrando-me afectuosamente na comunidade e salientando o objectivo do meu trabalho em Barrancos, as memórias da guerra espanhola.

A partir de 2008 as memórias da guerra foram activadas na comunidade pela candidatura de Barrancos à “Medalla de Extremadura”, e as solicitações da comunicação social portuguesa e estremenha junto daqueles que tinham testemunhado os acontecimentos nas herdades da Coitadinha e das Russianas atribuiu protagonismo a um colectivo votado ao esquecimento. A Câmara Municipal contribuiu para a legitimação, convidando Manuel Agudo dos Santos, sua esposa Maria dos Remédios Guerreiro e a irmã Francisca Agudo para participarem em programas televisivos, reportagens e documentários em ambos os lados da fronteira, apresentando-os como os rostos da solidariedade de uma comunidade localmente imaginada. Subitamente as suas vidas transformaram-se, adquirindo novos significados e protagonismo nos ecrãs televisivos e nas páginas de jornais e revistas, comentados e partilhados pelos vizinhos. Barrancos rompia o esquecimento através das palavras e da vida destes idosos, e o país relembra a diferença cultural dos barranquinhos (o dialecto e os touros de morte), agora ancorada na solidariedade para com os vizinhos espanhóis. A comunidade é iniciada quando os pronomes da solidariedade são repetidamente enunciados, e ao pronunciarem o “nós”, os participantes reúnem-se não só num espaço exteriormente definível, mas também numa espécie de espaço ideal determinado pelos seus actos discursivos (Connerton, 1989:68) O fenómeno mediático esteve presente ao longo do trabalho de campo, problematizando os usos políticos da memória e alterando as formas rotineiras de vida de alguns dos entrevistados.

A estadia no terreno em períodos descontinuados ao longo de quatro anos permitiu-nos aceder a diferentes interlocutores e construir uma rede de relações em ambos os lados da fronteira, fundamental à realização de entrevistas e à interpretação do espaço social das diferentes comunidades fronteiriças.¹⁹ Como assinala Sperber (1982),

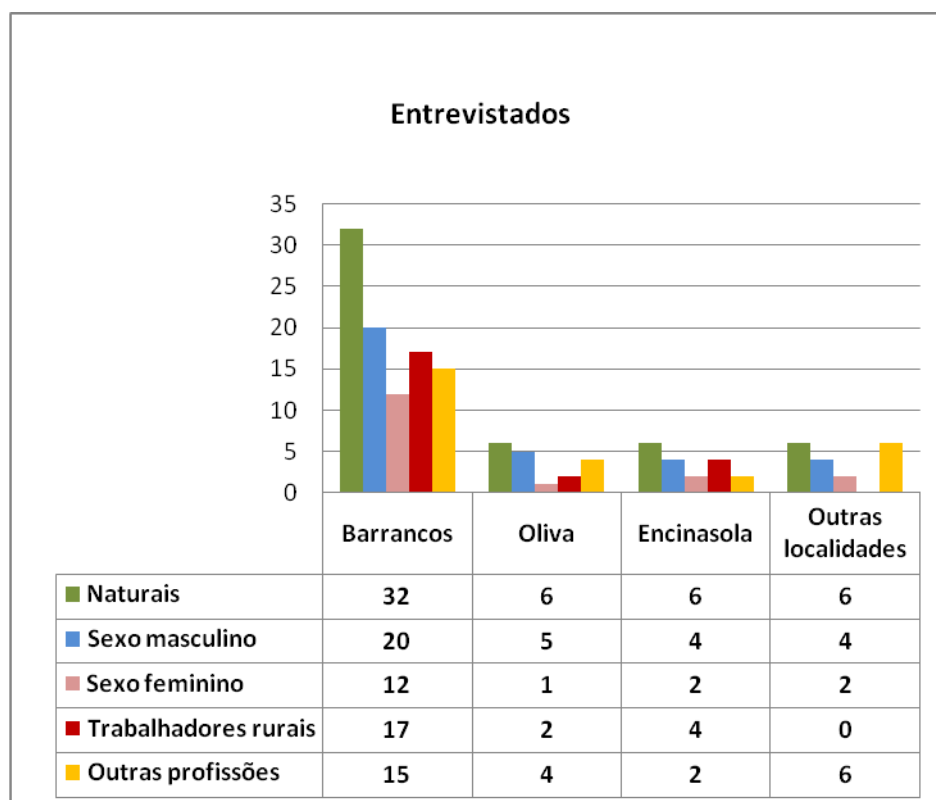
¹⁹ Foram realizados registos audiovisuais de todos os eventos locais, identificados em Fontes.

o principal instrumento de trabalho do etnógrafo é o conjunto de relações pessoais por meio das quais se liga a uma rede social, mas apenas se constroem relações pessoais deixando os outros participar com as suas ideias e sentimentos na respectiva construção. Todavia, não é melhor etnógrafo o que tem melhores relações humanas, mas o que compreende e interpreta melhor as representações sociais, embora nenhuma técnica pareça substituir o trabalho de compreensão intuitiva (Sperber, 1992:55). O grupo de entrevistados (constituído por cinquenta pessoas de ambos os sexos) não foi seleccionado por intuição mas por representar diferentes classes sociais residentes em Barrancos, Encinasola e Oliva de la Frontera e noutros lugares, testemunhas e protagonistas do conflito espanhol.²⁰ Na sua maioria, pertencem a uma geração que Lisón-Tolosana (1983) caracterizou de “geração em declínio”, representativa do grupo de idosos, a geração guardiã da memória da vida local e social. A recuperação da memória da “geração em declínio” serve aos grupos e às sociedades para a reconstrução das suas identidades, e para compreendermos como recordam o impacto de um acontecimento violento. Os estudos na área da psicologia social demonstram que os acontecimentos que produzem grandes transformações nas vidas das pessoas, devido à sua carga emocional, afectam sobretudo aqueles que viveram os acontecimentos nas idades compreendidas entre os 12 e 25 anos. Para além de representar um período de formação da identidade e das primeiras relações afectivas, compreende também um tempo de grande instabilidade emocional e fisiológica, e cada uma destas dimensões está directamente relacionada com a formação da memória e do esquecimento (Pennebaker, 1993:47).



²⁰ Ver Quadro de Identificação dos Entrevistados em Anexos Capítulo 1.

A selecção dos entrevistados de Barrancos sustentou-se em laços de parentesco, de amizade e de vizinhança que os unem num quadro de relações de dependência ou de solidariedade, remetendo para lugares ou acontecimentos específicos passados. Os entrevistados das povoações espanholas foram seleccionados em função de relações de amizade com os vizinhos de Barrancos e também com a colaboração dos membros do Ayuntamiento de Oliva de la Frontera e de Encinasola que se interessaram pelo nosso trabalho.²¹ Desta forma foi possível analisar o processo de interacção social entre diferentes grupos sociais na fronteira em diferentes níveis e escalas, de forma a compreendermos as rupturas e as continuidades das relações de vizinhança institucionais ou informais.



²¹ Nas povoações espanholas são raros os sobreviventes da repressão franquista, e os seus descendentes migraram para as grandes cidades. Aqueles que restam foram sobretudo testemunhas e vítimas de um processo de segregação social, e poucos estão dispostos a dar o seu testemunho. Em Oliva e Encinasola o poder local procurou recuperar as memórias do passado, mas é mais fácil encontrar quem nos fale do contrabando do que da guerra, apesar de se entrelaçarem temporalmente. Para aceder às memórias da guerra começámos algumas entrevistas pelas memórias do contrabando, estabelecendo relações de vizinhança com Barrancos, para posteriormente falarmos sobre fugas e acontecimentos locais ocorridos durante a guerra.

As histórias de vida justificaram-se como instrumento metodológico, e o seu cruzamento contribuiu não apenas para o conhecimento generalizado dos acontecimentos, mas também por destacarem as vivências comuns dos entrevistados (Davies, 1999), pois todas as representações mentais são concebidas e compreendidas no contexto de um saber partilhado, do qual as pessoas emitem versões periféricas ou transformações idiossincráticas de representações comuns (Sperber, 1992:51). As histórias de vida têm constituído tema de sucessivas reflexões relativamente à sua validade científica numa perspectiva epistemológica das ciências sociais. “Ilusão biográfica” para Bourdieu (1994), “estudo de caso” para Bertaux (1981), ou valorização epistemológica da biografia, legitimada como instrumento de investigação para Ferrarotti (1991), eis algumas das perspectivas levantadas por autores que usavam as histórias de vida como instrumentos empíricos, visando o conhecimento científico (Pujadas, 2000). A utilização de biografias ou histórias de vida constitui uma abordagem metodológica na pesquisa etnográfica como material passível de interpretação sobre determinada realidade social e cultural, considerando que as experiências de um indivíduo não são apenas resultado da sua individualidade mas da sua integração num dado meio social (Halbwachs, 1950). As histórias de vida ao darem a voz aos sem voz (Thompson, 1989) representam um testemunho único, colocando em evidência o valor intrínseco do documento pessoal, atribuindo à “banalidade da vida quotidiana” uma dimensão antropológica (Poirier *et al.*, 1983).

Na recolha das histórias de vida utilizamos como método a entrevista, sendo o seu produto resultado de entrevistas não estruturadas, através da sugestão de tópicos (Davies, 1999). As entrevistas foram complementadas por pesquisa documental, contextualizando a narrativa dos acontecimentos e as experiências de vida. O guião de entrevista teve apenas uma função orientadora, pois em muitos casos nem estabelecemos nenhuma ordem cronológica ao seu desenvolvimento, por considerarmos primordial criar condições de interacção com as pessoas, de forma a reduzir possíveis constrangimentos. O principal objectivo foi tentar recolher a maior quantidade de informações voluntariamente, considerando que o material assim recolhido é particularmente importante por transmitir os valores e a sua forma de cada pessoa pensar sobre si e sobre a sua vida (Watson & Watson-Franke, 1985:16). Seguindo esta linha metodológica as entrevistas foram motivadas por tópicos temáticos impulsionadores da narrativa em função dos entrevistados, influenciando a sua

sequência mnemónica e a abordagem a aspectos específicos das suas experiências de vida. Como defendem alguns investigadores a memória pode não servir para uma reconstrução fiel dos acontecimentos, mas serve para descobrir o significado social do conflito. O essencial, como assinalou Portelli (1989), é resgatar a interpretação e a leitura que cada sujeito faz do acontecimento histórico a partir das suas próprias vivências. O recurso ao estilo indirecto livre utilizado ao longo do texto, em *itálico*, serve para destacar as representações conceptuais dos entrevistados.

Para cada entrevistado elaborámos uma ficha de identificação reunindo um conjunto de dados que permitem uma caracterização do grupo relativamente a actividades profissionais ou ao “parentesco espiritual” (Cutileiro, 2004:183).²² Como complemento das entrevistas construímos genealogias como instrumento de compreensão e análise de grupos de parentesco e suas representações hegemónicas na comunidade, evidenciando o poder em determinados grupos familiares ou a escassa mobilidade social de outros. O método genealógico, que remonta aos primórdios da Antropologia, teve por pioneiro William Rivers (1910) utilizando as genealogias como “documentos históricos” para elaborar sistemas de parentesco e aceder à organização social e política das sociedades ditas primitivas, dos povos sem História. Posteriormente, Malinowski (1922) implementa o trabalho de campo com observação participante, produzindo uma revolução metodológica nas ciências sociais fazendo uso das genealogias, apesar de Stocking Jr. (1997) referir que o trabalho de campo fora anteriormente desenvolvido e defendido por antropólogos americanos como Franz Boas e Rivers. As genealogias tiveram um papel relevante como método para o estudo do parentesco, no qual o sistema linhageiro articulava as várias dimensões da organização social e dos sistemas políticos das sociedades (*cf.* Evans-Pritchard, 1940; Lévi-Strauss, 1949), mas ultrapassado o paradigma perderam aplicabilidade apesar de manterem ainda a sua funcionalidade instrumental (Lima, 2003). Neste trabalho utilizamo-las como documentos complementares à análise da organização dos grupos familiares, mas também se revelaram importantes no quadro das relações entre investigador e entrevistados, pela diversidade de recordações e emoções que a sua construção suscita.

Na primeira fase do projecto detivemo-nos na pesquisa bibliográfica sobre estudos locais e regionais, assim como em trabalhos teóricos sobre temáticas de

²² Ver Anexos Cap.1.

fronteira; identificações locais, culturas de orla e arquitectura das nações da fronteira entre o Alentejo, a Andaluzia e a Extremadura, fundamentais ao mapeamento do lugar da fronteira num tempo longo. Dos trabalhos publicados sobre Barrancos destacam-se as obras de Leite de Vasconcelos, *Filologia Barranquenha* (1955) e algumas referências na obra *Etnologia Portuguesa. Tentame de Sistematização* (1942). Existe também uma diversidade de publicações locais (Matos Coelho, 1997; Barriga, 1999; Cosme, 2001; Fernandes, 2001, 2005; Franco, 2000; Eloy, 1999, 2001 e Piçarra, 2001). Os trabalhos de Matos Coelho, *O Castelo de Noudar, Fortaleza Medieval* (1997); de João Cosme, *Fontes para a História de Barrancos, Registos Paroquiais 1674-1704* (2001) e de António Eloy, *Em Barrancos* (1999) e *Barrancos Resiste* (2001), editados pela Câmara Municipal de Barrancos, testemunham o interesse do poder local na divulgação do seu património histórico e cultural. Os trabalhos de investigação académica como teses de licenciatura e teses de mestrado em Antropologia e Sociologia são maioritariamente de estudantes naturais de Barrancos (Domingues, 1995, 2003; Lopes, 2001; Espírito Santo, 2001), à excepção de Tuleski (2001), incidindo sobre acontecimentos históricos e práticas culturais. Norberto Franco, natural da Amareleja e professor do ensino secundário em Barrancos durante vários anos, publicou *O Porquê de Barrancos; a Cultura, a História, os Touros, o Direito* (2000) apresentando um trabalho de síntese sobre a História e as tradições do concelho de Barrancos, com particular destaque para as touradas, analisando todo o processo da polémica em torno dos touros de morte. Segundo este autor os primeiros trabalhos publicados sobre Barrancos foram da autoria de Gustavo Matos Sequeira: *Noudar; Notícia Histórica* (1909) e de Leite de Vasconcelos *Filologia Barranquenha* (Franco, 2000:131). No conjunto de trabalhos merece particular destaque a tese de licenciatura *Da Antropologia ao Antropólogo; Barrancos de um percurso*, assinalando o trabalho pioneiro de dois jovens antropólogos Cristiana Bastos e Pedro Everard: “Preocupa Barrancos, e preocupa-nos em Barrancos, a definição da sua identidade. (...) A afirmação da identidade de Barrancos como noutros lados passa necessariamente pela definição das origens” (Bastos & Everard, 1982:9). Ao elegerem como objecto de estudo a identidade barranquenha contribuíram não apenas para o conhecimento histórico de Noudar e Barrancos, como também desbravaram caminhos para o estudo de alguns aspectos da sociedade local, como o poder das famílias e do município. Na área da História e Arqueologia, Miguel Rego destaca-se com um conjunto de estudos sobre o castelo de Noudar (1994, 1998, 2001, 2003), sobre as relações de vizinhança entre Barrancos e Encinasola (1997, 2002) e

como coordenador do congresso: *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa* (1999). Outros trabalhos académicos foram realizados por Casimira (1982), Francisco Ramos (1999 e 2000), Luís Capucha (2002), Paula Godinho (2005^a) e Ema Pires (2006) cujo enfoque destaca a diversidade cultural de Barrancos face a uma cultura homogénea nacional. Em Espanha foram produzidos alguns artigos científicos como o estudo de María Victoria Navas (1992 e 1996) sobre o dialecto barranquenho, e o trabalho de Mónica Cornejo e Ema Pires (2003) “Una fiesta y varias fronteras: los Quintos de Barrancos (Portugal) y Noblejas (España) analisando desde una perspectiva comparativa a festa dos Quintos.

Com este conjunto de materiais construímos o capítulo “**Território, fronteira e relações transfronteiriças**” questionando a fronteira como categoria polissémica, susceptível de usos e lógicas diferenciadas e contraditórias. Ao analisarmos a fronteira de Barrancos em diferentes escalas, conjugando o processo histórico da sua delimitação, com o processo social de negociações e conflitos entre a acção estatal e as populações locais, procurámos compreender de que forma o lugar da fronteira contribuiu para a construção de redes sociais transfronteiriças e para a produção do saber local. No capítulo seguinte, “**A sociedade barranquenha: ricos, pobres e remediados**”, reencontramos o passado no presente a partir do trabalho de campo e das memórias colectivas de diferentes classes sociais, produzindo uma dialéctica entre o espaço público e privado, os lugares e as práticas. A etnografia histórica permite-nos ver o poder na relação entre produção e regulação ao longo de diversas gerações, atribuindo uma configuração social a certos padrões de resistência quotidiana. O enfoque nas relações de produção remete para o passado da sociedade rural, desenhando classes e processos de reprodução cultural numa perspectiva gramsciana, ou seja, na forma como cada classe viveu e construiu a sua visão do mundo. A noção de hegemonia proposta por Gramsci, aliada às estratégias de resistência de James C. Scott (1985 e 1990), incitou-nos à reconstrução do projecto etnográfico de forma mais histórica e realista, para entendermos as relações de poder nas especificidades da produção social e da reprodução, num determinado período de tempo, através da caracterização da inter-relação de práticas instituídas e sensibilidades interpretativas.

A investigação histórica versa várias ligações entre espaços que concebemos como “o terreno” e outras que não imaginámos desta forma. No percurso de descobrir essas relações foi importante não acrescentar apenas locais ao mapa antropológico mas

repensarmos fundamentalmente as relações entre espaços e fontes de conhecimento (Des Chene, 1997:81). Se por um lado questionámos os nossos informantes na tarefa de investigar “documentos humanos” (Griaule, 1969:19), também procurámos questionar os documentos, “testemunhas que só falam quando as interrogamos” (Marc Bloch, 1997:231). Mas a metáfora de conversação com os documentos não foi levada muito longe, por ser através da conversação com as pessoas que encontramos as respostas às nossas questões. O recurso a arquivos nacionais e municipais nas suas inúmeras significações, como arquivos de enunciados, lugares de poder e autoridade do Estado, representa um “arquivo do mal” (Derrida, 2001) ao encontrar o seu lugar na falta originária e estrutural da memória (Derrida, 2001:22). Os documentos remetem sempre a alguma coisa que foi visível, mas já não o é, adquirindo uma referência ao passado, ao invisível, preservando a sua qualidade de documento ou tornando-se monumentos (Pomian, 1992). Os arquivos são sobretudo depósitos de registos do passado repletos de lacunas, mas é sempre possível questionar ou descobrir os documentos que respondam às nossas questões, sem exigir que os arquivos preencham silêncios ou que comentem o próprio silêncio (Des Chene, 1997:77).

A pesquisa documental pretendeu reconstruir alguns acontecimentos a partir de diferentes escalas, resultando no cruzamento de fontes procedentes de arquivos nacionais, regionais, locais e particulares que em alguns casos se complementam por meio de exercícios de *bricolage*, plasmados sobretudo nos capítulos: **“Política do Estado Novo e acção dos seus representantes na fronteira”** e **“A guerra na fronteira, e os fluxos de refugiados”**. Pomian (1992) assinala que os documentos de arquivos formam uma memória objectivada, independente da sua origem e dos agentes envolvidos, e quando colocados ao serviço da pesquisa são objecto da História, reencontrando a dimensão memorial na identificação do investigador com a escrita. Para Halbwachs (1950) as fontes escritas não são mais autênticas do que as fontes orais e ambas devem ser analisadas criticamente, sendo este o critério indispensável àqueles que concebem a prática historiográfica como científica. Em termos epistemológicos não encontramos diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral, considerando que tanto a memória como os documentos são socialmente construídos (Pollack, 1992) e interpretados em função das perspectivas teórico-metodológicas a partir das quais construímos o nosso projecto, tratando os documentos e as narrativas dos entrevistados como interlocutores.

Neste estudo reunimos materiais de arquivo de forma complementar, resultados de investigação histórica oral e de investigação etnográfica no presente. Nesta encruzilhada, realizámos pesquisa documental no Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT) em vários períodos, focalizados primeiramente na correspondência do Gabinete do ministro do Interior, no Arquivo Salazar (Guarda Fiscal e Guerra de Espanha), no arquivo da União Nacional (correspondência com a Comissão Concelhia de Barrancos) e no Arquivo da PIDE/DGS (ordens de serviço, registo de presos, relatório 1932-1938) durante os anos de 1936 a 1939, apesar de algumas questões surgidas no terreno exigirem o enfoque noutras datações e materiais. O Arquivo Histórico Militar constituiu uma das maiores fontes de documentação relativamente aos procedimentos e acções de controlo e vigilância da fronteira durante o conflito espanhol (envolvendo a correspondência entre o exército com as restantes forças militares no terreno), colmatando a inexistência de materiais no Arquivo da Guarda Nacional Republicana e no Arquivo do Comando Geral da Guarda Fiscal, consultados em 2007. A nível regional, consultámos o Arquivo do Governo Civil de Beja (correspondência com o concelho de Barrancos 1935-1938) de forma a preencher os vazios da documentação do Arquivo Histórico Municipal de Barrancos. A consulta do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Moura incidiu na troca de correspondência para dar resposta a questões concretas. A consulta no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças teve por objectivo os registos de apreensão de mercadorias pelo Batalhão nº 2 da Guarda Fiscal, 3ª Companhia, Secção de Safara (1941-1951), desconhecendo-se os fluxos anteriores a este período por escassez de documentação (Rovisco, 2009:91). De qualquer forma foram úteis para o capítulo **“Processos de dominação e estratégias de resistência”** construído com bibliografia histórica cruzada com documentação de arquivos de várias procedências. No caso dos arquivos espanhóis do Ministerio Del Interior, Archivo General, Madrid, Archivo Histórico Nacional, Archivo Histórico Provincial de Huelva e Archivo Histórico Provincial de Cádiz os pedidos de documentação, pela sua especificidade, foram formulados via internet ou consultados online como o caso da Causa General, cuja liberação dos documentos à consulta torna-a propriedade de todos, e objecto da História. Outras fontes consultadas online foram o Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica de Barrancos 1950 no Instituto Geográfico Cadastral, o Arquivo da Assembleia da República relativamente ao Concelho de Barrancos, e os institutos nacionais de estatística de Portugal e Espanha, independentemente do uso de diversas fontes e

recursos online que nos pareceram pertinentes para este trabalho. Para além dos arquivos históricos consultámos a imprensa da época, nacional e regional de 1936 na Hemeroteca de Lisboa, focalizando a pesquisa nas narrativas e imagens sobre os refugiados espanhóis, presentes no capítulo **“A guerra na fronteira, e os fluxos de refugiados”**.

Os registos audiovisuais e fotográficos apesar de largamente divulgados como métodos de recolha de dados no terreno, são ainda de uso restrito e complementar, sobretudo pelo debate teórico suscitado em torno dos seus diferentes usos. Pault (1991) diferencia esses usos, defendendo que para a Antropologia os métodos audiovisuais são instrumentos de observação, de transcrição e interpretação de diferentes realidades sociais, assim como de difusão das pesquisas. Margaret Mead propunha a substituição do bloco de notas pelo registo audiovisual, esperando que cada antropólogo se apossasse a utilizar novos métodos para simplificar ou melhorar o trabalho de terreno (Mead, s.d.:13). O registo audiovisual, como mais uma técnica de pesquisa no terreno, propicia uma série de possibilidades exploratórias, nomeadamente através da análise das imagens e como suporte ao diálogo com as pessoas filmadas. Neste sentido realizámos registos audiovisuais das entrevistas, de espaços de sociabilidade e de eventos locais, cuja captação não ofereceu constrangimentos, nem obstáculos ao nível do consentimento, permitindo uma recolha “informed consent” (Pink, 2000). O registo audiovisual confere protagonismo às pessoas filmadas, sobretudo junto dos familiares, amigos e vizinhos com quem partilham o seu visionamento, por outro lado cada regresso ao terreno implicou oferecer “something back” (Pink, 2000), traduzido num DVD da entrevista ou de algum evento local, como forma de agradecimento e de comprometimento para com as pessoas que contribuíram para o nosso trabalho.

A etnografia não protege os investigadores do envolvimento com as pessoas ou com movimentos sociais, pelo contrário, o compromisso é fundamental para estabelecer a base das relações de reciprocidade e de confiança com as pessoas ou grupos que estudamos. Se alguma coisa tem distinguido os antropólogos no terreno tem sido o envolvimento, e desde a “reinventada” antropologia do início dos anos 70 até à *barefoot* antropologia dos anos 90, estar comprometido já não constitui um problema ético-político (Edelman, 2001). O compromisso torna-se ainda mais imperioso quando trabalhamos sobre contextos sociais violentos e nos relacionamos com pessoas sofridas ou socialmente olvidadas, manifestando-se por vezes ao nível de redes de solidariedade

ou no apoio a iniciativas cívicas. Ao longo deste trabalho participámos em encontros, jornadas e visitas de estudo de âmbito académico e cívico, a convite de associações e instituições em ambos os lados da fronteira, divulgando resultados parciais do nosso estudo junto de públicos muito diversificados, cientes de que somos, obviamente, parte da realidade que procuramos estudar e modificar (Smith, 2007:229).

Capítulo 2. Território, fronteira e relações transfronteiriças

“Boundary stones are not the boundary itself.
They are not coeval with it, only its visible symbols.”
(Sidaway, 2002:157)

As fronteiras são sinais de dominação do Estado, demarcando territórios político-administrativos, assinalando relações amistosas ou memorandos de hostilidades entre estados, funcionando como “membranas políticas” que permitem ou impedem a circulação de pessoas, de bens ou de informações. Na perspectiva de Wilson & Donnan (1998) a fronteira é constituída por três elementos: pela fronteira legal, que simultaneamente separa e une os estados; pelas estruturas físicas do Estado (compostas por pessoas e instituições de coerção social) demarcando e protegendo a fronteira, e pelas zonas fronteiriças, nas quais as populações permutam uma diversidade de comportamentos e significados associados à sua pertença a nações e estados (1998:9). Neste sentido, as fronteiras são lugares contraditórios de cultura e poder, onde os processos homólogos de centralização do Estado e homogeneização nacional são descontinuados, devido à diversidade cultural das zonas fronteiriças. As “fronteiras da cultura”, quase tão fortes como as estruturas de controlo do Estado, podem competir e subverter as “fronteiras da política” em função da força relativa do Estado e dos laços culturais que unem, ou dividem, as populações das zonas fronteiriças (Wilson & Donnan, 1998:11).

Ao estabelecerem uma dialéctica entre nacionalismo e fronteiras, Donnan e Wilson (1999) defendem que sem fronteiras físicas ou simbólicas o nacionalismo não poderia existir, nem poderiam as fronteiras existir sem nacionalismo, sustentado num conceito de Nação, entendida como uma comunidade política imaginada (Anderson, 2005:25). Peter Sahlins (1989) defende que as nações, como outras formas de “comunidade”, não são apenas construções simbólicas assentes num sentimento partilhado de pertença. As nações e as comunidades extraem as suas identidades de um sentimento de alteridade, na fronteira que se desenha entre “nós” e “os outros” (Sahlins, 1996:301). As fronteiras, ao simbolizarem demarcações invisíveis entre nações e povos

que podem ter muito ou pouco em comum, exercem uma influência poderosa sobre as formas de pensar e de agir das populações fronteiriças.

Os estudos sobre fronteiras enfatizam uma clara oposição entre a lógica do Estado e a lógica das populações locais no que concerne ao seu significado polissêmico. Para o Estado a fronteira representa um espaço periférico, delimitando um território ao qual impõe um sistema político-administrativo, mas para as populações fronteiriças representa um espaço central de trocas materiais e simbólicas, e de recurso estratégico. Muito embora a fronteira represente lugares e símbolos de poder, com visíveis marcas de soberania (Donnan & Wilson, 1999), as diferentes formas de apropriação do espaço fronteiriço implicam múltiplas perspectivas de análise, permitindo identificar uma “fronteira política” e uma “fronteira quotidiana” (Moncusí Ferré, 1999:119-120), conjugando de modo peculiar o processo histórico da sua delimitação com o processo social de negociações e conflitos entre a ação estatal e as populações locais (Grimson, 2000). As populações fronteiriças, independentemente de desempenharem os seus papéis na construção da fronteira nacional, jamais sacrificam os seus interesses ou abandonam os seus sentimentos de pertença local (Sahlins, 1996:293), e apesar da zona fronteiriça remeter para uma construção política inerente a cada Estado, representa um espaço de mobilidade social entre dois estados contíguos.

Ao longo do processo histórico a fronteira luso-espanhola foi simultaneamente “a highly structured (demarcated, ratified, mapped and sometimes patrolled) space, and a liminal (marginal, threshold, peripheral and sometimes transgressed) place (Sidaway, 2002:139). A transgressão como forma de vida, e a tensão entre a lógica estatal/local, forjaram na fronteira sul uma interdependência transfronteiriça, designada por Luís Uriarte (1994) como “cultura de fronteira” (1994:229). Na raia galaico-portuguesa Paula Godinho (no prelo) identifica esta realidade por “culturas de orla”, alicerçadas nos laços estabelecidos quotidianamente pelos vizinhos dum e doutro lado duma linha de demarcação, para além da construção duma relação de pertença a um Estado nacional manipulada de maneira divergente no espaço e no tempo, em função dos interesses dos indivíduos e dos grupos (no prelo:15).

As povoações fronteiriças podem pertencer a um determinado Estado mas partilharem interesses comuns com os vizinhos do outro lado da fronteira, porque as fronteiras não se marcam apenas em mapas civis e militares, mas ao nível da vida social e cultural das populações locais como demonstram alguns autores (*cf.* Uriarte, 1994; Sahlins, 1989; Cavaco, 1997; Valcuende del Río, 1998; Hernández León *et al.*, 1999;

Douglass, 1999; Pujadas Muñoz *et al.*, 1999; Moncusí Ferré, 1999 e 2003; Grimson, 2000; Cohen, 2000; Medina, 2000 e 2006; Sidaway, 2002; Montaña Conchiña, 2005; Cunha, 2006; Amante, 2007; Fitas, 2007; Godinho, 2003, 2005 e no prelo; Freire *et al.*, 2009; Cairo Carou *et al.*, 2009; Rovisco, 2008 e 2010). Para estes autores todas as fronteiras são porosas e atravessáveis quotidianamente de forma material ou simbólica pela longa interação social entre grupos, já que “aos estados pré-modernos, a que James C. Scott (1998) chama cegos, faltava o conhecimento das riquezas, das localizações exactas que servem ao estabelecimento de identidades e ao controlo das populações” (Godinho, 2003:3). Na perspectiva de Peter Sahlins (1989), os estados não impuseram unilateralmente a fronteira ou a nação à sociedade local; foram também as populações locais que, ao definirem os seus próprios limites sociais e territoriais, se serviram do Estado nacional e das fronteiras fazendo entrar “a nação na aldeia” (Sahlins, 1996:293).

Cientificamente a fronteira não tem interesse apenas como linha divisória entre dois territórios mas pela dinâmica da zona fronteiriça, “essa zona de transição entre duas individualidades políticas” (Magalhães Basto, 1923:7). Ao limitar jurídica e administrativamente o espaço entre povoações vizinhas pertencentes a diferentes “comunidades imaginadas”, separando realidades políticas e culturais, a fronteira configura “un espacio de clara confrontación y de fricción, un verdadero espacio de intercambios, un lugar permeable, dinámico por el que fluyen personas, ideas y mercancías” (Montaña Conchiña, 2005:82). Esta zona limítrofe, espaço de conflitos, de trocas materiais, culturais e simbólicas, de fluxos e refluxos de pessoas e bens, uniu e separou as populações de Barrancos, Encinasola e Oliva de la Frontera ao longo do tempo, em função das políticas dos estados ibéricos e dos interesses de grupos e indivíduos.

2.1. Barrancos na encruzilhada de uma fronteira tripla

Barrancos é o concelho mais periférico do Distrito de Beja (região do Alentejo e sub-região do Baixo Alentejo), com uma área total de 168,3 km². Segundo o censo de 2001 a população residente era de 1.924 habitantes, vindo-se a acentuar uma significativa redução até 2007. O concelho tem uma única freguesia com o mesmo nome, e como orago Nossa Senhora da Conceição. O ciclo de festividades anuais inicia-se com

o Dia de Flores, realizado na segunda-feira após o Domingo de Pascoela, que consiste numa romaria ao campo em honra de Nossa Senhora das Flores (padroeira de Encinasola), onde as famílias se reúnem num piquenique “comunitário” junto à ribeira do Murtega, no lugar do Cadaval. O segundo momento festivo é a *Fêra*, de 28 a 31 de Agosto em honra de Nossa Senhora da Conceição, que se festeja na Praça da Liberdade reunindo a componente religiosa e profana, em que as touradas com touros de morte (realizadas por matadores espanhóis) representam o momento mais significativo da festa. Os Quintos marcam o tempo festivo seguinte, consistindo num “ritual de passagem” (Van Gennep, 1909) em data móvel, entre Outubro e Novembro, organizado pelo grupo de jovens convocados para a inspecção militar. A 8 de Dezembro celebra-se o Dia da Santa Padroeira (Nossa Senhora da Conceição), iniciado com uma novena e ritualizado com a procissão pelas ruas da vila. O calendário festivo encerra com a celebração da véspera de Natal na Praça, lugar de confraternização em redor da fogueira comunitária.

População residente (n°) Sexo (HM)	Alojamentos familiares clássicos (n°)	Taxa bruta de natalidade (%)	Taxa bruta de mortalidade (%)
1 730	1 420	7,4	21,2

Fonte: INE, Estatísticas territoriais, 2007.

Em termos económicos o Sector Primário corresponde a 33,3% da actividade de uma superfície agrícola de 13.893 ha, dos quais 13.409 ha são utilizados por conta própria em olival, vinha, culturas temporárias e zonas de caça, sendo a ganadaria o sector mais rentável com a criação de gado suíno, bovino e caprino. O Sector Secundário corresponde a 24,2% da actividade económica, direccionado para a transformação de produtos certificados DOP de porco preto, como a Casa do Porco Preto - Barrancarnes (empregando 75 trabalhadores efectivos e 25 sazonais), a Boleta Barranquenha (empregando 6 trabalhadores efectivos e 3 sazonais) e os Herdeiros de Luís Fialho Alcario, empresa familiar (empregando 2 trabalhadores efectivos e 5 sazonais). A inauguração das infra-estruturas do Parque Empresarial em Maio de 2010, pelo presidente da Republica, representou um investimento camarário para estimular a iniciativa privada e a criação de postos de trabalho, num concelho com reduzido

mercado laboral. O Sector Terciário corresponde a 42,4%, da actividade económica, sendo a Câmara Municipal o principal empregador (com cerca de 100 trabalhadores efectivos). Segundo estes indicadores, Barrancos é designado como uma “área medianamente urbana”, na tipologia adoptada pelo Instituto Nacional de Estatística.²³

Urbano	Industrial	Reserva Agrícola Nacional (ha)	Reserva Ecológica Nacional (ha)
94,7	7,8	103,3	9 500,4

Fonte: INE, Estatísticas territoriais, 2007.

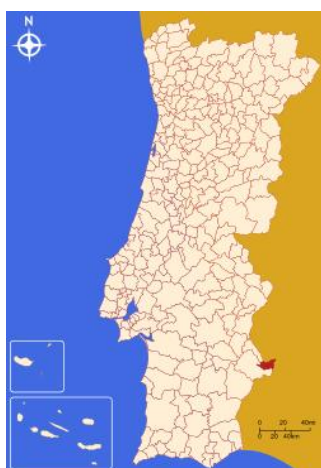
Geograficamente o concelho de Barrancos²⁴ é limitado a norte pelos municípios de Oliva de la Frontera e Valencia del Mombuey, pertencentes à província de Badajoz, região da Extremadura, e a leste pelo município de Encinasola, província de Huelva, região da Andaluzia.²⁵ A sul e oeste é limitado pelo município de Moura, e a noroeste pelo município de Mourão. Desta forma situa-se na confluência de fronteiras regionais, nacionais e áreas fronteiriças configuradas pela União Europeia, instrumentalizadas em função de interesses políticos concretos (nacionais, locais ou translocais). A fronteira política entre os dois estados ibéricos demarca identidades nacionais, independentemente da integração numa “comunidade” mais alargada, europeia. A tripla fronteira regional da Extremadura, Alentejo e Andaluzia alimenta ideários regionalistas do lado espanhol, e interesses económicos que se propagam no Alentejo. As fronteiras provinciais de Badajoz e Huelva suscitaram ambições de união no século XIX,

²³ INE: http://www.ine.pt/prodserv/retrato/retrato.asp?nomenclatura=1&R1=V1&x_nut=1_8_4_04

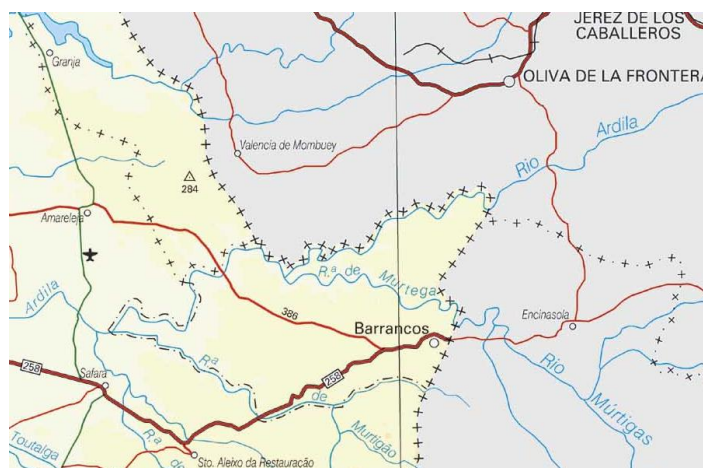
²⁴ Situação geográfica, segundo o site do município: “A vila de Barrancos, única localidade do Município dista 21 km de Santo Aleixo da Restauração (Moura), a povoação portuguesa mais próxima, Amareleja e Safara, estão a aproximadamente 26 km, Moura a 50 km e a sede de distrito, Beja, a cerca de 110 km. Lisboa, a capital fica a cerca de 250 km. Atravessando a fronteira, a povoação Espanhola mais próxima, Encinasola, está a 9 km. Oliva de la Frontera a 29 km, Fregenal de la Sierra a 32 e Zafra a 72, são algumas das localidades espanholas cuja relação com a população de Barrancos é mais intensa”. Consultável em: <http://www.cm-barrancos.pt/concelho/local.htm>, (6/5/08).

²⁵ O presidente da Câmara Municipal de Barrancos e os alcaides dos municípios espanhóis de Encinasola, Oliva de La Frontera e Valencia del Mombuey reúnem-se anualmente, em Barrancos, no mês de Agosto, para assinarem a acta de reconhecimento da linha internacional da fronteira, celebrada em cumprimento do art. 25º do Tratado de Limites entre Portugal e Espanha de 1864, e do art. 14º do Convénio de Limites de 1926, sendo supervisionada, no caso português, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Comissão de Limites entre Portugal e Espanha.

alimentadas durante a República e frustradas durante o Franquismo, na criação de uma imensa faixa territorial ligando Cáceres a Huelva (Campos Cordón, 1998). As fronteiras distritais com Beja e Évora assinalam simbolicamente a distância a que os barranquinhos se encontram das cidades portuguesas mais próximas, onde têm de recorrer por motivos de saúde, ou quando os jovens desejam frequentar o ensino superior.²⁶ As fronteiras municipais de Oliva de la Frontera, Valencia del Mombuey, Encinasola, Mourão e Moura, marcam os limites de propriedades entre vizinhos, numa uniforme paisagem de montado e olival. As novas fronteiras criadas pela União Europeia numa perspectiva economicista de desenvolvimento, delimitam áreas transfronteiriças que incluem e excluem povoações catalogadas nos NUT III, segundo a nomenclatura do POCTEP (Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (2007-2013)).²⁷



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Barrancos>



Fonte: Instituto Geográfico Português

A povoação mais próxima de Barrancos é a vila espanhola de Encinasola que dista apenas 9 km, justificando-se geograficamente a interacção social construída num tempo longo entre Barranquinhos e Marochos.²⁸ Não deixa de ser curioso notar que a

²⁶ Distância quilométrica entre Barrancos-Beja: 110km, e entre Barrancos-Évora: 107km.

²⁷ Última versão do texto do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal 2007-2013, aprovado pela Decisão da Comissão Europeia C (2009) 7886, de 14 de Outubro de 2009, PDF Texto PO 14-9-09 PT. Ver em http://www.poctep.eu/index.php?modulo=presentacion&id_area=18 (30/10/09)

²⁸ Segundo a definição criada por um grupo local o termo Marochos procede de “maroto”, remetendo para a actividade de contrabandista. Consultável em: <http://www.forociudad.com/huelva/encinasola/mensaje->

uma povoação portuguesa espelha-se outra espanhola, “como se uma e outra fossem sentinelas vigilantes de duas pátrias postas frente a frente” (Magalhães Basto, 1923:44). Por outro lado, apesar das vilas de Oliva de la Frontera e Barrancos estarem distanciadas 29 km, os seus limites municipais convergem no rio Ardila, que nunca constituiu uma linha de separação mas um elemento de aproximação entre as populações das duas margens, comprovando que não são os factores geográficos que determinam e justificam a separação entre portugueses e espanhóis.²⁹

Para as gentes da raia, a partilha deste espaço concomitante, interligado pelas similitudes das regiões periféricas, fundamenta a construção de diversificadas redes de relações sociais conformes aos interesses de diferentes grupos. A distribuição de povoações e populações na zona fronteiriça, em ambos os lados, registaram ao longo do tempo diferentes níveis de densidade populacional, correspondentes a diferentes níveis de relações. No início do século XX, a zona fronteiriça entre Elvas e Ficalho era pouco populosa, embora com densidade superior à zona espanhola correspondente, predominavam núcleos habitacionais dispersos em montes e herdades, postos de guardas fiscais e um considerável número de trabalhadores rurais, maior ou menor consoante as necessidades da agricultura nas diversas épocas do ano (Magalhães Basto, 1923). Presentemente os montes foram convertidos em empreendimentos de Turismo Rural e as herdades em zonas de caça. Quanto aos postos da Guarda Fiscal, abandonados na década de 1980, permanecem as ruínas. Os núcleos habitacionais dispersos são quase inexistentes, revertendo para uma maior concentração populacional

82948.html (20/03/07). “Marochos en la Red” é o título de um blog iniciado em Janeiro de 2006, consultável em: <http://marochos.blogspot.com/> (20/3/07).

²⁹ Na toponímia encontramos sinais do passado dando visibilidade à relação entre o local e o translocal. Em Barrancos entramos na vila pela Rua 1º de Dezembro (data da revolta pela restauração da independência de Portugal face ao domínio espanhol) que nos conduz à Rua 25 de Abril e à Rua das Forças Armadas (antiga 28 de Maio). A saída para a fronteira espanhola é feita pela Rua de Encinasola que se cruza com a Rua de Espanha (antiga Rua de Franco). Em Encinasola, a calle Barrancos e a calle Portugal (ambas de 1937) assinalam o agradecimento pelo acolhimento recebido em Barrancos em Agosto de 1936. Em Oliva de la Frontera existe o caminho vicinal De los Contrabandistas, no sentido de Barrancos, a Avenida de Portugal, a Rua Caldas da Rainha e a Rua de Encinasola. A 23 de Abril de 2010 foi inaugurado em Oliva o monumento ao Povo de Barrancos e ao tenente Seixas em agradecimento ao acolhimento dos oliveros republicanos em Barrancos em 1936. Alto Sano (Altozano) figura na toponímia das três localidades como rua e como lugar (Barrancos), remontando a sua origem aos séculos XIV (Encinasola) e XVIII (Oliva). Em Encinasola a calle Altozano mudou de nome durante a República e após o golpe militar de 1936, recuperando o nome original em 1983 (Berdun, 1990). Em Oliva a calle Altozano foi reconvertida em calle General Mola, após o golpe militar, tendo recuperado a antiga designação na década de 1980 (Vellarino Luna, 2009).

nas vilas, independentemente do processo de desertificação humana desta zona fronteiriça.

A língua representa um dos factores que potencia a comunicação entre as populações raianas portuguesas, verificando-se diferentes fenómenos linguísticos, como a evolução glossológica local presente no mirandês e no barranquenho, apesar das populações fronteiriças falarem as línguas nacionais, preservando as respectivas identidades linguísticas. O dialecto barranquenho resulta do contacto “lingüístico prolongado entre habitantes de dos lenguas románicas diferentes: el portugués, variedad alentejano, y el castellano, variedades andaluza y extremeña” (Navas Sánchez-Élez, 1992:226). Neste estudo Navas Sánchez-Élez estabeleceu uma correlação entre a comunicação linguística entre barranquenhos e espanhóis num tempo logo, com o grau de escolaridade, acentuando que o grupo escolarizado expressa-se em contexto trilingue (barranquenho, português e espanhol) contrariamente aos grupos sem escolaridade, ou que não concluíram o ensino primário, que em 1980 representavam cerca de 46% da população. Corroborando o estudo de Leite de Vasconcelos (1955), afirma que o barranquenho é um dialecto românico, misto de português e castelhano, mas seguramente de base portuguesa, apresentando traços “de las variedades alentejana, andaluza y extremeña que lo rodean, como de ciertos arcaísmos, leonesismos y mozarabismos” (Navas Sánchez-Élez, 1992:233).

A população de Barrancos e os seus vizinhos da Extremadura e da Andaluzia partilharam um processo histórico similar marcado por condições políticas, socioeconómicas e ideológicas concretas, para as quais contribuíram a influência árabe na península, a conquista cristã e o repovoamento por intervenção das ordens militares e religiosas, o sistema de vida pastoril e a agricultura como principais actividades económicas.³⁰ Posteriormente a política de desamortizações do séc. XIX concentrou a propriedade num grupo social restrito, favorecendo o subaproveitamento agrícola e aumentando as assimetrias sociais, os conflitos laborais e as alternativas de sobrevivência económica, como as migrações, o contrabando e a (e)imigração (Marcos

³⁰ Teófilo Braga referia que estas regiões, outrora prósperas sob o regime agrícola dos árabes, foram empobrecidas pela devastação da conquista cristã, pela doação de terras às ordens religiosas, e pela introdução da enfiteusa romana, conduzindo à “escravidão da terra depois da escravidão das pessoas”. A esterilidade da terra trouxe a fome periódica, a peste e a subserviência do povo às ordens religiosas. Estas atribuíam as calamidades à cólera divina, enquanto os que possuíam terras as doavam às ordens, para aplacarem as “iras divinas”. Mas “a miséria pública não dava aso a pensar, para descobrir a origem do mal (...) e só por um sistema tão habilmente montado de perversão das leis económicas, é que o catolicismo pode fazer na Península um reduto de prepotência clerical” (ver em *O Povo Português, nos seus costumes de crenças e tradições*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p.111)

Arévalo, 1998). As migrações sazonais de trabalhadores rurais acentuavam-se durante o período das ceifas devido às melhores condições salariais (*cf.* Magalhães Basto, 1923; Pereira, 1983; Medina, 2000 e 2006; Cunha, 2006). As minas de Aguablanca em Monesterio (Badajoz) e de Riotinto (Huelva) representaram a sobrevivência económica para muitas famílias durante as décadas de 1920 e 1930, abruptamente interrompida pelo deflagrar do golpe militar de 1936 em Espanha. O contrabando foi outra das actividades que contribuiu para reforçar as relações entre as populações raianas, como actividade económica alternativa sobretudo durante e após a guerra civil de Espanha (*cf.* Uriarte, 1994; Valcuende del Río, 1996, Salvado, 1996; Hernández León *et al.*, 1999; Medina, 2000, Thassio, 2000; Maçarico, 2005; Cunha, 2006, Amante, 2007; Freire *et al.*, 2009 Rovisco, 2008 e 2010).

Na década de 1960 a emigração para os países europeus e a imigração para as grandes cidades correspondeu a um fenómeno comum em ambos os lados da fronteira.³¹ Actualmente milhares de pessoas encontram-se na diáspora, regressando às suas povoações de origem nas épocas festivas para visitar os familiares e amigos, enquanto outros regressaram após a reforma permanecendo por temporadas. Em Espanha muitas famílias de exilados políticos nunca mais regressaram às suas povoações de origem, e os seus filhos e netos, nascidos noutros lugares, perderam em muitos casos os vínculos culturais com a terra dos seus pais e avós.

O município de Encinasola está situado a noroeste da província de Huelva, limitado a norte pela Extremadura, a oeste com Portugal e a sul e este com as povoações onubenses de Aroche e Cumbres de San Bartolomé respectivamente. Tem uma superfície de 180km² e uma população de 1.614 habitantes.

População de Encinasola, 2007		
Homens	Mulheres	Total
812	802	1.614

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Espanha

³¹ Como assinala Moisés Cayetano Rosado: “Los años de mayor movimiento corresponden a la década de los sesenta, siendo la sangría humana claramente importante tanto en Extremadura (que ocupa la cabecera de toda España en el proceso, porcentualmente por número de habitantes) como en Alentejo. Su efecto se hace notar en una bajada de la población regional, en tanto España y Portugal experimentan un crecimiento global” (Cayetano Rosado, 2006:1170).

Actualmente 75% da população dedica-se à agricultura e à criação de gado, 15% à construção civil e apenas 10% aos serviços. A situação periférica e a barreira natural da Serra de Aracena e Picos de Aroche impediram a comunicação com a província de Huelva e com a região da Andaluzia, contribuindo para o estabelecimento de vínculos com a Extremadura e com Portugal, especialmente com a população de Barrancos. Mas Encinasola preserva fortes traços da cultura andaluza, particularmente visíveis nas festas populares, como os rituais religiosos e pagãos em honra da Virgen de Flores.³² A festa religiosa reúne os familiares dispersos por Huelva e Sevilha, e inicia-se com a procissão no domingo de Pascoela, quando a Virgen de Flores percorre as ruas da vila abençoando as casas engalanadas, recebendo oferendas em dinheiro ou objectos de ouro, depositados no seu andor de prata. Na segunda-feira a Virgem regressa à sua capela no campo (onde permanece durante o resto do ano), em redor da qual se reúnem as famílias num piquenique comunitário. A adoração à Virgem revela um fervor religioso que não encontramos nas gentes de Barrancos, relativamente à sua Santa Padroeira, mas que está presente na religiosidade das festas de Oliva de la Frontera.

O município de Oliva de la Frontera situado a sudoeste da província de Badajoz, é limitado a Norte pelos municípios de Zahínos e Villanueva del Fresno, a sul por Portugal (Barrancos) e Encinasola (Huelva), a este pelo município de Jerez de los Caballeros e a oeste por Valencia del Mombuey e Portugal (Barrancos). Tem uma área de 149,3 Km² e uma população residente de 5.718 habitantes.

População de Oliva de la Frontera, 2007		
Homens	Mulheres	Total
2.845	2.873	5.718

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Espanha

O Sector Primário tem particular relevância na economia municipal, ocupando mais de um terço da população activa que se dedica à agricultura e à ganadaria. A agricultura caracteriza-se por pequenas explorações familiares, embora sejam as grandes explorações das Defesas que ocupam a maior área agrícola do término municipal. As numerosas azinheiras permitem a criação e engorda do porco ibérico, o principal eixo da actividade agrária e industrial da zona. A ganadaria está integrada na sua maioria por

³² Ayuntamiento de Encinasola, consultável em: <http://www.ayto-encinasola.es/index2.cfm?codigo=2200>

gado porcino, ovino, vacum e caprino. O Sector Secundário abrange um quinto da população, e grande parte da economia centra-se no sector da construção civil. O Sector Terciário corresponde a 39% da actividade económica e assenta em pequenos estabelecimentos comerciais e de reparações, restauração, nos serviços públicos e no Ayuntamiento.³³

Barrancos, Encinasola e Oliva de la Frontera partilham uma zona periférica demarcada territorialmente pela fronteira entre os estados ibéricos, e por justaposição pelas regiões da Extremadura, da Andaluzia e Baixo Alentejo. Neste espaço de delimitações territoriais nacionais e regionais emergem diferentes construções identitárias e múltiplas pertenças, forjadas na dialéctica entre o local, o regional e o nacional. Lisón-Tolosana (1980) interrogando-se sobre o que é a Espanha, reconhece diversos níveis de identificação cultural segmentados, construindo um percurso analítico da “região” à “família”. Ao analisar a “região” evidencia uma tendência crescente de regionalismos periféricos e da luta pelas autonomias após a transição democrática, principalmente na Galiza, Catalunha e País Basco, fortemente reprimidas durante o regime franquista, demonstrando-nos ainda a emergência de discursos regionalistas provenientes da Andaluzia e da Extremadura.

“Valores, ideas e ideales que abogan por la convivencia a nivel regional, creencia en entidades místicas y esencias ontológicas, unión y ayuda mutua es parte del mensaje que lanzan e inculcan esos símbolos. Cuando éstos se ritualizan o dramatizan para demostrar su interioridad frente a fuerzas o presiones externas, es decir, cuando se viven en plenitud esos símbolos, la región florece” (Lisón-Tolosana, 2004:36)

A construção de identidades locais e regionais levanta várias questões, por resultar da intervenção de redes sociais que entrelaçam elites locais e nacionais no processo de construção da diferença (Wolf & Cole, 1974), reafirmando a sua dominação ao nível do “capital simbólico e do capital económico” (Bourdieu, 1994), impondo modelos culturais homogéneos, nem sempre correspondentes aos interesses e à realidade social de todos os membros da sociedade. Como assinala Valcuende del Río, “en un espacio y tiempos concretos conviven grupos que se adscriben a unos y otros referentes simbólicos a unas y otras propuestas identitarias” (1998:75). Para Barth (1969) o processo de interacção social entre “comunidades de fronteira” constitui um

³³ Dados fornecidos pelo Ayuntamiento de Oliva de la Frontera. (Anexo)

factor determinante na construção social de “grupos étnicos”. A utilização das identidades étnicas, por parte dos próprios intervenientes no processo, servirá para se classificarem a si próprios e aos outros com propósitos interacionais, sendo esta a base organizacional na formação de “grupos étnicos”. Segundo este autor os “grupos étnicos” representam categorias de sujeição e identificação protagonizadas pelos seus intervenientes que correspondem a culturas específicas, evidenciando diferenças, conexões e fronteiras históricas, numa espécie de “irmandade” que se identifica a si própria e é identificada pelos outros com uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem. No mesmo sentido a identidade nacional é contingente e relacional, definindo-se pela demarcação social ou territorial traçada para separar um ego colectivo da sua negação implícita, o “outro” (Sahlins, 1996:286).

Os mitos, os símbolos e os valores que contribuem para a organização de “grupos étnicos” (Barth, 1969) são construções sociais que pretendem configurar identidades andaluzas, extremenhas e alentejanas; justapondo-se aos andaluzes os Marochos de Encinasola, aos extremenhas os Oliveros de Oliva de la Frontera, e aos alentejanos os Barranquinhos. Num processo de concorrência supralocal as três povoações fronteiriças reafirmam a diferença demarcando-se dos seus vizinhos, sem perderem a referência à região ou a identidade nacional. Mas como defende Valcuende del Río (1998), a existência de modelos de identificação comunais a diversos níveis (nacional, local ou supralocal) encobrem a existência de outras leituras e de outros modelos de referência territorial num mesmo tempo e espaço (1998:71). Imaginar-se membro de uma “comunidade” ou de uma nação, implica a percepção de uma diferença distinta entre “si mesmo” e os do “outro lado”, sendo essa aproximação do “outro”, do lado oposto da fronteira, que estrutura o aparecimento de uma identidade nacional mesmo antes do centro “assimilar” a sociedade local (Sahlins, 1996:26).

Leite de Vasconcelos (1955) refere a dado momento: ”quando chega a Barrancos algum aldeão de Moura, Beja, etc., dizem os Barranquinhos: é um Português, vem ali um Português! Como se eles não o fossem. Mas, não deixam de dizer a quem vem de Espanha: vem ali um Espanhol!” (Vasconcelos, 1955:10). Esta afirmação identitária como factor de alteridade, revela a identificação de um sistema classificatório construído a partir da interacção social entre grupos, em que os “outros” são simultaneamente espanhóis e portugueses. Como afirma Luís Capucha, “no espaço osmótico de uma fronteira que não separa, mas funde, o tempo sedimentou uma

estrutura cultural, social e económica cujo quadro de vida, e cuja memória, se repartem por duas sociedades de referência” (2002: 24).

A construção da diferença encontra o seu conteúdo cultural ao nível da fala, o dialecto barranquenho, ao nível ritual e simbólico da tourada e na reconstrução de mitos de um passado histórico (Valcuende del Río, 1999), materializado no castelo de Noudar, legitimando “um lugar na História” (Herzfeld, 1991). Para a socióloga Cristina Domingues foram vários os factores que contribuíram para a construção e manutenção da identidade cultural de Barrancos: o isolamento geográfico; a indefinição da fronteira durante os conflitos bélicos entre Portugal e Castela; a origem da população, maioritariamente espanhola até às primeiras décadas do século XX; a estigmatização da cultura local e a resistência, relacionadas com as Festas de Agosto no contexto nacional, e a defesa da preservação das tradições locais (Domingues, 2006). Quanto à preservação das tradições, Ema Pires (2006) diz-nos que em 1999, aquando da polémica em torno da morte dos touros, Barrancos personificava para a “Nação” a imagem mediatizada “do outro” como um “enclave de alteridade dentro de um país que se olhava como identitariamente homogéneo”, e localmente, a crescente mediatização contribuiu para um reforço e empolamento da coesão identitária, reforçando o conceito de “comunidade”.

“Em 1999, o hino nacional português começaria a ser entoado, antes da primeira corrida – televisivamente transmitida – lembrando e afirmando ao país a «portugalidade» reclamada. Esta exaltação identitária face ao exterior seria instrumentalizada crescentemente, e de vários modos, pela elite política local.” (Pires, 2006:134)

A construção identitária é um fenómeno relacional e contingente, que encontra a sua validação no reconhecimento de um sistema classificatório entre grupos que se opõem, ou seja, qualquer grupo existe por referência a outro estando associados por uma espécie de “gemelaridade” impossível de eliminar. Mas esta situação não é apenas de carácter linguístico, é antes de tudo uma situação social cuja “inexorabilidade deve ser evocada, quando se pretende compreender a especificidade do problema da identidade” (Gomes da Silva, 1994:51). “Nós somos Barranquenhos” não representa uma afirmação localista, mas uma afirmação identitária como expressão máxima de pertença a uma “comunidade” (Henri Tajfel, 1982), apesar da “ideia de comunidade” corresponder a uma ideologia dominante, ocultadora da complexidade dos fenómenos sociais, “destacando o que existe de comum entre determinados indivíduos, inseridos

em grupos mais vastos, dentro dos quais se esbatem o género, a classe, o estatuto social e a diferenciação interna” (Godinho, 2007:72). Para Tönnies (1857) a “comunidade” implica uma vivência partilhada, íntima, privada e exclusiva entre os indivíduos, como no grupo de parentesco, ao contrário da “sociedade” definida como “vida pública”, como algo em que se ingressa conscientemente e deliberadamente pela partilha de interesses comuns (Tönnies, cit. em Bottomore, 1981:106). No grupo de parentesco, no grupo de amigos, no partido político ou no grupo religioso, esta relação íntima pressupõe psicologicamente uma fusão de individualidades “num todo comum”, reduzindo o “eu” à vida e ao objectivo comum do grupo, compreendendo um tipo de simpatia e identificação mútua, do qual o “nós” resultará como a expressão máxima utilizada pelos seus membros (Bottomore, 1981:107). Num mundo globalizado, no qual as identidades tendem a perder as suas referências locais, devemos questionar-nos sobre o lugar onde se forma a criatividade cultural, como sustentáculo que une as pessoas em grupos de identidade (Gutmann, 2003). Trata-se de pensar conjuntamente três relações e problemáticas entre identidade e lugar, cultura e lugar, identidade e cultura (Agier, 2001:17), num jogo de escalas (Bensa, 2006), construindo uma relação dialéctica entre as situações e os contextos de emergência.

No caso de Barrancos a afirmação identitária reforçou-se na polémica em torno da morte do touro, opondo uma “prática cultural” local a um “movimento urbano” nacional defensor dos direitos dos animais, contrapondo “tradição” e “modernidade”. Neste contexto os Barranquenhos reinventaram-se, defendendo uma “prática cultural” legitimadora de uma “tradição identitária” frente aos “outros”, e ao próprio Estado. Como nos diz Kate Crehan (2004), as reivindicações em nome da “tradição” têm um considerável peso moral, sobretudo quando proclamadas por um grupo reconhecido pelo Estado como detentores da sua própria “cultura” (2004:74). Para Luís Capucha (2002), tratou-se de “um fenómeno social total” que, para além da festa, serviu para discutir o poder, a lei e o direito, a relação entre rural e urbano, as relações das pessoas com os animais, a cultura erudita e a subalternização das culturas populares, “a organização do Estado e a relação dos portugueses com ele, os mecanismos da política e da comunicação social, a idiosincrasia dos portugueses, entre muitos outros assuntos” (Capucha, 2002:10). Ema Pires (2006) acompanhou o processo de “exaltação de símbolos identitários” encetado pela elite local, criando autocolantes com inscrições “orgulho de ser barranquenho”, publicando livros, organizando exposições e colóquios, em que o momento mais significativo foi a inauguração, em Agosto de 2001, da estátua

do touro de bronze à entrada da vila. No discurso inaugural o presidente da Câmara, rodeado de barranquinhos e jornalistas, “considerava reunir-se naquele local, simbolicamente, *o progresso de mãos dadas com a tradição*, numa *dupla lição de resistência e civismo* (sic) ao país e ao mundo (Pires, 2006:134). Podemos sempre discutir se a morte do touro faz mesmo parte da “tradição”, ou se a sua prática está dentro dos limites permitidos pelo Estado, independentemente das reivindicações sobre tradições culturais serem vistas como soberanas, e o direito à cultura basear-se num discurso universalista (Crehan, 2004:74). Mas o facto de os barranquinhos estarem dispostos a desafiar a autoridade do Estado em nome da “tradição”, indica sobremaneira o poder simbólico conferido por esse atributo. Prova disso é que em 2002 o Parlamento português aprovou o “estatuto de excepção” para as touradas de Barrancos, e se “o Estado repôs o seu poder sobre aquela híbrida fronteira” (Pires, 2006:134), os barranquinhos impuseram novos limites às fronteiras culturais do Estado.

No contexto da atribuição da “Medalla de Extremadura” a Barrancos em 2009, a identidade local reconstruiu-se em torno dos usos da memória e dos valores culturais, como a solidariedade para com os vizinhos espanhóis durante a guerra civil de Espanha. Para isso contribuiu uma publicação da Câmara Municipal de Barrancos, na qual o presidente escreveu que “a gente barranquenha transfigura-se nos momentos difíceis e reforça a sua identidade cultural com atitudes que a dignificam, foi no passado... é no presente! A força da sua autonomia moral renasce e reforça-se em momentos de crise” (Simões, 2007:11). No discurso oficial proferido em Mérida, o presidente da Câmara exaltava para Espanha e para o mundo os valores humanos e morais de uma “comunidade local imaginada”, legitimando uma ordem social presente (Connerton, 1989:3).

O lugar da fronteira contribuiu para configurar a identidade nacional e local dos barranquinhos, num espaço geográfico partilhado por portugueses e espanhóis num tempo longo, contudo, a construção da “diferença” não resulta exclusivamente da imposição do Estado nem do poder dos localismos que a fomentam, mas também da apropriação profunda de uma dependência política real (Sahlins, 1996:301). Como assinala Michel Agier (2001), a “identidade cultural” tornou-se numa das novas formas do político, como fonte de mobilização popular em zonas rurais e urbanas, resultantes da iniciativa de indivíduos, de grupos ou de redes, que por vezes têm dificuldades em fazer compreender a especificidade que reivindicam para si (2001:22). Todavia, a fronteira representa um lugar com significado político e simbólico, cujas especificidades

contribuem para configurar identidades, forjadas na interacção social entre portugueses e espanhóis e em estratégias de resistência com repercussões a nível nacional. Ao pretendermos estabelecer uma relação entre a história política e diplomática de Portugal e Espanha, e as experiências históricas vividas pelas populações fronteiriças, partimos da fronteira, onde estas duas histórias se encontram e podem ser contadas como uma única (Sahlins, 1996:14).

2.2. Uma fronteira de múltiplas pertenças

Os estudos arqueológicos desenvolvidos no Castelo de Noudar, promovidos pelo Campo Arqueológico de Mértola sob a direcção de Cláudio Torres, apontam para uma ocupação humana do calcolítico ao final da presença islâmica, devido ao seu papel na via de comunicação ligando Beja e Moura à Via da Prata, no aproveitamento de recursos hídricos, de mineralização e de condições de defesa. A existência de uma atalaia islâmica com alcáçova, cercadas de muros de taipa é uma hipótese partilhada por Cláudio Torres, Santiago Macias e Miguel Rego, justificando nas zonas fronteiriças a existência de castelos-refúgio como alternativa à insegurança vivida pela população, “organizada em pequenas comunidades relativamente autónomas” (Catarino, 2004:343). Outro aspecto defendido por Miguel Rego para fundamentar o desenvolvimento de Noudar no período tardo-romano, era servir de passagem obrigatória na via que ligava Beja a Badajoz, passando por Moura, Noudar, Oliva de la Frontera, Jerez de los Caballeros, Barcarrota, Almendral e Badajoz (Rego, cit. em Franco, 2000:134).

As referências documentais a Noudar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo estão associadas ao processo de conquista das vilas de Serpa e Moura por D. Afonso Henriques, remontando ao séc. XII a sua ocupação por Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador (Bastos & Everard, 1982). Mas durante os séculos XI e XII as fronteiras políticas entre reinos são muito semelhantes aos limites feudais do interior do próprio reino e apenas a partir do século XIII, com o aparecimento da palavra “fronteira”, passaram a ser diferentes dos seus limites internos. A distinção entre “fronteira” e “limite” funda-se sobre conotações militares durante o século XVII, e quando se impõe a ideia de divisão entre jurisdições ou territórios recuperam-se as duas noções (Sahlins, 1996:22). Outro aspecto que caracteriza os tratados territoriais do século XIII é a ausência de uma linha de delimitação precisa, em favor de uma zona ou região

determinada, revelando que o Estado se estrutura em torno de uma soberania jurisdicional e não territorial (Sahlins, 1996:43) como no caso do Tratado de Alcañices.³⁴ Historicamente os estados da Idade Média reconheciam as cadeias montanhosas e os cursos dos rios como “fronteira natural”, e a fronteira luso-espanhola ajusta-se em grande parte do seu traçado a acidentes naturais, sobretudo a cursos de água, “cerca de 2/3 da fronteira terrestre, correspondem a rios ou a ribeiras duma importância apreciável” (Magalhães Basto, 1923:6). A referência a uma “fronteira natural” remete para uma convenção na qual não intervêm nem a providência divina nem mesmo a natureza, mas a vontade dos reis ou mais precisamente dos seus conselheiros militares. A menção a uma “fronteira histórica” inscreve-se frequentemente num modelo de reivindicação territorial que procura comprovar, a partir de documentos, a legitimidade de um traçado anterior, servindo nos séculos XIX e XX como sustentação de reivindicações nacionalistas. Independentemente das considerações sobre a questão das “fronteiras naturais”, Peter Sahlins (1996) diz-nos que no caso da delimitação territorial entre a França e a Espanha, aquando do Tratado dos Pirinéus, se demonstrou que as fronteiras naturais e históricas subentendem a concepção e a imagem do Estado unificado, contribuindo para a formulação da política real.

As concepções geográficas, históricas e estratégicas coexistem, influenciando-se mutuamente conforme os contextos e sem qualquer tipo de predominância *a priori*.³⁵ O Tratado dos Pirenéus, definido para dotar a França de uma fronteira, correspondeu mais aos objectivos da Coroa do que ao resultado do processo negocial, sendo uma fronteira fluida numa perspectiva histórica e geográfica, delimitada por interesses militares (Sahlins, 1996:55). No Tratado de Alcañices D. Dinis beneficiou de uma posição de dominação mercê do apoio dado a D. Fernando IV, contestado internamente como

³⁴ Firmado em 1297 por D. Dinis, rei de Portugal, e Fernando IV rei de Leão e Castela, e sua mãe Maria de Molina, visou três aspectos fundamentais: em primeiro lugar “fixou” os limites das fronteiras entre Portugal e Castela, ficando D. Dinis com as praças de Riba-Côa, Olivença, Campo Maior, Ouguela, Noudar, Moura e Serpa, e Castela com Aroche, Aracena, Valência, Ferreira, Esparregal e Ayamonte; em segundo lugar estabeleceu uma aliança de casamento entre Fernando IV e D. Constança, filha de D. Dinis, e entre D. Beatriz, irmã de Fernando IV, e D. Afonso, príncipe herdeiro de Portugal. Por fim há a assinalar o acordo eclesiástico, pois havia que atender aos problemas derivados do facto de alguns destes lugares estarem situados em território português e pertencerem a uma circunscrição eclesiástica castelhana e vice-versa, como no caso da vila de Noudar pertencente ao Bispado de Badajoz.

³⁵ No Tratado de Alcañices a Coroa espanhola reivindicou a delimitação territorial entre os dois estados na “fronteira natural” do rio Guadiana, enquanto a Coroa portuguesa defendeu a argumentação da “fronteira histórica”, construiu um discurso fundamentado no direito de primazia na ocupação territorial além Guadiana durante o período da Reconquista, acentuando interesses militares. Mas como defende Amorim Girão: “nas fronteiras terrestres medem-se quase sempre as forças de dois domínios políticos colocados em face um ao outro” (Amorim Girão cit. em Franco, 2000:146).

sucessor de D. Sancho IV de Castela, contribuindo “para o triunfo dos interesses portugueses” e para a “consolidação das fronteiras” (Franco, 2000:141).

No plano conceptual a estruturação da fronteira contou com a participação das Ordens Militares, criadas para “defenderem a Cristandade”, segundo uma lógica de “guerra santa”. Às Ordens Militares ficou associado um conceito de fronteira definido como horizonte de actuação e de domínio, fundamentado na diferença religiosa e cultural inerente à acção da Cruzada (Costa, 2006:79-80). Mas os vínculos orgânicos que ligavam os frades portugueses aos conventos centrais, sediados noutros reinos ibéricos, “são responsáveis por uma interpretação *sui generis* da pretensa rigidez desta demarcação”, para além de promoverem “a transposição da linha diplomática estabelecida entre os diversos estados peninsulares” (2006:80). A Ordem de Avis estava ligada à Ordem de Calatrava (sediada no Reino de Castela) gerando alguma desconfiança por parte dos monarcas portugueses, atribuindo-lhe uma sensibilidade pro-castelhana (Cunha, 2006b:72).³⁶ A organização do património da Ordem de Avis, durante o século XIII até aos finais do século XIV, sustentava-se na criação de comendas de Norte a Sul do País. Todos os territórios tinham um comendador residente, competindo-lhe a gestão e manutenção das propriedades, desde a sua distribuição por rendeiros até à cobrança de rendas, “sob pena de perderem o direito à comenda” (Cunha, 2006b:73). Os frades foram sobretudo cavaleiros, homens com funções militares que viviam sobre a regra religiosa de S. Bento, cuja missão era fundamentar a guerra que praticavam e facilitar a vida em comum de um grupo mais ou menos numeroso de homens (2006b:115). Na sequência de conflitos de poder na Ordem de Avis, e no sentido de reforçar o poder do Mestre D. Vasco Afonso, D. Dinis doa-lhe o castelo e senhorio de Noudar juntamente com as rendas de Serpa, Moura e Mourão, destinadas à manutenção daquela fortaleza. A importância atribuída por D. Dinis a Noudar justifica-se pela importância estratégico-militar na linha de fronteira, como baluarte de defesa avançado às praças de Mourão, Moura e Serpa. Em Barrancos, o castelo de Noudar, objecto de patrimonialização, legitima a pertença a uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2005) e a “um lugar na História” (Herzfeld, 1991), fixado no imaginário colectivo por meio de uma canção popular:

³⁶ Os frades de Calatrava e Avis terão chegado a Portugal entre 1175 e 1176, constituindo uma milícia vocacionada para os territórios a sul do Tejo, ligada à cidade de Évora (Costa, 2006:82).

“Castelo de Noudar/Tu és nosso encanto. /O Rei D. Dinis/ Foi assim que quis/Coroar Barrancos. //Coroar Barrancos/Que é nossa terra. /De mato cercado, /Estás situado/No alto da serra. //No alto da serra,/E ninguém te ganha/Sozinho e isolado,/Sem seres habitado/Olhando p’ra Espanha.³⁷

Os castelos e as fortalezas durante a Idade Média não foram apenas uma expressão do regime feudal, mas também um factor determinante para um conjunto de relações políticas militares, jurídicas e sociais (Ayala Martínez, cit. em Montaña Conchiña, 2005:83). Este tipo de vila fortaleza era simultaneamente uma “fronteira”, impondo uma dialéctica territorial entre “nós” e “os outros”, interno/externo, num processo de inclusão/exclusão do “amigo” e do “inimigo”. Numa época em que as zonas fronteiriças estavam sujeitas e permanentes investidas e estratégias militares de ocupação, exigiam-se modos eficazes de defesa, mas principalmente políticas de reorganização e repovoamento para a consolidação do território conquistado (Lisón-Tolosana, 1994). O processo de repovoamento, no qual a atribuição de forais revela o baixo nível demográfico nas terras recém conquistadas, incentiva o povoamento rural por meio de benesses (Catarino, 2004). Neste sentido tem particular importância a acção de D. Dinis, ao qual está ligado o primeiro foral atribuído a Noudar em 1295, e a fundação do couto de homiziados em 1308, como estratégia política de ocupação do território conquistado (Bastos & Everard, 1982 e Moreno, 1986). As doações de coutos como expressão senhorial implicavam o privilégio da proibição de entrada de funcionários régios como juízes e meirinhos na terra coutada, escusando os seus moradores do pagamento de impostos e de imunidade perante a justiça. Segundo Moreno (1986) não existe referência a outro couto no reinado de D. Dinis, aparecendo a criação do couto de Noudar como um acto isolado de um sistema ainda não institucionalizado. A criação de coutos remonta ao reinado de D. João I como medida de repovoamento em zonas devastadas pelas guerras, e em 1403 os homiziados de Noudar terão mesmo solicitado alguns benefícios que lhe foram concedidos, como visitarem livremente os lugares de Mourão, Monsaraz e Serpa “desde que nesses sítios não praticassem nenhum crime, ficando porém obrigados a permanecer em Noudar pelo tempo mínimo de seis meses” (Moreno, 1986:94). As políticas de repovoamento sustentadas na distribuição de terras e na impunidade desfrutada pelos homiziados, aumentaram o fluxo migratório de

³⁷ Consultável em: <http://estadodebarrancos.blogspot.com/2010/04/o-grupo-coral-de-barrancos.html>

portugueses e espanhóis para Barrancos. O crescimento demográfico em Castela, e a consequente diminuição de terras de pastagem, permitiu-lhes beneficiar dos privilégios dos coutos e das terras indivisas da Contenda, repovoadas por habitantes de Encinasola e Cumbres de San Bartolomé num tempo em que a Coroa portuguesa tinha dificuldades em fomentar o povoamento destes lugares (Franco, 2000:179).

À escala nacional a soberania jurisdicional sobre o território conquistado exercia-se a três níveis distintos; o primeiro entre a soberania política do rei sobre os indivíduos desse território. O segundo sobre a soberania jurisdicional da administração local que exercia a autoridade jurídica, fiscal, militar, eclesiástica, económica e comercial, constituindo uma circunscrição administrativa cujos limites nem sempre coincidiam com as fronteiras reais. A soberania jurisdicional do Antigo Regime significava que reis e princesas podiam ceder ou adquirir, por meio de tratados, jurisdições específicas sobre determinados domínios como condados, vilas e aldeias, onde se desenvolviam formas de denominação feudal e delimitações administrativas de origens diversas (Sahlins, 1996:44). No imaginário antigo, em que os estados eram definidos por centros, as fronteiras eram porosas e as soberanias esbatiam-se umas nas noutras. Razão pela qual os impérios e reinos conseguiam manter o seu domínio sobre populações muito heterogéneas e descontínuas por longos períodos de tempo. As estratégias de expansão dos reinos baseavam-se na guerra, e sobretudo nas alianças matrimoniais (Anderson, 2005: 57). Durante a regência de D. Leonor Teles de Menezes, a nobreza portuguesa tomou o partido de Castela, fenómeno justificável atendendo à diversidade de alianças matrimoniais entre a coroa e a nobreza.³⁸ À escala local as vilas acasteladas das regiões fronteiriças, como Noudar, permaneceram sob dominação de Castela, sendo possível deduzir nesta região uma indefinição de fronteiras até ao séc. XV, quando D. João II nomeia João Rodrigues de Sousa para a Capitania de Noudar (Bastos & Everard, 1982).

Em Março de 1493 D. João II manda inquirir sobre a aldeia de Barrancos reclamada por Castela, sendo esta referenciada pela primeira vez em documentos oficiais, que até então se referiam exclusivamente a Noudar (Bastos & Everard, 1982). Na contenda estavam em causa os malhões delimitadores da fronteira que os vizinhos de

³⁸ Como nos diz Fernández (2005):“La plena fijación de la frontera entre Portugal y Castilla en el último tercio del siglo XIII no impidió una gran movilidad de miembros de la nobleza portuguesa, que se establecen en Castilla temporal o definitivamente a consecuencia de conflictos políticos en Portugal” (2005:155). Por outro lado Martinell Gifre (2001) assinala a importância das alianças matrimoniais como oportunas e convenientes para os interesses do Estado, representando em muitos casos o fortalecimento da própria Casa reinante, ao ter infantas e príncipes casados em diferentes países (Martinell Gifre, 2001:12).

Encinasola todos os anos mudavam de lugar, aproximando Barrancos do território de Castela.³⁹ A aldeia tinha uma centena de vizinhos, maioritariamente espanhóis, e um dos cargos mais importantes do poder local, o de *almotacén*, era exercido por Juan Rodríguez natural de Cumbres Mayores. “La instalación de castellanos en Barrancos debió ser en buena medida el resultado de una política consciente de captación de pobladores llevada a cabo por los comendadores de Noudar” (González Jiménez, 1986:197), numa época em que o crescimento demográfico na Sierra de Aroche e a expansão da ganadaria obrigavam as populações a imigrar para terras portuguesas, ou para o reino de Granada recentemente conquistado (Collantes de Terán, 1977). A Inquirição teve lugar em Barrancos onde foram ouvidas vinte e oito pessoas, das quais vinte e duas eram naturais de povoações espanholas. Um dos inquiridos, quando interrogado pelo juiz Rodrigo de Coalla representante dos Reis Católicos, afirmou ter preferido instalar-se em Barrancos, por Granada ser “tierra que non sabían” (González Jiménez, 1986:197). Os inquiridos de origem castelhana defenderam a sua pertença ao território português, jurando que aquelas terras eram do tempo de seus avós, a cujo comendador de Noudar e Barrancos pagavam os respectivos impostos, apesar do juiz Rodrigo de Coalla os acusar de traidores e mentirosos, ameaçando confiscar-lhe os bens que possuíam em Castela. Os habitantes de Barrancos reconheciam-se como castelhanos, com bens, família e amigos em terras de Castela, mas viviam em Barrancos, onde tinham familiares e propriedades. Tratava-se de uma situação de dupla fidelidade, difícil de manter em momentos de conflito, porque se por um lado eram castelhanos, por outro não podiam deixar de reconhecer que as terras que cultivavam e pelas quais pagavam impostos eram de jurisdição portuguesa. As ameaças e os insultos do juiz Rodrigo de Coalla, descrito como um homem colérico, demasiado impetuoso e imprudente, surtiram diferentes comportamentos por parte dos seus conterrâneos. Alguns regressaram às suas localidades de origem, com receio que se cumprisse a ameaça e lhe queimassem as casas, mas a maioria permaneceu em Barrancos dispostos a enfrentar as consequências.

O caso de Barrancos constituiu para os vizinhos da Serra de Aroche um contratempo à tendência ancestral de alterar, em benefício próprio, uma fronteira imprecisa. O *almotacén* de Barrancos, Juan Rodríguez, chegou mesmo a declarar que os vizinhos de Encinasola os acusavam de defenderem os interesses portugueses, e que “se

³⁹ Tratava-se da denominada “inquirição que se tirou da aldeia de Barrancos que Castela dizia ser sua, mas que era pertença de Portugal” (Bastos & Everard, 1982).

os vizinhos da aldeia de Barrancos nela não estivessem, nem morassem, já tinham tomado a Portugal a dita aldeia e mais terra adiante” (González Jiménez, 1986:197). A incontinência verbal do juiz castelhano acerou os ânimos contra os moradores de Barrancos, e os insultos mais frequentes consistiam em chamar-lhes traidores, maus castelhanos e renegados. Mas o motivo das injúrias consistia no povoamento de Barrancos impedir a expansão dos vizinhos da Serra de Aroche, para uma área fronteiriça até então despovoada. Este acontecimento parece evidenciar que os indivíduos se apropriam das suas fronteiras e identidades usando-as contra, ou em colaboração com os centros políticos distantes. Como nos diz Peter Sahlins (1989) sobre a Cerdanya, a expressão política e social das lealdades e dos sentimentos de pertença são igualmente expressões de diferenciação e de distinção, sempre relativas e susceptíveis de se fundirem numa oposição superior mais generalizada (1996:128).

No caso da Cerdanya as identidades e lealdades não estavam fixadas definitivamente em ordem hierárquica, evoluíam constantemente de um nível a outro, apesar do fluxo constante de imigrantes franceses na Catalunha (Sahlins, 1996:129). No caso de Barrancos parece verificar-se um fenómeno idêntico, quando os seus habitantes maioritariamente de origem castelhana reivindicam a sua pertença local, em defesa das suas propriedades. Ao definirem os seus próprios limites sociais e territoriais serviram-se do Estado nacional e das suas fronteiras para reivindicarem os seus interesses, e ao fazerem entrar a Nação na aldeia, os membros da sociedade local acabaram por se transformar em portugueses. A fronteira provoca um reajustamento de movimentos populacionais ao mesmo tempo que remodela as relações transfronteiriças, abrindo caminho para um desdobramento deliberado e estratégico de línguas e identidades nacionais ao serviço de interesses locais (Sahlins, 1996:147). Este fenómeno de repovoamento, mercê da concessão de isenções fiscais e terras comunitárias gerou por um lado um contencioso judicial e territorial, mas por outro “había nacido lo que los juristas y diplomáticos del siglo XIX, que trazaron la frontera definitiva entre Portugal y España denominaron un *povo promiscuo*” (González Jiménez, 1986:197).

A preocupação do Estado pela delimitação do território e pelo recenseamento da população visando objectivos tributários, manifesta-se no reinado de D. João III. Segundo o *Livro das Terras da Ordem* (1532), a vila de Noudar era cercada por um castelo, possuindo uma freguesia onde habitavam seis famílias, e constituída pela aldeia de Barrancos situada a uma légua para sueste da vila com 72 moradores; nove viúvas, dois clérigos, os restantes castelhanos e ainda oficiais presumivelmente portugueses

(Bastos & Everard, 1982:40). Segundo o *Tombo da Raya* (1537) sabemos que Mendo Afonso de Resende foi incumbido de fazer o levantamento da fronteira portuguesa de Castro Marim a Valência. Em Barrancos é recebido pelo juiz Estevão Lourenço, pelo tabelião André Díaz escudeiro do duque de Aveiro, por Joam Golego, Joam Dellgado, Fernando d'Ansseres, Diogo Pérez Candejejo e pelos irmãos Francisco e Joam Domínguez, “todos homens bons do dito lugar onde não existem vereadores nem procurador, nem casa de câmara, nem papéis do concelho, segundo o disseram”. Os representantes do poder local de Noudar e Barrancos informaram Mendo Afonso de Resende que este termo estava bem demarcado com Castela “por malhões bem assentados”, e pela ribeira do Ardila “que não se pode mudar do lugar” (Moreno, 2003:65-66).

Para além da fixação de espanhóis ligados à criação de gado e à agricultura, outros factores económicos como o comércio e o contrabando propiciaram a fixação de portugueses e espanhóis na margem esquerda do Guadiana. No final da Idade Média consolida-se o comércio na fronteira hispano-portuguesa, articulando um mercado orientado para bens de primeira necessidade como o comércio de cereais, azeite, gado e tecidos, existindo nos séculos XV e XVI quatro zonas de entrada do gado de Castela, através de Marvão, Elvas, Olivença e Noudar para Moura (L. Miguel Duarte, cit. em Montaña Conchiña, 2005:87). A vida na fronteira permaneceu praticamente inalterável durante séculos, como nos diz Eusebio Medina (2000):

“las gentes vivían sometidas a los poderes feudales, cultivaban las tierras y cuidaban del ganado; y en tiempos de guerra (siempre provocadas por los poderosos) se refugiaban en los numerosos castillos y fortalezas que se esparcían por frontera; y cuando podían, se desplazaban a Portugal a visitar sus parientes y/o realizaban contrabando” (2000:30).

O fenómeno do contrabando em ambos os lados da fronteira, protagonizado por grupos organizados, evidenciava as relações sociais entre portugueses e castelhanos, onde as relações familiares e de amizade tinham um papel fundamental na articulação desta actividade, “no sólo en el seno de las propias cuadrillas sino también, y sobre todo, en la implantación de los circuitos de distribución y venta” (Medina, 2000:45). Os registos paroquiais dos séculos XVII e XVIII comprovam a origem espanhola de grande parte dos habitantes de Barrancos, principalmente de Encinasola e povoações vizinhas como Jerez de los Caballeros, mas também de Ourense, Pontevedra e Tui, seguidos de naturais de Barrancos, da Vila de Noudar e de Moura. Podemos também verificar uma

grande mobilidade de eclesiásticos da ordem de S. Bento de Aviz, e a diversidade de profissões como: almocreves, barbeiros, ferradores sapateiros, pastores, doutores, maiorais, licenciados, juiz ordinário, provisor-mor, rendeiros e lavradores (Cosme, 2001:109). Nestes registos encontramos também referência à existência de ciganos,⁴⁰ “pobre mendicante”⁴¹ e escravas.⁴² O comércio de escravos na fronteira luso-estremanha a partir do séc. XV, destinava-se sobretudo às elites da época, bispos, nobres e “senhores da terra” (Montaña Conchiña, 2005:92). Outros autores referem a presença de escravos no Alentejo utilizados em tarefas domésticas e posteriormente para a exploração agrícola, como Villaverde Cabral (1978), assinalando que após a abolição da escravatura, os negros alforriados “desapareceram da região, para nunca mais lá voltarem a pôr o pé” (Villaverde Cabral, cit. em Fernandes, 2006:45).

Nos finais do século XVI, princípios do século XVII, deparamos com acções colectivas por motivos fiscais, passagem de gados ou pela luta por coutadas de pasto, como movimentos de protesto espelhado em acções de rebelião e de contestação ao longo do processo histórico (*cf.* Hobsbawm, 1958; Thompson, 1963 e 1971; Scott, 1990). Os movimentos colectivos opõem as populações aos funcionários fiscais e à administração local, contra o aumento dos impostos ou contra a imposição de delimitações à passagem dos gados, que progressivamente se transformam em movimentos sociais de cariz político, visando a autoridade do Estado (Oliveira, 1991:50). Os conflitos com o poder senhorial envolviam numerosos grupos, reunindo toda ou parte da população de um lugar, na defesa de direitos ou costumes tradicionais (Thompson, 2008:70). Um dos movimentos de rebelião envolveu toda a população contra o corregedor de Beja, que pretendia marcar a comenda do conde de Linhares

⁴⁰ “Óbito de Francisca, filha de João Fernández e de Gabriela Antónia, gitanos, com todos os sacramentos, a que dei sepultura, pelo amor de Deus, nesta igreja de Nossa Senhora da Conceição; de que fiz este acento. Barrancos, 4 de Agosto de 1693” (Cosme, 2001:89).

⁴¹ “Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de mil seiscentos e noventa e cinco anos, faleceu Antonio Lopes, pobre mendicante e disse ser do termo de Évora e tinha uma avó chamada Maria Manoel. E faleceu sem sacramentos, a que dei sepultura nesta igreja de Nossa Senhora da Conceição, neste lugar de Barrancos” (Cosme, 2001:97)

⁴² Segundo os registos paroquiais existiriam nesta época em Barrancos pelo menos dois proprietários de escravas, Manoel Vaz Cordovão e Maria Henriquez. Os registos permitem identificar que a escrava Isabel Roiz foi mãe de três crianças, não permitindo o registo de óbito de um dos seus filhos saber qual a sua identidade. Os registos referentes à “escrava maior” Guiomar, permitem comprovar que morreu de parto ao dar à luz a sua filha Maria, baptizada no dia seguinte ao seu funeral. Uma constante nestes registos de baptismo é a ausência de filiação paterna com a designação: “cujo pai se não sabe”, embora todas as crianças beneficiem de padrinhos, que ao estabelecerem laços de “parentesco espiritual” contribuem para a sua integração social na comunidade.

limitando as pastagens de Noudar. Neste processo foram condenados 156 homens, embora os desembargadores que deram o parecer sobre a sentença tenham condenado apenas trinta, “considerados os mais culpados”, que serão indultados pelo rei a pedido do conde (Oliveira, 1991:72). O indulto do poder dominante não resulta de uma sensibilidade ou de uma concepção de honra, podendo confirmar um determinado nível de contestação, desde que não rompa a hegemonia do tecido social (Scott, 2003:283). Os documentos da época caracterizavam os alentejanos como “gente rebelde e agressiva, atreitos à criminalidade e sempre dispostos a pegar em armas quando vissem ameaçadas as suas liberdades, facinorosos, ferozes, indomáveis, soberbos e duros”, e também os moradores de Barrancos eram considerados “gente alevantada” (Franco, 2000:159). Mas as rebeliões camponesas são facilmente reprimidas e manipuladas devido à existência de um Estado forte, por apenas alimentarem uma visão comum e não uma estrutura organizacional de acção (Wolf, 1966).

A destruição da aldeia de Barrancos durante a Guerra da Restauração, por ordem de D. João IV, comprova o poder do Estado, independentemente da justificação de estudiosos.⁴³ Mas a guerra também serviu para criar animosidades entre vizinhos, minando o tecido social das sociedades rurais de ambos os lados da fronteira. Em Encinasola, as trincheiras construídas à saída da vila não foram suficientes para impedir a entrada das tropas portuguesas, que acabaram por se retirar deixando um rasto de destroços na praça e trinta casas queimadas.⁴⁴ Deste conflito nasceu o mito e a devoção à Virgen de Flores (Patrona de Encinasola), pela providente intervenção no caudal da ribeira do Murtigão, impedindo o avanço de tropas portuguesas (Sancha Soria, 2008:94-95). Em Oliva de la Frontera o acontecimento inscreve-se na história local, através de um manuscrito de um alegado soldado português, transcrito para castelhano:

⁴³ Segundo o Conde da Ericeira, na *História de Portugal Restaurado* (1632-1690) o motivo era o facto dos habitantes de Barrancos não optarem claramente entre a obediência a Portugal ou a Castela, acusando-os de terem trocado o idioma português pelo castelhano (Franco, 2000:160). Mas a destruição de Barrancos pode não estar directamente relacionada com as lealdades ou deslealdades dos seus habitantes em relação à coroa de Portugal ou de Castela, mas do seu comendador, o conde de Linhares, que não ter aderido à Revolução de 1640, continuando a receber honrarias da corte de Madrid onde morreu em 1647 (Franco, 2000:162).

⁴⁴ Na “Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola” (1644) estão assinaladas as vilas queimadas em Castela, e as vilas tomadas em Castela. Cortesão, Armando & Teixeira da Mota, Avelino (1987), *Portugaliae monumenta cartographica*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. 5, p. 142. Consultável em: <http://purl.pt/918>

“Después de ser tomada la Villa de Oliva por las fuerzas portuguesas, el 10 de enero del 1654, y de acuerdo con la capitulaciones acordadas entre atacantes y sitiados, el soldado Mateus Rodríguez asistió al desfile de los civiles que abandonaban la villa: no puedo contar aquí las grandes penas que este día vi, porque estas mujeres también se encuentran fuera de su tierra natal para siempre, con sus casas perdidas (...) eran entre todas 704, además de los niños, que pasaban de los 1.000 y el resto de ellos muy pequeños. Y había una mujer que llevaba dos en los brazos y tres en la espalda (envueltos en una manta), unos gimmiendo y los mas llorando. (Manuscrito de Matheus Roiz, p.385-386)⁴⁵

A História é fundamental na hora de construir e delimitar um território de um colectivo, e mais do que a História a mitologia criada em torno da mesma, sempre que se pretendem estabelecer novos limites (Valcuende del Río, 1999:218). Os historiadores constroem a História das suas nações sustentada em batalhas e capitulações militares, em ocupações territoriais, ressaltando a topologia do poder e identidades diferenciadas. Localmente o discurso histórico perpetua e enfatiza a dicotomia entre “nós” e “os outros”, sendo o ensino da História, assim como o da língua, fundamentais na afirmação de uma “comunidade imaginada” (Anderson 1983). As historiografias nacionais servem os interesses dos estados-nação na construção das identidades nacionais, apesar dos fenómenos identitários resultarem de processos históricos concretos, que remetem para a situação social, ideológica e simbólica de cada momento, condicionando as práticas dos indivíduos.

A partir de 1640 a referência a portugueses na Extremadura espanhola desaparece completamente da documentação, surgindo em seu lugar os “vizinhos derrotados” das populações fronteiriças de Encinasola, Alconchel e Villaverde del Fresno. O conflito bélico limitou as migrações, e aqueles que ficaram em Espanha tiveram de ocultar prudentemente a sua origem evitando situações conflituosas. Os portugueses apenas regressam no séc. XVIII, mas com uma presença menos relevante, devido aos conflitos políticos entre ambos os reinos que “instauró la sospecha y la vigilancia sobre todo tipo de movimiento de personas y mercancías, si bien nunca consiguió romper las relaciones sociales entre los vecinos de ambos lados de la frontera.”⁴⁶ As hostilidades entre Portugal e Espanha cessaram temporariamente com a assinatura do Tratado de Paz de 1668, permitindo novo repovoamento nesta zona da raia

⁴⁵ Excerto do texto: “Janeiro de 1654, Tomada de Oliva”, do historiador local Andrés Pérez Cuecas, consultável em: <http://www.todooliva.es/historia/index.htm>

⁴⁶ Texto de Felipe Lorenzana de la Puente, “Portugal en los Archivos Históricos de Tentudía”, enviado a la revista Terras do Cante/Tentudía el 20 de marzo de 2000, pp.2-3, gentilmente cedido pelo autor.

(Cosme, 2001:7). Neste contexto a comenda de Noudar e Barrancos é entregue ao Duque de Cadaval e Noudar mantém a sua importância estratégica como praça militar (Bastos & Everard, 1982:40). Em Julho de 1673 os oficiais da Câmara de Noudar solicitam ao rei a aprovação de um alvará concedendo aos moradores deste concelho os privilégios dos coutos, “estando os seus moradores isentos de pagar sisa, portagens, pedidos ou fintas, além de não serem penhoradas as suas armas” (Cosme, 2001:8), restabelecendo as benesses e o interesse pelo repovoamento. Posteriormente, a adesão de Portugal à Grande Aliança, unindo-se às grandes potências atlânticas (Inglaterra e Holanda) que apoiavam a pretensão de Carlos III à Coroa espanhola, vai mais uma vez repercutir-se a nível local, quando Felipe V declara guerra a Portugal. Em Maio de 1704 o Marquês de Villadarias sitia Santo Aleixo da Restauração, que viria a capitular depois de sangrentos confrontos, saqueia Aldeia Nova de São Bento e ocupa a praça de Noudar onde colocou efectivos militares (Cosme, 2001:8). Com o envolvimento de Portugal na Guerra da Sucessão (1702-1714) a praça militar de Noudar foi ocupada pelo Duque de Osuna e durante este período Noudar e Barrancos permanecem sob o domínio da coroa espanhola. Em 1714, após a assinatura do Tratado de Utreque entre a França e a Espanha pondo fim ao conflito, seguiu-se a assinatura de mais um Tratado de Paz entre Portugal e Espanha (1715), e a fortaleza de Noudar era restituída novamente à Coroa portuguesa.⁴⁷

Na sequência de um período de estabilidade política destaca-se o papel do Marquês de Pombal na reconstrução e reorganização do reino (1758), solicitando a todos os párocos descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas e administrativas, assim como informações dos prejuízos causados pelo terramoto de 1755.⁴⁸ Em Espanha, durante o reinado de Carlos IV, verifica-se o mesmo interesse pelo

⁴⁷ A descrição do padre António Carvalho da Costa diz-nos que a Vila de Noudar “é uma povoação de 400 vizinhos com um forte castelo, obra Del Rei D. Dinis, o qual o mandou povoar no ano de 1295 com os mesmos foros da cidade de Évora. (...) O seu termo é fértil de trigo, cevada e centeio, com muito gado, caça e montados; nele está situado a aldeia de Barrancos meia légua distante da raia de Castela, a qual tem uma paróquia (350 vizinhos), priorado da Ordem de Avis e uns bons palácios que foram dos condes de Linhares, comendadores de Noudar, cuja comenda anda hoje na ilustre casa do Cadaval” (Costa, 1868:421).

⁴⁸ O reconhecimento do território insere-se numa perspectiva estatocêntrica dos países, própria do Iluminismo. Neste contexto foi elaborado o *Diccionario Geographico* ou *Memorias Paroquiais* de iniciativa pombalina, em 1758, com um significativo papel na pormenorização do conhecimento do país, através dum inquérito detalhado aos párocos locais. Em 1798 seguir-se-á o Censo de Pina Manique, que inclui as terras do reino, as comarcas, as províncias e o número de fogos. No caso espanhol, o censo de Floridablanca, em 1787, resultou de um inquérito aos alcaides, com informação detalhada sobre o sexo, a idade, o estado civil, e o tipo de habitação e actividades económicas, mas menos pormenorizado que as *Memórias Paroquiais* (Godinho, no prelo:149).

conhecimento do território, sendo incumbido o geógrafo Tomás López de proceder à elaboração de um *Diccionario Geográfico*, utilizando o método de inquérito enviado a todos os arcebispados do reino.⁴⁹ O inquérito era constituído por 14 itens, reunindo o maior número de informações possíveis sobre cada localidade, e tal como no inquérito do Marquês de Pombal, o conhecimento do território ficou condicionado pelos conhecimentos e competências dos párocos locais. Ruiz González (1999) e López de Vargas Machuca (1991) organizaram as relações enviadas pelos párocos da província de Huelva e da Extremadura, permitindo-nos aceder à caracterização da vila de Encinasola e de Oliva de la Frontera. As descrições de ambos os párocos revestem-se de muitos detalhes, construindo uma imagem bastante completa das vilas, desde a origem histórica, composição do poder local, defesa fronteiriça, assim como actividades económicas, partilha das terras comunitárias e ensino, das quais seleccionamos alguns excertos.⁵⁰

As Invasões Francesas iniciam um período de instabilidade na península ibérica e nas povoações fronteiriças como Almendro e Villanueva de los Castillejos, na Andaluzia, gerando uma profunda alteração na vida social, por se converterem em quartel-general e teatro de operações das tropas que lutavam na fronteira portuguesa. As populações locais eram obrigadas a manter e alojar os exércitos com os seus próprios meios, originando o descontentamento e um movimento migratório de andaluzes para

⁴⁹ Sobre Tomás López ver: Ramos Fajardo, Carmen (1992), “El grabador y geógrafo Tomás López: anotaciones biográficas y transcripción normalizada de uno de sus mapas”, *Cuadernos de arte de la Universidad de Granada*, ISSN 0210-962X, Nº 23, pp. 317-328.

⁵⁰ O pároco Don Agustín Pereyra y Soto Sánchez informava que Encinasola no ano de 1788 tinha 591 casas num total de 750 vizinhos, descrevendo que: “Fue Plaza de Armas. Iglesia parroquial con la advocación de San Andrés Apóstol, patrono de la villa junto con Maria Santísima de las Flores, esta última desde 1642. Sus frutos principales son las cosechas de trigo y cebada, siendo la del año 1784 de 14.000 fanegas de ambos. (...) Al ser pueblo fronterizo con Portugal, hay establecida una Compañía de Milicia Urbana, compuesta de capitán, teniente y alférez, dos sargentos, cuatro cabos y cien soldados. Tienen sus vecinos privilegio de excepción de quintas. Además, igualdad de pastos, comunidad de aguas y frutos de bellota en 16 dehesas, con la villa de Aroche. Igualmente tiene comunidad de pastos, jurisdicción civil y criminal, mero y mixto imperio, con la citada villa de Aroche y la portuguesa de Mora, por sentencia dada en 1542” (Ruiz González, 1999:143).

O pároco de Oliva de la Frontera, Gerónimo Sánchez de Amaya, informava que em 1792 viviam em Oliva de la Frontera 700 vizinhos e que: “Su término de 3 leguas, pobladas de monte de encinas y alcornoque de buena calidad, en que se crían muchos cerdos, ovejas, cabras, yeguas, vacos e caza. Produce muy bien lino, trigo, cebada, avena, centeno, habas, garbanzos y muchas frutas gustosas. Divide su término con Portugal al dicho mediodía la ribera caudalosa del Ardila (...) Perteneció a los Templarios (...) El nominado Don Pedro Ponze (...) le hizo donación perpetua de un pedazo de su término a sus moradores, en que se comprehenden las Dehesas boyal Pila, Casillas y Rejido, a que las disfrutasen libremente como dueños absolutos. En efecto se aumentó el vecindario hasta 3000 vecinos, que en 1712 desampararon muchos con motivo de la guerra de Portugal e sus hostilidades” (López de Vargas Machuca, 1991:331)

localidades algarvias e alentejanas. Sebastian Ramírez, natural de Almendo, fixou-se em Vila Real de Santo António em 1849, dedicando-se ao comércio mercantil, que progressivamente alargou à pesca, como armador, e à salga de peixe, fundando a primeira indústria conserveira do Algarve, as *Conservas Ramírez*. Os cunhados de Sebastian Ramírez também se fixaram em Portugal; Manuel e Marcos na Aldeia Nova de São Bento (embora Marcos tenha prosperado como homem de negócios em Lisboa) e António García y Martin em Barrancos (Correia, 2007:14), enquanto outras famílias oriundas de Almendo, ligadas entre si por laços de parentesco, investiram em propriedades rurais em Serpa, Moura e Barrancos.

A Guerra Peninsular é historicamente evocada pelos membros das famílias de proprietários rurais e comerciantes de Barrancos para fundamentar a fixação dos seus antepassados na vila.⁵¹ Os apelidos de Vasquez, Ramírez, Blanco, García, Ortega, Pérez e Pulido chegam aos nossos dias através de múltiplas combinações decorrentes de alianças matrimoniais endógenas.⁵² Como temos vindo a assinalar, os fluxos e refluxos migratórios foram uma constante ao longo do processo histórico, e a mobilidade entre populações de um e de outro lado da fronteira, resultante de conflitos entre os estados ibéricos ou de interesses de grupos e de indivíduos, fortaleceram as relações entre portugueses e espanhóis, concorrendo para o desenvolvimento local e regional.⁵³

A fronteira hispano-portuguesa adquire nestes contextos significados distintos: durante conflitos políticos e diplomáticos representa uma fronteira fechada, patrulhada, vigiada, uma “fronteira política” (Moncusí Ferré, 1999:119) com a presença do poder estatal na sua vertente coerciva (Wilson & Donnan, 1998:9). Nas épocas de estabilidade

⁵¹ Como escreveu Leite de Vasconcelos (1955) sobre o seu anfitrião de Barrancos, José Jerónimo Vasquez: “Por causa da Guerra Peninsular, seu avô paterno se retirara de Almendo (província de Huelva) para a mesma vila, onde se estabeleceu com grosso comércio. (...) Sem embargo, rara será a família de Barrancos que não descenda de cepa espanhola, ou não possua costela espanhola” (1955:7).

⁵² Como exemplo temos o caso do já citado António García y Martin, nascido em Almendo em 1844 que casou com Madalena Pérez Barroso. Desse casamento teve três filhos: José Garcia Pérez, que casou com Teresa Vasquez Pérez Blanco (pais de António Vasquez Garcia, Presidente da CMB entre 1934-1947); António Garcia Pérez, que casou com Dolores Pérez Vasquez Garcia (pais de Madalena Garcia Pérez casada com o médico Dr. Pelicano Fernandes) e Francisco Garcia Pérez, que casou com Maria das Dores Blanco Fialho e não tiveram filhos (proprietários da herdade da Coitadinha). Fonte: Genealogias das famílias Fialho e Vasquez recolhidas em Barrancos (ver Anexos).

⁵³ Como testemunha o discurso do deputado de Moura: “Pode esperar-se, sem incorrer na exageração, que a produção de cereais, azeite e lã tem aumentado desde o ano de 1788 até hoje, em 25 por cento nos concelhos da margem esquerda do Guadiana; porque a tanto monta a quantidade de terrenos que, desde aquela época, de novo se tem roteado para a cultura dos cereais e plantação, de olivedo. Do mesmo modo e em proporção igual têm também aumentado o número de cabeças de gado e a produção de carnes.” Câmara dos Deputados, Sessão nº 75, 1861-08-17, p.2.

política entre os estados representa um limite simbólico, uma “fronteira cotidiana” (Moncusí Ferré, 1999:12) de convivência entre portugueses e espanhóis. Ao longo do tempo o poder do Estado apenas se faz sentir na periferia quando ameaçada a soberania jurisdicional e territorial, ou quando as populações locais exigem a sua intervenção. Como assinala Paula Godinho (no prelo), o Estado central é míope, distante e desconhecedor das vivências e necessidades locais, daí que “sobrepôr a lealdade a uma nação às relações localizadas será uma tarefa difícil para os representantes do Estado (Godinho, no prelo:93). O desconhecimento do território e a incapacidade do Estado se impor na periferia está bem documentado no discurso proferido pelo deputado de Moura em 1861:

“O concelho de Barrancos dista sete léguas de Moura, cabeça daquela comarca. Os seus habitantes com dificuldade, e a muito custo, podem recorrer e implorar a justiça e protecção das autoridades em favor de suas pessoas e bens. A influência benéfica do poder central, que deve fazer-se sentir nas últimas extremidades do nosso território, chega ali alguma vez sem força para manter o prestígio da autoridade e exigir dos administrados o cabal cumprimento das leis.”⁵⁴

O discurso reflecte a autonomia jurídico-administrativa da vila de Barrancos, pela forma como “os administrados” utilizam estratégias de resistência contra o poder central na defesa dos seus interesses. O desenvolvimento da consciência nacional e da territorialidade coincide com a procura de interesses e de vantagens locais, embora em contextos específicos as populações locais continuem a manifestar a sua rejeição ao Estado. A identidade nacional forja-se sobretudo em função de interesses, e o que liga as sociedades locais ao Estado é apenas a capacidade deste satisfazer as suas necessidades (Sahlins, 1996:307).

2.3. A construção das nações, e as práticas da periferia

O surgimento do nacionalismo e dos estados-nação sustenta-se em marcadores significativos como a mobilidade da população no espaço, o ensino obrigatório, a proliferação de símbolos que remetem para uma “ideia de Nação”, a criação de novos

⁵⁴ Câmara dos Deputados, Sessão nº 72, 1861-08-13, p.67.

espaços de sociabilização (sindicatos, associações, etc.) e a difusão da imprensa, que proporciona os meios técnicos para representar a “comunidade imaginada”, que é a Nação (Anderson, 2005:60). Para a conjugação destes elementos concorrem o exercício da pressão política e económica, da violência do aparato estatal, mas sobretudo as redes de comunicações unindo temporalmente as populações numa uniformização de significantes homogêneos, símbolos unificadores como um hino e uma bandeira, produtores de uma “consciência nacional” imprescindível ao estabelecimento de imaginários comuns (Ruiz Morales, 1999:171). No início do século XIX as nações ainda não têm História (Thiesse, 2000:133), caberá aos intelectuais encontrar argumentos e apetrechar as nações de “heróis nacionais”, monumentos e comemorações que justifiquem a sua existência, “enquanto aos políticos cabe transformar a fronteira num limite político-administrativo efectivo” (Godinho, no prelo:31).

No século XIX as fronteiras sofrem um processo de politização, incidindo sobre a delimitação da fronteira e a repressão concertada sobre “violações territoriais”, por aqueles que exprimem as suas soberanias territoriais como nações (Sahlins, 1996:290). O princípio nacionalista, resultante da estrutura socioeconómica da sociedade capitalista, constitui um modo de legitimação que requer que “as fronteiras étnicas não desbotem no mapa das fronteiras políticas” (Godinho, no prelo:142). As fronteiras tendem a tornar-se exactas, rigorosamente traçadas como “linhas”, pondo fim a conflitos e estratégias locais que deram sentido e substância às alterações pontuais dos novos acordos fronteiriços (Sahlins, 1996; Douglass, 1998; Godinho, no prelo). Passado o tempo das conquistas e anexações procura-se definir os limites das nações, “acabando com entrelaçamentos, situações indefinidas e miscibilidades perigosas” (Godinho, 2008:145).

Os conflitos fronteiriços entre vizinhos pelo controlo da água, das pastagens comunitárias, e a incapacidade dos estados em controlar as estratégias de sobrevivência das gentes da raia fundamentam o *Tratado dos Limites* de 1864, deixando pendente o caso da Contenda de Moura.⁵⁵ Desde 1293 que esta zona mereceu negociações e estudos de delimitação entre os dois estados, mas independentemente dos acordos firmados a

⁵⁵ O caso da Contenda de Moura era descrita por Ramos y Orcajo (1891) nos seguintes termos: “En la parte meridional de la frontera portuguesa y entre las provincias de Huelva y Alentejo existe desde tiempo inmemorial un terreno indiviso de cerca de 123km2 de superficie, que se disputaron la villa portuguesa de Moura y las españolas de Aroche y Encinasola llegando á las manos diferentes veces en los siglos XV y XVI y originando tal malestar que hubieron de llamar la atención de los gobiernos de ambos países” (1891:7).

“Contenda” manteve a conflituosidade a nível local durante quase seis séculos. Os habitantes de Barrancos e Noudar no seu direito de usufruto das ditas terras, queixaram-se ao rei de represálias de Sevilha, a quem competia a jurisdição sobre as vilas de Aroche e Encinasola (Ramos y Orcajo, 1891, Franco, 2000). A 29 de Agosto de 1504 foi assinada a “Carta da Concordata entre o rei português e o rei de Castela sobre as dúvidas que havia a respeito de certas terras juntas da vila de Moura e Noudar, que implicou a nomeação de procuradores para a decisão das mesmas diferenças.” Em 1510 procede-se a nova inquirição sobre os termos de Moura e Aroche, mostrando que nas terras da Contenda a fruição era mista entre Moura e Aroche. Em 1538 os conflitos permanecem e o administrador da Câmara de Moura envia uma carta ao rei, denunciando a violência dos moradores de Encinasola “tomando a Brás Teles, alcaide-mor e a seu criado Francisco Darede 43 vacas, por estes não consentirem que fizessem casas e pocilgas de porcos no Campo dos Gamos, que só servia para pasto de gado da vila” (Bastos & Everard, 1982). A Concordata de 1542 regula o aproveitamento comum das terras, tentando fixar os limites entre os concelhos de Moura, Encinasola e Aroche, apaziguando os conflitos de interesses entre os vizinhos de ambos os lados da fronteira. Neste acordo ficou determinado que as terras da Contenda pertenciam em plena propriedade às vilas de Aroche e Moura, sem direito de propriedade para Encinasola, embora com usufruto de todos os seus produtos. Mas a situação permaneceu conflituosa, sendo a Câmara de Encinasola acusada de repetidas violências por apreender “despoticamente os gados portugueses, conduzindo-os a Espanha até serem remidos pelo pagamento de coimas arbitrárias, e injustas”. Em Janeiro de 1803 por iniciativa do Estado espanhol, surgiu a ideia de dividir definitivamente a Contenda por “servir de refúgio a malfeitores e contrabandistas”, sobre os quais apenas podiam actuar judicialmente as respectivas vilas que a partilhavam, fugindo ao poder e controlo de ambos os estados.

Máximo Ramos y Orcajo, tenente-coronel do Estado Maior espanhol e Presidente da Comissão de Limites entre Portugal e Espanha para o Tratado da Contenda escreveu *Dehesa de la Contienda: origen, historia y estado actual; derechos de Aroche, Encinasola y Moura; proyectos de división*, registando o processo de negociações que culminou com o *Tratado da Contenda* de 1893. Em Setembro de 1803 reuniram-se em Barrancos os comissários de ambos os países para iniciarem o acordo, mas sem resultados, segundo o autor, devido “a la mala voluntad que manifestó el comisario portugués”. O impasse nas negociações manteve-se pelo facto do comissário

português defender a divisão em duas partes, e o comissário espanhol em três partes. A 19 de Setembro de 1805 o governo espanhol envia uma nova comunicação ao governo português propondo a divisão em três partes; duas iguais para Aroche e Moura e uma mais pequena para Encinasola, mas sem qualquer resultado. Somente em Dezembro de 1834 as três câmaras municipais acordaram a divisão definitiva das terras da Contenda, e em acto solene de 4 de Outubro de 1855 aprovaram essa partição.

A 14 de Março de 1865 os representantes das três câmaras reúnem-se no Tojal, onde é lido, discutido e aprovado o regulamento da sessão. Trata-se de um documento de relevante importância para o poder local, composto por quatro capítulos. O primeiro com oito secções e 26 artigos legislando sobre a utilização dos pastos, sementeiras, montes, colmeias, caça, lenha e carvão, com regras sobre a queima do restolho, estabelecendo os casos sujeitos a penalizações e as sanções a aplicar aos infractores. O segundo sobre as funções atribuídas aos guardas locais, dois por cada localidade, e sobre o poder de detenção e aplicação de multas aos infractores. Os capítulos terceiro e quarto regulamentam as disposições gerais a aplicar sobre a construção de choças, malhadas e currais, sobre a apreensão de gado, sobre epidemias, pagamento de multas e outros, “no haciendo tampoco distinción alguna entre los magistrados de las tres villas, ni entre sus habitantes” (Ramos y Orcajo, 1891:11). Em Lisboa, a 8 de Julho de 1893 foi apresentado à comissão de negócios externos o Projecto Lei n.º 33 para ser ratificado pelo governo português a convenção assinada em Madrid a 27 de Março. O Tratado da Contenda traçava no mapa a linha de demarcação entre a soberania de Portugal e de Espanha, tentando controlar uma zona desfrutada em comum durante séculos, vista de cima como uma “situação anómala, que contrariava os legítimos interesses daqueles povos, à qual põe termo a presente convenção, resolvendo um pleito antiquíssimo que ameaçava eternizar-se”.⁵⁶

Paralelamente, a Divisão Administrativa do Reino reorganiza o mapa territorial, determinando as competências dos respectivos corpos administrativos das Juntas de Paróquia, Câmaras Municipais e Juntas Gerais de Distrito. O Administrador do Concelho, escolhido pelo Governo, tinha um mandato de dois anos ao fim dos quais podia ser reeleito. As suas competências conferiam-lhe o poder administrativo e político, embora subordinado à execução das ordens, instruções e regulamentos

⁵⁶ Câmara dos Pares do Reino, Sessão Nº 37, 8-7-1893, pp.409-411, consultável em: <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2>

transmitidos pelo Governador Civil. Como “Protector dos Moradores de Concelho” competia-lhe proteger a liberdade individual, opondo-se a prisões tumultuosas ou praticadas por pessoas sem autoridade para as realizar (Franco, 2000). Com a vitória dos liberais inicia-se o processo de extinção das ordens religiosas e a confiscação de terras dos apoiantes miguelistas, tornando-se o Estado no maior proprietário de bens nacionais. Mas devido ao endividamento externo o Estado viu-se obrigado a leiloar terras e edifícios, perdendo a primeira oportunidade de realizar uma reforma agrária, mantendo desta forma a estrutura fundiária do país (Bastos & Everard, 1982). Como escreveu um proprietário rural de Elvas em 1884:

“O Alentejo era então como é ainda hoje, na sua quase totalidade dividido em grandes propriedades ou herdades, que pela maior parte pertenciam aos fidalgos, às ordens militares e religiosas, assim como, para maior mal, pertencem hoje aos homens endinheirados que por especulação têm nelas investido os seus capitais.” (Vasconcellos, 1884:12)⁵⁷

No concelho de Barrancos a Comissão Interina do Crédito Público procedeu à elaboração de um inventário de Bens Nacionais, arrematados em lotes e levados à praça pública.⁵⁸ O Castelo de Noudar e os terrenos circundantes, com uma superfície de 7.370 metros quadrados, foram leiloados “em hasta pública perante o Governador Civil do Distrito de Beja no dia 29 de Julho de 1893 ao meio-dia, pela quantia de licitação de

⁵⁷ Este excerto faz parte de um artigo de J. Vasconcellos, proprietário rural de Elvas, publicado no jornal local e posteriormente transformado em opúsculo destinado ao ministro do reino Thomaz Ribeiro. O projecto de desenvolvimento e colonização do Alentejo apresentado pelo ministro criara algumas expectativas, motivando este proprietário rural a expor publicamente “as verdadeiras causas da falta de população e do atraso da agricultura no Alentejo”. Mas a instabilidade governativa conduziu à saída do ministro, antes de ser editado o opúsculo. Contudo, ficou este trabalho de reflexão, iniciado com uma retrospectiva histórica, onde o autor apresenta um conjunto de medidas que, no seu entender, poderiam remediar “o deplorável estado presente” do Alentejo, defendendo a repartição da grande propriedade, a modernização de técnicas agrícolas e a diversificação das culturas. “Só mediante a subdivisão, de uma parte da grande propriedade do Alentejo, é que poderá ter lugar uma colonização que prospere com a prosperidade que pode trazer à província e ao País em geral; e a não se fazer assim, tudo será trabalho perdido, porque os colonos que vierem só vêm aumentar o número de desgraçados, e desgraçados há por cá já de mais” (Vasconcellos, 1884:28).

⁵⁸ No concelho de Barrancos foram levados a hasta pública diversas propriedades e imóveis dos quais recolhemos: “Lote 1597, casas com seu quintal sitas na rua da Contenda na dita Vila de Barrancos, aonde residiam os rendeiros; com frontaria casas de Isabel Maria Mendes, e com casas pequenas da íngreme Comeada.” Câmara dos Deputados, Sessão Nº 175, 1837-09-02, p.1001. “Lote 1677, Bens da Comenda de Noudar e Barrancos. Defesa denominada a Defesa Noudar, que confronta de uma parte com a da Coutadinha e da outra com a das Mercês; terá de longitude meia légua, e de latitude quase outro tanto, com a quarta parte povoada de arvoredo de azinho, e nenhuma susceptível de lavoura, e sim de pastagem no terreno de montado, e o resto estéril e montuoso.” Sessão Nº 185, 1837-09-14, p.1042. “Lote 1680, Casas do Concelho de Barrancos. Lote 1681, casas na fila do Alto Sano. Lote 1682, casas na rua de Fernando Bossa. Lote 1683, ferragial próximo à Vila.” Sessão Nº 234, 1837-11-16, p.282.

base de 300 mil reis”. No entanto esta arrematação só veio a concretizar-se em 11 de Outubro do mesmo ano por Juan Barroso Dominguez, proprietário em Barrancos, pela importância de trezentos mil e cem reis, após um processo moroso iniciado por seu pai, envolvendo durante quatro anos a burocracia e a intervenção da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, o Comando Geral de Engenharia em Lisboa, a Comissão de Engenharia em Évora, o Ministério da Fazenda, além do empenhamento do interessado e das influências de amigos “bem colocados” em Lisboa (Matos Coelho, 1997:36). Neste contexto, as famílias da burguesia andaluza, e as mais abastadas da região, adquirem grandes propriedades rurais consolidando o poder económico a nível local.⁵⁹

Em Espanha, a última etapa do reinado de Isabel II foi claramente marcada pela deterioração do sistema político e pelo agravamento da crise económica, factores fundamentais à queda da monarquia. A crise financeira de 1864-1868 causada pela euforia especulativa das desamortizações de O'Donnell, e pelo enriquecimento da oligarquia rural, agravou extraordinariamente as classes populares, despojadas pelas desamortizações e empobrecidas pelas más colheitas. Como afirma Cobo Romero (2009), a desamortização de bens eclesiásticos, civis e municipais promoveu um novo grupo social formado por uma elite de famílias de lavradores acomodados, detentores de importantes patrimónios. Na Andaluzia esta nova minoria aliou-se à nobreza terratenente procedente do Antigo Regime, fortalecendo uma nova classe dominante através de uma política matrimonial endogâmica, urdida a uma complexa rede clientelar (Cobo Romero, 2009:16). As desigualdades sociais entre as novas elites agrárias e a restante população estão profundamente ligadas aos processos de concentração patrimonial, decorrentes das leis de desamortização e ao estabelecimento de estratégias matrimoniais (Arenas Posadas, 2009:15). Outro paralelismo com a realidade portuguesa é a relação entre o poder económico e o poder político, e a sua hegemonia a nível local, regional e nacional. A representatividade parlamentar, por parte dos mais ricos de cada província, permitiu urdir mecanismos de controlo social na base de concessão de favores, no clientelismo, no caciquismo, na administração selectiva da caridade e no

⁵⁹ O castelo de Noudar e a herdade da Coutadinha foram comprados a Juan Barroso Dominguez por José Augusto Fialho e Castro, proprietário rural, que o deixou à sua filha Maria das Dores Blanco Fialho Garcia em 1920, após a morte da sua esposa. Permanecendo nesta família até 15 de Maio de 1976, altura em que se deu a reforma agrária em Portugal, e os seus proprietários foram expropriados (Calado, 2008:149). Após uma década de abandono, os proprietários venderam o castelo de Noudar à Câmara Municipal de Barrancos, e a herdade da Coitadinha à EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A., que foi reconvertida num empreendimento de turismo ecológico, designado por Parque de Natureza de Noudar, distinguido em 2009 com o Prémio BES Biodiversidade. Consultável em: <http://www.parquenoudar.com/pt/modules/smartsection/item.php?itemid=46>

controle absoluto sobre o mercado de trabalho, criando uma nova oligarquia que confundiu a política com a propriedade (Cobo Romero, 2009:16).

Na sequência da reforma administrativa do primeiro governo liberal, Barrancos passa a ser designado como concelho, elevado à categoria de vila, e integrado na comarca e distrito de Beja. Com a entrada em vigor do Código Administrativo de Costa Cabral vê ameaçada a sua independência administrativa. Na Câmara dos Deputados, designação da câmara baixa eleita pelo “povo” reunindo representantes de todas as regiões do país durante a Monarquia Constitucional, discutia-se a Lei da Divisão Administrativa e a supressão de concelhos com menos de 1.500 habitantes, escorada nas baixas contribuições municipais e na sustentabilidade das respectivas despesas públicas.⁶⁰ Neste contexto o concelho de Barrancos foi suprimido pelo decreto de 26/6/1896, e anexado ao Concelho de Moura durante um ano, seis meses e dezoito dias, sendo restaurado pelo decreto de 13/1/1898 devido à pressão das delegações locais junto de poder central (Franco, 2000).

A reforma administrativa portuguesa encontra o seu paralelismo em Espanha, onde em 1868 é apresentado um ante-projecto suprimindo todos os municípios com menos de 200 vizinhos, contemplando a possibilidade de contestação local justificando os motivos e impedimentos de tal agregação.⁶¹ Com a reforma administrativa de Javier Burgos procede-se à divisão da antiga província da Extremadura em duas novas províncias; Cáceres e Badajoz, abrindo caminho para que o termo “região” ganhasse consistência, recuperando simbolicamente a unidade territorial (Sánchez González, 2001:25). O discurso regionalista na Extremadura surge a par de outras regiões espanholas nos finais do século XIX, como reacção e consequência das reformas administrativas e demarcações territoriais na construção da Nação. Peter Sahlins (1989) analisa a emergência dos nacionalismos e regionalismos na fronteira hispano-francesa da Cerdanya, onde as primeiras aspirações autonómicas modernas da Catalunha se exprimem através do debate sobre a república federal, e a questão da identidade e da etnicidade catalã mobiliza-se para outros fins, alimentando novas reivindicações no

⁶⁰ Segundo o discurso do deputado de Moura: “Há um Concelho, por exemplo, muito raro entre nós, que tem trezentos fogos, o Concelho de Barrancos, que está a 8 léguas do Conselho de Moura, separados por escabrosas serras, de maneira que é impossível, uni-los; ali mesmo há pessoas capazes de exercerem o cargo de administrador de Concelho, e lá está um administrador muito probo e suficientemente hábil.” Câmara dos Deputados, Sessão nº 80, 1840-09-07, p.89

⁶¹ Boletín Municipal Extraordinário da Extremadura, 2/1/1868, consultável em: http://www.dip-badajoz.es/bop/bops_antiguos/boletines_pdf/1868/01/18680102_EXTRAORDINARIO.pdf

contexto de uma cultura política espanhola em ebulição. Em França a República adota uma nova legislação tornando obrigatório o serviço militar e a escola primária, tendo como resultado a assimilação tecnológica e cultural dos camponeses e a consequente transformação dos aldeãos em franceses. A Cerdanya francesa integra-se cada vez mais na economia e na cultura francesa, enquanto a Cerdanya espanhola partilha do subdesenvolvimento estrutural de Espanha, participando no movimento nacionalista catalão (Sahlins, 1996:295) O nacionalismo catalão embora não representasse um fenómeno unitário consolidava a sua identidade na língua e na cultura, como expressão de um nacionalismo político organizado. A língua foi particularmente depurada nas primeiras décadas do século XIX, no sentido de expurgar progressivamente a influência castelhana. Para os habitantes da Cerdanya espanhola, a Catalunha representava a Nação definida pela língua catalã, por oposição ao castelhano, a língua de Espanha representativa do Estado e do Império (1996:306).

Huelva, a mais ocidental das províncias andaluzas esteve unida ao reino de Sevilha até 1833, e por Decreto das Cortes de 27 de Janeiro surge pela primeira vez com os seus limites provinciais demarcados, tendo a vila de Huelva como capital. Nesta época emergia uma burguesia comercial onubense assegurando a sua independência do Reino, convertendo a capital num centro catalisador de produtos agro-pecuários e mineiros procedentes das suas comarcas. O desenvolvimento da mineração desde meados do século XIX converteu El Andévalo num centro mineiro por excelência, duplicando a sua população. Apesar de não ter provocado uma transformação na estrutura socioeconómica da região, maioritariamente agrícola, acarretou uma transferência de mão-de-obra rural para as zonas mineiras. Esta situação económica favorável motivou as elites a pressionarem o Ayuntamiento a romper com os laços económicos e administrativos que ligavam Huelva ao reino sevilhano (Campos Cordón, 1998:39). A ambição das elites onubenses era criar uma comunidade Onubo-Extremeña, impulsionada pela inauguração da linha ferroviária entre Zafra e Huelva, como oportunidade de escoamento dos produtos agrícolas da Extremadura para exportação, através do porto de Huelva (1998:56).

Em Portugal, o Ministro das Obras Publicas apresenta à Câmara dos Deputados uma proposta de investimento e desenvolvimento das vias de comunicação, trazendo ao debate, pela voz do deputado de Moura, uma análise das condições socioeconómicas do Baixo Alentejo. Na sua intervenção alerta para a necessidade de investimento na construção de uma estrada internacional, ligando o Alentejo aos centros comerciais das

províncias de Badajoz, Sevilha e Huelva, traçada por Barrancos.⁶² A resposta do executivo, pela voz do ministro das Obras Publicas João Crisóstomo, reconhece a importância de uma estrada de Moura para Espanha em direcção a Fregenal atravessando o concelho de Barrancos, todavia não estava prevista no seu projecto.⁶³ A discussão em torno do desenvolvimento regional do Alentejo e da importância das vias de comunicação alimentou várias sessões parlamentares, com particular destaque para a intervenção do deputado de Moura que nos fornece uma análise detalhada sobre os concelhos de Moura, Barrancos e Serpa, acentuando as potencialidades da indústria mineira na margem esquerda do Guadiana.⁶⁴

A exploração mineira em Barrancos inicia-se nos finais do séc. XIX quase exclusivamente com registos e concessões de Manuel Martin Pulido, num surpreendente número de registos que nem em Moura nem em Mourão teve tal incidência.⁶⁵ Os trabalhos adquirem um certo desenvolvimento em Minancos, e Manuel Martin Pulido juntamente com um grupo de sócios lisboetas fundam a Companhia de Minas Pulido em Barrancos, transferindo as suas concessões anos mais tarde. Posteriormente é formada em Londres uma nova empresa mineira, com estatutos impressos, denominada The Pulido Mining Company. Esta empresa recebe concessões mas transfere-as para The Ardilla Mining Company. Em 1907, Maria Carolina Kissan, viúva, residente em Londres, adquire as concessões e vende-as a Nadar Mining Company. Depois de um

⁶² “Situada a vila de Barrancos no ponto fronteiro e mais próximo ao que serve de limites às províncias de Huelva, Sevilha e Badajoz, distante quatro léguas do Fregenal, onde vem reunir-se as estradas de Sevilha a Badajoz, de Huelva a Cáceres, é o ponto mais adequado para a saída de nossos produtos em procura dos grandes centros de consumo daquelas províncias de Espanha, e por intermédio delas abrir comunicações com todas as províncias meridionais daquele reino, e os portos do Mediterrâneo, cuja importância mercantil, ninguém desconhece, e convém que nós nunca esqueçamos.” Câmara dos Deputados, Sessão nº 72, 1861-08-13, pp.67-68.

⁶³ Idem, Sessão nº 75, 1861-08-17, p.2.318.

⁶⁴ “Barrancos, Moura e Serpa fornecem a maior parte das lãs às fábricas de Castelo Branco e Covilhã. (...) Os produtos porém de mais-valia para aqueles povos são a criação e engordo dos gados, com especialidade do suíno. (...) Parte de seus laboriosos habitantes empregam-se em transportar géneros e mercadorias que alimentam o comércio, principalmente o de exportação, que se faz pelo ponto de Barrancos, concelho o mais próximo à fronteira de Espanha. Os estudos e indagações feitos por nossos engenheiros na margem esquerda do Guadiana fazem acreditar que naquelas localidades existem jazigos não menos ricos em mineral do que as minas de S. Domingos nas proximidades de Mértola. (...) Há ali uma industria nova a criar, mas para a qual não sendo suficientes os esforços individuais, carece de toda a solicitude e protecção do governo.” Câmara dos Deputados, Sessão nº 75, 1861-08-17, p.2.318.

⁶⁵ Mais informação sobre a exploração mineira em Barrancos pode ser encontrada na obra de Guilherme Rodrigues e João Manuel Esteves Pereira (1904-1915) *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*, 7 vol. Lisboa, João Romano Torres e C^a, vol. 2, Fl.117, pp.1830-1831.

período de abandono as concessões das minas são arrematadas por John Whittacker, algodoeiro em Manchester, sem desenvolver qualquer actividade de exploração em Barrancos. Em 1926 os testamenteiros pretendem vender as concessões ao casal John, morador na rua da Junqueira, mas com o advento do 28 de Maio o negócio não se realiza ficando nas mãos dos Herdeiros de John Whittacker, que em meados da década de 1930 deixam todas as minas na situação de “abandonadas”.

Os problemas socioeconómicos do concelho não encontraram alternativas de desenvolvimento junto do Parlamento nem dos sucessivos Governos. Ao longo do tempo o concelho de Barrancos permaneceu isolado e dependente dos interesses políticos e económicos das elites locais, apesar da rede de influência que estas possuíam na capital e no estrangeiro. A situação periférica contribuiu para as classes mais desfavorecidas procurarem alternativas no outro lado da fronteira, em sucessivos fluxos migratórios sazonais na agricultura ou na mineração. Como nos diz Peter Sahlins, o estudo a partir da periferia obriga-nos a uma reflexão permanente sobre as questões fundamentais das fronteiras, principalmente sobre a forma como os indivíduos e as “comunidades locais” se apropriam das suas “linhas imaginárias”, usando-as contra ou em colaboração com os centros políticos. Talvez por isso os protagonistas da História não são apenas os governantes, os ministros e os deputados, mas também as populações e os administradores dos concelhos, que participaram na construção das relações políticas entre os dois estados (Sahlins, 1996:15).

Quando o governo regional da Extremadura espanhola atribuiu ao município de Barrancos a “Medalla de Extremadura” de 2008, como símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento a todos os estremenhos forçados a fugir do seu País em virtude de conflitos sociais e políticos, elegeu alguns dos êxodos mais significativos da história da Extremadura, legitimando o papel de Barrancos como lugar de refúgio.⁶⁶ Mas dos acontecimentos históricos mencionados fica por referir o acolhimento em Barrancos ao regimento de sublevados, comandados pelo general Juan Prim, frequentemente evocado pelo presidente da Câmara em eventos públicos

⁶⁶ “A principios del siglo XIX para los liberales que escapaban de los Cien Mil Hijos de San Luis y, poco antes de la Guerra Civil, también para los propietarios de tierras que huían de las revueltas agrarias, y especialmente para los refugiados extremeños de la Guerra Civil Española, muchos de los cuales salvaron sus vidas gracias a la solidaria acogida dispensada a los centenares de republicanos que pudieron sobrevivir como consecuencia de la generosidad del pueblo de Barrancos.” Presidencia de la Junta, Decreto 172/2009, de 31 de julio, de concesión de la Medalla de Extremadura al pueblo de Barrancos. (2009040193). Consultável em: <http://doe.juntaex.es/pdfs/doe/2009/15100/09040193.pdf> (8/8/2009)

realizados em Portugal e em Espanha, no sentido de reafirmar a solidariedade dos Barranquinhos como valor identitário.

O general Juan Prim, defensor da Monarquia Constitucional Parlamentarista, conspirava contra Isabel II organizando golpes militares falhados que o conduziram várias vezes ao exílio em França. As suas viagens clandestinas por Espanha alimentaram o imaginário popular do “herói libertador dos desafortunados”, enquanto para Isabel II o general Prim representava um perigoso opositor político. Em 1866 o general regressou a Espanha beneficiando de um indulto real, com o objectivo de organizar um novo golpe militar. O golpe de Aranjuez, nos arredores de Madrid, não obteve apoio suficiente e Prim foi forçado a fugir para Portugal, desde Villarejo de Salvanés. Esta marcha surpreendente através de Espanha, fugindo à perseguição do exército de Isabel II, alimentou o mito do herói junto das populações, traduzido em histórias épicas de geração em geração.⁶⁷

Em Villafranca de los Barros terá trocado de carruagem seguindo em direcção à fronteira de Barrancos, onde a 20 de Janeiro de 1866 entregou à guarda do Administrador do Concelho todos os cavalos e armamento do seu Regimento evitando a rendição. Para além dos oficiais do Estado Maior o Regimento era composto por 600 homens, com “armamento, cavalos com suas monturas e arreios pertencentes aos Regimentos do exército espanhol de Husares-Calatrava e Bailén”, que posteriormente foram entregues pelo administrador do concelho aos representantes de Isabel II.⁶⁸ O

⁶⁷ “Ese asunto de Prim tiene para mí ciertas connotaciones familiares. Mi bisabuelo y mi abuelo materno tenían una herrería en la que se hacían armas y a la que habían recurrido carlistas y liberales durante el XIX. En este contexto recuerdo que siempre me contaron que, en su huida a Portugal, Prim pasó por mi pueblo y cambio de coche en la herrería de mi bisabuelo. Mi tía Carmen, hermana de mi madre, siempre me dijo que la tapa de cristal de su mesilla de noche (la mesa pequeña junto a la cama) era de una ventana del coche del general Prim.” Correspondência com Francisco Espinosa, historiador.

⁶⁸ Pela administração de Barrancos: Manuel Cláudio Pulido, administrador do concelho e António Mendes Caeiro, amanuense e escrivão autorizado por impedimento legítimo do escrivão actual. Representantes de Isabel II: Don Juan Pozuelo y Salcedo, comandante de carabineiros da Província de Huelva; Don Manuel de Arco y González, capitão do mesmo corpo e comandante; Don Miguel Garcia de la Chica, capitão da Guarda Civil e quarto tércio; Don Pablo Alvarez, tenente de carabineiros da Província de Huelva; Don Agostinho Vargas Hita, sub-tenente da Guarda Civil; Don Vitoriano Calvo y Muñoz, subtenente da Guarda Civil; Don Santiago Ramos y Garcia, sub-tenete de carabineiros; Don Eugénio Perramon y Alejandro Suh, tenente do mesmo corpo. Regimento de Husares-Calatrava e Bailem: Don Juan Prim conde de Réus y Marquez de los Castillejos, tenente general; Don Lourenço Milano, brigadeiro; Don José Marelo, coronel; Don Manuel Pavia, chefe do Estado Maior; Don Bernardo del Amo, tenente-coronel de infantaria; Don Júlio Belarde, comandante de infantaria; Don Antonio Candalija, capitão de infantaria; Don Juan Infante, tenente de infantaria; Don Juan Navarro, alferes de infantaria; Don Francisco Monteordem, auditor de guerra; Don Jeronymo Torero, 1º oficial de administração militar; Don Julian Langa, 1º sargento de administração militar e Don Manuel Sanches de la Fuente Casa Mayor, tenente-coronel. (cópia dum officio sobre Noudar expedido pelo Administrador do Concelho desta

Corpo de Carabineros e a Guardia Civil de Huelva evocaram as relações entre as duas nações e “a boa harmonia que garantisse os tratados que as ligam, e que esperavam assim fossem atendidos em sua reclamação lata”. O Administrador do Concelho Manuel Cláudio Pulido, ratificando a sua fidelidade ao rei, afirmou “ser conforme ao modo de pensar com o Governo de Sua Majestade Católica se comprazeria sempre, prestando-se a coadjuvar toda e qualquer medida a bem dos interesses daquela Nação sua amiga e aliada e a fim de provar sempre a cordial amizade que as liga.”⁶⁹

Em Lisboa, o acontecimento ficou registado na sessão de 26 de Janeiro de 1866 da Câmara dos Digníssimos Pares do Reino, através de uma notícia publicada na *Gazeta de Madrid* de 23 de Janeiro.⁷⁰ Em Barrancos o general Juan Prim ficou alojado em casa de Manuel Cláudio Pulido, seguindo posteriormente para Lisboa com o seu Estado Maior, onde foi recebido pelo seu amigo Marquês de Niza, membro da Câmara dos Digníssimos Pares do Reino. O Marquês de Niza serviu de intermediário nas conversações com o governo para oficializar a permanência do general, mas durante a estadia em Lisboa Prim divulgou um manifesto público contra o governo de Isabel II, gerando alguma tensão junto da classe política portuguesa. O manifesto suscitou o debate em torno do iberismo, criando uma situação embaraçosa para as relações diplomáticas portuguesas, obrigando o presidente do governo António Augusto de Aguiar a sugerir a repatriação de Prim. Na Câmara dos Dignos Pares do Reino o Marquês de Niza insurgia-se contra a decisão do governo, mas nem todos os Pares do Reino partilhavam das mesmas simpatias pela causa do general Juan Prim.⁷¹ Embora o

localidade ao Exmo. Sr. Governador Civil do Distrito de Beja). Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barrancos.

⁶⁹ Cópia de um ofício sobre Noudar expedido pelo Administrador do Concelho desta localidade ao Exmo. Sr. Governador Civil do Distrito de Beja, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barrancos.

⁷⁰ O ministro de Espanha em Lisboa participa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em telegrama de 22 que o governo português acabara de receber um despacho telegráfico do governador civil de Beja, comunicando que o general Juan Prim Conde de Réus e Marquês de los Castillejos tinha-se apresentado às autoridades de Barrancos com o seu Estado Maior e uma força proximamente de 600 cavalos, “declarando estar disposto a fazer entrega dos mesmos e mais do armamento e equipamento à pessoa que para esse fim fosse comissionada pelo governo espanhol, e que para o mais aguardava as ordens do governo de Sua Majestade as quais cumpriria pontualmente.” *Diário da Câmara dos Digníssimos Pares do Reino*, Sessão nº 13, 26-1-1866, p.259.

⁷¹ Na qualidade de intermediário e representante do general junto do governo português, o Marquês de Niza censura o procedimento do governo em relação ao general defendendo que o panfleto não fora datado nem divulgado Portugal, sem inicialmente ter sido publicado em Espanha acrescentando: “Por outra parte o general, tendo entrado aqui, e prescindido de qualquer subsidio, não podia deixar de ser considerado um cidadão como qualquer outro, somente responsável perante as leis, do país, as quais o manifesto por nenhum modo ofende.” (Marquês de Niza). *Câmara dos Digníssimos Pares do Reino*, Sessão nº 23, 1866-02-22, p.566

admirassem como “homem de génio e esforçado político”, viam-no como uma ameaça às boas relações diplomáticas entre Portugal e Espanha ao aproveitar o asilo político para conspirar contra o seu legítimo governo.⁷² A justificação formal para o procedimento do governo português foi apresentada por Joaquim Augusto de Aguiar, na qualidade de presidente do governo.⁷³ E após o incidente diplomático o general Prim seguiu para Londres e dali para Paris, decidido a não tentar alcançar o poder por meio de golpes militares mas de uma revolução com apoio popular, que se veio concretizar em 1868.⁷⁴

Os descendentes das antigas elites de Barrancos reproduzem as memórias sobre o general Prim e a sua estadia em casa dos seus antepassados, proprietários rurais e representantes do poder político local. Os antigos criados da casa também se apropriaram das memórias de Prim por meio de objectos, como uma terrina de sopa (oferta dos patrões) cujo valor simbólico está associado a uma refeição do general. Ao longo dos anos o retrato e as espadas oferecidas ao Administrador do Concelho permaneceram como símbolos familiares, servindo para contar a história da família. Em

⁷² O Marquês de Valada contesta ironicamente a intervenção do Marquês de Niza afirmando: “Levantou-se no país vizinho o estandarte da insurreição; e o caudilho ilustre que lhe ia à frente, mal sucedido, não encontrando o apoio que esperava, teve de abandonar o seu país, atravessou a fronteira e vem pedir hospitalidade a esta terra, acolhendo-se à sombra da bandeira portuguesa. Que sucedeu então? (...) O general Prim escreveu e fez publicar o manifesto, cujas frases escuso de ler à câmara, que perfeitamente as conhece, e cujo espírito não é menos patente.” (Marquês de Valada). Câmara dos Dignísimos Pares do Reino, Sessão nº 23, 1866-02-22, p.569

⁷³ Justificando a decisão de expulsão do general Prim, Joaquim Augusto de Aguiar esclarece os termos do acordo para a sua permanência em Portugal: “Veio o general, e fez-me a honra de me visitar; e por essa ocasião declarou-me formalmente que apenas o governo entendesse que podia fazer-lhe alguma dificuldade ou ao país a sua permanência em Portugal, estava pronto a cumprir imediatamente as ordens do governo e a retirar-se. Passou-se tempo, e apareceu isso a que não sei se chame manifesto ou proclamação. O mais exacto é chamar-lhe a uma parte manifesto, e à outra proclamação. (...) O governo viu que se dizia ter sido publicado originariamente em Espanha o manifesto de que retrata, sendo aliás certo que tinha sido escrito, assinado e publicado em Portugal; e tanto isto é assim, que o próprio general Prim reconheceu o manifesto como seu, e verdadeira a assinatura.” Câmara dos Dignísimos Pares do Reino, Sessão nº 23, p.567

⁷⁴ Mas apesar da promessa organizou um novo golpe a 21 de Junho em Madrid, com a participação de civis, e com o apoio dos sargentos e praças do quartel de San Gil. O governo reagiu de imediato, transportando o seu exército via-férrea, destroçando o golpe na noite de 22 de Junho. Muitos dos sargentos e cabos foram fuzilados e Prim, que iria ser o chefe do novo governo não chegou a sair de França, sendo expulso pelo governo francês. Durante o novo exílio na Suíça convocou uma reunião de progressistas em Agosto de 1866 em Ostende, criando sob a sua presidência um comité de democratas e progressistas, o “Comité de Ostende”. O regresso ao poder do general de Narváez acelerou os preparativos da conspiração consolidada com o Pacto de Ostende, aos quais se juntaram em 1887 a Unión Liberal. A conspiração para a deposição de Isabel II alastrou aos círculos militares e a uma extensa rede civil, através de clubes e associações progressistas e democratas, mas as conspirações continuaram sem sucesso, e o general Juan Prim acabou por abandonar a Suíça circulando por alguns países europeus, acabando por residir em Londres até ao início da “revolução” de 1868 (Muñoz de la Peña, 2006).

2008 foram expostos pela primeira vez na Junta de Freguesia, quando a Fundação Pulido Valente ofereceu à Câmara Municipal alguns bens do seu espólio particular, pertencentes a Martin Pulido, composto por documentos, livros de registo e objectos relacionados com a exploração mineira. Na mesma exposição foram exibidas fotografias e genealogias da família Pulido, que recolheram às paredes das respectivas residências assim como a espada e o retrato do general. Como guardiães de um passado memorável, os descendentes destas famílias preservam as suas histórias transmitidas de geração em geração, os objectos, as fotografias e as genealogias primorosamente construídas, perpetuando e reafirmando o *status* social, como capital simbólico para as gerações futuras. As espadas fizeram parte do domínio privado como símbolos de poder e da sua continuidade temporal, como elementos de um património colectivo de valor social insubstituível. Em 2009 um dos descendentes da família Pulido, residente em Barrancos, depositou à guarda do Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia uma das espadas, num gesto simbólico de legitimação da ordem social presente. Em torno da exposição pública da espada construiu-se um novo discurso, resgatando para a comunidade um acontecimento da sua história local, até então confinado às memórias familiares das elites rurais.

Capítulo 3. A sociedade barranquenha: ricos, pobres e remediados

*Logo eram os ricos, ricos, os senhores ricos,
logo havia uns que não precisavam de ir a trabalhar com estes ricos,
e logo então havia gente como o meu pai, infelizmente, que eram pobres trabalhadores,
que tinham que estar à espera que lhes dessem trabalho para trabalhar. (Maria José Bergano)⁷⁵*

A Praça da Liberdade é o centro da vila, ladeada pela igreja matriz, pelos edifícios da Junta de Freguesia, dos Correios, do Registo Civil e Repartição de Finanças (antiga Câmara Municipal), espaços conotados com o poder local e supralocal. Frente a frente situam-se os espaços de sociabilidade que outrora demarcaram as classes sociais: a Sociedade União Barranquense (Sociedade dos Ricos), espaço de reunião dos proprietários rurais, abastados lavradores, comerciantes e quadros superiores da Função Pública, e a Sociedade Recreativa e Artística Barranquense (Sociedade dos Rapazes, ou Sociedade dos Pobres) lugar de convívio de artesãos, de empregados do comércio, funcionários administrativos e de alguns trabalhadores rurais.

Presentemente as sociedades têm sócios comuns, mas durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas de 2009, os candidatos da Coligação Democrática Unitária PCP-PEV (CDU) elegeram a Sociedade Recreativa como cenário para uma reportagem televisiva, numa apropriação simbólica do espaço, particularizando-o e transformando-o num lugar com significado, facilmente apreendido pela “comunidade”. A CDU (concebida como factor de modernização que resgata do passado uma ideologia anunciadora do devir) preserva na sua acção política a dinâmica entre “tradição” e “modernidade”, recorrendo a símbolos tradicionais como associações, práticas culturais, ou o dialecto, usando por divisa: “Barrancos do nosso lado, porque somos barranquenhos”, à qual o partido adversário (Partido Socialista) responde

⁷⁵ Maria José Caçador Bergano (Barrancos, 1932), filha de trabalhadores rurais, foi baptizada na igreja de Barrancos e teve por padrinhos os proprietários da Herdade da Taberneira. É a mais nova de cinco irmãos. Não frequentou a Escola Primária, mas concluiu o exame da 4ª classe na escola de adultos de Barrancos. Desde muito nova que ingressou no mundo do trabalho, em criança ajudando a mãe, e após a saída de seu pai como guarda do Monte, como trabalhadora rural e empregada doméstica. Maria José nunca casou, mas teve uma filha que morreu em criança. Actualmente está reformada e vive sozinha. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 22/1/2008.

simbolicamente com a divisa: “O Futuro do nosso lado, porque Barrancos somos todos!”.⁷⁶ Os sócios mais antigos da Sociedade Recreativa reivindicam a pertença a uma classe de trabalhadores demarcada pelo *saber* de ofícios (sapateiro, pedreiro, carpinteiro, correiro, ferreiro, etc.) que conferiam poder simbólico na comunidade, comparativamente à maioria dos trabalhadores rurais, marcados pela precariedade do trabalho, impossibilitados do acesso ao ensino, e afastados da vida social na vila.

Só vivo em Barrancos desde setenta e nove, antes vivia sempre no campo. A vida no campo era má. No campo só vínhamos a Barrancos pela Feira, menos a minha mãe que vinha a Barrancos buscar para comer, e a gente lá no campo. Havia a Feira, e mesmo já grande, aí nas Mercês, eram quatro dias de Feira, eu ia ao primeiro dia, o segundo dia era para que viesse o meu pai, e assim é que fazíamos as coisas. (...) E no trabalho aqui nas Russianas era o mesmo, a gente trabalhava ali desde o nascer do sol, e até descer o sol não podíamos largar a ferramenta. Se tinha de vir aqui a Barrancos, a ver o filho ou a mulher, tinha de vir de noite, a pé, ou então com um burro. Muito má, foi muito má a vida. (Manuel Cortegano)⁷⁷

Mas a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, decorrente de conjunturas económicas, como a actividade do contrabando, a migração para a periferia da capital, a emigração, e a transformação política e social após o 25 de Abril, permitiram-lhes uma progressiva fixação na vila e a integração em espaços associativos. Actualmente quase todos os trabalhadores rurais são sócios da Sociedade Recreativa, e alguns também se associaram após a “Revolução dos Cravos” à Sociedade União Barranquense (Sociedade dos Ricos), justificando a sua adesão como uma conquista da

⁷⁶ Desde 1976 que a CDU vence as eleições autárquicas em Barrancos, excepto em 2001, em que venceu o Partido Socialista. O primeiro presidente da Câmara eleito foi Carlos Caçador Durão com um primeiro mandato em representação da FEPU (1976/1979) e o segundo pela APU (1979/1983). Ao longo das 10 eleições autárquicas (1976/2009) os partidos adversários foram sempre a FEPU/APU/CDU e o PS. O PPD/PSD apenas concorreu entre 1989 e 2001, e o CDS em 1993 e 2009. O presidente da Câmara com mais mandatos é António Pica Tereno, eleito por dois mandatos (1993/2001), e actualmente a cumprir o segundo mandato (2005/2013). Ver mapa de Eleições Autárquicas em Barrancos em anexos.

⁷⁷ Manuel Pão-Duro Cortegano (Barrancos, 1933) tinha quatro irmãos e era filho de trabalhadores rurais. Seu pai foi cabreiro na herdade das Mercês e das Russianas, onde a família viveu a maior parte da vida cuidando de gado, por isso Manuel nunca foi à escola. Casou em 1960 com Maria do Carmo Hermegildo Rico e tiveram dois filhos. Em 1961 emigrou para França, regressando a Barrancos em 1979. Trabalhou na empresa das águas, e posteriormente na Câmara Municipal, onde se reformou aos 61 anos. Actualmente dedica-se ao artesanato de cestaria em sua casa, arte que aprendeu com o seu pai. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 8/10/2009.

democracia. Contudo, a Sociedade dos Ricos ainda permanece na memória como símbolo de uma dicotomia social vinculada à dominação dos “donos da terra”, sobretudo para aqueles que não esqueceram o poder simbólico daquele lugar.

Era sócio da Recreativa, fiz-me sócio já com vinte e cinco anos (1941), sem ser sócio não ia lá, sempre tenho sido muito respeitoso para as coisas todas. Só que ainda hoje, na Sociedade de cá, não sou sócio, muitas vezes sou desafiado pelo meu genro:” - Vamos lá tomar um café!”. E não entro, só em algum serviço que precisasse é que entrava com alguma pessoa. (António Caeiro)⁷⁸

A data da fundação da Sociedade União Barranquense permanece desconhecida devido à inexistência de arquivos, mas a sua existência é referenciada em 1914, quando André Luís Pulido era Presidente da Câmara de Barrancos (Rodrigues & Pereira, 1915:1830). Os seus estatutos foram oficializados a 4 de Abril de 1944, quando a regulamentação das sociedades e associações durante o Estado Novo obrigava a sua aprovação pelo Governador Civil. Mas na memória local a criação da Sociedade remete sempre para a iniciativa de algum membro das famílias dos proprietários rurais, configurando o poder das relações de classe:

Devo ter sido metido pelo meu pai que foi o nº 1 da Sociedade, foi quem fundou a Sociedade, sou dos sócios mais velhos sem ser o mais velho. (...) O contínuo é o senhor que lá está, que é obrigado a limpar a sala, a dar as bolas para o bilhar, que é obrigado a pôr os jornais e a tirar os jornais, antigamente atendia o telefone, que o telefone público era ali. (Frederico Garcia)⁷⁹

⁷⁸ António Segão Caeiro (Barrancos, 1916) era o mais velho de quatro irmãos. O pai era seareiro e comerciante de mercearia, e a mãe costureira e tecelã. Por morte do pai teve de abandonar a escola e começou a trabalhar no campo. Aos 11 anos começou a guardar gado, ganhando 2\$50 por dia. Dormia na herdade, como os restantes trabalhadores, e de quinze em quinze dias tinha um domingo de folga para vir à vila, onde ajudava ainda nas tarefas da casa e se juntava com os amigos. Em períodos de falta de trabalho dedicava-se ao contrabando. Aos 25 anos fez-se sócio da Sociedade Recreativa, e não se fez mais cedo por não ter dinheiro para pagar as quotas. Em 1944 casou com Isabel Varela Branquinho e tiveram duas filhas. Foi seareiro e trabalhou na restauração, actualmente é o proprietário do café Currito. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 14/6/2006.

⁷⁹ Frederico Ramírez Garcia (Barrancos, 1935) filho de António Vasquez Garcia (proprietário rural, industrial e Presidente da Câmara de Barrancos de 1934 a 1947) e de Maria das Dores Garcia Ramírez. Descende de uma das antigas famílias da elite local, completou o ensino primário em Barrancos e esteve em regime de internato no Colégio de Jesuítas em Santo Tirso (como os seus primos e irmãos) mas ameaçou fugir e o pai transferiu-o para o Colégio de Beja. Formou-se em Engenharia Agrónoma e fez um estágio nos Estados Unidos. Casou com Maria Natália Goldsmidt (editora da revista *Ecos de Barrancos*)

Para Frederico Garcia a fundação da Sociedade deveu-se a uma iniciativa do seu pai (António Vasquez Garcia), enquanto para outros permanece como um espaço alugado a uma das famílias de proprietários rurais. O certo é que representou um lugar de reunião e convívio da antiga elite local, até então confinada às respectivas residências, que passaram a dispor de um espaço neutral para discutir negócios, assuntos relacionados com a administração local, ou promover actividades culturais. A Sociedade como espaço alternativo ao domínio das casas, superou os constrangimentos gerados por divergência de opiniões, susceptíveis de criarem desentendimentos familiares. Como assinala Scott (2003), as classes dominantes alimentaram sempre uma imagem pública de coesão e de crenças comuns, reduzindo ao mínimo os desacordos, as discussões informais, os comentários espontâneos, reunindo-se por excelência nos espaços fechados das casas, ou em clubes privados. As vantagens em manter os desacordos fora do olhar público são óbvias, no sentido em que os conflitos internos poderiam debilitar de alguma maneira as elites, e serem aproveitados pelos subordinados. Assim, uma fachada de união incrementava o poder das elites, afastando especulações por parte dos grupos subordinados sobre o desafio de uma possível desobediência (Scott, 2003:93). Mas para Frederico Garcia:

Aquele clube foi a necessidade de poder contactar mais pessoalmente, em vez de ter de ir à casa do primo, ou à casa do parente tal, que se juntassem num sítio, onde nessa altura faziam os bailes, levavam as senhoras, faziam-se as festas, faziam-se as quermesses, aquilo não era o que é agora. Agora praticamente é um café, mas antes não, também tinha a parte social, e foi pensando nisso e que as mulheres também gostariam de ir aos bailes e essa coisa toda, de maneira a terem mais convivência. Antigamente éramos mais separatistas do que somos agora, ir para casa um do outro não se dava muito, e então era a maneira de se juntarem, que nem era na minha casa nem do outro, era neutral, era um sítio comum de todos, essa foi a base da Sociedade.

e tiveram quatro filhos. Viveu sempre em Barrancos acompanhando o pai na gestão das propriedades, posteriormente foi Gestor Agrícola por conta de outrem. Actualmente dedica o seu tempo a uma pequena exploração agrícola, da qual é proprietário. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 16/6/2008.

A Sociedade União Barranquense está situada num edifício de dois pisos que não sofreu grandes alterações ao longo do tempo. O primeiro piso permanece como habitação particular. No piso térreo atravessamos um corredor sombrio (recordado como o “corredor da má língua”, onde os patrões recebiam informações dos seus “homens de confiança”), no fundo do corredor situa-se a zona do bar, onde os homens bebem café pela manhã ou petiscam *tapas* pela tarde. Pendurado na parede à nossa direita, num pequeno azulejo pintado à mão, emoldurado a ferro forjado preto, podemos ler: “Labra profundo y echa basura, y cágate en los libros de agricultura”, como princípio orientador da actividade agrícola. Do bar temos acesso a uma sala reservada (recordada como “O Solar dos Leões”, espaço privativo para as reuniões dos proprietários). Desta sala acedemos a um amplo salão abobadado (com a entrada principal a partir do corredor), cujas cores desbotaram com a erosão pela nicotina, iluminado por duas janelas viradas para a Praça. Nas paredes podemos apreciar várias fotos emolduradas com aspectos bucólicos de Barrancos (da Fonte da Pipa, do Cadaval, do castelo de Noudar, entre outras), da autoria do fotógrafo Zambrano Gomes.⁸⁰ O mobiliário da sala é composto por uma mesa de bilhar, por cadeiras de madeira rústica, gravadas no espaldar com as siglas SU (Sociedade União) e por amplas mesas onde os clientes habituais lêem os jornais, ou se desafiam numa partida de dominó. A presença do género feminino é inexistente (em ambas as Sociedades), suscitando a curiosidade de uns e o constrangimento de outros, excepto durante a *Fêra*, quando os visitantes invadem indiscriminadamente todos os espaços alterando temporariamente as práticas quotidianas.

O poder simbólico da Sociedade União era outrora reforçado no último dia da *Fêra*, quando os proprietários rurais ofereciam um cabresto para ser largado dentro do clube, com total permissão de danificar os respectivos bens. Tratava-se de uma espécie de *potlatch*, que para além da oferta do animal sacrificial permitia a destruição dos bens da elite como reafirmação de poder, encerrando o processo ritual da *Fêra*, como espaço de integração e coesão de uma comunidade local e socialmente imaginada. Durante os restantes dias do ano, quando algum criado ou trabalhador pretendia falar com o patrão,

⁸⁰ Zambrano Gomes nasceu em 1883 em Oliva de la Frontera e viveu em Moura, onde faleceu em 1953. Durante as décadas de 1930/1940 realizou diversos trabalhos fotográficos para a Câmara Municipal de Moura, e em Barrancos, registando a vida quotidiana das gentes, as paisagens e alguns acontecimentos oficiais. Foi proprietário de um laboratório fotográfico na Calçada da Ajuda, 179, em Lisboa, mas o seu espólio encontra-se disperso. A Câmara Municipal de Moura dedicou-lhe duas publicações coordenadas por Santiago Macias: *Moura Anos 30* (1988) e *Zambrano Gomes, fotógrafo de Moura* (2000).

entrava humildemente na Sociedade tirando o chapéu, baixando a cabeça e curvando o corpo em sinal de submissão. A deferência é sem dúvida uma das consequências de um sistema da estratificação social, e pode ser entendida como uma forma de interacção em situações onde se exerce uma autoridade tradicional. O tirar o chapéu, baixar a cabeça, ou manter o olhar baixo durante uma conversação com um superior, são actos que podem realizar-se de modo rotineiro e mecânico, como um rito ou um hábito incorporado, perante pessoas que possuem determinado *status*, ou como forma de respeito perante um superior. Em qualquer sistema de dominação os membros dos grupos subordinados são instruídos para a adopção destes ritos de deferência, para lhes evitar problemas, inculcando e reproduzindo um modelo conformista de submissão perante a classe dominante. Mas por vezes, e independentemente da deferência, a presença do trabalhador era intencionalmente ignorada, aguardando de pé o momento em que o patrão lhe permitisse o uso da palavra.

Nesse tempo os ricos, ricos, eram fascistas, tinham arrogância... Naquela Sociedade União aquilo tinha uma sala que era o ponto de encontro dos ricos. Iam ali dois Fialhos que eram irmãos, donos das Russianas, tinham a Coitadinha e o Castelo de Noudar, mais o Cadaval, que dizem que foi vendido por dois reis de mel coado. Aquilo é que eram mesmo ricos, até tinham carros descapotáveis. (António Borralho)⁸¹

Eu lembro-me de ver subir o carro dos Srs. Fialhos e ir à varanda, “- Olhem! Vem o carro do Sr. Fialho!”, ver o Sr. Fialho. Para mim era quase um deus o Sr. Fialho. Vinha num Nash todo descapotável, com um chauffeur todo fardado, e com os dois irmãos atrás, aquilo para mim era uma coisa... embora o meu pai tivesse carros, automóveis também, mas era o Sr. Fialho, o Sr. Fialho. (Frederico Garcia)

Numa sociedade rural altamente estratificada, os “senhores da terra” participavam de uma integração cultural reforçada por alianças matrimoniais, por redes sociais e por cargos públicos à escala local, regional e muitas vezes à escala nacional. A

⁸¹ António Bossa Borralho (Barrancos, 1935-2009) ficou órfão de mãe em criança e era filho de um comerciante. Realizou o exame da 4ª classe em Barrancos, e o 4º ano da Escola Comercial S. João de Deus, em Silves, onde viveu em casa do tio paterno que era guarda fiscal. Aos 18 anos iniciou a actividade de comerciante em Barrancos, e aos 31 anos casou com Maria da Conceição Santinho Escoval de quem teve um filho, e enviuvou. Quando o conhecemos mantinha a sua actividade de comerciante, ajudado pelo filho. Excerto da entrevista realizada no seu estabelecimento, em Barrancos, a 31/1/2008.

integração manifestava-se na língua, nas práticas rituais, na educação, na alimentação, no vestuário, nas diversões, e nos objectos de consumo.⁸² Paralelamente existia uma cultura popular formada pelo dialecto, pelas práticas festivas, pelos jogos e cantigas, pelo vestuário, pela alimentação e pelas redes familiares que construía os seus próprios espaços de sociabilidade e de manifestação cultural.

A Sociedade Recreativa e Artística Barranquense (cujos estatutos remontam a 23 de Junho de 1919) foi criada por artesãos e empregados do comércio vinculados aos princípios associativos republicanos, que ao longo do tempo se debateram com imensas dificuldades para concretizarem os seus objectivos e conseguirem uma sede. Como nos narraram alguns sócios mais antigos, até 1922 a Sociedade Recreativa esteve sediada na casa do Tio Pinto, passando por volta de 1940 para a casa da Tia Chiqueta, e posteriormente para a casa de Domingos Frete. Na década de 1950 os associados conseguiram reunir a verba necessária para adquirirem o edifício onde está actualmente situada, que Domingos Caiadas recorda por ter sido o seu primeiro local de trabalho quando terminou a escola primária.

Quando a Sociedade foi ali para aquela casa, ainda não havia obras. Ainda era uma casa antiga, foi quando eu fui para lá, mas logo depois eu não gostava daquilo e disse ao meu tio: - Eu me vou! E saí a trabalhar com o meu pai, e logo fui ao trabalho para aí, e logo comecei muito jovem a transportar... com os meus irmãos, tinha 14 anos. Os meus irmãos Manuel e José já andavam no contrabando. (Domingos Caiadas)⁸³

O edifício que actualmente conhecemos foi inaugurado a 13 de Abril de 1958, e o fiador bancário para as obras de ampliação foi Jorge Garcia Fialho, proprietário rural (irmão do presidente da Câmara à época), revelando a dependência económica face aos

⁸² Em Barrancos estavam registados em 1936 dezassete veículos automóveis, dos quais seis eram de aluguer (camiões e camionetas), distribuídos por oito proprietários. António Vasquez Garcia era proprietário de três veículos ligeiros com cilindradas entre 10 e 14 cavalos de cilindrada, António Blanco Fialho de dois veículos com igual cilindrada, mas José Blanco Fialho ostentava um *Oldsmobile* de 30 cavalos de cilindrada, reflectindo um estilo de vida marcador de distinção, reconhecido pelos membros do próprio grupo social. Arquivo Histórico Municipal de Barrancos. E/C, Pasta 2. Mapa dos veículos pertencentes a entidades domiciliadas na área deste concelho, 30/1/1936.

⁸³ Domingos Burgos Caiadas (Barrancos, 1929) concluiu o ensino primário em Barrancos, e começou muito jovem a trabalhar no campo e no contrabando, dentro do grupo familiar. Casou em 1957 com Maria Aurora Torrado Godinho e tiveram dois filhos. Em 1961 emigrou para França onde fez apenas duas campanhas de três meses. Trabalhou no campo como seareiro e no contrabando até 1976. Actualmente dedica o seu tempo a uma pequena exploração agrícola familiar. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 29/1/2008.

grandes proprietários em todos os domínios da vida social. José Ângelo, um dos sócios mais antigos, chegou mesmo a lamentar que nenhuma Direcção da Sociedade tivesse colocado uma placa assinalando a contribuição de Jorge Fialho para a edificação deste espaço. José Lopes Ângelo, filho de um mineiro de Riotinto e de uma trabalhadora rural era o mais novo de sete irmãos e viveu sempre na vila até aos finais da década de 1950, quando migrou para Lisboa para trabalhar como fiel de armazém na Radiotelevisão Portuguesa, de onde se reformou. Apesar de ter trabalhado no campo durante a juventude, frequentou a escola primária e foi aprendiz de sapateiro por imposição da mãe, pelo ofício constituir uma alternativa à precariedade da vida rural. Em 1936 tinha 16 anos e fez-se sócio da Sociedade, facto que representou uma excepção, pois a idade oficial era a maioridade (na época os 21 anos) e após cumprido o serviço militar obrigatório. A excepção deveu-se a uma iniciativa da Direcção face ao reduzido número de sócios (que na época incluía apenas os trabalhadores da vila), como estratégia para preservar a sobrevivência da associação. O teatro foi uma das actividades culturais que José Ângelo recordou como mais gratificante para o grupo de rapazes que dinamizavam aquele espaço, assim como a organização de bailes, uma das actividades lúdicas mais frequentes, local de encontro e convívio entre rapazes e raparigas.

O edifício, um dos mais altos da Praça (superado pelo campanário da igreja e pela torre do relógio) é formado por dois pisos, encimado por um terraço donde pudemos admirar (numa panorâmica de 360 graus) os declives do campo e do casario da vila, ou espreitarmos, pelos interstícios da multidão, as touradas na Praça. O piso térreo é composto por uma primeira sala ladeada de mesas e cadeiras (à esquerda), e por uma mesa de bilhar (à direita). Seguindo até ao extremo da sala, onde fica o bar, passamos por duas salas mais reservadas, geralmente ocupadas pelos habituais jogadores de cartas ou de dominó. O piso superior é constituído por um único e amplo salão de festas, vazio, com uma varanda virada para a Praça, que em tempo de *Fêra* serve de “camarote” para os sócios assistirem gratuitamente às touradas. Habitualmente, de manhã e ao fim da tarde, os sócios (na sua maioria reformados) sentam-se frente a frente à porta das suas Sociedades, tal como guardiões e vigilantes da “comunidade”, conversando, observando, comentando e controlando o movimento dos transeuntes.

Os espaços de sociabilidade representam sempre marcadores de distinção, e neste sentido as tabernas foram os principais lugares de convívio dos trabalhadores rurais quando vinham à vila gozar o domingo de folga, após uma semana de trabalho no campo. Na cultura europeia, as autoridades e a igreja consideraram sempre a cervejaria,

o *pub* ou a taberna como lugares de subversão, onde as classes subordinadas se reuniam depois do trabalho, numa atmosfera de liberdade estimulada pelo álcool. Como assinala Vale de Almeida (2000), beber e embriagar-se implica a possibilidade de dizer a verdade escondida pela comunidade, ou a verdade no sentido do discurso contra-hegemónico, sem ser responsabilizado ou punido (2000:186). As tabernas foram os lugares privilegiados do “discurso oculto” dos dominados, representando uma conquista da resistência, mas também espaços de trocas ritualizadas e de transmissão da cultura popular, manifestada em jogos, canções, blasfémias, apostas e desordem (Scott, 2003:178).

O café Currito mantém ainda as características que muitos barranquinhos atribuíram a essas tabernas, algumas desaparecidas, outras reconvertidas em bares e cafés. Uma das particularidades das tabernas era a existência de uma área privada, imperceptível ao cliente de ocasião, onde os contrabandistas acertavam os ganhos de mais uma noite de caminhada incerta, para depois celebrarem o regresso entre o vinho, o jogo e o canto. “- Só te fica o canto!” - diziam-lhes por vezes os amigos. Na sala reservada, anexa ao espaço público do estabelecimento, marcava-se a fronteira público/privado, e “atravessar a soleira” significava ingressar (metaforicamente) num “mundo novo” (Van Gennep; 1978:37). No “espaço público” os trabalhadores reuniam-se, conversando, cantando, bebendo e festejando o regresso a casa, após uma semana de jorna, ou da entrega de uma ou duas mochilas de café. No “espaço privado” organizavam-se as quadrilhas, acertavam-se as rotas do contrabando, ou distribuía-se os proventos da noite, como ritos de preparação para a aliança, que eram precedidos de ritos de preparação para a margem (1978:37).

As tabernas foram espaços privilegiados do “discurso oculto”, lugares onde não era necessária a dissimulação, nem reprimir a cólera perante situações de injustiça social, lugares de liberdade e de resistência política (como a taberna do tio Matafunda e do tio Mateus). Em privado, os trabalhadores troçavam do eufemismo da elite, contavam histórias jocosas sobre os representantes da autoridade, enfatizando a astúcia no “jogo do gato e do rato” do contrabando, ou gracejando sobre os critérios de diferenciação social, criando uma subcultura, um discurso contra-hegemónico relativamente à elite dominante. Martínez Alier (1968) refere como a alimentação (critério de diferenciação entre señoritos e trabalhadores rurais) era ironizada pelos trabalhadores de Córdoba: “nosotros nos comemos los ricos cardillos, y la deliciosa verdolaga, y ellos se comen elapestoso jamón y el asqueroso chorizo” (1968:99).

Também Ardener (1975) assinalava que a resistência pela ironia não trazia o poder aos fracos, mas ajudava-os a “englobar” os seus opressores (Ardener, cit. em Herzfeld, 1992). Por isso, os espaços de produção do “discurso oculto” exigiam um controle social “desde baixo”, para serem protegidos das elites, que apesar de não frequentarem assiduamente as tabernas dispunham de “hombres de confianza” (Narotzky & Smith, 2006:109) para as vigiar. A mera presença de conhecidos “homens de confiança” dos patrões, ou gente suspeita de o ser, exigia um redobrado controlo sobre a produção do “discurso oculto”, ou a sua substituição tácita pelo “discurso público” hegemónico. Os trabalhadores rurais identificavam todo aquele que pretendia dar ares de superioridade, negando as suas origens e condição, entrando em cordialidades com as elites. O desagrado podia manifestar-se em gestos de reprovação ou agressões físicas, mas formas mais subtis serviram para reforçar a consciência social dos trabalhadores rurais que viviam no campo, designando-os de *çivinas*, apesar de todos estarem subordinados ao poder dos “donos da terra”.

3.1. *Eram donos da terra, do povo, e de tudo*

Ao longo do século XX o concelho de Barrancos dependeu economicamente da agricultura e da pecuária, complementada por uma actividade mineira descontinuada e pelo comércio de exportação.⁸⁴ A exploração agrícola assentou essencialmente na produção intensiva do trigo, mas também do olival, e a pecuária incidiu na criação de gado bovino, suíno, caprino e lanígero. Até à década de 1960 a produção do trigo beneficiou de um sistema de crédito e de subsídios, assim como de uma política de comercialização e de preços controlada pelo Estado, privilegiando-a relativamente a outras produções como a pecuária (Baptista, 1980:347). O sistema latifundiário de exploração agrícola limitava o mercado de trabalho a pouco mais de seis meses, transformando o desemprego num flagelo social que acentuou as assimetrias das sociedades rurais do Sul (*cf.* Pereira, 1983; Godinho, 2001; Cutileiro, 2004; Freire *et al.*,

⁸⁴ Até ao início da década de 1930 existiu uma diversificada actividade mineira em Minancos e Aparis (pertencentes a Arthur Clive Harris) e na Malhada dos Barriches e Lyrias (pertencente a José Mira e aos herdeiros de Manuel Ramos Alcario, de José Pão-Duro e de António Serralho Rubio). Na década de 1950 as minas de Aparis são reactivadas, constituindo um importante complexo industrial, que encerrou definitivamente em 1975. O comércio de exportação foi particularmente importante para a economia local durante e após a guerra civil de Espanha, aliado ao contrabando, como veremos no Cap.6 deste trabalho.

2004; Fonseca, 2006; Fernandes, 2006; Fonseca, 2007; Carmo, 2007). Os responsáveis municipais (na sua maioria proprietários) tentavam minorizar as crises de desemprego, recorrendo durante décadas a pedidos para a comparticipação do Estado em obras públicas, “as estradas da crise” (como hoje são designadas), que geriam em função dos seus interesses agrícolas como recorda António Caeiro:

Quando havia muita crise de trabalho lá iam uma semana ou duas a trabalhar nessa estrada, logo parava, que mandavam os lavradores, quando lhes faziam falta a eles mais pessoal na ceifa, na sementeira ou no corte de poda de azinheira, eles paravam a estrada e então o pessoal tinha de ir trabalhar para ali e assim é que era a vida nesse tempo.

Durante o Estado Novo os proprietários rurais conseguiram contrariar as tentativas de reforma e de desenvolvimento da agricultura, devido à sua relação com o aparelho de Estado, contribuindo para a manutenção dos privilégios que detinham, bem como para a perpetuação do *status quo* (Fernandes, 2006:61). Neste contexto fazer-se seareiro foi um recurso empreendido por alguns trabalhadores rurais, para superarem a precariedade económica, criando a sua própria autonomia face aos “donos da terra”, apesar de obrigados a aceitarem as condições que estes impunham. Com as parcerias os proprietários rurais maximizaram o rendimento das suas terras, por um lado explorando os solos mais pobres, e por outro pela quota de parceria cobrada ser superior ao rendimento que obteriam se as cultivassem com trabalho assalariado (Baptista, 1980:357). O seareiro empregava toda a sua força de trabalho, assim como o trabalho não remunerado do seu grupo familiar, estando dependente de um bom, ou mau ano agrícola, como recordou Domingos Caiadas:

Eu me lembro, era rapaz novo, foi no 45, um ano de seca má, má, o meu pai tinha uma seara grande, grande e não se colheu nada, nada. Depois o 46 foi um ano frutífero em Portugal, um ano louco mesmo de seara, depende dos anos. Era melhor, mais rentável, mas a gente trabalhava mais do que a pessoa que tivesse à jorna, porque não tinha horário, está a compreender? Mas não estava debaixo dos grandes latifúndios, esta é que era a vantagem, e sempre se vivia melhor de quem estivesse aí só com aquela migalhita, mal pagos.

O cultivo da terra assente no trabalho assalariado estabeleceu uma relação capitalista entre o proprietário rural, detentor dos meios de produção, e o trabalhador assalariado que vendia a sua força de trabalho. As relações de produção estabeleciam o carácter das relações sociais entre proprietários e trabalhadores nas atitudes e crenças que desenham as classes sociais (Martínez Alier, 1968:333). Por outro lado, o corporativismo (ideologia anti-individualista e antiliberal, anti-socialista e anti-sindicalista, instrumento de conciliação dos conflitos económico-sociais) representou um dos elementos estruturantes do Estado Novo (Moreira, 2004:434), pretendendo “harmonizar e atenuar” as relações de classe, ao mesmo tempo que se mantinham as divisões sociais e o hiato entre ricos e pobres (Fernandes, 2005:65). Neste sistema verificavam-se algumas formas de diferenciação entre os trabalhadores rurais permanentes, os concertados (contratados ao ano), e os trabalhadores temporários contratados à jorna, ameaçados pela precariedade do trabalho rural (Baptista, 1980:358). O jornaleiro detinha como valor a honestidade (Narotzky & Smith, 2006:108), salvaguardando o seu prestígio de bom trabalhador para garantir melhores possibilidades de emprego, acalentando a esperança de se tornar um concertado nas herdades (Cutileiro, 2004:62).

Havia um núcleo sempre estável, pelo menos na casa do meu pai, e depois aumentava-se mais ou menos pessoal segundo as datas, as ceifas, as debulhas, os cortes, as sementeiras, havia alturas em que se metia pessoal, era chamado “meter pessoal”, mas havia um núcleo da herdade mesmo. Normalmente já vinha de velhos, estava o pai, já estava o filho e às vezes já estava um neto a trabalhar em conjunto, e esses mantinham-se no trabalho diário, e o encarregado, nas maiores fases vinha a Barrancos contratar pessoal ao mês, ou por quinzena, ou à semana, conforme as necessidades do trabalho, além do pessoal da herdade. O núcleo eram os criados da casa, o meu pai tinha dez ou doze sempre, e contratava mais vinte ou trinta porque também tinha mais herdades, outros tinham um ou dois, e eram capazes de contratar três ou quatro mais. O encarregado servia de mediador e de contratador de pessoal, acordava com o patrão o número de pessoal a contratar e normalmente esses homens já vinham de uns anos para os outros, mas ia sempre procurar os mesmos, só no caso de esses não poderem, ou já terem sido contratados contratava outros, mas normalmente eram sempre os mesmos. (Frederico Garcia)

Em Barrancos existiram grandes propriedades, como a herdade das Russianas (Russianas de Cima, Russianas do Meio e Russianas de Baixo) com 3.123 hectares, e a herdade da Coitadinha com 994 hectares, pertencentes à Casa Fialho, uma empresa agrícola que foi durante décadas a maior empregadora do concelho, conseguindo assegurar uma centena de postos de trabalho permanentes.⁸⁵ As restantes herdades como Aparis (904 hectares), Butefa (886 hectares), Taipas (798 hectares), Cardador (723 hectares), Taberneira (667 hectares), Mercês (664 hectares), entre outras, deviam a sua dimensão à concentração fundiária de parcelas adquiridas a pequenos proprietários, como o monte do Clemente (nas Mercês), que Clemente Marques recorda ter sido vendido pelo avô *por um copo de vinho e um par de botas*. Todas as herdades mantinham um número fixo de trabalhadores contratados ao ano e durante décadas, em função das exigências da exploração e das qualidades profissionais dos trabalhadores, mas também das lealdades para com os patrões. A inexistência de alternativas de trabalho e a fraca mobilidade social no mundo rural contribuiu para que os contratos passassem de pais para filhos, reforçando o sistema de subordinação e de dependência face aos “donos da terra”, como recordam alguns trabalhadores concertados:

Nós fomos todos criados nas Russianas. (...) O meu pai tratava os bois que iam a lavourar, e nós ajudávamos, toda a vida foi assim e mortos com fome. Vivíamos numa malhada que hoje a têm melhor os porcos que tínhamos nós. Eles pagavam pouco e nós tínhamos de estar aguentando aquilo, vivemos em malhadas, e quando metíamos as vacas na cabana estavam os bois e estávamos nós também, dormindo ali no chão, e o mijo dos bois correndo debaixo da enxerga da palha, o que havia era isso, uma miséria (...) Davam-lhe meia dúzia de alqueires de trigo e a gente moía a farinha no moinho da ribeira, e a amassava a minha mãe, metendo a lenha no forno e ali fazíamos o pão e o comíamos. (Carlos Caçador)⁸⁶

⁸⁵ A Casa Agrícola designava a grande exploração capitalista, que articulava a economia da grande propriedade com a indústria agrícola, como a debulha de cereais, a moagem, os lagares de azeite, os fornos de pão, ou o fabrico manual de queijos (Guimarães, 2006:203).

⁸⁶ Carlos Gonçalves Caçador (Barrancos 1926) viveu na herdade das Russianas, onde seu pai trabalhava como boieiro, até ir cumprir o serviço militar. Desde pequeno que começou a trabalhar como ajuda de seu pai e posteriormente com outros ganadeiros da herdade, cuidando de vacas e porcos. O primeiro salário foi de 5\$00 diários cuidando de gado. A vida na herdade não lhe permitiu frequentar a escola, assim como aos seus seis irmãos, e apenas na tropa concluiu a 2ª classe na Escola de Artilharia de Vendas Novas. Quando regressou da tropa permaneceu na herdade até se casar com Ana Coelho Agudo em 1950, de quem tem dois filhos. Como nos contou: *Corri uns poucos de patrões, estive com os Fialhos trabalhando e tudo isso, logo passei para o André Garcia, estive com o Cláudio, logo estive com o Dr. Manuel Agostinho que já morreu e com o Jorge que também já morreu, o irmão do Fialho, tenho corrido*.

O meu pai era ganadeiro, eram 300 cabras que tinha de guardar e recebia 5 alqueires de trigo, 5 litros de grão, por mês, 40 cabras que podia ter dele, e o rendimento daquela coisa das cabras é que era para ele. As do patrão eram do patrão e as deles eram dele. Primeiro trabalhou em Fornilhos e depois passou à Butefa e logo foi às Mercês, era tudo do António Vasquez. Mercês, Cardador, a Butefa tudo isso era do Sr. António Vasquez. Quando eu já tinha os meus 15 ou 16 anos ele vendeu o gado, as cabras, e o meu pai passou para o Fialho, para as Russianas, para o mesmo trabalho, guardar cabras. Nessa altura já o meu irmão e a minha irmã eram grandes, e eu fui trabalhar, fui arrancar moita, fui lavrar, fui já trabalhar para as Russianas. Isso ainda foi assim até sessenta e um, em sessenta e um houve uma emigração para França e eu fui a França. (Manuel Cortegano)

Na Coitadinha o contrato era: ganhava 5 alqueires de trigo, 5 litros de azeite, o meu pai ganhava 6\$00, mas eu quando fui parece que já era 10\$00 por mês. Depois tinha a manutenção de 6 bichos, que tinha a gente que comprar, e passado seis meses tinha que vender e ficava com outros pequeninos, veja lá o pago, que pago esse, e dizem que hoje a vida está má. (...) Eu tinha pouca sorte, logo num ano que estava melhor se não morriam dois ou três, morriam três ou quatro, ou chegava com um dinheirinho da venda dos bichos e tinha de dar à loja. Tinha comido o grão podre, o feijão picado, o arroz bolorento, a cola de bacalhau, porque a gente comprava fiado tínhamos de aceitar aquilo que nos aviavam, não podíamos dizer: “- Isto não quero!”, porque não tínhamos dinheiro para o comprar. (José Gaspar)⁸⁷

Actualmente está reformado e ajuda um dos filhos numa pequena exploração de gado. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 26/1/2007.

⁸⁷ José Gaspar Guerreiro (Barrancos, 1929) veio nascer em casa da avó materna, mas passadas algumas semanas regressou com a mãe a Espanha, onde o pai cuidava de ovelhas num monte entre Aroche e Rosal de la Frontera, e aí permaneceu até ao início da guerra. No regresso a Barrancos seu pai trabalhou como porqueiro na herdade da Coitadinha, e no contrabando. José nunca foi à escola e teve por padrinhos de baptismo os donos da herdade da Coitadinha. Aí seguiu o mesmo percurso profissional do seu pai, cuidando do gado e trabalhando no contrabando por conta própria. Em 1953 casou com Isabel Soares Branquinho e tiveram três filhos. Em 1960 emigrou para França. E como nos contou: *Ganhei uma casa mas não fui a França buscá-la, eu ainda tive uma herança de onze contos da casa que era do meu pai e depois foi do campo como consertado. Eu tenho guardado de tudo um pouco, e tenho feito de tudo um pouco. Guardei porcos, tive dois anos como cabreiro e com gado vacuum é que estive sempre, era o que eu mais gostava. Agora passo os meus dias, quando não me dói nada muito bem (gargalhada). Levanto-me de manhã e se preciso de ir ao pão, vou primeiro ao pão, os avios da casa é primeiro, e depois vou até à Sociedade um bocado e depois venho para casa e aí no quintal ando a entreter-me um bocado, tenho aí fava, tenho ervilha, é pouquinho de tudo, mas tenho para me entreter.* Excerto da entrevista realizada na sua casa em Barrancos, a 18/12/2009.

A concentração da propriedade num reduzido número de famílias condicionava as alternativas de trabalho, *os patrões eram daqui do povo, e eram todos amigos e parte deles família*, o que significava que qualquer atitude de contestação por parte dos trabalhadores representava o desemprego. Os trabalhadores à jorna representavam o grupo mais carenciado da hierarquia social, por dependerem exclusivamente dos trabalhos sazonais, oferecendo-se num mercado de mão-de-obra disponível ao qual proprietários e arrendatários recorriam em função das suas necessidades. Na obra *A Colonização do Alentejo* (1884), J. A. C. de Vasconcellos apresenta-nos uma análise histórica sobre a problemática do latifúndio, enquanto causa do empobrecimento e subdesenvolvimento da agricultura no Alentejo, defendendo a repartição da terra e a diversificação das culturas, salientando as relações sociais entre lavradores e trabalhadores rurais nos seguintes termos:

“Olham para os seus criados com pouca mais consideração do que para cães, e sem se importarem com qualidades que não respeitem ao trabalho; conservando só em todo o ano aqueles que restritamente lhes são indispensáveis, e servindo-se com jornaleiros, que despedem logo que os podem dispensar, muitas vezes nas ocasiões mais críticas para agenciar a vida” (Vasconcellos, 1884:17-18).

O poder dos proprietários rurais na estrutura social reflectia a capacidade de retirarem dividendos dos benefícios que o sistema latifundiário oferecia, assim como a habilidade em estabelecerem dependências e alianças com seareiros, rendeiros ou trabalhadores rurais permanentes, na defesa dos seus interesses. O desemprego rural resultava do sistema de exploração agrícola, mas era geralmente justificado por condições climatéricas desfavoráveis às colheitas.⁸⁸ Em épocas de escassez de trabalho as autoridades municipais recorriam à intervenção do Estado, ou procediam a iniciativas locais para minorar a crise de desemprego (como trabalhos temporários no município), receando conflitos sociais.⁸⁹

⁸⁸ Em carta dirigida ao Governador Civil de Beja, informando sobre o desemprego rural no município, o Vice-Presidente da Câmara de Barrancos, António Rodrigues Reganha, escrevia: “a lavoura recebe de má vontade a distribuição de homens, alegando o motivo de mau ano agrícola, mas deve também ter influência o facto de estar desabituada destas distribuições, visto haver já dois ou três anos que não se fazem, tendo as crises sido debeladas só com trabalhos públicos”. Arquivo Histórico Municipal de Barrancos (AHMB), Correspondência enviada ao Governador Civil (1938-1952), Ofício nº 312, de 24/9/1949.

⁸⁹ Os pedidos de comparticipação do Estado são uma constante, mas esta carta (do Presidente da Câmara de Barrancos ao Governador Civil) regista o maior número de trabalhadores rurais desempregados (130), afirmando: “esta situação é insustentável podendo levar aqueles desempregados à alteração da ordem,

Na década de 1960 assistiu-se a um acentuado êxodo rural (imigração para a cidade e emigração para a Europa) que diminuiu o espectro do desemprego, contribuindo para a efectivação do contrato de trabalho de oito horas, mas até ao 25 de Abril de 1974 o sistema latifundiário não sofreu qualquer transformação significativa.

Era o sistema que era assim, e no meio desse sistema, que tinha de ser assim, só favorecia esses, não havia mais nada, não havia salário mínimo, nem nada, eram os que tinham o poder. (Clemente Marques)⁹⁰

Maiores contribuintes de Barrancos do ano de 1936

Contribuição	Nome	Colecta
Predial rústica	José Blanco Fialho	9.959\$00
Idem	António Blanco Fialho	7.783\$00
“	José Garcia Pérez	5.499\$00
“	José Jerónimo Vasquez	3.498\$00
“	António Garcia Pérez	2.632\$00
Industrial – grupo C	António Vasquez Garcia	3.150\$00
Idem	Marcelino Rodrigues Alcario	2.775\$00
“	Domingos Elias Garcia	2.115\$00
“	António Fernandes Pelicano	1.710\$00
“	António Santinho Dourado	1.545\$00

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Contribuições e Impostos 1937, L/C, Pasta 2

A riqueza das antigas famílias de proprietários perpetua-se simbolicamente no espaço e no tempo, através do património material no centro das vilas e nos montes, como símbolos de distinção social no mundo rural.⁹¹ As casas da vila insinuam-se pela

venho rogar a V. Ex.^a se digne a interceder junto de Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas...” AHMB, Correspondência enviada ao Governador Civil (1938-1952), Ofício nº 74-6-1948.

⁹⁰ Clemente Pires Marques (Barrancos, 1927) nasceu numa família de trabalhadores rurais, arrendatários e seareiros, e tinha uma irmã mais velha. Realizou o exame da 4ª classe em Barrancos. Não realizou os votos religiosos com os seus colegas por decisão própria. Começou a trabalhar com o pai, num pequeno comércio de correiro, e após a morte do pai estabeleceu-se por conta própria no comércio a retalho expandindo o negócio para Moura. Casou com Helena Tereno (filha de um alfaiate) em 1957, e tiveram quatro filhos. Na década de 1970 adquiriu o imóvel, onde vive actualmente no primeiro piso, mantendo no piso térreo o estabelecimento de comércio. Aquando do 25 de Abril integrou a Comissão Administrativa de Barrancos, gestora do município até às primeiras eleições autárquicas. A vida política nunca o seduziu, e o tempo na comissão foi sobretudo uma experiência legitimadora do seu prestígio numa nova ordem social. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 23/1/2008.

⁹¹ As elites rurais, classificadas como “burguesia agrária” ou “oligarquia rural”, formaram-se no processo histórico do liberalismo português, e mobilizaram-se (desde finais do século XIX) em torno do protecçãoismo cerealífero, bloqueando projectos de reorganização agrária, e integrando as forças conservadoras católicas e anti-liberais que apoiaram o salazarismo (Guimarães, 2006:14).

sumptuosidade, e as dos montes “davam a impressão de grande desafogo, quase de luxo” (Silbert, cit. em Fernandes, 2006:29). Também Vasconcelos (1955), aquando da sua visita à herdade da Coitadinha, utiliza a expressão de “sumptuoso monte” (1955:XIV), actualmente reconvertido em complexo turístico como grande parte dos montes alentejanos. Em Barrancos, as casas das famílias Pulido, Vasquez e Fialho destacam-se no centro da vila pela grandiosidade da sua construção, diferenciando-se das habitações circundantes, propriedade de abastados lavradores e comerciantes que constituíam a elite local. Mas todas contrastam com as habitações de piso térreo (algumas com apenas duas divisões) dos casarios do Cerro, das Fontainhas e de S. Bento, onde viviam e vivem as famílias dos trabalhadores rurais, apesar da maioria das casas terem beneficiado de obras de remodelação.

A casa da família Vasquez, “espaçosa e fresca” (Vasconcelos, 1955:XII) como refere Leite de Vasconcelos⁹², conserva as amplas divisões de tectos abobadados, assemelhando-se a um “santuário do passado familiar” (Lima, 2003:137), preservando as peças de mobiliário, os livros, os quadros e as fotografias de família que relatam um passado memorável. Com a fachada principal virada para o Largo da Liberdade, com contrafortes laterais para a rua da Boavista e as traseiras para a rua Jerónimo Vasquez, em homenagem a um dos seus proprietários, preserva o traçado das residências andaluzas, com gradeados de ferro nas janelas do piso térreo, comuns a algumas habitações da burguesia local. Cármen Figueiredo mantém inalterável o piso térreo onde vive, e o seu primo Frederico Garcia remodelou o primeiro andar aquando do seu casamento, partilhando duas áreas independentes do mesmo edifício dividido por herança.

⁹² Em 1938 o professor José Leite de Vasconcelos realizou uma aspiração de longa data, visitar a vila de Barrancos com o objectivo de prosseguir os seus estudos filológicos. A concretização dessa visita, e a sua permanência na vila, deveu-se à amizade com o então pároco de Barrancos, cónego Alfredo Augusto de Almeida, amigo de José Jerónimo Vázquez, abastado proprietário rural que acolheu o professor em sua casa, entre 20 de Junho e 15 de Julho de 1938 (Vasconcelos, 1955:XII). Durante a primeira visita de estudo em 1938 o professor reuniu um conjunto de materiais e em Agosto de 1939 regressou para redigir o trabalho, mas foi bruscamente impossibilitado por uma bronquite. Em Barrancos foi assistido pelo Delegado de Saúde local, Dr. Felipe de Figueiredo, casado com Cesária Vasquez Marquês (avós de Cármen Figueiredo), aos quais o professor Leite de Vasconcelos agradece na sua obra os cuidados prestados no acompanhamento da sua doença e na colaboração inestimável ao seu trabalho de investigação, nomeadamente na elaboração de um esboço do vocabulário barranquenho. Agradece igualmente ao Dr. António Marquês de Figueiredo, filho do casal, a revisão gramatical do vocabulário barranquenho impresso (Vasconcelos, 1955:XV). Como recorda Cármen Figueiredo: *A minha avó (Cesária) não tinha estudos mas era muito inteligente e tinha um dom que apanhava os termos e imitava as pessoas lindamente, e então captava as expressões. O dicionário que existe, não digo todo, mas foi a minha avó que o compilou e lhe forneceu.* Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 26/9/2007.

Cármen Figueiredo passou a infância em Avis e em Moura, e viveu a maior parte da sua vida em Lisboa, onde estudou e desempenhou as funções de Assistente Social. Mas foram as férias em casa do tio José Jerónimo Vasquez que contribuíram para inscrever a imagem da família como projecto colectivo, materializado em espaços e objectos vinculados a um passado legitimador. Desses momentos de reunião familiar recorda velhas histórias que apelam a sentimentos partilhados, a relatos sobre hóspedes ilustres (como o general Prim e o Professor Leite de Vasconcelos), e sobre objectos que atestam a antiguidade e o prestígio da família. Como assinala Antónia Pedroso Lima (2003), são os momentos de lazer que fortalecem as solidariedades e as cumplicidades entre as gerações adultas e as mais jovens, incorporando sentimentos de pertença que servem de base à constituição da identidade familiar (2003:146). No seu regresso a Barrancos, após a reforma, Cármen Figueiredo resgata esse passado, representando o papel de guardiã de um património familiar repleto de memórias e de afectos:

Este meu tio Pepe (José Jerónimo Vasquez) funcionou como avô, mas ele não era afectuoso. A gente aqui nesta casa patinávamos, imagine que a minha tia deixava-nos patinar aqui. O dono da casa era surdo, e ela não se importava. (...) Eu não sei se ela era culta, mas tenho aí uma caixa cheia de pensamentos que ela recortava dos jornais. Tudo o que ela via de interesse recortava e guardava, tinha sensibilidade para as coisas. (Cármen Figueiredo)⁹³

Numa pasta de cartão, atada com fitas de algodão e rotulada como contendo trabalhos do professor Leite de Vasconcelos, Maria das Dores Vasquez Pérez Blanco

⁹³ Maria del Cármen Garcia de Figueiredo (Barrancos 1934) descende da família Vasquez, e o seu tio-avô (José Jerónimo Vasquez) foi Presidente da Câmara de Barrancos durante a República. O seu avô paterno era médico (Felipe M. P. de Figueiredo) e foi durante vários anos Delegado de Saúde e vereador da Câmara Municipal de Barrancos. Cármen Figueiredo viveu em Avis até aos seis anos de idade, onde seu pai era veterinário. Posteriormente fixaram-se em Moura, onde frequentou um colégio particular, propriedade do marido de uma prima da sua mãe. Fez a 4ª classe, e admissão ao 1º ano do liceu com a professora Purificação Pelicano Fernandes. Em 1941 foi para o Colégio do Ramalhão em São Pedro de Sintra, fundado no mesmo ano pelas Irmãs Dominicanas. *Nessa altura era considerado um colégio das “meninas bem”, era o que prevalecia, e depois havia a plebe, onde eu estava também metida. As minhas primas estiveram todas nas Doroteias e os rapazes estiveram nos Jesuítas em Santo Tirso* (Cármen Figueiredo). No colégio completou o 5º ano, e fez o 6º e 7º ano no Liceu Maria Amália em Lisboa, ficando alojada na casa de uma prima da sua mãe, mas as férias foram sempre passadas em Barrancos. Após o liceu frequentou o Instituto de Serviço Social. Alguns anos mais tarde, *já trintona*, fez o Curso Complementar de Estudos Ultramarinos no ICSP, do qual recorda a excelência de professores como Adriano Moreira, Orlando Ribeiro e Jorge Dias. Após a licenciatura começou a trabalhar como Assistente Social no Hospital do Rego, posteriormente na Misericórdia e por último no Centro de Alcoitão, de onde se reformou em 1994. Nunca casou, e actualmente vive em Barrancos com a ama, a senhora Maria, que a tem acompanhado toda a vida. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 26/9/2007.

guardou religiosamente todos os recortes de imprensa sobre o seu ilustre hóspede.⁹⁴ Na mesma pasta, entre dezenas de recortes de jornais, encontramos uma fotografia de grupo, com o professor Leite de Vasconcelos ladeado pelo Cónego Alfredo Almeida e por Maria das Dores Vasquez, juntamente com José Jerónimo Vasquez, os convidados e os sobrinhos-netos, entre os quais Frederico Garcia (sentado no chão ao centro), a sua irmã mais velha Maria Teresa (primeira da direita) e a prima Inês Fialho.



Arquivo Particular de Cármen Figueiredo

Lembro-me muito bem do Dr. Leite de Vasconcelos e até me lembro de uma história muito engraçada. Ele fez aqui oitenta anos, acho que tem fotografias desse dia, e ele dizia-se ateu, mas a minha tia Lola, que era na casa onde ele estava, era muito religiosa, disse: “Mesmo que o Dr. Leite de Vasconcelos não acredite, ele faz hoje oitenta anos e vamos rezar todos um Padre Nosso pelo Dr. Vasconcelos!” E o senhor não rezou mas desatou a chorar, porque ele achou que estávamos-lhe a dar aquilo que achávamos que era o melhor, lembro-me muito bem. (Maria Teresa Garcia)⁹⁵

⁹⁴ Quando a 7 de Julho de 1938, o professor Leite de Vasconcelos comemorou o seu 80º aniversário, foi notícia em vários jornais nacionais, e artigo de primeira página no *Jornal de Moura*, noticiando a visita a Barrancos do Dr. José Piel, professor da Universidade de Coimbra, Johannes Roth, director do Grémio Luso-Alemão e Wilhelm Berner, adido de imprensa à legação da Alemanha.

⁹⁵ Maria Teresa Ramírez Garcia (Barrancos, 1925), filha de António Vasquez Garcia, proprietário rural, industrial e Presidente da Câmara de Barrancos entre 1934/1947. A sua mãe descendia da família Ramírez, conceituados industriais conserveiros, e o seu tio Sebastião Ramírez foi ministro de Salazar. Frequentou a Escola Primária em Barrancos e posteriormente o Colégio da Doroteias em Lisboa onde concluiu o 7º ano liceal. Não quis tirar nenhum curso superior mas frequentou vários cursos de cariz profissional, como apicultura e conservas. Em 1945 regressa a Barrancos e cria a instituição de beneficência Ninho dos Pequenininos (uma creche para os filhos dos trabalhadores), com o apoio financeiro do Fundo de Socorro Social da Direcção Geral de Assistência. Em 1950, após o falecimento da mãe, a

Ele fez cá oitenta anos e vieram cá professores, nessa altura. Ele era doente e tinha umas dietas muito chatas e a minha tia Lola com aquela gente, disse que gostaria de ter feito um doce para o Senhor Doutor, mas como ele não podia comer, a única coisa que ela podia fazer era pedir a Nosso Senhor pela sua saúde. E aquela gente, que a gente não sabe se eram ateus ou o que é que eram, tudo se benzeu a rezar o Padre Nosso (ri-se).
(Cármem Figueiredo)

As memórias estão marcadas pela notabilidade das relações sociais e pelos laços de parentesco, estruturadores da identidade dos seus membros e do grupo familiar. E apesar da memória poder sofrer alterações ao longo do tempo, através da integração de novos discursos ou da apreensão de novos conhecimentos, são sempre seleccionadas pela sua relevância para os indivíduos que recordam, como contributo para a construção da sua identidade e das suas relações pessoais (Fentress & Wickham, 1994:112). Como defendeu Le Witta (1985), para as grandes famílias da burguesia a memória funciona como um capital acumulado e transmissível ao longo de gerações, e a genealogia circula de maneira inata, incorporada. Os seus descendentes são burgueses porque já o são há várias gerações, a genealogia apenas consagra um estatuto social reconhecido pelos outros (1985:23).

A família da minha mãe foi uma família de políticos, o meu avô foi conselheiro do rei D. Carlos, era uma família que tinha peso político, disso não há dúvida nenhuma, da parte da minha mãe. O meu padrinho, o Sebastião Ramírez foi ministro três vezes no governo de Salazar. (Maria Teresa Garcia)

Os proprietários rurais viveram na vila, contrariamente aos latifundiários absentistas de que nos falam outros autores (como Martínez Alier, 1968; Mintz, 1983; Collier, 1987; Cutileiro, 2004 ou Fernandes, 2006), mas apresentavam características distintivas relativamente a outros membros da elite local (lavradores e comerciantes). Embora partilhassem espaços comuns (como a igreja e a Sociedade), estabelecendo

família mudou-se para a herdade das Mercês, e em 1951 Maria Teresa casou com o advogado Valentim Nunes Garcia, natural da Amareleja, conservador do Registo Civil e Notarial de Barrancos do qual teve oito filhos. É viúva e trabalha na Associação das Antigas Guias. Excerto da entrevista realizada na casa de seu irmão, em Barrancos, a 16/6/2008.

relações de proximidade, participando em actividades sociais, podendo mobilizar-se visando objectivos de classe, representavam diferentes *habitus* (Bourdieu, 2001:9). Para além da terra os membros destas famílias possuíam outros imóveis na vila, residências em Lisboa, no Estoril e em Monte Gordo, e conviviam com a elite nacional e internacional. Os seus filhos frequentaram a Escola Primária de Barrancos, participaram na Mocidade Portuguesa local, realizaram os votos religiosos com outras crianças da vila, mas beneficiaram do acesso ao ensino superior e a um estilo de vida distintivo. Durante o ensino primário tiveram professoras particulares (francesa e alemã), revelando a importância da aprendizagem de línguas estrangeiras, como nas famílias da elite empresarial lisboeta estudada por Maria Antónia Pedroso de Lima. Verificando-se igualmente alguma homogeneidade na escolha dos colégios femininos e masculinos, que para além de uma boa escolarização oferecessem uma “boa formação moral”, “boas maneiras” e “bons costumes” (Lima, 2003:147).

Havia aí uma senhora que era professora de francês do Fred (Frederico Garcia), aquela gente naquela altura estavam muito bem, tinham professora em casa, e aquela senhora tinha muitas iniciativas, ensaiava muitos teatros para as raparigas e tudo. Também havia a casa de trabalho, numa habitação cedida pela Dona Belita, ali na casa por baixo do Borrvalho, a que íamos todas as semanas, uma noite, a fazer as coisas para os pobres, para se dar no Natal, mas se por exemplo nascia um bebé íamos dar o enxoval ao bebé, isso era durante o ano. Fazíamos também quermesses durante o ano, no São João para juntar dinheiro para comprar as lãs e essas coisas. Tinha muitas amigas da escola, mas dava-me mais com a Helena Tereno e com a irmã, mas era amiga de todas, ainda hoje quando nos vimos sentimos essa amizade, mas já morreram quase todas. (Maria das Dores Ortega)⁹⁶

⁹⁶ Maria das Dores Ortega Raio (Barrancos, 1927) era a mais nova de oito irmãos. Completou o ensino primário em Barrancos, colega de M.^a Teresa Garcia e da sua irmã Maria Margarida (falecida em 1936). O seu grupo de amigas integrava filhas de lavradores, comerciantes e artesãos, mas as suas melhores amigas foram Helena Tereno e a irmã, filhas de um alfaiate. O pai era comerciante e morreu em 1944, quando Maria das Dores tinha dezassete anos de idade. Uma das irmãs foi criada por uma tia solteira, e outra por uns tios que não tinham filhos. Era sobrinha de Sebastião Macias Barroso (Administrador do Concelho de Barrancos 1934/1937), comerciante, proprietário de uma fábrica de moagem, e da central de electricidade, onde o seu irmão mais velho trabalhou. Depois da morte do tio os irmãos empregaram-se em Lisboa, assim como as irmãs que casaram e foram viver em Queluz e na Parede. Actualmente tem um olival que lhe deixou uma tia e vive da reforma. É solteira e sempre colaborou com a paróquia local. Excerto da entrevista, realizada em sua casa, em Barrancos, a 27/9/2007.

Eu gostei muito da minha infância aqui em Barrancos, porque Barrancos foi sempre uma terra onde não havia praticamente classes sociais, e as pessoas entendiam-se todas muito bem. Eu tenho ainda muitos amigos, que andaram comigo na escola primária, e que depois seguiram as suas vidas. Mas eu acho que foi muito enriquecedor. Primeiro, tínhamos essa Escola Primária, depois eu tinha um grupo mais restrito de amigos, que também eram meus primos, montávamos a cavalo todos os dias e convivíamos muito. Além disso como estávamos aqui, e não tínhamos hipótese de tirar outras coisas, o meu pai trouxe para casa uma professora de francês, que viveu connosco vários anos, que era a tal Mademoiselle Henriette⁹⁷. (...) Depois estive no colégio (das Doroteias em Lisboa)⁹⁸, e quando vim do colégio achei que tinha de fazer qualquer coisa mais, já que tinha recebido, tinha que dar aos outros, e resolvi fazer uma creche. (Maria Teresa Garcia)

Em Barrancos o sistema de dominação inscreveu-se no tipo de “dominação tradicional”, entendendo-se por “tradicional” uma dominação cuja legitimidade assenta no poder dos “senhores da terra”, transmitida e aceite desde tempos remotos, “que existe desde sempre” (Weber, 1971:232). O “poder do patrão” apresenta-se legitimado por uma regra transmitida por “tradição”, “a posse da terra”, recebendo obediência em virtude do prestígio social que esta conferia, e manifestando-se sob a forma de “dominação patriarcal”, forjada na dependência e obediência dos criados e trabalhadores aos patrões, que por sua vez tinham a obrigação moral de os auxiliar e proteger. O próprio regime político instituía a caridade como obrigação moral e social dos “ricos” (como instrumento de pacificação social), enquanto o sistema repressivo do Estado impedia qualquer tipo de contestação social, transmitindo uma calma superficial da vida política, que representava simplesmente uma falsa harmonia entre as classes sociais.

⁹⁷ IANTT, PIDE/DGS, Proc. Ind. 4835, Henriette Françoise de Malartic, nacionalidade francesa com residência em Barrancos em 1940.

⁹⁸ O Colégio das Doroteias abriu em 1936 com 134 alunas internas, mas foi inaugurado oficialmente a 6 de Fevereiro de 1937, dia de Santa Doroteia. Em Fevereiro de 1937 recebe o alvará do Ministério da Educação que o reconhece oficialmente e autoriza o seu funcionamento. Os objectivos do Colégio foram desde a sua origem: “a formação intelectual, humana e cristã dos alunos, em diálogo aberto e permanente entre a cultura, a vida e a Fé.” Consultável em: <http://www.csdoroteia.edu.pt/historia.htm>

Nascia-se assim e assim se vivia. Eu conheci um senhor lavrador, aqui, que dizia que ainda bem que a religião servia para convencer os pobres que nasceu pobre e tinha que ser pobre. Não havia mais hipóteses. Não havia hipóteses de conflitos, ou era aquilo ou emigravam. Conflitos sociais nunca se davam, porque não podia. Se levantasse a voz um bocadinho mais era preso, se fazia outra coisa qualquer davam-no por comunista. Dentro daquela repressão não havia hipóteses de conflitos. (Clemente Marques)⁹⁹

Independentemente do sistema de dominação e dos subordinados puderem aceitar tacitamente a imagem que sobre eles era construída desde “cima”, convertida em visão hegemónica da sua condição social, isso não condicionou as suas práticas de resistência quotidiana, em que o discurso oculto foi sem dúvida a arma privilegiada para a manifestação de uma linguagem contra-hegemónica, dissidente, subversiva e de oposição, desde “baixo”.

Eles dominavam porque o poderio era muito, mais os governantes, a gente já tinha que levar o voto de casa, não sabia essa? Eu ainda fui uma vez ou duas. Mas nesse tempo havia gente da oposição como o barbeiro (Manuel Alcario), mas só de porta fechada e de noite. Havia uma emissora de rádio, a Pirenaica, que para a ouvir tinha de me esconder lá bem dentro de casa não fosse algum vizinho ou algum guarda ouvir. E nesse tempo também havia um grupo de trabalhadores e o Navarro, que a mulher era telegrafista e o irmão era secretário da Casa do Povo, eram três irmãos. E veio para aqui um indivíduo das finanças que se chamava o senhor Sampaio que era também da esquerda. O meu pai não era da esquerda mas também não era da direita, mas era amigo do povo e se juntava com o dito Sampaio e com o tal comunista Navarro, e um tal António Vasquez que viu o meu pai com eles arranjou-lhe uma coisa muito má, queria metê-lo na jaula, teve a coisa mesmo má. (António Borralho)

A resistência estava imersa no quotidiano das relações sociais da sociedade barranquenha através de redes de cumplicidade e de solidariedade sob formas ocultas, as “armas dos fracos” (Scott, 1985), em actos isolados, individuais, que careciam de liderança organizada, dirigidos contra os que procuravam extrair-lhes trabalho, alimentos, rendas ou interesses. Os objectivos eram imediatos e geralmente procuravam

⁹⁹ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 23/1/2008.

bens concretos, evitando como estratégia de resistência quotidiana a confrontação directa com as autoridades, bloqueando o que poderia ser um conflito colectivo aberto. Uma das práticas de resistência, perante a proibição de apanhar ou cortar lenha na propriedade dos patrões, era superada pelo corte das raízes das azinheiras, que posteriormente eram soterradas. Alguns proprietários antecipavam estratégias que impediam pequenos furtos, como o caso de um proprietário que durante a apanha das laranjas mandou o capataz colocar uma cesta para os trabalhadores, afirmando: “ - Assim já não são tentados a roubá-las!”. Numa estratégia que demonstra como as relações patrão-trabalhador estavam firmadas sobre a escassez, com o poder do patrão a provir da habilidade em distribuir os seus bens, ou de conceder um favor.

Os Fialhos eram os senhores mais ricos de Barrancos e alguma maldade que havia não era saída deles, era a intriga ou a inveja. (...) Estava também o senhor António Vasquez que era uma pessoa séria e de bom coração. Se por exemplo eu se tinha uma falta, ou uma pessoa idosa que tivesse uma falta, e fosse falar pessoalmente com ele e lhe dissesse, ele ajudava, ajudava. (Maria dos Remédios Ramos)¹⁰⁰

Sobre o António Vasquez lembro-me que quando foi a guerra de Espanha, os portugueses que estavam lá a trabalhar foram apanhados pela guerra. Tinha um tio que estava a trabalhar nas minas de Riotinto (meu pai também trabalhou em Riotinto, eu tenho a minha irmã Andreia que nasceu na mina de Riotinto). E nessa altura a guerra o apanhou lá e o Sr. António Vasquez foi o que tratou das coisas para ele regressar para cá. (Domingos Caiadas)

As formas de dominação, como meios institucionalizados de extrair trabalho e serviços a uma população subjugada, encarnam princípios formais de inferioridade e

¹⁰⁰ Maria dos Remédios Cumprido Ramos (Camarate, 1925, Barrancos, 2008) era a mais nova de quatro irmãos. O seu pai foi trabalhador rural, taberneiro e cantineiro, e a sua mãe trabalhadora rural. Foi baptizada na igreja de Barrancos e teve por padrinhos Maria Bella Pulido e José Adrião. Realizou o exame da 4ª classe na Escola Primária de Barrancos. Fez a 1ª Comunhão, a Comunhão Solene e foi Crismada pelo Bispo de Beja em 1935, tendo por madrinha Estrelita Ortega Raio. Viveu em união de facto com André Leal Pinto, caixeiro, contrabandista, contínuo da Sociedade Recreativa e membro da direcção da Cooperativa Agrícola (após o 25 de Abril). Tiveram cinco filhos. Maria dos Remédios foi trabalhadora rural, contrabandista e proprietária de um café na Praça da Liberdade. Excerto da entrevista realizada no Lar de Idosos de N. Sr.ª da Conceição, em Barrancos, a 29/1/2008.

superioridade, muitas vezes sustentados em estruturas ideológicas complexas, pautadas por normas de ritual e etiqueta reguladoras da conduta pública. Em Barrancos, o sistema de dominação estava marcado pelo nascimento e por uma fraca mobilidade social dos subordinados, mas apesar de institucionalizado dependia de um forte elemento de “mando pessoal” por parte dos patrões, permitindo-lhes tratar arbitrariamente, ou caprichosamente, os seus criados e trabalhadores. Porém, reconhecem-se qualidades especiais em alguns patrões, que contribuíram para reforçar o seu poder.

Eu digo, que dos lavradores que conheci aqui em Barrancos o melhor era ele (António Vasquez). Sempre tinha coisas más, mas as melhores eram dele. Apanhava por exemplo aí um roubando uma braçada de palha para o burro, lá nas Mercês, o mandava embora, ao outro dia o chamava e lhe dava outra, se lembrava que tinha feito mal e lhe dava outra. Por isso fazia a má e a boa. (Manuel Cortegano)

O António Vasquez era um homem que era muito desarvorado, está a compreender? Mas era, como diga eu, era mais popular, era uma espécie de Alberto João Jardim, era uma espécie assim, se entrava numa taberna tanto se juntava com o pobre como com o outro, e os outros não. A família Fialho era outra coisa, queriam que lhes tirassem o chapéu e mais alguma coisa, e ele não, ele era um homem mais coiso. (Domingos Caiadas)

Aquele homem fazia o que queria, era disposto para tudo. Algumas vezes se embebedava aqui e dizia: “- Eu sou o António Vasquez, sou o bom e o mau!” Estes lavradores todos que estavam aqui ninguém lhe piava a ele, não tinham nem parecença sequer. (Manuel dos Santos)¹⁰¹

António Vasquez Garcia nasceu em Barrancos a 28 de Setembro de 1897, primogénito de José Garcia Pérez e de Teresa Vasquez Pérez, e tinha duas irmãs mais novas. O avô paterno era cunhado de Sebastian Ramírez (fundador das conservas

¹⁰¹ Manuel Agudo dos Santos (Santo Aleixo da Restauração, 1923) filho de Manuel dos Santos Rita, vaqueiro na herdade da Coitadinha e de Francisca Porta Agudo, trabalhadora rural, tem uma irmã mais nova. Nunca frequentou a escola, e viveu desde os nove anos na herdade da Coitadinha, começando a trabalhar como ajuda do seu pai. Foi baptizado na herdade e apadrinhado pelos seus proprietários. Viveu a maior parte da sua vida no campo trabalhando como vaqueiro. Em 1948 casou com Maria dos Remédios Guerreiro e têm uma filha. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

Ramírez) natural de Almendro, Andaluzia, e fixara-se em Barrancos como comerciante. O avô materno era médico, natural de Barrancos, mas viveu a maior parte da vida em Sevilha.¹⁰² O tio paterno, Francisco Garcia Pérez, casou com Maria das Dores Blanco Fialho unindo os laços de parentesco com a família Fialho.¹⁰³ António Vázquez casou com Maria das Dores Garcia Ramírez (neta de Sebastian Ramírez), reforçando os laços de parentesco com a família Ramírez, tendo por cunhado Sebastião Ramírez (ministro de Salazar).¹⁰⁴



Família Vasquez (António sentado à direita). Arquivo Particular de Cármen Figueiredo

Ao longo da sua vida António Vasquez Garcia foi proprietário rural, industrial e Presidente da Câmara de Barrancos entre Janeiro de 1934 e Abril de 1947.¹⁰⁵ Em 1935 viu recompensado o seu empreendimento na campanha do trigo, ao ser premiado como o maior produtor nacional, resultado do investimento em seis mil hectares de terra

¹⁰² Em 1868 (durante o Sexenio revolucionario) substituiu Manuel Pizarro Jimenéz na assistência a enfermos das paróquias El Salvador, La Magdalena, San Miguel, San Andrés y San Martín em Sevilha e nas consultas na Casa de Socorro do Hospital San Juan de Dios, assim como a assistência domiciliaria a estes pobres. Consultável em: <http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/viewFile/221/217>

¹⁰³ Segundo as genealogias da família Fialho e da família Vasquez em Anexos.

¹⁰⁴ Sebastião Garcia Ramírez tomou posse como Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, a 5 de Julho de 1932. Após a reforma ministerial de 24 de Julho de 1933, ficou apenas com o pelouro do Comércio e Industria, sendo substituído a 3 de Dezembro de 1937 por Costa Leite.

¹⁰⁵ A 4 de Março de 1947 o Governador Civil de Beja solicita ao Ministro do Interior que aceite o pedido de demissão de António Vasquez Garcia do cargo de Presidente da Câmara “por motivo da sua vida particular não poder dar assistência assídua ao município”, sendo para o efeito substituído por José Blanco Fialho. Arquivo do Governo Civil, Correspondência Recebida/Expedita, Concelho de Barrancos, D-4 (Pessoal).

própria e arrendada nos concelhos de Barrancos, Moura e Mourão. A 27 de Julho de 1936 sofreu a morte da filha Maria Margarida, de apenas oito anos de idade.¹⁰⁶ Em 1941 foi sócio maioritário da empresa Noudar, Lda, sediada em Moura, indústria de conservas de carne e vegetais, armazenista e exportadora.¹⁰⁷ Em 1947 foi julgado no Tribunal de Moura por irregularidades na gestão camarária, foi absolvido mas não voltou a ocupar nenhum cargo público. Em 1951 construiu uma barragem na herdade das Mercês, iniciando a exploração de produtos hortícolas e de citrinos. No mesmo ano enviuvou e abandonou a casa da vila, fixando residência na herdade das Mercês com os cinco filhos. Na década de 1950, o seu amigo José Machado (da Guérin) ofereceu-lhe a concessão da Volkswagen para a zona Sul do país, a qual virá a trespassar mais tarde a favor dos seus colaboradores de Moura. Através de Sebastião Ramírez tornou-se amigo pessoal de Nicolás Franco e de Juan de Bourbon (exilado em Portugal após a guerra de Espanha), que participavam habitualmente em caçadas nas suas propriedades. Relacionou-se com as elites políticas nacionais e espanholas, razão pela qual os mais idosos o recordam como “um homem de muito poder” tanto em Portugal como em Espanha. Também o citam como o primeiro proprietário a aplicar o horário de oito horas aos seus trabalhadores, reflectindo uma relação onde se entrelaçam sentimentos múltiplos de reverência e de severidade. Para demonstrarem o seu poder relatam como se opôs ao polícia Marques da PVDE (quando este tentou proibir as touradas em Barrancos), ou como usou as suas influências para libertar vários barranquinhos presos em Badajoz, Encinasola e Huelva por prática de contrabando.

O senhor António Vasquez tinha um cunhado que era ministro no tempo do Salazar, era um tal Ramírez, e ele como tinha muito dinheiro, e não sei quê, se fez amigo do Franco e era amigo do Salazar e de toda a gente, porque tinha muito dinheiro e os amigos se arranjam com dinheiro. E então ele safou muita gente da prisão em Espanha, isso sim. (Agostinho Carvalho)¹⁰⁸

¹⁰⁶ Notícia publicada no jornal *Diário da Manhã* de 31 de Julho de 1936, p.7.

¹⁰⁷ Arquivo Municipal de Moura, documento de cessação de actividade da empresa Noudar Lda., constituída em escritura de 2 de Janeiro de 194, lavrada no Notário de Moura, Dr. José Joaquim Frasquinho, registada no Tribunal do Comércio a 3 de Janeiro de 1941, Livro 17 fls. 44, n° 1.262.

¹⁰⁸ Agostinho Gavino Carvalho (Barrancos, 1931) foi apadrinhado pelo Dr. Felipe de Figueiredo e pela esposa. Fez o exame da 4ª classe em Barrancos, trabalhou no campo e no contrabando mas sempre no grupo familiar, emigrou para França, foi mecânico em Castro Verde, cobrador da Barroquense durante 14 anos, e motorista da Câmara Municipal de Barrancos de onde se reformou. Casou em 1961 com Maria

Então os ricos já sabe como eram, esse António Vasquez foi presidente da Câmara de Barrancos, mas não era como hoje, eles estavam lá para se defenderem a si próprios, era uma espécie de “guarda-costas” que tinham, porque o que eles queriam é que o pobre não ganhasse muito para eles estarem mais folgados. A única atitude boa que ele teve foi quando o Alcario levou um tiro numa perna ali na fronteira, por um carabineiro, e ele foi a Espanha para o ir buscar, pois tinha muitos conhecimentos e muito poder, por causa do cunhado. (António Borralho)

O Estado Novo reconheceu uma pluralidade de corpos sociais como as Forças Armadas, a Igreja, a administração pública, os municípios, as associações corporativas e as famílias com esferas próprias de acção, hierarquias e procedimentos específicos. Aniquilou o pluralismo partidário, constituindo a União Nacional, fundada em 30 de Julho de 1930 para apoiar a criação e a manutenção do novo regime. Para Salazar, os partidos políticos que regeram a República (até 1926) dividiam a sociedade portuguesa, enquanto o objectivo da União Nacional era unir todos os portugueses, a quem reconhecia “pouca predisposição para a disciplina social” (Ramos, *et al* 2009:650). As elites regionais aderiram entusiasticamente à União Nacional, fazendo-se representar em eventos nacionais.¹⁰⁹ Para efeito de apoio eleitoral e angariação de novos filiados junto da população, a União Nacional instigava os seus membros à realização de campanhas de propaganda, enviando panfletos, publicações e verbas destinadas às comissões concelhias. A 4 de Julho de 1934 o Administrador do Concelho de Barrancos enviou ao presidente da Comissão de Propaganda da União Nacional 25 boletins de inscrição, respeitantes ao número de cidadãos inscritos no concelho de Barrancos. Mas a propaganda oficial destinava-se a um pequeno grupo de acólitos, sendo as verbas

Rodrigues Borralho, doméstica, e tiveram duas filhas. Actualmente são proprietários de uma loja de vestuário. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

¹⁰⁹ A 14 de Maio de 1934 o presidente da Comissão Municipal da União Nacional de Barrancos envia telegraficamente a lista dos representantes locais que desejam inscrever-se no banquete comemorativo do 28 de Maio de 1926, “em honra de S. Ex.^a o Sr. Presidente do Conselho, e como congressistas”. Para o efeito é enviado um cheque do Banco Lisboa & Açores no valor de 330\$00 para pagamento das respectivas inscrições, assim como os nomes dos filiados: José Blanco Fialho (Presidente da Comissão Municipal da U.N. e proprietário), Sebastião Francisco Pulido Vasquez (Vice-presidente da Comissão Municipal da U.N. e proprietário), António Vasquez Garcia (Presidente da Comissão Municipal da Câmara e proprietário), Manuel Lourenço Pelicano (Vogal da Comissão Municipal e comerciante), Francisco Garcia Pérez (proprietário) e Francisco Ortega Pérez (industrial e proprietário).” IANTT, União Nacional, cx.6, mç.12-A, f.52.

estrategicamente direccionadas para outras necessidades locais, como nos comprova a carta pessoal do então Presidente da Comissão Concelhia, José Blanco Fialho:

“Cumpre-me informar V. Ex.^a que neste concelho não tem aplicação a quantia de 500\$00 enviada para propaganda, com quanto tenha boa esperança de bela votação, em relação, é claro, ao número de votantes. Lembro-me de pedir autorização para entregar a referida importância a uma instituição de caridade, que aqui há, devidamente legalizada, por parecer ver nisso também propaganda. É claro se V. Ex.^a autorizar a importância será entregue em nome da União Nacional. Este concelho é onde se pratica desde sempre a caridade, permita-me a expressão, com muito ardor e que marca entre os outros.”¹¹⁰

Na entrevista ao escritor francês Henri Massis, Salazar traçava as linhas orientadoras dos seus objectivos para Portugal, onde pretendia instituir uma “ditadura da inteligência”, “sem entusiasmos nem heroísmo”, fazendo “baixar a febre política” para “reencontrar o equilíbrio, o ritmo habitual” que rege os ciclos da Natureza (Ramos *et al*, 2009:639). Para isso enquadrava as famílias mais influentes a nível regional nos cargos de direcção dos municípios e nas estruturas corporativas, e destas famílias saíram os deputados, procuradores, governadores civis, presidentes das câmaras municipais e membros das direcções de órgãos corporativos e da União Nacional, “todos unidos por laços familiares e favores mútuos” (2009:646).

Presidentes da Câmara de Barrancos durante o Estado Novo

Período	Nome
10 de Setembro de 1926 a 20 de Janeiro de 1934	José Blanco Fialho
20 de Janeiro de 1934 a Abril de 1947	António Vasquez Garcia
5 de Maio de 1947 a 20 de Setembro de 1953	José Blanco Fialho
21 de Setembro de 1953 a 22 de Outubro de 1965	José Augusto Garcia Fialho
23 de Outubro de 1965 a 20 de Dezembro de 1972	Carlos Garcia Fialho
21 de Dezembro de 1972 a 8 de Julho de 1974	José Augusto López Fialho

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Livro de Actas da Câmara Municipal 1926/1974

¹¹⁰ IANTT, União Nacional, cx.6, mç.12-A, f.48-49. Carta pessoal em papel timbrado do presidente da Comissão Municipal da União Nacional de Barrancos, ao presidente da Comissão de Propaganda da União Nacional, de 13 de Dezembro de 1934 (o sublinhado do texto está no original). Para comprovar que a caridade constitui um valor distintivo do concelho de Barrancos, envia um recorte de um artigo do jornal “Diário do Alentejo” de 8/12/1934, com o título “Peditório para Cancerosos”, iniciativa promovida pelo Governo Civil de Beja, onde figura a lista das doações por concelhos. O concelho de Barrancos encabeça a lista com a importância de 1.050\$00, seguido de Beja com 1.004\$00 e de Moura com 229\$00.

Os presidentes da Câmara eram sempre os mesmos, eram os lavradores daqui de Barrancos, os Fialho, os Garcia, os Fialho, os Garcia. Eu sempre conheci essa gente na Câmara, não conheci mais ninguém. Ou era o senhor José Augusto ou era o senhor António Vasquez, ou era o senhor Pepe Vasquez ou era o senhor José Augusto. O último que conheci de Presidente foi o filho do senhor José Augusto, o Nano, no 25 de Abril era o Nano o Presidente da Câmara. (Agostinho Carvalho)

O Estado Novo através do Código Administrativo de 1936-1940 centralizou os poderes administrativos na tutela governamental, sendo decisivo no controlo das autarquias o regime de nomeação dos presidentes das câmaras municipais, que eram simultaneamente delegados do governo com funções de controlo das autarquias locais, ou seja, o presidente representava os interesses locais junto do Governo e os interesses governamentais na área do concelho (Cutileiro, 2004:149). A dependência dos financiamentos governamentais e a política das comparticipações, completavam os mecanismos de dependência absoluta da administração local perante a administração central (Moreira, 2004:432). O Governo controlava todas as áreas do poder administrativo a nível local, nomeando presidentes da câmara e regedores de freguesia (embora as juntas fossem eleitas), além de juizes, chefes de secção de finanças e guardas, geralmente forasteiros (Ramos *et al*, 2009:647). Mas também contava com a colaboração do poder regional, como atesta o teor da carta do Governador Civil de Beja ao Ministro do Interior em 1936, solicitando a nomeação do capitão de infantaria Mário Júlio Jardim da Costa para o cargo de Administrador do Concelho de Moura:

“Moura é um concelho fronteiriço chave de várias estradas em ligação com Espanha sendo no actual momento indispensável a colocação de um oficial neste posto para dedicar ao problema policial a atenção que ele neste momento requer. Acresce que este Sr. Oficial é um dedicado nacionalista e que já a contento da população desempenhou este cargo para o qual proponho novamente. Neste momento se essa autorização não for concedida para este Sr. Oficial ir desempenhar este cargo não é fácil encontrar quem o queira exercer.”¹¹¹

¹¹¹ IANTT, Ministério do Interior, Liv. 83-A. Em Abril de 1936 o Administrador do Concelho de Moura tenente Joaquim Pedro Coelho, oficial da Guarda Nacional Republicana havia pedido a demissão do cargo, sendo o seu substituto proposto pelo Governador Civil de Beja.

No contexto da guerra civil de Espanha a dominação do poder central sobre o poder local ganhava maior relevância, construindo uma rede de “homens de confiança” do regime, de forma a controlar localmente eventuais movimentos sociais que pudessem abalar a estabilidade política.

“Encarrega-se Sua Ex.^a o Ministro de rogar os melhores ofícios de V. Ex.^a no sentido de iniciar desde já nesse Distrito uma lista de onde constem: a) Os funcionários do estado e de órgãos de administração local que notoriamente professem ideias contrárias ao Estado Novo, e que tenham manifestado ou manifestem concordância com os excessos cometidos em Espanha pelas forças esquerdistas. b) Os cidadãos que por seus actos revelem espírito de hostilidade à ordem social estabelecida e que de algum modo enalteçam a prática de desacatos ou de atitudes subversivas.”¹¹²

Na sociedade rural estudada por José Cutileiro (2004), apenas o presidente da Câmara auferia de um vencimento simbólico, sendo os restantes cargos, de vice-presidente e vereadores, desempenhados por “homens de posses e de prestígio no seio da vila; lojistas ou agentes comerciais importantes, lavradores ou funcionários públicos categorizados, pertencentes às famílias importantes” (2004:150). Em Barrancos espelhava-se a mesma realidade, e os representantes municipais mantiveram-se até ao 25 de Abril de 1974 nas mesmas famílias. Um dos membros da família Fialho, que assumiu durante doze anos a presidência da Câmara Municipal, justificou esta permanência nos seguintes termos:

Estivemos na Câmara muito tempo, porque nessa altura nada se recebia e tudo se punha, tudo se recebia e nada se punha, e politicamente estávamos bem, nós éramos também apolíticos. (...) Nós como fomos ameaçados que se não quiséssemos aguentar o concelho a Câmara ia para Moura, ia sob a vigência de Moura, então nós ficámos para a Câmara não sair de Barrancos, porque éramos muito bairristas e muito agarrados à terra, e ainda somos. Para assegurarmos aquelas regalias que a Câmara nos dava, que o concelho nos dava, não era uma freguesia de outro concelho. (...) Por isso fomos ficando, foi o meu avô, o meu pai, eu e o meu filho António. (José Augusto Fialho)¹¹³

¹¹² Arquivo Histórico Municipal de Barrancos. Correspondência Enviada ao Administrador do Concelho, 2^a Secção, Circulares, 1936.

¹¹³ José Augusto Garcia Fialho (Barrancos, 1914-2006) filho de José Blanco Fialho e de Maria das Dores Garcia Fialho, era o mais velho de seis irmãos. Frequentou a escola primária em Barrancos, e completou o 7º ano no Colégio Infante de Sagres em Lisboa. A principal actividade económica da família era a agricultura e a pecuária. Como não continuou os estudos, como os restantes irmãos, acompanhou o pai na gestão da actividade económica da família. Segundo o próprio, *tinha uma boa vida*, e as redes de

Na Constituição de 1933 o Estado Novo consagrou formalmente o princípio representativo, sendo a União Nacional uma Câmara política de representação nacional, e o princípio electivo, sustentado na eleição do Presidente da Republica e da Assembleia Nacional. O recenseamento eleitoral filtrava os cidadãos com direito a voto, através de dois processos de recenseamento: a inscrição oficiosa, feita pelas comissões concelhias de recenseamento, compostas por elementos da União Nacional, com base nas informações recebidas dos serviços públicos instruídos para “aumentar o número de eleitores de reconhecida idoneidade política”, e a livre inscrição de eleitores, que era praticamente insignificante (Ferreira, 2006:198), como se verificava no caso de Barrancos.

Eleitores inscritos no Concelho de Barrancos, 1934/1943

Ano	Nº de Eleitores	Obs.
1934	171	
1935	319	
1937	179	
1939	209	
1940	207	
1942	311	
1943	376	

Fonte: Livros de Recenseamento Eleitoral do Concelho de Barrancos, AHCMB, M/B, Pasta 1

O António Vasquez era o presidente da Câmara, o meu pai era empregado dele lá no campo e quando era para fazerem eleições, para a Câmara, penso eu, mandava chamar os criados. “- Ponham aqui o dedo!” Não sabiam escrever, punham o dedo. Era assim, não havia como agora, de falar, perguntar, não havia nada disso, chamava o criado lá à Câmara e punham o dedo. Havia presidente da Câmara mas até ao 25 de Abril era assim. (Manuel Cortegano)

sociabilidade uniam-se por laços de amizade e de parentesco a uma elite portuguesa de terratenentes, médicos, advogados e políticos. Em 1938 casou com Cristina López Rangil, de origem espanhola, filha de um industrial madrileno, que no verão de 1936 conhecera no Estoril, e tiveram quatro filhos. Foi presidente da Câmara de Barrancos entre 1953 e 1965. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos a 28/12/2002.

Para já era uma pessoa de direita (António Vasquez Garcia), não era uma pessoa de esquerda e achava que ser presidente da Câmara de uma terra, segundo o ponto de vista dele, teria que ir pelas ideologias da direita, e claro que talvez entusiasmasse as pessoas quando havia votações de votarem na direita, isso acredito, e naturalmente teria a sua influência. (Maria Teresa Garcia)

Segundo a legislação eleitoral podiam votar os homens maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, e aqueles que fossem analfabetos mas pagassem contribuições ao Estado (predial, industrial, de capital ou profissional) de pelo menos 100\$00 anuais. As mulheres votavam de pleno direito aos 21 anos se tivessem o curso geral dos liceus, as viúvas, solteiras ou separadas que vivessem do seu vencimento e soubessem ler e escrever, ou as iletradas que pagassem mais de 100\$00 de contribuições ao Estado. As mulheres casadas só podiam recensear-se se soubessem ler e escrever e contribuíssem para o Estado, por bens próprios ou comuns, com uma quantia não inferior a 200\$00 (Godinho, 2001:165). Estas exigências, largamente restritivas, reduzia drasticamente o número de eleitores nas sociedades rurais, contemplando em Barrancos um pequeno número de recenseados que incluía os proprietários rurais, os lavradores, os industriais, os comerciantes, os funcionários públicos e alguns trabalhadores.¹¹⁴

Para a eleição dos deputados à Assembleia Nacional vigorou desde 1934 o sistema de círculos e listas únicas, substituído em 1945 por um regime de círculos e listas plurais, o que legalmente permitiu a abertura à oposição (Ferreira, 2006:199). Porém, esta tolerância para com a oposição foi apenas simulada, reflectindo-se de forma concreta na identificação e detenção dos opositores, como testemunha a carta enviada pelo Presidente da Câmara de Barrancos ao Governador Civil:

“Tenho a honra de enviar a V. Ex.^a uma lista dos indivíduos de Barrancos que se alistaram na Legião Portuguesa e não se apresentaram ontem a votar, e terão mesmo alguns deles assinado listas ou telegramas de adesão ao chamado Movimento de Unidade Democrática. (...) Mais envio a V. Ex.^a uma lista com os nomes dos funcionários públicos que não votaram, indicando na mesma qual tem sido seguida por esses

¹¹⁴ Aquando do acto eleitoral de Dezembro de 1934, o Presidente da Câmara de Barrancos, António Vasquez Garcia, informou telegraficamente o presidente da Comissão Central de União Nacional sobre os resultados obtidos: “Informo V. Ex.^a que de 171 eleitores inscritos por este concelho aprovaram lista União Nacional 152, abstiveram-se 7, sendo os restantes ausentes e falecidos”. Nas primeiras eleições para a Presidência da República durante o Estado Novo, António Vasquez Garcia, enviada telegraficamente os resultados eleitorais ao presidente da Comissão Central da União Nacional, a 17 de Fevereiro de 1935: “Informo V. Ex.^a que dos 319 eleitores inscritos por este concelho aprovam a candidatura do general Carmona 311 e abstiveram-se 8 restantes.” IANTT, União Nacional, cx.6, mç.12-A, f.54-56.

indivíduos, os quais foram esclarecidos que na hipótese de se absterem de votar a sua atitude seria considerada de manifesta hostilidade ao Governo da Nação”.¹¹⁵

Eu estive três anos ali na Sociedade, rapaz, sempre ouvia as coisas. Uma vez nas primeiras eleições de Norton de Matos havia aquela diferença, aquela política. Naquela altura tínhamos um Chefe das Finanças que era todo das esquerdas, o meu tio era também pessoa de esquerda e havia sempre... Houve pessoas aqui com olho sempre em cima, presos não, mas sempre na mira, naquela altura não havia esse recurso de falar. (...) O meu tio Zé, que era carpinteiro, da família de minha mãe eram todos assim coiso (da oposição) mas nunca tiveram problemas. (Domingos Caiadas)

A elite consolidou a posse da terra, do comércio e da indústria através de alianças matrimoniais, mantendo a hegemonia local e regional até ao 25 de Abril de 1974, comprovando que em sociedades predominantemente agrícolas, a posse da terra é a principal fonte de poder económico, político e social (Feder cit. em Fernandes, 2006:81). Desta forma se justifica que as nossas conversas sobre os acontecimentos da guerra civil de Espanha activassem uma memória colectiva fortemente enraizada, plena de acção, narrando as condições de vida de uma classe subalternizada face à dominação dos “donos da terra”, servindo para a coesão do grupo como afirmação da sua unidade colectiva, concebida como espaço social de conflitos e de dependências.

3.2. E logo os do campo chamavam çivinas aos que estavam no povo

Os principais recursos do concelho de Barrancos provinham do campo, onde centenas de famílias de trabalhadores rurais viviam a maior parte do ano afastadas da vida social da vila.¹¹⁶ Os habitantes da vila apreenderam o seu espaço como um espaço

¹¹⁵ AHMB. Correspondência enviada ao Governador Civil (1938-1952). Carta de 19 de Novembro de 1945.

¹¹⁶ Em 1939 o concelho de Barrancos tinha 3.300 habitantes (1.657 varões e 1.643 fêmeas), e no ano de 1938 o número de nascimentos fora de 67 e o número de óbitos de 42. Os habitantes do concelho distribuía-se pelas seguintes profissões: proprietários 113, agricultores 323, industriais 64, comerciantes 48, funcionários 84, empregados 175, diversos 2.493. Na vila, para além da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, funcionava a Secção de Finanças e a Tesouraria da Fazenda Pública, uma Estação Telégrafo-postal, o Posto de Despacho da Alfândega, o Posto da Guarda Fiscal, o Posto da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. A Casa do Povo geria fundos de Assistência e Previdência, e existia uma Delegação da Federação Nacional dos Produtores de Trigo. A Escola Primária tinha quatro salas de aulas, para o sexo masculino e feminino, com uma média de 300

de cultura, um lugar civilizado, contrariamente ao campo, espaço da natureza, incivilizado, um lugar onde os seus conterrâneos *eram criados como bichinhos*. Como refere Margarida Fernandes (2006), relativamente aos habitantes de Baleizão, tudo o que estava fora da zona construída era campo, e estava em oposição ao espaço da aldeia, ou da vila, tal como Corbin & Corbin (1987) identificaram no seu trabalho na Andaluzia (Corbin & Corbin cit. em Fernandes, 2006:24). Esta realidade justifica a diferenciação construída entre as gentes da vila e do campo, como um fenómeno transversal às sociedades rurais, alicerçada em recursos económicos, culturais e simbólicos, configuradores de estilos de vida, de atitudes e crenças que legitimam diferentes visões do mundo.



Grupo de amigas trabalhadoras rurais (1940)



Grupo de amigos trabalhadores rurais (1940)¹¹⁷

Em Barrancos os trabalhadores que viviam no campo forjaram a sua identidade cultural por oposição aos trabalhadores da vila, identificando-lhes posturas de

alunos inscritos. A nível de transportes existiam duas camionetas de carga e duas de passageiros, com carreiras diárias entre Barrancos e Moura, para além dos veículos particulares de quatro rodas e de tracção animal. Em 1939 construíam-se em média vinte prédios urbanos para habitação, e as obras mais importantes foram: um bairro económico; a canalização de esgotos e o abastecimento de água potável no centro da vila, e a construção de uma ponte sobre o rio Ardila na Estrada Municipal de Barrancos à Amareleja. A vila tinha distribuição de energia eléctrica para iluminação pública e para algumas casas particulares. A igreja localizava-se no centro, e o Cemitério a nascente, no ponto mais alto.

¹¹⁷ Arquivo Particular de Francisca Agudo.

superioridade e uma certa adequação às práticas sociais das elites, como *querendo-se fazer gente*, caracterizando-os de *çivinas*.¹¹⁸

*Antigamente havia os çivinas, chamavam os çivinas que era o pessoal aqui do povo, os outros eram os trabalhadores do campo. Havia uma política entre uns e outros. (José Ângelo)*¹¹⁹

Os çivinas eram os carpinteiros, sapateiros, que havia muito deles nesse tempo, os ferreiros, todos esses eram çivinas, porque só estavam no povo, e o outro pessoal todo trabalhava no campo. Os do campo eram mais abrutalhados e logo iam aos bailes e as raparigas gostavam mais dos çivinas, a maior parte delas, e havia garreias a maioria das vezes por isso. Os çivinas era um grupo mais civilizado, às vezes menos, mas davam-se por mais civilizados do que o pessoal do campo. Havia parte deles do campo que só vinham de meses a meses ao povo. (António Caeiro)

*E logo os do campo chamavam çivinas aos que estavam no povo, que eram do comércio e estes ofícios assim aqui do povo. E elas (as raparigas do campo) faziam bailes em casas particulares e eles iam lá, porque havia moças jeitosas, e elas diziam: "Não os deixem entrar que são os çivinas!" Às vezes havia tareias se algum se enfiava lá, os noivos e namorados não queriam. (Maria Alice Torbisco)*¹²⁰

As disputas entre *os do campo* e *os çivinas* remetem, num primeiro momento, para uma luta pela conquista das mulheres, considerando o espaço social onde

¹¹⁸ A palavra *çivina*, proferida em dialecto barranquenho, foi adoptada à escrita com *ç*, seguindo a lógica do vocabulário da *Filologia Barranquenha* recolhido pelo Prof. Leite de Vasconcelos, no qual não existem palavras começadas por *s*.

¹¹⁹ José Lopes Ângelo (Barrancos, 1920 – Beja, 2008) era o mais novo de sete irmãos. Quando nasceu o seu pai era mineiro nas minas de Aparis, exploradas por ingleses e após o encerramento da mina foi trabalhador rural. Frequentou a Escola Primária de Barrancos e viveu sempre na vila. Herdou de seu pai a alcunha de “Baralha” (nome do cão da família Ortega). Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 13/6/2006)

¹²⁰ Maria Alice Rubio Torbisco (Barrancos, 1937) era a mais nova de cinco irmãos. Seus pais eram espanhóis e fixaram-se em Barrancos em 1927, dedicando-se à panificação. Realizou o exame da 4ª classe em Barrancos e fez a 1ª Comunhão e a Comunhão Solene. Viveu sempre na vila e trabalhou no grupo familiar. Em 1966 casou com Emílio Mendes Domingues, empregado do comércio, filho do secretário da Junta de Freguesia e proprietário do antigo Hotel Hespagnol (actual Casa de Hóspedes Emílio) e tiveram dois filhos. Actualmente Maria Alice é viúva e dirige a casa de hóspedes com a ajuda dos filhos. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 28/9/2007.

geralmente os conflitos eclodiam (bailes e locais de convívio). Mas também podem ser compreendidas como lutas entre grupos subordinados, pela construção de uma consciência social hegemónica. Os *çivinas* representavam um grupo de indivíduos com actividades profissionais que marcavam uma diferença de *habitus* (Bourdieu, 1994), alguns vivendo dependentes das actividades dos pais (como os filhos dos artesãos) que, independentemente das dificuldades económicas, *não queriam trabalhar no campo*. Por outro lado os *çivinas* tinham acesso à escola, participavam em rituais religiosos juntamente com a elite, apropriando-se de práticas distintivas (atitudes, vestuário e alimentação), levando uma vida social que contribuía para dispersar os seus interesses de classe, contrariamente à homogeneidade dos trabalhadores do campo. Como refere James C. Scott (1990), nas sociedades rurais a hierarquia cultural oferecia um modelo de conduta para o “homem civilizado”, que o “homem do campo” não podia imitar com os recursos culturais e materiais que dispunha. Quer se tratasse de conhecer os textos sagrados, de falar, de vestir-se com propriedade, de respeitar os preceitos à mesa, ou reproduzir os modos e as regras de consumo, os trabalhadores rurais encontravam-se impossibilitados de cumprir tais exigências (Scott, 2003:225).

As pessoas que eram criadas no campo não conheciam nem metade das coisas do povo. Ele havia moços, antigamente, que só vinham ao povo quando eram chamados para virem à tropa, e era quando vestiam uma roupa mais jeitosa e sapatinhos. As mães vinham à loja mas logo iam para trás, para que não falhasse nada aos bichos dos patrões. Não iam à escola, não iam à igreja e eram vistos como bichinhos. (...) Um que lhe chamam “Domingos boieiro”, que o pai era boieiro nas Russianas, guardava vacas e lhe chamavam “boieiro”, era muito jeitoso, ele ainda é vivo o rapaz, era mais ou menos à minha idade. E então era muito bonito quando era novo, mas como vinha do campo sempre se notava, mas arranjava-se. E a Manuela, que ele foi tirar para dançar, lhe disse: “- De onde é o senhor?”. Julgando que era de fora.”- Eu? Sou filho do boieiro das Russianas!” E ela ficou com uma mala (ri-se), julgando que era uma presa boa e era o filho do boieiro. (Maria Alice Torbisco)

A homogeneidade social dos trabalhadores rurais que viviam nas herdades, isolados da vila, marcava a sua estreita dependência, assim como uma relativa falta de diferenciação e de mobilidade social fora da sua actividade profissional. As actividades de vaqueiro, porqueiro, cabreiro e pastor passavam de geração em geração como um

saber que garantia contratos de trabalho anuais e a possibilidade de uma vida economicamente mais desafogada. Mas todos viviam debaixo da mesma autoridade, a do proprietário da herdade, os ganadeiros correndo os mesmos riscos com a perda dos animais, os trabalhadores à jorna ameaçados pela precariedade do trabalho rural, relacionando-se quase exclusivamente uns com os outros a maior parte do ano, dependendo do sistema de trocas materiais e simbólicas e da ajuda mútua. Este tipo de condição social potenciava a coesão e a unidade de uma subcultura, convertendo-os numa comunidade.

Muitas saudades daqueles tempos, trabalhava a gente, não se ganhava, mas havia aquela amizade, aquela coisa dos pais com os filhos, e de todos os ganadeiros que estávamos ali uns com os outros. De noite nos visitávamos, de uma malhada para a outra, o porqueiro estava num lado, o pastor estava noutra, o vaqueiro estava noutra, e de noite visitávamo-nos uns aos outros com aquela amizade, e não se ganhava. (Francisca Agudo)¹²¹

Nesse tempo quando eu fui para o trabalho havia lá vinte, ou vinte e tal homens juntos trabalhando como irmãos. Era ao contrário, não ganhávamos para comer, mas sempre contentes. (...) Os que estavam lá, de ganadeiros, só vinham (à vila) uma vez por outra fazer algum mandado, ou fazer os avios, ou à festa de Agosto que já era uma tradição muito antiga. (José Gaspar)

Os ganadeiros eram assim, os trabalhadores não, os trabalhadores tinham lá uma cozinha, a “cozinha da malta”, no monte da Coitadinha. Era uma chaminé no meio, era mais fumo, e estavam todos com as enxergas à roda, à roda, e nas estacas penduravam os alforques com a comidinha para a semana. Ali é que dormiam, na “cozinha da malta”. Vinham sábado à tarde (depois do pôr do sol) no burro, se a ribeira estava cheia, vinham pela ponte com o burrinho, até segunda-feira (antes do

¹²¹ Francisca dos Santos Agudo (Barrancos, 1927) viveu na herdade da Coitadinha dos sete aos vinte e sete anos de idade, saindo para casar. O seu pai trabalhou como vaqueiro e a mãe como doméstica e trabalhadora rural. Francisca Agudo nunca foi à escola, *só há pouco tempo é que me caprichei e aprendi a escrever o meu nome. Mas nós lá da malhada de Noudar como havíamos de vir, se era onde estávamos quase sempre?* Os donos da herdade da Coitadinha foram os seus padrinhos de baptismo e toda a vida trabalhou no campo. Em 1954 casou com Manuel Soares Fernandes, trabalhador rural, e tiveram um filho. Actualmente é viúva e vive da reforma. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 29/9/2007).

nascer do sol). *Na segunda-feira, aí no celeiro, onde está o touro (estátua de bronze na entrada de Barrancos), era a quadrilha da Coitadinha e a quadrilha das Russianas, as Russianas ainda tinham mais gente trabalhando do que tinha a Coitadinha.* (Francisca Agudo)

Os guardas dos montes ou pateiros viviam com a família numa habitação integrada no complexo habitacional do Monte, assim como os guardas florestais. Os almocreves, que cuidavam das juntas de bois da lavoura, comiam e dormiam no Monte, numa dependência anexa ao estábulo dos animais. Os ganadeiros responsáveis pelo gado viviam com as famílias em malhadas dispersas pela herdade, cobertas de rama de azinheira e palha, enquanto as malhadas de porcos e os estábulos dos animais eram cobertos de telha. Todos estes factores contribuíram para as gentes da vila estabelecerem termos de comparação entre a vida das pessoas e dos animais, independentemente de todos os trabalhadores terem as suas casas na vila.

O que a gente passou naquela malhada, quem vê não sabe o que se passou naquela malhada, chegámos a estar ali sete e oito pessoas, hoje, nesta época, nem os bichos dormem assim, mas nós dormíamos, e todos ali tão agasalhadinhos. (...) Meu mano era mais velho queria vir a casa (à vila), se vinha ele eu ficava com o meu pai guardando as vacas. Se minha mãe vinha a Barrancos eu ficava na malhada, arranjava a malhada, ia à água, cozia o leite, fazia o queijo, aquela coisa toda. Se havia trabalho para ali lá íamos nós aproveitar, ou a azeitona, ou a sacha para ali, mas se os que vinham de Barrancos ganhavam 10\$00 por dia, nós, como éramos “filhos da casa” ganhávamos 7\$00, era assim. E isso o que me custava a mim, estando eu ao pé de outra pessoa, fazendo o mesmo que a outra pessoa, e porque eu era “filha da casa”. Eu não era “filha da casa”, era filha do meu pai e da minha mãe, como dizia eu. (Francisca Agudo)

Ser “filho da casa” representava um privilégio na hierarquia do mundo rural, designando um “parentesco instrumental” forjado na dependência, na submissão e na fidelidade para com os patrões, servindo para eliminar qualquer tendência ao conflito na estrutura social. Os “filhos da casa” beneficiavam de estabilidade no trabalho, de uma eventual protecção (em casos de prática de contrabando), ou de favores para os seus descendentes encontrarem alternativas profissionais ao trabalho rural. Todavia, a

maioria dos filhos dos ganadeiros começavam ainda crianças como ajuda do pai, cuidando do gado, como recorda Manuel dos Santos:

Fui para a Coitadinha com nove anos para ajudar no gado com meu pai que era vaqueiro, e era assim, levava meses e meses sem vir a Barrancos. Quando fui mais grandinho é que o meu pai me deixava vir num dia santo a Barrancos. Minha mãe é que vinha fazer os avios com o burrinho e nós ficávamos lá. Quando eu era ajuda de meu pai, minha mãe fazia a lida da malhada, tinha umas cabrinhas, fazia queijinhos, ia à água, meu pai também semeava umas searinhas e ela ia a mondar a seara. Ali, os criados todos ganhavam uma seara, o patrão dava um bocado de terra de quatro ou cinco alqueires e logo eles iam fazendo quando podiam, e eu ia com o gado para lavar a seara. Quando eu já era grande já fazia aquela coisa, o meu pai ia com o gado e eu ia aprendendo a trabalhar e a lavar com o burrinho a seara. Aquela seara a ganhava o meu pai, tinha um pionhal de vacas, tinha umas cabrinhas e ganhava azeite, grão e essas coisas, e ganhava, parece que era dois tostões. Tinha quatro vacas e sete cabras, quando pariam vendia os bezeros, ou os chibinhos. No tempo de Paco Garcia trabalhavam vinte ou trinta homens na casa, mas havia muita gente parada naquela altura, aqui em Barrancos chegou a haver cem homens pedindo na rua, cem homens trabalhadores, porque os lavradores só queriam aqueles homens não queriam mais ninguém.

As filhas dos trabalhadores rurais tinham como alternativa à vida do campo servir nas casas das famílias dos proprietários rurais, onde comiam e dormiam, sujeitando-se às regras da casa e aos caprichos dos patrões ou patroas, como recorda Antónia¹²²:

Estive a servir em muitas casas desses senhores ricos, estive a servir em casa do senhor Fialho, fui ao Estoril, da primeira vez estive lá quatro meses com as patroas, depois viemos outra vez e estávamos aqui quinze dias e depois íamos para o campo, ficávamos no campo. Depois fui outra vez para o Estoril quando casou um filho do senhor Fialho,

¹²² Antónia (pseudónimo) nasceu em Barrancos em 1925 e era filha de trabalhadores rurais. Tinha um irmão mais velho que morreu ainda jovem. Frequentou a 3º ano do ensino primário em Barrancos, foi criada de casa, trabalhadora rural e doméstica. Casou em 1952 com um trabalhador rural, mineiro e contrabandista, que emigrou para França em 1962, onde trabalhou 12 anos na agricultura. Tiveram quatro filhos. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 10/6/2008.

que já morreu, o Carlos Fialho, e estive lá um mês com eles, depois estive em várias casas servindo, a minha vida era assim. A melhor patroa era uma senhora que era solteira, a Dona Maria Pulido, o Vasco Pulido Valente que fala na televisão é sobrinho dessa senhora onde estive a servir. Essa senhora sim, de comer também não era lá muito boa, mas logo não era má para a gente, estávamos a gosto com ela. Era boa pessoa para a gente, tocava música no rádio e eu gostava muito de ouvir, e às vezes punha-me assim a ouvir as músicas, e ela logo viu, e eu fugi, porque não queria que se zangasse, e como já sabia que eu gostava às vezes me chamava para ouvir músicas. “- Catarina, escucha la música que es muy bonita, y tu gustas mucho.” Esta senhora sim, as outras não quer dizer que fossem más, más, mas ralhavam mais com a gente e zangavam-se às vezes sem motivo nem razão, e a gente também se aborrecia, mas não tínhamos outro remédio senão aguentá-las.

As senhoras também impunham aos seus criados e trabalhadores as práticas religiosas (apadrinhando as crianças no baptismo e o casamento pela igreja), demonstrando considerações idênticas aos dos seus semelhantes, ao zelarem pela sua educação moral e religiosa, como “as fontes dos melhores sentimentos” (Vasconcellos, 1884:17). O “parentesco espiritual” reforçava as relações de dependência moral dos afilhados para com os padrinhos, e apresenta-se como um fenómeno transversal aos filhos dos trabalhadores do campo e da vila, como nos testemunha José Ângelo:

Estávamos para ali a brincar na praça, frente à sociedade, uma data de miúdos, e então chegaram eles, dali da igreja, uma senhora, que foi a minha madrinha e um senhor que foi o meu padrinho e disseram: “- Anda cá, vocês estão baptizados? – Não! - Querem-se baptizar? - Sim senhora!” E fomos uma data deles, e ali nos baptizaram e pronto. O padrinho foi o pai do José Adrião e a minha madrinha foi uma senhora que também já morreu, Dona Lola, que morava aqui no Alto Sano. Quando cheguei ao meu pai e à minha mãe disse: “- Olhem já estou baptizado!”.

Em algumas herdades existiam pequenas capelas para as senhoras realizarem as suas orações diárias, às quais o padre de Barrancos se deslocava para proferir cerimónias religiosas, ou acompanhar o “retiro espiritual”, que Francisca Agudo ainda recorda:

A Dona Dorinhas fez uma igreja lá no monte, no quarto dela. Ia o senhor padre, o Cónego Almeida, dormia lá e tudo, no monte, mas o marido não queria, o senhor Paco Garcia não queria, estavam de quartos à parte. Chamavam-lhe o “Retiro”, elas não falavam, estavam quinze dias sem falar, as senhoras que iam daqui, fazer ali aquela coisa.

A proprietária do Monte da Coitadinha improvisou uma capela que serviu de local a uma das cerimónias que melhor testemunha e preocupação dos patrões pela vida religiosa e moral dos “filhos da casa”. A 25 de Maio de 1938 os contratados do monte que não eram casados pela igreja, assim como os seus filhos que não eram baptizados, reuniram-se numa cerimónia religiosa proferida pelo Cónego Alfredo Almeida na capela do monte, apadrinhados por Francisco Garcia Pérez, proprietário, e sua esposa Maria das Dores Blanco Fialho Garcia, doméstica, tendo por testemunha Manuel Fretes, solteiro, motorista da casa.¹²³ Os registos dos oito casamentos e dos nove baptizados em nada diferem dos que foram realizados na Igreja de Barrancos, não fosse a memória de dois dos eleitos:

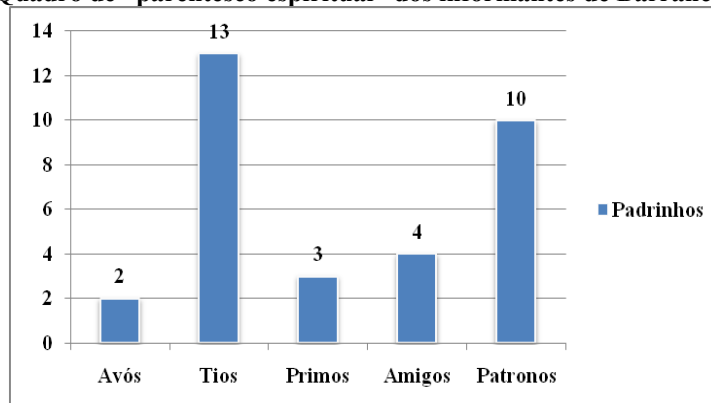
Aquele dia foi muito engraçado, porque veja lá, a gente fomos baptizados primeiro, éramos nove, e o mais novo de todos era eu, não, era o Zé Manuel ‘Mata Burros’, que Deus tem. O Zé Manuel era filho de um moirado de porcos que estava lá. E então, puseram-nos ali todos, em torno (gesto de semicírculo), e estava para ali um primo irmão meu que estava para ir à tropa, veja lá (ri-se), e o tio Zé Guerreiro. Éramos nove, puseram-nos a todos (gesto de uma fila de cada lado) e o senhor padre começou a

¹²³ Arquivo Paroquial de Barrancos, Livro de Casamentos de 1938, registos nº 6 a nº 13. Livro de Baptismos de 1938, registos nº 16 a nº 24. Os matrimónios religiosos uniram Manuel dos Santos Rita, vaqueiro, de quarenta anos de idade, que vivia há quinze anos com Francisca Porta Agudo e tinham dois filhos. Francisco Cristino Delgado, porqueiro, de quarenta e quatro anos, que vivia com Rosa Soares Rodrigues há dezanove anos. José Escoval Castueiro de quarenta e dois anos de idade, que vivia há dezanove anos com Tomazia Domingues. Domingos Rodrigues Ruivo, vaqueiro, de quarenta e quatro anos, que vivia com Izidra Branquinho Gonçalves há dezasseis anos. Domingos Abade Branquinho, capataz, de quarenta e cinco anos de idade, que vivia há vinte e um anos com Isabel Escoval dos Santos. Manuel da Silva Rico, feitor, de quarenta e três anos de idade, que vivia com Maria Borrvalho Basílio há dezassete anos. José Manuel Mendes Pica, almocreve, de trinta e oito anos, que vivia há catorze anos com Isabel Lopes Ângelo e tinham quatro filhos que também foram baptizados: Isabel Ângelo Pica de doze anos, Izidra de dez anos, José Manuel de sete anos e Domingos de três anos de idade. O último casamento registado foi o de Manuel Branquinho Guerreiro, porqueiro, de quarenta e dois anos de idade, casado há vinte e oito anos com Maria Porta Gaspar, pais de José Gaspar Guerreiro de nove anos de idade. Foram igualmente baptizados os irmãos Jacinto e Manuel Agudo Caçador de catorze e nove anos de idade, filhos de Manuel Sanches Caçador, boieiro, e de Catarina Porta Agudo, assim como José Maleno Guerreiro de dezoito anos e Manuel Guerreiro Oliveira de dezassete anos.

coisa (gesto de ler e desfolhar um livro), e para ali fizeram a cerimónia e ficámos baptizados (gesto de escrever.) O senhor Paco, o padrinho, a Dona Dorinhas, a madrinha, e depois foram os pais. O pai do Tio Marujo também, esse tinha uma mão inchada, e a mãe do Tio Marujo era muito piadética (ri-se), e como tinha de pôr a mão assim (gesto de sobrepor uma mão sobre a outra), e como o marido tinha a mão inchada desmanchou-se a rir (gargalhada), aquilo foi uma galhofa. Eram oito casamentos, era o do encarregado (Domingos Rebolo) que estava lá na casa, já um homem de bastante idade, e foi casado naquele dia. E depois do casamento e daquilo tudo foi comer e beber à rica, o que não comíamos nós nas nossas casas. Para ali tinham uma comida boa, e depois fomos chamados à porta da casa do senhor Paco, vinte escudos a cada um afilhado (ri-se), ainda o recorde como se tivesse sido ontem. Ficámos o resto do dia ali à paródia, puseram os homens que estavam lá a trabalhar com o gado, para atenderem ao gado, para os moirais... (poderem festejar). Todos os que não estavam casados pela igreja foram casados no monte da Coitadinha. (José Gaspar)

Meu pai se casou pela igreja ali, se casaram uns poucos, coitadinhos. Era o meu pai, era tio José Manuel dois, tio Domingos Rubio três, eu nem sei dizer já, eram muitos, dos que estavam lá trabalhando e não estavam casados pela igreja. Fizeram um banquete, mas um banquete. Era minha mãe e meu pai aqui, outros ali, outros ali (dispostos em semi-circulo), alguns rindo-se, porque riam uns dos outros do papel que estavam fazendo. Os filhos a ver o casamento dos pais, eu também fui a ver o casamento do meu pai. (...) Logo ao meu pai, porque era muito coiso também, uma das criadas lhe tinha um ramo grande preparado, e quando saiu lhe deram o ramo ao meu pai e lhe formaram uma risada a ele. E tiveram que casar senão... (rua). Foram casados ali obrigados. (Francisca Agudo)

Quadro de “parentesco espiritual” dos informantes de Barrancos



Leite de Vasconcelos (1955) assinalava que por natureza a religião prendia pouco, ou quase nada, “o espírito do povo”, independentemente de este ser “morigerado, ordeiro, respeitador da propriedade alheia”, e se por acaso cometia algum furto nos campos “era por grande fome” (1955:9). Segundo Leite de Vasconcelos, o trabalhador rural, embora não seja considerado como um ser religioso por excelência, possui uma dimensão religiosa assimilada em termos da sua própria realidade social como indivíduo, e não em termos abstractos. Por outro lado, a religião funcionava sobretudo para sustentar e equilibrar o ecossistema das sociedades rurais e a organização social, forjando um elo de ligação entre o mundo rural e uma ordem social envolvente, mas exterior a ele (Wolf, 1966). O anticlericalismo das sociedades rurais resultava não só de factores históricos, mas sobretudo do papel social do padre, representante oficial da Igreja do Estado, associado nas práticas sociais a conluíus com os detentores do poder, enquanto os sistemas religiosos eram dominados pela elite.

Nessa altura quem dominava era a situação monetária, e a religiosa, que a religiosa era filha também da monetária. Sabe bem que a religião é uma invenção humana, e então a elite toda era católica. (...) Mas o pobre, o Zé, tinha lá vagar para a igreja, não podia. Quando era nas festas aqui era assim, era um primo que nomeava outro primo, era a prima que nomeava a sobrinha, e ao Zé não escolhia ninguém. Antigamente, na procissão do 8 de Dezembro quem pertencia à comissão de festas era só a fulana tal, e a fulana tal, era gente dessa só, os outros, o Zé nunca era, e um dia o padre Agostinho teve a infeliz ideia, isto já nos anos em que foram decaindo, pouco antes do 25 de Abril, em que havia mais gente que já fazia a 4ª classe, e a dinastia ia decaindo. Quem levava o palio eram só eles, os ricos, e o padre Agostinho lembrou-se de dizer que só levava o palio quem fosse católico, e vieram-me dizer para levar, mas eu disse logo que não era católico. (Clemente Marques)

O actual padre de Barrancos comentou-nos como a sua missão de doutrinação sobre os dogmas marianos da igreja eram ignorados pela maioria dos seus paroquianos, apesar de reconhecer a devoção popular a Nossa Senhora da Conceição. Lamentou ainda a ausência de vida religiosa, que apenas se manifestava a 28 de Agosto durante as cerimónias da *Fêra*, e a 8 de Dezembro dia da Santa Padroeira. As missas dominicais ao longo do ano tinham um número fixo e reduzido de participantes, como podemos

testemunhar, excepto a missa de 28 de Agosto em que a igreja estava sobrelotada. Para além do significado religioso, esta missa inclui um ritual de “provação” ao grupo de *festeiros*, responsáveis pela organização da *Fêra*, reunindo componentes religiosas e profanas que justificam a presença da população, acrescida pelos familiares dispersos pelo país e pelo mundo, que fazem da festa um tempo de reencontro e de exaltação identitária da “comunidade”.

Todos os nossos entrevistados foram baptizados, casaram pela igreja e baptizaram os seus filhos, mas aqueles que viviam no campo raramente participavam nas festas religiosas da vila. As novenas, realizadas em honra da Nossa Senhora da Conceição, representavam um momento de oração em grupo, organizado pelas elites para reunir a comunidade cristã, mas foram recordadas (por aqueles que viviam na vila) como um lugar de encontro e de convívio entre rapazes e raparigas, e não como um ritual religioso.¹²⁴

Quando éramos novos frequentávamos a igreja na altura das novenas dia 8 de Dezembro, quando fazem a festa. E íamos todos, mas íamos todos por brincadeira, e começávamos a rir uns com os outros. (E que faziam na novena, rezavam?) Não, nem pensar nisso! Era só brincadeira, e ríamos muito, e quando fazíamos muito barulho vinham atrás de nós com a bengala (ri-se). (José Ângelo)

Eu lembro-me das novenas aqui em Barrancos e nem imagina o escândalo que era, era a miudagem toda, eram as velhotas todas e as mulheres, falavam de tudo, o pobre do padre, ainda era o senhor Cónego não era o padre Agostinho. Aquilo era uma coisa impressionante. Era um convívio ruidoso, e eu não tenho ideia de entrar numa igreja e ser a bagunça que eram aqui as novenas. (Cármem Figueiredo)

Antigamente, havia um coro que cantava lá em cima, e os rapazes estavam cá em baixo a olhar para as raparigas. (...) As pessoas que estavam no campo nunca podiam vir, estavam guardando gado, julgo que a Remédios era vacas, não podiam deixar o gado. Só vinham nas Feiras, ou no dia 8, porque a noite de Natal normalmente iam passar ao

¹²⁴ Em 1945 o Vice-Presidente da Câmara, Felipe Manuel Pereira de Figueiredo, informa o comandante do posto da GNR sobre o início das novenas, a partir do dia 29 de Novembro (19.30), e da realização da procissão de 8 de Dezembro, solicitando as devidas providências no sentido de serem evitadas “perturbações ou intromissões, que, a darem-se, seriam desagradáveis e teriam de ser eficazmente reprimidas”. AHMB, Correspondência Expedida, Ofício nº 394, de 28/11/1945.

campo. A minha mãe e as minhas tias tinham empregadas e nessa noite não estavam, iam todas passar com as famílias ao campo. (Maria das Dores Ortega)

Maria dos Remédios Guerreiro nasceu em Barrancos em 1927 e era a mais nova de sete irmãos. O seu pai foi vaqueiro na herdade da Coitadinha, onde viveu na malhada da Senhora da Vigia (ou malhada do Castelo) até à idade de seis anos. Em 1933 a família regressou à vila, quanto o seu pai e o irmão Francisco trabalhavam à jorna e o irmão António como carreiro, na herdade das Russianas. Durante a permanência na vila Maria dos Remédios frequentou a Escola Primária até à 3ª classe, e fez a 1ª Comunhão com Maria das Dores Ortega e outras crianças da vila. Em 1938 a família regressou ao campo, onde o seu pai foi trabalhar como guarda das cantinas de exportação, na herdade das Russianas. Durante esses anos a família viveu numa malhada estabelecendo relações de amizade com os vizinhos espanhóis, entre os quais as famílias dos carabineiros do Posto de Picarotos, de Oliva de la Frontera. Durante este período os irmãos mais novos, José e Manuel, iniciam-se no contrabando, trazendo com as cargas expedidas na Alfandega da vila outros produtos encomendados pelos carabineiros. Com o encerramento das cantinas a família regressou a Barrancos, onde os irmãos José e Manuel se dedicaram exclusivamente ao contrabando, ajudados pelos restantes membros da família. As mulheres abasteciam-se nas lojas com os produtos para contrabandear, sobretudo café, que armazenam em diferentes casas para serem transportados pelos homens na calada noite. Aos catorze anos Maria dos Remédios conhece aquele que vai ser o seu companheiro de toda a vida, Manuel Agudo dos Santos (filho do vaqueiro que substituiu o seu pai na herdade da Coitadinha), e juntos viveram a maior parte da vida no campo, cuidando do gado para diferentes patrões.

Para este grupo de trabalhadores rurais, todos os aspectos da vida social, o trabalho, a comunidade, a autoridade e as diversões serviram para ampliar e agudizar a sua perspectiva de classe, ou pelo menos de grupo. No mesmo sentido, o isolamento, a homogeneidade das condições de vida, e a dependência mútua propiciaram o desenvolvimento de uma subcultura distintiva, uma subcultura que possui um imaginário social marcado pela oposição entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores da vila. Quando isto se verifica, a cultura distintiva transforma-se numa força poderosa de unidade social, na medida em que todas as experiências subsequentes estão mediatizadas pela mesma visão do mundo (Scott, 2003:196).

O Carnaval, como tema milenário do “mundo às avessas”, contrariando uma visão do mundo “naturalizada”, propiciava práticas rituais de inversão assinalando um tempo de utopia, a “segunda vida do povo”, o qual ascendia, temporariamente, ao reino da universalidade, da liberdade, da igualdade e da abundância, por isso todas as formas e símbolos da linguagem carnavalesca estão impregnados do lirismo, da alternância, da renovação, da consciência alegre sobre a relatividade das verdades e autoridades do poder (Bakhtin, 2002:10). Este tipo de pensamento utópico, disfarçado de forma alegórica, revela uma declaração explicitamente revolucionária, em que os dominados concebem a inversão e a negação de uma ordem social radicalmente diferente daquela que vivem (Scott, 2003:126).



Estudantina s/d. Arquivo Particular de Manuel Agudo dos Santos

Em Barrancos o Carnaval era uma espécie de “para-raios” para todo o tipo de tensões e ressentimentos, reunindo “os do campo” e os *çivinas*, que traziam à luz as insatisfações pessoais e sociais. Durante os dias de Carnaval havia danças, ou Estudantinas, acompanhadas por versos, falando do que de bom e de mau foi feito ao longo do ano, visando directa ou indirectamente uma ou outra pessoa. Os versos das Estudantinas passavam pelo crivo da censura do Presidente da Câmara, e eram ditos pelas ruas no domingo e na terça-feira gorda. O seu autor foi em tempos um trabalhador rural, analfabeto, de alcunha “Cumbreño”, e posteriormente o “Lelo” que vivia na vila, cuja criatividade é ainda recordada. O conteúdo dos versos de crítica social visava sobretudo os comportamentos dos vizinhos sem identificar nomes, mas os de conteúdo político eram dedicados directamente à elite:

No Carnaval faziam as Estudantinas, como lhe chamavam, e dedicavam cantigas à Dona Dorinhas, dedicavam cantigas ao Doutor Fernandes, dedicavam cantigas ao senhor António Vasquez e logo davam dinheiro. (Francisca Agudo)

Um dos versos recordados por Manuel Agudo dos Santos, que sempre participou nas Estudantinas, era dedicado ao Presidente da Câmara:

O senhor António Vasquez /Homem rico lavrador/Homem de bom coração/Para fazer um favor. // É amigo da pobreza/Fala com toda a gente/Trata bem os seus criados/E andam todos contentes.

Na medida em que a comunicação ocorre no espaço público, frente à casa do visado, em circunstâncias sociais de exceção, a linguagem encontra-se saturada de relações de poder. Por um lado exaltando as qualidades do sujeito, mas assinalando as diferenças sociais entre o “rico lavrador” e a “pobreza” dos seus subordinados. Por outro lado, ao ser publicamente enunciado como “homem de bom coração para fazer um favor”, impõem-lhe um compromisso social para com a comunidade. Em nosso entender o verso integra uma mensagem subliminar de ironia, sob uma aparente forma de submissão, estabelecendo uma correlação entre os comportamentos dos patrões e a satisfação dos seus criados e trabalhadores, remetendo para uma “harmonia social” idealizada.

Estava ele na janela e nós íamos rua abaixo com uma pandeireta a tocar tom-tom-tom-tom, tom-tom-tom-tom, e ele na varanda. Naquele dia quando passámos ali não sei se foram duas ou três notas de cem que mandou pela janela abaixo. (Manuel dos Santos)

O discurso dominado é por necessidade um acto de comunicação deformado, porque as relações de poder propiciam a produção de formas estratégicas de manipulação que distorcem um entendimento genuíno (Scott, 2003:247). Neste sentido, podemos inverter os termos do verso para questionar o consentimento e a resignação dos subordinados face ao poder dos “donos da terra”. Como assinala Scott (2003), independentemente das premissas implícitas, que estão por detrás de cada acto de comunicação, o comunicador quer dizer o que disse, e apesar do poder social no Carnaval ser menos assimétrico, o poder recíproco continua a ser poder (2003:248).

Esta realidade justifica a retribuição do sujeito (a oferenda em dinheiro), como símbolo de poder, num tempo em que o sistema de trocas era essencialmente feito em géneros. Contudo, a farsa pode ser facilmente desmontada no interior do grupo subordinado, como uma estratégia de resistência para satisfação de interesses imediatos, como assinala Francisca Agudo: *cantavam as cantigas e logo lhes davam dinheiro, por isso as cantavam.*

Se aceitarmos o Carnaval como “a válvula de escape” que permitia libertar o “discurso oculto”, aliviando tensões sociais e restaurando a “harmonia social”, não podemos deixar de considerar que a desordem carnavalesca estava condicionada por regras, não apenas de ordem convencional mas também de ordem social. A própria história social do Carnaval está marcada por conjunturas políticas, e em determinados períodos serviu claramente como instrumento de controlo social autorizado pelas elites. Em Espanha uma das primeiras leis do governo do general Franco proibía o Carnaval, sem contudo o ter conseguido eliminar da vontade popular. Gilmore (1987) refere no seu trabalho sobre a Andaluzia que logo que se suspendeu a lei marcial “la gente de Fuenmayor no cedió y cantaba sus insultos desde la cárcel (...) Nadie puede quitarnos el carnaval, ni el Papa, ni Franco, ni el mismo Jesus Cristo” (Gilmore, cit. em Scott, 2003:252).

As elites dominantes que ofereciam ou permitiam mais escapes para agressões, relativamente inofensivas, podiam eventualmente diminuir a possibilidade de violência e rebelião das classes subordinadas. Também as ofertas de comida e bebida associadas a determinadas actividades pecuárias, ou a beneficência da “União das Senhoras da Caridade”, com a oferta de alimentos e vestuário aos mais necessitados, a partilha de géneros durante actividades agrícolas, ou a prestação de favores, enfraqueciam qualquer hipótese de rebelião. O “pão e circo” (Veyne, 1976), que representaram concessões políticas conquistadas pelas classes subordinadas, podem minorar a situação de opressão sem a intervenção da agressão ritualizada. Como muito bem assinalou Veyne (1976), o poder dominante não oferece o circo ao povo para o despolitizar, o povo é que se politiza contra o poder dominante se este lhe negar o “circo” (Veyne, cit. em Scott, 2003:263).

Os ricos era uma exploração, mas chegava uma ferra, de ferrar bezerros, a pôr o ferro quente com o nome do patrão, e ia lá um homem que estava de criado grave e fazia umas grandes migas para todos, queijo de ovelha e nos tratavam lindamente. Era só

com aquela coisa de ser assim, mas o pouquinho que ganhávamos era certo. Era uma vida explorada, porque estávamos de noite e de dia, mas naquela altura a vida era assim por todo o lado, porque se ganhava pouco em todo o lado. (Carlos Caçador)

Os debates sobre poder e ideologia questionam e pretendem explicar o “conformismo” que parece existir por parte das classes subordinadas, apesar das desigualdades. Mas numa sociedade rural dominada pelos “donos da terra”, ao serviço de um regime político ditatorial, não poderemos saber se o consentimento é genuíno, ou fruto de um sistema repressivo que condiciona todos os âmbitos da vida social, impedindo qualquer forma de manifestação de descontentamento, como testemunha Francisca Agudo sobre a submissão do seu pai:

Eu já estava casada, tinha quarenta e tal anos, quando o meu pai passou para as Russianas, e tinha estado sempre na Coitadinha. Uma vida inteira lá, coitadinho, e nem o tinham na Caixa, nada. Depois já tinham medo de tê-lo lá e disseram-lhe: “- Ó Ti Marujo, você tem de ir embora, porque aparece a guarda, você é multado e nós somos multados.” Coitado, ele colheu aquele medo e se veio para casa. O meu pai coitadinho veio, mas se esmoreceu. Recebia 100\$00 por mês, da Casa do Povo, tinha um curralinho num dos ferragiais, um das partilhas do pai e outro comprado com o mealheirinho, que sempre davam alguma azeitona, depois de uma vida inteira no campo, uns escravos. Hoje, estão trabalhando de dia, e de noite vêm a casa, acho bem, que se venham a deitar na sua cama. O meu pai não, foi ali a vida inteira.

3.3. Naquela altura não havia reivindicações, miséria havia!

As crenças religiosas comuns, as relações de parentesco e de vizinhança, o “parentesco espiritual”, o “parentesco instrumental” e outras formas de patrocínio (Cutileiro, 2004:182), criaram uma rede de dependências que manteve ao longo do tempo a “harmonia social” na sociedade barranquenha.¹²⁵ A maioria dos subordinados

¹²⁵ Manuel Carlos Silva diz-nos que para além do pároco outros protagonistas do poder local tornam-se importantes mediadores na relação triádica entre camponeses, patronos e Estado, sendo a principal função do patrono preencher o fosso existente entre o Estado e as comunidades locais. Como estratégia para reforçar o próprio poder redistribuem favores, empregos e demais recursos públicos. “Resistir e Adaptar-

consentia e obedecia, não por assumirem as normas dos “donos da terra”, mas porque a existência de uma estrutura de controlo social, com recompensas e represálias, determinavam que era mais prudente consentir. Conjuntamente, os organismos corporativos do Estado como a Casa do Povo e o Grémio da Lavoura, tentavam complementar os interesses de grupos sociais antagónicos, impondo o consenso e resolvendo conflitos através do aparelho burocrático.

As casas do povo, organismos corporativos nas áreas rurais, agregavam trabalhadores rurais, seareiros, arrendatários e lavradores, passando em 1938 a compreender uma secção de representação profissional, uma espécie de sucedâneo sindical dos trabalhadores rurais, o que era de todo anómalo em organismos dominados por proprietários rurais (Moreira, 2004:438). A apresentação de listas às eleições da Casa do Povo representou uma das estratégias políticas do Partido Comunista Português (PCP) durante a ditadura, na defesa de melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais, ou de melhores serviços de assistência, apesar das dificuldades de mobilização de uma população analfabeta, dispersa e socialmente controlada (Pereira, 1983:133). Na Casa do Povo de Barrancos acedia-se clandestinamente ao jornal *Avante!* e a leituras subversivas, incentivadas por homens como Pepe Gomes, António Navarro e João do Sol algumas vezes referidos como simpatizantes do PCP. Por outro lado, o Administrador do Concelho recebia instruções do Governador Civil (provenientes do Ministério do Interior) para “utilizar de preferência sócios da Casa do Povo” nas obras municipais, “contribuindo assim para impulsionar e dar relevo à acção dos organismos corporativos.”¹²⁶ Ao longo dos anos os trabalhadores rurais associaram-se à Casa do Povo (actualizando as quotas em períodos de crise) na esperança de conseguirem trabalho, mas nem todos eram escolhidos, gerando

se. Constrangimentos e Estratégias camponesa no Noroeste de Portugal”, *Cadernos do Noroeste*, Vol.8 (2), 1995, p.147.

¹²⁶ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, C/D, Correspondência Enviada ao Administrador do Concelho, 2ª Secção, Circular nº 55, 5/9/1936.

protestos e descontentamentos.¹²⁷ Em unísono, os proprietários rurais e as autoridades locais manipulavam os salários e o emprego nas obras públicas, para que estes trabalhos não impedissem o fluxo de mão-de-obra o mais abundante e barata possível na época das ceifas (Pereira, 1983:145).

Quando havia muita gente sem trabalho, o Presidente da Câmara, que era o António Vasquez Garcia, que era um homem que tinha mão em toda a parte em Portugal e Espanha, e então era essa estrada. (...) Nesse tempo da estrada ganhavam 10\$00, e o pessoal por fora, aqueles que vinham buscar, ganhavam sete, oito escudos, ganhavam menos, mas aquilo era pouco tempo que estavam lá na estrada, porque logo faziam falta aí, e então paravam. (António Caeiro)

Vimos para aqui em quarenta e fui trabalhar para a Coitadinha com o meu pai, ganhando sete escudos à jorna, e em se acabando o trabalho íamos embora, e logo fomos a trabalhar na estrada. Na estrada trabalhávamos quinze dias, ao fim dos quinze dias davam-nos uma senha, que não havia dinheiro. E com essa senha tínhamos de ir à loja do senhor Manuel Mendes ou do Borrvalho, uma qualquer. E a minha mãe, ou a minha irmã Catarina, faziam aquele avio, mas se lhe fazia falta mais qualquer coisa que ele não tivesse, ele dava o dinheiro descontando no avio, e assim era a vida nossa naquele tempo. Logo nos fizemos homens e nos metemos ao contrabando, depois me meti na mina, e da mina fui para a França. (Adolfo)

Aqui não havia trabalho nenhum, a gente tinha dezanove anos, queria-me casar e não tinha nada. E então íamo-nos apontar ali à Casa do Povo, para irmos trabalhar. Uma vez me tocou ir a trabalhar pela Casa do Povo a uma serra, éramos sessenta e três, a uma serra para ali, para fazermos uma estrada em três meses, por altura daquele caso da morte do Humberto Delgado, que a polícia andava sempre por lá, quase que não

¹²⁷ No arquivo de correspondência do Governo Civil de Beja, os pedidos de aprovação e apoio financeiro para obras municipais são uma constante durante décadas, como a terraplanagem da estrada internacional de Barrancos à fronteira (iniciada em Janeiro de 1936), as obras da estrada Municipal de Barrancos à Amareleja (iniciado em 1938), a regularização e calcetamento das ruas da vila, (iniciados em 1938), ou a construção do caminho vicinal de Barrancos à Ribeira do Murtiga, pela Serra Colorada, na década de 1940. Estas iniciativas do poder local permanecem na memória colectiva como “as estradas da crise”.

nos deixavam trabalhar. Depois houve aquela coisa da França para quem se quisesse apontar e eu me apontei e fui em sessenta e um. Em sessenta já tinham ido daqui de Barrancos uns doze ou treze, mas em sessenta e um fomos mais. (Manuel Cortegano)

O acréscimo da população agrícola entre 1930 e 1950, o sistema de exploração agrária, e a mecanização da agricultura foram algumas das causas do desemprego sazonal que apenas cessou com o início da corrente migratória dos anos sessenta. Neste contexto, a luta pelas oito horas de trabalho desencadeada em Maio de 1962 repercutiu-se numa greve que cobriu quase toda a região do Alentejo, à excepção dos concelhos de Portalegre, Mourão, Moura, Barrancos e Almodôvar, que segundo Álvaro Cunhal “representavam zonas tradicionalmente afastadas das lutas rurais” (Cunhal, cit. em Pereira, 1983:152).

Ao longo do processo histórico as classes subordinadas sempre se opuseram ao poder hegemónico das elites, fosse sob diversas formas de acções colectivas, ou por meio de actos isolados de resistência quotidiana, que demonstram igualmente a contestação e o descontentamento face à ordem social dominante. No caso dos trabalhadores rurais, a caça furtiva, os pequenos furtos de cereais, o roubo de lenha ou palha, as pastagens em propriedade alheia ou o contrabando, foram as estratégias mais utilizadas. Thompson (1975) refere como os pequenos proprietários rurais mantinham uma forte tradição relativamente à caça furtiva, alimentada por recordações que tomavam a forma de direitos e costumes como “donos” legítimos dos bosques (Thompson, cit. em Scott, 2003:266). Uma vez estabelecida uma prática, esta pode converter-se num hábito, e um hábito praticado regularmente era entendido como um direito legal. Também o roubo de madeira em meados do século XIX na Alemanha foi considerado por Karl Marx como uma forma de luta de classes, por representar uma estratégia de subsistência em períodos de desemprego, diminuição de salários e aumento do custo de vida (Marx, cit. em Scott, 2003:273).

Os ricos não queriam que fossem buscar lenha nas Russianas, mas os que punham eram os que tinham de feitores e dominavam isso. Punham-se na ponte e quando vinham já com a carguinha de lenha para venderem chegavam à ponte e a tiravam, ou então vinham já acompanhados com a guarda e faziam-lhes ir entregar a lenha, à Casa dos Pobres, onde é o Lar agora. (Maria Alice Torbisco)

O sistema de dominação aniquilava qualquer possibilidade de uma oposição directa frente ao poder, resultante do conhecimento de que resistir abertamente seria de uma imprudência absurda, perante a severidade das represálias. Neste sistema, a classe dominante, ao concentrar os recursos económicos, culturais e simbólicos constituía-se em classe “para si”, enquanto os trabalhadores rurais pela carência de recursos e dependência económica encontrariam maiores dificuldades em tomar “consciência” dos seus interesses. A “classe para si” relaciona-se com a tomada de consciência dos indivíduos, ao reconhecerem a existência de outros na mesma posição social que a sua, configurando não apenas uma condição económica, mas cultural e social, destacada por E. P. Thompson (1963). Mas considerar os trabalhadores rurais e outros grupos subordinados como eticamente submissos pelos seus protestos respeitarem as normas da classe dominante, também seria um erro analítico grave. Neste sentido podemos introduzir o conceito de “falsa consciência”, porque a classe existe, embora mistificada, não se conhecendo a si mesma, nem os seus próprios e verdadeiros interesses. Além disso, as condições da classe “em si” e “para si” só podem ser adquiridas em função de contextos sociopolíticos concretos num dado processo histórico, como ocorria em Espanha durante a II República, e se veio a manifestar em Portugal com o 25 de Abril de 1974.

Neste contexto repressivo, as sucessivas informações sobre o desemprego rural e actividades políticas, sobretudo por parte das autoridades locais e regionais das regiões fronteiriças, revelam a necessidade de conter qualquer instabilidade social agravada pelo desenrolar das lutas dos trabalhadores rurais em Espanha. A nível regional essa inquietação surge largamente documentada em relatórios do Governador Civil, sobre a “actividade comunista” no Distrito de Beja, dos quais seleccionamos o seguinte excerto:

“A má situação económica do trabalhador rural, que passa muita fome nos meses de invernia e o mau ano agrícola, e o facto de neste momento já haver muita gente desempregada contribui grandemente para o desenvolvimento do comunismo ou melhor, do sentimento de revolta que se presente.”¹²⁸

A propaganda regional ao Estado Novo intensificava-se através de iniciativas doutrinárias junto das casas do povo, associações recreativas e desportivas, ensombradas pela vitória da Frente Popular em Espanha. Posteriormente, a guerra civil espanhola veio

¹²⁸ IANTT. Ministério do Interior. Correspondência do Gabinete do Ministro. Mç. 479, Cx. 32, Pt - 3/1, Relatório de Junho de 1936, p.5.

contribuir para o agravamento da conjuntura económica em Barrancos, conforme relatório do Presidente da Câmara enviado ao Governador Civil de Beja, enunciando as causas da crise de trabalho que atingia uma média de 100 trabalhadores nos meses de Março, Abril, Agosto, Setembro e Dezembro de 1938.

“1º - A guerra no País vizinho, fez regressar ao concelho muitos naturais que em Espanha trabalhavam em minas, em explorações agrícolas, contrabando, etc. 2º - A paralisação da exploração mineira neste concelho. 3º - Os últimos anos péssimos, sob o ponto de vista agrícola, más condições de arrendamento de terras, aumentaram, consideravelmente, o número de trabalhadores rurais, visto terem passado a essa categoria muitos dos pequenos produtores.”¹²⁹

As elites dominantes extraíam impostos materiais em forma de trabalho, além de extraírem impostos simbólicos em formas de respeito, conduta, atitudes e actos de humildade. Em termos concretos, os dois tipos de tributo são inseparáveis, na medida em que cada acto público de apropriação é figurativamente um rito de subordinação. O vínculo existente entre dominação e subordinação são inseparáveis do processo de exploração material, no mesmo sentido em que a resistência simbólica às ideias dominantes não se podem separar das lutas concretas para impedir o mitigar da exploração (Scott, 2003:263). Por um lado, a abertura de trabalhos municipais e obras públicas representou sempre uma estratégia oficial das autoridades locais para controlar o descontentamento gerado pelas permanentes crises de desemprego rural, mantendo uma massa de mão-de-obra disponível. Por outro, os trabalhadores rurais encontraram sempre na fronteira uma alternativa de sobrevivência, quer em migrações sazonais quer na actividade do contrabando. Apesar das crises, a mendicidade nunca foi uma prática referida em Barrancos, contrariamente ao conteúdo da carta dirigida ao Governador Civil de Beja:

“Poderá V. Ex.^a avaliar da preocupação constante em que este Município se encontra para fazer face a tão grande miséria, que nos dá diariamente o triste espectáculo de homens válidos para o trabalho pedirem de porta em porta como se fossem pobres aleijados.”¹³⁰

¹²⁹ Arquivo do Governo Civil de Beja. Concelho de Barrancos. Correspondência recebida 1935/36/37/38. Relatório. Doc. nº 2, 18-2-938.

¹³⁰ AHMB, Correspondência Expedida, Governador Civil (1938-1952), Ref. 299/51.

A recolha de alimentos era geralmente efectuada pelas mulheres e crianças semanalmente, em casa dos proprietários rurais, como uma obrigação social dos ricos para mitigar a pobreza e aliviar a consciência cristã. Este fenómeno, gerador de dependência e submissão suscita múltiplas interpretações sobre a condição social dos mais desfavorecidos, alimentando o discurso hegemónico das antigas elites.

Em Barrancos nunca houve muita fome, e tudo o que lhe venham dizer que é verdade, não é verdade, depois também houve muita influência do Partido Comunista, porque em Barrancos as pessoas não vinham pedir, as pessoas diziam assim:”- Eu venho cá buscar um pedaço de granito, porque tenho de fazer um caldo para o meu marido!” Ou: “- Eu preciso de um pedaço de presunto!” Está a perceber como é que era, a pessoa não vinha pedir. E havia as outras, já mais velhitas, que ao sábado vinham buscar, e a gente já sabia, eu ou a minha irmã já sabíamos o que havíamos de dar, já sabíamos que precisavam disto, daquilo e daqueloutro. Chegava o Natal, as famílias, a minha mãe juntava aqui as pessoas que podiam fazer e faziam-se fatos e calças para dar aos miúdos no Natal, por isso em Barrancos não houve essa fome que as pessoas dizem. (Maria Teresa Garcia)

Morei vinte e dois anos ali na Rua Felipe de Figueiredo, onde tínhamos a padaria, e de ali casei, e davam as traseiras do nosso quintal para as traseiras da Dona Dorinhas que morava ali ao pé de nós, e aos sábados, tinham um feitor, o José Fretes. Davam-lhe uns pães para partir em pedaços e enchiam umas cestas grandes, e os miúdos que tinham fome iam ali aos sábados. Ui! Tanta gente! E ele cortava o pão e repartia como queria, dizendo: “ - Tu não precisas muito. - E tu tens pai!”E um dia um miúdo respondeu-lhe:” - E como o mê pai?”. (Maria Alice Torbisco)

A pobreza e a fome no mundo rural exigiram a intervenção do Estado, criando as comissões da Campanha de Auxílio aos Pobres de Inverno pelo Decreto 26.152 de 24 de Dezembro de 1935, organizadas pelo Governador Civil, pelo Comandante da Polícia, por um representante da Diocese e por um representante da comissão distrital da União Nacional.¹³¹ As suas principais atribuições visavam socorrer as populações mais

¹³¹ A Comissão Municipal de Assistência em 1945 tinha por presidente José Blanco Fialho, por substituto Felipe Manuel Pereira de Figueiredo e por representante da Câmara Municipal António Vasquez Garcia. AHMB, Correspondência enviada ao Governador Civil (1938-1962), Ref. 415, de 13/12/1945.

desfavorecidas na área dos distritos, e a promoção de comissões similares ao nível concelhio para recenseamento dos mais necessitados.

“Em verdade, os ricos protegem muito os pobres, até existindo na vila uma União de Caridade, dirigida por senhoras, e que ministra cada dia a quem precisa de amparo duas refeições quentes: de modo que ninguém, em rigor, deve chamar-se absolutamente necessitado.” (Vasconcelos, 1955:10)

A Associação Beneficente “União de Caridade das Senhoras de Barrancos” (actualmente propriedade do Lar de Nossa Senhora da Conceição) foi uma instituição de caridade fundada em 1924 por iniciativa do Bispo de Beja D. José do Patrocínio Dias, e tinha a sua sede na actual Rua 1º de Dezembro, onde funciona o Lar.¹³² Segundo o art. 2 dos seus estatutos tinha por objectivo angariar recursos pecuniários, roupas e géneros alimentícios, “para serem distribuídos pelos pobres, e ainda praticar quaisquer outras obras de Caridade.” A associação declarava-se “completamente estranha a assuntos políticos”, e na sua direcção só poderiam entrar senhoras “que professem e pratiquem a religião católica, podendo, no entanto, fazer parte da associação, como sócios benfeitores, as pessoas de quaisquer confissões religiosas, ou mesmo atéas.”¹³³ Os serviços prestados por esta associação consistiam na distribuição diária de sopa, acrescida do fornecimento mensal de um pedaço de toucinho e de um pão, por cada família necessitada.

A minha mãe esteve sete anos ali, onde é agora o Lar. Primeiro esteve lá em baixo cinco anos, quando eu andava na escola, que foi durante esse tempo da guerra, e depois esteve aqui sete anos. Essa sopa dos pobres era para os mais pobres, uns comiam lá numas mesas assim compridas, outros não, levavam a panelinha onde a

¹³² A Comissão fundadora era presidida por Maria das Dores Blanco Fialho Garcia e constituída por Cesária Marquês Vasquez de Figueiredo, Dolores Ortega Pérez, Maria de los Remédios Ortega Pérez Macias, Domingas Ramos Pinto, Maria Bella Pulido Vasquez de Ortega, Maria Piedras Albas Ortega Pérez, Luísa Félix e Silva Fialho, Maria das Dores Garcia Fialho, Teresa Vasquez de Garcia, Maria das Dores Garcia Ramírez de Vasquez Garcia, Maria das Dores Vasquez Pérez Blanco, Maria José Lopes Bossa, Maria Pulido Vasquez, Isabel Gomes Pinto, Maria Bella Pulido y Pulido, Maria da Conceição Pulido Vasquez, Teodora Augusta Grave, Antónia Pelicano Fernandes, Filomena Pelicano Fernandes, Libania Chamorro Lema Marques, Ema Lopes Gomes Escoval e Maria das Dores Garcia Barroso. Estatutos da União de Caridade das Senhoras de Barrancos, gentilmente cedidos por Jacinto Saramago, membro da actual direcção do Lar de Nossa senhora da Conceição.

¹³³ Art.º 3 dos Estatutos da União de Caridade das Senhoras de Barrancos

minha mãe deitava o comer, e eles a levavam para casa e o café era mesma coisa.
(Antónia)

Antes os senhores ricos ajudavam muito. Essas senhoras eram muito católicas e ajudavam muito, Dona Dorinhas (Maria das Dores Blanco Fialho), Dona Belita (Maria Bella Pulido) ajudavam muito os pobres, davam roupinha às crianças. (...) A vida foi muito difícil aqui em Barrancos, passou-se um bocadinho, eu nunca passei, graças a Deus. (Maria Bárbara Rato)

Os pobres andavam descalcinhos no Inverno, era uma miséria, e então lhe davam umas roupinhas. Era a Dona Belita, da família dos Pulidos, era uma senhora solteira, mas era boa, na casa dela criou várias crianças (...) e tudo entrava na casa dela que a porta estava aberta, e tinha duas raparigas empregadas que punham tudo no meio, mas ela o que queria era que entrassem, não queria que houvesse necessidades, do que ela tivesse. Ela vestia muito simples. Era católica mas fazia, dava demonstração de que era verdade. (Maria Alice Torbisco)

Era a Sopa, como se chamava. (...) Essa senhora era a Dona Dorinhas, irmã do senhor Fialho, eram mais, mas com grande diferença. (...) Havia ricos com coração e havia ricos só com o porta-moedas, e isso era uma grande diferença. Ela era uma senhora que não olhava a gastar. (Maria dos Remédios Ramos)

Mas nem todos partilham do mesmo sentimento de gratidão que consolida o discurso hegemónico sobre a generosidade das senhoras ricas, como recorda Maria dos Remédios Guerreiro:

A Dona Dorinhas para alguma gente seria muito boa, mas uma das pessoas que passou miséria em Barrancos foi a minha irmã. As minhas sobrinhas chegavam aí a uma rua adiante e ver cascas de batata e comerem cascas de batatas por não terem que comer. Foi das pessoas que entrou em miséria aqui em Barrancos. (...) E depois logo as minhas sobrinhas iam a pedir e ela deva um bocado de pão se calhava, se não calhava não. A mulher do senhor José Augusto a senhora Cristina é que as mandava ir lá buscar o almocinho. (...) Na União deram à minha irmã um pão por mês, e meio quilo de toucinho, e se matava trabalhando. O meu cunhado se afogou dia 21 de Agosto,

porque se meteu na ribeira a pescar, e no dia 30 devia receber o pão e o toucinho, e tiveram o descaramento de não lhe dar, isto é que é a verdade. Por isso, digo eu muitas vezes, não tenho nada que agradecer-lhe.

No mesmo sentido, Maria Alice Torbisco identifica as contradições entre as práticas privadas de algumas senhoras, em relação aos valores morais e religiosos que publicamente professavam:

A sogra do Doutor Pelicano Fernandes, todos os dias ia à missa e passava na nossa rua e naquele sábado minha mãe estava a limpar a porta por baixo, e eu ainda era pequinalha. Então havia uns vales e uma caderneta onde minha mãe assentava o pão mole que levantavam para eles todos os dias, e os vinte pães juntos que levantavam um vez por semana para os criados (assim comiam menos). Porque eles além das empregadas domésticas tinham os criados que iam a buscar as águas para trazer para casa, essas coisas, certos mandados e ao pão. E chegou naquele manhã e pediu à minha mãe para que fizesse o pão um bocadinho mais negro e lhe desse um pãozinho mais, porque o pão era para os criados. E vinha da missa! E a minha mãe levantou-se e disse-lhe que o pão que fazia era igual para os senhores e para os criados, e quantas vezes nos repetia esta história.

Numa carta enviada ao Governador Civil, o Presidente da Câmara de Barrancos comunicava oficialmente que a União de Caridade das Senhoras de Barrancos e a Sopa dos Pobres não beneficiavam de nenhuma verba do Estado, solicitando para o efeito do devido apoio, afirmando que “esta associação, de iniciativa particular, terá extinguindo totalmente a mendicidade do concelho”, louvando a sua acção meritória.¹³⁴ A designada “Sopa” permaneceu até aos finais da década de 1950, período em que se inicia a grande vaga de migração para a periferia da cidade de Lisboa, e posteriormente a emigração para o estrangeiro, contrariando o discurso sobre a inexistência da pobreza em Barrancos.

¹³⁴ Arquivo do Governo Civil de Beja. Concelho de Barrancos. Correspondência recebida 1935/36/37/38. Doc. nº 2, 23-6-936.

A minha mãe esteve a fazer a sopa dos pobres. Isso eram as ricas que davam todas um tanto para fazer a sopa, depois a minha mãe ia buscar, era grão, era feijão, era arroz e no domingo pela manhã era café com um quarto de pão para os velhos e para a minha mãe era meio pão e duas canecas de café. Almoço não davam, depois davam o jantar, no domingo era grão com toucinho, segunda-feira era arroz de batata sem mais nada, na quarta-feira era feijão guisado com azeite, e na quinta-feira era outra vez grão com toucinho, e na sexta era outra vez arroz com batata, e no sábado era outra vez feijão, e a gordura era pouca. A panela era muito grande, uma panela de esmalte grande e o meu pai, que Deus tem, ajudava a minha mãe a trazer a panela desde a cozinha para a outra casa onde a minha mãe repartia a sopa. A gordura ficava ao de cima mas como era tão pouca, a minha mãe antes de repartir tinha de dar assim muitas voltas na comida, senão os primeiros que tiravam levavam a gordura e os últimos já não tinham nada (ri-se), e a gente agora ri-se. A primeira a tirar era a minha mãe, eram dois caldos para as outras pessoas e para a minha mãe eram quatro, mas a minha mãe sempre fazia isso, dando voltas na comida. E depois de repartir a sopa, ia ali à loja do senhor Mendes ou do senhor Florido, das camionetas, comprar um decilitro de azeite para fritar uma cebola e misturar nas sopas dela, porque aquilo não tinha gordura nenhuma, veja lá como seria a última sopa da panela, uma miséria. O Salazar nos tinha na última das misérias, o 25 de Abril devia já ter sido muitos anos antes, para ele não ter feito sofrer a gente tanto. (Antónia)

Numa sociedade rural em que as elites controlavam os meios de produção económicos, e simultaneamente os meios de produção simbólicos que lhes asseguravam a legitimação do poder, estamos perante um equilíbrio social que se perpetuou a si mesmo, e somente se rompeu por intervenção do exterior, decorrente do golpe militar de 25 de Abril de 1974. Todavia, as transformações sociais e as consecutivas vitórias eleitorais da CDU no concelho de Barrancos não obliteraram o poder simbólico da elite do passado, que permanece no espaço público através dos nomes de algumas ruas, conferindo sentido e significado à ideia de comunidade.¹³⁵ A atribuição oficial de nomes

¹³⁵ As ruas nomeando figuras da elite do passado (Dona Maria das Dores Fialho Garcia, Dr. Felipe de Figueiredo, Dona Bella Pulido e Jerónimo Vasquez) mantiveram-se inalteráveis após o 25 de Abril, sem suscitarem qualquer tipo de questionamento colectivo. As alterações de nomenclaturas apenas visaram substituir as directamente conotadas com o antigo regime como: Praça Dr. Oliveira Salazar para Praça da Liberdade; Rua Dr. Teotónio Pereira para Rua 1º de Maio; Rua de Franco para Rua de Espanha; Rua 28 de Maio para Rua das Forças Armadas, e Rua de Goa para Rua 25 de Abril.

de figuras da elite local a algumas ruas regista-se no início da década de 1972, numa conjuntura marcada pelo declínio económico das famílias dos proprietários rurais e pela ascensão de famílias de comerciantes e trabalhadores rurais beneficiadas pelos proveitos do contrabando e da emigração. A renomeação das ruas recordava à comunidade a dívida de gratidão para com os nomeados, como uma “meta narrativa”, numa variante colectiva da memória pessoal, em que a renomeação significava a atribuição de sentido ao passado numa espécie de “autobiografia colectiva” com componentes explicitamente cognitivas (Connerton, 1999:81). Porém, esta iniciativa do Presidente da Câmara (o último da ditadura) suscitou um “discurso escondido”, gerador de uma contestação silenciosa, como recorda Clemente Marques:

Uma vez houve aqui uma comissão para pôr nomes das ruas, e eu disse que havia aqui nomes muito mal colocados. E aí, o Clemente foi chamado ao escritório do Presidente da Câmara. “- Houve lá ó Clemente foste tu que disseste que os nomes das ruas foram mal colocados? E eu disse que sim. “- Então e porquê?”. “- Olhe, há uma rua aqui em Barrancos que é a Higino de Sousa. O Higino de Sousa era um doutor descendente de um parente que tinha aqui em Barrancos, que nunca fez nada pela terra nem por ninguém. Há uma que é Mendes Ribeiro. Mendes Ribeiro foi um senhor que viveu cá, que guardou cabras, foi para Lisboa, teve dificuldades, estudou e foi professor da Escola de Farmácia de Lisboa. Havia pessoas que iam lá ao consultório dele, mas se não tivesse dinheiro não entravam, porque ele levava consulta a todos, também não fez nada. Eu só reconheço aqui dois ou três nomes bem postos: Cónego Almeida, que se tinha um pão dava meio pão, ou dava o pão inteiro e não comia, e outra que era a Bella Pulido, que era uma senhora que morava aqui por baixo, que teve quatro ou cinco rapazes todos órfãos de mãe ou de pai, que criou e fê-los todos homens. Mas logo há a Dona Dorés Garcia Fialho, que foi sua tia, que dava o toucinho que sobrava do presunto que ela comia e tinha os pobres na porta à espera que lhe dessem uma esmola ao sábado, de toucinho. Não fez nada, nada. Há a Dr. Felipe de Figueiredo, que eu conheci, que esteve cá como médico, como médico nunca fez nada de especial como médico, pertenceu à Junta de Freguesia, a uma instituição que havia em Barrancos, onde as pessoas iam lá buscar o trigo para semear e pagavam X, que faliu, e o dinheiro não se sabe para onde foi, não se sabe... e ele disse-me: “ - Tu, Clemente, és o diabo, vai-te embora!”

Quando uma estrutura de dominação é considerada inevitável e irreversível, toda a oposição “racional” terá a forma de *infrapolítica* (Scott, 1985), ou seja, de uma oposição que evita qualquer declaração explícita das suas intenções. Neste sentido, a *infrapolítica* foi fundamentalmente uma estratégia de resistência na sociedade barranquenha (quando a actividade política estava proibida aos grupos subordinados), reduzida às redes informais da família, dos vizinhos e dos amigos, sem adquirir uma organização formal. Em Barrancos não existiram listas de opositores políticos para investigar, ou líderes a deter (apesar da suspeição e das advertências personalizadas), nem existiram manifestos para denunciar, ou actividades políticas que tenham atraído a atenção das autoridades locais. Toda a acção dos grupos subordinados se inseria na *infrapolítica*, como forma elementar (no sentido fundacional) da política, como o cimento de uma acção política mais complexa e institucional que não podia existir sem ela, e que se virá a manifestar activamente após o 25 de Abril de 1974. Mas durante o regime de ditadura e perseguição em que viveram os sujeitos históricos, a *infrapolítica* foi sem dúvida a vida política dos dominados (Scott, 2003:280).

Capítulo 4. Política do Estado Novo e acção dos seus representantes na fronteira

“Sei muito bem o que quero e para onde vou,
(...) que o País estude, represente, reclame, discuta,
mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar”.

(António Oliveira Salazar)¹³⁶

Num artigo publicado no *Diário de Notícias* de 31 de Outubro de 1932, António Ferro defendia que as ditaduras só podiam perdurar se estabelecessem um contacto permanente e directo com as multidões, competindo ao ditador (ao substituir-se aos órgãos representativos do Estado) superar o livre arbítrio, auscultando as necessidades do povo, numa relação de “fraternidade e comunhão”. A abolição de “certas liberdades” era superada por grandes festas apoteóticas de propaganda, e pela disseminação das ideias políticas “como vontade da Nação e do enaltecimento do prestígio do chefe”. Neste sentido propunha a emergência de “alguém”, ou “de alguns”, capazes de montar essa máquina de propaganda, para mediatizar e estabelecer a relação permanente entre “a multidão e a ideologia do Chefe”. Por último, sugeria que a única forma do ditador evitar a sua “morte” era divulgando e comunicando constantemente as suas ideias ao povo, de forma que o povo as apreendesse como suas, e a mensagem do ditador se confundisse com a vontade do próprio povo: “Que o ditador e o povo se confundam de tal forma que o povo se sinta ditador e que o ditador se sinta povo.”¹³⁷

No processo de estruturação do Estado Novo como modelo fascizante escorado na figura do ditador, Salazar tinha por objectivo o estabelecimento de um nacionalismo político, económico e social dominado pela soberania incontestável de um Estado forte, propondo-se a realizar “uma criação política estruturalmente portuguesa” (Salazar, cit. em Rosas *et al*, 1992:392). Ao eliminar organizações e forças políticas à esquerda e à

¹³⁶ Discurso proferido na sala do Conselho de Estado, em 27 de Abril de 1928, no acto da posse de Ministro das Finanças, jornal *Novidades*: <http://www.arqnet.pt/portal/discursos/abril01.html>, (19 de Julho de 2006).

¹³⁷ Artigo publicado no *Diário de Notícias*, de 31 de Outubro de 1932, “O Ditador e a multidão”, in Henriques, Raquel Pereira, *António Ferro – Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990, pp.134-136.

direita criou um sistema mono-partidário, a União Nacional, mas ao concentrar o poder no Governo esvaziou o poder legislativo e judicial da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. A Constituição Política de 1933 representou o primeiro passo na legitimação do regime, a partir da qual se institucionalizaram os mecanismos de controlo político, social e ideológico. O Estado funde-se na Nação contendo e impedindo conflitos de interesses políticos e sociais, defendendo a moral, a ética e o direito, numa visão organicista da sociedade, reduzindo o povo a uma única vontade: "Nada contra a Nação, tudo pela Nação." O mito da unidade, que se exprime pelo povo, tornava-se no cenário que regia a teatralização política, mostrando uma sociedade imaginária e conforme à ideologia dominante. Como em todas as sociedades totalitárias o imaginário oficial mascarava a realidade, produzindo a sua metamorfose, apagando as diferenças sociais, "transformando todo um povo numa multidão de figurantes fascinados pelo drama em que o mestre absoluto do poder os enredava" (Balandier, 1999:23).

A vitória da Frente Popular em Espanha e o avanço das reivindicações populares subsequentes provocou na elite salazarista um fenómeno ideológico caracterizador do fascismo, "o da superação do critério nacionalista essencial, por um critério de solidariedade anti-revolucionária, anti-comunista e anti-liberal" (Loff, 2008:376). A guerra civil de Espanha (1936-1939) e o atentado contra Salazar (1937) vêm acentuar ainda mais o "modelo tipicamente fascista" do regime, "quer do ponto de vista do seu discurso, quer do ponto de vista da iconografia e da sua exteriorização" (Rosas 1999:10). A repressão deixou de privilegiar os resquícios da "oposição revilharista" e o movimento operário, assumindo um conteúdo ideológico definido, orientado para o combate ao comunismo (Ribeiro, 1995). O comunismo constituía aos olhos de Salazar "o maior problema humano de todos os tempos" (Loff, 2008:187) que era necessário extirpar e eliminar, por representar "a grande heresia da nossa idade" (Rosas, 1999:10). A criação da Legião Portuguesa em Setembro de 1936 inscreve-se no combate á "ameaça comunista e ao anarquismo", em defesa do "património espiritual". A sua origem remonta ao comício anti-comunista realizado em Agosto de 1936 na Praça de Touros do Campo Pequeno em Lisboa, na sequência de uma moção apresentada pelo capitão Jorge Botelho Moniz.¹³⁸ Considerado a figura chave deste comício, Jorge

¹³⁸ O capitão Jorge Botelho Moniz (1898-1961) foi director do Rádio Clube Português e desde o primeiro momento um apoiante da causa nacionalista (Leal:2004:110), vindo a integrar a Missão de Observação

Botelho Moniz, “militar ultranacionalista” (Loff, 2008:374) afirmou: “Não podemos assistir de braços cruzados e de coração indiferente, à maquinação infernal dos agentes comunistas” (Leal, 2004:110). O comunismo assemelhava-se a uma estirpe de “vírus” que aproveitava os momentos de fragilidade da autoridade (Loff, 2008:194), contra o qual eram necessários “tratamentos profiláticos”, como o decreto-lei nº 27003 obrigando os funcionários públicos à integração na “Nova Ordem”, com “activo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas” (Leal, 2004:111). Aos legionários inculcava-se a intransigência na luta contra o comunismo, recordando a missão de “dar caça ao inimigo multiforme que anda junto de nós”, que nas palavras de Salazar: “ora se manifesta aqui, ora surge de além. Simplesmente nós também **estamos**, estamos **sempre e em toda a parte**” (Salazar, cit. em Loff, 2008:196). A centralidade do anti-comunismo no discurso ideológico teve como propósito inculcar “os valores do nacionalismo, do autoritarismo e em certos aspectos do próprio fascismo”, invadindo os espaços de sociabilidade: da escola, com a institucionalização da Mocidade Portuguesa masculina e feminina; do trabalho, com a implementação dos sindicatos corporativos; do lazer, com a criação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), e da família (Rosas, 1999:11). Neste contexto, a nenhum país europeu interessava tanto, como a Portugal, o desfecho do golpe militar em Espanha, que se transformou numa guerra civil, ou na expressão de Salazar: “uma guerra internacional num espaço nacional” (Oliveira, 1987:139-140).

Em 1935-1936 o governo iniciara o processo político de “neutralidade” internacional que manterá durante a II Guerra Mundial, interligando a política externa e a defesa nacional, incentivado pela situação política em Espanha.¹³⁹ Os responsáveis do Estado Novo temiam “o perigo espanhol” (Torre Gómez, 1985) como ameaça ao futuro do regime, ensombrados pelos contactos entre o governo de Madrid e a Oposição portuguesa, perspectivando a organização de uma Frente Antifascista sediada em Paris (Telo, 1999:23). Para Salazar, a consolidação da ditadura dependia de uma situação política em Espanha “que não constituísse ponto de apoio para a hostilização efectiva e permanente ao Estado Novo” (Oliveira, 1987:140). Na conjuntura internacional, a

Militar em Espanha. AHM. 1ª Divisão, 38ª Secção. Caixa 62, Estatuto orgânico da Missão Militar de Observação em Espanha.

¹³⁹ Este projecto que traçará o quadro das relações internacionais portuguesas tem por mentores Oliveira Salazar, Armindo Monteiro, Santos Costa e Luís Teixeira Sampaio.

aliança com Inglaterra constituiu a “trave mestra do posicionamento português”, ajustada numa política “de frente para o Atlântico, e de costas para o continente”, garantindo o futuro do Império e a dualidade peninsular (Telo, 1999:24). Mas o problema da autonomia em relação à Inglaterra coloca-se com grande acuidade a partir do golpe militar em Espanha, quando Portugal revela uma política de intervenção no conflito, através do apoio discreto, mas efectivo, aos nacionalistas. Como afirmou Armindo Monteiro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, “a guerra civil espanhola não é para Portugal uma questão de ideologia política; é uma questão de paz ou de guerra, de vida ou de morte, de dependência ou independência” (Monteiro, cit. em Oliveira, 1987:137).

Em Maio de 1936 Salazar acumulara a pasta do Ministério da Guerra com o objectivo de reestruturar e reequipar as Forças Armadas, como acção indispensável para a consolidação interna do regime. Mas era cada vez mais evidente a necessidade de uma coesão interna em torno do ditador, apesar de alguns diplomatas estrangeiros focarem, em Setembro, “um certo nervosismo em círculos de hierarquia militar, pelos efeitos que o apoio declarado de Portugal à causa nacionalista podia criar” (Faria, 2000:121). O apoio português será fundamental e decisivo nos primeiros meses do conflito espanhol (*cf.* Delgado, 1980; Oliveira, 1987; Beevor, 1989; Pena Rodríguez, 1998; Telo, 1999; Rosas, 1998 e 1999; Espinosa, 2003; Preston, 2004, Loff, 2008), servindo o território português como elo de ligação entre as duas zonas ocupadas pelos nacionalistas; a norte pelo exército do general Mola, e a sul pelo exército do general Yagüe. O apoio ao golpe militar verificou-se, entre outras formas, na abertura de portos ao transporte de armamento italiano e alemão, na livre circulação de homens, abastecimentos e munições para as tropas nacionalistas, e no recrutamento de voluntários.

A documentação do Arquivo Histórico Militar testemunha esta cumplicidade, mas também os conflitos entre algumas chefias militares e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Uma nota confidencial enviada pelo comandante da 4ª Região Militar, general Joaquim da Silveira Malheiro, ao Gabinete do Ministério da Guerra espelha claramente as resistências ao apoio prestado aos nacionalistas.¹⁴⁰ Nesta nota o general denuncia a circulação de cinco camiões “que transportavam material de

¹⁴⁰ AHM, 1º Divisão, 38ª Secção, Caixa 63 – 1, Ministério da Guerra, correspondência referente à Guerra Civil de Espanha (Processos privativos da Repartição do Gabinete do Ministério do Exército), Confidencial 30-C, de 10 de Agosto de 1936.

guerra, constituído na maior parte por granadas para a aviação”, sem o seu conhecimento oficial. Os camiões provenientes de Ayamonte, via Vila Real de Santo António, estacionaram em Évora e destinavam-se ao general Mola, que havia solicitado esse tipo de munições ao capitão Rui Pessoa de Amorim, “que circulava com documentos de livre-trânsito passados pelas autoridades revoltosas de Burgos”.¹⁴¹ Questionado sobre o conteúdo dos camiões, pelo comandante da polícia de Évora, o capitão Amorim declara conterem latas de conserva. Mas ao saber do seu verdadeiro conteúdo o general Malheiro manifesta a sua indignação pelo incumprimento das medidas de guarda e vigilância da fronteira, alertando que “factos da natureza do que fica citado podem, a repetir-se, provocar qualquer incidente com as autoridades militares”, não lhe parecendo razoável que um oficial da Polícia Internacional fizesse contrabando, especialmente contrabando de guerra, nem acreditando “que o Governo, ou qualquer dos seus membros, tenha determinado, autorizado, ou sequer fechado os olhos, para o que acaba de se constatar.”¹⁴²

No apoio aos nacionalistas foram igualmente importantes as campanhas de propaganda e de solidariedade do Rádio Clube Português e da imprensa, em que os jornais *A Voz*, *Diário da Manhã* e *O Século* “fueron los artilleros principales de la propaganda salazarista en esta cuestión” (Pena Rodríguez, 1998:30). As campanhas serviram para construir na opinião pública portuguesa uma ideia deturpada sobre as verdadeiras causas do golpe militar, fundamentando as medidas repressivas de Salazar no combate ao comunismo. O discurso ideológico dominou e determinou os valores do “anti-comunismo” como estrutura objectiva do discurso racional, tornando ilegítimas as tentativas de identificar as suposições ocultas e os valores implícitos, com que estava comprometida a ordem dominante. A construção do discurso hegemónico resultou do controle efectivo sobre as instituições culturais e políticas da sociedade portuguesa, impossibilitando a sua refutação devido à relação de forças prevalecente, segundo a lógica dos “dois pesos e duas medidas”, que se aplicam às questões debatidas pelos

¹⁴¹ O capitão Rui Pessoa de Amorim dirigiu a Secção Internacional da PVDE a partir de Setembro de 1933, acumulando as funções de Director Delegado, da delegação da PVDE do Porto, a partir de Setembro de 1934 (Ribeiro, 1995).

¹⁴² AHM, 1º Divisão, 38ª Secção. Caixa 63 – 1, Ministério da Guerra, correspondência referente à Guerra Civil de Espanha (Processos privativos da Repartição do Gabinete do Ministério do Exército), Confidencial 30-C, de 10 de Agosto de 1936.

defensores da ordem estabelecida (Mészáros, 1989:15). O discurso “anti-comunista” serviu como exemplo dos “dois pesos e duas medidas”, sempre que a ordem dominante necessitou de aplicar para si mesma, critérios radicalmente diferentes dos aplicados àqueles que devem ser mantidos em posição de subordinação (1989:16). Com estes enunciados a imprensa e a rádio montaram uma máquina de propaganda fundamental à difusão e assimilação do discurso hegemónico, legitimando a violência “como receita contra o comunismo” (Loff, 2008:195).

O envolvimento português nos assuntos internos espanhóis representou um corte no quadro das “relações tradicionais” com o país vizinho, trazendo como consequência um esfriamento das relações com a Inglaterra (Telo, 1999:26). Em Agosto de 1936 os governos europeus, com excepção do português, aceitaram a proposta francesa de “Não Intervenção”, embora Portugal desse a sua “adesão de princípio”, condenando a acção das milícias comunistas e anarquistas, e renovando os seus protestos quanto à neutralidade (Oliveira, 1987:305). O governo britânico adverte do perigo de Portugal apoiar um regime pro-alemão, e da eventualidade de uma aliança entre a Espanha e a Alemanha contra a Inglaterra, mas em 1936 a grande preocupação de Salazar era a sobrevivência do regime e a ameaça de um governo de esquerda em Espanha (Telo, 1999:27). Segundo Telo (1999), Armindo Monteiro concorda com os argumentos ingleses, afastando-se da ideia de Oliveira Salazar e Teixeira de Sampaio, que defendiam em primeiro lugar o futuro do regime apoiando a vitória dos revoltosos. Como consequência a Inglaterra adia o programa de rearmamento, pressionando Salazar para uma política de “Não Intervenção”. Salazar decide então avançar com o programa de rearmamento do exército com o apoio da Alemanha. Berlim apoia o movimento nacionalista e implanta-se fortemente na Península em termos económicos e financeiros, seguindo uma política de investimentos na área dos minérios estratégicos e dos transportes, tendo por principal contrapartida a exportação de armamento e apoio militar ao regime de Burgos.¹⁴³

Durante a primeira fase do conflito Armindo Monteiro executou com eficiência a estratégia delineada por Salazar, apoiando internacionalmente a causa nacionalista. Ao

¹⁴³ Em finais de 1936 Salazar decide equipar o exército português com material alemão e em 1937 é assinado um contrato para o fabrico de cem mil espingardas Mauser em Braço de Prata. Contudo, a Força Aérea e a Aeronáutica Naval serão equipadas com o apoio britânico, enquanto a Marinha, colocada em segundo plano será reequipada com material americano e britânico (Telo, 1999:31).

participar na XVII Assembleia Geral da Sociedade das Nações cede às pressões britânicas para formalizar a adesão de Portugal ao Comité de Fiscalização do Acordo de Não Intervenção em Espanha¹⁴⁴, sem confirmar esse acordo com Salazar, que não lhe perdoará a “acção de rebeldia” (Rosas *et al*, 1996:18). A partir de 1937, quando os nacionalistas optam por uma guerra com uma estratégia de desgaste interno, a Inglaterra reconhece que vão ganhar a guerra, perspectiva que lhe agrada, considerando que “a alternativa seria um regime próximo de Moscovo, e não uma democracia moderada de tipo ocidental” (Telo, 1999:34). Neste contexto o governo português recua estrategicamente no apoio aberto a Franco, cedendo às pressões da Inglaterra, formalizando o Acordo de Não Intervenção, e permitindo a instalação de observadores britânicos na fronteira portuguesa. Na perspectiva de Telo (1999), esta será a tática repetida por Salazar durante e após a II Guerra Mundial, que consistia em recuar em termos de princípios quando a pressão externa se tornava demasiado forte, para posteriormente discutir o assunto minuciosamente, “de forma exasperadamente lenta até à sua aplicação concreta” (1999:34). A reaproximação entre Portugal e a Inglaterra a partir de 1938 traduz-se no rearmamento, de forma a combater a influência alemã neste sector, e no envio de uma missão militar com o objectivo de aprofundar os planos de defesa comuns, num momento em que se vislumbrava o início do conflito europeu. Por outro lado a grande esperança do governo republicano era precisamente a internacionalização do conflito interno, “com a intervenção das tropas franco-britânicas a seu favor” (Telo, 1999:36). Mas o governo de Burgos antecipa-se, propondo a Portugal um pacto de não agressão, garantindo a neutralidade em caso de guerra, e solicitando que as suas intenções fossem transmitidas a Londres. A proposta é bem aceite pela Inglaterra, como factor de aproximação ao futuro governo de Espanha, originando a primeira versão do Pacto Ibérico, que após várias fases de conversações será assinado em 1939 com total concordância da Inglaterra. Como escreveu Armindo Monteiro, no Comité de Londres cada país “dizia o que queria e como queria dizer” e tudo terminava numa falsa harmonia, “porque a tendência era para a absolvição”. Mas após a guerra de Espanha foi fácil vislumbrar que a política de “Não Intervenção” contribuiu não apenas para a vitória de Franco, “mas também para a génese da II Guerra Mundial” (Oliveira, 1987:319). Na Assembleia Nacional, em 1938, Salazar assumia-se

¹⁴⁴ O Comité Internacional de “Não Intervenção”, sediado em Londres, foi constituído a 9 de Setembro de 1936 (Aviles Farré, 1992:176).

como o “condutor de uma vitória militar e política” afirmando: “Despendemos esforços, perdemos vidas, corremos riscos, compartilhamos sofrimentos, e não temos nada a pedir nem contas a apresentar. Vencemos – eis tudo” (Salazar, cit. em Loff, 2008; 420).

À escala nacional, Salazar nomeara para Ministro do Interior um homem de inteira confiança, o seu conterrâneo Mário Pais de Brito, incumbindo-o de eleger uma comissão reorganizadora das corporações policiais, “de forma a tornar mais eficiente a sua acção na defesa do Estado” (Santos, 1999:276). Dos trabalhos desta comissão resultou a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), do Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública (PSP) e a reestruturação da Guarda Nacional Republicana (GNR), na dependência do Ministério do Interior e em conformidade com a missão da PVDE (Ribeiro, 1995). A estrutura política do regime consolidara-se por meio de reformas no aparelho administrativo do Estado e nas Forças Armadas, colocando homens de confiança e excluindo “indecisos”. A dominação do poder central impunha-se a todos os níveis da vida social, e o reforço no policiamento das zonas fronteiriças era uma prioridade, para evitar a entrada de “elementos indesejáveis”.

4.1. A Guarda Fiscal: um símbolo do Estado na fronteira

A Guarda Fiscal¹⁴⁵ representou um símbolo do poder do Estado na fronteira, pela importância da sua acção fiscalizadora na circulação de bens e de pessoas, e como instrumento de uma política pragmática que visava a obtenção de receitas fiscais, defendendo no terreno os interesses da Fazenda Pública (Cunha, 2006:173-174). A sua reorganização e o combate ao contrabando foram uma prioridade para o Ministro das Finanças, nomeando para essa missão o general Alexandre Malheiro, homem de confiança política do regime. Os relatórios elaborados pelo general inserem-se neste contexto, representando uma importante fonte documental sobre as condições de trabalho dos militares no terreno e as políticas a adoptar para a eficácia e rentabilização das suas funções. Percorrendo a fronteira terrestre e litoral do país, o general visitou

¹⁴⁵ A Guarda Fiscal foi criada em 1885 a partir dos Guarda-Barreiras, como um corpo especial de tropas destacados da antiga Guarda Real da Polícia para o serviço fiscal e aduaneiro.

todos os postos das secções agregadas aos três batalhões, e alguns postos fronteiriços mais periféricos, dependentes das respectivas secções, como o de Barrancos.

“Em todos os Batalhões tive ocasião de verificar a miséria, quase geral, dos aquartelamentos dos vários postos, e, até, de algumas unidades mais importantes, como secções, companhias e mesmo Batalhões, especialmente o nº 3 do Porto, e ainda o grande número de praças já em avançada idade que se encontram dispersas pela fronteira terrestre sem condições físicas para bem desempenharem o serviço. Ouvi vários queixumes sobre os exíguos vencimentos que as praças recebem, tanto no activo como na reforma. (...) Certifiquei-me também das vantagens de se modificarem algumas disposições sobre os serviços fiscais em ligação com a Alfandega, como sejam os postos de despacho e de pescado, a instrução de processos, a selagem e leilão de mercadorias, etc.”¹⁴⁶

Sobre o contrabando:

“Consta também que algum contrabando de perfumaria e muitos outros artigos de fabricação espanhola se faz pela fronteira da Beira Baixa, e por Barrancos (Alentejo) (...) Crê-se, de resto, que este contrabando é bilateral, fazendo-se também em larga escala de Portugal para Espanha”¹⁴⁷

Numa perspectiva economicista o ministro aponta para a reestruturação e centralização dos serviços gerais dos comandos do sul em Faro, eliminado o comando sediado em Évora, contra o qual o general argumenta apoiando-se em número de apreensões e receitas das respectivas multas.

Relação de apreensões de 1928 a 1932 (inclusive)			
	Nº de Apreensões	Valor	Multas pagas
Alentejo	4.308	865.387\$91	673.259\$98
Algarve	586	469.589\$51	17.967\$93

Fonte: Resumo dos quadros apresentados no relatório de 1933

Para além dos números apresentados defende que o tipo de contrabando praticado no Algarve não exige a direcção do comando do Batalhão “porque a sua zona de expansão não ultrapassa a zona das secções, é local, é sentido e pressentido pelos elementos activos da fiscalização”, contrariamente ao tipo de contrabando realizado na fronteira do Alentejo, “exercido por infinito número de indivíduos que à sua prática se

¹⁴⁶ IANTT, Arquivo Salazar, Guarda Fiscal, AOS/CO/FI.25, (1929-1965), relatório de 1933, pp. 12-13.

¹⁴⁷ Idem

dedicam operando isoladamente, e conhecedores seguros do terreno infiltram-se com rara habilidade pelas malhas da fiscalização”.¹⁴⁸ Outra das vantagens resultava do comando de Évora estar estrategicamente localizado junto ao quartel da 4ª Região Militar, facilitando a cooperação entre as duas instituições. Segundo o general a ineficiência da Guarda Fiscal não resultava da sua organização, mas da escassez de meios devido à contenção das despesas que impuseram a redução de efectivos. Os militares no activo eram, na sua maioria, “incapacitados para o serviço” devido à integração de indivíduos oriundos de diversas profissões, que em virtude da crise económica procuravam alternativas de trabalho nesta organização.

“Quer dizer: o homem, o soldado, obediente ao dever, está no seu lugar, mas o agente fiscal com as qualidades requeridas não existe. O recrutamento das praças deveria ser pois, quanto possível regional que recaindo em indivíduos adaptados por criação ao meio em que têm de operar. E com eles familiarizados, estivessem pelo menos em condições de igualdade às dos contrabandistas a quem se têm de opor. Cada soldado assim recrutado trazia abundantes elementos de informação para a fiscalização constituídos pela família e afins e é desnecessário frisar a importância de tal facto.”¹⁴⁹

Na sequência desta análise propõe um aumento de efectivos com uma melhor selecção no seu recrutamento, e a construção de alguns postos como meios suficientes para o bom cumprimento das funções da Guarda Fiscal. No seu relatório apresenta igualmente um conjunto de quadros comparativos relativamente às faixas etárias das praças em serviço, e respectivas remunerações e abonos face a outras instituições militares.

Quadro de vencimentos anuais/mensais de soldados

Guarda Fiscal	GNR	Polícia (PSP e PVDE)	Carabineiros	Obs.
Em serviço Activo				
5.820\$00	6.189\$68	7.054\$20	11.601\$45	Com dez anos de serviço
(485\$00)	(515\$80)	(587\$85)	(966\$79)	
Na reforma				
3.264\$00	4.325\$28	5.966\$28	-\$-	Com trinta anos de serviço
(272\$00)	(360\$44)	(497\$19)		

Fonte: Resumo dos quadros constantes do relatório de 1933

¹⁴⁸ IANTT, Arquivo Salazar, Guarda Fiscal, AOS/CO/FI.25, (1929-1965), relatório de 1933, pp. 73-79.

¹⁴⁹ Idem

O controlo das fronteiras ganha novos contornos após a implantação da II República em Espanha, percebida como uma ameaça ao regime (*cf.* Delgado, 1980; Torre Gómez, 1985; Oliveira, 1987; Rosas, 1998; Loff, 2008). Num documento intitulado “Reflexões sobre a vigilância da fronteira” o general manifesta a sua apreensão face aos acontecimentos políticos, “que trarão como resultante a entrega do poder, em todos os sectores do mando, à corrente extremista, e como consequência a implantação do comunismo”, afirmando:

“É necessário adoptarem-se medidas de precaução na fronteira que contrariem os opositores dessa propaganda dissolvente no nosso País, e opor, como que uma barreira, aqueles elementos extremistas que a tentem atravessar para realizarem aqui uma propaganda deletéria e perniciosa e prepararem o terreno para a eclosão de um movimento revolucionário.”¹⁵⁰

Contudo, reconhece a permeabilidade da fronteira e a impossibilidade de deter a propagação ideológica, ou os contactos com os “seus congéneres de Portugal”, exaltando a missão da Guarda Fiscal “na defesa da ordem social e manutenção da civilização, da sociedade, da família, da propriedade e sobretudo da manutenção do Estado Novo.” Mas receia que a responsabilidade sobre a infiltração clandestina de elementos comunistas em Portugal, “que poderão introduzir armas, munições e outro material de guerra”, incida sobre a sua corporação, lamentando o desconhecimento sobre “os efectivos que ela dispõe”, e igualmente “a orografia da fronteira que em largas extensões do terreno dificultam enormemente a sua missão normal”. No seu entender a eficaz vigilância da fronteira constitui uma missão impossível de concretizar, devido ao número limitado de efectivos e “dos meios de acção antiquados”, exigindo as providências necessárias no sentido da cooperação com “outros elementos armados (Exército)”, de forma a assegurar a eficácia dessa vigilância.

A acumulação da pasta do Ministério da Guerra permite a Salazar construir uma rede de controlo e vigilância sobre as fronteiras entrelaçando o Exército, a Guarda Fiscal (GF), a GNR, a PSP e PVDE, que não impede o fluxo de refugiados espanhóis, nem as estratégias de resistência das populações fronteiriças. Muito embora a fronteira

¹⁵⁰ IANTT, Arquivo Salazar, Guarda Fiscal, AOS/CO/FI.25, (1929-1965), “Reflexões sobre a vigilância da fronteira”, s/d, pp. 15-16.

represente lugares e símbolos de poder (Donnan & Wilson, 1999), e possa ser olhada como uma barreira, sempre foi transcendida pelas redes sociais que servem de sustentação às “culturas de orla” (Godinho, 2008:47). As “linhas imaginárias” sempre foram manipuladas pelas populações raianas ao longo do tempo, como instrumento de protecção e de resistência por quem procurava refúgio no outro lado da fronteira, muitas vezes com a conivência dos próprios representantes do Estado. Os comandantes de secção, responsáveis pela direcção e supervisão de um conjunto de postos chefiados por sargentos ou cabos, integravam uma complexa rede social, envolvendo agentes de instituições públicas, de organizações civis, militares e paramilitares com os quais partilhavam directivas e informações. Desta forma, a fronteira entendida como espaço de múltiplos poderes vai sendo gerida pelos representantes do Estado e pelas populações fronteiriças, tanto de forma convergente como de forma divergente (Cunha, 2006), segundo as conjunturas e os interesses de indivíduos e grupos.

Em Março de 1932 o tenente António Augusto de Seixas assume o comando da secção da GF de Safara, para a qual foi transferido por “motivo disciplinar”. A penalização resultou da sua actividade no Gerês, onde emitira salvo-condutos autorizando a livre circulação de espanhóis que se deslocavam assiduamente a Portugal para tratamentos termais. Já em 1926, na sequência de várias queixas de autoridades civis junto do comando da GF, o então alferes Seixas fora submetido a um processo de averiguações, posteriormente arquivado pelas acusações serem insubsistentes e tendenciosas, “revelando contudo alguma imponderação e comedimento” nas suas relações com as autoridades civis.

“Apura-se mais concretamente que o mesmo comandante autorizou por memorando, sem fundamento legal, a travessia da fronteira a espanhóis indocumentados para fazerem uso de águas sulfurosas, embora ao assumir o comando da secção já estivesse há muito em prática este mau precedente.”¹⁵¹

A acção do tenente Seixas demonstra como as relações sociais construídas na fronteira se sobrepõem às ordens estabelecidas, permitindo a criação de vínculos que contrariam a própria função dos representantes do Estado. A prática, entendida superiormente como um “mau precedente”, resulta apenas das sociabilidades que se inscrevem na dinâmica da vida social dos indivíduos. Também em Março de 1930 o

¹⁵¹ Arquivo do Comando Geral da Guarda Fiscal. Proc. Individual nº 15.190. Ofício da 2ª Secção da Repartição Superior do Comando da Guarda Fiscal de 30 de Setembro de 1926.

tenente Seixas fora igualmente sujeito a um processo de averiguações, por influência do Presidente da Câmara de Chaves e de outros notáveis locais, junto do Comando Geral da GF. O motivo da denúncia deveu-se ao “excesso de zelo” perante situações de contrabando que envolviam “respeitáveis locais”, tornando-o alvo de intrigas e de acusações de “inimigo da situação.” No relatório do major Luís do Nascimento Dias, oficial incumbido das respectivas averiguações, seleccionámos o seguinte excerto dando conta da rede social que envolvia diferentes grupos na prática do contrabando:

“Se pensarmos que nesta candonga aristocrática se empenham muitas vezes pessoas de categoria social e até, entidades militares quando não por si por suas famílias ou amigos; se tudo isto se pesar e medir dando como certo que assim sucede tanto em Chaves como em qualquer outra povoação da fronteira, chegaremos facilmente a compreender a razão de certas perseguições que atingem os comandantes da área fiscal respectiva e mormente quando eles são da tempera do oficial visado, inexorável para qualquer, seja ele grande ou pequeno da terra, amigo ou inimigo da situação... (...) Inimigo da Situação? O militar que cumpre com zelo as funções do seu cargo é, necessariamente, um amigo da actual situação que dele não exige através dos seus elementos retintamente militares outra coisa do que o exacto cumprimento dos seus deveres. (...) Perseguir, transferir, castigar sem outros fundamentos mais sólidos e mais consistentes são processos velhos que caducaram pelo muito que deles se abusou e foram, possivelmente, a causa próxima do movimento de reacção que o próprio Exercito perfilhou.”¹⁵²

O conteúdo do relatório expressa sinais de instabilidade nos organismos militares, assim como conflitos internos decorrentes da fragilidade política do novo regime, numa conjuntura propícia à identificação e afastamento de indivíduos, contrários à “Nova Ordem”. O processo de reestruturação dos organismos militares tinha por objectivo criar um corpo de militares fiéis ao regime, excluindo por meio de reformas administrativas todos aqueles que estiveram envolvidos em “movimentos revolucionários” contra a ditadura (Santos, 1999). Neste contexto, e apesar do louvor recebido pelo Comando Geral da GF em Julho de 1930, o tenente Seixas foi transferido do comando da secção de Chaves para o comando da secção do Gerês, por “conveniência do serviço”. Mas a mudança para o Gerês foi percebida de outra forma pelo grupo familiar, assim o testemunha o seu filho Amável:

Foi transferido porque teve inimigos que fizeram acusações (...) O meu pai andava metido na fiscalização das fronteiras e era muito rigoroso com isso, e como estava a

¹⁵² Arquivo do Comando Geral da Guarda Fiscal. Proc.Individual nº 15.190. Relatório dactilografado de 4 pp. do Chefe da 2ª Repartição do Comando Geral da Guarda Fiscal, Major Luís do Nascimento Dias, de 16 de Março de 1930, pp.3-4.

fazer muito “exagero”, levantaram-lhe esse problema, e foi para o Gerês. (Amável Valadares de Araújo)¹⁵³

Perante a nova conjuntura política em ambos os lados da fronteira, a acção do tenente Seixas em 1926 e em 1932 colidiu com as competências da PVDE no controle e circulação de estrangeiros, por “facilitar a travessia de espanhóis indocumentados”. Por outro lado, o processo de 1930 instaurado por “excesso de zelo” denunciou os interesses económicos da elite local. Por conseguinte, a transferência para Safara procurou romper com a rede social construída em Chaves, salvaguardando as conveniências do poder local. A rotatividade dos guardas fiscais e a colocação em povoações distantes das localidades de origem era um imperativo, também comum aos militares da GNR, com o propósito de impedir a criação de laços que pudessem comprometer o desempenho das suas funções. No início da sua actividade profissional o tenente Seixas também se sujeitou à rotatividade marcando a vida dos seus familiares, recordada pelo seu filho Gentil de Valadares, embora mantendo como denominador comum o enquadramento social decorrente do papel de representante do Estado na fronteira.

Lembro-me de ter estado em Maфра tinha três anos, depois estive em Valença do Minho, o meu pai nessa altura era sargento (...) Depois estive no Porto, depois em Freixo de Espada à Cinta, e foi em Freixo de Espada à Cinta que eu comecei a ir à escola primária. (...) Quando fomos para o liceu fomos juntos, só que o meu irmão era mais velho do que eu dezassete meses. E logo no primeiro ano o meu irmão chumbou e eu passei, o meu pai teve cá um desgosto, meteu-o num colégio de padres, em Braga. (...) Eu e o meu irmão fazíamos a vida um pouco com os guarda fiscais, a jogar as damas, as cartas, passeios, à caça. (Gentil de Valadares)¹⁵⁴

Em Safara, no Baixo Alentejo, a família oriunda de Trás-os-Montes reconstrói as relações sociais junto da elite local, legitimada pelo estatuto de autoridade que o cargo de comandante conferia, mas também pelas sociabilidades que cada um dos seus membros vai construindo. Em Safara nasce António Rafael, o quinto filho do tenente

¹⁵³ Amável Valadares de Araújo (Chaves, 1914 - Almada, 2005), entrevista realizada em sua casa em Almada a 1/10/2004.

¹⁵⁴ Gentil de Valadares (Chaves, 1916 – Alvor, 2006), entrevista realizada na Casa de Repouso do Alvor a 4/10/2004.

Seixas, apadrinhado por Rafael de Brito, abastado proprietário rural, comprovando a reconstrução da rede social.

Em Safara era o casal, eu e o meu irmão do primeiro matrimónio e duas meninas, mais tarde apareceu mais um menino. Ligávamo-nos a três ou quatro famílias, as melhores famílias de lá. Uma delas até foi padrinho de um irmão meu, que já não existe. (...) O meu pai era amigo do Chefe da Repartição de Finanças e tesoureiro de Moura. E eu resolvi ficar e deu-me o lugar de escrivão de assuntos fiscais, e aquilo dava-me dinheiro para ir comendo e vivendo e ao mesmo tempo estive a praticar para aspirante de finanças. (Gentil de Valadares)

A irmã Esmeralda Adelaide de Seixas frequentou a escola primária e construiu as suas relações de amizade em Safara, recordando ainda o nome da professora de origem espanhola, Maria Escoval Lopes Romero, e o exame da 4ª classe feito em Moura. Da casa, recorda o jardim onde o seu irmão passava as tardes escrevendo junto ao poço, contrariando a vontade do pai. Gentil de Valadares também nunca esqueceu o dia em que o pai o surpreendeu, dando-lhe uma palmada na cabeça, dizendo: Ó meu burro, não sabes que o Camões morreu na miséria? Mas apesar de não apreciar a inclinação pelas letras, por a considerar de pouco futuro, ofereceu um trabalho do filho ao comandante do Batalhão nº 3, responsável pela sua última transferência. Encapado a azul, ao agrado do comandante que era monárquico, o livrinho *Viagem ao Alentejo* relatava com amargura a saída da família do Gerês para o sul, “para onde o meu pai foi despoticamente transferido”.



“Uma caçada e uma merenda familiar em Safara” (1934). Em cima, da esquerda para a direita: tenente António Augusto de Seixas, Gentil de Valadares, Amável Valadares de Araújo, guarda fiscal. Em baixo: amigo e esposa do amigo, Esmeralda com a filha Antónia ao colo, Esmeralda Adelaide de pé, e duas empregadas da família. Arquivo particular de Amável Valadares de Araújo

Em Safara toda a família construiu o seu “espaço social” (Bourdieu, 1994), e o trabalho desenvolvido na repressão do contrabando granjeou ao tenente Seixas um louvor, “pelo zelo e notável cuidado que dedica a todos os assuntos da secção que comanda”.

Safara era uma grande aldeia, ruas pombalinas, porque de facto são largas. Tem um largo grande e à cabeceira tem uma bela igreja. Fiz lá muitos amigos, eles caçavam, eu também caçava. E a aldeia era tudo gente muito simpática. Eu viva no quartel da Guarda Fiscal. O quartel da Guarda Fiscal tinha uma parte para os tropas e tinha uma residência, por sinal muito boa. (...) Tinha entrada por um largo e uma entrada por uma outra rua, tinha jardim, tinha uma grande praça, dentro do próprio quartel, com garagem para o carro, cavalariças, tinha dois cavalos, um destinado ao meu pai e outro destinado à ordenança. (Gentil de Valadares)

Os elementos da GF de Barrancos subordinavam-se ao comandante da secção de Safara, que no concelho tinha a seu cargo os postos da vila e o das Russianas, complementados por locais de vigia implantados estrategicamente nos pontos mais altaneiros ao rio Ardila, que separa administrativamente Portugal e Espanha, ou junto à raia seca. Na vila, o quartel estava situado junto à antiga Escola Primária, na zona habitacional dos grandes proprietários, e era chefiado pelo 2º sargento Borges, responsável pelo posto de despacho da Alfândega. Dois postos de controlo, um na entrada da vila e outro na estrada internacional que liga Barrancos a Encinasola, completavam os espaços fiscalizadores, que assim permaneceram até 1950. O número de efectivos também não sofreu grandes alterações ao longo dos anos sendo em 1935 de vinte e sete elementos, sete dos quais nas Russianas. A memória destes militares ainda permanece em Barrancos, assinalando relações de amizade que os uniam às populações.

O primeiro que me lembro, que andei na escola com a filha, foi o sargento Borges. Tinha uma filha chamada Ivone que sofria muito de asma, coitadinha, faltava muito à escola por causa disso. Depois veio o sargento Simões que também tinha duas filhas, uma Antónia e outra Deolinda e também nos dávamos muito, a Deolinda foi professora, mas não casaram, são de Moura. E depois ultimamente estive o sargento Silva que tinha uma filha, essa rapariga tirou um curso, não sei que curso foi. Mas também me

lembro do cabo Rato que as filhas são da minha idade, a Maria Bárbara, e tinha um filho que também era guarda fiscal e era muito bom rapaz. (Maria das Dores Ortega)¹⁵⁵

Maria Bárbara Rato nasceu em Sobral d' Adiça em 1922, onde realizou o exame da 4ª classe. Seu pai era cabo da GF e sua mãe doméstica. Em 1935 o pai foi transferido para Barrancos, enquanto a família permaneceu em Moura aguardando o nascimento de mais um descendente. Após o nascimento da criança a mãe decide ir para Barrancos com os cinco filhos, sem estar totalmente recuperada do parto. A viagem provocou complicações de saúde e após quinze dias faleceu, ficando os filhos menores ao cuidado do pai e da avó materna. Maria Bárbara recorda que chegaram a Barrancos em Maio e fez os treze anos em Junho, no mesmo mês em que morreu a sua irmã de meningite.

Quando chegámos acudiu toda a gente, tudo tinha pena, ficámos os quatro pequeninos, eu era a mais velhita, e tudo acolhia ali. Logo aos dezasseis dias de morrer a minha mãe morreu a pequenina, entrou-lhe uma febre de meningite e morreu. Em pouco mais de quinze dias tivemos em casa dois funerais, o meu pai coitadinho, e tudo tinha pena da gente. (Maria Bárbara Rato)¹⁵⁶

A primeira casa onde viveu situava-se na Rua da Parra e tinha apenas um quarto. Mais tarde seu pai arranjou uma casa maior na actual rua 1º de Dezembro, e posteriormente comprou a um guarda-fiscal reformado, a casa onde Maria Bárbara vive actualmente, paredes meias com o Posto de Turismo de Barrancos. A vida da família foi marcada pelas sociabilidades decorrentes da actividade profissional do pai, das quais recorda o acolhimento aos novos praças destacados para Barrancos.

Todos vinham à casa do meu pai quando chegavam, logo o meu pai os inteirava e dizia que tinham de comprar um tecido para o bernal, e eu fazia-lhe o bernal para o avio e a mochila e o paradeiro deles era na nossa casa, tanto que as minhas irmãs, as duas casaram com guardas fiscais. A minha irmã Arlete casou com um de Oliveira de Azeméis que já morreu, e a minha Judite com um senhor de Ovar. (Maria Bárbara Rato)

Em regiões onde a agricultura oferecia emprego mal remunerado e sazonal, a existência de um posto fronteiriço rasgava novos horizontes, para além da tradução

¹⁵⁵ Maria das Dores Ortega Raio (Barrancos, 1927), entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 27/9/2007.

¹⁵⁶ Entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 25/9/2007.

efectiva de uma mobilidade social em sociedades rurais (Salvado, 1996). Esta realidade repercute-se na vida de muitos barranquenhos que após o serviço militar solicitam a integração na GF através de pedidos que reforçam a rede de dependências e submissão na sociedade barranquenha. Na família de Maria Bárbara a Guarda Fiscal representou uma alternativa de trabalho certo para o seu único irmão, e a imagem da corporação permanece nas gerações seguintes, através do casamento das suas filhas com guardas fiscais, mas para Maria Bárbara o homem da sua vida foi um trabalhador rural, com quem partilhou os tempos do contrabando, o trabalho de cantoneiro e os anos da emigração em França. Durante o tempo do contrabando Maria Bárbara acedia, através do pai, a um conjunto de informações sobre as rondas das patrulhas, utilizando-as em seu benefício, mas também para avisar amigos e vizinhos.

Olhe, eu chegava a saber para onde o meu pai mandava a ronda e ia avisar dois ou três que estavam ali na rua do Baldio, que eram muito pobrezinhos e governavam-se com cinco quilos de café, quando ouvia o meu pai a falar com os guardas que esta noite iam para tal sítio, eu estava sempre à coca para avisar essas pessoas que eram muito pobres, coitadinhos, assim Deus me esteja a ouvir como verdade estou falando. (Maria Bárbara Rato)

Em Barrancos as relações com os guardas fiscais estão pautadas por sentimentos complexos e divergentes, por cumplicidades tecidas no quadro das relações de amizade e parentesco, unindo homens e mulheres de ambos os lados da fronteira. A relação do pai de Maria Bárbara com uma vizinha de Encinasola, que se dedicava ao contrabando de sobrevivência, representa um exemplo paradigmático das relações das gentes da raia entretecendo a escassez e os afectos.

O meu pai enamorou-se de uma espanhola, com isso do contrabando, e fez-lhe um filho. Tenho lá um irmanito espanhol, e nós sempre o acarinhámos. (...) Sempre foi um homem muito sério, lá fez isso, mas era um homem viúvo, não devia a cabeça a ninguém, tantos anos de viúvo que ele tinha já. (...) Ela era viúva, tinha três filhos e teve de deitar-se ao contrabando, era modista, costureira, coitadinha, mas uma mulher muito séria... teve um filho mas era uma pessoa séria, ... coisas do acaso, da falta, da miséria. (Maria Bárbara Rato)

Numa perspectiva económica os guardas fiscais tinham, sobre os restantes grupos mais desfavorecidos, o privilégio de um “vencimento certo”. Um soldado da

guarda fiscal com dez anos de serviço ganhava 16\$16 por dia, em 1936, ordenado inferior a um soldado da GNR e da PSP, e metade do ordenado de um carabineiro (o seu homologado espanhol). Em 1940, um pedreiro empregado nas obras municipais ganhava 14\$00 ao dia, e um trabalhador indiferenciado 8\$00 (valor equivalente ao de um trabalhador rural à jorna), o que justifica que os grupos sociais mais desfavorecidos vissem a actividade do contrabando como uma fonte de rendimentos suplementar. Os guardas fiscais não foram excepção:

Os que melhor se governaram foram os guardas fiscais. Isso aqui com o contrabando se fez de tudo. (...) Eles também nessa altura não ganhavam muito, um guarda fiscal ganhava nessa altura talvez trezentos escudos por mês, com trezentos escudos por mês a fome andava ali próxima em algum que tivesse dois ou três filhos. (Agostinho Carvalho)¹⁵⁷

Os guardas também o que ganhavam. Não era o que ganham hoje, tinham que vender-se, e que faziam? Por exemplo, se eles haviam de estar na ponta deste caminho, diziam que estavam nesta, e então a gente passava por aqui com o cavalo carregado de duros em prata pela noite a dentro, pela noite a dentro. (Maria dos Remédios Ramos)¹⁵⁸

O sargento Borges era boa pessoa. O Silva só tinha uma coisa, é que andava mandado pelos comerciantes, para que deixasse passar, tinha tudo o que queria dos comerciantes, deixava passar. (José Ângelo)¹⁵⁹

A lei imposta pelo Estado, regulando as formas e as normas de intercâmbio comercial definida por limites jurídicos administrativos, entra muitas vezes em contradição com a interacção quotidiana daqueles que partilham um mesmo espaço geográfico, submetidos a um poder político que pretende limitar e controlar as redes de relações entre grupos de diferentes Estados (Valcuende del Rio, 1998). Esta realidade não está apenas vinculada à prática do contrabando, que iremos analisar detalhadamente

¹⁵⁷ Agostinho Gavino Carvalho (Barrancos, 1931), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008).

¹⁵⁸ Maria dos Remédios Comprido Ramos (Camarate, 1925 – Barrancos, 2008), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

¹⁵⁹ José Lopes Ângelo (Barrancos, 1920 - Beja, 2008), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 13/6/2006.

noutro capítulo, mas ao processo de interacção social construído num tempo longo, reactivado em contextos históricos concretos.

À escala nacional, a “fronteira política” (Moncusí Ferré, 1999) constituía uma das preocupações de Salazar. Nesse sentido, o Ministério da Guerra inicia, nos meses seguintes à vitória da Frente Popular, uma ampla operação de vigilância em conjunto com a GF e a PVDE. Em Abril, o chefe do Estado Maior do Exército determina “a prevenção militar” propondo às guarnições mais próximas da fronteira a organização de destacamentos, “dispondo de auto-transporte que prontamente possam actuar onde for necessário” (Faria, 2000:100). A GF e a PVDE ficam comprometidas nesta operação, mantendo os seus dispositivos habituais na fronteira, e paralelamente as regiões militares e os canais burocráticos internos organizam-se para puderem desencadear operações de segurança num prazo de 24 horas (Faria, 2000:101). Após o golpe militar em Espanha o número de efectivos na fronteira torna-se insuficiente aos olhos do poder local e do poder central, incapazes de conter a circulação de refugiados espanhóis que diariamente trespassavam a fronteira portuguesa. Em Julho o Ministério da Guerra divulga as medidas de excepção a adoptar no reforço e vigilância das fronteiras, destinadas à colaboração entre elementos da GF, GNR, Exército e PVDE, chefiados pelo oficial mais graduado, ou que há mais tempo permanecia no terreno.¹⁶⁰ Em Barrancos os oficiais no terreno, subordinados às respectivas corporações, estavam operacionalmente integrados numa complexa cadeia de poderes coordenada pelo Comando Militar de Beja, sob as ordens do Comandante da 4ª Região Militar de Évora, por sua vez subordinado ao Ministério da Guerra. Esta nova realidade constituiu um acontecimento paradigmático, que transfigurou as vivências das populações fronteiriças, criando um tempo de excepção que nos permite compreender a dinâmica das relações de poder.

Na fronteira de Barrancos o comando técnico das operações ficou a cargo do tenente António Augusto de Seixas por motivo de conhecimento e antiguidade no

¹⁶⁰ A Confidencial n° 143-2-C, de 28 de Julho de 1936 estabelecia na alínea e), que: “Para uma mais completa eficiência na acção coordenada de todas as forças, muito convirá que imediatamente se estabeleçam os necessários acordos entre os comandos fronteiriços da GF, GNR, polícia e comandos militares mais próximos. Em particular conviria que a acção na fronteira dos postos ou secções da GF e da GNR se exercesse debaixo de uma única direcção, que poderia pertencer ao comandante mais antigo ou graduado da GF, ou da GNR, estacionado na mesma localidade.” AHM. 1ª Divisão, 38ª Secção. Cx. 63-2.

terreno. Estrategicamente foram criadas duas áreas de vigilância para controlar os 120 km da “linha imaginária”: a zona da Coitadinha, da responsabilidade do tenente Oliveira Soares¹⁶¹ da GNR, e a zona das Russianas, a cargo do próprio tenente Seixas. As diversas patrulhas que policiavam a fronteira eram compostas por elementos do Exército e da GF que os barranquenhos ainda recordam:

De cá trouxeram uma remessa de soldados para plantar toda à volta das Russianas, e logo estava ali uma caseta com uns poucos de guardas fiscais, e a cada soldado lhe arrimaram um guarda fiscal, porque os soldados não sabiam das terras e os guardas fiscais sabiam. De tantos em tantos metros era um guarda fiscal e um soldado. (Carlos Caçador)¹⁶²

Havia aqui uma companhia, em Ficalho outra companhia e estava a fronteira toda apanhada, nessa altura vieram dois para aqui que eram de Barrancos. Aqui em Barrancos eram só os soldados, a Guarda Fiscal e um esquadrão da GNR da cavalaria, que também andava aí na fronteira, esses eram os piores, os soldados toleravam mais. (António Caeiro)¹⁶³

A mudança de ritmo imposta pelo acontecimento marcou uma nova temporalidade na vida dos indivíduos, alterando as ligações ao passado e ao futuro. A partir desta ruptura os campos da memória e do possível foram reabertos, por referência a novos princípios de inteligibilidade, colocando novas bases ao sentido da lei, da justiça e da vida. O acontecimento marcou o início de uma nova “Era” (Bensa & Fassin,

¹⁶¹ Arquivo Histórico Militar, Proc. Individual. Notas Biográficas do Oficial. Eduardo Varela de Oliveira Soares nasceu a 7 de Setembro de 1905, na freguesia de Santo André, concelho de Estremoz. Filho de Eduardo da Cruz de Oliveira Soares e Aurora Celeste Figueiredo de Varela Oliveira Soares. Alistou-se a 1 de Novembro de 1922 como voluntário, sendo o aluno nº 112 do Corpo de Alunos da Escola Militar. Promoções Militares: Alferes, 1 de Novembro de 1926. Tenente a 1 de Dezembro de 1931. Capitão, 8 de Maio de 1939, Major, 8 de Junho de 1950, Tenente-Coronel, 23 de Janeiro de 1956. Colocações: Batalhão de Cavalaria nº 3, a partir de 13 de Novembro de 1926. Batalhão de Cavalaria nº 5, a partir de 31 de Março de 1928. Foi professor da Escola Regimental, entre 6 de Novembro de 1928 e 27 de Julho de 1934, foi exonerado do cargo e colocado como adido, requisitado para desempenhar comissão de serviço dependente do Ministério do Interior na Guarda Nacional Republicana. Batalhão Nº 3 da Guarda Nacional Republicana, de Beja, a partir de 28 de Julho de 1931. Comandante da Secção da 2ª Companhia do Batalhão nº 3 da GNR, em Beja. Comandante Interino da Secção da 2ª Companhia do Batalhão nº 3 de Moura. Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, a partir de 24 de Fevereiro de 1942.

¹⁶² Carlos Gonçalves Caçador (Barrancos, 1926), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 26/1/2007.

¹⁶³ António Segão Caeiro (Barrancos, 1916), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 14/6/2006.

2002) na vida dos seus contemporâneos, contribuindo para a construção de uma “história vivida” (Aróstegui, 2004).

Quando foi a guerra de Espanha eu e o meu irmão é que éramos o impedido e a ordenança. Esses estavam no quartel e eu e o meu irmão, estávamos à volta dos vinte anos, acompanhávamo-lo no automóvel para imensos lados. Aquilo era um mar de azinheiras, de perder de vista e então vivíamos assim, dentro do automóvel é que nós dormíamos. O meu pai no assento de trás e eu e o meu irmão na frente. Nós não largávamos o nosso pai e ele sentia-se confortável com isso, com os filhos ao lado. E à noite quando íamos para o carro, ele punha a pistola no tablier: “Isto é só para o caso de legítima defesa. (Gentil de Valadares)

O reforço das fronteiras e a ruptura no quotidiano das populações fronteiriças não impediu a continuidade das relações com os vizinhos, pelo contrário, intensificaram-nas ainda mais, embora marcadas por lealdades distintas (cf. Vieira, 1996; Moncusí Ferré, 1999; Espinosa, 2003; Godinho, 2004; Cunha, 2006; Godinho, 2006; Simões, 2007, 2009). Numa acção de resistência ao Estado, que encerrou, policiou e reforçou a “fronteira política”, as populações dinamizaram a “fronteira quotidiana” (Moncusí Ferré, 1999:120) dos afectos e da solidariedade. Neste sentido, a acção que faz o tempo e as diversas temporalidades que presidem a um momento histórico, são o produto das intervenções específicas dos indivíduos (cf. Sahlins, 1997; Bensa & Fassin, 2002). Do mesmo modo, a temporalidade do acontecimento determina uma modalidade particular de acção, trazendo a lume com as palavras e os gestos, que regem habitualmente a vida social, a acção inesperada da própria violência, fazendo do acontecimento o fiel da balança a partir do qual o mundo e o tempo parecem subitamente dever reordenar-se. Esta reordenação reflecte-se na acção dos próprios representantes do Estado na fronteira, e o momento em que o universo social se “converteu” de algum modo ao acontecimento será em seguida inscrito na memória colectiva, assim como os feitos dos seus “heróis” (Bensa & Fassin, 2002).

Um dia estava um guarda fiscal aqui de Barrancos, o tio Tereno, com um militar e vinha um fugitivo fugindo e os falangistas vinham atrás dele e se passaram para este lado e então o tio Tereno levantou a arma e disse que aqui era Portugal e a Espanha

era ali, porque já estavam a poucos metros de onde estavam os outros fugitivos.
(Manuel Guerreiro)¹⁶⁴

O Torres perguntou o que é que ela levava na saca e ela disse que era uma niña, e o Torres mandou a buscá-la, mas o falangista vinha já chegando junto à saca, e o guarda fiscal apontou-lhe a arma e disse-lhe que não tocasse na saca, porque senão ficava ali. (...) O falangista se foi mais para trás, e ela pegou a menina e trouxe-a para o lado de cá da ribeira e queria que o guarda fiscal tirasse as botas para lhe beijar a planta dos pés, mas ele não tirou e disse que não precisava tanto. (Carlos Caçador)

4.2. “Pela Lei e pela Grei”, repressão e resistências

Durante a Ditadura Militar (1926-1932) algumas unidades da Guarda Nacional Republicana (GNR)¹⁶⁵ participaram no “revirvalho”, juntamente com unidades militares do Exército e da GF. No “revirvalhismo” encontramos dois tipos de facções republicanas: uma conservadora ou moderada, e outra revolucionária ou radical. Os republicanos revolucionários estabeleceram uma estreita rede de contactos, particularmente em Espanha, e quase todos os que lideraram os processos de revolta tinham ligações maçónicas (Farinha, 1998). Perante a instabilidade política do novo regime, o governo reorganizou as forças de segurança afastando os seus adversários, dissolvendo todas as unidades militares que participaram em “movimentos revolucionários” contra a ditadura. No processo de depuração das forças armadas Salazar nomeou para o comando da GNR o coronel de infantaria Farinha Beirão, militar

¹⁶⁴ Manuel Torrado Guerreiro (Barrancos, 1924), entrevista realizada em Barrancos a 21/8/2008.

¹⁶⁵ A Guarda Nacional Republicana criada pela Republica em 1911 teve a sua origem na Guarda Real da Polícia (1801), tomando como modelo a Gendarmerie francesa (1791). A sua organização e missão eram idênticas a organizações militares que posteriormente surgem na Europa como a Maréchaussée na Holanda (1814), os Carabinieri em Itália (1814), a Gendarmerie Nationale na Bélgica (1830), e mais tarde a Guardia Civil em Espanha (1844). Em 1834 a Guarda Real da Polícia foi dissolvida por D. Pedro, e reestruturada em 1868 como Guarda Municipal de Lisboa e Porto, sob o Comando-Geral das Guardas Municipais, sediado no Quartel do Carmo, em Lisboa. Nesta época sofreu alterações na sua organização, compatíveis com o Exército em matéria de disciplina e promoções, mas permaneceu subordinada ao Ministério do Reino. Com a implantação da República em 1910, as Guardas Municipais foram extintas por Decreto do Governo Provisório, criando a título transitório um Corpo de Segurança Pública a nível nacional de Guardas Republicanas, sem qualquer alteração relativamente às suas antecessoras. A Guarda Nacional Republicana surge neste contexto “como uma mera alteração de nome, de molde a fazer ressaltar o cariz do novo regime emergente”. Historial da GNR consultável em: <http://www.gnr.pt/Portal/internet/gnr/historial/historial.asp>

austero e disciplinador, incumbindo-lhe a missão de “fomentar a unidade e a despolitização deste corpo militar” (Santos, 1999:265). Na defesa dos valores “da ordem e da segurança pública” fundamentais ao “bem-estar e progresso das nações”, e legitimado pelas medidas economicistas de redução das despesas públicas, Farinha Beirão procede ao afastamento de todos os efectivos contrários à “Nova Ordem”, procurando “organizar uma força pública obediente, com a qual possa contar para jugular qualquer tentativa revolucionária contra a ditadura” (Santos, 1999:267). Na conjuntura política de consolidação do Estado Novo, a GNR assume a função de “legítima executora da ordem pública”, integrada numa rede repressiva que vai alastrando de norte a sul do país, e do centro à periferia.

Nas sociedades rurais a sua acção permanece associada a décadas de violência política no debelar de lutas reivindicativas de trabalhadores rurais e mineiros. Na memória das gentes de Pias e Baleizão, de S. Domingos e Aljustrel, entre outros, a acção repressiva da GNR deixou marcas e vítimas mortais, das quais a morte de Catarina Eufémia é sem dúvida a mais emblemática. Como escreveu Margarida Fernandes (2006), Catarina Eufémia “tornou-se uma figura de proa da luta dos trabalhadores agrícolas, a cristalização de tudo o que tinham sofrido com o latifúndio e um símbolo da Reforma Agrária” (2006:23). Outras intervenções violentas da GNR, como o caso de Montemor-o-Novo referido por Saramago em *Levantados do Chão* (1991) e a revolta contra a florestação dos baldios em *Quando os Lobos Uivam* de Aquilino Ribeiro (1983) foram perpetuadas na literatura.¹⁶⁶ Em diversos trabalhos de investigação a acção repressiva da GNR surge indissociável dos movimentos sociais e das resistências políticas em contextos urbanos (*cf.* Patriarca, 2000, Almeida, 2009, Ferreira, 2010), e em contextos rurais (*cf.* Pereira, 1983; Godinho, 2001; Cutileiro, 2004; Freire *et al.*, 2004; Fernandes, 2006; Fonseca, 2006 e 2007).

A dicotomia repressão/resistência permanece na memória colectiva das populações, sempre que falamos da acção da GNR. Em Barrancos a sua intervenção é indissociável da repressão sobre os trabalhadores rurais concentrados nas “quatro esquinas”, à entrada da Praça da Liberdade (antiga Oliveira Salazar). O desemprego foi

¹⁶⁶ Aquilino Ribeiro reconstrói na sua obra a violência policial da GNR, como por exemplo neste excerto: “Estou a ler na tua alma, mas a mim não me comes tu. Pegou no cavalo-marinho, que a violência e os castigos corporais eram o processo corrente de averiguação ressurgido pelo aparato judicial” (Ribeiro, 1983:243).

uma realidade social transversal às sociedades rurais do sul, assumindo diferentes dimensões geográficas, temporalmente localizadas, mas nos finais da década de 1930 atinge proporções generalizadas (Pereira, 1983). Por todo o Alentejo eclodem movimentos de contestação social, mas os barranquinhos não invadiam o espaço da Praça (centro do poder), numa acção que poderia ser entendida de confrontação directa, embora lutassem contra as crises de desemprego e a fome que assolava as suas famílias.

Às vezes íamos aqui às “quatro esquinas” a ver se víamos o patrão e se falávamos com o patrão, vinha a Guarda, duas lambadas: Aqui não podem estar parados! Para casa! Foi muito má a vida, aquela vida foi muito má. (Manuel Cortegano)¹⁶⁷

Não havia que comer, e então chegavam aí a juntar-se ali no centro, aí onde lhe chamam as quatro esquinas, até a GNR vinha aí e punha a mexer tudo daí para fora. (António Caeiro)

Havia muita fome aqui em Barrancos, os homens estavam nas quatro esquinas á busca de trabalho, logo a guarda vinha e os deitava fora e os mandavam para casa, e eles tinham de ir porque senão lhes batiam, batiam. Era com uma coisa que chamavam cavalo-marinho que lhes batiam. (Maria dos Remédios Ramos)

Em 1935 o posto da GNR de Barrancos estava situado na rua da Estrada, actual 1º de Dezembro, no edifício onde mais tarde irá funcionar “A sopa dos pobres”, da União das Senhoras de Caridade (actual Lar de Nossa Senhora da Conceição). O posto era chefiado pelo 2º cabo João Pais Quintino, recordado ainda por alguns barranquinhos:

Esteve cá o cabo Quintino da Guarda Nacional Republicana que os filhos andaram aqui na escola. A Dulce, filha do cabo Quintino, andou comigo na escola. Lembro-me do tenente Soares, que era muito jeitoso e esteve aqui quando da Guerra de Espanha, e da mulher e da filha. Conheci o tenente e conheci o polícia Soares (PVDE) que era irmão, o polícia também tinha aqui a mulher. (Maria das Dores Ortega)

A família do cabo Quintino residia numa habitação frente ao posto, propriedade do comerciante Manuel Mendes, mas competia à Câmara Municipal os encargos com o seu alojamento, assim como dos soldados deslocados. Os guardas eram geralmente

¹⁶⁷ Manuel Pão-Duro Cortegano (Barrancos, 1933), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 8/10/2009.

oriundos do meio rural e de famílias com poucos recursos económicos, que recorriam a pedidos junto de “mediadores” ou “patronos”, para encontrarem alternativas ao trabalho rural. O patrocínio, embora com diferentes objectivos e valorações conforme ao período histórico, satisfazia estas aspirações, configurando-se como um princípio estruturador das relações diádicas, escoradas em laços de amizade ou “parentesco espiritual” unindo padrinho e afilhado (Cutileiro, 2004), funcionando como relações instrumentais de poder, como recorda Clemente Marques:¹⁶⁸

Os guardas eram quase todos de fora da terra, porque haviam poucos que concorriam para a guarda fiscal, ou para a guarda republicana, se havia algum era por padrinhos deste político que o metia, ou do outro que ia para lá, isso era à base de afilhados. Era uma alternativa para sair do trabalho rural, e o que se pedia era a 4ª classe. Aquele que tinha o pai que era empregado de fulano de tal, Presidente da Câmara, ou outro, porque o pai era sobrinho de tal que tinha o tio em tal sítio, ou conhecia um oficial que era amigo do outro que dizia: “Mete lá fulano!” E quem ficava em dívida era o pai, um subjogado, porque meteu lá o filho. O filho já pertencia a outra geração, já pertencia a outra camada, não passou por aquilo que o pai passou, o filho era guarda e um guarda antigamente era já uma distinção, era um grau, era um patamar da vida, é a verdade nua e crua, nascida e vivida aqui.

Os requerimentos ao Ministério da Guerra encontrados nos arquivos municipais, solicitando a integração na GNR, ou na GF, após o cumprimento do serviço militar, comprovam a chancela do “patrono”, que em muitos casos coincidia com a pessoa do presidente da Câmara, ou outras figuras de prestígio político e económico local. Mas este privilégio não era extensível a todos, estava condicionado por relações de dependência e lealdade para com os patrões, tendo por eleitos os “filhos da casa”.¹⁶⁹ Nos sistemas de trocas estabelecem-se hierarquias, em que o acto de dar manifesta superioridade, ser mais, estar mais alto, enquanto aceitar sem retribuir representa subordinar-se, tornar-se servidor, tornar-se pequeno (Mauss, 2001:187). Ao prestar um favor o patrão reforçava o seu poder e prestígio, mas a obrigação do beneficiado em

¹⁶⁸ Clemente Pires Marques (Barrancos, 1927), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 23/1/2008.

¹⁶⁹ Os “filhos da casa” representavam um grupo de trabalhadores fixos que permaneciam ligados durante várias gerações à mesma família de proprietários rurais, como os “criados grave”, os “encarregados”, ou os “ganadeiros”.

retribuir dignamente era imperativa. Como nos diz Marcel Mauss “perde-se a face para sempre se não se retribuir” (2001:123). Quando os beneficiários se tornam dependentes dos favores, apenas lhes restava oferecer em troca a sua lealdade e “dependência moral” (Cutileiro, 2004:218). E um “favor” do patrão pode transformar-se num sentimento duradouro de gratidão, susceptível de manter a submissão como factor de reciprocidade por parte dos subordinados (Bourdieu, 2001^a:130). Neste contexto, o caso de José Soares Fernandes, primogénito de José Serralho Fernandes, “criado grave” da família Fialho, representa um exemplo paradigmático, por ter desistido do alistamento na GNR para exercer as funções de motorista da casa Fialho, mantendo contudo a dívida de gratidão.¹⁷⁰

As relações de dominação e de submissão, decorrentes dos “favores”, consolidavam o poder hegemónico local, e simultaneamente geravam constrangimentos ao desempenho profissional dos beneficiados, relativamente aos membros do seu grupo social. No sentido de evitar situações de interdependência ou cumplicidades locais, o Estado determinava a colocação dos seus representantes em localidades distantes da terra de origem, procedendo a constantes transferências para não criarem laços com as populações, a fim de não perverterem o cumprimento das suas funções (Cutileiro, 2004; Fernandes, 2006).

O meu pai foi guarda, mas antes de ser guarda foi contrabandista. (...) O meu pai nunca quis ser guarda aqui, porque é sempre a questão da família, e era complicado. (...) Depois, a vida dá estas peripécias e deixamos de estar num lado da barricada e passamos para o outro. É a evolução, e por outro lado é perceber que nesses tempos, embora alguns senhores que usavam farda não perdoavam nada a ninguém, havia outros que fechavam os olhos. (Nelson Brejano)¹⁷¹

Independentemente do controle do Estado e das subordinações formais e informais a que estavam submetidos, os militares da GNR criavam vínculos com as populações, decorrentes da própria dinâmica da vida social, expressos em relações de amizade, de matrimónio e em cumplicidades locais. A vida das pessoas dificilmente se reduz ao cumprimento de leis e regulamentações impostas “de cima”, ou a submissões,

¹⁷⁰ AHMB, Correspondência Recebida. Fundo Câmara Municipal de Barrancos (1934-1952). Carta enviada pelo Comando Geral da GNR, 4/3/1947.

¹⁷¹ Nelson da Costa Brejano (Barrancos, 1971), entrevista realizada em Barrancos a 5/10/2009.

antes resulta de estratégias de resistência para satisfação das suas necessidades e interesses concretos. No mesmo sentido em que o poder dominante nunca detém o controlo efectivo sobre o “registo público” dos subordinados, embora este possa surgir em conformidade com o socialmente esperado, reforçando em termos ideológicos a hegemonia dos valores e discursos dominantes (Scott, 1992). Quando um novo comandante tomava posse, como chefe do posto, enviava um ofício ao Administrador do Concelho oficializando a sua chegada, solicitando a melhor colaboração das autoridades municipais. Em resposta, o Administrador do Concelho manifestava “a mais franca e leal cooperação em tudo que depender das minhas atribuições legais, e possa interessar ao Bem da Nação e da Republica.”¹⁷²

Constituição do Posto de Barrancos em 1935

2º Cabo	João Pais Quintino
Soldado	José Mateus Borrvalho
Soldado	António Luís
Soldado	Manuel da Cruz
Soldado	Francisco Neves Santana
Soldado	Custódio Santana

Fonte: Livros de Recenseamento Eleitoral do Concelho de Barrancos¹⁷³

Os militares da GNR estavam formalmente subordinados ao comando do Batalhão nº 3, 2ª Companhia da Secção de Moura, e tinham por missão manter a lei, a ordem ao nível criminal e político, defender a propriedades privada e os interesses dos grandes proprietários. Se umas vezes eram “lestos nas suas intervenções quando solicitados pelos latifundiários ou pelos grandes proprietários” (Cutileiro, 2004:160), outras vezes estavam sujeitos a ser denunciados pelo Administrador do Concelho pela

¹⁷² AHMB, Registo de Correspondência Expedida, C/M, Lv.19, carta do Administrador do Concelho, Manuel António Monteiro, ao comandante do posto da GNR de Barrancos, 1/8/1932.

¹⁷³ AHMB, M/B, Pasta 1

incúria do seu desempenho.¹⁷⁴ O reforço de efectivos para dominar situações excepcionais, como o êxodo de refugiados espanhóis, ou assegurar a “ordem pública” em épocas festivas, como a *Fêra* de Agosto, era solicitado directamente pelo Presidente da Câmara ao Governador Civil de Beja.¹⁷⁵ Mensalmente o comandante do 3º Batalhão, sediado em Beja, enviava relatórios ao Ministro do Interior sobre as actividades da sua corporação, englobando número de detenções, participação de ocorrências de foro criminal, número de efectivos no terreno, necessidades de pessoal, análises sobre o desemprego, propaganda comunista e agitação social nos respectivos Concelhos.

Anexo ao relatório confidencial de 30 de Abril de 1936¹⁷⁶

Secções	Concelhos	Numero aproximado de desempregados		Agitadores ou propagandistas de ideias comunistas	Obs.
		Rurais	Não rurais		
				-	
Moura	Moura	391	156	Não há	-
	Barrancos	Não há	Não há	Não há	-
	Serpa	760	88	As mesmas informações do relatório anterior	-

A GNR actuava como instrumento de prevenção e dissuasão, como transparece dos minuciosos relatórios e ofícios remetidos ao ministro, ou directamente à PVDE, alertando para “situações suspeitas”:

“No concelho de Mourão começaram já a aparecer os primeiros manifestos de propaganda comunistas de origem espanhola; faz-se propaganda (espanhóis) junto dos trabalhadores e pequenos seareiros (os que semeiam à maquia ou à percentagem) das grandes vantagens por aqueles apregoados de se ser “proprietário” em vez de seareiro ou serventuário; encontra-se mais sob este foco de propaganda a

¹⁷⁴ IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.462 (pt.4/27), 11/1/1933. Em carta dirigida ao Ministro do Interior o Comandante Geral da GNR, general Augusto Manuel Farinha Beirão refuta a denúncia do Administrador do Concelho de Barrancos “contra pessoal desta guarda ali em serviço, em que o acusa de não actuar com energia no desempenho dos serviços que lhe são cometidos.”

¹⁷⁵ AHMB, Correspondência enviada, 20 de Agosto de 1938.

¹⁷⁶ IANTT. Ministério do Interior, Correspondência do Gabinete do Ministro. Mç. 483, Cx. 36

freguesia da Granja pelo seu isolamento e proximidade da fronteira, estando a sua população em constante contacto com os espanhóis, contacto este que não se pode evitar devido ao deficiente policiamento causado pelo reduzido efectivo dos postos fronteiriços.”¹⁷⁷

No concelho de Barrancos a proximidade da fronteira e as relações sociais com os vizinhos espanhóis nunca representaram motivo de preocupação ou de conflito social. Seguindo a argumentação de Bourdieu admitimos a existência de um “acordo estabelecido”, no qual a dominação é reconhecida como legítima, resultante da acção das forças sociais e da estrutura das normas internas do campo social em que os indivíduos se inserem, incorporadas no seu *habitus* (Bourdieu, 1994). O que não significa uma total subordinação ao poder dominante, mas sim uma adequação a condições socioeconómicas concretas, no sentido da satisfação das necessidades de subsistência e de convivência. Desta forma, e independentemente da escassez de trabalho e das crises de desemprego rural, a sociedade barranquenha difunde para o poder central a ideia de estabilidade política e social, não figurando em estatísticas nem em relatórios oficiais da GNR, ou da PVDE.

No extenso relatório de Abril de 1936 o capitão Clemente José Juncal denuncia o comportamento dos grandes proprietários caracterizando os trabalhadores rurais como “gente humilde alentejana pouco dada a aventuras, e agarrada como nenhum outro povo à sua terra, e cuja única felicidade é terem trabalho garantido pão para os filhos, e poderem beber aos domingos uns copos de vinho na taberna.” Com esta definição paternalista, o comandante da GNR pretende alertar para a “fácil adesão à propaganda comunista”, como consequência das dificuldades de sobrevivência económica, “causada pela usura dos proprietários” que não receiam as consequências das convulsões sociais em Espanha.

“Há por este vasto Alentejo muitos e abastados lavradores dignos da mais extrema admiração e elogios e credores de amizade dos seus assalariados (...) Mas há outros e esses constituem infelizmente o maior número, esquecem e não lhes serve de exemplo o mal de que estão sofrendo os lavradores espanhóis, pela prática dos mesmos usos. (...) Despedem os seus trabalhadores logo que o mau tempo os impede de trabalhar na lavoura, pagam ridículos salários que descem muitas vezes, segundo a ocasião melhor ou pior para explorarem (...) são estes avarentos e maus portugueses, os principais causadores da fuga de humilde gente dos campos para o comunismo levados pela má conselheira fome que os agentes do

¹⁷⁷ IANTT. Ministério do Interior, Correspondência do Gabinete do Ministro. Mç. 483, Cx. 36

comunismo têm sabido aproveitar, e podendo ser uns óptimos auxiliares do Estado, da ordem pública e da questão social portuguesa são, ao contrário, dos seus piores inimigos.”¹⁷⁸

A partir de meados da década de 1930 o desemprego sazonal no Alentejo ameaçava estender-se ao ano inteiro, e as saídas tradicionais, como aos trabalhos na estrada e nas minas, estavam igualmente bloqueadas pela crise. Um indicador desta realidade era o recrudescimento dos actos de criminalidade colectiva, “em particular do roubo, com o consentimento implícito de todas as partes em presença, que não eram directamente prejudicadas, e com a impotência furiosa dos lavradores” (Pereira, 1983:144). Nos arquivos municipais de Barrancos consultámos os autos de transgressões entre 1934 e 1945 para tentarmos compreender os níveis de repressão e de intervenção da GNR na vida quotidiana dos barranquinhos. Os documentos consultados, embora construídos por pessoas vinculadas a instituições e organizações, reflectindo diversas narrativas, registando procedimentos, aplicando leis, justificando decisões, possuem uma multiplicidade de enunciados que podem ser interpretados no seu sentido e intencionalidade. Os autos analisados testemunham processos de repressão e coação social que dividimos em dois grupos: de transgressões ao Edital do Governo Civil de Beja de 14 de Fevereiro de 1932, e de transgressões ao Código de Posturas Municipais.

No primeiro grupo de penalizações são várias as multas aplicadas sobre um colectivo de indivíduos “a jogar ao chinquilha na via pública”, e “encontrados a cantar pelas ruas desta vila”.¹⁷⁹ Os “autos de transgressão” demonstram práticas quotidianas que infringiam as Posturas Municipais, incidindo sobre os donos de cabeças de gado abandonadas pelas ruas da vila, ou de cães não registados, sobre a pastagem de gado em terrenos alheios com bolota ou semeados, pequenos furtos, ou caça em propriedade privada. Em 1936 Dionísio Lopes, maioral, natural de Encinasola, pagou 17\$40 de multa por transitar com doze cabeças de gado pelas Russianas sem “licença” do

¹⁷⁸ IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.483, Cx. 36.

¹⁷⁹ Como os autos instaurados a Manuel Pelicano Portas, jornalista, solteiro, António dos Santos Varela, comerciante, solteiro, Manuel Cláudio, comerciante, solteiro, António Tereno Sequeira, ferrador, solteiro, Tomás Caeiro Tereno, continuo, solteiro, António Mendes, ferreiro, solteiro, André Marques Garcia, ferrador, solteiro, e António Mira, empregado do comércio, solteiro. Sobre estes jovens, possivelmente “Quintos” a festejarem o “ritual de passagem” (Van Gennep, 1909) da incorporação militar, recaiu a cada um a multa de sessenta escudos, por não terem “licença especial da autoridade administrativa para cantarem na via pública”, segundo o art.º 14º do Edital do Governo Civil de Beja AHMB, F/B, Pasta 1, Auto de Transgressão de 16/6/1935.

respectivo proprietário. No mesmo ano, desviar o regato do seu quintal sem autorização da Câmara Municipal representou para António Azevedo Monteiro uma multa de 25\$00.¹⁸⁰ Em 1945 Carlos Durão tinha 12 anos de idade e cuidava do gado caprino de seu pai, talhante de profissão. No dia 22 de Agosto apascentava trinta e duas cabeças de gado no Baldio da Torrita procurando melhor pasto em tempo de estio, quando foi surpreendido por uma patrulha da GNR composta pelos soldados António Trindade e João Vieira Vale-Côvo. Um pouco atemorizado respondeu prontamente à inquirição dos guardas, argumentando que estava de passagem e que o gado era pertença de seu pai, mas como não possuía a respectiva licença autuaram-no em 108\$00.¹⁸¹ O rol de transgressões também revela queixas entre vizinhos apresentadas directamente no posto da GNR, como o caso que envolveu cinco jovens e o queixoso Manuel da Silva, aguadeiro de 66 anos.¹⁸² Apesar de não ser possível confirmar o motivo para estes cinco jovens saltarem o muro da horta às três horas da madrugada, depois de termos conversado sobre o caso com alguns dos nossos informantes mais idosos, colocamos a hipótese de se encontrarem em fuga por motivos de contrabando.

As tabernas estavam sujeitas a redobrada vigilância, por constituírem espaços discursivos que era necessário vigiar e dominar, onde se ouvia rádio sigilosamente, a “Pirenaica”, conferindo ao espaço uma dimensão “sagrada” de resistência. Nestes “lugares de culto” que fomentavam a dissidência, havia liberdade para a “vida intelectual e para as experiências democráticas” (Thompson, cit. em Scott, 2003:178), e o “discurso oculto” emergia:

“Mas tinha de ser devagarinho, porque a Guarda andava sempre por aí e podia ouvir. (...) Mas aqui nunca ninguém foi preso, aqui era um povo pequeno e toda a gente tinha medo de falar, se falavam era assim de noite e logo contavam o que é que ouviam. Nos criámos sempre com medo, eu nem quero pensar nisso. (Manuel Cortegano)

¹⁸⁰ Idem. Auto de Transgressão de 14/2/1936.

¹⁸¹ Idem, Pasta 3. Auto de Transgressão de 22/8/1945

¹⁸² Segundo o auto de 1 de Julho, três dias após a ocorrência, Manuel apresentou queixa contra: António Péres Limpo, empregado de comércio, de 17 anos; Florêncio Comprido Ramos, trabalhador, de 24 anos; António Comprido Ramos, trabalhador de 15 anos; Sebastião Valério Varela, trabalhador de 16 anos, e Francisco dos Santos Bôça, sapateiro de 17 anos. Sobre eles pesou a acusação, de terem “saltado um muro de uma horta situada nos subúrbios desta vila, onde o queixoso tem diferentes plantas semeadas, sem que para isso tivessem licença”, e a multa de foi 14\$00. Auto de Transgressão de 1/7/1945.

Um medo que dominava o tecido social da sociedade portuguesa, um “medo difuso” que se encarnava em ocasiões concretas, no patrão ou nas instituições repressivas (Gil, 2004:117). Em Barrancos, a acção da GNR reforçava e corporizava o medo, fragilizando e submetendo a vontade dos homens a uma suposta “ordem pública”. Durante a II Guerra Mundial novas crises económicas impuseram o racionamento de géneros alimentícios e o “acionamento” da vida social, com a intransigência do recolher obrigatório às vinte e uma horas. Contudo, o horário de funcionamento dos cafés e tabernas podia ser alargado mediante um requerimento à Câmara Municipal, que por sua vez o remetia à aprovação do Governador Civil, contra o pagamento da respectiva licença.¹⁸³ Posteriormente, competia à GNR zelar pelo cumprimento das licenças, instigada pelas autoridades municipais, obrigando a uma intervenção exemplar sobre os proprietários identificados sem licenciamento.¹⁸⁴ Mas o verdadeiro receio do poder dominante era não conseguir controlar e vigiar o discurso contra-hegemónico, produzido num espaço que representava uma espécie de “assembleia local de subordinados” (Scott, 2003:179). Na sequência da pressão sistemática exercida pelas autoridades municipais, uma patrulha da GNR composta pelo 2º cabo José Capuchinho e pelos soldados António Luís e Custódio Santana realizou uma ronda pela vila autuando os proprietários de nove estabelecimentos, no tempo recorde de vinte e cinco minutos, entre as 21.25h e as 21.50h.¹⁸⁵ Para preservar e defender estes lugares, das sucessivas intromissões do poder dominante e seus informadores, era necessária a solidariedade entre os grupos subordinados.

¹⁸³ Assim foi o procedimento adoptado em Fevereiro de 1940 pelos proprietários de cafés: António Fernandes Nunes, Francisco Rodrigues Pinto, João Paes Bergano, José Pão-Duro Gabriel Júnior e Sebastião Pica Mendes, pagando a importância de 15\$80. AHMB, Registo de Correspondência Expedida. C/B, Lv. 21. Envio de cinco requerimentos para serem concedidas licenças, enviados pelo Presidente da Câmara ao Governador Civil, 22/2/1940.

¹⁸⁴ Idem. Carta do presidente interino da Câmara ao comandante do posto da GNR “pedindo para providenciar que José Ramos Escoval, com estabelecimento aberto na Rua 28 de Maio, não tenha a porta do referido estabelecimento aberta, pois não possui a competente licença.”1/6/1939.

¹⁸⁵ Nos autos ficou inscrito a infracção ao art.º 2º e 4º do Edital do Governo Civil de Beja de 14 de Fevereiro de 1932. Os visados foram: Francisco Pão-Duro Mendes, com estabelecimento na rua de S. Sebastião; João Bossa Ramos com estabelecimento no Largo de S. Sebastião; Francisco José Gonçalves e Tomaz Caeiro Tereno com estabelecimentos na Rua 28 de Maio; Eugénio Abade Fernandes e Sebastião Pica Mendes com estabelecimentos no Largo de Montes Claros; António Paes Bergano com estabelecimento na Rua de Montes Claros, e José Fernandes Nunes e Manuel Coelho Ramos, ambos com estabelecimentos na Rua da Estrada. À multa de trinta e seis escudos foram acrescidas vinte e cinco por cento para o Estado e mais dez por cento para o Albergue Distrital, totalizando a importância de 48\$60. AHMB, F/B, Pasta 2, Auto de Transgressão de 4/12/1942.

O maior número de autos de transgressão resultam da denúncia de pequenos furtos de azeitona, bolota, favas ou trigo, apanha de ervas, corte de pernadas de azinheiras ou caça em terrenos alheios, como práticas de resistência quotidiana, ou “a arma dos fracos” (Scott, 1985). Uma das infracções refere-se à caça de uma lebre em propriedade alheia, que veio a reverter para a União de Caridade das Senhoras de Barrancos. As licenças para porte de armas passavam pela aprovação do Presidente da Câmara, antes do requerimento formal ao Governo Civil, mas a caça não representava apenas uma actividade desportiva, era também uma alternativa de sobrevivência para os mais desfavorecidos. Em Baleizão, a caça colectiva às perdizes, em 1955, representou um exemplo de resistência por parte dos trabalhadores rurais desempregados, “alguém disse que, se não havia trabalho, vamos todos apanhar perdizes para comermos e dar de comer às nossas famílias” (Afonso, cit. em Fernandes, 2006:78). Pacheco Pereira (1983) fala-nos de como os roubos colectivos em tempo de crise representavam uma forma de luta dos trabalhadores rurais alentejanos ameaçando publicamente “que se não lhes fosse dado emprego assaltariam uma coutada, caçariam ilegalmente, ou, pura e simplesmente, iriam roubar um porco gordo a um lavrador” (1983:144). Mas em Barrancos o controlo sobre a caça, nas coutadas das grandes herdades, era complementado pela vigilância da Guarda Florestal, formalmente pertencente à Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

Em 1935 existiam três guardas florestais: António Navarro Maleno, na herdade da Coitadinha; José Serralho Fernandes, na herdade das Russianas e Marcelo Pão-Duro Rodrigues, nas herdades das Mercês e Butefa, cuja subordinação aos patrões impedia o conhecimento e o reconhecimento dos seus direitos como funcionários públicos. José Serralho Fernandes trabalhou vários anos como “criado grave” (criado de casa) da família Fialho, *a fazer o que lhe mandassem fazer aqui em casa, aos mandados, se tinham cavalos limpar cavalos, limpar cabanas ou ir para aqui ou para ali com eles* (Francisca). Posteriormente, foi colocado como guarda-florestal na herdade das Russianas, mas as palavras indignadas da sua nora: *devia ter saído com uma boa reforma, mas ele não, era pago por eles, e saiu sem reforma* (Francisca Agudo), manifestam um sentimento de injustiça e de impotência.

A caça representava um privilégio dos proprietários para amigos e convidados, como actividade lúdica e instrumento de poder no quadro das relações sociais entre as elites políticas portuguesas e espanholas. António Vasquez Garcia geria com primazia

um amplo grupo de amigos políticos e empresários que usufruíam dos prazeres de uma “boa caçada”, reforçando laços de convivência política e afinidades num espaço de diversão aparentemente informal:

O meu pai tinha um grupo de caça chamado “os oito amigos”, quase todos de Lisboa, era o Dr. Sacadura Mota, era o Pereira Bastos, era o meu tio Sebastião Ramírez, e a nível de caça começou a criar fama esse grupo. O rei (Juan de Bourbon) manifestou interesse pelo grupo ao Nicolau Franco, e este apresentou-o ao meu pai. (...) E ficaram muito amigos. Como ele não podia entrar em Espanha, um dia, quando estavam a caçar às perdizes, muito próximo da fronteira, o meu pai começou a conversar com ele e sem ele dar por isso foi encaminhando-o, até lhe perguntar se sabia onde estava, ele respondeu: “Estou em Portugal, na sua herdade! – Não, está em Espanha!”- e o rei começou a chorar. (Frederico Garcia)¹⁸⁶

O acesso à caça nas propriedades do patrão estava interdita aos trabalhadores. A caça representava um bem acrescido e a sua prática constituía uma infracção tão grave como um furto de cereais, ou de lenha. Neste contexto é paradigmática a experiência de Adolfo, trabalhador rural na herdade da Butefa cujo cão todos os dias lhe colocava aos pés dois a três coelhos. Esta particularidade do canídeo embarçava Adolfo perante o encarregado de cortes e a quadrilha da Amareleja, que comentavam com admiração a perícia do caçador. Passados alguns dias o assunto chegou ao conhecimento de António Vasquez, que inicialmente duvidou da proeza do animal, mas quando convencido proferiu a ordem, como recorda Adolfo:

Passados dois ou três dias o encarregado que era o Serafim veio dizer-me: “Sabes o que disse o patrão? Que tens de vender o cão!” - “Eu não vendo o cão!” - “Então vais ter mal resultados. Já disseram a ele que o cão apanha dois coelhos por dia.” Capricho por capricho não vendi o cão, e um dia aparece-me ele lá: “Mira lo que te dijo, me tienes que vender el perro!” E eu disse-lhe: “Mas ouça senhor Garcia, o cão é meu e não o vendo, porque não quero!”- Então ele diz-me que se não vendo o cão não vou trabalhar para a Butefa, (...) e então mandou-me ir trabalhar para as Mercês, e eu fui trabalhar para as Mercês. Mas há uma serra ali e o cão se enfiava no mato e era raro o

¹⁸⁶ Frederico Ramires Garcia (Barrancos, 1935), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 28/9/2007.

dia em que não trazia dois coelhos aonde eu estivesse trabalhando (ri-se). Mas não lhe vendi o cão. (Adolfo)¹⁸⁷

Para Afonso, este caso narrado num tom jocoso, contribuiu para preservar na memória a sua resistência no confronto directo com o patrão, apesar de reforçar o poder do patrão quando este tem a habilidade em partilhar os suprimentos dos seus bens (Wolf, 1966). Nestas situações os subordinados transformam muitas vezes o poder em carisma, criando uma conexão entre o valor simbólico de indivíduos e a relação que estes mantêm com os “centros” da ordem social (Geertz, 2004:184), transfigurando as relações de dominação e de submissão em relações afectivas (Bourdieu, 2001^a:130).

Como patrão era bom para alguém, para outros não era, todos eles tinham a mesma qualidade, só tinha uma coisa boa, ainda ontem o disse na minha casa. Você chegava ao pé dele: ‘Senhor Garcia fazia-me falta dois contos de reis! Toma lá e pagas quando possas!’ Mas se não tinha dizia logo: ‘Não tenho nem um tostão!’ E se ele dissesse isso podia acreditar. Era o homem que mandava aqui em Barrancos e em Encinasola, era justo, mas tanto era para o bom como era para o mau. Quando podia, podia, quando não podia, não podia, e morreu sozinho no hospital. Logo veio a decadência, mas ele foi rico, mas rico, e era muito desenrascado. Os outros, os Fialhos, podiam ter o mesmo que ele, mas eram outra coisa. Ele era outra coisa como pessoa, se tinha que fazer, fazia mesmo, mais nada. Estes eram uns ricos muito ricos que ainda têm a propriedade, e tinham um capataz, tinham um feitor, tinham o outro, e você pedia-lhe uma coisa a ele, logo tinha que ir pedir ao primeiro encarregado, logo tinha que estar com o secretário e logo acabava por estar com o que ganhava só ao dia, e já lhe dizia que não, e ele ficava todo bem e aquele é que ficava mal. Não pode ser. E ele (António Vasquez) não, ou sim ou não. (Adolfo)

Para Bourdieu (1994) a “violência simbólica” está presente nas relações de dominação que não pressupõem a coerção física sobre os indivíduos. Como um tipo de “violência” que extorpe submissões que podem não ser percebidas como tal, pelo facto de se apoiarem em “expectativas colectivas” socialmente inculcadas (Bourdieu, 2001^a:130). A raiz da “violência simbólica” fundamenta-se no reconhecimento tácito da autoridade exercida por determinados indivíduos, ou grupos dominantes. Como nos diz

¹⁸⁷ Adolfo, pseudónimo escolhido pelo próprio (Barrancos, 1921 – Beja, 2009), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 10/6/2008.

Godelier (2004) o ponto mais forte da dominação não é a força física, mas o consentimento dos dominados sobre a sua dominação, remetendo-nos para a questão da legitimidade (2004:112). A nível local os proprietários rurais dominavam o “centro”, lugar onde se fundem as ideias dominantes com as instituições (Geertz, 2004:184), interligando autoridades militares e religiosas e “pessoas de confiança”, numa complexa rede de múltiplos poderes que regulava a vida social de todos os membros da sociedade. Quando Maria Bárbara Rato recorda esse tempo passado, com base nos valores e conhecimentos do presente, este configura-se-lhe como um país estrangeiro (Lowenthal, 1985), quase inexplicável: *Nesse tempo a gente até tinha medo de falar, não se atrevia a falar com ninguém, era tudo...*

4.3. A polícia política, e a dominação pelo medo

Salazar construiu um discurso de legitimação da polícia política firmado na “defesa da ordem”, como instrumento de contenção não apenas dos opositores políticos “mas de todo um *status quo*” (Wheeler, cit. em Ribeiro, 1995:197). Como “sistema de poder” a polícia política representou um ramo executivo do próprio ditador, através do qual todas as ordens eram transmitidas a uma rede de agentes e colaboradores, que ocupavam diferentes posições no “espaço social” (Bourdieu, 2001^a:7). A polícia política construiu a imagem do “outro” (opositor político), percepcionado como “inimigo suspeito”, ou “inimigo objectivo” (Arendt, 1978:528) do regime, subjugando as mentalidades à “cultura do medo” (Gil, 2004). O medo alastrou gradualmente, minou instituições e dominou todas as áreas da vida social. Um medo difuso, sem objecto preciso (excepto para a “Oposição”) impregnou o espaço social, “invadindo os corpos e os espíritos sem que os indivíduos se apercebessem disso” (Gil, 2004:117).

Com a implantação da II República espanhola e o apoio do governo republicano aos exilados políticos portugueses, Salazar estabeleceu como prioridade a reorganização dos serviços de segurança nacional, centralizando-os na tutela do Ministério do Interior. Neste contexto insere-se a reestruturação da Polícia Internacional Portuguesa (PIP), dirigida pelo capitão Agostinho Lourenço, formalmente subordinado ao ministro. Todavia, despachava semanalmente com o

Presidente do Conselho, submetendo à sua consideração as decisões mais importantes, como o destino dos “agitadores políticos”, ou dos refugiados republicanos, “comprovando a intervenção pessoal de Salazar na definição das orientações de actuação da polícia política, de que é o criador” (Ribeiro, 1995:188). Neste sentido a polícia política não deve ser considerada como “um Estado dentro de um Estado” (Arendt, 1978:530), mas como instrumento repressivo ao serviço do poder dominante.

A insuficiência de meios logísticos e humanos da PIP exigiu a colaboração das autoridades civis e militares, repartições públicas e representantes diplomáticos, criando a nível internacional uma estreita ligação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, e a nível regional e local aos governadores civis, administradores dos concelhos¹⁸⁸ e comissários da polícia, “apertando a malha repressiva” (Ribeiro, 1995:61). Em Agosto de 1933 foi criada a PVDE, composta pela Secção de Vigilância Política e Social, compreendendo um serviço de investigação, e pela Secção Internacional, da qual dependiam directamente os postos e o controle sobre estrangeiros. Na sequência da reestruturação o Director da PVDE informa os administradores dos concelhos dos objectivos da Secção Política e Social, solicitando a cooperação “de molde a garantir a tranquilidade pública, e informar o Governo das tentativas de alteração da Ordem.” Pretende-se sensibilizar o poder local para as vantagens de uma rede de informações a nível nacional com os seguintes requisitos:

“Este serviço, uma vez estabelecido, permitirá, a esta Repartição, a elaboração de um Boletim Informativo sobre a situação político-social do País e do País vizinho que neste momento, dado o carácter dos movimentos que nele se esboçam, muito nos interessa pelas afinidades e relações que existem, entre os organismos e agitadores internacionais com idênticos organismos e agitadores nacionais”.¹⁸⁹

¹⁸⁸ O cargo de administrador do concelho foi criado pelo decreto de 18 de Julho de 1835 e apesar de ser nomeado pelo Governo estava directamente dependente do Governador Civil. As suas competências eram executivas e deviam pôr em prática as ordens emanadas do Governador Civil, actuando a nível da superintendência da acção policial, da fiscalização das contribuições, das escolas e da saúde, do registo civil e do recrutamento militar. A Lei de 20 de Outubro de 1840 e o Código Administrativo de 1842 reforçaram a autoridade do administrador do concelho. Com o decreto nº 14812, de 31 de Dezembro de 1927, é integrado na Comissão Executiva da Câmara Municipal, da qual é presidente.

¹⁸⁹ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, P/A, Pasta nº 2, Circular da PVDE, 4 de Agosto de 1933.

As funções e poderes da PVDE, juridicamente definidos nos primeiros anos da institucionalização do Estado Novo, permaneceram inalteráveis ao longo do tempo, independentemente das modificações estrategicamente adaptadas às conjunturas políticas internas e externas. A legislação criada em 1945 inscreve-se na adequação conjuntural do pós-guerra, “legalizando” aquela que havia sido a prática sistemática e ilegal da PVDE, “relativamente à detenção por tempo indeterminado, sem pena, ou para além desta” dos presos políticos (Pimentel, 2007:33). Ao definir-se em 1933 como polícia política, a PVDE coloca o “perigo vermelho” no centro das preocupações (Ribeiro 1995:80). No relatório de 1932/1938 podemos ver como o grafismo dos mapas transfigura a propagação do “perigo vermelho” em figuras e símbolos demoníacos, e como o texto enaltece a “cruzada” da PVDE no desmantelamento e erradicação das “organizações comunistas” portuguesas.

“Em Julho de 1936 surge a guerra de Espanha. (...) Conhecia esta polícia, com bastante minúcia, a organização revolucionária espanhola de carácter extremista e os seus meios de acção, como também era do seu conhecimento a preparação que elementos das ‘direitas’ com o apoio de grande parte do Exército fariam para um movimento ‘nacionalista’. Sabia-se também das ligações estabelecidas entre revolucionários portugueses, de diversas ideologias políticas, com os seus afins espanhóis. (...) Não afrouxou porém a actividade dos elementos simpatizantes com os vulgarmente chamados ‘vermelhos espanhóis’. Todos foram postos em acção, desde a imprensa clandestina até aos atentados. (...) que em fins de 1938 se poderia considerar terminada com o aniquilamento de toda a imprensa clandestina, prisão de orientadores, apreensão de material de guerra, explosivos, etc.”¹⁹⁰

O processo de reestruturação ampliou a rede de delegações, postos e subpostos, assim como o aumento dos quadros dirigentes e agentes. Entre 1931 e 1936 na linha de fronteira entre Marvão e Vila Verde de Ficalho foram criados oito postos fronteiriços, e entre 1933 e 1936 o número de dirigentes e agentes quase triplicou. Os novos dirigentes foram seleccionados pelo Director da PVDE junto de oficiais do Exército da sua confiança, pertencentes à PSP. A falta de meios justificou a inexistência de postos e delegações em todo o Alentejo, excepto nas zonas fronteiriças, mas nas localidades onde estas não existiam eram delegadas funções nos administradores dos concelhos, nomeados pelo Governador

¹⁹⁰ IANTT, Arquivo PIDE/DGS, relatório PVDE 1932/1938, NT 9258, pp.9-10.

Civil.¹⁹¹ Em 1932 o Governador Civil de Beja pedia a criação de uma secção com sede em Beja ou Évora, “chefiada por um oficial hábil e competente (...) para combater as organizações comunistas formadas, ou que se pretendam formar”. Ao não ver concretizado o seu pedido, em 1935 insiste na necessidade de um posto em Beja, “para informação de actividades dissolventes no distrito” (Ribeiro, 1995:128). No “combate ao comunismo” os governadores civis mostraram-se mais radicais do que a própria PVDE, pressionando para se conservar todos os “suspeitos” em prisão preventiva, ou incitando a detenções, mesmo “sem provas suficientes para levar a Tribunal” (1995:244). A intervenção no terreno surgia na sequência de denúncias de outras forças da ordem, das autoridades locais ou dos próprios cidadãos, justificando a deslocação de agentes que posteriormente elaboravam relatórios sobre o decurso das suas diligências. Em 1936 multiplicam-se os pedidos para o envio de agentes em diligência, num “crescendo de exaltação ideológica e fervor militante” (1995:128).

As primeiras informações sobre a presença da PVDE em Barrancos estão documentadas num relatório de 1933, enviado pelo Agente X ao Director.¹⁹² A sua missão consistiu em “averiguar da existência ali de qualquer foco de propaganda extremista, ou ainda da existência de quaisquer agentes propagandistas daquelas ideias”.¹⁹³ Segundo o relatório, era do conhecimento geral das autoridades a vinda de espanhóis a Barrancos para comprarem café, passando-o de contrabando para Espanha, mas a preocupação da PVDE centrava-se na suspeita deste sistema de trocas comerciais fomentar a troca de ideias, temendo que a distribuição de jornais e panfletos “extremistas espanhóis, proporcionassem a propaganda naquela Vila”. Para atingir os seus objectivos o agente reuniu-se primeiramente com o Administrador do Concelho, sobre o qual teceu as melhores considerações:

¹⁹¹ Independentemente do decreto nº 14812, de 31 de Dezembro de 1927 estabelecer a integração do Administrador do Concelho na presidência da Comissão Executiva da Câmara Municipal, em Barrancos o Administrador do Concelho não assumiu a presidência, como no caso de Manuel António Monteiro (1932/1935) e Sebastião Barroso (1935/1937), que apenas foram vogais da Comissão Administrativa de Barrancos.

¹⁹² A designação de “Agente X” figura no final do documento substituindo a verdadeira identificação.

¹⁹³ IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.458 (pt.3/8), Confidencial 24/933, 14/01/1933.

“ O Administrador do Concelho, por quem todo o povo da Vila tem grande respeito, foi duma dedicação inextinguível para comigo e mostrou-se muito grato à Direcção da Polícia Internacional, por ter enviado a Barrancos um funcionário encarregado das diligências que eu ali fui efectuar”.¹⁹⁴

O Administrador do Concelho¹⁹⁵ manifestou a melhor cooperação descrevendo a realidade política local e o comportamento de indivíduos, suspeitos de alimentarem ideias contrárias à nova ordem social. Com estas informações o agente organizou duas listas de “eventuais suspeitos”; a dos comerciantes de café e a dos taberneiros, chamando à administração do concelho os presumíveis transgressores.

Comerciantes de café	Taberneiros
António Rodrigues Charrama	Luís Lopes
António Fernandes Pelicano	António Fernandes Nunes
José da Costa Júnior	José Manuel Escoval
Domingos Elias Garcia	Francisco Gonçalves Branquinho
Pelicano & Cláudio	Maria Fernandes Pelicano
António Santinho Dourado	Eugénio Abade Pelicano
António Marques Escoval	António Oliveira
-	André Montes
-	Silvestre Abade Guerreiro

Fonte: Relatório do Agente X, p. III (Anexos, Cap.4)

O primeiro grupo (composto por comerciantes fornecedores de café aos espanhóis) foi “avisado” a informar os espanhóis para não transportarem qualquer tipo de “propaganda extremista”, se quisessem continuar a manter o negócio, Os proprietários das tabernas foram “avisados” a não consentirem discussões de carácter político ou social nos seus estabelecimentos, sob pena de estes serem encerrados. Passados alguns dias o agente deslocou-se à fronteira, com o propósito de ir ao encontro de espanhóis que vinham a Barrancos comprar café, “avisando-os” que não lhes seria

¹⁹⁴ Excerto do relatório. IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.458 (pt.3/8). Confidencial 24/933, 14/01/1933, p. II.

¹⁹⁵ Manuel António Monteiro foi nomeado Administrador do Concelho de Barrancos pelo Governador Civil de Beja, capitão José Rodrigues da Silva Mendes, a 18 de Março de 1932. Em 1935 será substituído por Sebastião Macias Barroso, nomeado a 22 de Novembro, e exonerado a 17 de Julho de 1937. AHMB, C/D - Correspondência/Governador Civil, Pasta nº 40 (1934/1938).

consentido entrar em Portugal “se naquela Vila aparecessem jornais ou panfletos, de carácter extremista”, concluindo no seu relatório:

“Resumiu-se nestas três diligências a minha estadia em Barrancos, tendo podido observar que as pessoas de importância que aqui vivem são absolutamente simpatizantes com a actual Situação. A outra parte – os rurais -, são homens a quem a política não interessa e que só o trabalho os preocupa. São pessoas de boa índole, e a quem a minha presença naqueles sítios encheu de pavor devido ao facto de, naquela vila, não se ter dado qualquer acontecimento que necessitasse a presença ali dum agente de autoridade, ido de Lisboa.”¹⁹⁶

Em *Crónicas de ver Alentejo* (1992), João Honrado dedica uma página à resistência antifascista em Barrancos, louvando o apoio aos refugiados republicanos pelos barranquinhos, “que não eram políticos”, e a “resistência contra a aliança das forças salazaristas e franquistas” protagonizada por alguns, poucos, que “perfilavam atitudes políticas” (Honrado, 1992:9). Os nomes de Pepe Gomes, Francisco Marina, Manuel Alcario, entre outros, são frequentemente citados, sempre que falamos de resistência política. Manuel Alcario era proprietário de uma barbearia na Travessa de Cuba, e “ aí falava aos democratas de Barrancos. E era ouvido” (Honrado, 1992:9). Quem o conheceu preserva a memória de um auto-didacta, inconformado com as desigualdades e as injustiças sociais, com outra “visão do mundo”, num tempo em que “professar ideias dissolventes” transformava cidadãos em “inimigos” do regime. Mas houve outros, como Manuel Pica Garcia, trabalhador rural, algumas vezes chamado ao posto da GNR para interrogatórios, sem que sobre ele recaísse alguma acusação. Como “inimigo suspeito” ou “inimigo objectivo”, e independentemente de demonstrarem, ou não, o desejo de derrubar o regime, estes homens representavam ser “portadores de tendências” como se fossem portadores de uma doença (Arendt, 1978:528), atestada no relatório do Agente X:

“Chamei ainda à administração, um barbeiro de nome Manuel Alcario, que é socialista, ou, pelo menos diz que o é e avisei-o de que, se na sua loja se desse qualquer discussão de carácter político ou social, o estabelecimento seria encerrado e ele enviado preso para Lisboa. Efectuei esta diligência por indicação do Administrador do Concelho, pois aquele indivíduo tem a mania de discutir política com toda a gente, não

¹⁹⁶ IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.458 (pt.3/8). Confidencial 24/933, 14/01/1933, p. II.

obstante ser uma pessoa quase inculta. Prometeu-me não se importar mais com a política e que lia apenas um jornal republicano, intitulado *Democracia do Sul*.”¹⁹⁷

Manuel Gomes Alcario (1900-1962) nasceu em Barrancos, casou aos vinte e nove anos com Maria Tereno Barrocal e tiveram três filhos, um já falecido e duas filhas que vivem nos arredores de Lisboa. A habitação onde funcionou a barbearia é propriedade das duas irmãs, mas também é um “lugar de memória” para os mais idosos. A Casa da Boavista, onde viveu o filho José é hoje uma habitação convertida em residencial, e no pátio, resistindo às intempéries climatéricas, permanece abandonada uma cadeira do barbeiro. António José, neto de Manuel Alcario, e proprietário da residencial, mantém a cadeira da barbearia do avô com a intenção de a mandar restaurar um dia, talvez influenciado pelas memórias de resistência dos mais idosos.

Havia pessoas, que diziam nessa altura que eram do Partido Comunista, e eu conheci muitas, mas aqui não conseguiam vingar (...) Eram já pessoas de idade, eram cinco ou seis. Pessoas de idade que sempre tiveram aquelas ideias diferentes, e eram conhecidos... Muitos convivi com eles, inclusivamente lia livros que eles tinham... Não eram filiados em Partido Comunista nenhum, eram abertos, eram aquelas pessoas que viam o mundo de uma forma diferente. (...) Acreditavam que não devia haver ricos tão ricos, e pobres tão pobres. (Clemente Marques)¹⁹⁸

Eram pessoas que já faleceram, o tio Pepe Gomes, o tio Mateus Mendes Pica, havia um tio Francisco Marina que era muito coiso, eu me lembro dele, era ganadeiro nas Russianas e tinha folhetos, daqueles que vinham clandestinos, faleceu antes do 25 de Abril. (...) Houve pessoas aqui com olho sempre em cima, presos não, mas sempre na mira, naquela altura não havia esse recurso de falar. (...) O barbeiro Alcario chegou a ter grandes problemas, foi preso pela PVDE, mas foi aqui. (Domingos Caiadas)¹⁹⁹

¹⁹⁷ IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.458 (pt.3/8). Confidencial 24/933, 14/01/1933, pp. III-IV.

¹⁹⁸ Clemente Pires Marques (Barrancos, 1927), entrevista realizada na sua casa em Barrancos, a 23/1/2008.

¹⁹⁹ Domingos Burgos Caiadas (Barrancos, 1929), entrevista realizada na sua casa em Barrancos, a 29/1/2008.

Em Agosto de 1936 o tenente Joaquim Duarte Gonçalves da Silveira, da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Beja, deslocou-se a Barrancos na sequência do telegrama enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil, alertando sobre o avanço dos “comunistas” para Encinasola. Mas para além dos motivos da sua deslocação o tenente da PSP realizou, por iniciativa própria, uma busca domiciliária ao estabelecimento de Manuel Alcario, barbeiro de 36 anos. Na rusga vasculharam a casa de habitação e nem o berço da criança escapou ao “sórdido ofício da repressão salazarista” (Honrado, 2008:43). Na parede da barbearia, um quadro que tinha por legenda: “a cada uno su ofício”, também foi revolteado, e após virarem armários e remexerem gavetas os agentes da PSP encontraram dois jornais *Extremadura Roja* de Badajoz, o jornal *Campo Libre* de Badajoz, um panfleto comunista espanhol “Arriba Campesino” de Crescenciano Bilbao, três jornais *Heraldo de Madrid*, dois exemplares antigos da *República Social* e alguns impressos, assim como propostas e circulares do antigo Partido Socialista. Sujeito a interrogatório Manuel Alcario declarou que os exemplares espanhóis eram deixados no seu estabelecimento por um tal José Carneiro Marro de nacionalidade espanhola, e que “não professava ideias dissolventes”, sendo até tesoureiro da Casa do Povo. No ofício enviado ao Director da PVDE, o tenente Silveira informa: “as pessoas mais categorizadas do meio procuraram-me, abonando-lhe o comportamento e prometendo informarem-me de qualquer mau procedimento que o mesmo possa vir a ter.”²⁰⁰ As “pessoas mais categorizadas” demonstraram perante o poder central saber resolver os seus problemas, dentro dos seus próprios termos, regidos por uma autonomia legal e moral caracterizadora da dominação patriarcal, que Weber designou por “dominação tradicional”. Neste sistema João Honrado (1992) evoca a intervenção do Cónego Almeida, frequentemente recordado pela sua generosidade:

“Cónego Almeida subia e descia, cansando os pulmões doentes. Dava uma volta curtinha e entrava na barbearia de Manuel Alcario. Trazia o conselho (católico), murmurando, por entre ensaboadelas de barba, para haver prudência com os papéis e a língua. Mestre Alcario era *comunista* ou *socialista* (no falar barranquenho), no tempo em que a acção antifascista confundia uns e outros no mesmo propósito. (Honrado, 1992:9)

A presença da PVDE em Barrancos adquire novos contornos após o primeiro fluxo de refugiados provenientes de Encinasola, quando o Administrador do Concelho

²⁰⁰ IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.480 (pt.6/4), ofício 55-C do Comandante da PSP de Beja ao Director da PVDE.

atemorizado pelos desenrolar dos acontecimentos em Espanha solicita ao Governador Civil de Beja reforços militares para a fronteira.²⁰¹ A Brigada Móvel (A) permaneceu em Barrancos entre 12 de Agosto e 24 de Setembro de 1936, e era dirigida pelo agente Júlio Lourenço Crespo (Chefe de Brigada). Segundo Gentil de Valadares, filho do tenente Seixas, o chefe da Brigada estava acompanhado por um motorista de nome Saturnino com o qual manteve uma relação mais próxima. Na nossa primeira conversa em 2004 comentou: *o Saturnino era um bom homem, para mim claro. Mas era um mau homem...* O que lhe provocava algum constrangimento, tantos anos passados. Sobretudo por reconhecer que o homem falador e amigoso era o mesmo que transportava os prisioneiros espanhóis até à fronteira e os entregava aos falangistas. Quando escreveu as suas memórias, em 1983, Gentil de Valadares reconstruiu o quadro dessas relações apoiado no passado vivido, com a ajuda de dados emprestados ao presente da rememoração:

“O seu motorista, Sr. Saturnino, com quem eu conversava muito, é que gostava do convívio, e também dos copos... Bebia-lhe bem. E era dado à paródia. Alegre e reinadio, galhofava com todo o mundo, mas com linha, de modo a fazer amigos. (...) O Crespo e o Saturnino deviam ter a mesma idade. À volta dos cinquenta anos. Ambos eram robustos. O Saturnino mais alto. Coisa de um palmo. E mais encorpado... (...) Mas eu jogava à defesa... Não esquecia, nem um só instante, que ele era da polícia, a colaborar com os da PIDE... Mentalmente me alertava para uma tal evidência: Daqui não levas nada!” (Simões, 2007:83-84)

Durante a permanência em Barrancos os agentes da PVDE ficaram alojados provisoriamente no posto da GF, utilizando a cadeia municipal como local de detenção temporária. Numa das suas cartas manuscritas o Chefe da Brigada solicita a autorização do Administrador do Concelho para “o súbdito espanhol Juan Fernández Romero, detido pela brigada que dirijo, dê entrada na cadeia dessa Administração, onde ficará às ordens desta polícia até que o Exmo. Director determine qual o destino a dar-lhe.”²⁰² O destino dos prisioneiros espanhóis era a extradição, a entrega na fronteira às autoridades nacionalistas ou aos seus verdugos, os falangistas. Para os agentes da PVDE era apenas uma questão de rotina nos procedimentos, segundo a lógica de eliminação do “inimigo objectivo” (Arendt, 1978), mas para os barranquinhos que viviam na vila, a chegada do

²⁰¹ IANTT, Ministério do Interior, Correspondência do Gabinete do Ministro, Mç. 481, Cx. 34.

²⁰² AHMB, Correspondência ao Administrador do Concelho, Pasta nº 6, Cota 01, carta de 25/8/1936.

camião pela calada da noite, rompendo abruptamente o silêncio da Praça gerava um sentimento de medo.

E logo àquele sítio onde estavam vinha um camião fechado, verde, todo fechado, só com uma janelinha em cima, encostavam à porta da casa e metiam os presos dentro e os entregavam para serem fuzilados, já sabiam que estavam condenados à morte.
(Maria dos Remédios Ramos)

Juntavam quarenta ou cinquenta homens num camião e a gente não sabia para onde eles iam. Passavam aí por certas fronteiras e os entregavam para Espanha, aos que entregavam os matavam. (António Caeiro)

A Brigada Móvel da PVDE, em estreita colaboração com outras corporações, “designadamente no que concerne às fronteiras com a GF, mas também com a PSP e com a GNR” (Ribeiro 1995:90) procedeu a diversas capturas, detenções, entregas e expulsões de cidadãos espanhóis.²⁰³ Neste contexto o repatriamento dos refugiados republicanos concentrados nas herdades da Coitadinha e das Russianas para Tarragona, representou uma exceção, devido a um conjunto de circunstâncias que analisaremos detalhadamente no próximo capítulo deste trabalho. Na sequência da decisão de Salazar sobre o destino deste grupo de pessoas, o capitão Agostinho Lourenço ordenou a retirada da Brigada Móvel, ficando as restantes corporações no terreno incumbidas da detenção de refugiados republicanos e da sua entrega no posto da PVDE de Moura. Mas a proximidade da fronteira e o apertado controle sobre estrangeiros exigiu que Barrancos figurasse no mapa logístico da PVDE.

²⁰³ IANTT, Ordens de Serviço da PVDE, Ordem de Serviço n.º 222, Lisboa 9 de Agosto de 1936. Entregas: Que em 13 do corrente, foi entregue no Posto de Moura, pela G.F. de Barrancos, o súbdito espanhol Emílio Garcia Prado. Ordem de serviço n.º 229, Lisboa 16 de Agosto de 1936, Captura: Que por interessar a esta Policia, se proceda à captura, onde for encontrado, do súbdito espanhol Alfonso Navalon Peral. Este indivíduo é agente da Policia espanhola, conserva em seu poder o crachá e a pistola, é filiado no partido marxista. Segundo consta encontra-se em Portugal. Ordem de Serviço n.º 248, Lisboa 4 de Setembro de 1936, Expulsões: Que em 5 do corrente foram expulsos sumariamente do País pela fronteira de Barrancos, os súbditos espanhóis Demétrio González Rodríguez, Francisco Ollera Rodríguez e Juan Antonio Rodríguez Capilla, ficando-lhes interdita a entrada no País.

Movimento de Passageiros no Distrito de Beja (totais)						Maior fluxo de entradas de estrangeiros
Ano	Postos	Entradas		Saídas		
1936		Nac.	Est.	Nac.	Est.	
	Campo Maior	7	-	16	1	7 (Julho)
	Elvas	1.046	2.204	840	2.264	(1.020 (Abril))
	Mourão	37	78	34	105	-
	Moura	24	72	19	93	27 (Julho)
	Barrancos	-	-	-	-	-
	Ficalho	360	1.203	297	1.046	388 (Abril)
1937	Campo Maior	1	-	-	-	-
	Elvas-Estação	252	411	173	634	(510 (Setembro))
	Mourão	14	6	15	17	2 (Março e Abril)
	Moura	-	-	-	-	-
	Sobral D'Adiça	2	27	5	29	5 (Fevereiro)
	Barrancos	59	84	55	82	20 (Agosto)
	Ficalho	229	669	239	672	209 (Agosto)
1938	Campo Maior	-	-	-	-	-
	Elvas-Estação	151	333	94	397	150 (Janeiro)
	Mourão	-	-	-	-	-
	Moura	-	-	-	-	-
	Sobral D'Adiça	19	1	-	4	-
	Barrancos	-	-	-	-	-
	Ficalho	?	?	?	?	?

Fonte: Relatório da PVDE (1932-1938)²⁰⁴

A primeira documentação sobre a existência e funcionamento do posto da PVDE data de 1938, embora o quadro acima registre em 1937 a actividade desta polícia relativamente ao movimento de passageiros na fronteira. O maior fluxo de estrangeiros durante o mês de Agosto relaciona-se com a visita de autoridades espanholas durante a *Fêra*, para além dos respectivos toureiros contratados em Espanha. Segundo o mapa não foi registado nenhum fluxo durante o ano de 1936, apesar da presença da Brigada Móvel da PVDE, e das Ordens de Serviço (1936/1938) fazerem referência a inúmeros casos de extradição de cidadãos espanhóis.²⁰⁵ Desta realidade depreendemos que o êxodo de refugiados espanhóis nunca foi registado pela PVDE, questão que podemos generalizar para os restantes dados deste relatório, no que concerne ao movimento de estrangeiros em todos os postos fronteiriços. A omissão de centenas de cidadãos espanhóis deixa bem clara a situação de precariedade e arbitrariedade a que estavam

²⁰⁴ IANTT, Arquivo PIDE/DGS, Relatório 1932/1938, NT 9258.

²⁰⁵ IANTT, PIDE/DGS, Ordens de Serviço (1936/1939).

confinados os destinos dos refugiados republicanos em território português. Este facto é justificado pelo capitão Agostinho Lourenço, nos seguintes termos:

“A ‘Frente Popular’ em Espanha veio dar às fronteiras portuguesas um movimento muito diverso, tanto pelo número como pelo aspecto. Ao trânsito regular e ao bulício despreocupado e quase alegre de turistas e gente de negócios, sucedem-se nas fronteiras uma agitação febril de gente preocupada e ansiosa de terminar as formalidades de ‘entrada’ para se poder considerar admitida no nosso país, terra de paz e abrigo. Sentia-se o enervamento dos que se aproximavam para entrar, como se sentiam também as cautelosas preocupações dos que saíam. Os números referentes ao mês de Julho (em que rebentou a guerra), não correspondem, em boa verdade, quase senão à primeira quinzena, visto que na segunda já as passagens de fronteira se tornaram muito mais difíceis e fiscalizadas sob novos aspectos, como é natural.”²⁰⁶

Durante a guerra civil espanhola intensificou-se a perseguição política, e o controle e identificação de “estrangeiros” constituiu uma prioridade do regime, mas as solidariedades locais colocaram resistências à actuação da PVDE, exigindo a intervenção do Ministério do Interior junto das autoridades municipais. Com esse propósito o ministro divulgou a 20 de Abril de 1937 um ofício, que também chegou ao Administrador do Concelho de Barrancos:

“Em toda a parte, de norte a sul do país se recebem estrangeiros, se lhes dá agasalho e com eles se transacciona, sem que se indague quem são, de onde vêm e para onde vão. A isto se junta uma certa inércia de algumas autoridades administrativas, tanto regedores de freguesia como Administradores de Concelho, verificada após inúmeros esforços da PVDE.”²⁰⁷

Mas nem todos os administradores dos concelhos primavam pela inércia, como testemunha uma confidencial enviada pelo Administrador do Concelho de Moura, ao Director da PVDE, alertando para a existência de espanhóis refugiados nos campos de Santo Aleixo, os quais acusa de cometerem assaltos às herdades situadas junto à fronteira e de receberem protecção dos habitantes locais.²⁰⁸ No Registo Geral de Presos encontrámos referência a quatro processos de 1937, instaurados a naturais de Santo Aleixo da Restauração, capturados em Barrancos. O motivo da detenção é comum aos

²⁰⁶ IANTT, PIDE/DGS, NT 9258, Relatório PVDE (1932/1938), p.27.

²⁰⁷ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Enviada ao Administrador do Concelho, 2ª Secção, Circular Nº 23, 22/4/1937.

²⁰⁸ Arquivo Histórico Municipal de Moura, confidencial de 24 de Agosto de 1937.

quatro arguidos, acusados de “auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal”.²⁰⁹ Num período em que nos campos da Contenda viviam e sobreviviam dezenas de republicanos, fugidos da repressão em Aroche e Encinasola, esta prática foi comum a muitos trabalhadores rurais que viviam nas herdades, mesmo sabendo os perigos que corriam, como recorda Maria dos Remédios Ramos:

O meu pai ali no Murtigão no meio do mato e das estevas escondeu um matrimónio que estava fugitivo. Ele era Alcalde de Aroche e andava fugitivo por causa dos partidos, porque fizeram muita injustiça. (...) A gente fazia umas sopas para nós, só, batiam à porta, íamos a ver eram duas crianças. E agora quem é que deixava as duas crianças sem comer? Se não tínhamos confiança com o guarda-fiscal tínhamos de meter a sopa num cesto, e fazer de conta que íamos apanhar umas estevas no lado de Espanha, sempre com muito medo que aparecesse a guarda, porque não perdoavam nada, ainda eram mais maus do que os nossos. Os nossos, alguns não tinham consciência nenhuma mas outros chegavam e diziam: “Olha Remédios vou pôr grão a cozer com bacalhau, se aparecer aí algum, esconde-o ali na cabana” – e a minha mãe coitadinha escondia-os ali na cabana, porque já sabia que os guardas lhes dava de comer, que eram dois a patrulha, e lhes davam um prato de comida. E levavam pão do que lhe sobrava.

Maria dos Remédios Ramos nasceu em Camarate, Lisboa, em 1925, filha de trabalhadores rurais. José Manuel, Florêncio e António eram os seus irmãos mais velhos por quem tinha um grande carinho, sobretudo por José que perdeu a vida em Angola. Foi baptizada na igreja de Barrancos e teve por padrinhos e “patronos” Maria Bella

²⁰⁹ João Baptista Tomás (João Traga Cobras) (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 22/1/1905, filho de José Francisco Tomás e Rosalina Baptista. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos. Transferido para a cadeia civil de Moura, restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Fernandes Rodrigues (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 5/5/1910, Afonso Augusto Rodrigues e Manuela Fernandes Rodrigues. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por vender diversos artigos aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal com conhecimento do seu destino. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura a 30/10/1937. Restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Cipriano (Proc. 1435/1937), Natural de St.º Aleixo, 11/9/1893, filho de António Cipriano e Andreia Maria. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura em 30/10/1937. Restituído à liberdade a 19/11/1937. Registo Geral de Presos, livro 45, Joaquim Palma Machado (Proc. 1526/937) Trabalhador. Natural de St.º Aleixo, 15/2/1918, Filho de Manuel Machado e de Catarina da Palma. Preso pelo posto de Barrancos em 18/11/1937 por prestar auxílio aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolheu à cadeia civil de Moura. Restituído à liberdade em 30/11/1937. IANTT, PIDE-DGS, Registo Geral de Presos, Livro 44.

Pulido e José Adrião. Frequentou a Escola Primária de Barrancos com os professores Maria da Purificação Pelicano Fernandes e José Maria da Silva Varregoso realizando o exame da 4ª classe. Fez a 1ª Comunhão, a Comunhão Solene e foi Crismada pelo Bispo de Beja em 1935, tendo por madrinha Estrelita Ortega Raio. Durante a guerra civil de Espanha viveu na zona do Murtigão, em Rodeo do Touro, junto à fronteira, onde testemunhou a violência e a fome dos vizinhos espanhóis. As suas memórias reflectem a vivência quotidiana na raia, onde se entrelaçava a solidariedade e o comércio. Foi trabalhadora rural, contrabandista e proprietária de um café na Praça, onde vivia aquando da nossa primeira conversa em Junho de 2006. Por motivos de saúde esteve algum tempo em casa de uma filha em Santo Aleixo da Restauração, mas as saudades de Barrancos levaram-na a regressar, escolhendo como última residência o Lar de Nossa Senhora da Conceição, onde tivemos a nossa ultima conversa em Janeiro de 2008.²¹⁰ As memórias das batidas aos vizinhos republicanos, nos campos da Contenda, estavam muito presentes como uma “memória traumática”, marcada pela violência e pela desumanização da guerra.

Logo vinham as batidas, e aqui em Barrancos havia a Legião Portuguesa que ia nas ditas batidas aos fugitivos, e então só faziam maldades, matavam pessoas e a gente lhes dava sepultura. (...) E a pessoa que visse e falasse, essa podia estar tranquila que nunca mais via o sol, a levavam, diziam que iam para a PIDE. (Maria dos Remédios Ramos)

A primeira documentação sobre o posto da PVDE em Barrancos remete-nos para uma carta do Chefe do Posto ao funcionário recenseador do concelho, em 1938, informando que prestavam serviço nesta vila José de Almeida Patrício de 35 anos, casado, com o curso dos liceus (Chefe do Posto) e Alfredo Pires Faleiro Júnior de 28 anos, solteiro, com a frequência do 7º ano de Ciências.²¹¹ No mesmo ano Luís Magro comunicava ao Presidente da Câmara a sua tomada de posse como Chefe do Posto.²¹² Em 1939 o Presidente da Câmara António Vasquez Garcia providencia uma casa de habitação para os funcionários da PVDE, da qual era proprietário, arrendando-a pela

²¹⁰ Maria dos Remédios faleceu em Barrancos, no Lar de Nossa Senhora da Conceição, em Maio de 2008.

²¹¹ AHMB, Livros de Recenseamento Eleitoral do Concelho de Barrancos, PVDE 19/2/1938.

²¹² AHMB, Correspondência Recebida. Fundo Câmara Municipal de Barrancos, PVDE 8/10/1938.

importância de cem escudos/mês. O pagamento era enviado para a Câmara Municipal, pelo então Chefe do Posto Valdemar Silva, contra entrega imediata do recibo. Mas em Agosto o Presidente estava ausente em gozo de férias, e o seu substituto, o professor José Maria da Silva Varregoso, devolveu o cheque, justificando que os “recibos reportados ao aluguer da aludida casa têm sido de facto passados pelo ilustre Presidente desta Câmara, Exmo. Sr. António Vasquez Garcia, mas em seu nome pessoal, e não na qualidade de presidente desta Câmara.”²¹³ Devido à troca de correspondência sobre este incidente foi-nos possível saber que paralelamente às relações institucionais entre o Presidente da Câmara e os agentes da PVDE, existiam relações contratuais entre senhorio e inquilinos enleadas no poder local. Mas independentemente da diversidade de relações, os serviços centrais da PVDE solicitavam frequentemente a colaboração das autoridades municipais para com os seus funcionários destacados, nomeadamente para efeito de recenseamento de estrangeiros.²¹⁴

A correspondência manuscrita entre os chefes do posto da PVDE e o Presidente da Câmara está marcada por pedidos de autorização para o encarceramento na cadeia municipal de cidadãos espanhóis e portugueses.²¹⁵ Mas compete igualmente a esta polícia emitir e renovar vistos de residência a cidadãos estrangeiros, como no caso da cidadã francesa Henriette Françoise de Malatic, e da cidadã alemã Elisabeth Mendschein contratadas como preceptoras dos filhos de António Vasquez Garcia, respectivamente em Setembro de 1940 e Outubro de 1945.²¹⁶ A correspondência trocada revela também a rotatividade dos funcionários, não permitindo à maioria dos barranquinhos identificar estes homens, excepto por relações de vizinhança ou por acções de repressão directa.

Nessa altura havia a Polícia Internacional (...) e passaram por aqui muitos polícias, o polícia Soares, o polícia Magro, o Marques, o João Pinto também, passaram muitos. Agora o Marques, o Pinto e o Soares iam muito à minha casa, nós morávamos ali na Praça e o posto era no primeiro andar por cima dos Correios, e em baixo era a prisão,

²¹³ AHMB, Registos de correspondência Expedida, C/B Lv 21 (1939-1940), carta e 4/8/1939.

²¹⁴ AHMB, Correspondência Recebida. Fundo Câmara Municipal de Barrancos, PVDE 23 /9/1939.

²¹⁵ Idem, PVDE 15/6/1940 e 5/7/1940.

²¹⁶ Idem, PVDE 21/9/1940 e 24/10/1945.

onde é hoje os Correios. Iam muito a minha casa pedir ao meu pai a máquina de escrever, e falavam muito com o meu pai. (Maria das Dores Ortega)

Maria das Dores Ortega Raio nasceu em Barrancos em 1927, filha de um comerciante, sócio da indústria de moagem. Seu tio Sebastião Macias Barroso era comerciante, proprietário da fábrica de moagem e da central de electricidade, e foi Administrador do Concelho entre 1935 e 1937. Seu avô paterno era natural de Almendro, Andaluzia, unido por laços de parentesco às famílias Vasquez e Fialho. Em 1935 seus pais figuravam na lista de estrangeiros residentes em Barrancos, anualmente enviada pela administração do concelho à Secção Internacional da PVDE.²¹⁷ Mas em Abril de 1936 Manuel Ortega Pérez, comerciante de 56 anos, José Garcia Pérez, lavrador de 68 anos e José Gordilho Ramos, comerciante de 62 anos, apresentaram um requerimento ao Administrador do Concelho de Barrancos solicitando o direito à cidadania portuguesa, alegando serem naturais e residentes no concelho. O motivo para este pedido relaciona-se com a pressão exercida pela PVDE sobre o controle de estrangeiros, sobretudo de nacionalidade espanhola. O chefe do posto da PVDE de Moura reclamava frequentemente ao Administrador do Concelho de Barrancos o envio da listagem “na qual constem todos os estrangeiros residentes na área desse Concelho” tentando controlar, à distância, e em colaboração com as autoridades locais, o movimento de espanhóis em Barrancos sobretudo daqueles que procuravam refúgio junto de familiares e amigos.²¹⁸

E logo houve muito fugitivo que teve sorte, tinham aqui família, porque em Barrancos havia muitos barranquinhos que se tinham casado com espanholas, e espanhóis casados com portuguesas, e então havia essas famílias que os recolhiam, mas estavam escondidos. Eu conheci aqui uma rapariga que mataram o pai e mais vinte e oito pessoas na mesma noite, em Aroche. (Maria dos Remédios Ramos)

²¹⁷ AHMB, P/A, Pasta Nº 2. Segundo as normativas da circular nº 9697, de Dezembro de 1935 as administrações dos concelhos devem enviar anualmente a listagem dos estrangeiros residentes e a validação dos respectivos “vistos”. A listagem de “Estrangeiros apresentados ao visto” contemplava, em Fevereiro de 1935, treze cidadãos espanhóis, sete dos quais naturais de Barrancos. Em Fevereiro de 1936 registava apenas quatro cidadãos espanhóis, naturais de Encinasola.

²¹⁸ AHMB, P/A, Pasta Nº 2. Normativas das circulares nº 2376/933, nº 2343/935, nº 9697/935, nº 13001/938, nº 12.694/938, nº 16.806/939 determinando os procedimentos para empresas com funcionários estrangeiros ao seu serviço, para a hotelaria com hospedes estrangeiros e para particulares, comunicarem por escrito à PVDE ou à autoridade administrativa do concelho.

O meu avô e a minha avó eu não conheci, mas nessa altura aquilo estava mau e quando começou a Guerra de Espanha pegaram nos filhos e os trouxeram, mas não tinham casa e andaram para aqui aos tombos, e logo estiveram aqui e logo se casaram. O meu tio Juan se casou com uma portuguesa, porque era espanhol, ele e minha mãe nasceram lá, e minha mãe se casou com um português e ficou portuguesa. (Manuel Ramiro)²¹⁹

Nessa altura conheci a minha mulher no Estoril, o meu pai tinha casa no Estoril. (...) A minha mulher veio com os irmãos passar o verão ao Estoril e apanhou a guerra. Como sabe fecharam a fronteira e não havia mais nada, não tinham possibilidades naquela altura, e o meu pai, aliás como toda a gente cá em Barrancos, auxiliou aquelas pessoas mais necessitadas. Soube reconhecer que era uma situação anormal, uma situação inesperada e cedeu-lhes uma casa, para ficarem os três irmãos. (José Augusto Fialho)²²⁰

Segundo as normativas das circulares da PVDE os proprietários de hotelaria, e todos aqueles que alugassem casa para residência ou comércio, ou alojassem estrangeiros, teriam de o comunicar por escrito à PVDE, ou à autoridade administrativa do concelho. Neste contexto se insere a carta dirigida por José Blanco Fialho ao Administrador do Concelho, declarando “que residem na sua casa os seguintes indivíduos de nacionalidade espanhola: Cristina López Rangil, Dolores López Rangil e Tomaz López Rangil, naturais de Madrid.”²²¹ Mas nem todos os refugiados beneficiaram das mesmas condições de acolhimento devido à sua condição social e política, muitos foram entregues às autoridades espanholas, outros permaneceram escondidos em casa de familiares em precárias condições de sobrevivência e de segurança, dominados pelo medo.

²¹⁹ Manuel Ramiro da Silva (Barrancos, 1935), entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 8/6/2008.

²²⁰ José Augusto Garcia Fialho (Barrancos, 1914 – Barrancos, 2006), entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 28/12/2002.

²²¹ AHMB, P/A, Pasta nº 2. Declaração de residência enviada ao Administrador do Concelho, por José Blanco Fialho a 23 de Outubro de 1936.

Eu tinha um tio, irmão da minha mãe, que era casado com uma espanhola e quando foi a guerra de Espanha coitado, tiveram que fugir também. Iam à própria casa dos pais buscar os filhos, levavam os filhos para o cemitério davam-lhe um tiro e os matavam, e a mãe e as irmãs não podiam chorar, porque senão faziam o mesmo a elas, coitadas. De modo que aquele filho o levaram de casa e nunca mais souberam dele, o matariam lá no cemitério como faziam com os outros, e logo o meu tio coitado, com tanto medo, fugiu para Barrancos. E lá na rua de São Bento morava um tio meu, que também era irmão da minha mãe que Deus tem, e ele veio para casa daquele tio meu, e esteve ali escondido muito tempo, não saía para fora de casa com medo que o vissem a Guarda Republicana e o apanhassem e mandassem para a Espanha. E logo quando aquilo estava quase a acabar é que ele começou a sair, que já não tinha medo. (Antónia)²²²

A presença da PVDE em Barrancos gerou o medo e terror na população, reforçando o sistema de dominação no quadro das relações sociais a nível local. O terror, entendido como um conjunto de métodos que procuram coagir a sociedade por dentro, limitando e abolindo a liberdade, elimina igualmente a espontaneidade dos indivíduos transformando a natureza humana. A polícia política dos sistemas totalitários tinha esta função de “eliminação do outro”, socialmente construído como “inimigo da ordem”. Hannah Arendt (1951) distingue “repressão totalitária”, como massiva e indiscriminada, de “repressão autoritária”, dirigida contra opositores claramente identificados, mas na prática ambas se inscrevem na eliminação de um “opositor” independentemente da quantificação das vítimas ou dos métodos utilizados. O terror, organizado ou não, instala-se no corpo colectivo das sociedades minando as vontades e alterando os valores dos indivíduos. No quadro da ruptura social, a violência instala-se, e as práticas dos perpetradores são entendidas por testemunhas que já não distinguem as vítimas dos verdugos. Como nos diz Hannah Arendt, o súbdito ideal do governo totalitário não é o nazi ou o salazarista convicto, nem o comunista convicto, mas aquele que já não diferencia “a realidade da experiência, e a diferença entre o verdadeiro e o falso (que constitui os critérios do pensamento)” (Arendt, 1978:587).

²²² Antónia, pseudónimo escolhido pela própria (Barrancos, 1925), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 10/6/2008.

Eles estavam aqui para não deixarem entrar os comunistas, como lhe chamavam naquela altura. Os de Encinasola vieram cá para Barrancos porque começaram a dizer que eles vinham para Encinasola, eles apanharam medo e então vieram para cá. (...) Ali fizeram muita coisa... (silêncio) ... pelavam as mulheres que apanhavam, cortavam o cabelo, abusavam delas, fizeram para aí muita coisa, e numa terra perto daqui de Barrancos, que lhe chamam Valencita (...) fizeram muitas barbaridades, enterraram até o padre vivo. (Maria das Dores Ortega)

Maria das Dores Ortega viveu na Praça com seus pais e sete irmãos, paredes meias com a Sociedade União Barranquense, num edifício de dois pisos, com habitação no primeiro andar e loja comercial no rés-do-chão. Apesar do numeroso agregado familiar o negócio da família permitiu-lhe ter uma vida sem dificuldades financeiras. Foi à escola e o seu grupo de amigas integrava filhas de lavradores, comerciantes e artesãos, mas as suas melhores amigas foram Helena Tereno e a irmã, filhas de um alfaiate. Como as meninas do seu grupo social fez a Primeira Comunhão e a Comunhão Solene. Nos tempos livres colaborava na Casa de Trabalho confeccionando vestuário para os mais necessitados, e participava nas actividades da Mocidade Portuguesa. Durante o êxodo dos vizinhos de Encinasola a família também participou no acolhimento, e Maria das Dores recorda as brincadeiras com a filha do farmacêutico e com outras crianças da sua idade, apesar dessas relações se terem perdido no tempo. Nessa época estavam informados sobre o desenrolar da guerra através do Rádio Clube Português, pelo facto do pai ter um rádio na loja, onde todos afluíam para saberem as notícias. A Praça era o centro da vida em Barrancos e o centro do mundo da burguesia local, regido pela doutrina da Igreja e pelos valores da ordem e da moral cristã. A presença das autoridades policiais e a convivência com os representantes da PVDE inscreve-se num mundo ordenado, onde o discurso anticomunista foi assimilado legitimando as narrativas de violência. Mas existem outras memórias sobre os agentes da PVDE, centradas sobretudo na figura de João Marques, chefe do posto de Barrancos entre Outubro de 1940 e Maio de 1942, recordado pelos mais idosos:

E havia um senhor, um polícia, o polícia Marques que era da PIDE e foi um terror, um terror para a toda a gente, em todo o lado que se encontrava. (Domingos Caiadas)

Aqui em Barrancos estava um polícia, era o Marques, e esses chegavam cá e mandavam os para Espanha, para que os matassem lá. Ainda há aqui família de alguns que mataram, do Fandanguito, era o pai dessa família. Quando os mandavam para lá faziam-lhe as contas imediatamente. (José Guerreiro)²²³

O polícia Marques era muito mau para os contrabandistas, era um homem muito severo, tudo tinha medo do polícia Marques. Os contrabandistas não se governavam no tempo em que esteve aqui esse polícia, e não esteve cá muito tempo, mas o meu marido contava-me, ainda em solteiro, as peripécias desse polícia, porque houve muitos problemas com esse polícia, não se governava ninguém nessa altura. (Maria Bárbara Rato)

O Marques usou e abusou de gente de toda a maneira, bateu, violou, fez tudo, foi numa terra como esta, porque se tivesse sido noutra terra teria sido morto pelas próprias pessoas, este era dos mais carrascos dos carrascos. (Carlos Durão)²²⁴

Para os barranquenhos “o Marques” personificou o âmago de uma organização repressiva e intrusiva que se imiscuía a todos os níveis da vida social dos indivíduos, nas suas actividades profissionais, nos seus lazeres, nas suas relações. O polícia Marques exorbitou o poder que detinha invadindo os quotidianos das gentes, controlando as transacções comerciais, opondo-se a práticas culturais, tentando dominar e vergar todos aqueles que entravam no campo de acção das suas funções. Para os barranquenhos “o Marques” representou o rosto da PIDE, independentemente da presença e acção de outros agentes ao longo do tempo. Por isso, é com regozijo que relembram o ano em que ao pretender opor-se à morte dos touros em Barrancos foi humilhado pela intervenção do então Presidente da Câmara, António Vasquez Garcia.

Na altura da Feira de Barrancos estava aqui um polícia chamado Marques, era mais mau. E mandou chamar os festeiros que faziam a Festa perguntando como a faziam, e eles disseram-lhe: “É uma festa com dois ou três novilhos, vêm toureiros espanhóis, se

²²³ José Gaspar Guerreiro (Barrancos, 1929), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 18/12/2009.

²²⁴ Carlos Caçador Durão (Barrancos, 1933), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

mata o touro ao uso de Espanha, que é por isso que vêm os toureiros espanhóis...” Então salta ele: “Não vêm toureiros espanhóis, nem se mata o touro em Barrancos!” Os festeiros foram contar ao senhor António Vasquez, que os mandou ir ter com ele e dizer-lhe que era uma tradição de toda a vida. Ele disse que não, e os festeiros foram outra vez falar ao senhor António Vasquez. Ora ele era muito amigo do Comandante da Polícia e convidou-o para vir almoçar à casa dele e esteve contando o problema com o Marques, e que era uma tradição de toda a vida. O Comandante mandou chamar o Marques à casa do senhor António Vasquez, e quando ele chegou emproado e viu o Comandante pôs-se em sentido e fez a continência, e o senhor António Vasquez logo lhe disse: “Quem havia de te dizer a ti Marques que em minha casa tinhas de estar em sentido e fazer a continência!” E quando o polícia já se ia embora ainda lhe disse: “Olha lá Marques ainda te vou dizer uma coisa, de toda a vida se têm matado touros em Barrancos, dois touros, mas este ano vamos a matar três, e têm vindo toureiros espanhóis, e enquanto eu for António Vasquez se matam touros em Barrancos e vêm toureiros espanhóis.” E quando foram as corridas o Marques foi para a Contenda para não estar aqui em Barrancos. (Manuel dos Santos)²²⁵

Pelo conteúdo da correspondência trocada entre os chefes do posto e as autoridades municipais depreendemos um relacionamento meramente instrumental, por vezes conflituoso, como no caso do “Marques”. A missão fiscalizadora e controladora dos agentes da PVDE interferia por vezes com os interesses das elites locais. Nesse sentido a intervenção do Presidente da Câmara junto do director da PVDE, solicitando autorização para a circulação entre localidades em época festivas, ou outros eventos, era uma prática frequente, como no caso do casamento de André Garcia Pérez, proprietário rural e vereador do município de Barrancos, com uma jovem de Encinasola.

“Ouso pois, vir rogar a V. Ex.^a se digne autorizar que as pessoas de sua família e respectivos convidados, constantes da relação que junto envio, excepcionalmente, sejam autorizados a atravessarem a fronteira por este Concelho.”²²⁶

²²⁵ Manuel Agudo dos Santos (Santo Aleixo da Restauração, 1923), entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

²²⁶ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Expedida, Diversas Autoridades (1936-1943), Ref. 123, 1/5/1942.

As relações sociais construídas ao longo do tempo inscrevem-se nas práticas que dão sentido e significado à vida das gentes da raia, e ciente desta realidade, mas defendendo interesses de grupos, o Presidente da Câmara solicita ao director da PVDE o poder de validar a passagem da fronteira aos seus munícipes:

“Barrancos situado na fronteira dista da povoação espanhola de Encinasola apenas 10km, e desde tempos remotos mantém com os seus habitantes as melhores relações de amizade que hoje, devido a vários factores, estranhos à nossa vontade, são grandemente prejudicadas (...) Muitas e muitas vezes tem sucedido serem grandemente prejudicadas pessoas que têm interesses naquela povoação, porque muitas famílias de aqui têm propriedades lá, e como tal necessidade de as visitar, e para fazê-lo ou têm de pedir autorização ao Sr. sargento da Guarda Fiscal, que por sua vez tem de pedi-la a V. Ex.^a, ou munir-se do respectivo passaporte percorrendo uma distância de quase 200km.”²²⁷

As passagens na fronteira, segundo a lei, “só podiam ser feitas por postos habilitados e mediante passaporte”. Os passaportes para Espanha custavam em 1947 cinquenta escudos, e tinham a validade de quatro anos, valor que segundo a PVDE estava ao alcance de toda a gente. Neste contexto o pedido do Presidente da Câmara foi recusado pela direcção da PVDE “por ser contrário às disposições da lei”, justificando para o efeito a extinção do posto de Barrancos “por se ter verificado que o movimento era diminuto”. Contudo, a Direcção da PVDE colocava a hipótese do posto ser reaberto caso fosse apresentado algum pedido “justificativo da sua reabertura.”²²⁸ Pela documentação consultada nos arquivos municipais podemos depreender que nunca foram tomadas diligências nesse sentido, e a correspondência trocada posteriormente, entre a direcção da PIDE e o Presidente da Câmara, remete sobretudo para pedidos específicos de autorização de entrada para autoridades espanholas e respectivos toureiros durante a Festa de Agosto.²²⁹ No mesmo sentido o registo de estrangeiros residentes no concelho passa a ser controlado directamente pela Câmara Municipal, mas na memória dos mais idosos a PVDE permaneceu sempre em Barrancos.

²²⁷ Idem, Correspondência Expedida, Ofício Nº 76, 27/2/1947.

²²⁸ Idem, Correspondência Recebida. Fundo Câmara Municipal de Barrancos, PVDE, 4/3/1947.

²²⁹ AHMB, Correspondência Recebida. Fundo Câmara Municipal de Barrancos, PVDE, 22/8/1947.

Aqui em Barrancos havia pessoas que, calculava a gente, que trabalhavam naquela Polícia, que era assim uma coisa como a polícia, e eu acho que aquilo havia uma ligação com certos senhores ricos... o que é, é nunca foi uma coisa clara, nunca houve uma clareza, percebe? (Maria dos Remédios Ramos)

Capítulo 5. A guerra na fronteira, e os fluxos de refugiados

“Falange no pude vivir de la tolerancia (...)
Su táctica es ir a buscar el peligro, pelear y morir:
ofrendar víctimas y hacerlas, porque sólo la sangre fecunda las grandes ideas”.
(José Cobos Jiménez)²³⁰

O general Francisco Franco afirmou que o golpe militar de 18 de Julho de 1936 não foi um acto de rebelião contra a Autoridade e contra a Lei, mas a intervenção de um movimento nacionalista disposto a repor a moral e o direito perante o vazio de poder (Espinosa, 2000:307). A 3 de Setembro, o delegado do governo republicano na Sociedade das Nações, Ossorio y Gallardo, refutava as alegações contra a legitimidade do governo, afirmando ter sido “pacificamente eleito pelo povo”, alertando as nações para “o perigo em não se fazer discriminação entre o governo legítimo e aqueles que contra eles se levantaram”.²³¹ Perante a indiferença da Sociedade das Nações e a política de “Não Intervenção”, o golpe de estado transformou-se numa guerra civil cujas estratégias militares visaram “eliminar los elementos izquierdistas: comunistas, anarquistas, sindicalistas, masones, etc.”²³² O extermínio dos adversários políticos é justificado pelo historiador Paul Preston na obsessão de Franco em aniquilar toda a oposição, com a finalidade de consolidar a sua supremacia política (Preston, 2004), conduzindo alguns historiadores a substituírem o conceito de “violência política” (Juliá, 1999) por “genocídio” (*cf.* Reig Tapia, 1999, Moreno Gómez, 2004; Preston, 2004; Espinosa, 2003, 2004 e 2008), entendido como o aniquilamento de um grupo, ou grupos políticos definidos pelos perpetradores (Bruneteau, 2004:17).

A sublevação militar e a conseqüente guerra civil originou profundas transformações sociais, espelhadas numa enorme taxa de mortalidade, no decréscimo de

²³⁰ Citado por Arcángel Bedmar, *Desaparecidos*, Ayuntamiento de Rute, Ayuntamiento de Lucena, 2004, pp.59.

²³¹ *Diário de Noticias* de 4 de Setembro de 1936, p.1

²³² Alínea q. das instruções militares do general Mola, de 30 de Junho de 1936 (Espinosa, 2003:7).

natalidade e nupcialidade, no exílio, e numa mobilidade espacial nunca antes verificada.²³³ A “emigração política” provocada pelo conflito produziu um êxodo de uma magnitude e alcance sem precedentes na história de Espanha (cf. Rubio, 1974; Bautista Vilar, 2006). Mas não existe um estudo global que nos permita falar com precisão do número de pessoas deslocadas internamente, ou que encontraram asilo e refúgio fora do país (Tribó Travera, 2003:527). As investigações mais generalistas centram-se no número de exilados que trespassaram a fronteira francesa durante e após a guerra (cf. Rubio, 1974, 1977 e 1979; Bautista Vilar, 2006), sabendo-se pouco sobre os fluxos de desalojados no interior de Espanha. Contudo, alguns estudos locais e regionais têm contribuído para o conhecimento do drama vivido por milhares de espanhóis forçados a abandonar as suas povoações de origem, fugindo à violência e ao terror perpetrado pelas forças nacionalistas (cf. Moreno Fonseret e Quiñero Fernández, 1993; Palazón Ferrando e Miranda Encarnación, 1993; Rafaneau, 1995; Dreyfus-Armand, 2000; Tribó Travera, 2003; Godinho, 2004; Garcia e Matas, 2005; Olmedo Alonso e Izquierdo Izquierdo, 2005; Simões, 2007; Rodríguez Gallardo, 2008, 2009).

Tribó Travera (2003) diz-nos que os primeiros refugiados a chegar à Catalunha procedentes de Madrid (entre Setembro de 1936 e Março de 1937) eram maioritariamente estremenhos e andaluzes, e que o número de refugiados na Catalunha seria de 300.000 pessoas, 40% das quais provenientes de Madrid, Castela e Extremadura, 20% da Andaluzia, 15% das Astúrias e Santander, 6% do País Basco, 5% de Aragão, e os restantes 15% de povoações da Catalunha ocupadas pelas forças nacionalistas (2003:529), não apresentando números relativamente a refugiados procedentes da Galiza. A crise humanitária decorrente do deslocamento de milhares de pessoas exigiu a intervenção do governo republicano, com a criação do Comité

²³³ O genocídio em Espanha atingiu o seu auge entre Agosto e Setembro, nas regiões da Andaluzia e Extremadura, prosseguindo após o final da guerra, não se sabendo ainda o número total de vítimas. Os números recompilados pelas associações de recuperação da memória histórica, enviados ao juiz Baltazar Garzón a 22 de Setembro de 2008, apontam para 130.199 mortos existindo ainda nove províncias parcialmente estudadas. Ver mapa em anexo pertencente ao Sumario (Proc. Ordinário) 53/2008, de 18 de Novembro de 2008. Auto de instrução do juiz Baltazar Garzón pelas vítimas da guerra civil de Espanha, em: http://www.juristasporlamemoriademocratica.org/documentos/AN_auto_26_diciembre_2008_56.pdf Segundo a Asociación de Descendientes del Exilio Español foram condenadas ao exílio 350.000 pessoas, consultável em: <http://www.exiliados.org/>. Para além destes números, existe uma quantidade de pessoas designadas por desaparecidas, que segundo o conceito definido pelo historiador Francisco Espinosa. “sería la persona, detenida ilegalmente por motivos políticos, cuyo rastro se pierde en el proceso represivo” (*Violencia azul y roja. España, 1936-1950*, Barcelona, Crítica, 2010). Apesar de ter sido divulgada a cifra de 114.266 desaparecidos no Auto de Garzón, o debate permanece entre a validade do conceito, e o desconhecimento sobre o número exacto das vítimas.

Nacional de Refugiados, e a ação de comités provinciais e locais dependentes dos municípios, auxiliados pela Cruz Vermelha espanhola, francesa e internacional (Alonso e Farré, 2006). O estatuto de refugiado, regulamentado pelo governo republicano em Março de 1937, considerava a atribuição de um subsídio a todas as pessoas que não sendo combatentes, ou homens válidos maiores de vinte anos e menores de quarenta e cinco, tivessem de mudar de residência por motivos de guerra, desde que não fossem hostis ao regime, que carecessem de meios de subsistência, e não fossem acolhidos por familiares ou amigos (Tribó Travera, 2003:529). Perante a realidade espanhola o termo a utilizar para os milhares de pessoas em trânsito poderia ser de “evacuados de guerra”, ou “desalojados”, mas as organizações oficiais utilizaram quase sempre o termo refugiado para se referirem a pessoas deslocadas em território nacional, devido ao avanço da frente de guerra e aos bombardeamentos fascistas sobre as populações civis (2003:528).

O termo refugiado, largamente utilizado durante o séc. XIX, apenas se impõe no quadro internacional no séc. XX, na sequência do êxodo provocado pela I Guerra Mundial. Com efeito, o problema dos refugiados toma tais proporções que a Sociedade das Nações se vê forçada a pensar e a encontrar soluções para uma crise humanitária europeia, que após várias etapas culminará no estatuto internacional de refugiado, ratificado na Convenção de Genebra de 1951 (Groppo, 2003:69). Após a I Guerra acresce um novo problema à questão dos desalojados e refugiados, a condição de apátridas, decorrente do desaparecimento de alguns estados nação e dos novos estados não quererem reconhecer determinados grupos étnicos como nacionais. Outro dos problemas ocorre quando alguns estados impediram, como medida de represália, os seus opositores políticos do direito à nacionalidade, prática instaurada em 1921 pela Rússia, mais tarde praticada pela Itália e pela Alemanha (2003:74). No período compreendido entre as duas guerras mundiais, a Sociedade das Nações limitou-se a adoptar convenções internacionais destinadas a grupos específicos, como por exemplo os Russos e os Arménios, convencida de que o problema dos refugiados na Europa se resolvia com o seu repatriamento, como havia acontecido com os prisioneiros de guerra.²³⁴ A inércia da comunidade internacional agudizou o direito humanitário de

²³⁴ Uma das primeiras iniciativas para resolver o problema dos refugiados na Europa foi a criação do “passaporte Nansen”, permitindo a livre circulação dos refugiados entre diferentes países, mas o acordo apenas se deveu à crença de que esta solução permitia o repatriamento massivo das pessoas deslocadas, e o conseqüente encerramento do problema dos refugiados (Groppo, 2003:75).

milhares de pessoas, impedidas de beneficiar de protecção internacional por não serem reconhecidas como refugiados, como por exemplo os antifascistas italianos. Durante a década de 1920 começa-se a esboçar o direito internacional para os refugiados, mas o processo foi lento e movido pelos interesses das grandes potências internacionais. Somente em 1933 surge o primeiro passo na definição jurídica do estatuto de refugiado, mas sem consequências práticas, porque a Convenção limitou-se a enumerar diversos grupos identificados como refugiados, e todas as pessoas que não os integrassem, mesmo não gozando da protecção do seu país, não viam o seu estatuto reconhecido.²³⁵

A crise humanitária na Europa da década de 1930 veio acentuar a discórdia entre diversos países, no que concerne ao direito internacional dos refugiados, permitindo que os Estados europeus fechassem hermeticamente as suas fronteiras em função dos seus interesses, perante a inoperância da Sociedade das Nações. Entre as duas guerras, todos os países europeus evitaram a intromissão da comunidade internacional e dos organismos responsáveis pelo apoio humanitário aos refugiados nos seus assuntos de Estado, respeitando as directrizes internacionais de quando em quando e, tal como a França, nunca hesitaram em expulsar refugiados que não encontrassem trabalho.²³⁶ Após um longo e controverso debate foi acordado o estatuto de refugiado reconhecendo todas as pessoas “qui ont quitté leur pays à la suite d'un changement de regime” (Groppo, 2003:75), mas a sua ratificação pela comunidade internacional não era suficiente, por todos os estados membros deverem proceder à respectiva ratificação no seu quadro jurídico interno, o que nem sempre se verificou.

Nas fontes documentais dos arquivos portugueses encontramos diferentes terminologias para os refugiados, como “foragidos”, “emigrados”, “marxistas”, “comunistas”, “exilados”, “indocumentados”, “internados” e “vermelhos espanhóis”, configuradoras de uma imagem estigmatizada de pessoas que apresentam características distintas (Goffman, 1980:14), mas o termo “refugiado” foi o mais utilizado pelas

²³⁵ A Convenção Internacional definiu o refugiado como uma pessoa «qui ne jouit pas ou qui ne jouit plus de la protection de son pays», apesar de continuar a enumerar os grupos específicos que eram reconhecidos como refugiados. « En octobre 1933 est créé un Haut-Commissariat pour les réfugiés en provenance d'Allemagne. Indépendant de la SN et de l'Office Nansen, il a son siège à Londres et est financé par des sources privées » (Groppo, 2003:79).

²³⁶ Noiriél diz-nos que: «Le Front populaire établit, pour la première fois, une distinction nette entre l'immigré «économique» et le «réfugié» politique. Ce dernier est dispensé du visa du ministère du Travail exigé des travailleurs étrangers; il bénéficie de la Convention internationale de 1925 sur les accidents du travail et ne peut être expulsé, en théorie tout au moins, qu'en cas d'absolue nécessité et uniquement dans un pays où sa vie n'est pas menacée» (Noiriél, cit. em Groppo, 2003:78)

chefias militares, pelos responsáveis municipais e pelo governo português, apesar do Ministério da Guerra ter aberto uma conta de despesas destinada a “emigrados espanhóis”,²³⁷ e a direcção da PVDE se referir quase sempre a “vermelhos espanhóis”.²³⁸ Como assinala Rodríguez Gallardo:

“Un número significativo de españoles de filiación republicana huyó o se refugió «ilegalmente» en Portugal. Entre agosto y diciembre de 1936, la cifra pudo ser notable. Es a estos a los que se les ha asignado la denominación de «refugiados» en el discurso de las comunidades locales portuguesas que los acogieron, habitualmente con el valor del que huye de modo forzado de su país de origen. Muchos de estos refugiados fueron denominados «refugiados de guerra» en la prensa de la época, o «refugiados políticos» en los documentos policiales portugueses.”²³⁹

Os termos dizem-nos pouco sobre um facto essencial, o destas pessoas terem fugido de ameaças directas à sua vida, presenciado a destruição das suas casas, das suas aldeias ou vilas, escapando ao genocídio político. Os sobreviventes testemunharam a violência da ocupação das suas comunidades, do aniquilamento e da humilhação dos seus familiares, amigos e vizinhos. A violência é mais do que um comportamento instrumental dado a conhecer historicamente através de vestígios materiais, de incentivos resultantes de estruturas históricas, e de representações culturais. A violência é uma afirmação de poder, ou parafraseando David Riches (1988), “um acto de agressão física legitimado pelo seu autor e pelas testemunhas” (1988:17). Desde que a realização do acto violento seja visível e concreto, torna-se numa forma eficiente de transformar o ambiente social, pondo em palco uma mensagem ideológica diante de uma audiência pública (Schmidt & Schroder, 2001). O exílio prolonga as violências, os massacres e os medos, redefinindo a identidade mais íntima e pessoal dos refugiados; profundamente atacada e destroçada. O êxodo na guerra não representa uma simples migração de um lugar a outro, porque os refugiados não são migrantes nem escolheram a mobilidade, foi-lhes imposta. Além disso, os sofrimentos originados pela experiência física, visual e emocional da destruição dos lugares, dos bens e das pessoas são exaustivamente

²³⁷ As despesas feitas com os emigrados espanhóis serão escrituradas em relações especiais, com o seguinte título: “Despesas Com Os Emigrados Espanhóis”. Arquivo Histórico Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx.63-2, Ministério da Guerra, confidencial nº 142-2-C de 28 de Julho de 1936.

²³⁸ IANTT, Arquivo PIDE/DGS, Relatório da PVDE 1932-1938.

²³⁹ Ángel Rodríguez Gallardo y María Victoria Martínez Rodríguez, “Por sus interrogatorios y cartas los conoceréis”, http://investigadoresfranquismo.com/pdf/comunicacions/mesa2/rodriguezgallardo_2.pdf

aprofundados ao longo do trajecto, fazendo da errância uma existência que fere (Ager, 2002:47).

Na historiografia portuguesa o caso dos refugiados espanhóis em Portugal é quase inexistente, à excepção do trabalho de César Oliveira (1987) que em pouco mais de dezasseis páginas analisa “a questão dos refugiados vermelhos em Portugal” (1987:155-171), e das páginas que Iva Delgado (1980) dedica aos “refugiados republicanos”. Oliveira (1987) diz-nos que a sua entrada foi constante ao longo da fronteira, desde Caminha a Vila Real de Santo António, com maior incidência nos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro, começando a declinar em Dezembro de 1936 (1987:155). A primeira comunicação sobre a detenção de refugiados refere-se ao dia 20 de Julho, realizada pela secção da Guarda Fiscal de Safara, de cinco espanhóis entregues à PVDE de Moura. A partir desta data, com o avanço das colunas militares e a intensificação das batidas organizadas por falangistas e requetés, aumentaram as comunicações da GF referentes à detenção de espanhóis republicanos ao longo da fronteira portuguesa. Na sequência do êxodo, o Ministério da Guerra oficializa os procedimentos que as forças militares na fronteira (GF, GNR, PVDE e Exército) devem adoptar.²⁴⁰ Estes procedimentos impuseram uma clara distinção no acolhimento aos refugiados republicanos militares e civis, factores determinantes para a sobrevivência, ou para a morte de centenas de pessoas. Enquanto os militares foram desarmados e

²⁴⁰ A Nota Confidencial nº 142-2-C de 28 de Julho de 1936 determinava que: “a) Ao Ministério da Guerra interessam apenas os aviões militares e civis e suas guarnições, os indivíduos fardados (armados ou desarmados) e os indivíduos ou núcleos de civis armados. b) O destino a dar aos civis desarmados, isolados ou em grupo, deve ser regulado pela Polícia Internacional. c) Todos os indivíduos referidos na alínea a) devem ser imediatamente desarmados, sempre que seja possível por meios suasórios e imediatamente conduzidos para os comandos militares das sedes das guarnições mais próximas (Tavira, Beja, Évora e Elvas). Os comandantes militares se encarregarão de fazer dirigir os **refugiados**, devidamente acompanhados, para a sede da Região Militar, donde lhe será dado o destino determinado por Sua Ex.^a o Ministro da Guerra. (...) h) No caso dos postos fronteiriços da G.F. e da G.N.R. não poderem sem prejuízo dos serviços de vigilância, conduzir imediatamente para os comandos militares das sedes das guarnições mais próximas, os indivíduos referidos na alínea a) da presente nota devem comunicar a sua existência aqueles comandos que providenciarão que os refugiados sejam imediatamente retirados da fronteira. (...) j) Quanto ao regímen em que ficam os **refugiados** a que se refere a alínea a) acima referida e aos abonos a fazer-se-lhes, deverá observar-se o seguinte: 1º. Os **emigrados** ficam em regímen de detenção, até se promover a sua concentração em qualquer localidade, ou campo especial. 2º. Não lhes serão feitos abonos em dinheiro, sendo-lhes fornecida alimentação e alojamento correspondente à sua categoria. Quando não houver messes de oficia e sargentos, será fornecida alimentação análoga por contrato com qualquer pensão ou casa de pasto. 3º. Podem ser-lhes fornecidas roupas brancas quando se julgue indispensável fazê-lo. 4º. As despesas feitas com os **emigrados** espanhóis serão escrituradas em relações especiais, com o seguinte título: “Despesas Com Os Emigrados Espanhóis”. 5º. Deve evitar-se todo o contacto desses **emigrados** com os nossos soldados, por pertencerem, pelo menos os que têm sido recolhidos, ao partido comunista espanhol.” Arquivo Histórico Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx.63-2.

entregues aos comandos militares mais próximos, permanecendo em presídios até ser decidido a sua repatriação, os refugiados civis foram identificados pela Secção Internacional da PVDE em função de listas e informações recebidas pela Falange, sendo na sua maioria entregues na fronteira às autoridades nacionalistas (*cf.* Delgado, 1980; Burgos Madroño, 1985; Oliveira, 1987; Espinosa, 2003). Paralelamente, ocorreram ao longo de toda a fronteira portuguesa movimentações de um número incalculável de refugiados, activando redes sociais com portugueses e compatriotas republicanos (*cf.* Oliveira, 1987; Vieira, 1996; Barriga, 1999; Espinosa, 2003; Godinho, 2004; Cunha, 2006, Simões, 2007 e 2009b, Rodríguez Gallardo *et al.*, 2009).

Javier Rubio (1979) afirma terem existido três momentos de exílios massivos de refugiados espanhóis para território português, mas em nosso entender existiram quatro, com diferentes características e destinos. O primeiro exílio massivo ocorreu na última semana de Julho de 1936, quando se refugiaram em Portugal carabineiros e milicianos que haviam resistido às forças nacionalistas a sul da província de Pontevedra e de Ourense, juntamente com civis provenientes de Tuy e Vigo, na ordem das centenas de pessoas (*cf.* Rubio, 1979; Rodríguez Gallardo, 2008). O segundo momento verificou-se a 12 de Agosto, quando os habitantes de Encinasola (afectos ao golpe militar) procuram refúgio em Barrancos, e são acolhidos pelas autoridades locais (*cf.* Rubio, 1979; Espinosa, 1996; Pires, 1997; Tapada Pérez, 1999; Barriga, 1999; Simões, 2007). O terceiro momento ocorre na fronteira do Caia, a partir da tarde do mesmo dia, resultando no êxodo republicano provocado pelos bombardeamentos e ocupação de Badajoz (*cf.* Rubio, 1979; Delgado, 1980; Oliveira, 1987; Vieira, 1996; Espinosa, 2003; Cunha, 2006; Neves, 2007). Durante o fuga para Portugal, milhares de pessoas foram detidas em presídios militares, em postos da Guarda Fiscal, em delegações e postos da PVDE, e concentradas temporariamente em campos improvisados em Elvas, junto ao posto fronteiriço do Caia, em Campo Maior, junto aos postos fronteiriços do Retiro e da Caseta e nos celeiros da vila (*cf.* Oliveira, 1987; Vieira, 1996; Cunha, 2006). O quarto êxodo massivo ocorreu na fronteira de Barrancos, após a ocupação de Oliva de la Frontera pelos nacionalistas, a 21 de Setembro de 1936 (*cf.* Pires, 1997; Barriga, 1999; Espinosa, 2003; Simões, 2007).

A concentração de refugiados no Caia inicia-se logo após os primeiros bombardeamentos da cidade de Badajoz, perpetrados pelas forças nacionalistas. A documentação existente no Arquivo Histórico Militar reúne um conjunto de telegramas da Guarda Fiscal informando sobre o permanente fluxo de refugiados espanhóis para

território português, mas através das reportagens de alguns jornalistas podemos aceder ao drama de centenas de pessoas que abandonaram as suas casas procurando refúgio em Portugal.²⁴¹ No caso dos refugiados concentrados no Caia recorreremos às reportagens dos jornalistas portugueses como Mário Pires, do *Diário de Notícias*, que perante a tragédia presenciada no posto fronteiriço a descreve na sua dimensão humana: “ É a debandada, o êxodo. Quadro doloroso. São mais de seiscentos, setecentos, mil figuras de tragédia, com cestos de mantimentos, cobertores, utensílios de cozinha, trapos de toda a espécie.”²⁴² Mas a primeira fotografia de um grupo de refugiados no Caia, sob a legenda: “um aspecto do acampamento dos refugiados de Badajoz próximo da fronteira” fora publicada no dia anterior.



Diário de Notícias de 11 de Agosto de 1936, p.4

²⁴¹ Segundo Pena Rodríguez (2003), o *Diário de Notícias* foi o jornal que mais meios mobilizou para o acompanhamento da guerra, enviando para Espanha onze jornalistas e dois fotógrafos. Foram eles: José Augusto, Mário Rosa, Aprigio Mafra, Mário Pires, Mário Lyster Franco, Armando Boaventura, Oldemiro César, Armando de Aguiar, Urbano Rodrigues, Maurício de Oliveira e “Losil”, além dos gráficos Teodoro Medel de Aquino, Firmino Marques da Costa e Ferreira da Cunha. *O Século* deslocou Leopoldo Nunes, Tomé Vieira, José Barão, Amadeu de Freitas e Artur Ferreira da Costa. O *Diário de Lisboa* fez a cobertura do conflito com Artur Portela, Norberto Lopes, Félix Correia, Mário Neves e Rogério Pérez, além dos fotógrafos Deniz Salgado e Afonso Pereira de Carvalho. José Maria da Costa Júnior e Jorge Simões representaram o *Diário da Manhã*. Eduardo dos Santos (“Edurisa”) e Emílio Sari representaram o *Comércio do Porto*. César dos Santos o *Jornal de Notícias*, e Lopes Vieira *O Primeiro de Janeiro*. Carlos de Ornelas escreveu várias crónicas para *A Voz*, Vieira Pinto efectuou diversas reportagens para *A Noite, de Lisboa* e Eduardo Freitas da Costa recolheu algumas impressões numa viagem pela Espanha rebelde para o semanário *Acção* (2003:10).

²⁴² *Diário de Notícias*, 12 de Agosto de 1936, p.5.

A partir de 15 de Agosto o drama dos refugiados espanhóis será notícia de primeira página, resultante de uma campanha de solidariedade lançada por este jornal. Pena Rodríguez (1998) defende que a campanha do *Diário de Notícias* serviu para desviar a atenção dos leitores da violência da tomada de Badajoz e da colaboração das autoridades portuguesas para com os falangistas, na captura de “comunistas” (Pena Rodríguez 1998:289). Acrescentando que as fotografias de Ferreira da Cunha mostram apenas o posto fronteiriço, a praça de touros de Badajoz depois dos bombardeamentos, refugiados espanhóis em Elvas e pouco mais, sem qualquer registo de cadáveres das vítimas do combate.²⁴³ A censura sobre a imprensa portuguesa manipulou o conteúdo informativo do desenrolar dos acontecimentos em Espanha, mas o *Diário de Notícias* foi o único jornal que legitimou a existência de centenas de refugiados, sensibilizando a opinião pública portuguesa para uma crise humanitária que o governo português tentava ignorar. A 13 de Agosto, na primeira página do *Diário de Lisboa*, o jornalista Mário Neves descrevia os acontecimentos desde a fronteira do Caia, local que se tornou no “quartel-general” da imprensa portuguesa e estrangeira. No artigo intitulado: “Badajoz deve cair hoje em poder dos rebeldes”, o repórter faz referência aos “emigrados”:

“O êxodo da população de Badajoz continua a fazer-se no mesmo ritmo de ontem. No posto do Caia encontram-se hoje apenas as autoridades militares e policiais e, acampadas debaixo da sombra acolhedora e das árvores frondosas, algumas famílias espanholas fugidas do país vizinho. (...) Os funcionários do posto fronteiriço abriram uma subscrição entre os oficiais e outras pessoas presentes para matar a fome aos filhinhos dos emigrados. É um grupo de criancinhas, algumas loiras, lindas, olhos vivos, espavoridos que há dias não sabem o que seja a tranquilidade, e que na sua inocência nada mais conhecem que o riso e o choro”.²⁴⁴

Na primeira página do *Diário de Notícias* de 15 de Agosto publica-se o primeiro apelo “a favor dos refugiados na fronteira do Caia”, noticiando o êxodo de famílias inteiras, homens, mulheres e crianças, “alucinados, cheios de fome e de dor” que fugiram para a fronteira, “durante as longas horas em que Badajoz foi fortemente batida pelo canhoneiro e destruída por bombas”.²⁴⁵ Nas mesmas páginas é divulgada a

²⁴³ Nos arquivos do *Diário de Notícias* consultámos as reportagens fotográficas de 14 a 18 de Agosto, encontrando nas respectivas colecções fotos de cadáveres e a destruição da cidade de Badajoz que não foram publicadas. O mesmo se verifica nos arquivos fotográficos do jornal *O Século*, depositado na Torre do Tombo.

²⁴⁴ *Diário de Lisboa*, 13 de Agosto de 1936, p.1.

²⁴⁵ *Diário de Notícias*, 15 de Agosto, pp. 1 e 2

primeira acção de solidariedade, “o voo humanitário do avião Dragon”²⁴⁶, no qual participou Caetano Beirão da Veiga (administrador delegado da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do jornal) transportando pão, bolachas e sanduíches “Nacional”, sardinhas e chouriço em latas oferecido pela Companhia Industrial de Portugal e Colónias, e ainda latas de Banacao oferecidas pela Scipat.²⁴⁷ Estas “dádivas”, assim descrevia o jornal, destinavam-se “a minorar a miséria das infelizes famílias espanholas que se acolheram ao agasalhado dos nossos compatriotas raianos”, apelando a que “esses donativos não cessem, que tantos sejam dia a dia, como se torna urgente acudir à situação crudelíssima daqueles refugiados.” No dia seguinte foram divulgadas duas entregas de bens alimentares e roupas, transportados em duas camionetas que tiveram por destino Elvas e Campo Maior.²⁴⁸ A distribuição foi acompanhada pelo Governador Civil de Portalegre, pelos administradores dos concelhos de Elvas e de Campo Maior, e pelo presidente da União Nacional de Campo Maior, “que elogiaram a iniciativa deste jornal, acompanhando a cruzada beneficente”.²⁴⁹ No Caia foram distribuídos alimentos e agasalhos a cerca de quatrocentos refugiados, assim como aos cinquenta carabineiros, que tinham aderido ao golpe militar, e a suas famílias, concentradas no posto fronteiriço espanhol.

A tomada de Badajoz ocupa agora as primeiras páginas da imprensa portuguesa, e Mário Neves será o primeiro jornalista a entrar na cidade juntamente com os jornalistas franceses Marcel Dany da *Havas* e Jacques Berthet do *Temps* (Neves, 2007:65). “Desolação e Pavor” foi o título da sua crónica de 15 de Agosto na qual descreve o cenário desolador da destruição, dos corpos que jaziam abandonados pelas ruas. No dia seguinte regressou à cidade presenciando o regresso de alguns refugiados, mulheres e crianças, “gente humilde em cujos olhos se podem ler o espanto da tragédia”

²⁴⁶ O bimotor “Dragon” da Crilly Air foi fretado pelo *Diário de Notícias* para serviços de reportagem desde o início do conflito em Espanha, tendo servido para acompanhar a tomada de Huelva e de Sevilha pelos nacionalistas. “El Diario de Noticias fue el periódico portugués que hizo el mayor esfuerzo durante la guerra española. Envío a España hasta 16 periodistas y fotógrafos que estuvieron presentes en los momentos más decisivos y en los lugares más importantes durante los 33 meses de la lucha fratricida” (Pena Rodríguez, 1998:288).

²⁴⁷ Estas ofertas também serviram de campanha publicitária às próprias marcas como por exemplo o Banacao, da empresa Scipat, destacado no jornal *Hoy* de Badajoz pela generosa oferta ao tenente-coronel Yague de “todo o Banacao necessário para o pequeno-almoço das suas tropas, até à sua chegada a Madrid”. *Diário da Manhã* de 6 de Setembro de 1936, p.2

²⁴⁸ Para além das ofertas em géneros o *Diário de Notícias* divulgava diariamente a lista de donativos em dinheiro entregues na sede do jornal, que a 16 de Agosto totalizava a importância de 4.321\$50.

²⁴⁹ *Diário de Notícias*, 17 de Agosto, p.1

(Neves, 2007:71), mas não encontrou tantos corpos pelas ruas, sendo informado que “a justiça militar” apenas mantinha os cadáveres expostos durante algumas horas, e em alguns lugares, para servirem de exemplo (2007:73). Na reportagem de 17 de Agosto, parcialmente cortada pela censura, Mário Neves confronta-se com o cenário macabro da violência e do terror das execuções em massa, que os revoltosos são os primeiros a divulgar para provar “a inflexibilidade da sua justiça”, testemunhando o cenário dantesco da incineração de centenas de corpos empilhados no cemitério, cujo fumo e labaredas se avistavam do Caia (2007:81-82), impregnado o ar com o cheiro da morte. No cemitério de Badajoz mais de trezentos cadáveres alinhados ao longo de quarenta metros jaziam carbonizados, uns completamente negros, noutros identificando-se as pernas e os braços que haviam escapado das chamas provocada pela gasolina que sobre eles havia sido derramada. Enquanto noutro espaço do cemitério vinte e três corpos de legionários caídos durante o combate, aguardavam a hora da cerimónia solene do seu funeral (2007:83). Em 1985 o jornalista Mário Neves publicou o livro *A Chacina de Badajoz*²⁵⁰ reunindo as suas reportagens de guerra, parcialmente cortadas pela Censura em 1936, escrevendo:

“Nos quarenta e dois anos de actividade que, continua e predominantemente, exerci na Imprensa diária, tive ocasião de assistir a muitos eventos de índole variadíssima (...) Mas nenhuma evocação me tem acompanhado tão fielmente, num tormento verdadeiramente obsessivo como a visão tremenda que os meus olhos fixaram nesses dias angustiosos de começo da Guerra Civil de Espanha, quando da tomada de Badajoz” (Neves, 1985:9).

Na primeira página do *Diário da Manhã* de 17 de Agosto de 1936, as palavras do general Mola: “Nem capitulação, nem paz, nem pacto”, ocupavam quase toda a largura da página, destacando uma entrevista recolhida em Burgos afirmando: “- Não queremos nada, a não ser uma vitória esmagadora e definitiva.”²⁵¹ Jorge Simões, um dos jornalistas destacados para Badajoz por este jornal, regressou a Lisboa a 18 de Agosto psicologicamente abalado pela violência. Um pequeno texto noticiava o seu regresso, enaltecendo a sua coragem e o seu trabalho, assim como de outros jornalistas

²⁵⁰ Esta obra tem uma edição espanhola, traduzida por Ángel Campos Pámpano e prólogo de Carlos García Santa Cecilia, intitulada: *La Matanza de Badajoz. Crónica de un testigo de uno de los episodios más trágicos de la guerra civil de España (Agosto de 1936)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura, 2007.

²⁵¹ *Diário da Manhã*, 17 de Agosto, p.1

que “quase enlouqueceram ao presenciar o fuzilamento de alguns desgraçados”, mantendo contudo o discurso dominante, “que entre outras falhas se deixaram arrastar por sicários que fogem cobardemente na hora da derrota”, referindo-se aos oficiais republicanos que se fugiram para Portugal para salvar a vida.²⁵² Em Lisboa Jorge Simões escreve alguns artigos sobre a sua experiência em Badajoz, entre eles: “A história de Perdigão, que ia perdendo a «pena» na tomada de Badajoz”, narrando o caso de Eduardo José Coelho Perdigão, solteiro, de 23 anos de idade, natural da freguesia da Encarnação em Lisboa, antigo contínuo do *Diário da Manhã*, que acidentalmente aguardava o mesmo destino dos prisioneiros republicanos, amontoados na praça de touros de Badajoz. Com o objectivo de escrever a história de Eduardo Perdigão, Jorge Simões deixa-nos um texto paradigmático, do qual seleccionámos o seguinte excerto:

“Por toda a parte havia ruínas e destroços, cadáveres e sangue já coagulado, homens caídos nas mais trágicas e esquisitas posições. Começava a exalar-se dos cadáveres um cheiro nauseabundo e o ar que respirávamos sabia a pólvora, e a sangue. (...) Levaram-nos as nossas andanças até à Praça de Touros, onde estavam recolhidos os prisioneiros marxistas. Eram, ainda, os Legionários do Tercio quem tinha os prisioneiros à sua guarda. E entravam constantemente levadas de centenas deles, ora amarrados com cordas, ora com «las manos arriba». (...) Nesse momento, do aglomerado de prisioneiros que se encontravam acorados nas entradas da praça, partiu uma voz que nos fez estremecer. (...) Continuavam chegando as levadas com dezenas e dezenas de marxistas. (...) No dia seguinte voltámos à Praça de Touros. E já não vimos entre os presos, o Perdigão. (...) Supusemos o pior de tudo – confessamo-lo muito sinceramente – chorámos a morte do Perdigão.”²⁵³

Em Campo Maior a população testemunhou o troar da artilharia em Badajoz na manhã de 14 de Agosto, cujos violentos estrondos motivaram alguns vizinhos a dirigirem-se ao Arco da Porta da Vila (ponto mais alto da vila), que ligava a estrada à Puerta de Palma de Badajoz. Desse lugar presenciaram o incessante bombardeamento da cidade por aviões, que mais tarde souberam ser alemães, ao serviço de Franco. Ao fim da tarde Campo Maior começou a “encher-se de espanhóis, que aterrorizados haviam abandonado as suas casas” (Vieira, 1996:182). A estrada da Fonte das Negras e

²⁵² *Diário da Manhã*, 19 de Agosto, p.1.

²⁵³ Neste dia Eduardo Perdigão que vestia fato-macaco azul, tinha sido despido da cintura para cima, mas não apresentava no ombro sinais de ter disparado alguma arma. Por isso, Jorge Simões irá interceder por ele junto do Cônsul de Portugal em Badajoz, e posteriormente, acompanhado por este, junto do general Yagüe, que aceita a libertação do jovem. Segundo o jornalista, Eduardo Perdigão regressou a Olivença onde era empregado de comércio havia três anos, explicitando no artigo que seus pais eram politicamente conservadores, e há um ano que não sabiam dele. *Diário da Manhã*, 22 de Agosto, p.5

o Largo do Dispensário foram os pontos de acesso mais utilizados, por serem o trajecto mais curto entre as duas povoações, mas a guerra transformou a fronteira e a vida dos portugueses que aí viviam (Cunha, 2006:252). As precárias condições económicas dos habitantes de Campo Maior, 80% dos quais eram assalariados rurais sem trabalho certo, “dificultaram o acolhimento a um número tão elevado de exilados”, agravado pela repressão das autoridades portuguesa que nas semanas seguintes vão encarcerar centenas de refugiados (Vieira, 1996:182). No posto fronteiriço do Retiro foram distribuídos alimentos e agasalhos provenientes da campanha do *Diário de Notícias*, mas em Campo Maior a memória colectiva apenas fixou o destino dos refugiados concentrados nos celeiros da antiga Federação Nacional de Produtores de Trigo, transformados em espaço de reclusão (Vieira, 1996:183), por terem sido enviados para Espanha, “acentuando a polarização na vila entre ricos e pobres” (Cunha, 2006:264). Paralelamente, o embaixador espanhol Sánchez Albornoz recebia informações sobre o destino dos refugiados do Caia, que deixaram de ser notícia nos jornais portugueses:

“Como en la frontera de Portugal hay dos o tres mil personas, los moros vienen en camionetas y se los llevan por levás y no se vuelve a saber de ellos, este Sr. puede garantir que ha visto tres camionetas que van a Portugal (frontera de Caia) y los que los fascistas indican como reos son transportados en la misma y trasladados a Badajoz” (Martín, 1995:197).

Em finais de Agosto de 1936 encontravam-se detidos no Forte de Caxias, controlado pela PVDE, mais de duzentos refugiados republicanos, e no Forte da Graça em Elvas mais de uma centena (Oliveira, 1987). Sobre os detidos no Forte de Caxias tivemos acesso a um conjunto de petições de oitenta e dois “emigrados políticos espanhóis” internados no reduto Norte de Caxias, solicitando o fornecimento de roupa interior, fatos de macaco e alpercatas.²⁵⁴ Na sua maioria eram jornaleiros, provenientes das províncias de Badajoz, Huelva e Ourense, com idades compreendidas entre os 18 e os 52 anos, milicianos que haviam lutado ao lado do exército republicano. No mesmo local estavam detidos oficiais e subalternos de Infantaria e de Carabineros, como o coronel Puigdengolas, comandante militar de Badajoz. Este grupo de oficiais estava perfeitamente identificado pelo embaixador espanhol Sánchez Albornoz, para os quais havia solicitado autorização de embarque para França ao ministro dos negócios

²⁵⁴ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx.63-2, Ministério da Guerra, Confidencial 1.254, de 23 de Agosto de 1936 dirigida ao Cônsul Geral de Espanha em Lisboa.

estrangeiros portugueses.²⁵⁵ No forte da Graça, segundo uma carta do comandante militar enviada ao Governador Civil de Elvas, estavam detidos 136 “emigrados espanhóis”, uns desde 14 de Agosto e outros desde 9 de Setembro. O facto destes detidos partilharem os mesmos espaços dos reclusos militares constituía motivo de preocupação, receando-se o contágio de ideias “poluentes”, susceptíveis de criar agitação, ou de contradizerem os princípios classificatórios da nova ordem.

“É provável que esta situação se prolongue por algum tempo e a estada destes emigrados nesse Forte seja prejudicial à disciplina deste depósito, que tem no seu afecto 148 praças incorporadas, umas condenadas pelos Tribunais e outras por motivos do seu péssimo comportamento, venho rogar a V. Ex.^a se digno providenciar para que aos referidos emigrados seja dado qualquer destino”.²⁵⁶

Segundo Oliveira (1987) havia cerca de duas centenas de oficiais superiores do Exército e de Carabineros no Forte de S. Julião da Barra em Lisboa, e na delegação da PVDE no Porto uma centena de refugiados provenientes das fronteiras do norte e do nordeste (1987:158). Entre a chegada dos primeiros refugiados e Outubro de 1936 foram registadas diversas entregas de refugiados aos nacionalistas. Só a secção da Guarda Fiscal de Safara entregou 54 pessoas de uma única vez (Oliveira, 1987:158). A actuação sistemática das autoridades portuguesas obrigou o Governo republicano a apresentar ao Comité de Não Intervenção de Londres uma acusação contra Portugal, denunciando a entrega de refugiados às forças nacionalistas para fuzilamentos sumários em Badajoz (*cf.* Delgado, 1980; Burgos Madroñero, 1985; Oliveira, 1987; Espinosa, 2003), enquanto Salazar adiava a adesão formal ao Comité.

A 3 de Setembro de 1936 o representante português na Sociedade das Nações, Jorge Santos, participa pela primeira vez na subcomissão de refugiados, após a adesão formal ao Comité de não Intervenção, alegando que Portugal não tinha refugiados no momento da formação da dita comissão:

“Presentemente, como a situação em Espanha faz atravessar a fronteira portuguesa grande número de «fugitivos», considera que a sua participação nos trabalhos pode ser no momento muito útil, como informação oficial sobre a protecção que as suas autoridades dão aos «emigrados» em todo o território português. Aludindo depois, de maneira geral, à vigilância exercida pelas autoridades portuguesas sobre

²⁵⁵ IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç 480/2, (pt. 28/2).

²⁵⁶ Carta do Governo Militar de Elvas de 24 de Setembro de 1936.AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx.63-2.

os «refugiados» que cultivam uma ideologia política diferente que Portugal adoptou, como base da sua ordem política e social”.²⁵⁷

Em meados de Fevereiro de 1937, o Comité de Londres proibia a saída de voluntários estrangeiros e de armamento para Espanha, aprovando um plano de controlo que entrou em vigor em Abril, e desde então as fronteiras francesa e portuguesa foram vigiadas por observadores internacionais (Aviles Farré, 1992:197). Mas estas medidas tiveram aplicação tardia, quando pela fronteira portuguesa haviam passado nos primeiros três meses do conflito todo o tipo de apoio necessário ao avanço das forças nacionalistas, além de se terem praticado violações ao direito internacional de asilo político (*cf.* Delgado, 1980; Oliveira, 1987; Vicente 1995 e 1998).

Os acontecimentos também geraram acções inesperadas por parte de alguns representantes do Estado na fronteira portuguesa, em função da rede social, mas também dos seus valores humanos e de circunstâncias específicas. Em Elvas, aquando da tomada de Badajoz pelas forças do general Yagüe, o chefe militar do Batalhão negou-se a entregar à PVDE um grupo de refugiados espanhóis, salvando-lhes a vida (Vicente, 1998:15). Em Campo Maior, o sargento Abrantes, comandante da GNR local, teve responsabilidades directas na organização da saída para o exílio de vários espanhóis, além de ter actuado de forma a evitar que muitos refugiados fossem presos durante as rusgas organizadas na vila, prevenindo certas pessoas de sua confiança sobre as datas e locais das mesmas (Vieira, 1996:186). A 23 de Setembro de 1936, segundo as memórias do requeté Francisco Vasquez Carrasco, uma coluna militar espanhola chefiada pelo capitão Varela Paz, da qual fazia parte, deslocou-se à Ponte Internacional de Barrancos solicitando a entrega de refugiados espanhóis.

“Nuestros jefes estuvieron al habla con las autoridades portuguesas, para que nos hicieran entrega de los fugitivos nuestros que tenían en campos de concentración, con palabras corteses nos dijeron que no era posible estos deseos nuestros y volvimos a los camiones a Cumbres Mayores sin pena ni gloria” (Tapada Pérez, 1999:65).

Segundo Tapada Pérez (1999) a resistência deveu-se à acção do tenente Oliveira Soares, responsável pelas forças portuguesas destacadas na fronteira de Barrancos com Encinasola, que também irá impedir a ofensiva das forças nacionalistas sobre os

²⁵⁷ *Diário de Notícias*, 4 de Setembro de 1936, p.1

refugiados concentrados junto ao rio Ardila, na herdade da Coitadinha (Simões, 2007). O caso mais paradigmático será protagonizado pelo tenente António Augusto de Seixas, responsável pelo comando técnico das operações de vigilância e controle da fronteira de Barrancos, que analisaremos na última parte deste capítulo. Estes casos suscitam uma reflexão sobre a acção dos representantes do Estado na fronteira, integrados numa estrutura de poder, cuja missão esperada é sancionar e deter, cumprindo ordens dos seus superiores hierárquicos. Todavia, perante o desenrolar dos acontecimentos, adoptam estratégias de resistência, ocultando ou dissimulando as suas acções frente ao poder dominante, manipulando ou reinterpretando as ordens recebidas. O poder dos representantes do Estado parece derivar de uma multiplicidade de pontos, de relações de desigualdade mutáveis que oscilam em função de lealdades distintas. Nesta perspectiva, as relações de poder têm uma função produtora, gerando resistências que não provêm de princípios heterogéneos, mas como o outro termo das relações de poder, que se inscrevem como irredutíveis, frente a frente (Foucault, 1994:99). Se como nos diz Foucault (1976), a rede das relações de poder forma um espesso tecido que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exactamente neles, também os pontos de resistência atravessam as estratificações sociais e as unidades individuais, possibilitando a manutenção e reactivação das redes de solidariedade entre populações fronteiriças.

5.1. Os vizinhos de Encinasola: solidariedades e delação

No espaço fronteiriço da Andaluzia e da Extremadura, comparativamente similar ao espaço geográfico do Baixo Alentejo, encontramos uma estrutura socioeconómica sustentada em oligarquias de base agrária e num caciquismo “estabilizador e repressivo”, contra o qual se detectam ao longo do tempo convulsões sociais (Lacomba, 1981:304). A principal causa dos conflitos resultava do sistema latifundiário, com as classes rurais a serem atraídas por doutrinas revolucionárias e movimentos de protesto (Malefakis, 1981:339). Os movimentos tiveram avanços e recuos ao longo do tempo, emergindo com maior intensidade após a implantação da II República. Neste percurso a influência anarquista manteve-se predominante na Andaluzia, embora a corrente socialista tivesse aumentado a sua influência nos finais da década de 1920 (Collier, 1987; Baptista, 2004). O objectivo destas lutas eram “o reparto”, a par de outras reivindicações mais imediatas como o aumento de salários, a eliminação de

empreitadas, ou a restrição à contratação de forasteiros dentro das fronteiras de cada município (Martínez Alier, 1968; Malefakis, 1981; Baptista, 2004). Em Portugal, os movimentos rurais que despontaram nos primeiros anos da República, embora não mantivessem a mesma intensidade ao longo do tempo, centraram-se nas condições de trabalho e na luta pelo emprego, e não na posse da terra (*cf.* Pereira, 1983; Godinho, 2001; Baptista, 2004; Cutileiro, 2004; Fernandes, 2006). Mas apesar das diferenças que possam existir nos conteúdos reivindicativos dos trabalhadores rurais, a posse da terra constituía “a pedra angular da estratificação social” (Cutileiro, 2004:23) em ambos os lados da fronteira.

A propriedade permitia a autonomia, a auto-suficiência e a independência face à vontade de outrem, enquanto a falta de terra forçava a baixar a cabeça perante os outros, obrigando à submissão (Collier, 1997:30). Para Martínez Alier (1968) o sistema latifundiário estabelecia as posições sociais entre proprietários e trabalhadores, fixando o carácter das relações sociais, nas quais as atitudes e crenças se podiam explicar a partir das relações de produção, ou seja das relações que os homens estabeleciam para produzir (1968:333). A Constituição republicana de 1931 admitia a possibilidade da expropriação da terra, mas a heterogeneidade e as divergências entre as forças políticas que apoiavam o governo foram arrastando o processo de aprovação da lei da reforma agrária, que só viria a concluir-se em Setembro de 1932 (Baptista, 2004:35). A reforma agrária da república espanhola acompanhou as vicissitudes políticas dos anos de 1931-1936, e à expectativa do movimento social correspondeu, desde 1931, o reconhecimento oficial que “o direito agrário deve responder à função social da terra” (Pérez Yruela, cit. em Baptista, 2004:35).

Principais grupos profissionais da Província de Huelva (1930)

Agricultura	Industrias várias	Minas	Transportes e comunicações	Comércio
62.915	11.654	10.412	6.961	6.618

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Espanha INEE²⁵⁸

Principais grupos profissionais da Província de Badajoz (1930)

Agricultura	Industrias várias	Ganadaria	Comércio	Serviço Doméstico
142.686	22.126	15.326	11.111	8.912

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Espanha (INEE)²⁵⁹

²⁵⁸ Consultável em: <http://www.ine.es/inebaseweb/pdfDispacher.do?td=103218&ext=.pdf>

A implantação da II República foi recebida com regozijo pelas classes mais desfavorecidas, e em Encinasola a notícia chegou através de emissoras de rádio espanholas e portuguesas, permitindo aceder a diferentes leituras do acontecimento. O novo regime sustentava a esperança pelo direito à terra e ao trabalho, numa sociedade fortemente marcada por assimetrias sociais, agravada pelo desemprego rural e pela ausência de recursos financeiros para obras públicas. Para minorar a crise económica, que atingia centenas de trabalhadores, a Sociedad de Obreros la Fraternidad solicitou ao Ayuntamiento o início das obras na estrada da fronteira portuguesa, ligando Encinasola a Barrancos. Aos terratenentes, com mais de duas mil pesetas de rendimento rústico, impôs a contratação de trabalhadores, na razão de um por cada mil pesetas de rendimento. A colocação dos homens parados previa um período de trabalho de quinze dias, com um jornal de três pesetas para os que ficassem a dormir nas herdades, e três pesetas e vinte cinco para os que dormissem em suas casas. Contudo, a situação agravou-se significativamente após o período das ceifas e da apanha da azeitona, deixando no desemprego seiscentos trabalhadores, originando um período de contestação popular que conduziu à demissão do Alcalde em Fevereiro de 1933 (Rodríguez Guillén & López Garcia, 2009:19-20).

Aquí había quince o veinte ricos, veinte o treinta patrones que nos pagaban dos reales que no daban para nada, y nos andaban vigilando como esclavos, como esclavos, ellos nos mandaban y si no querías tú, otro. Si levantabas la cabeza porque estabas cansado te despedían y luego venia otro, y eso era el que yo temía, porque ya no comías. (Manuel López)²⁶⁰

Manuel López Boza nasceu em Encinasola em 1924, tinha três irmãos e uma irmã, e os pais eram trabalhadores rurais durante o dia, e contrabandistas à noite. Todos os irmãos foram ao contrabando quando eram jovens, começaram com catorze, quinze anos, levando café e açúcar até Higuera, que iam buscar a Portugal junto à Contenda, à herdade dos irmãos José e Manuel Cláudio. Durante a República, Manuel concluiu o 2º

²⁵⁹ Consultável em: <http://www.ine.es/inebaseweb/pdfDispacher.do?td=107432&ext=.pdf>

²⁶⁰ Manuel López Boza (Encinasola, 1924), entrevista realizada em sua casa, em Encinasola, a 9/4/2008.

ano escolar com o professor Don Urbano Cortegano, depois trabalhou no campo, no contrabando, e emigrou para a Alemanha na década de 1950. As suas memórias estão profundamente marcadas pelas difíceis condições de vida, e pelas relações de produção que desenhavam as classes sociais. Dionizia Roque, sua companheira de toda a vida, partilha as mesmas memórias de um tempo de adversidades, de incertezas e de medo, no qual os anos da República representaram a utopia dos dominados.

Sufrimos mucho, porque los padres no nos podían mantener por ser pobres. No había trabajo, no había nada; teníamos que salir a trabajar como podíamos. Mi padre era obrero, no tenía donde ir a trabajar y teníamos que salir por necesidad. Cada uno por la mañana salía a su destino y así pasábamos la vida los pobres, trabajando para los padres, que en aquella fecha no había trabajo para los padres ni para nada. Y esa fue la vida que llevábamos. (Dionizia Roque)²⁶¹

Dionizia Roque Moreno nasceu em 1924, nunca foi à escola, e era a mais velha de três irmãs. Os pais eram jornaleiros confrontados com permanentes crises de desemprego rural. As três irmãs começaram a trabalhar desde crianças, fazendo recados ou limpezas para os vizinhos, ajudando a mãe nos serviços da casa, deitando mão a todo o trabalho que pudesse contribuir para a sobrevivência da família, como o contrabando. As famílias dos jornaleiros, como as de Dionizia e Manuel, não podiam construir um projecto de vida a curto ou médio prazo, devido à sua precariedade económica, o que exigia a permanente adaptabilidade dos seus membros às mais variadas actividades laborais. Tratava-se de uma vida “vivida ao dia”, marcada pela precariedade do trabalho rural e pela necessidade imperiosa de sobreviver (Borderías, cit. em Sánchez, 2009:66). Muitos jornaleiros não tinham filiação partidária, como o pai de Dionizia Roque, outros organizaram-se em sindicatos ou partidos políticos como o pai de Manuel López, filiado na Izquierda Republicana. Mas todos tinham consciência da sua condição social, e acreditaram que a República e a Reforma Agrária podiam concretizar os seus anseios pelo direito ao trabalho e por melhores condições de vida. Dionizia Roque ainda preserva vagas memórias desse tempo, de fragmentos da bandeira tricolor desfraldada

²⁶¹ Dionizia Roque Moreno (Encinasola, 1924), entrevista realizada em sua casa, em Encinasola, a 9/4/2008.

no Ayuntamiento, das notícias do rádio entoando na Praça quando passeava de mão dada com o pai, assim como da euforia e de um sentimento de esperança.

Em Setembro de 1933 a Junta Provincial de Reforma Agrária solicita ao Ayuntamiento a elaboração de um Censo de Campesinos, e a respectiva constituição de Juntas Locais responsáveis pela execução do projecto. Segundo o respectivo censo existiam 437 trabalhadores agrícolas e ganadeiros sem terra, cabeças de família; 160 trabalhadores sem terras, que não eram cabeças de famílias; 9 trabalhadores acidentalmente agrícolas e ganadeiros; 291 pequenos proprietários que não eram cabeças de família, com menos de 50 pesetas de contribuição anual, e 243 cabeças de família, arrendatários de menos de 10 hectares de sequeiro ou uma de regadio (Rodríguez Guillén & López García, 2009:23). Os trabalhadores estavam organizados em sindicatos agrícolas, formados logo após a implantação da República.

Sindicatos agrícolas	Nº Associados	Associados s/terra	Fundação
Agrupación Socialista de Obreros del Campo	19	1	14-07-1931
Sindicato Agrícola La Fraternidade	390	231	16-12-1931
Sindicato El Protector Agrícola	22	7	28-01-1932

Fonte: Rodríguez Guillén & López García, 2009:24-25

Em Encinasola existiam ainda 1.690 vizinhos, cabeças de família, que beneficiavam do direito de desfrutar dos rendimentos das terras comunais da Contenda, que em Novembro de 1934 ascendiam a treze mil, duzentos e quarenta e quatro pesetas, e noventa e três cêntimos (Rodríguez Guillén e López García, 2009:26). O desemprego rural era um dos principais problemas sociais, como factor de instabilidade e conflito entre classes, por se tratar de um problema estrutural que a República foi incapaz de resolver. Para minorar o “paro obrero” a alternativa era quase sempre a criação de obras públicas, cujo trabalho temporário era gerido em função dos calendários agrícolas e das necessidades dos proprietários rurais. Com este objectivo, o executivo municipal propõe o início de diferentes obras públicas em Fevereiro de 1935, como a construção de um Grupo Escolar com doze secções, para o qual o Ayuntamiento cedia o edifício, contribuindo o Estado para o custo da obra, e ainda a construção de um caminho vicinal

de Encinasola a Aroche pela Contenda, integrado no Plano de Caminos da Diputación Provincial de Huelva (Rodríguez Guillén & López García, 2009:26).

População de Encinasola							
Censos 1930	Totais	Solteiros	Casados	Viúvos	Alfabetizados	Não sabem ler	População de facto
Homens	2.861	1.574	1.144	143	1.409	1.452	
Mulheres	2.894	1.492	1.118	284	1.051	1.843	5.755
Censos 1940							
Homens	2.654	1.437	1.085	132	1.655	999	
Mulheres	2.889	1.484	1.088	317	1.444	1445	5.543

Fonte: INEE²⁶²

A nova Constituição estabeleceu a separação entre a Igreja e o Estado, limitando e chocando frontalmente com os poderes da igreja, estreitamente unida às elites políticas e económicas. O primeiro objectivo foi eliminar a presença da igreja dos âmbitos civis que dominava, como os serviços de assistência municipal, hospitalares e de ensino, que gradualmente se transformam em projectos anticlericalistas (Espinosa, 1996:55). Contudo, os representantes da igreja não abandonaram nem alteraram as suas práticas quotidianas de controlo sobre as populações, enviando a cada cinco anos informações detalhadas ao Arcebispado. O pároco Eugénio López na sua comunicação de Outubro de 1932 salienta que em Encinasola não havia práticas religiosas, “los sacerdotes son burlados por niños e mayores” (Tapada Pérez, 1999:20). Segundo o seu relatório, noventa e nove por cento dos homens e noventa e cinco por cento das mulheres não frequentavam a missa, descurando os últimos sacramentos e recusando-os em noventa e nove por cento dos casos, nem cuidavam da educação cristã dos filhos. Lamentava-se do aumento de enterros e casamentos civis, “existen tres concubinatos públicos y dos divorcios”, informando que a nível local existia um centro socialista de lavradores e outro de jornaleiros que “causan inmenso daño con la propaganda, las malas lecturas; coaccionan para que sus asociados no se casen ni se entierren por la iglesia, ni bauticen a sus hijos”. Por outro lado “los fieles, en su mayor parte, favorecen la irreligión y la amoralidad”. Mas enquanto tecia estas considerações os paroquianos estavam imersos nas suas actividades quotidianas de sobrevivência, lutando pela

²⁶² Consultável em: <http://www.ine.es/inebaseweb/pdfDispatcher.do?td=103222&ext=.pdf>

liberdade e por melhores condições sociais “que se oscurecieron, cuando para la iglesia amaneció el 18 de julio de 1936” (Tapada Pérez, 1999:20).

Nas eleições de Fevereiro de 1936 a Frente Popular vencera em Encinasola com um censo eleitoral de 3 415 eleitores, destronando o anterior executivo liderado pela CEDA.²⁶³ A nova corporação Municipal tomou posse a 22 de Fevereiro e foi constituída por Candelario López López (Alcalde), Antonio Martínez Carrasco (primer teniente), Cesáreo Marín Márquez (segundo teniente) e José Delgado González (regidor síndico). As primeiras transformações foram aprovadas no Pleno Municipal de 15 de Março, estabelecendo as normas da Bolsa de Obreros. A 30 de Abril aprovaram por unanimidade a alteração do nome das ruas, iniciando obras de urbanização, saneamento e pavimentação da Plaza de la República. Em Maio criaram uma associação de municípios para fazer frente ao desemprego rural, e iniciaram o projecto do novo Centro Primário de Higiene Rural e Clínica Municipal, inesperadamente interrompido na sequência do golpe militar.

La República quería una cosa, que fuéramos todos iguales, y los nacionales lo que querían era (gesto de comer), eso era lo que querían y así fue la vida. (Manuel López)

A partir do golpe militar de 18 de Julho, a Guardia Civil e os Carabineros exerceram uma discreta vigilância sobre os mais destacados militantes políticos de Encinasola, conotados com o Partido Federal, com o Partido Socialista, com o Partido Comunista, com a Izquierda Republicana e com a Federação Anarquista Ibérica (FAI). Paralelamente, estes homens organizaram-se num Comité, recolhendo todas as armas existentes nas herdades, nos montes e em casas particulares, embora soubessem que eram vigiados pelas forças militares (Tapada Pérez, 1999:40). O objectivo da vigilância era controlar todos os seus movimentos e eventuais contactos entre comités de outras localidades, no sentido de dominarem qualquer tipo de resistência política.

A 19 de Julho o comandante da secção de Carabineros tenente Enrique Ruz Pérez e o seu adjunto Luis Valseca foram chamados pelos seus superiores a Huelva, enquanto o Comité local se reunia na escola de Don Urbano Cortegano Gómez formando grupos de vigilância e depositando no Ayuntamiento todas as armas que

²⁶³ Confederación Española de Derechas Autónomas, aliança de partidos políticos católicos de direita, fundada a 4 de Março de 1933, liderada por José María Gil-Robles.

conseguiram reunir (Tapada Pérez, 1999:43). No dia 29 de Julho foi declarado “o estado de guerra” na província de Huelva, ordenando que “sean puestos en libertad todos los individuos de Falange y de orden entregándoseles armas para auxilio a las autoridades” (Espinosa, 1996:154). Perante os acontecimentos o alcalde Candelario López, do Partido Socialista, com o apoio do professor Urbano Cortegano, do Partido Federal, e de Vicente Gómez Torres, da Izquierda Republicana, decidiram entregar todas as armas ao comandante da Guardia Civil, sem a aprovação dos restantes membros da vereação nem dos partidos de esquerda. Com esta decisão procuraram evitar confrontos militares e o possível derramamento de sangue, sem contudo conseguirem sair ilesos dos processos do *Consejo de Guerra*.²⁶⁴

O “estado de guerra” foi acatado pela população, gerando inquietação e diferentes acções por parte dos militantes dos partidos de esquerda. Os elementos mais moderados resolveram permanecer na vila e os que estavam ausentes apresentaram-se às autoridades municipais. Os militantes ligados a comités de resistência de outras localidades vizinhas, como os da FAI, partiram para Aroche, Cumbres e Higuera, para lutar contra o avanço das forças nacionalistas.²⁶⁵ Os militantes da FAI eram pouco mais de dez pessoas e pertenciam à Federación Extremaña. Era um grupo de bons leitores muito independente e reservado, que recebia muita propaganda do seu partido (Tapada Pérez, 1999:55). Muitos destes homens iniciaram a fuga pelos campos após a dominação dos sublevados sobre a província de Huelva e Badajoz, e nunca mais regressaram a Encinasola.²⁶⁶

A 10 de Agosto de 1936 o tenente Enrique Ruz regressa de Huelva para assumir o comando das forças militares de Encinasola, fazendo a sua viagem por território

²⁶⁴ Candelario López López, eleito a 20 de Fevereiro de 1936 foi destituído a 22 de Agosto com toda a Corporación, ajudando a passagem para Portugal de republicanos perseguidos. Em Junho de 1939 foi detido e encarcerado em Encinasola, sendo libertado a 22 de Outubro por intervenção de autoridades de Barrancos e do padre Eugénio López, pároco de Encinasola (Tapada Pérez, 1999:31). Urbano Cortegano Gómez, professor, foi condenado a prisão perpétua por rebelião militar, cumprindo pena entre 29 de Dezembro de 1937 e 3 de Novembro de 1967 (1999:246). Vicente Gómez Torres, fiscal de impostos foi acusado de “auxílio a la rebelión” condenado a prisão perpétua pelo Consejo de Guerra, de 29 de Abril de 1937, mas foi reabilitado pelo defensor por falta de provas, saindo em liberdade a 7 de Maio do mesmo ano (Rodríguez Guillén e López Garcia, 2009:174).

²⁶⁵ Todos aqueles que ficaram em Encinasola, ou que regressaram anos mais tarde estiveram sujeitos às sentenças do *Consejo de Guerra* que se prolongaram até 1941. Ver apêndice I-47 – Lista de pessoas que sofreram *consejos de guerra* (Tapada Pérez, 1999:242-249).

²⁶⁶ Dos dez militantes da F.A.I. seis permanecem desaparecidos, são eles: Toribio Jarillo Alcario, Victoriano Díaz Rodríguez, Ramón Gómez Márquez, Francisco Sánchez, Jeromo Domínguez López e Luis Gómez Domínguez, não tendo sido encontrada documentação sobre o seu falecimento (Tapada Pérez, 1999:55).

português e entrando pela fronteira de Barrancos. Entretanto, na povoação vizinha de Aroche, o quartel da Guardia Civil era assaltado pelas milicias locais, apoiadas por uma coluna de mineiros de Riotinto e milicianos de Rosal de la Frontera (Tapada Pérez, 1999:45). A notícia chegou pela rádio, e a possibilidade desta coluna se dirigir para Encinasola gerou o pânico nos apoiantes do golpe militar, e a insegurança na maior parte da população, que decide abandonar a vila e refugiar-se nos campos, originando a fuga de muitas famílias de direita para Barrancos.

Cuando decían que venían los mineros, en la guerra, uno que estaba casado con mi hermana, la mayor, vivía en Cumbres Mayores y ha venido con otro en dos caballos a Barrancos para intentar hablar con Queipo de Llano, para enviar una fuerza a Cumbres Mayores. Y fue ese señor Pereira el que los salvó, porque también eran de derecha, como decimos. Y entonces como él ya estaba allí, fuimos nosotros también para casa de Pereira, donde estuvimos nueve días. Luego ellos pasaron al ejército de Barrancos y entraron en Cumbres, uno de ellos con la fuerza y el otro, que era mi cuñado, quedó ahí con nosotros. (Francisco Sabido)²⁶⁷

Nos llevaron los padres corriendo por los campos de Encinasola y ahí pasamos veinte días o más. Veníamos al pueblo con la madre, la pobre, con nosotras chiquiquitas, a comprar un pan si podía para llevar, porque no teníamos nada en el campo, y pasábamos sin comer de noche y de día, escondidos en el campo, pero otros se fueron más tarde. Fue una vida muy esclava que nos tocó a vivir a nosotros. Yo lo cuento sin miedo, yo lo cuento para que lo sepan. No había comida ni nada. (Dionizia Roque)

Na madrugada de 12 de Agosto o Administrador do Concelho de Barrancos enviou um telegrama ao Governador Civil de Beja, alertando para “um ataque a Encinasola por uma coluna de marxistas das minas de Riotinto, da qual fazem parte muitos portugueses que há anos lá vivem e com um efectivo de cerca de 600 homens”.²⁶⁸ Segundo as informações recebidas este grupo dispunha de um carro blindado, metralhadoras e granadas de mão, e na madrugada anterior havia destruído o

²⁶⁷ Francisco Sabido Vázquez (Encinasola, 1922), entrevista realizada em sua casa, em Encinasola, a 9/4/2008.

²⁶⁸ IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 481, Cx 34, Secção Policial, Confidencial nº 51/C, de 13 de Agosto de 1936.

quartel dos carabineiros, fazendo alguns mortos e feridos. Um dos feridos fugiu para Barrancos, e ao narrar os acontecimentos em Aroche criou o temor nas autoridades locais. O Administrador do Concelho receou que as “forças revoltosas defendessem Encinasola, e que se os comunistas fossem derrotados muitos destes se pretendessem refugiar em Barrancos, que fica muito próximo, sendo insuficientíssimos para os desarmar as poucas patrulhas que guarnecem 8 ou 10 quilómetros da fronteira”.²⁶⁹ O tenente Joaquim Gonçalves da Silveira da PSP, deslocado para o local, constatou que a massa de espanhóis que se aproximava da fronteira era, “na sua quase totalidade, constituída por mulheres e crianças que já haviam passado a noite no campo, e que não se viam homens armados”. A nota confidencial enviada ao Comando Geral da PSP de Lisboa refere-se aos carabineiros de Encinasola nos seguintes termos: “Parece que estes estão fiéis aos revoltosos do Exército, se bem que tivessem respondido a uma pergunta, que já não sabiam a quem obedecer”.²⁷⁰

Perante a “ameaça comunista” foi rapidamente destacada uma Companhia do Regimento de Infantaria 17 de Beja, e um reforço de efectivos de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana, assim como uma Brigada Móvel da PVDE, a fim de reforçar a vigilância da fronteira juntamente com os elementos da Guarda Fiscal. Segundo o relatório do tenente António Augusto de Seixas:

“Em 12 de Agosto deu-se a invasão em Barrancos de fugitivos de Encinasola. Ao ter conhecimento imediatamente me fiz transportar de Safara para Barrancos. Aqui tomei as medidas que julguei convenientes para a identificação de todos os fugitivos, identificação que de alguns por mim próprio foi feita. Depois de identificados foi feita a relação respectiva e entregue ao Chefe da Brigada Móvel (A) da P.V.D.E. (Secção Internacional) e motorista respectivo, os quais apareceram em Barrancos, para aqui permanecer”.²⁷¹

Os vizinhos de Encinasola foram identificados em número de quatrocentos, sendo a primeira vaga constituída sobretudo por mulheres e crianças,²⁷² que ficaram

²⁶⁹ Idem

²⁷⁰ Idem

²⁷¹ Arquivo Histórico Militar (AHM), 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Ministério da Guerra, correspondência referente à Guerra Civil de Espanha. Processos privativos da Repartição do Gabinete do Ministério do Exército, Inquérito militar, relatório do tenente António Augusto de Seixas de 16 de Outubro de 1936, p.162.

²⁷² Júlio Lourenço Crespo, Chefe da Brigada Móvel A da PVDE, Secção Internacional, declarou “que relacionou os espanhóis em número de 400, que fugiram para Barrancos com medo de serem atacados pelos marxistas”. AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, p.139.

alojadas nas casas de famílias com as quais mantinham relações de amizade ou laços de parentesco. Enquanto o Administrador do Concelho assumia o compromisso, junto do Governador Civil de Beja, de abrigar e proteger este grupo de vizinhos.

Recordo-me dos fugidos de Encinasola, era muito pequena e sempre me fez muita confusão ver chegar aquela gente toda aos trambolhões, e logo em todas as casas havia gente, ora, uma terra metida noutra pode ver-se. Deixaram tudo para lá e vinham para cá. Ficaram na minha casa, na casa das minhas tias, em muitas casas aqui do povo, toda a gente lhes abriu as portas. E logo ali na minha casa, como o meu pai tinha rádio, ali vinham todos para saberem as notícias. (Maria das Dores Ortega)

Na sequência da campanha organizada pelo jornal *Diário de Notícias* foram distribuídos alimentos e agasalhos que também contemplaram os vizinhos de Encinasola. A 20 de Agosto de 1936 procedeu-se à distribuição de donativos e víveres “aos fugitivos das atrocidades da guerra civil da vizinha República”, efectuada sob a direcção do Administrador do Concelho e do correspondente local do *Diário de Notícias*.



Diário de Notícias de 21 de Agosto de 1936, p.4.

No artigo do jornal, o repórter enaltece “a bondade de alma da gente de Barrancos”, informando que após a entrada dos primeiros “fugitivos” se organizou uma comissão composta por António Lopes Santinho, secretário de Finanças, André Candeias, tesoureiro, Manuel Cláudio Pulido e Manuel Mira Lema, chefe de secretaria da Câmara Municipal, “a fim de angariar donativos para aqueles infelizes”. Nesta

campanha de solidariedade foi destacado o operário serralheiro Tomaz Xavier Domingues por ter contribuído com 10 pesetas, e um lavrador de Encinasola e suas irmãs com 300 pesetas para a subscrição pública, na qual colaboraram todos os refugiados em função “das suas posses, a favor daqueles que nada têm”. As quantias de 407 pesetas e de 102\$10 foram entregues ao Administrador do Concelho para distribuir pelos mais necessitados.²⁷³

Vinham vindo, porque conheciam famílias, famílias que tinham conhecimentos, ou algum familiar, que havia muita gente casada entre portugueses e espanhóis e espanhóis e portugueses, e depois aquele conhecia o tio, ou o sobrinho de outro qualquer e ficavam por cá. (Clemente Marques)

Nos acogieron allí, y se portaron muy bien, porque venían camiones. Nosotros no teníamos necesidad, pero los que no tenían nada les daban en Portugal bacalao y arroz a las familias que estaban huidas ahí. Nosotros estábamos en una casa que tenía dinero, no necesitábamos. (Francisco Sabido)

Francisco Sabido Vázquez nasceu em Encinasola em 1922 e tinha três irmãs mais velhas. Concluiu o 6º ano na escola pública de Don Urbano Cortegano. Seu pai começou por vender queijos com um burro, e posteriormente foi comprando terras onde criava gado, dedicando-se ao negócio de talhante. A família beneficiava de uma situação económica estável e Francisco nunca teve de trabalhar para os outros. No início do conflito recorda a sua permanência em Barrancos, salientando o bom acolhimento em casa de Manuel Pereira Janeiro, “onde nada lhe faltou”, assim como a camioneta que trazia géneros alimentares para os mais necessitados. Mas também evoca a acção da PVDE, através da memória de um *side-car* que transportava prisioneiros amarrados e cobertos por uma rede, para Badajoz. Também Gentil de Valadares evocava nas suas memórias as actividades de Saturnino, o motorista da brigada móvel da PVDE, das quais seleccionámos o seguinte excerto:

“Sempre que passava por Safara montado na sua grande moto *Harley*, com *side-car*, não deixava de parar à porta do quartel, para, num taqueómetro vizinho, descansar um pouco e molhar o bico, palestrando com

²⁷³ Excertos do artigo “Em socorro dos refugiados espanhóis”, *Diário de Noticias* de 21 de Agosto de 1936, p.4

os guardas. E se eu estava em casa chamavam-me sempre para a sua ‘taininha’... (...) Eu, à chegada, disparava: - Então, que é feito? Ele me respondia: - Pouco. Esta noite só fui levar um ‘pardal’. E logo se abria comigo. (...) Foi o Saturnino quem me contou o que se havia passado em Badajoz, e o que se estava a passar, quanto a fuzilamentos... De fonte autorizada. Ele andava cá e lá... A razia, de parte a parte, foi a de extermínio.” (Simões, 2007:83-84)

Francisco Sabido testemunhou em Barrancos a detenção dos seus vizinhos de Encinasola, Saturnino Torres Garcia e Andrés Reyes Acosta Delgado, capturados pela PVDE, algemados e cobertos pela rede, condenados sem julgamento, transportados no *side-car* com destino a Badajoz, onde foram fuzilados a 16 de Agosto de 1936.²⁷⁴ Juntamente com estes homens foi capturado o vizinho Hilario Moreno, que beneficiou da intervenção de um amigo de Barrancos na sua libertação (Tapada Pérez, 1999:51). Saturnino Torres mantinha afinidades com as gentes de Barrancos, onde se deslocava assiduamente para vender enchidos e outros produtos, sendo dos poucos vizinhos de Encinasola que naquela época possuíam passaporte. A sua captura está retida na memória como um caso de delação, que impossibilitou qualquer intervenção a seu favor, suscitando comoção e revolta quando é recordado o seu destino.

Uma senhora que não me apraz muito falar, porque ainda tem aqui muita família, denunciou um amigo do meu pai, o tio Saturnino. O tio Saturnino era amigo do meu pai e vinha aqui vender, era muito bom. Quando vinha trazia sempre uns bolinhos para dar às crianças. E essa senhora disse a alguma autoridade que viu aí, que o tio Saturnino era “rojo”, era comunista, e então o tio Saturnino foi apanhado aqui e foi levado com outras pessoas para Badajoz, foi morto na praça de Badajoz. (Carlos Durão)

Havia aqui um homem muito bom que trazia tripa, enchido, que era um homem bom de verdade, o tio Saturnino. Até os próprios políticos dessa altura deviam favores ao tio Saturnino, e então lhe disseram: “Tio Saturnino, você vai dizer que não é comunista”. Eu não, sempre, sempre!” E mataram-no na praça de Badajoz também. (José Ângelo)

²⁷⁴ Saturnino tinha 64 anos de idade, era vendedor e pertencia à Sociedad Obreros la Fraternidad, Andrés tinha 38 anos de idade, era casado com Ángeles, não sabemos a sua filiação partidária mas foi fuzilado “en aplicación del bando de Guerra con motivo del Alzamiento Nacional” (Tapada Pérez, 1999:51).

O presidente da Câmara de Barrancos aceitara alojar as mulheres e crianças independentemente da filiação político-partidária dos chefes de família, mas proibira determinantemente a presença dos homens conotados com o governo republicano. Por outro lado, devido aos laços de amizade e parentesco que uniam as elites de ambos os lados da fronteira, abriu as portas da sua casa aos vizinhos de Encinasola, enquanto a sua família partia mais cedo para a casa de verão em Monte Gordo. Algumas narrativas caracterizam os vizinhos de Encinasola como “gente da direita”, ou “burgueses”, embora fossem bastante diversificados, existindo grupos familiares de proprietários rurais, apoiantes do golpe militar, e outros sem filiação política, que receavam confrontar-se com a violência quotidianamente divulgada pela rádio ou através de relatos orais, como a família de Francisco Sabido. Contudo, existiu uma profunda diferença no acolhimento aos vizinhos de Encinasola, marcada por uma barreira político-ideológica que marginalizou os vizinhos republicanos. O perigo de “contágio” interditou-lhes o espaço da vila, que apenas cruzaram quando detidos e encarcerados às ordens da PVDE, durante a “intermitência da vida”, independentemente de serem acolhidos sigilosamente em casa de familiares e amigos.

Una de la familia que yo conocía que estaba cerca donde vivíamos nosotros era la mujer y las hijas del Alcalde de Encinasola, que era Candelario, él nunca entró en Barrancos pues sabía que habían llevado los otros a Badajoz. (Francisco Sabido)

Isto encheu-se de gente espanhola, quase tudo era pessoal da direita (...) Depois virou-se a guerra ao contrário e aqui já não deixavam entrar ninguém. (António Caeiro)

Eu não conheci nenhuma família dessas, mas sei que houve, não muitas, havia sim muita gente espalhada pelo campo, isso havia. Viviam miseravelmente das esmolas que lhe davam, desses havia muitos, e também não vinham às povoações porque tinham medo. Tinham medo, porque houve aqui um período em que os entregavam em Encinasola e lá... (Clemente Marques)

O golpe militar em Espanha impôs uma ruptura temporal ao nível dos quotidianos e da inteligibilidade, conferindo ao acontecimento um “efeito espelho”, no qual os indivíduos se revêem em função do seu posicionamento político e social. Neste sentido o acontecimento não contém em si nenhuma neutralidade, sendo apropriado de

diferentes formas pelo conjunto da sociedade. Consequentemente, estas apropriações podem entrar em conflito umas com as outras, porque nenhum acontecimento se pode definir sem ter em conta as dominações e as submissões no seio da sociedade (Farge, 2002). As narrativas testemunham que na zona da raia, franja de uma demarcação geográfica construída pelo poder central, as diferenças impostas pelos estados diluem-se através dos afectos e das redes sociais, propiciando a manutenção de solidariedades locais. Como refere Paula Godinho, relativamente à raia galaico-portuguesa, os poderes políticos centrais de Lisboa e de Madrid “são quotidianamente ultrapassados por solidariedades locais, assentes em lealdades distintas” (Godinho, 2004:174). Miguel Rego defende que na raia barranquenha a relação entre os poderes ibéricos durante a guerra civil de Espanha e durante a II Guerra Mundial, é um exemplo da distância a que se encontravam as políticas dos poderes centrais, da atitude solidária das populações das zonas raianas (Rego, 1999:6).

Entre Agosto e finais de Outubro de 1936 a população de Barrancos partilhou a vida quotidiana com a presença de forças militares e paramilitares, aquarteladas no edifício da Escola Primária e no Monte da Coitadinha. Na vila foi improvisada uma prisão no primeiro piso da Farmácia Monteiro, utilizada pela PVDE para deter espanhóis republicanos até ser decidido o seu destino. Estes espaços públicos e privados foram temporariamente ocupados por organizações militares, subordinadas às determinações do poder central, gerando consentimentos e constrangimentos por parte da elite local, como nos testemunha Manuel dos Santos:

Os donos da herdade aceitaram mal a ocupação da herdade, não pelos espanhóis refugiados, não. Mas porque no monte da Coitadinha, quando vieram as forças armadas e esses por aí, o capitão e tudo tomaram posse do Monte, de maneira que nem a patroa nem o patrão mandavam ali nada. (Manuel dos Santos)

Para Manuel dos Santos a presença dos refugiados republicanos na herdade da Coitadinha não representava motivo de desagrado para os patrões, porque em seu entender era uma questão de humanidade. A insatisfação dos patrões resultaria da perda de autoridade, devido à ocupação da propriedade pelos militares, facto que abalava o seu poder na ordem social estabelecida.²⁷⁵ Nos testemunhos recolhidos junto de

²⁷⁵ Segundo uma informação do coronel Pires Franco, dirigida ao tenente Seixas, “tanto a população de Barrancos, como os proprietários das herdades onde estão os foragidos, e vizinhas, não estão satisfeitos

trabalhadores rurais não identificámos nenhum tipo de constrangimento, ou de conflito, decorrente da acção do exército, apesar da ruptura de inteligibilidade provocada pelos acontecimentos. As transformações na ordem social exigiram a construção de uma nova inteligibilidade, justificando a presença dos militares como um factor de protecção contra a violência junto à fronteira, associada à acção dos falangistas, embora para os residentes na vila tenha outras interpretações:

Nós andávamos na escola e fecharam a escola para ficarem os militares e lembro-me muito bem de os ver, da casa da minha tia, a fazerem os exercícios aqui na rua. Deles não tínhamos medo, tínhamos era dos que viessem fugidos de Espanha, porque eles estavam aqui para não deixarem entrar os comunistas, como lhe chamavam naquela altura. (Maria das Dores Ortega)

A vida quotidiana compõe-se de um movimento contínuo de práticas normalizadas, com as quais os sujeitos produzem e reproduzem a vida social, criando estruturas, relações e interações, que são incomparáveis à acção transformadora que o acontecimento impõe na vida social. Por outro lado, a acção humana produtora do acontecimento está integrada num sistema de significados, distinguindo-se neste sentido “acção” de “comportamento”, pois apenas as acções significativas são susceptíveis de serem consideradas acontecimentos históricos, modificando mais ou menos a estrutura existente e a estrutura temporal (Aróstegui, 2004:98). Maria dos Remédios Guerreiro recordou os soldados a lavarem a roupa na ribeira, batendo a roupa nas pedras, imitando os gestos das lavadeiras, e como os botões da farda saltavam pelos ares, sendo motivo de risota para as mulheres. Os que ainda eram crianças recordaram os exercícios militares frente à Escola Primária, que gostavam de imitar, assim como as latinhas redondas que os militares lhes ofereciam, ou os chocolates em troca de uma canção barranquenha. Outros lembraram a condescendência dos militares do exército para com os *fugidos*, contrariamente aos da GNR e da GF que os entregavam à PVDE, como nos disse Manuel Guerreiro:

com a sua estadia ali”. AHM, 1º Divisão, 38ª Secção, Caixa 63 – 1. Informação da 1ª Repartição do Comando Geral da Guarda Fiscal, 28 de Setembro de 1936.

Os militares faziam serviço com os guardas fiscais, era um militar e um guarda fiscal, e logo vinha a polícia e a GNR à Contenda à procura dos fugitivos, os apanhavam e os levavam para a cadeia que é onde está o correio agora, ali era a prisão. Eu ainda era rapazote mas lembro-me que de dia traziam três ou quatro e de noite iam entregá-los à fronteira. Na fronteira já estavam combinados com os falangistas, a uns os matavam na fronteira e a outros os levavam presos, mataram muita gente nessa fronteira. (Manuel Guerreiro)

As narrativas remetem para a violência na fronteira, para a participação das autoridades portuguesas nas batidas organizadas por falangistas e requetés, recordando a detenção *daqueles que não deixaram vir cá para o povo* - como afirmou António Caeiro. As memórias sobre os acontecimentos no campo evocam estratégias de resistência no apoio aos refugiados, caracterizados por “rojos”, “comunistas” ou “gente de esquerda”, demonstrando a solidariedade dos trabalhadores rurais, ao arriscarem a sua subsistência e a própria vida para proteger e “matar a fome” aos vizinhos espanhóis. Neste contexto, as memórias revelam um enunciado que configura classes sociais, espelhando a violência, a fome e a dicotomia entre ricos e pobres.

Olhe, despiram seis raparigas porque tinham bordado a bandeira roja, as puseram como Deus as deitou ao mundo, lhe deram um purgante, as pelaram à rapa e as sacaram pelo povo, com os seus dezasseis a dezassete anos. As raparigas tinham namorados, e se envergonharam de tal forma que correram imediatamente para o campo e fugiram. Eu estive seis meses com uma que se chamava Antónia Gora, num palheiro metida, porque não podia ninguém sonhar aquilo. Esteve ali seis meses, lhe levávamos comida, com uma manta em cima da palha ali dormia. O tio Jacinto Saramago ficou com outra, porque nós também éramos pobres, não podíamos ajudar grande esforço da gente. (Maria dos Remédios Ramos)

Estábamos allí y veníamos al pueblo cuando las cosas estaban más apaciguadas. Era una guerra contra la República, de la extrema derecha, los nacionales, los ricos, los patrones, la iglesia. Nosotros éramos chicos pero recuerdo las cosas. (Manuel López)

A 22 de Agosto o chefe da secção de Carabineiros de Encinasola, tenente Enrique Ruz, assume as funções de comandante militar apresentando-se no

Ayuntamiento para destituir a corporação eleita. Em sua substituição nomeia uma Comissão Municipal e um novo alcalde, Bernardo Galván López, que posteriormente suspende as obras do Centro Primario de Higiene Rural (Tapada Pérez, 1999:50). No âmbito das novas funções Bernardo Galván reintegra os funcionários municipais, substituídos após a vitória eleitoral da Frente Popular, e restitui os nomes das ruas, apagando qualquer vestígio da República. Na sequência da tomada de posse envia uma carta ao Presidente da Câmara de Barrancos, nos seguintes termos:

“Mi Ilustre Compañero. Al tomar posesión en el día de ayer de la Presidencia de la nueva Comisión Gestora de este Municipio, cumplo el grato deber en nombre de la misma, en el propio y en del pueblo honrado y patriótico que defiende la salvación de nuestra amada Patria de la horda comunista desatada y que amenaza destruirla, de expresarle nuestro más profundo agradecimiento y gratitud a esa inmortal Nación Portuguesa en general y en particular al humanitario pueblo de su muy digna presidencia por la benévola acogida que ha dispensado a cuantas personas emigraron al mismo en un momento de alarma e de pavor, así como por todas las facilidades que esas dignas Autoridades nos han prestado en estos angustiosos momentos”.²⁷⁶

As palavras do novo Alcalde traduzem a gratidão pela solidariedade das autoridades de Barrancos aos seus conterrâneos, mas também denunciam a partilha de um objectivo comum, a luta contra o “comunismo”, para a qual deixava de haver fronteiras. Com este propósito a Falange organiza-se em Encinasola, e juntamente com a Guardia Civil e Carabineros forma uma coluna de noventa homens, iniciando perseguições e batidas pelos campos (Tapada Pérez, 1999:46), tentando capturar todos aqueles que se identificavam com a República.

Aquí había muchos falangistas unos 25 o 30 que estaban refugiados de esos pueblos vecinos, de Higuera, Oliva y como aquí no hubo nada se refugiaron aquí. Hicieron bastante daño y tenían su cuartel ahí. Primero estuvieron en una escuela arriba en la Plaza, (escola de Don Urbano Cortegano), luego aquí fusilaron a un hombre que tenía una casa vecina con la mía, y en la casa de ese hombre se puso un cuartel de falangistas. Los falangistas de Encinasola eran 12 o 15 y de gente bien, pobres no había falangistas. Hacían batidas por los campos junto con la Guardia Civil y con los soldados que había aquí. (Francisco Sabido)

²⁷⁶ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Recebida. Fundo Câmara Municipal de Barrancos (1934-1940), 24 de Agosto de 1936

Ao grupo de falangistas de Encinasola aderiu o filho mais novo do farmacêutico, anterior Administrador do Concelho de Barrancos, que vivia na rua Cónego Almeida.²⁷⁷

Logo vieram as tropas a fazer maldades, só, lhes chamavam fascistas. Foi quando um barranquenho daqui deu um passo à frente. Se chamava senhor Leopoldo. Meteu-se na Falange e fez muitos crimes. Foi horrroso, foi mesmo horrroso, era por onde quer que passava, eram horrores o que fazia. (...) Tantos crimes tantos crimes que fazia, que Barrancos já não o podia ver, e ele foi para Lisboa quando veio. E Deus deu-lhe um cancro nos intestinos e morreu na última, porque tinha que pagar. A gente sabia porque a gente via, estávamos a uns duzentos metros da fronteira e eles passavam com os cães, assaltavam tudo, puxavam fogo às searas, matavam os fugitivos que andavam fugidos, e eles para ali ficavam. (Maria dos Remédios Ramos)

Segundo as memórias locais participou activamente nas “operações de limpeza”, e quando regressava à vila descrevia acaloradamente e pormenorizadamente os seus feitos no espaço público dos cafés e sociedades, gerando o terror nos grupos subordinados e o repúdio das elites locais.

El portugués era muy malo, se fue a la guerra y después regresó otra vez. Monteiro, lo conocí de falangista, yo era un chaval de catorce años y del cuartel de la Falange los conocía a todos, unos venían de Oliva, fueron los que mataron un hombre allí en el Cerro. A las que eran rojas, como decíamos, los falangistas las pelaban y paseaban por el pueblo, le daban un aceite de ricino de purgante, y todo eso ha pasado aquí. (Francisco Sabido)

²⁷⁷ Nos testemunhos recolhidos em Barrancos em 1994, reunidos no livro *Guerra Civil de Espanha. Na Memória de Barrancos*. Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 2002, podemos encontrar os seguintes depoimentos: “O Sr. Monteiro, morador na rua Cónego Almeida, em Barrancos, tinha três filhos, o mais novo dos quais, Leopoldo, quando tinha cerca de vinte anos alistou-se na Falange espanhola. Quando apanhava crianças atirava-as ao ar e furava-as com a espada; às mulheres violava-as, cortava-lhes os peitos e matava-as. Três mulheres espanholas preferiram atirar-se a um poço do que serem apanhadas por ele” (Mariana Lopes Torrado, doméstica 63 anos), p. 41. “Durante a guerra civil de Espanha, aqui em Barrancos havia uma prisão. Ficava na Rua Cónego Almeida, no prédio onde morava o Sr. Monteiro. Era no primeiro andar desse edifício”. (Maria Costa, empregada doméstica, 76 anos), p. 42. Tapada Pérez (1999) relata como o falangista Monteiro deu uma tremenda bofetada num idoso, que chorava na despedida do seu filho para a frente de guerra, dizendo ao mesmo tempo: “los valientes no lloran”, acrescentando: “poco tenía de valiente este falangista que empleaba su fuerza con los ancianos y las mujeres, en el calor y el cobijo de la retaguardia y de otros falangistas tan valientes como él” (1999:69).

Esse não conheci, mas tenho ouvido falar nele, era de uma gente aqui de Barrancos, ainda aí terá primos talvez. Ouvi falar dele, do que ele fazia em Espanha, ele foi voluntariamente para a guerra civil para uma organização que havia aí muito má. Diziam que na Sociedade o puseram na rua, aí na Sociedade dos Ricos ele começou a mandar bocas do que fazia em Espanha, e parece que um rico aqui de Barrancos o pôs na rua. (Adolfo)²⁷⁸

O caso deste barranquenho demonstra que a acção e o “discurso público” de um membro das elites podem ser condenáveis pelo próprio grupo, por transcenderem as regras e os padrões socialmente estabelecidos, conduzindo o indivíduo à expulsão do grupo e da própria sociedade local. As suas narrativas descreviam as humilhações perpetradas às mulheres republicanas, rapadas, obrigadas a cantar o hino da Falange, enquanto eram passeadas pelas ruas depois de obrigadas a ingerir óleo de rícino. A repressão sobre as mulheres teve por objectivo castigar exemplarmente as suas intervenções políticas e sociais, percebidas pelos sublevados como atentatórias à ordem e à moral. Muitas destas mulheres confiaram na capacidade transformadora da República, e saíram à rua reclamando e defendendo os seus direitos, trespassando a fronteira social estabelecida pela sociedade patriarcal (Sánchez, 2009:84). O psicólogo franquista Antonio Vallejo Najera analisou cientificamente a acção das mulheres republicanas como resultante de uma patologia degenerativa.

“Si la mujer es habitualmente de carácter apacible, dulce y bondadosa débese a los frenos que obran sobre ella; pero como el psiquismo femenino tiene muchos puntos de contacto con el infantil y el animal, cuando desaparecen los frenos que contienen socialmente a la mujer y se liberan las inhibiciones fregatrices de las impulsiones instintivas, entonces se despierta en el sexo femenino el instinto de crueldad y rebasa todas las posibilidades imaginadas, precisamente por faltarle las inhibiciones inteligentes y lógicas... suele observarse que las mujeres lanzadas a la política no lo hacen arrastradas por sus ideas, sino por sus sentimientos, que alcanzan proporciones inmoderadas o incluso patológicas debido a la irritabilidad propia de la personalidad femenina” (Vallejo y Martínez, cit. em Fouce Fernández,

²⁷⁸ Adolfo foi o pseudónimo escolhido pelo entrevistado (Barrancos, 1921 – Beja, 2009), que nasceu em Barrancos e com oito meses foi viver para Moura com seus pais e irmãos. O pai trabalhava para a família Infante, de Encinasola que tinham propriedades arrendadas no concelho de Moura. Afonso começou a trabalhar aos sete anos com o pai e os irmãos, guardando porcos e ovelhas. Mais começou a trabalhar com uma parrelha, para o irmão do patrão de seu pai. Quando tinha dezoito anos a família regressou a Barrancos, para o irmão mais velho vir “às sortes”. Em Barrancos trabalhou no campo e no contrabando. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 10/6/008.

Estigmatizadas como *rojas*, ou *perigosas marxistas*, as mulheres foram arbitrariamente condenadas à humilhação pública, à morte social, à morte física por fuzilamento e a sentenças de reclusão, como *individuas de dudosa moral publica y privada* (Sánchez, 2009:85). As humilhações públicas davam visibilidade e conferiam significado ao enunciado, reduzindo estas mulheres à subestrutura social, a uma condição infrahumana, de animais defecando pelas ruas, como seres poluentes e perigosos que contaminavam a ordem e a estrutura social, usando o corpo físico como meio de intervir simbolicamente no corpo político (Douglas, 1991:152). As memórias sobre a humilhação das mulheres permanecem presentes, testemunhando a desumanização e a violência do conflito.²⁷⁹

Quando as mulheres vinham ao almece dos porcos víamos-lhe o cabelo todo cortado com uma momice em cima, e a minha mãe lhes perguntava porque traziam isso, e elas diziam que eram do partido que eles não queriam, e as faziam cantar e punham-lhe aquilo na cabeça. Disso me lembro muito bem, uma até vinha grávida, eram daqui de Encinasola e outras de mais longe, coitadas, fugindo. Que pena, nem me quero lembrar, minha mãe dando-lhe panito... (Maria José Bergano)²⁸⁰

Gentil de Valadares descreve-nos o grupo de falangistas que conheceu em Encinasola, enquanto seu pai e as autoridades civis e militares de Barrancos estavam reunidas, a 19 de Setembro, com o Comandante Militar desta vila.

²⁷⁹ Na obra *Guerra Civil de Espanha; na Memória de Barrancos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 2002, podemos encontrar as seguintes narrativas: "... às mulheres rapavam-lhes a cabeça com uma navalha de barba, deixando-lhes apenas uma monha, onde punham uma fita encarnada, davam-lhes um purgante e saiam com elas para a rua". (Ana Abade Comprido, doméstica, 67 anos), p. 10. "Sabia-se que aos homens os matavam e às mulheres cortavam-lhes os cabelos, davam-lhes purgantes e passeavam-nas pelas ruas, evidenciando os efeitos do purgante..." (André da Silva Segão, 66 anos), p.13. "Os fugitivos eram apanhados pelas autoridades portuguesas e entregues na fronteira aos soldados de Franco; outros eram fuzilados logo ali". (António Charrama Lopes, sapateiro, 72 anos), p.14. "Em Espanha, durante a guerra civil, os soldados da Falange, às mulheres, cortavam-lhes o cabelo, os seios, davam-lhes purgantes e passeavam-nas nas ruas, muitas vezes nuas, durante o período de acção dos purgantes. Aos homens levavam-nos para o cemitério e fuzilavam-nos". (Francisco Nunes Pica, trabalhador rural, 73 anos), p. 25.

²⁸⁰ Maria José Bergano (Barrancos, 1932), entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 22/01/2008. O testemunho de Maria José remete para os seus seis ou sete anos de idade, quando seu pai era guarda no Monte da Taberneira, comprovando que as humilhações públicas às mulheres têm uma incidência temporal alargada.

“Com aquela cara de verdadeiros assassinos, a coberto das leis da guerra, muitos deles me impressionam fortemente pelo seu ar agressivo sem justificação, a ponto de não me sentir seguro a seu lado. (...) Logo me dão na vista os seus relógios de pulso a envolver-lhes a nudez dos braços... Acho o caso um tanto esquisito. Para quê, tantos relógios? Não contendo mais a minha curiosidade, pergunto a um qual o motivo para o uso de tantos relógios. Ele me diz que são troféus de guerra., e que pertenceram aos *rojós* que ele matou... (Simões, 2007:69).

No regresso a Barrancos Gentil de Valadares tenta partilhar com o pai a sua experiência de horror, enquanto este o ouvia calado e distante, como se não o escutasse, quando de súbito lhe responde: “- Homem: isso não é nada. Mal sabes tu quem são esses patifes! (...) Um banho de sangue na nossa própria fronteira! Um escarro! – Confidenciava-me, fora de si, o meu pai” (Simões, 2007:70).²⁸¹ A 19 de Setembro, após a reunião com o comandante Militar de Encinasola, o tenente António Augusto de Seixas informou o Comando Geral da Guarda Fiscal sobre a existência de um acordo para uma batida entre as forças militares portuguesas e as forças nacionalistas, de forma a eliminar da raia os refugiados republicanos, escrevendo: “existem alguns de relativa importância, como seja alguns alcaides e um cabo de carabineiros com grandes feitos comunistas”.²⁸² Sobre o mesmo acontecimento o tenente Seixas constrói um “discurso público” para os seus superiores, e um “discurso escondido” para o grupo familiar, contra-hegemónico e dissidente (Scott, 1992:60). É sem dúvida longe dos detentores do poder que o “discurso escondido” se revela, e quando a dominação é particularmente implacável será de esperar que possua uma riqueza correspondente em termos de conteúdo. O tenente Seixas, enquanto representante do Estado na fronteira, desempenhava o papel de dominador no quadro das relações de poder a nível local, simultaneamente subordinado a uma hierarquia militar e ao poder político dominante. Nesta perspectiva as relações de poder não são estáticas, ao ponto de podermos afirmar que aquilo que é dito pelo tenente Seixas no terreno do poder é falso, e o que é dito junto do grupo familiar é verdadeiro, apesar de os discursos contemplarem diferentes audiências e estarem condicionados por constrangimentos distintos (Scott, 1992:58). Contudo, os sujeitos revelam as suas identidades pessoais e singulares pela acção e pelo

²⁸¹ Como assinala James C. Scott (1992) o “discurso escondido” manifesta um acto de afirmação frente ao poder, denunciando que em qualquer sistema de dominação a questão central não se baseia apenas no dissimular de sentimentos, discursos e atitudes perante o poder, mas em controlar um impulso de raiva, angústia ou de indignação perante situações de injustiça (1992:58).

²⁸² AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-1. Nota confidencial n.º 60 de 20 de Setembro de 1936.

discurso, apresentando-se ao mundo, revelando qualidades, talentos e defeitos que podem exibir ou ocultar, mas que estão implícitos em tudo o que dizem ou fazem (Arendt, 2001:232).

Em Encinasola, o Comandante Militar tenente Enrique Ruz havia solicitado armamento ao Governador Militar de Huelva, a fim de realizar acções militares de maior envergadura sobre as povoações que ainda resistiam às forças nacionalistas. O armamento chegou através de Portugal pela fronteira de Barrancos, criando as condições necessárias para organizar a tomada de Oliva de la Frontera. Na noite de 20 de Setembro partiu para Oliva uma coluna chefiada por Luis Valseca, formada por guardas civis, carabineiros, direitistas e falangistas, aos quais se juntaram onze falangistas de Higuera la Real. No dia seguinte Oliva foi ocupada pelas forças de Encinasola que coincidiram com a coluna militar proveniente da Extremadura, chefiada pelo capitão da Guardia Civil Ernesto Navarrete Arcal. Durante os confrontos morreram três falangistas, entre eles Joaquín Galván Olivares de 19 anos, filho do Alcalde de Encinasola. A notícia da sua morte crispou os ânimos e gerou sentimentos de vingança. Maria, irmã de Joaquín, foi das poucas pessoas que se opôs a que houvesse mais mortes, mas nada podia parar a repressão que a partir desse momento se ia desencadear em Encinasola (Tapada Pérez, 1999:61).

Una vez que se tomó Encinasola salieron de aquí los falangistas agregados a la fuerza para tomar Oliva, y ahí mataron a dos o tres falangistas. Y en el entierro de uno de los falangistas fusilaron aquí los dos primeros. Cuando se estaba enterrando el falangista y la gente se creía que estaban tirando salvos, estaban matando dos en el cementerio.
(Francisco Sabido)

As vítimas foram escolhidas aleatoriamente entre os detidos pelos falangistas durante as batidas, que aguardavam o seu destino na prisão de Encinasola. Manuel Delgado Pérez tinha 25 anos e era comerciante, Antonio Castro Pérez, jornalista de profissão, de 60 anos de idade, era casado e tinha duas filhas. Segundo testemunhas oculares, no momento de serem fuzilados Manuel virou a cara, enquanto António, endurecido pela terra que trabalhava, teve forças para erguer o punho bem alto e gritar: “Viva la República!” Mas após a sua morte alguém se apercebeu que tinha havido uma troca, fora confundido com “el cojo Novalio”, que também fazia parte do grupo dos detidos (Tapada Pérez, 1999:62). A vida destes homens estava suspensa, sujeita à

arbitrariedade dos elementos da Falange local, que actuavam impunemente em função de denúncias, ou de vinganças. O exercício da repressão sustentava-se no terror, num medo extremo e pavoroso, sentido como algo insuportável do ponto de vista racional, sobretudo pela arbitrariedade ser elevada à categoria de norma (Sánchez, 2009:64).

Mi padre pertenecía al partido republicano, él se escapó, no lo mataron, tuvo suerte. Aquí mataron un montón, un tío mío también lo mataron aquí, los falangistas. (Manuel López)

A povoação que menos pessoal matou foi aqui Encinasola, porque tinha um tenente lá que dizia que mandava matar, mas tinham que assinar que “À ordem de fulano de tal se manda matar fulano de tal”, e os outros quando tinham que assinar já não queriam. Porque a política era assim, “mata a fulano de tal”, por qualquer birra ou coisa assim. Esses aí não, mas agora em Oliva ou em Cortegana mataram muita gente e faziam-nos abrir a cova e tudo. (José Ângelo)

A acção do tenente Enrique Ruz Pérez, Comandante Militar de Encinasola, terá contribuído para controlar a violência dos falangistas, minimizando o número de represaliados, segundo a memória de antigos republicanos (Tapada Pérez, 1999:70). O motivo da sua atitude seria o facto de pertencer à Maçonaria, um dos grupos políticos a eliminar pelos perpetradores. Talvez esta pertença justifique que em Novembro de 1936 tenha decidido incorporar-se na Legión, trocando a posição cómoda que ocupava na retaguarda pela frente de guerra, onde ascendeu a capitão e foi ferido por quatro vezes (1999:71). Paradoxalmente, a acção do tenente Enrique Ruz e do alcalde republicano Candelario López gerou o consenso entre os vencedores e os vencidos de Encinasola, sendo ambos evocados no sermão do pároco Eugénio López, proferido numa missa campal em honra dos vencedores:

“Ese bravo teniente de Carabineros, levantó los ánimos, organizó milicias, restableció los servicios y salvó nuestro pueblo, por eso merece que ahora le tributéis el homenaje de vuestro cálido aplauso. También lo merece y yo por mi parte le viviré eternamente agradecido el anterior Señor Alcalde y que con su prudencia y decisión evitó todas las violencias y desmanes.”(Espinosa, 1996:534).

Apesar destes dois homens pertencerem a grupos políticos a eliminar, Candelario López nunca abandonou Encinasola, ajudando na passagem para Portugal de

vários republicanos cujas vidas corriam perigo, vivendo em permanente sobressalto. Os seus receios vieram a concretizar-se a 27 de Junho de 1939, ao ser detido e encarcerado por ter presenciado um incidente na noite de São João, em que um jovem cadete de 17 anos derrubou um pinheiro colocado à porta dos Flechas (organização juvenil da Falange). O simples facto de Candelario López ter presenciado o incidente foi motivo para um *Proceso Sumario* por suspeita de incitamento, demonstrando como a existência destes homens estava condenada. A sentença do Auditor de Guerra proferida a 17 de Outubro ilibou-o de qualquer responsabilidade, depois de reunidas as declarações do jovem *Flecha* admitindo a culpa do sucedido, e as informações favoráveis do comandante da Guardia Civil, do chefe da Falange local, do Alcalde, e do padre Eugénio López (Tapada Pérez, 1999:149). Candelario López, inicialmente detido no depósito municipal e posteriormente transferido para uma prisão situada na mesma rua da sua residência, foi libertado a 22 de Outubro sofrendo a humilhação de indivíduo socialmente suspeito. Independentemente da inocência das vítimas, estes métodos serviram como exemplos para subjugar e submeter os vencidos a uma nova ordem social, na qual as suas vidas dependiam da arbitrariedade dos vencedores.

As vítimas da guerra civil em Encinasola não se contabilizam nos dez homens fuzilados no cemitério da vila, nem nas dezenas de fuzilados noutras localidades, como Saturnino Torres e Andrés Acosta em Badajoz, ou nos desaparecidos e nos jovens que tombaram na frente de guerra. As vítimas foram também as mulheres violentadas e humilhadas publicamente, os homens julgados e condenados a prisão perpétua, os órfãos, e todos aqueles que sobreviveram subjogados à dominação dos vencedores. A acção sobre os represaliados, através de júzos militares, fuzilamentos e humilhações públicas, não visava unicamente o aniquilamento dos vencidos, mas infligir castigos exemplares como modelo para o futuro, entendendo-se por exemplaridade a crueldade extrema utilizada e a selecção arbitrária das vítimas (Sánchez, 2009:64).

5.2. Resistência política em Oliva de la Frontera

Em 1936 Oliva de la Frontera tinha uma população de cerca de 12.000 habitantes que se dedicavam maioritariamente à agricultura e à ganadaria. As relações de produção do capitalismo agrário pré industrial reproduziam as relações de classe, e

consequentemente a expressão política de conflitos sociais como consciência de classe (Collier, 1997:15).

População de Oliva de la Frontera

	Residentes				Transeuntes		População de Facto	População de Direito
	Presentes		Ausentes					
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Censo 1930	5.728	5.512	141	128	19	3	11.262	11.509
Censo 1940	5.347	5.929	535	324	35	19	11.330	12.135

Fonte: Instituto Nacional de Estadística de Espanha (INEE)

Ao longo do processo histórico o sistema latifundiário fomentou permanentes crises de desemprego rural, originando conflitos e diferentes “visões do mundo” (Martínez García, 1992:12), exigindo estratégias de resistência individuais e colectivas por parte dos trabalhadores, tentando satisfazer interesses imediatos como trabalho e subsistência, “incluso con la transgresión de la ley” (Baumeinster, 1996:374). Com a implantação da II República criaram-se espaços de contra-hegemonia, permitindo a manifestação de conflitos sociais latentes. Neste contexto a Reforma Agrária representou uma esperança para os trabalhadores sem terra, e simultaneamente uma ameaça para os proprietários, quando os trabalhadores rurais se radicalizam e os pequenos arrendatários da Extremadura se converteram no grupo mais politizado do campesinato espanhol (Malefakis, 1972:423).

A partir de Novembro 1932, a actuação do Instituto de Reforma Agraria (IRA) permitiu criar o aparato legal para a implementação da Reforma Agrária, com o levantamento e registo de propriedades a expropriar, e com o Censo dos possíveis beneficiados. Porém, não conseguiu resolver o problema dos rendeiros e dos jornaleiros apenas com a distribuição de terras, pois era necessário fornecer-lhes meios para as poderem cultivar. Por outro lado, o boicote patronal à Reforma Agrária manifestou-se desde 1933, logo após o decreto de 23 de Janeiro, impondo aos proprietários e arrendatários a renovação dos contratos dos rendeiros nas mesmas condições (Espinosa, 2007). Com o trabalho dos rendeiros os latifundiários asseguravam o máximo rendimento das suas propriedades, mediante a optimização da unidade de exploração, beneficiando dos resultados de produção de um trabalhador absolutamente dependente da rentabilidade da dita exploração. Como nos diz Antonio Valero:

“En el contexto político de la 2ª República, en Oliva de la Frontera, tras las elecciones municipales de febrero de 1936, la corporación radical-cedista con su alcalde Antonio Morcillo Cuevas, da paso a la vencedora en las urnas corporación republicano-socialista, que elige como alcalde a Emiliano Romero Coronado. En su primer pleno, se aprobó la depuración (destitución) de todo el funcionariado anterior y que como era lógico era afín a la anterior corporación. Esta corporación si bien en un principio toma medidas para intentar paliar el grave problema del paro campesino, su labor en general es poco fructífera en cuanto a que se llega a reunir muy pocas veces”²⁸³

Resultados eleitorais de Fevereiro de 1936, e ocupação de terras entre Março e Abril de 1936²⁸⁴

Habitantes	Eleitores	Votantes	Votos Direita	Votos Esquerda	Herdades Ocupadas	Total (Ha)	Rendeiros
12.000	7.225	4.655	1.660	2.995	16	2.103	1.420

Em Oliva de la Frontera o conflito entre rendeiros e proprietários colocou frente a frente 300 proprietários e arrendatários, e cerca de 1.500 rendeiros cerrados em banda, tomando proporções de tal gravidade que foi necessário solicitar a intervenção do Governador Geral, “pero este no se atrevió a adoptar medidas enérgicas contra los primeros” (Espinosa, 2007:52). Por outro lado, o número de expropriações era manifestamente insuficiente para o número de trabalhadores sem terra, apesar dos habitantes de Oliva de la Frontera usufruírem de terras comunais, de grande importância para a sobrevivência económica das famílias.

“La Dehesa Boyal, de 2.230 fanegas, poblada de alcornoques. No se labraba y el pasto y la bellota los aprovechaban los vecinos con su ganado de labor. El sobrante se vendía entre ellos por reparto realizado por el Ayuntamiento. La de los Ejidos y Rejidos, de 1.900 fanegas. La bellota y hierba se dedicaban a los propios. Los vecinos tenían propiedad de las tierras para sembrarla cuando deseasen sin pagar renta, terrazgo ni pensión alguna”.²⁸⁵

O regime de exploração comunal minorizava a precariedade económica das famílias, mas não resolvia o problema do desemprego rural em Oliva. No sentido de combater este flagelo foram expropriadas e distribuídas pelo IRA, entre 1932 e 1935,

²⁸³ Disponível em: <http://www.todooliva.es/historia/index.htm>. Acesso: 10 Out. 2006.

²⁸⁴ Dados recolhidos dos quadros publicados em (Espinosa, 2007:291).

²⁸⁵ Grupo de Trabajo «Conocer la Dehesa», consultável em: <http://www.todooliva.es/historia/index.htm>. Acesso: 10 Out. 2006.

seis propriedades com uma superfície total de 4 hectares, ficando registado em inventário para futuras intervenções três propriedades num total de 269 hectares. Estes acontecimentos provocaram conflitos locais entre proprietários, rendeiros e jornaleiros, cujas repercussões estão hoje sujeitas a diferentes interpretações, conforme o posicionamento social e político dos indivíduos.

La reforma agraria fue un mito, aquello de la reforma agraria fue un momento de comunismo, la reforma agraria que conocí aquí era ir labrar la tierra que no era suya sin los dueños saber de nada, y aquí no hubo otra reforma agraria. Aquí el pueblo tenía y tiene unas 18.000 fanegas de tierra que son propiedad del Ayuntamiento, fueron derechos de siempre cedidos por los Duques. Aquí había una clase media alta, pero aquí no había duques o marqueses ni tensiones, las tensiones eran con arrendatarios que arrendaban las propiedades de otros y vivían de ellas, no tenían trabajadores. (Manolín)²⁸⁶

No estudo da Campina de Córdoba, Martínez Alier (1968) diz-nos que as terras expropriadas pelos trabalhadores, com aprovação do IRA, pertenciam sobretudo a duques e marqueses absentistas, e todas propriedades onde se iniciaram projectos de colectivização ficaram sujeitas ao decreto de Setembro de 1936, exigindo a devolução de terras expropriadas pelo IRA, mais tarde compradas por grandes lavradores locais (Martínez Alier, 1968:57). O mesmo acontecendo em Oliva de la Frontera em finais de 1936, ao serem devolvidas aos anteriores proprietários sete das propriedades ocupadas e registadas pelo IRA. Comprovando que o processo de colectivização representou uma realidade histórica de curta duração, destruída ainda durante a II República, e após o golpe militar “la Reforma Agraria como la República que la creó, fueron borrados del mapa” (Espinosa, 2007:278). Paradoxalmente, após a guerra civil a Reforma Agrária continuou na agenda governamental, liderada pela Falange, vinculada às palavras de ordem do seu antigo dirigente José António Primo de Rivera: “La reforma agraria es la reforma total de la vida española” (Martínez Alier, 1968:59). Todavia, o Estado

²⁸⁶ Manolín é um pseudónimo escolhido pelo sujeito (Oliva de la Frontera, 1927), filho de um pequeno rendeiro. Começou a trabalhar aos nove anos guardando porcos, aos treze dirigia uma parelha de mulas, trabalhando de sol a sol, mas sempre dentro do grupo familiar. Aos dezasseis anos inicia-se no contrabando, y así fue creciendo y llevando una clase de vida que, según otros, llamaban buena, porque teníamos para comer las tres veces de cada día, mientras otros pobres no la podían tener por las circunstancias de pos-guerra. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Oliva de la Frontera, a 13/6/2008.

franquista legitimava o direito da propriedade latifundiária, apostando num arrendamento que garantisse um desenvolvimento económico significativo, cujo objectivo era a criação de propriedades familiares em terras arrendadas a proprietários abstencionista, adiando sistematicamente “o reparto”.²⁸⁷

Para alguns historiadores espanhóis existe uma correlação entre os movimentos sociais pela distribuição e ocupação de terras e a violência do “Glorioso Movimento Nacionalista”, apostado em expurgar politicamente todos os seus opositores. O confronto entre os nacionalistas e os defensores da legitimidade da II República converteu-se, segundo o historiador Santos Juliá, numa luta de classes pelas armas, transformando-se numa guerra entre fascismo e comunismo, caracterizada como guerra de “rebelión y revolución” (Juliá, 1999:17). A necessidade de alianças conferiram à sublevação militar nacionalista características e consequências muito diferentes, conforme o território que se pretenda analisar. Na Andaluzia e na Extremadura foi patente a aliança entre o exército insurreccional e os proprietários rurais, na repressão de trabalhadores e jornaleiros. Nestas regiões as organizações sindicais e políticas estavam bem implantadas e determinadas na defesa da República, e o resultado do confronto entre duas forças antagónicas produziu efeitos mais devastadores do ponto de vista humano, comparativamente a outras regiões que aderiram ao golpe militar.

Cobo Romero (2004) estabelece a relação entre o nível de repressão e o nível de aplicação de estruturas de base republicanas, justificada pela infinidade de denúncias às autoridades militares “contra los integrantes de aquellos colectivos sociales cuya depuración, aniquilamiento o exterminio se propugnaba como objetivo inmediato” (Cobo Romero, 2004:123). Francisco Espinosa defende que “la ola de violencia que asoló las regiones controladas por los sublevados desde un primer momento fue consecuencia de un plan previo de exterminio” (Espinosa, 2003:115). Santos Juliá, reafirmando a sua teoria de “rebelión e revolución”, advoga que perante a rebelião de sanguinários militares dispostos a exterminar em massa dirigentes, filiados e simples simpatizantes dos sindicatos e partidos de esquerda, encurralando-os e fuzilando-os como gado em praças de touros, respondia a revolução liderada por milicianos, membros de *comités de defensa*, que procediam à detenção de burgueses, proprietários,

²⁸⁷ O discurso do Generalísimo Francisco Franco, ao Consejo Nacional de la Falange a 1 de Outubro de 1943, é claro nas suas intenções: “La solución del problema social de la tierra nos obligará a conjugar tres intereses: el económico de la nación, traducido por el aumento y la mejora en la producción; el social, que satisfaga las necesidades y los anhelos de las clases campesinas mejorando sus condiciones de vida, y el de la justicia, con el respeto a los derechos legítimos de la propiedad” (Martínez Alier, 1968:58).

terratenentes e curas, fuzilando-os de forma sumária. E se "matar campesinos era la prueba irrefutable del restablecimiento del orden; matar curas demostraba que la revolución estaba en marcha y ningún poder sobre la tierra sería capaz de detenerla" (Juliá, 1999:25).

Neste contexto o historiador Antonio Valero fornece-nos alguns exemplos dos conflitos sociais em Oliva de la Frontera, como o sucedido a 14 de Abril de 1936, quando um grupo de vinte e seis pessoas, encabeçadas por José Caraballo Uma, resolveu destituir todos os funcionários públicos nomeados para repor os anteriores, num acto de rebelião contra a legitimidade dos resultados eleitorais.

"A la señal convenida de un toque de campanas del Ayuntamiento se congregaron en la plaza del pueblo y acordaron ir al domicilio de los primeros. Fueron sacados de casa y obligados a renunciar. También asaltaron el juzgado municipal, el Sindicato Agrícola y la Escuela Nacional. Ocasionaron importantes destrozos en la línea telefónica. Mientras, las autoridades permanecieron inactivas dejando sin control la situación. También, el 21 de mayo de 1936, varios simpatizantes de Falange española recaudaron fondos, entre personas afines a sus ideales en el pueblo, para adquirir armas de fuego".²⁸⁸

Os acontecimentos não representam apenas uma manifestação do que estava escondido e era invisível, mas a revelação temporal de algo que já existia latente. Contudo, não é na ligação do tempo com o acontecimento que as ciências sociais encontram a experiência dos actores, mas na sua acção. A acção faz advir o acontecimento quebrando o gelo das rotinas para além das transgressões desejáveis, libertando no meio da esfera pública, um feixe de possíveis até aos impensáveis. Como nos dizem Bensa & Fassin (2002) a acção faz o tempo, e as diversas temporalidades que presidem a um momento histórico são o produto das intervenções específicas dos indivíduos.

Fermín Velázquez Vellarino nasceu em Oliva de la Frontera a 3 de Março de 1897, e era o mais velho de dez irmãos. O seu pai era carabineiro e sua mãe doméstica. Aos 21 anos de idade alistou-se como soldado voluntário no Regimiento de Infantería de Castilla 16, onde permaneceu até 1920, ingressando no Cuerpo de Carabineros a 3 de Novembro do mesmo ano. A 23 de Setembro de 1924 casou com Valeriana García, de 21 anos de idade, natural da mesma vila, descendente de uma família de pequenos proprietários rurais e comerciantes. A 1 de Agosto de 1926 foi promovido a cabo

²⁸⁸ Consultável em: <http://www.todooliva.es/historia/index.htm> (10/10/2007).

carabineiro e transferido para o Cuerpo de Carabineros da Comandancia de Navarra. A 2 de Julho de 1927 nasceu em Navarra o primogénito Aurélio, e a 1 de Agosto de 1928 o filho Juan. A 1 de Fevereiro de 1929 Fermín Velázquez regressou à Comandancia de Badajoz, e a 15 de Agosto de 1931 nasceu em Oliva de la Frontera a filha Gracia. A 29 de Julho de 1933 Fermín firmou o compromisso de “ser fiel a la Nación y leal al Gobierno de la República”,²⁸⁹ e no mesmo ano nasceu em Oliva de la Frontera a sua filha Antonia.

Quando deflagrou o golpe militar de 18 de Julho Fermín Velázquez chefiava o posto fronteiriço de Pozo Campo, e foi chamado ao Comando de Carabineros de Badajoz para se integrar na coluna militar chefiada pelo general Puigdemolas.²⁹⁰ Ao decidir reafirmar a sua lealdade ao governo republicano, Fermín Velázquez alterou o seu percurso de vida e o da sua família. Integrado na coluna militar do general Puigdemolas, participou na defesa de Santos de Maimona contra o avanço das forças nacionalistas, chefiando a única secção de carabineiros que actuou nesta ofensiva militar e presenciado a deserção dos oficiais no terreno, nomeadamente do seu capitão. Na defesa de Badajoz foi comandado pelo capitão Luis Suárez Codes, fiel à República até à fuga para Portugal, após a tomada da cidade pelos nacionalistas. O Comando de Carabineros da Província de Badajoz, dirigido pelo tenente-coronel Antonio Pastor Palácios, manteve-se leal ao governo republicano salvo algumas excepções.²⁹¹ Como escreveu Francisco Espinosa: “el alma del Badajoz republicano y antifascista estuvo constituido por carabineros y milicianos, lo que sería recogido en las propias sentencias de los consejos de guerra” (Espinosa, 2003:66). Depois da tomada de Badajoz pelos nacionalistas Fermín Velázquez regressa com os seus companheiros de armas ao posto fronteiriço de Pozo Campo. Segundo as suas memórias autobiográficas:

²⁸⁹ Ministerio del Interior, Guarda Civil, Expediente de Fermín Velázquez Vellarino, pp.11-12.

²⁹⁰ Idefonso Puigdemolas Ponce de León foi Comandante militar de Badajoz desde 25 de Julho de 1936, organizando a defesa da província e da cidade. A 14 de Agosto, quando as forças nacionalistas ocuparam a cidade fugiu para Portugal juntamente com outros chefes políticos e militares. Em Portugal esteve detido no quartel do Batalhão de Caçadores de Elvas, e a partir de 24 de Agosto no forte de Caxias de Lisboa. Em Outubro de 1936 embarcou no navio Nyassa, juntamente com 1.445 refugiados republicanos, rumo a Tarragona.

²⁹¹ Os carabineiros do posto fronteiriço do Caia aderem ao golpe militar, forçando o comandante Pastor Palácios a deslocar-se à fronteira portuguesa para os convencer a regressarem a Badajoz e a lutar pela República. “Um dos revoltosos aponta-lhe uma arma mas é impedido por um capitão que pede ao comandante que se renda às forças nacionalistas. Pastor Palácios recusa dizendo: “No. Que me maten si les da la gana!”. Reportagem de Mário Pires, *Diário de Notícias* de 13 de Agosto de 1936, p.5

“Al saberse la noticia en Oliva de que nos hallábamos en nuestro servicio, el Alcalde Señor Emiliano Romero Coronado (socialista) y el Comité me ponen en oficio en el que me decían que al recibo del presentarme pasase por el Ayuntamiento para hacerme cargo del mando de la Guardia Municipal y fuerza à mi ordene y le respondiera de la quietud y orden en el pueblo, para ello, nos enviaron caballerías para que pudiéramos hacerlo y acto seguido cumplimenté dicha exhortación. Con la Sección que mandaba y milicias del Ayuntamiento se empoza a formar columna, marchando a Santa Bárbara y varias partes más con el fin de poder restablecer la confianza que hallaba perdida y por haberse empezado a hacer saques en despoblado”. (Fermín Velásquez)²⁹²

Na sequência do golpe militar foram detidos em Oliva de la Frontera cinquenta indivíduos do sexo masculino, proprietários rurais e falangistas identificados como simpatizantes ou apoiantes do golpe. A Causa General de Oliva descreve que foram encarcerados na prisão municipal, “un calabozo inmundo”, denunciando a acção do Comité por ter proibido as criadas de levarem comida aos presos, obrigando os familiares ao vexame público (Espinosa, 2003:192). Devido às condições de insalubridade todos os detidos de direita foram transferidos da prisão local para a escola, actual Biblioteca Municipal, por decisão do Alcalde e da acção do cabo carabineiro Fermín Velásquez. Apesar da pressão psicológica exercida sobre os detidos, para confessarem o nome dos financiadores do golpe, assim como o paradeiro das armas adquiridas meses antes, não se registou qualquer vítima. Com o avanço dos revoltosos sobre as localidades vizinhas inicia-se um período de grande tensão e agitação política, onde o medo e a incerteza marcavam os dias e a acção dos indivíduos, através de rusgas, saques, perseguições e detenções de simpatizantes do golpe militar.

Cuando entraran los republicanos de otros pueblos quisieron quemar la Iglesia, entonces mi padre y su hermano Juan sacaron las pistolas y dijeron que para quemar la Virgen tenían que pasar por sus armas. Mi padre la defendió y se fueron y dejaron la Virgen limpia. Se fueron todos y mi padre defendió la Iglesia. Encima después lo querían condenar. (Jacinto Velázquez)²⁹³

²⁹² Excerto das memórias manuscritas de Fermín Velásquez, gentilmente cedidas por sua filha Gracia Velásquez.

²⁹³ Jacinto Velázquez (Oliva de la Frontera, 1944), entrevista realizada em casa de sua irmã, em Badajoz, no dia 4 de Outubro de 2008. Estes acontecimentos foram narrados a Jacinto pelo barbeiro de Oliva de la Frontera, amigo de seu pai, quando Jacinto voltou à vila em 1988.

Durante este período a Igreja Matriz de Oliva de la Frontera foi transformada em quartel dos milicianos e destruíram-se algumas imagens, a casa de Marcelina Durán onde estava instalada a Casa de Caridad foi assaltada, assim como o armazém do Sindicato Católico Agrario e a Sociedad de Granaderos y Labradores (Espinosa, 2003). Todos os locais estavam conotados com os representantes do poder local, da igreja, das beneméritas senhoras que expiavam o sentimento de desigualdade social pela caridade, e dos proprietários rurais.

Mi padre estaba en Pozo Campo porque él era guardia de frontera, le decían carabinero, de frontera, entonces el Alcalde lo mandó llamar para venir al pueblo, porque en el pueblo los que venían eran de fuera, eran de esas turbas que venían arrasando, que no eran del pueblo. (Gracia Velázquez)²⁹⁴

A chegada de grupos de milicianos provenientes de outras localidades ocupadas pelos nacionalistas veio alterar ainda mais a dinâmica interna das relações sociais, alimentando ânimos mais exaltados e a hipótese de serem eliminados todos os detidos conotados com a direita. Intensificaram-se interrogatórios e intimações, colocando bidões de gasolina junto à prisão com ameaças de lhes pegar fogo, ou de dinamitarem o local com os presos dentro, acontecimentos que nunca se vieram a concretizar. A 30 de Agosto foram libertados por ordem do *Comité de Defensa* presidido pelo alcalde Emiliano Romero, “para evitar desenlaces no deseados” (Espinosa, 2003:193). Estes acontecimentos permanecem ainda na memória dos habitantes de Oliva, suscitando diferentes interpretações, quer enaltecendo a acção de grupos com os quais se identificaram politicamente, quer justificando a violência nacionalista subsequente, atribuindo responsabilidades a ambos os “bandos de guerra”.

En una escuela metieron a la gente de la derecha y entonces la rociaron con gasolina que pusieron alrededor, que pusieron para meterles miedo. Entonces mi padre cuando vino quitó todo aquello y salvó al pueblo de todas las cosas. (Gracia Velásquez)

²⁹⁴ Gracia Velázquez nasceu em Oliva de la Frontera em 1931, filha do cabo carabineiro Fermín Velázquez e de Valeriana García. Excerto da entrevista realizada em Badajoz, no dia 4 de Outubro de 2008.

Colocaron bidones de gasolina en la puerta para quemarlos vivos y en parte hiso es que influía a cierta base de fusilamientos (...) no cometerán ningún crimen, porque yo creo que fue una topeta de ignorancia, yo saco a la ignorancia lo que se comete en el pueblo y que noventa por ciento o ochenta por ciento de la gente que practicaba la política en aquellas fechas no sabía leer ni escribir, creían lo que los otros les decían.
(Manolín)

Aquí no se fusiló a nadie de derechas. (Manuel Méndez)²⁹⁵

“En Oliva los milicianos encarcelaron a cuantas personas tildadas de enemigos del régimen republicano, e incluso trataron de dinamitar el local destinado a cárcel con los presos dentro. (...) Durante la Guerra Civil hubo tropelías por parte de los dos bandos en toda España.”²⁹⁶

Na sequência dos acontecimentos formaram-se dois comités populares antifascistas, reunindo representantes de diversas forças políticas. O primeiro foi presidido pelo alcalde socialista Emiliano Romero Coronado e estava composto por uma milícia de 300 homens chefiado pelo cabo carabineiro Fermín Velázquez.

“Se organizó un Escuadrón de Caballería con los carabineros y milicianos con los que nos encontrábamos por toda parte en constante movilidad en espera de que nos llegasen refuerzos y a pesar de que nunca nos llegaran las autoridades portuguesas nos bautizaron con el nombre de “Columna Fantasma”. (Fermín Velázquez)

Antonio Martín Matamoros, nascido em Oliva de la Frontera em 1891, era filho de trabalhadores rurais e tinha dois irmãos e uma irmã. Em 1918 casou com Maria Gracia León Galván natural da mesma vila e tiveram seis filhos. Durante vários anos trabalhou nas minas de Aguablanca e posteriormente na herdade de Juan Pacheco. Segundo sua neta, nas últimas eleições de Fevereiro de 1936 o patrão pediu-lhe o seu voto, mas Antonio recusou e foi despedido, ficando desempregado. O seu irmão Andrés, que tinha boas relações no Ayuntamiento conseguiu arranjar-lhe trabalho como

²⁹⁵ Manuel Méndez García (Oliva de la Frontera, 1916) era filho de trabalhadores rurais. Ainda muito jovem filiou-se na Confederação Nacional de Trabalhadores. Em 1936 pertencia ao Comité de Defesa de Oliva. Excerto da entrevista realizada em sua casa, dia 16 de Junho de 2006.

²⁹⁶ Excerto de manuscrito inédito de 3 páginas dactilografadas, cedido por Felipe Vellarino, aquando da nossa primeira conversa informal a 13 de Junho de 2008, em Oliva de la Frontera. Este texto foi o contributo para um trabalho sobre as memórias da guerra civil de Espanha, que uma conterrânea, sua amiga, pretendia realizar para a Universidade Sénior de Madrid.

cobrador municipal e no início do conflito foi integrado nos *comités de defensa*, colaborando no levantamento de todas as casas de vizinhos conotados com a direita. Quando António Martín decidiu fugir e refugiar-se em Portugal a família permaneceu em Oliva, e segundo a memória familiar a sua acção nunca suscitou represálias.

O segundo Comité de Defensa foi organizado após 15 de Setembro, sob a direcção de Manuel Murillo García, que também assumiu a presidência do Ayuntamiento após a fuga do alcalde Emiliano Romero para a fronteira portuguesa (Valero, 2006:51). Segundo o “Informe da Causa General sobre *los rojos* de Oliva de la Frontera”, o alcalde nomeado em substituição de Emiliano Romero terá sido Manuel Matamoros Pombero, identificado como: “presidente del Comité Rojo, muy destacado durante el tiempo que desempeñó dichos cargos” (Espinosa, 2003:193). O cruzamento das investigações realizadas por diferentes historiadores suscita uma reflexão sobre a instabilidade política vivida em Oliva de la Frontera, recordada nos seguintes termos:

Los diferentes partidos que había en aquella fecha eran socialistas, republicanos, comunistas, UGT y algunos anarquistas, como debe comprender era un caos entre ellos. Ellos mismo no se entendían: todos a mandar y nada más. (Manolín)

Luego también en el Ayuntamiento estaban, porque decían que el Alcalde se iba con el dinero del pueblo, y todos estaban porque lo querían matar, y mi padre se puso con los brazos abiertos delante del pueblo diciendo: ¡Respetarme! ¡Respetarme! ¡Respetarme! Así y todo, pasó una bala entre lo brazos de mi padre y mató a uno de los mismos de izquierda, que fue la única muerte que hube en el pueblo de la parte esa. (Gracia Velázquez)

O acontecimento narrado por Gracia, demonstrando a acção pacificadora de seu pai durante o conflito, permite interrogar-nos sobre a morte do *consejal* socialista Francisco Márquez Ramos, um trabalhador rural de 45 anos “muerto por herida de bala en la puerta del Ayuntamiento unos días antes de la ocupación nacionalista”. Segundo o historiador Francisco Espinosa a morte ocorreu a 15 de Setembro e “ninguna outra fuente trata este hecho” (Espinosa, 2003:193). Este acontecimento permanece silenciado nas gentes de Oliva por evidenciar conflitos internos nos comités anti-fascistas, sendo referido em breves versões historiográficas contraditórias, remetendo para o período de

“terror nacionalista”, ou dissimulado pelas testemunhas, atribuindo responsabilidades a um “sujeito desconhecido”.

Un carabinero que venía de no sé dónde pegó un tiro el segundo Alcalde en la puerta del Ayuntamiento y lo mató, porque no se entendían entre ellos mismo por motivos que desconozco. Sé que era una coalición política, que era un trío. Con nueve años me acuerdo perfectamente del tiro, le pegaron un tiro. (Manolín)

Oliva de la Frontera, última das populações fronteiriças estremenhas a ser ocupada, tornou-se num centro de resistência republicana, reunindo na vila e zonas limítrofes milhares de refugiados provenientes de povoações vizinhas e da província de Huelva, fugidos ao avanço das forças nacionalistas. Os comités de defesa de Oliva, constituídos por diferentes grupos político-partidários, tiveram de prestar apoio às necessidades de alimentação e alojamento de milhares de refugiados, justificando os assaltos atrás enunciados, perpetrados aos armazéns e celeiros dos proprietários mais abastados da vila. Manuel Méndez García nasceu em Oliva de la Frontera, em 1916, onde vive actualmente. Seus pais eram trabalhadores rurais. Ainda muito jovem filiou-se na Confederação Nacional de Trabalhadores (CNT), uma das organizações com maior implantação política em Oliva. Em 1936 pertencia ao Comité de Defensa de Oliva, levando a cabo algumas detenções de pessoas de direita, mas para Manuel o papel mais importante do Comité foi alimentar e alojar cerca de mil refugiados provenientes de outras localidades das províncias de Huelva e de Badajoz, que não sabiam muito bem para onde ir.

Manuela Martín nasceu em Villanueva del Fresno a 20 de Maio de 1918, e faleceu em Rennes, França, em Fevereiro de 2008. O seu pai era proprietário de uma padaria e sua mãe costureira de profissão. Ambos perfilhavam os ideais republicanos e sua mãe foi uma activa defensora da reforma agrária. A 28 de Agosto de 1936, quando as tropas nacionalistas ocuparam Villanueva, Manuela, com seus pais e seis irmãos iniciaram o percurso pela sobrevivência que os conduziria à fronteira de Barrancos. Manuela Martín nunca olvidou aquela manhã, em que sua irmã Ramona punha a mesa para o pequeno-almoço da família, e sua mãe tinha ido ao centro da vila comprar churros. Na fuga precipitada da família ficavam para trás todos os bens, e a mesa posta para o café da manhã, marcando a ruptura no quotidiano. Ao longo do percurso pelos campos Manuela relembra os contactos que seu pai ia estabelecendo, recolhendo

informações sobre a ocupação de outras vilas vizinhas, e sobre as atrocidades cometidas. A memória de Manuela Martín reflecte um processo traumático marcado pelo medo, ao longo de um trajecto incerto, dizendo a determinado momento da sua narrativa: *me recuerdo porque llorábamos*.

Na manhã de 21 de Setembro de 1936 as forças nacionalistas entraram em Oliva de la Frontera, e os refugiados procedentes das províncias de Huelva e de Badajoz dividem-se em dois grandes grupos; os que vão formar a “coluna dos 8.000”, rumo a Madrid, e os que procuram refúgio na fronteira portuguesa de Barrancos na tentativa de salvar a vida.

Resulta que a la media noche le dijeron: señor Fermín ¡va a ter con sus hijos porque está puesto en la lista para mávalo! De los primeros. ¿Cómo ha sido eso cuando ha salvado todo el pueblo? (Gracia Velázquez)

Recuerdo que huimos de aquí así, con lo que llevábamos encima, con mi hermano y otros compañeros, éramos unos cuatrocientos o quinientos los que andábamos por allí. (Manuel Méndez)

En la mañana del 21 de Septiembre empezaron a tabletear las ametralladoras, y entonces salieron corriendo camino de Portugal todos los que parecían ser dirigentes o estaban asociados a los diferentes partidos que había, y esos salieron pintando camino de Portugal, menos los anarquistas que eran todos personas mayores, y a esos no los descubrieron nunca porque no se delataron unos a otros. Corrieron a Portugal unas 800 o 900 personas sin tener nada de errado, en el territorio portugués, ahí estuvieron unos días, no solo las gentes de Oliva sino también los que venían huidos de zonas más altas, de Almendralejo y limítrofes. (Manolín).

5.3. Os campos de refugiados: nas margens do mundo e da humanidade

A concentração de refugiados republicanos junto à fronteira do concelho de Barrancos iniciou-se no mês de Agosto, aumentando gradualmente em função do avanço e ocupação das povoações pelas forças nacionalistas. No sentido de assegurar um maior controlo sobre o fluxo de refugiados para território português foi acordado,

entre o tenente António Augusto de Seixas (comandante da secção da Guarda Fiscal de Safara e comandante das operações no terreno) e o tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares (comandante da secção da GNR de Moura), dividir os 120 quilómetros da linha imaginária em duas zonas. A da Coitadinha, vigiada por infantaria e cavalaria da GNR, com o apoio de militares do exército, e a zona dos postos das Russianas e Tomina, a cargo da Guarda Fiscal, igualmente auxiliada por forças do exército. Para além destas medidas, a 16 de Agosto o tenente Seixas tinha pedido reforços militares ao Comando Geral da GF, devido ao reduzido número de efectivos que dispunha, embora várias companhias do Regimento 17 de Beja se encontrassem destacadas em Barrancos, Sobral d'Adiça e Amareleja.

Na manhã de 21 de Setembro, após duas horas de confrontos militares, Oliva de la Frontera foi ocupada pelos nacionalistas, aumentando a concentração de refugiados junto ao rio Ardila (do lado espanhol), frente à herdade da Coitadinha e das Russianas. Segundo fontes documentais o grupo das Russianas terá sido impedido de entrar em território português por acção do tenente Seixas, do tenente Soares (GNR) e do agente Júlio Lourenço Crespo (PVDE), apesar de já existirem nesta zona uma dezena de refugiados desde finais do mês de Agosto. Segundo o relatório do tenente Seixas a presença destes refugiados não foi comunicada oficialmente antes de 21 de Setembro, por estarem abrangidos pela alínea b) da Circular 143-2-C do Ministério da Guerra, que comunicava que “o controle de espanhóis pacíficos que se encontravam na fronteira desarmados, continuaria a ser feita pela forma corrente, sem interferência da autoridade militar”, embora fossem do conhecimento da PVDE.²⁹⁷

Quando Manuela Martín e a sua família chegaram à fronteira portuguesa depararam-se com militares armados, e com dois homens a cavalo que se lhes dirigiram. Segundo a sua narrativa era um oficial português, que descreve como um jovem oficial “hombroso” de cerca de 30 anos de idade, e um sargento, à volta dos 50 anos. O oficial terá dito:

Las personas que quieran pasar a Portugal tienen que hacerlo esta tarde. Ni soy fascista ni soy de izquierdas, pero me doy cuenta de que lo que está haciendo Franco es una injusticia. ¡Si se quedan ahí, mañana por la mañana este trozo de tierra será un cementerio!” – Esto dijo el portugués. (...) “Y tengan en cuenta que yo no tengo

²⁹⁷ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, p.130.

derechos para recoger a refugiados” – Sí, porque Salazar era otro Franco. – “Yo no tengo derechos, sólo en cuatro kilómetros. (Manuela Martin)

O tenente Oliveira Soares, responsável pela zona da Coitadinha, percorria diariamente, a cavalo, as margens do rio Ardila, dialogando com os grupos de refugiados que ia encontrando ao longo do percurso. No seu relatório afirmou que até 22 de Setembro todos os espanhóis que entraram na sua zona foram entregues à PVDE, “conforme as instruções que tinha recebido dos meus superiores”, e que nesse mesmo dia, ao verificar um aumento significativo no número de refugiados concentrados junto à fronteira, do lado de Espanha, informou-os sobre as condições de entrada em Portugal, nomeadamente sobre a entrega das armas:

“Como porém se tratasse de um grupo tão numeroso mandei vir à minha presença aqueles que se diziam chefes civis e militares e fiz-lhes ver que se entrassem teriam que ser desarmados, e que nunca poderiam entrar mais de 25 metros para dentro de Portugal, até que o Governo resolvesse”.²⁹⁸

Na noite de 21 de Setembro um grupo constituído por 566 civis chefiados por Ricardo Carrillo Almanso, empregado bancário de Huelva, 19 carabineiros comandados pelo cabo carabineiro Fermín Velázquez, e 40 mulheres com 12 crianças foram acolhidos junto às Umbrias do Resvaloso na herdade da Coitadinha pelo tenente Serrão da Veiga, do Regimento de Infantaria 17 de Beja, que assumiu a responsabilidade da sua entrada em território português, até ser decidido oficialmente o seu destino.²⁹⁹ A fronteira portuguesa marcava agora a linha divisória entre a vida e a morte, e o fluxo de refugiados atingia proporções incontrolláveis, que as forças militares no terreno não podiam conter. De tal forma, que no mesmo dia, o soldado Adelino Nunes Ribeiro (GF) presenciou a entrada de três centenas de refugiados na herdade das Russianas, junto à

²⁹⁸ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, relatório do tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares de 12 de Outubro de 1936, p.153.

²⁹⁹ No inquérito militar o tenente Jorge Pinheiro Serrão da Veiga, do R.I.17 de Beja, declarou que a G.F. tinha o comando técnico das operações e que o Exército somente auxiliava. Que teve ordem, ao princípio, de receber todos os espanhóis com armas e todos aqueles que podiam prejudicar os nacionalistas na fronteira, bem como de defender a fronteira de qualquer invasão comunista. Afirmou ter assistido à invasão da herdade da Coitadinha e não ter conhecimento dos refugiados da Choça do Sardinheiro. Teve ainda conhecimento de 8 refugiados que mandou pôr na fronteira, posteriormente autorizadas pelo Comandante da Polícia de Beja a apresentarem-se no campo de refugiados na véspera do embarque. AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, p.133.

Choça do Sardinheiro, à qual assistiram, sem criarem nenhum tipo de impedimento, o tenente Seixas, o tenente Soares e o agente Crespo.³⁰⁰

Ao regressar nesse dia à herdade da Coitadinha, o tenente Oliveira Soares foi informado que “os espanhóis esquerdistas já tinham entrado e também já tinham feito entrega das armas, isto é, que se conformaram e sujeitaram a tudo quanto os tínhamos prevenido”.³⁰¹ Alinhados em fila, passando por entre um cordão de militares armados, os refugiados republicanos entraram em Portugal, entregando todas as armas e munições que possuíam. Os civis, pertencentes aos *Comités de Defensa*, esconderam as armas em território espanhol, enterrando-as entre as fragas do rio, na esperança de um dia as recuperarem, entrando em Portugal apenas com as suas navalhas, que também tiveram de entregar. Assim se compreende que num grupo constituído por mais de 500 homens tenham sido apreendidas apenas trinta e duas carabinas, vinte e sete sabres, dezassete caçadeiras, diversas munições e uma cesta de navalhas, que ainda está presente na memória de Francisca Agudo.

Quando os desarmaram, aos carabineiros e tudo, nos chamaram: “Agora venham, para escolher uma navalhinha da que vocês lhe gostam!” - e nós escolhendo a navalha, era tanta navalha, era uma alcofa cheia, ficaram sem navalhas, sem nada coitadinhos ali, mas logo as pediram já para comer, para partir o pão e essas coisas.

No sentido de informar o Comando Militar de Beja e o comando da GNR sobre o número de refugiados concentrados na herdade da Coitadinha, o tenente Oliveira Soares deslocou-se à vila de Barrancos, acompanhado pelo agente Crespo. Ao contactar a Direcção da PVDE o agente Crespo foi informado que seria enviado um Delegado do Governo ao local. Paralelamente, o tenente Seixas tomava conhecimento da entrada dos refugiados na herdade da Coitadinha quando na manhã do dia 22 de Setembro chegou à vila de Barrancos (procedente das Russianas), tendo-se deslocado de imediato à herdade, onde foi informado dos acontecimentos pelo tenente Serrão da Veiga, que recebeu os refugiados “com a condição de os colocar na fronteira, se ordem recebesse em tal sentido, marcando-lhes uma faixa de 25 metros de profundidade em território

³⁰⁰ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, p.136.

³⁰¹ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, relatório do tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares de 12 de Outubro de 1936, p.153.

português”.³⁰² Segundo Gentil de Valadares, que acompanhou o seu pai à herdade da Coitadinha:

“São à volta dumas seiscentas pessoas. Homens na sua maioria. Só umas trinta mulheres. E mais ou menos igual número de crianças. Todos se mostravam exaustos, visivelmente abatidos pelos muitos abalos sofridos. Lia-se-lhes na cara as angústias que lhes roíam a alma. E não era para admirar a fadiga deles, posto que andavam a monte havia muitos dias, mal comidos e a dormir ao relento. Famintos na sua maioria, como também inocentes, com as ideias mais ou menos baralhadas, mas puras, inspiravam-nos compaixão” (Simões, 2007:72).

Na herdade da Coitadinha o tenente Seixas tomou conhecimento sobre a entrega das armas, que deveriam ficar ao cuidado da Guarda Fiscal, e procedeu à contagem dos refugiados, delegando no cabo Luís Ribeiro Venâncio da GF a responsabilidade pela guarda do grupo de refugiados (auxiliado por quatro soldados da GF), incumbindo-o de elaborar uma lista com a identificação de todas as pessoas. Em seguida dirigiu-se ao posto da Guarda Fiscal de Barrancos para comunicar oficialmente aos seus superiores os acontecimentos, e a proveniência do grupo de refugiados concentrados na herdade da Coitadinha.

Relação oficial dos refugiados espanhóis da herdade da Coitadinha³⁰³

Local de origem	Militares Carabineiros	Mulheres e crianças	Homens Civis	Total
Jerez de los Caballeros		10	330	340
Oliva de la Frontera		20	274	294
Villanueva del Fresno		19	49	68
Higuera la Real		-	8	8
Colaraço		2	10	12
Valencia del Mombuey		3	5	8
Santos de Maimona		-	5	5
Alconchel		-	6	6
Totais	32	54	687	773

Durante a sua permanência no posto foi surpreendido por um telefonema do Sub-Secretário da Guerra, capitão Fernando Santos Costa (já informado do ocorrido

³⁰² AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, relatório do tenente António Augusto de Seixas de 16 de Outubro de 1936, p.164.

³⁰³ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx 63-2. Confidencial n.º 210/7 do Comando Geral da Guarda Fiscal de 27 de Setembro de 1936.

pelo tenente Oliveira Soares), que lhe comunicou que o general Joaquim da Silveira Malheiro, Comandante da 4ª Região Militar, iria no dia seguinte à herdade da Coitadinha oficializar as instruções do governo. Neste sentido, a decisão sobre a permanência deste grupo de refugiados republicanos em território português foi determinada pelo Ministério da Guerra, sendo o general incumbido de ordenar as condições do internamento, que revelam um total descomprometimento do governo português relativamente ao seu acolhimento.

“Foi por mim determinado a 23 de Setembro, aos senhores comandantes das forças do Exército, da G.N.R. e G.F. na região de Barrancos o seguinte, quanto aos refugiados espanhóis da Herdade da Coitadinha: 1º - Os refugiados espanhóis que encontram na Herdade da Coitadinha, na margem esquerda do Ardila, devem ser imediatamente internados umas centenas de metros. 2º - Evitar que passem mais espanhóis para o território português. 3º - Que os refugiados que quiserem voltar para Espanha, podem voltar. 4º - Que os refugiados devem ser alimentados com os próprios recursos.”³⁰⁴

Posteriormente à retirada do general compareceu no posto da Guarda Fiscal de Barrancos o Director Adjunto da PVDE, capitão Gaspar Marques de Oliveira, que inquiriu o tenente Seixas sobre as ordens deixadas pelo general. Quando o tenente lhe mostrou a nota, discordou, “pois tinha compreendido que o internamento era em Espanha”. O tenente Seixas terá argumentado “que só podia cumprir o que aquela ordem dizia”, ao que o mesmo oficial terá respondido “que as coisas se modificariam, porque ia falar para Lisboa.” Na manhã do dia 24 de Setembro o tenente Seixas teve conhecimento que o Director Adjunto da PVDE, depois de demorada conversação telefónica com Lisboa, aguardava uma resolução superior, e que “se ela viesse como ele esperava que ficava, caso contrário ir-se-ia embora”.³⁰⁵ Efectivamente o Director Adjunto da PVDE retirou-se de Barrancos na tarde do mesmo dia, juntamente com os agentes da Brigada Móvel, depois de ter conferenciado com elementos da polícia de Badajoz, que se tinham deslocado à vila a seu pedido. O que nos permite depreender que a PVDE não recebeu ordens de Salazar para aplicar a este grupo de refugiados “o destino que superiormente estava determinado”.³⁰⁶

³⁰⁴ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Nota Confidencial n.º 382-2-C dirigida ao Ministro da Guerra.

³⁰⁵ Idem, Inquérito Militar, relatório do tenente Seixas de 16 de Outubro de 1936, p.165.

³⁰⁶ Segundo as declarações do agente Júlio Lourenço Crespo da PVDE sobre a sua acção em Barrancos “só tomava conta de civis desarmados quando estes lhe fossem entregues pela GF e pela GNR e só assim os identificava, tendo os civis desarmados seguido o destino que superiormente estava determinado. Que

Pelo cruzamento de fontes orais e documentais verificamos que o número de refugiados aumentava diariamente, alcançando tais proporções que a 2 de Outubro o general Joaquim da Silveira Malheiro ordenou o reforço da vigilância na fronteira pela Companhia de Caçadores 4, de Faro, constituída por dois pelotões de atiradores e um pelotão de metralhadoras pesadas, motivado pelas informações telefónicas do capitão Aristides Coimbra, comandante do Regimento de Infantaria 17 de Beja, do tenente Seixas (GF) e do tenente Oliveira Soares (GNR). Consequentemente, endureciam as ordens do Sub-Secretário da Guerra, representando uma sentença de morte para todos aqueles que ainda tentassem trespassar a fronteira portuguesa:

“1º Não entra ninguém em nosso território. 2º Faz-se avisos por tiros para o ar, caso não sejam atendidos e atravessem a fronteira efectua-se como uma barragem de fogo à frente desses núcleos ou gentes isoladas, atravessam essa barragem e introduzem-se mais em nosso território, o fogo é feito ao centro do Alvo”. (Ordens do Sub-Secretário da Guerra)³⁰⁷

Nas ruínas do castelo de Noudar, nas malhadas do Monte da Ordem, dispersos pelos montados, escondidos entre o denso mato ou entre as fragas do rio, num espaço de acentuados declives naturais, que impossibilitava o controlo dos militares no terreno, dezenas de pessoas tentavam desesperadamente sobreviver. A concentração mais significativa em termos quantitativos, para além dos refugiados da herdade da Coitadinha, verificou-se na herdade das Russianas com o consentimento do tenente Seixas, o conhecimento dos militares no terreno, mas sem o reconhecimento oficial do governo português. O êxodo para a fronteira está ainda presente na memória de Carlos Caçador, filho do boieiro da herdade das Russianas.

Recordo-me que aquilo era uma miséria. Vinham fugindo para o lado das Russianas, os que podiam vir, e se juntaram todos ali na Mofadinha. Na Volta da Albarda estava aquilo cheio de barraquinhas, que faziam com o mato, era onde havia mais. (...) Estava tudo tão conforme, iam vindo, iam chegando, iam ficando ali, e mortos de fome que estavam. Ali havia homens trabalhando, que tinham um bocado de pão e o atiravam

assistiu à organização do campo da Coitadinha e identificou os refugiados em parte, só depois de ter recebido ordem superior, e quando eram em número de aproximadamente 800.” Inquérito Militar, p.139.

³⁰⁷ AHM, 1º Divisão, 38ª Secção, Cx.63, confidencial 70-C de 2 de Outubro de 1936.

aos cães, e as crianças pequenas vinham buscar os bocados dos cães, aquilo não tem nem conto.

A concentração dos refugiados nas Russianas foi assumida inicialmente pelo tenente Seixas como provisória, mas o desencadear de perseguições e fuzilamentos em Oliva de la Frontera aumentava diariamente o fluxo de refugiados, obrigando-o a proceder a diligências, junto do Director da PVDE, para juntar este grupo ao grupo de refugiados da Coitadinha, oficializando a sua permanência em território português.³⁰⁸ Perante a recusa do capitão Agostinho Lourenço, o tenente Seixas vai encetar contactos com as novas autoridades espanholas para garantir o regresso dos refugiados em segurança, tendo declarado no seu relatório que tencionava “expulsar os refugiados da Choça do Sardinheiro quando recebesse das autoridades espanholas, das diferentes localidades, a palavra de honra de que lhes não fariam mal”³⁰⁹. Mas a “palavra de honra” não chegava, e as notícias eram cada dia mais alarmantes, agravadas pelas permanentes incursões de grupos de falangistas em território português, que geraram alguns confrontos com os militares portugueses.

“Al atardecer del día en que ya estábamos desarmados y en un campo de Concentración se presenta una Columna de Guardias Carabineros y Falanges que venían haciendo un verdadero alarde de consumo de municiones (...) al ver que podían hacer unos muertos o heridos algunos por el fuego de la Columna que había violado un territorio no repelieron la agresión, debido a que salió de entre la fuerza un oficial montado a caballo hasta la lengua del agua que hacia limite con España y después pos a hablar con el Jefe de la fuerza atacante y antes no dispararon”. (Fermín Velázquez)

No meio destes acontecimentos, os trabalhadores rurais tentavam manter a rotina das suas actividades quotidianas, abruptamente violentadas pelo drama humano dos refugiados e pelos ataques dos falangistas.

Naquele dia andava eu com o meu pai na Umbria do Resvaloso, a pastar as vacas junto à ribeira espanhola, quando salta lá acima da serra o som de uma metralhadora, era a Falange. Parece ainda agora que estou a ouvi-la tátátatátá... Os espanhóis tinham-se

³⁰⁸ Inquérito militar, p.140. Segundo o depoimento do agente Júlio Lourenço Crespo, da Brigada Móvel da P.V.D.E. estacionada em Barrancos, o tenente Seixas tinha proposto juntar os refugiados do Sardinheiro com os da Coitadinha, mas o Director da P.V.D.E. não tinha concordado.

³⁰⁹ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, p.131.

entregado já a Portugal e estavam rente à ribeira. Estavam ali as tropas portuguesas, guardando os espanhóis fugitivos. (Manuel dos Santos)

Cuando nos fuimos a Portugal y estábamos todas las personas en un matorral, estaban los niños, las mujeres y todo, nos tiroteaban de la parte dese, nos tiroteaban a las mujeres y a los niños y estábamos en Portugal. (Gracia Velázquez)

Nós estávamos na Coitadinha e naquele dia deram fogo para cá, e aqui os capitães que estava no monte da Coitadinha, levaram a metralhadora e deram fogo para lá, e nós chorando. E o capitão Soares, que era muito boa pessoa dizia: “Não chore, não chore, não chore que aqui não vem nada”. (Domingas Caçador)

E ainda feriram um cavalo, ali na ribeira, e foi quando ele (tenente Soares) pôs um lenço branco, uma bandeirinha branca e fez assim (abanando), e se calaram. Ele mesmo dizia que se não se calam no momento ficam todos fritos. (Francisca Agudo)

Estaban disparando, y el teniente, de la republicana, montó a caballo diciendo que no disparasen. Y se fueron con aquel teniente, y dejaron de disparar. (...) Cuando acabaron los tiros nos mandaron más atrás, y había guardias rodeándonos (...) Aquella fuerza que estaba allí se portó bien con nosotros, pero hubo otras que no se portaron bien. En Barrancos salvaron a mucha gente, pero en otros sitios no. (Manuel Méndez)

Os refugiados conviveram quotidianamente com o terror e com a incerteza sobre o seu destino, aguardando uma decisão política do governo português para o seu repatriamento. Como medida de precaução a mãe de Manuela Martín elaborou uma lista com os nomes dos vizinhos de Villanueva del Fresno que estavam nos campos, para em caso de desaparecimento poder comprovar a sua presença.³¹⁰ Por vezes chegavam informações contraditórias, trazidas por familiares e amigos, de que podiam regressar a suas casas em segurança, mas todos aqueles que o fizeram foram fuzilados. Nas Russianas o tenente Seixas recebeu uma listagem de todos os espanhóis, elaborada pelos soldados Domingos Rodrigues Borralho e Simão Tibúrcio Vidinha da GF, auxiliados por um médico espanhol, um dos primeiros refugiados que chegara à Choça do

³¹⁰ Ver lista de Manuela Martín em Anexos Cap.5.

Sardinheiro. Colaboração que os soldados aceitaram de bom grado para maior facilidade de esclarecimento de nomes, seguindo o mesmo procedimento adoptado pelo agente Lourenço Crespo da PVDE na herdade da Coitadinha, que contou com a colaboração do cabo Fermín Velázquez. Posteriormente, o tenente Seixas informou todos os espanhóis das Russianas que tinha a “palavra de honra” das autoridades militares das suas localidades “para todos aqueles que lhe fossem indicados, como podendo voltar às suas casas, onde faziam falta, que não lhes seria feito mal algum”. Mas o terror instalava-se na fronteira portuguesa, alicerçado em relatos sobre fuzilamentos de parentes e amigos, que contribuíram para portugueses e espanhóis partilharem da emoção colectiva do conflito. Como o caso de um jovem de 15 anos, familiar de Domingos Caiadas, que foi fuzilado em Oliva de la Frontera como represália pelos seus familiares terem fugido para Portugal.

Nas suas memórias, Gentil de Valadares recordava que as autoridades espanholas não se cansavam de enviar à Guarda Fiscal listas com nomes de condenados à morte. Garantindo que ninguém foi entregue no campo das Russianas, estando os refugiados autorizados pelo seu pai a regressarem a Espanha apenas por livre vontade. Manuela Martín guardou outras memórias sobre essas listas:

Mandaban unos papeles, los fascistas, con nombres. Los que podían volver podían irse, los que no podían tenían una cruz... Porque los fusilaban cuando pasaban. Oíamos que los fusilaban en el campo de España, cuando se decidían a marcharse.

No contexto de atrocidades e violações, os campos de refugiados na herdade da Coitadinha e na herdade das Russianas representaram uma excepção, mas a liminaridade unificadora de todas as situações de êxodo fundamentou a sua existência em lugares periféricos, de ocupação provisória, “fora dos lugares” e “fora da temporalidade” do mundo comum, ordinário e previsível, aplicando-se-lhes um regime de exclusão “au bord du monde” (Agier, 2002:76). O mundo dos refugiados, confrontando “culpados” e “inocentes”, onde reinava a suspeição, produzia a imagem de uma população duplamente manchada, fisicamente suja e moralmente suspeita, que Gentil de Valadares descreveu nas suas memórias:

“Confrangia uma pessoa ver toda aquela gente com as suas roupas amachucadas, os seus cabelos de quem viu algum lobo, e todos eles muito pálidos, de olhos estoirados de não dormirem. E muito sujos. Roupas e

corpos. Aquilo era a miséria das misérias! Alguns lamuriavam-se: ‘- *Somos gente de bien. No tenemos nada que ver con lo que pasa en España... Gente pacífica, que solo sabe trabajar.*’ Era desolador, angustiante, o impacto!” (Simões, 2007:83).

Simultaneamente construía-se a ideia de que de Espanha, onde a população fora vítima da violência, só podia vir um “membro doente”, e que essa parte devia ser amputada da parte sã da sociedade. Na linha de proposta de Michel Agier (2002), ao relacionarmos os corpos humanos com a política dos espaços, entendemos a segregação como uma “função profilática”, face ao risco de um contacto próximo com populações “poluídas” por ideias e aspirações políticas diferentes (2002:60). O risco de “contágio” revela-se no desagrado manifestado pelos proprietários das herdades junto das autoridades militares, no sentido de ser encontrada uma solução, “o mais breve possível, aproveitando-se até influências pessoais de evidência política” - assim escrevia o coronel Bernardino Pires Franco, comandante do Batalhão da Guarda Fiscal.³¹¹ As “influências pessoais”, talvez justifiquem os encontros entre Salazar e Sebastião Ramírez, e entre Salazar, Garcia Pulido e o Ministro do Interior, que encontramos anotados no diário do ditador, vinculados aos temas: “exilados espanhóis” e “guerra de Espanha”.³¹²

A segregação dos refugiados republicanos nas margens da fronteira visou proteger a sociedade portuguesa de possíveis contaminações, se pensarmos que os campos impõem uma espécie de “quarentena social”, controlada por um mecanismo policial que agrega a população acolhida. Nos campos as pessoas mantiveram a vida suspensa por “perfusão” (Agier, 2002:89), independentemente das iniciativas que procuraram reordenar o quotidiano da existência humana.

“Las mismas autoridades portuguesas me nombraron Jefe Administrador, con lo que tuve que comunicarlo a todos los internados y los que poseíamos algún dinero lo pusiésemos en común para todos hasta que lo consumimos (...) y como los que tenían más dinero que nosotros ingresaran en otro campo a unos 6 o 7 kilómetros de distancia, estos no estaban controlados por la Policía Internacional (...) pero a pesar de lo difícil de nuestra ayuda a los del otro campo, yo iba todos los días con 7 o 8 hombres cargados de pan y algo de tocino y queso que abonábamos de lo poco nuestro para poder socorrerlos”. (Fermín Velázquez)

³¹¹ AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Nota da 1ª Repartição do Comando Geral da Guarda Fiscal, de 28 de Setembro de 1936.

³¹² IANTT/Online, Arquivo Salazar, Diário 2º Volume, 1936, de 1936-07-01 a 1936-12-31. Consultável em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=regShow&ID=3886696&searchMode=>

Na herdade da Coitadinha o cabo carabineiro Fermín Velázquez assumiu a liderança do grupo de refugiados, como mediador entre os seus companheiros e as autoridades portuguesas, recolhendo verbas para aquisição de alimentos e defendendo os interesses do grupo, demonstrando como a vida nos campos pode revelar algumas formas de hierarquia. Todavia, essa vida nos campos não representava a sociedade existente, mas os fragmentos de sociedades despedaçadas, cujo denominador comum foi terem cruzado a guerra no decurso da sua história (Agier, 2002:109). Nos campos de Barrancos não existiram espaços demarcados, com um policiamento militar rigoroso, nem condições sanitárias, nem fornecimento de alimentos. Os refugiados podiam circular entre os dois campos, compartilhando comida e informações, mas tiveram de improvisar os seus próprios abrigos com ramos de azinheira, mato e cobertores. Os primeiros géneros alimentares foram comprados aos comerciantes locais a partir de uma colecta, e foram transportados na parelha do pai de Agostinho Carvalho, que apesar de ser uma criança ainda recorda a ida à Coitadinha:

Da guerra de Espanha só me lembro de ver muitos espanhóis aqui na rua, e me lembro de ir, que o meu pai nessa altura tinha um carro de parelha, ir com ele à Coitadinha a levar mantimentos para o campo de concentração que havia ali, que estavam lá os espanhóis e isso. E o meu pai, não sei porquê, não me lembro, sei que ia levar lá coisas para comer, seria o Estado que dava, não sei quem dava.

Nas suas memórias Fermín Velázquez refere o preço exagerado que os comerciantes de Barrancos cobraram pelos primeiros mantimentos, elogiando a intervenção de um militar português: “al enterase un teniente del 17 de línea, llamado Jorge Serrão da Veiga, no se conformó con ello, por considerarlo ilegal hizo que al siguiente día fuese descontado de la secunda compra”. Mas rapidamente se esgotaram os alimentos e os escassos recursos financeiros dos refugiados, e a partir de 30 de Setembro a alimentação passou a ser assegurada pelo rancho do exército. Contudo, os refugiados do campo das Russianas nunca beneficiaram de alimentação, estando dependentes do apoio dos companheiros da Coitadinha, de dádivas particulares, ou da livre iniciativa dos próprios. Como o caso de José Silva Rodríguez e do seu primo Manolo, que desesperados pela fome atravessaram a fronteira para roubarem bacorinhos que pastavam no lado espanhol, “sin encomendamos ni a Dios ni al Diablo, decidimos

salir a por ellos”.³¹³ Gentil Valadares evoca a subscrição pública realizada em Barrancos, ignorando a situação provisória dos refugiados das Russianas, e salientando a animosidade “dos ricos” para com os “comunistas”:

“Ao fim de vinte dias, sempre a espera das providências de Lisboa, que nunca mais vieram, os refugiados estavam sem alimentos e sem dinheiro. E, na penúria, a fome os ameaçava. Foi então que o meu pai sugeriu que se abrisse uma subscrição em Barrancos. Todos foram generosos. Só que os ricos deram menos do que os pobres. Que eles eram ‘comunistas!’” (Simões, 2007:87).

No campo de refugiados da Coitadinha existiam duas companhias do exército chefiadas pelos tenentes Jorge Pinheiro Serrão da Veiga e Dinis Evangelista Torres Júnior, ficando a GNR com a responsabilidade do policiamento junto à ribeira, enquanto os militares da GF faziam a vigilância interna do campo. Para além de se poderem deslocar livremente pelo campo, os refugiados abasteciam-se de água no poço da Ferradura e iam frequentemente à ribeira lavarem-se, ou comunicarem com familiares, que muitas vezes os convenciam a regressar a casa. Os refugiados que decidissem regressar tinham de comunicar a saída ao cabo Luís Ribeiro Venâncio (GF), responsável pelo seu controle, mas este apenas se apercebia de alguma falta no momento da chamada diária.

Os oficiais estavam alojados no Monte da Coitadinha, requisitado pelo exército aos seus proprietários, e os soldados ficavam na “Casa da Malta”, onde habitualmente dormiam os trabalhadores rurais contratados à jorna. Com o trabalho das ceifas concluído e os patrões no Estoril, onde habitualmente passavam a época de Verão, apenas permaneciam na herdade as famílias dos ganadeiros, e a família do guarda do Monte. Os pais de Manuel dos Santos e de Francisca Agudo todos os anos deixavam a Malhada do Castelo e passavam a época de Verão na Malhada das Queimadas, para que o gado pudesse beneficiar do restolho da ceifa. A malhada estava situada no cimo de um

³¹³ Excerto do texto policopiado “Recuerdos e Impresiones de mi militancia política” de José Silva Rodríguez, gentilmente cedido por José Hinojosa Durán, membro do Grupo de Estudios sobre la Historia Contemporánea de Extremadura (GEHCEX). José Silva Rodríguez (Barcarrota, 1916) era filho de trabalhadores rurais e ingressou aos dezoito anos nas Juventudes Comunistas de Barcarrota. Após a tomada da vila pelos nacionalistas e juntamente com um grupo de companheiros dirige-se para Oliva de la Frontera, mas sem intenção de se refugiar em Portugal, pois o objectivo era passarem para o outro lado das linhas nacionalistas e chegarem a território republicano. Mas à última hora, o contrabandista que os ia acompanhar no percurso recusa-se, por considerar a viagem muito arriscada, e a fronteira portuguesa foi o único recurso de sobrevivência para este grupo de quatro jovens.

pequeno morro, frente ao poço da Ferradura, e distava uma centena de metros do Monte, onde vivia a família de Domingas Caçador.

Eu era uma rapariga com oito anos e foram para lá as tropas, e os capitães e os soldados e tudo. E os capitães estavam no Monte da senhora, e minha mãe, e a de uma amiga que eu tinha lá, estavam ajudando a fazer o comer, e nós andávamos para ali abandonadas, porque não tínhamos rosário de ninguém. E os soldados ali fazendo instrução com o capitão, e na “cozinha da malta” estavam recolhidos, e os capitães no Monte da senhora. (Domingas Caçador)

Nessa altura os nossos militares estavam acampados no monte da Coitadinha na “cozinha da malta”, eram da GNR e os soldados também. Estava o tenente Torres, estava o tenente Veiga, o tenente Soares, estavam ali. (...) Ui Dona Dorinhas, o monte dela era um quartel. Ui, o quarto dela era onde dormia o tenente Soares, fizeram dali um quartel e não puderam dizer que não. Ali disseram que eram eles e pronto. (Francisca Agudo)

Domingas Caçador e Francisca Agudo eram muito jovens quando partilharam os seus quotidianos com os militares e com os refugiados acampados a duas centenas de metros do poço da Ferradura. A presença dos militares na herdade e o drama dos refugiados permanecem nas suas memórias como uma experiência de vida que rompeu violentamente com o quotidiano e com a ordem social. Cada uma resgata do passado a sua “história vivida”, procurando reconstruir o espaço das relações sociais que deram sentido e significado a um tempo desordenado.

Os nossos militares os trataram muito bem e o nosso Doutor ia todos os dias curar um que ao passar a ribeira lhe deram um tiro, e lhe partiram uma perninha, e estava ali debaixo de uma azinheira com umas varas e um pano que lhe puseram assim por cima e ali estava, como estavam todos. Os carabineiros estavam num lado, ali numa malhada e os outros todos estavam ali do outro lado, e o nosso Doutor ia todo o dia a curar aquele homem, o Doutor Fernandes. Logo ia o camião com pão, coitadinhos ali se punham em bicha para apanhar o panito todo. (Francisca Agudo)

Um dia saiu-me uma espanhola e chamou-nos, a minha amiga não queria ir, mas eu era mais intrometida e disse-lhe para irmos. Chegamos lá e estava uma mulher estendida no chão, coberta com uma saca para ter um bebé. A mulher perguntou-me se a minha mãe não tinha umas roupinhas e um bocadito de sabão, porque a amiga ia ter um bebé. Eu, e a minha amiga fomos ao monte e eu pedi à minha mãe. Ora a minha mãe coitadita tinha a minha roupinha, e um bocadito de sabão e me deu, e quando chegamos à malhada já estava o bebé nascido, um menino. Bem, a mulher ficou que não nos deixava de beijos. (Domingas Caçador)

Soubemos nós que na malhada nossa do Castelo, detrás da malhada abaixo, havia uma eira de tremoços, e ali nos montes de palha se esconderam duas senhoras, mas duas senhoras. Eu as vi, as vimos nós já montadas nos cavalos, porque eles foram a buscá-las, enterradinhas naquela palha, com um casaco, quem seriam aquelas senhoras? Ninguém soube o fim daquelas senhoras, eles as apanharam, as montaram nos cavalos e vieram para Barrancos, não sei onde as foram levar, mas aquelas não foram para o acampamento. (Francisca Agudo)

Logo o capitão que andava por aquelas espanhas, encontrou debaixo de uma charneca um menino também com oito anos, e o apanhou e montou a cavalo e o trouxe ao Monte, e pediu ao meu pai se podia ficar com ele, até que apareça a mãe ou o pai. Se acabou aquilo tudo, se acabou a guerra e aquilo tudo, vieram os camiões e levaram os espanhóis para Espanha, cada um para seu lado, e nós ficámos com o menino quase um ano. Minha mãe lhe comprou fazenda, lhe fez roupinha, até que logo já a mãe, não a mataram, se inteirou e veio um dia buscar o filhinho ali ao Monte. Quando a mãe veio aquilo era um grito abarcada ao filhinho, abarcada ao meu pai, abarcada a nós, aquilo era uma coisa... (Domingas Caçador)

A solidariedade dos membros dos grupos resistiu à desumanização da guerra e à segregação, marcadores de uma ruptura na inteligibilidade, exigindo a construção de novas bases para o sentido da vida e da justiça. A permanência dos refugiados nos campos de Barrancos, entre 22 de Setembro e 8 de Outubro, e as condições infrahumanas da sua sobrevivência permanecem na memória daqueles que testemunharam um incomensurável drama humano, num tempo em que o terror e a “caça ao homem” regeram a vida quotidiana das populações raianas.

Tinham que abandonar tudo, com filhos pequeninos. Quando eu passo ali por aquela malhada me lembro de tudo, da azinheira onde o doutor Fernandes ia curar aquele homem me lembro eu. E mandavam ao meu pai e ao porqueiro vir para aqui com o gado para o olival, não viesse alguma bala debandada, e os apanhasse não? E os tiros ferviam, e as metralhadoras e essas coisas, quando vinham batendo as pessoas como se fossem coelhos, matando aí... Tantas alminhas ali, coitadinhos... e eu me lembro disso como se fosse hoje. (silêncio) (Francisca Agudo)

Lá em Oliva e noutros sítios marcavam de noite (uns gajos que lhe chamavam falangistas que tinham um bivaque com uma monha encarnada à frente, que vinha a monha bailando sempre aqui à frente), apontavam as pessoas que iam a matar ao outro dia, aquilo era como uma matança que faziam. (Carlos Caçador)

Los fusilamientos eran un comentario diario, hoy mataran a fulano, mataran la no sé quién ¿Y por qué? No sabemos. Otro comentario. Han matado tal ya a cual. ¿Ese, por qué ese? Eran cosas que no tenían explicación, sí, posteriormente lo tenían explicación. (Manolín)

Que lástima, de tudo viu a gente um pouco, Deus queira que a gente não conheça coisa dessa. E aquela rapariga que apareceu naquela noite, parece que a estou vendo com um vestido azul, da cor daquele retrato do meu neto, azul, peladinha, parada, com uma monha aqui (no cimo da cabeça), o que lhe fizeram. Mas se escapou de Oliva, que tinha sido um primo que a tinha desatado dali. Gritando ali, não a queriam, que já não podia entrar mais gente ali no acampamento, e ela de joelhos dizendo: "Quiero que me maten aquí, que yo no vuelto aquel es asesinos. Me maten en Portugal!"- e então a meteram ali e foi no outro dia logo, me lembro de isso tudo, que pena. (Francisca Agudo)

Na imprensa o avanço das forças nacionalistas e a devastação constituíram para a maioria dos jornalistas portugueses: “operações de pacificação em zonas sob domínio da *barbárie vermelha*, que deixa atrás de si um rasto de morte” (Pena Rodríguez, 2003:11). Para a opinião pública em Portugal a crueldade estava sempre do lado dos republicanos, dos “vermelhos”, consolidando o discurso hegemónico anti-comunista. As escassas notícias sobre refugiados referiam-se quase sempre à deslocação interna

motivada pela destruição das povoações e pelas “atrocidades cometidas pelos marxistas”, ou ao êxodo na fronteira francesa. No *Diário de Lisboa*, o jornalista Artur Portela descreve com singeleza algumas acções de extrema violência, na crónica “Como foi tomada Talavera”, como algo consubstancial à guerra, realçando a sua entrada na cidade, por entre uma “alameda de mortos”:

“Ao lado das bermas da estrada, em posições dramáticas, vêem-se duas filas de cadáveres. Uns morreram no último combate, outros após. Para que a putrefacção não se desenvolvesse, os corpos foram regados com gasolina e queimados depois. Mas o cheiro atroz anda no ar, com gangrena solta. Há que aliviar a visão e subjugar o arrepio nervoso. É a guerra com todos os seus horrores.” (cit. por Pena Rodríguez, 2003:18).

No artigo: “Os mortos das carreteras”, descrevendo o trajecto entre Talavera e Toledo, Artur Portela repete o testemunho, dizendo metaforicamente que tinha os olhos “encharcados de sangue” (cit. por Pena Rodríguez, 2003:18). Estas crónicas, muitas vezes ignoradas pela História da repressão fascista em Espanha, demonstram sobremaneira a violência empregue pela coluna de “mouros” e legionários do general Yagüe, que semanas antes havia arrasado a província de Badajoz, continuando o seu percurso rumo a Madrid, deixando atrás um rasto de destruição e de morte.

5.4. Tempos de errância e intermitências da vida: de Barrancos a Tarragona

Os refugiados republicanos foram mantidos na fronteira, caracterizadora de um lugar de contaminação, ou de poluição da identidade, representando a figura da liminaridade maldita (Agier, 2002:120). Simultaneamente partilharam a dimensão existencial do êxodo, como uma experiência vivida a três tempos, fundadores de um novo tipo de vida errante (2002:13). Num primeiro momento viveram “a destruição”, presenciando a devastação da comunidade, a perseguição de familiares e amigos, forçados a trajectórias de vida incertas, transportando as marcas irredutíveis do medo e do sofrimento, e a experiência do indesejável sem lugar, dentro e fora do seu próprio país. Num segundo instante, viveram “o confinamento”, a espera de dias e meses passados em trânsito, sem saberem muito bem para onde ir, concentrando todas as suas energias em estratégias de sobrevivência, protegendo-se e alimentando-se, abstendo-se

de qualquer projecto de vida (Agier, 2002:58). Por último, viveram “o tempo da acção”, do direito à vida e à palavra, dependentes de interesses políticos nacionais e internacionais.

A 4 de Outubro o tenente Seixas enviou à Directoria da PVDE uma exposição de um grupo de refugiados que se encontrava no Porto Redondo, Choça do Sardinheiro, do qual fazia parte a família de Manuela Martín, solicitando autorização para saírem de Portugal e dirigirem-se a portos estrangeiros, assegurando todas as despesas de transporte. Mas a maioria dos refugiados não dispunha de recursos financeiros que lhes permitissem encetar qualquer viagem de médio ou longo curso, estando absolutamente sujeitos às decisões políticas do Estado português e dependentes da solidariedade dos barranquinhos. Esta realidade justifica que muitos refugiados regressassem às suas vilas, mesmo sabendo que corriam perigo de vida, ou permanecessem escondidos no campo, aguardando a reordenação da vida quotidiana das suas comunidades.

A 7 de Outubro de 1936 o Comandante Geral da GNR, general Augusto Manuel Farinha Beirão, escreve ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior manifestando o seu desagrado pelo serviço de vigilância dos refugiados envolver pessoal da sua corporação, revelando um total desconhecimento sobre as negociações para o seu repatriamento.³¹⁴ No cruzamento de fontes orais, documentais e bibliográficas (*cf.* Delgado, 1980; Oliveira, 1987; Rosas, 1996; Telo, 1999; Espinosa, 2003), concluímos que a adesão formal de Portugal ao Comité de Londres, em Setembro, assim como as pressões da Cruz Vermelha Internacional, da Comissão de Refugiados da Sociedade das Nações e da própria imprensa internacional, compeliram Salazar a encontrar uma “resolução honrosa” para Portugal. Na sequência das influências nacionais e internacionais foi forçado a negociar o repatriamento dos refugiados para o porto de Tarragona, quando anteriormente o destino fora a entrega aos nacionalistas na fronteira.

³¹⁴ IANTT. Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 480 (pt.5/65). Carta do Comandante Geral da GNR, general Augusto Manuel Farinha Beirão, ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior: “Encontrando-se na fronteira portuguesa, próximo de Barrancos mais de 700 refugiados espanhóis governamentais, mantidos pelo Estado Português, sob vigilância e guarda de 16 praças da GNR, ocupando uma extensa área e de que resulta um serviço deficientíssimo, número aquele que tende a aumentar em vista da propaganda que se faz em Espanha sobre a boa hospitalidade que desfrutam; rogo a V. Ex.^a se digne submeter à apreciação de S. Ex.^a o Ministro do Interior este facto e a conveniência dos referidos indivíduos serem internados em local apropriado, passando a sua guarda a ser exercida por pessoal estranho a esta Corporação, que está desempenhando este serviço com manifesto prejuízo da vigilância da fronteira e do serviço rural.” (7/10/1936) Resposta do Chefe de Gabinete o Ministro do Interior: “Encarrega-se sua Ex.^a o ministro de comunicar que tomou na merecida consideração o ofício de V. Ex.^a nº 4593 de 7/10/1936, e que o assunto terá solução com o repatriamento dos refugiados espanhóis que deverá efectuar-se em breve.” (8/10/1936)

Na correspondência trocada entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério do Interior e a Direcção da PVDE comprovamos a existência de uma proposta do governo português ao governo republicano, para o repatriamento de todos os espanhóis refugiados em Portugal. A resposta do governo espanhol chegou ao Ministério dos Negócios e Estrangeiros a 28 de Setembro, aceitando as seguintes condições:

“O governo português encarrega-se do repatriamento, à sua própria custa, de todos os refugiados que o aceitem, fazendo conduzir todos eles em navio português ao porto de Tarragona. Este porto foi designado pelo Governo espanhol. Os que não quiserem aceitar o repatriamento, nem seguir à sua custa para qualquer país estrangeiro, ficarão em Portugal, mas terão que se submeter, como é natural, ao regime a que o Governo português tem de os sujeitar, e sobre o qual é óbvio não poderemos depois aceitar reclamações.”³¹⁵

Esta resolução diplomática correspondeu aos anseios de todos os refugiados, assim como às solicitações do embaixador Cláudio Sánchez Albornoz, que dias antes havia pedido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros autorização de embarque para França, para os oficiais espanhóis internados no Forte de Caxias.³¹⁶ A operação logística para o repatriamento dos refugiados ficou a cargo do Ministério do Interior, e o transporte de Barrancos para Lisboa foi coordenado pelo tenente Joaquim Gonçalves Duarte da Silveira, da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Beja, que assim descreve as suas diligências:

“Durante os dias 8 e 9 do corrente e na noite do primeiro dia, acompanhado por 8 guardas desta corporação promovi a remoção para Moura de 1.009 espanhóis dos campos da Coitadinha e Russianas no concelho de Barrancos que dista 60 km, tendo-os reunido na Praça de Touros. Dirigi o embarque dos mesmos para o comboio que os conduzia a Santa Apolónia, donde embarcaram no paquete Nyassa com destino a Tarragona.”³¹⁷

Na manhã de 8 de Outubro, o tenente Seixas, por acordo com o capitão Aristides Coimbra (comandante do Regimento de Infantaria 17 de Beja), providenciou duas camionetas em Safara por recear que o transporte não fosse suficiente para o número de refugiados. Por falta de motorista, conduziu uma das camionetas (acompanhado pelo

³¹⁵ IANTT. Ministério do Interior. Gabinete do Ministro. Mç. 480/2, Pt-28/2.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ IANTT. Ministério do Interior. Gabinete do Ministro. Mç. 480. Confidencial nº 82, da PSP de Beja, 15/10/36.

seu filho Amável) e dirigiu-se a Barrancos. Quando chegou à entrada da vila, a operação estava praticamente concluída, e o capitão Aristides Coimbra conseguira assegurar a deslocação de todos os refugiados, pelo que o tenente Seixas realizou apenas um percurso às Russianas, “conduzindo 35 crianças, 9 mulheres e um homem doente” para Moura. O momento da partida criou suspeições entre alguns dos refugiados que receavam ser entregues aos nacionalistas, mas também restaurou a esperança e a alegria que é rememorada por alguns barranquenhos:

Logo apareceu um camião, que os ia levar para Tarragona, àquela malta toda que estava ali naquele sítio. Aquilo era um cântico. E logo se puseram todos contentes nos camiões por irem para Tarragona. Depois que o camião carregou essa malta toda nunca mais se viu mais gente, lá aparecia algum pedindo e feito numa desgraça, mas a juntar-se assim nunca mais. (Carlos Caçador)

Quando vieram os camiões eu e a minha amiga nos pusemos em cima de uma meda e os camiões iam passando por ali e as mulheres nos faziam com a mão (gesto de adeus). Coitadinhas. (Domingas Caçador)

Quando acabaram com aquilo trouxeram eles nuns camiões e a gente, rapazotes, viemo-los esperar ali ao celeiro para ver o fim. Foram os da Coitadinha e foram os das Russianas. Depois ainda apareceram fugitivos mas já não eram recebidos. (Manuel Guerreiro)

A iniciativa do tenente Seixas provocou o descontentamento do tenente Duarte da Silveira (PSP), originando uma nota ao Administrador do Concelho de Moura, em que afirmava “não ter dado qualquer ordem ao referido Sr. Tenente Seixas para mobilizar qualquer camioneta”.³¹⁸ Facto que revela ter existido por parte do capitão Aristides Coimbra e do tenente Seixas a preocupação em assegurar o transporte de todos os refugiados de Barrancos, e não apenas dos concentrados na herdade da Coitadinha. A acção do tenente Seixas, ao proteger os refugiados das Russianas sem o reconhecimento oficial do Ministério da Guerra representou “o outro termo das relações de poder”,

³¹⁸ Arquivo Municipal de Moura, Correspondência Recebida 1936, carta da Secção Policial da PSP de Beja, de 23/10/1936.

gerador de “um ponto de resistência” (Foucault, 1994:99), forjado num tempo e espaço específicos. Ao tomar conhecimento sobre o número de refugiados concentrados em Moura, Salazar mandou instaurar um inquérito militar para apurar responsabilidades.

“Tendo este gabinete conhecimento que o número de refugiados espanhóis era de 613 e mencionando a PVDE nas relações de espanhóis a evacuar o número de 1.020, Sua Ex.^a o Ministro encarrega-se de rogara a V. Ex.^a se digne informar qual a razão de um tão grande número de refugiados espanhóis e quais os dias em que entraram em Portugal.”³¹⁹

Ao longo das 185 páginas do inquérito militar o major Manuel José Marques Júnior, do Comando Militar de Beja, reuniu documentos e quarenta e um depoimentos de militares e civis, entre os quais do Administrador do Concelho de Barrancos, Sebastião Macias Barroso, tentando apurar as causas do desconhecimento oficial de um número tão elevado de refugiados. Nas conclusões do inquérito revela sobretudo descentendimentos na interpretação das ordens entre os diversos organismos militares, e identifica a “desarmonia entre ordens emanadas da Directoria da PVDE e ordens emanadas do Ministério da Guerra, assim como entre as ordens emanadas do Ministério da Guerra e o Comando Superior da Guarda Fiscal.” No relatório declara “que a PVDE era quem se devia informar directamente sobre o número de espanhóis internados em nosso território e informar directamente a sua Directoria, porque, segundo a Circular nº 143-2-C, era a quem competia ficar com o encargo dos civis desarmados”. Em seu entender “a PVDE não devia ter retirado o seu delegado a 24 de Setembro para, em acordo com as autoridades da GF, GNR e exército, proceder à vigilância da fronteira conforme a Circular determinava.”³²⁰ Por último, destaca as qualidades humanas e profissionais do tenente António Augusto de Seixas:

“Que era natural que o Sr. Comandante da Guarda Fiscal, da secção de Safara, aguardasse informes das autoridades espanholas, que não fariam mal aos refugiados para ele nessa altura os mandar regressar ao seu País, parecendo ter feito diligências nesse sentido e, se tal não conseguiu, foi talvez ao embarque inesperado com uma pequena prevenção, ou então às próprias autoridades espanholas não quererem efectuar tal compromisso.”³²¹

³¹⁹ AHM. Idem. Cx. 63-1. Ministério da Guerra, correspondência referente à Guerra Civil de Espanha. (Processos privativos da Repartição do GME). Confidencial nº 406-2-C urgente, de 9 de Outubro de 1936, que transcreve a nota confidencial 1.665 de 8 do mesmo mês.

³²⁰ AHM. Idem. Cx. 63 - 2. Inquérito militar, pp.144-145

³²¹ AHM. Idem. Cx. 63 - 2. Inquérito militar, p.146.

E afirma:

“Que deve ser tomado na devida conta o excesso de serviço que este oficial teve, pois era ele quase exclusivamente que tinha como técnico o cargo da defesa e vigilância da fronteira, tendo que o acumular com o serviço da sua especialidade, que o obrigou a deslocações, informes que lhe deu em 3 meses um percurso de 1680 quilómetros que ele diz poder comprovar visto que estão exaradas nas suas guias de marcha (Julho, Agosto e Setembro).”³²²

Analisando os vários depoimentos verificamos que a falta de meios e de homens, assim como as características físicas do terreno, são alguns dos motivos evocados pelos inquiridos para justificar tão elevado número de refugiados em território português. Mas as estratégias de resistência, perceptíveis nos vários depoimentos, também comprovam a existência de uma complexa rede de relações sociais entretecendo os militares no terreno e a população local.³²³ Neste sentido não devemos esquecer que a violência na fronteira alterou temporalmente a estrutura social, reforçando o poder simbólico da linha imaginária imposta pelo Estado, percebida localmente como a fronteira da sobrevivência. Por outro lado, a guerra desencadeou uma multiplicidade de acontecimentos que impuseram uma ruptura ao nível dos quotidianos, alterando a acção e o comportamento dos indivíduos, metamorfoseando a fronteira num “espaço social e campo de poder” (Bourdieu, 2001^a:31).

Neste contexto, a fronteira representou um espaço relacional no qual o exercício do poder dependeu de um sistema de alianças entre diferentes grupos e indivíduos, variando o apoio na relação directa do “capital simbólico” reconhecido pelos sujeitos (Bourdieu, 2001^a:113). Nesta perspectiva a dominação não resultou de uma classe dominante, investida de poder de coacção, mas do efeito indirecto de um conjunto de acções, que constituíram uma rede de imposições cruzadas (2001^a:34). Consequentemente, esta rede gerou múltiplas relações de dominação/subordinação e lealdades distintas, enquanto o “capital simbólico” do tenente Seixas, legitimado pelo reconhecimento como comandante das operações técnicas no terreno, conferiu-lhe supremacia face aos restantes oficiais, permitindo-lhe construir alianças estratégicas com oficiais e subalternos das diferentes corporações. Paralelamente despontavam conflitos de poder entre elementos do exército e da PVDE, explícitos no relatório do

³²² Idem.

³²³ AHM. 1^a Divisão, 38^a Secção. Caixa 63 -2, Inquérito Militar, pp. 129-144.

capitão Aristides Coimbra quando afirma: “ter esclarecido o capitão Gaspar de Oliveira, adjunto da PVDE, que só recebia ordens do General Comandante da 4ª Região Militar e do Comandante Militar de Beja”, denunciando que “a PVDE dava ordens aos seus agentes sem ele delas ser informado.”³²⁴

As conclusões do inquérito militar não evidenciam nenhum culpado (apesar do tenente Seixas ser o responsável pelo comando das operações), mas um conjunto de circunstâncias e de desinteligências entre corporações militares, decorrentes dos acontecimentos e do próprio processo político de consolidação do regime. Todavia, independentemente da descoordenação, ou incapacidade operacional dos militares no terreno perante uma multidão de pessoas desesperadas, correndo perigo de vida, Salazar encontrará um culpado, entre aqueles a quem incumbiu de uma “missão quase impossível”, a vigilância e o controlo da fronteira. Paradoxalmente, fundamenta a coerção nos gastos que a omissão do número de refugiados acarretou para o governo português, determinando a “punição com dois meses de inactividade e passagem à reforma do tenente António Augusto de Seixas”,³²⁵ acusando o capitão Aristides Coimbra de “procedimento hesitante”.³²⁶

O *Jornal de Moura*, num artigo intitulado “A hospitalidade portuguesa, o rescaldo da fogueira,” noticiava a existência dos refugiados como: “estes perseguidos acampados em Barrancos, na herdade da Coitadinha, a cerca de 400 metros da zona fronteiriça (...) ali puderam, estas vítimas do marxismo espanhol a soldo da Rússia, descansar alguns dias.” Referindo que “os fugitivos” foram transportados em camionetas de Barrancos para Moura, seguindo, na noite do dia 9, em dois comboios especiais para Lisboa. Segundo o autor do artigo “o espectáculo miserando desta caravana não podia deixar de comover quem o presenciou”, revelando que durante a

³²⁴ AHM. 1ª Divisão, 38ª Secção. Caixa 63 -2, Inquérito Militar, p.129

³²⁵ Ao recorrer da sentença o tenente Seixas foi reintegrado na Guarda Fiscal em 1938, como comandante da Secção de Sines, acumulando as funções de Administrador do Concelho e instrutor da Legião Portuguesa. Como escreveu o seu filho Gentil de Valadares, “não era altura de assumir atitudes, para mais com a certeza de que o viriam a prejudicar. (...) E passou à reserva. Sorriu-lhe a vida de industrial... Armador, torna-se o proprietário da maior traineira de Sines, a qual baptizou de *Laida*, em homenagem a minha irmã Laidinha. E logo compra outra... E uma fábrica de serração de madeira, e também de cerâmica, sitas na Cova do Gato, ao lado de S. Torpes... e ainda, em Sines, um pequeno armazém de artigos ligados ao mar, deles se destacando as redes de pesca... Como militar, bem merecera a condecoração de Cavaleiro da Ordem de Avis. E, como civil, bem merecia agora a prosperidade de que gozava” (Simões, 2007:117).

³²⁶ AHM. 1ª Divisão, 38ª Secção. Caixa 63 -2, Confidencial do Ministério da Guerra nº 1758/Pª 29, de 8/11/1936.

noite “tiveram o seu bom sucesso duas pobres mulheres, a quem foram prestados os indispensáveis socorros”.³²⁷

Manuel Méndez García, um dos refugiados da Coitadinha, recorda a expectativa da viagem para Tarragona, e de ter passado uma noite na Praça de Touros de Moura (onde estavam seis touros na arena), juntamente com o seu irmão e outros companheiros. Na manhã seguinte, durante o percurso para a estação, lembra-se de seguirem em fila, escoltados por militares da GNR e agentes da PSP, que impediam a população de se aproximar, apesar de estes conseguirem dar-lhes pão. José Silva Rodríguez recordava-se de uma jovem (que vestia calças), lhe ter oferecido (pela janela do comboio) um pacote com chocolates, café, tabaco e uma missiva de alento e esperança, escrevendo nas suas memórias:

“Es uno de los rasgos que con más emoción recuerdo. En nuestra penosa situación de soledad y desamparo, un gesto como éste nos venía a recordar que no estábamos solos, y que otras gentes, aún en los más inesperados lugares, apoyaban nuestra causa y nuestra lucha”. (José Silva Rodríguez)

Aos 1.020 refugiados de Barrancos juntaram-se no cais de Santa Apolónia cerca de quatrocentos refugiados procedentes do forte da Graça em Elvas, dos fortes de Caxias e de S. Julião da Barra em Lisboa e da delegação da PVDE do Porto. Nos jornais diários a partida dos refugiados para Tarragona foi estritamente reduzida a pequenas caixas dispersas pelas páginas centrais do *Diário de Notícias*, com o título: “Repatriamento de emigrados políticos espanhóis” e do *Diário da Manhã*, com o título: “Refugiados espanhóis repatriados”. As notícias referem que foram repatriados 1.400 espanhóis “às custas do governo português”, e que não seguiram viagem “por se encontrarem doentes” os trabalhadores rurais Alfonso Almena Ruiz de 33 anos, residente em Oliva de la Frontera, e Francisco Ferreira Oliveira de 29 anos, de Villanueva del Fresno. Acrescentando que foram ambos internados no hospital de S. José, sendo o primeiro transferido para o hospital do Rego, enquanto o segundo, devido à gravidade de feridas de balas nas coxas, deu entrada na Sala de Observações.³²⁸ Para que não restassem dúvidas sobre as dignas condições de acolhimento, o governo português obrigou os refugiados a assinarem um documento ratificando as condições humanitárias exigidas internacionalmente:

³²⁷ *Jornal de Moura*, 10 de Outubro de 1936, p.3.

³²⁸ *Diário da Manhã*, 11 de Outubro de 1932, p.2.

“Antes de embarcar me pidieron una certificación diciendo el comportamiento que había tenido con nosotros las autoridades portuguesas y lo hice en el mejor de todos los sentidos”. (Fermín Velázquez)

“Así nos propusieron pasamos a España republicana si previamente firmábamos un documento que certificáramos que el trato recibido durante nuestra estancia en Portugal había sido humanitario y digno. Mucha gente sospecha que pudiera tratarse de una nueva añagaza, tras conseguir nuestra firma, para entregamos en masa a la España franquista”. (José Silva Rodríguez)

A suspeita e a incerteza sobre as intenções do governo português acompanharam sempre os refugiados ao longo da viagem no Nyassa, e apenas foram debeladas quando desembarcaram no porto de Tarragona. A tripulação do Nyassa era chefiada pelo comandante António Bettencourt, tinha por comandante de bandeira o capitão-tenente Fortée Rebelo e era constituída por 58 guardas da PSP chefiados pelo tenente Eduardo Sousa de Almeida, oito marinheiros e quatro agentes da PVDE chefiados pelo capitão Rui Pessoa de Amorim, Subdirector da PVDE do Porto.³²⁹ Para os refugiados republicanos o medo permaneceu durante a viagem, receando serem entregues aos nacionalistas, que sobrevoaram o navio Nyassa. Em entrevista ao *Diário da Manhã*, o capitão-tenente Fortée Rebelo relata as suas impressões sobre o comportamento dos refugiados nos seguintes termos:

“Portaram-se sempre correctamente. Alguns até dirigiram-se-me pedindo que os transferisse de classe, motivando o pedido na sua categoria social. Imagine: proprietários... comunistas, que não queriam viajar em comum com os seus camaradas mais humildes. Entre eles figurava o famigerado Nadal,³³⁰ antigo chefe do posto alfandegário de Rosal de la Frontera que com voz melíflua fez igual pedido, alegando ser uma pessoa de categoria, e que se encontrava ali sem ter feito mal algum, mas simplesmente por ter sido chefe da Frente Popular naquela localidade e, portanto, um perseguido dos nacionalistas (...). Outro dos tais pitorescos proprietários... comunistas foi quem deu causa às arruaças. A bordo portou-se bem, mas mal pôs pé em terra gritou-nos com rancor, de punho cerrado erguido: Abajo los bandidos fascistas! Viva la libertad!”³³¹

³²⁹ Possuíam como armamento 8 metralhadoras pesadas, 58 espingardas, granadas de mão, pistolas-metralhadoras, e gases lacrimogéneo.

³³⁰ Faustino Nadal Silva foi entregue à PVDE de Moura às 19.30 do dia 23 de Agosto de 1936, pelo comandante da secção de Safara, tenente Seixas. AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, cópia de telegramas recebidos pelo Batalhão nº1 da Guarda Fiscal, 24 de Agosto de 1936.

³³¹ Entrevista do capitão-tenente Fortée Rebelo ao *Diário da Manhã*, 17 de Outubro de 1936, p.1

Fermín Velázquez reteve outras memórias:

“El Barco seguía pardo en espera de que el Practico le diera entrada pero solo andaba de un lado para otro como con desconfianza y levantaba el Piño y como nadie le contestaba tuve dudas, hasta que ya se decidió a acercarse y se le marcaría el lugar en que debía de hacerlo y entonces fue que el sargento de Infantería Borrego hijo del Teniente Borrego que era el Ayudante del Coronel Puigdemolas empezó a gritar desde la cubierta del barco diciendo: morra Portugal abajo el Fascismo, y con ello el gritaría se hizo general por lo que al sargento lo encerraran en las Bodegas como nos tenían a nosotros y quisieran volvernos para atrás.” (Fermín Velázquez)

Segundo a entrevista do capitão-tenente Fortée Rebelo no cais de Tarragona aguardavam a chegada dos seus compatriotas membros do comité local e alguns milicianos. Os primeiros refugiados a desembarcar foram os oficiais, entre os quais o general Puigdemolas, que segundo Fortée Rebelo foram recebidos com “o mais profundo desprezo e indiferença, com excepção de um major da Guarda de Assalto e de um capitão reformado. Agora, aos sargentos e soldados sim. A esses o tal comissário de guerra dignou-se dar-lhes um abraço e dizer-lhes palavras amáveis.”³³² Após o desembarque de todos os refugiados, o delegado marítimo, acompanhado por milicianos armados, subiram ao navio inquirindo Fortée Rebelo sobre o paradeiro de três refugiados que eram esperados em Tarragona. Propondo-se a efectuarem uma busca ao navio e exigindo a palavra de honra de oficial em como não ficara a bordo nenhum dos seus compatriotas. Neste confronto o delegado marítimo e os milicianos abandonam o navio, mas as forças militares portuguesas não abandonaram as suas posições de defesa, reforçadas pelos postos de combate do contratorpedeiro Douro que se encontrava ao largo. “A bordo manejaram-se as metralhadoras assestando-as sobre os milicianos em terra” - afirmou o comandante ao jornalista, acrescentando:

“No barco estava tudo a postos, estendidos os atiradores, em linha, e de metralhadoras arrestadas prontos a repelirem a ameaça de atacarem o navio. (...) No cais haviam aparecido novos elementos armados em atitude hostil, entre os quais muitas mulheres de espingarda ao tiracolo, lenço vermelho ao pescoço e saia-calção como as nossas mulheres de campo do Alentejo. Ouviam-se gritos de: ‘Abaixo os fascistas, morra Portugal, viva a liberdade!’”³³³

³³² *Diário da Manhã*, 17 de Outubro de 1936, p.1.

³³³ Entrevista do capitão-tenente Fortée Rebelo ao *Diário da Manhã*, 17 de Outubro de 1936, p.1.

O conflito exigiu a intervenção do cônsul português em Tarragona, aconselhando à imediata partida do navio, informando que os sete portugueses que deviam ser transportados para Lisboa não iam comparecer. Informação que serviu para o comandante Fortée Rebelo especular sobre o possível fuzilamento destes portugueses. Na entrevista ao *Diário da Manhã* descreve ainda as condições em que se encontrava a cidade, sem sequer ter saído do navio. Construiu uma narrativa sobre a anarquia e o caos reinante, assumindo o papel de defensor da honra e da pátria, “ultrajada e ameaçada pelos milicianos vermelhos”, exaltando a coragem e valentia de todos os seus oficiais e demais tripulação. O acontecimento no porto de Tarragona foi notícia de primeira página em todos os jornais portugueses, servindo para promover uma campanha contra a República espanhola. Posteriormente, será evocado a 22 de Outubro, como um dos motivos para o corte de relações diplomáticas entre Portugal e o Governo republicano.

Segundo o *Diari de Tarragona* desembarcaram 1.435 refugiados, naturais da Extremadura (a grande maioria), mas também da Andaluzia e da Galiza, entre os quais 30 oficiais e postos subalternos, 30 soldados, 135 carabineiros, 15 professores, 4 médicos, 50 crianças, 160 mulheres e mais de mil civis. A grande maioria dos refugiados foi alojada na Rambla de Pablo Iglésias e no Hospital de Sangre, enquanto uma minoria se alojaram em hotéis da cidade (Espinosa, 2003:122). Para Fermín Velásquez a chegada a Tarragona marcou o início de um novo percurso de vida.

“Después de desembarcados fuimos recibidos por la población con gran júbilo y llevados à unos grandes comedores donde fuimos muy bien agasajadas y más tarde acomodados, nosotros los carabineros fuimos llevados a la Comandancia Militar de Carabineros donde después de darnos monos por el Capitán Jefe la misma salimos para la Comandancia de Carabineros en la División General y de allí paramos al 5º Regimiento pasando a las ordenes del Ministerio de la Guerra.” (Fermín Velásquez)

Em Tarragona os refugiados irão percorrer trajetórias de vida fragmentadas, às quais a consciência política atribui sentido e significado. Transportavam um forte sentido ideológico e de honra pessoal, independentemente das perdas e do sofrimento. Manuel Méndez García ingressou na coluna Sur-Ebro, uma coluna anarquista que combateu na zona de Aragão, onde conheceu o processo revolucionário e a colectivização campesina. Quando as milícias se integraram no novo exército republicano ascendeu a comissário de Companhia. Antonio Martín Matamoros Pardo

ofereceu-se como voluntário para a frente de guerra e desapareceu num dos primeiros confrontos com as tropas nacionalistas, por isso a família inscreveu o seu nome na imensa lista dos desaparecidos. José Silva Rodríguez foi incorporado na frente da Extremadura, enquanto outros companheiros se incorporaram nas milícias populares de Madrid, defendendo a capital dos ataques das forças nacionalistas. Para os refugiados espanhóis a frente de guerra constituiu mais uma etapa das suas vidas, movidos por um ideal político concreto, a defesa da República.

“Allí estuvimos varios días y quedando nuestros familiares en Tarragona después de unos días marchamos a Madrid nos presentamos en la Comandancia de Carabineros y nos mandaron al 5º Regimiento de Línea pasando al Ministerio de la Guerra el cual nos destinó a la 5ª Brigada, 5ª de carabineros, pasando de protección de Artillería al Cuadrón sobre Somosierra permaneciendo allí varios días por tener entendido que querían cortar al agua a Madrid por dicho punto y como había salido una disposición de que a las clases del Cuerpo las ascendían al empleo de Teniente lo solicité quedando ascendido a Teniente en el mes de Diciembre de 1936.” (Fermín Velázquez)

Fermín Velázquez combateu na frente de Jarama, de Huesca, de Zaragoza e de Teruel. Durante a guerra foi promovido a capitão em Agosto de 1937, e em Dezembro de 1937 ascende por mérito ao posto de major do exército republicano. A 3 de Maio de 1938 nasce em Barcelona o seu filho Fermín, e terminada a guerra sua mulher com os cinco filhos partem para o exílio em França, enquanto Fermín é detido no Comando de Carabineros de Valencia e transportado com os companheiros de armas para Badajoz.

À medida que os nacionalistas foram devastando a Espanha republicana, estes homens, mulheres e crianças foram obrigados a encetar novas trajetórias de vida, que vão desde a prisão ao exílio. Novamente em trânsito, milhares de pessoas percorrem uma jornada imensa, muitas vezes a pé, até à fronteira francesa, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1939. Numerosas memórias relatam este percurso, que Gracia Velázquez nunca olvidou:

Cuando era niña, pues claro estábamos en Barcelona, porque nos fuimos a Barcelona porque mi padre era militar y tuve de ir a frente, entonces cuando terminó la guerra pues teñimos que irnos a Francia, y entonces como éramos tantos pues era en esos coches grandes, los coches no podían pasar la nieve en los Pirineos y pasamos todos andando por la nieve, chiquiniños que éramos, íbamos andando todos seguido mi madre que levaba uno en los braceos, con un anito. Logo, lo mayor era que nos guiaba,

era todo nieve y por unos camino estrechos, y quien iba adelante era lo que tenía diez años, y después íbamos nosotros, yo lo tenía ya seis años, mi hermana que era más chica tenía un año y medio, todos seguido la bata de mi madre, andando por la nieve, en fin, y que... (Emociona-se)... pasamos mucho... estibemos en un campo de concentración, estibemos en muchos sitios, me recuerdo de dormir en el suelo, en el rancho...

Trespasada a fronteira franco-espanhola percorrem uma caminhada de mais de 30 quilómetros até Argelès, onde foram instalados em campos improvisados à beira-mar. Como escreve Michel Agier (2002) “à beira do mundo e da humanidade” (2002:63). O governo francês recebeu os refugiados numa situação provisória, na expectativa de um rápido regresso a Espanha, e não estava preparado para acolher milhares de refugiados que em poucos dias atravessaram a fronteira. Os primeiros refugiados a chegar ao campo de Argelès-Sur-Mer encontraram uma praia deserta, cercada por arame farpado, sem sanitários nem água potável disponível, obrigados a dormir ao relento, improvisando abrigos com cobertores. A assistência médica era insuficiente e o abastecimento alimentar não tinha sido planeado. Após os primeiros dias de sobrevivência, e total improvisação, o governo francês reconhece que os refugiados não pretendem regressar a Espanha, apesar da imensa propaganda desenvolvida nos campos, e começam a ser construídos os primeiros barracões que são insuficientes para abrigar os 180 mil refugiados concentrados em Argelès-Sur-Mer (Clímaco, 1995:31). Como escreveu Juan Carrasco:

“Las condiciones de vida en este campo eran precarias, el espacio vital, mínimo y la promiscuidad hacía irascibles a las gentes. Ya se puede imaginar el lugar destinado a la satisfacción de las necesidades fisiológicas: éste era un cerco próximo al agua donde los refugiados fueran hombres, mujeres o niños convergían para defecar. No se podía entrar en semejante estercolero sin pisar excrementos y el espacio era tan reducido que las gentes en cuclillas se tocaban constantemente”.³³⁴

O sentimento de perda estabelece a continuidade na vida descontínua destes homens e mulheres sem estatuto de seres sociais, por perderem as relações que fundem a vida social, assim como um conjunto de pessoas e bens que lhe dão sentido, como a

³³⁴ Juan Carrasco publicou em 1980 *La odisea de los republicanos españoles en Francia (1939-1945)*, (Edicions Nova Lletre, Barcelona) narrando a sua experiência no exílio e a permanência no campo de Argelès-Sur-Mer. Sobre o exílio republicano existe uma vasta bibliografia espanhola e francesa que pode ser consultada em: <http://www.exiliadosrepublicanos.info/es/bibliografia-exilio>

terra, a casa, os familiares, os amigos, os haveres e o trabalho. Como seres errantes, em espera, não possuem mais do que uma vida nua (Agier, 2003:94), sobrevivendo dependentes dos interesses políticos internacionais.

O número de refugiados republicanos em Portugal, segundo Javier Rubio, ascendeu a 5.000 ou 6.000 (Rubio, 1979:350), enquanto César Oliveira avançou com uma previsão, considerando os entregues e os que foram acolhidos em Portugal, “num valor superior a 2.000 pessoas, podendo mesmo ter ultrapassado as 3.000” (Oliveira, 1987:159). Rodríguez Gallardo (2008) estudou o fluxo de refugiados da Galiza para Portugal, prevendo que entre 1936 e 1950 foram detidos oficialmente mais de quinhentos refugiados procedentes da Galiza, extrapolando para seis mil o número de refugiados espanhóis detidos em território português durante este período. Contudo, a quantificação dos refugiados republicanos não nos parece uma tarefa exequível, por estarmos perante uma realidade que envolve o secretismo entre vizinhos de um e de outro lado da fronteira, bem como a intervenção de redes de passagem clandestinas. Os fluxos na fronteira, de militares, membros de forças militarizadas e civis republicanos para Portugal, como consequência do golpe militar, espelham diferentes realidades: primeiro os confrontos entre as forças sublevadas e as forças leais à República com a subsequente ocupação de aldeias, vilas e cidades pelos nacionalistas; depois as “operações de limpeza”, com o extermínio dos opositores políticos e o receio de represálias sobre familiares; posteriormente a fuga à convocação e mobilização coerciva de mancebos e reservistas para as forças militares de Franco (Oliveira, 1987); durante o pós-guerra a organização de grupos de guerrilha, os *maquis*, com redes de apoio em Portugal (cf. Godinho, 2004; Chaves Palacios, 2005 Moreno Gómez, 2006), e como emigrantes clandestinos na procura de trabalho e alternativas de sobrevivência económica através de redes de solidariedade e de resistência política (cf. Moreno Gómez, 2004; Rodríguez Gallardo, 2009; Simões, 2009b).

Nos campos de Barrancos permaneceram escondidos durante alguns anos vários republicanos fugidos das localidades vizinhas no início do conflito. Protegidos por lavradores, trabalhadores rurais, ou amigos, assim sobreviveram dependentes da solidariedade e cumplicidade dos barranquenhos.

Era gente conhecida. Muitas vezes quando os caçadores iam fazer batidas à raposa e a gente sabia onde faziam a batida íamos dizer-lhe que se mudasse daquela fraga para outra, para que não o apanhassem. Estava lá o que tinha sido carabineiro e tinha

estado muitas vezes na malhada ali do meu pai, era muito boa pessoa, chamava-se Lagoa. A família vinha aqui à ribeira, pedir-lhe que se entregasse, que não lhe faziam nada. E havia outro camarada dele que era Linares, carabineiro também. (Manuel dos Santos)

O Linares era aquele que estava escondido na fraga de Noudar, a que o meu pai ia levar o comer, e este senhor Caçador (pai de Domingas Caçador) que estava no Monte, “de comer”, de maneira que não podia fazer isso, porque estava de comer, então era o outro, o António Gato, que era guarda (florestal) que ia. Uma noite cozinhava a minha mãe, outra noite a mulher dele, e o do Monte aviava toucinho e chouriço para comer e lhe levava, era assim. De noite ia o meu pai, o tio Gato e o Caçador também, e ele aparecia para os acudir, coitadinho, e levava as coisas para comer até ao outro dia, debaixo daquelas lajes, coitadinho, que tristeza. (Francisca Agudo)

Esteban Linares nasceu em Valencia del Mombuey, a 25 de Julho de 1925, filho do carabineiro Pablo Linarez Sánchez. Esteban tinha 11 anos de idade no início do conflito, mas ainda recorda os fuzilamentos no cemitério da aldeia, e o medo que sentia quando os gritos se misturavam com os disparos dos fuzis, durante as noites de terror em que os homens eram arrastados pelas ruas. Mas foi com orgulho que afirmou que o pai não se rendeu às forças de Franco, defendendo a República, e que nunca foi traidor, dizendo: *pero Franco fue un traidor*. O pai de Esteban Linares refugiou-se em Portugal após a ocupação de Valencia del Mombuey pelas forças nacionalistas, juntamente com o seu companheiro de armas, Manuel Lagoa Gómez. Durante dois anos, a família apenas soube que estava protegido nos campos de Barrancos, pela família de Manuel dos Santos.

Manuel dos Santos e Esteban Linares partilham uma memória colectiva sobre o destino do carabineiro Manuel Lagoa Gómez (que cumpria serviço na fronteira com Pablo Linares). Ambos se recordam da mulher de Manuel Lagoa ir junto à ribeira convencê-lo a entregar-se, com promessas de que nada de mal lhe aconteceria. Manuel Lagoa costumava comentar com Pablo Linares que se ia entregar, apesar de este o tentar persuadir, avisando-o que o matavam. Mas Manuel Lagoa não suportou as duras condições de sobrevivência no campo, nem as pressões da mulher e do filho, que quase todos os dias vinham à ribeira trazendo promessas das novas autoridades militares, que se revelariam falsas. Acabou por se entregar.

La mujer de Lagoa dice a mi padre que él no se entregaba porque era rojo, pero él no se importo. (Esteban Linares)

O carabineiro Manuel Lagoa Gómez, de 41 anos de idade, natural de Olivença, foi fuzilado a 2 de Outubro de 1936 (Espinosa, 2003:346), constando da imensa lista de fuzilamentos das designadas “matanças de Badajoz”, que marcaram a memória colectiva em ambos os lados da fronteira. Segundo o seu processo individual “por ocasión del Glorioso Movimiento Nacional desapareció de esta Comandancia, ignorándose su paradero”, no mês de Agosto de 1936. Apenas em 1941 foi registada oficialmente a sua morte em Badajoz, e atribuída aos herdeiros a respectiva gratificação, relativa à sua permanência no corpo de Carabineiros até à data do seu fuzilamento.³³⁵ Pablo Linares Sánchez permaneceu durante quase dois anos na herdade da Coitadinha, escondido em diferentes lugares, protegido e alimentado conforme as possibilidades das famílias dos trabalhadores rurais. A 8 de Maio de 1938 resolveu apresentar-se no Puesto de Carabineros de Valencia del Mombuey, e foi sujeito a “Concejo de Guerra, celebrado en la plaza de Mérida el día tres de Septiembre de 1938, condenado a la pena de 30 años de reclusión militar perpetua”.³³⁶ Segundo Esteban Linares, o seu pai cumpriu sete anos e meio de prisão, foi expulso da Comandancia de Carabineros de Badajoz e regressou a Valencia del Mombuey para se dedicar a uma pequena venda, mais tarde propriedade do seu irmão Pablo.

Maria dos Remédios Guerreiro, esposa de Manuel dos Santos, recorda a família Linares desde o seu tempo de criança, quando seu pai trabalhava na herdade da Coitadinha como vaqueiro. Guardando uma dívida de gratidão para com esta família que a acolheu em sua casa.

Eu apanhei umas febres, umas febres de paludismo como lhe chamavam, tinha três anos, e o senhor Linares disse para os meus pais me levarem a sua casa que tinha uma médica que me ia a curar. E me levaram a sua casa, e a mulher dele chamou a doutora que esteve a ver-me ali, deu-me medicamentos e me curou a febre. (Maria dos Remédios Guerreiro)

³³⁵ Archivo General del Ministerio del Interior, Madrid. Expediente Personal de Manuel Lagoa Gómez.

³³⁶ Archivo General del Ministerio del Interior, Madrid. Expediente Personal de Pablo Linares Sánchez.

Passados trinta anos, Maria dos Remédios deslocou-se a Valencia del Mombuey para fazer umas compras, para o casamento da sua filha Maria Francisca, acompanhada pelo irmão Manuel Guerreiro, que recorda o reencontro com Linares:

Quando se casou a minha sobrinha Maria Francisca eu fui o padrinho, e nessa altura fui com a minha irmã a Valencita (Valencia del Mombuey) para comprarmos uns sapatos e umas coisas para o casamento, que eram mais baratas. Porque o meu cunhado estava ali numa herdade mesmo pegada à fronteira. E a minha irmã disse-me que o tio Linares, o carabineiro, estava ali, o filho tinha uma loja, e fomos lá visitá-lo. (...) Naquele dia que fomos a Valencita estivemos na casa dele, já ele velhinho, disse-lhe que tinha estado com um outro colega dele, e ele me disse que esse se tinha passado para o lado de Franco, e tudo isto se passou. (Manuel Guerreiro)

A mina de Aparis, desactivada entre as décadas de 1930/1950, constituiu um espaço de refúgio para uma dezena de refugiados republicanos. A sua sobrevivência, entre 1936 e 1937 deveu-se ao apoio do lavrador Malta e à colaboração dos seus trabalhadores, que todos os dias lhes deixavam comida em diferentes lugares. Segundo António Caeiro, um dos trabalhadores da herdade de Aparis, um dia apareceu um grupo de caçadores que os denunciou, e no dia seguinte um destacamento da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal organizou uma batida, cercando o campo e capturando os refugiados que foram entregues na fronteira à Guardia Civil.

“E a Guarda Civil ainda matou para aí um ou dois, os outros os levaram presos. (...) Houve um que esteve três anos com o meu sogro. Nesse dia, o meu sogro (Manuel Francisco Marques Branquinho) o avisou, e então agarra num azinho grande e o meteu ali, ... e então à noite já não havia guardas e então é que saiu, esse esteve lá três anos. Aqui era conhecido por Carneiro, José Carneiro mas era de Valencita, (Valencia de Mombuey) o meu sogro deu de comer a muitos lá.”³³⁷ (António Caeiro)

³³⁷ Outro refugiado foi António Veja, filho de um professor de Aroche, que permaneceu escondido na Herdade de Aparis protegido pelo proprietário e pelos trabalhadores de 1936 a 1940. Ao apresentar-se às autoridades de Aroche foi detido e sujeito a um Processo Sumário, acusado de crime de sangue. Provada a sua inocência por intervenção da viúva da vítima foi libertado. Segundo a memória local partiu para Sevilha onde refez a sua vida, sem nunca mais regressar a Aroche. Entrevista a António Segão, trabalhador rural na Herdade de Aparis, em Barrancos, realizada a 24 de Setembro de 2007.

Eu lembro-me um dia nos baterem à porta e era uma mulher toda vestida de preto com um xaile pela cabeça perguntando se ali tinham lhe morto o marido. E o meu pai perguntou se tinha algum retrato ou alguma coisa para o identificar mas ela não tinha nada. O cabo Rato perguntou-lhe pelo nome do marido e ela disse que se chamava António Vargas e o meu pai se lembrou do lenço com as letras A e V, e do relógio que tínhamos guardado de um a que os meus irmãos tinham dado sepultura, e disse-lhe que estava enterrado e bem enterrado, que estivesse descansada porque nenhum bicho lhe ia a comer, e então lhe deu o lenço e o relógio. A senhora quando viu o relógio (emociona-se), meu Deus. E depois disse ao meu pai o que pudesse dar pelo relógio, porque tinha um menino e não tinha nada para lhe dar de comer. Se juntaram, os guardas e o meu pai e lhe deram três quilos de café e um avio para comer, e nunca mais o nome me saiu do sentido. Ela beijava minha mãe e ao meu pai, nos beijava a nós, e disse que um dia quando pudesse, vinha recolher os ossos do marido, de maneira que o meu irmão lhe foi ensinar onde era, onde estava. Era uma injustiça, era uma guerra vingativa e de maldade. (M.ª dos Remédios Ramos)

Ali mataram muita gente, e havia um barranquenho que lhe mataram um da família, não me recordo em que povoação foi, mas também não podia dizer, porque podia ser preso, ou coisa assim, e tínhamos um enterrador aqui que se chamava Tiago, e então escrevia à família dizendo. “- Fulano de tal se acomodou com o tio Tiago.”, quando queria dizer que alguém tinha sido fuzilado. Não podia dizer que o tinham matando, senão penduravam-no a ele também. (José Ângelo)

As relações de parentesco, de amizade e de vizinhança, que ao longo do processo histórico uniu portugueses e espanhóis da raia, contrariaram as lógicas oficiais e estatais de exclusão. Por meio de estratégias de resistência, os barranquinhos criaram uma rede de apoio aos republicanos, apesar da condição de refugiado (cujo único estatuto admitido é o de vítima) gerar sempre a compaixão de uns, o medo, e o ódio de outros, produzindo um efeito de distanciamento.

Aqui naquele monte onde estivemos na ponta de baixo, a caminho das Russianas, também estava ali uma família de guarda de monte e vieram os irmãos daquela gente fugitivos de Espanha também, que eram portugueses, mas estavam trabalhando em

Espanha e vinham. Onde vinha um homem que trazia a família e tudo, e que tinha servido com o meu pai na França. Tinha estado na tropa com o meu pai na França e como tinha estado na tropa em Portugal tinha a papelada toda amanhada em português, mas vinha um irmão com a mulher, que se tinham casado não havia muito tempo e não traziam papeis nenhuns. E aquela gente que estava ali que tinham medo aos patrões começaram a dizer-lhe que era melhor que se fosse para trás amañhar os papéis, e se foi para trás e o mataram a ele e à mulher, isso era mesmo mau. (Carlos Caçador)

As “lealdades distintas” justificam, no caso de Barrancos, a diferença entre o acolhimento aos vizinhos de Encinasola, alojados na vila e nas casas de familiares e amigos, e a marginalização dos refugiados republicanos, confinados à periferia, às margens da fronteira. O perigo de “contágio” ideológico, e a condição social dos refugiados republicanos (maioritariamente trabalhadores rurais), interditou-lhes o espaço da vila, apenas cruzado quando detidos e encarcerados às ordens da PVDE. A política do Estado Novo e o discurso anti-comunista contribuíram para a construção da diferença, no procedimento das autoridades para com os republicanos. Todavia, as estratégias de resistência das populações opuseram-se ao poder dominante, escondendo familiares e amigos conotados como “rojos”, durante e após a guerra (*cf.* Godinho, 2004, no prelo; Cunha, 2006 e Simões, 2007, 2009b).

A 8 de Fevereiro de 2006 José Cruz Chávez colocava na página “Desaparecidos y Víctimas del franquismo”, do site Foro por la Memoria, o seguinte pedido:

“Busco información que me ayude a saber algo de mi abuelo Sabas Chávez Salas , vecino de Villanueva del Fresno (Badajoz), nacido en 1900 y desaparecido en 1936. Perteneía a la ejecutiva del Partido Socialista de Villanueva del Fresno (Badajoz), Partido conocido familiarmente como El Porrón. Lo último que se supo fue que cuando se acercaban las tropas nacionales, mi abuelo huyó a través del campo buscando la frontera con Portugal que estaba a poco más de 5 kilómetros, en compañía de otros miembros del partido como eran Pepe Chávez (maestro de escuela y primo hermano de mi abuelo), Domingo Pulido y Francisco Gordillo. Nunca más se supo de su paradero aunque cuentan que a los españoles que pasaban la frontera, los portugueses los detenían y después los cambiaban por comida a las tropas de Franco. A mi abuela, alguien le había dicho que a marido lo habían fusilado en la Plaza de Toros de Badajoz. De mi abuela nunca conseguí que me contara nada (siempre con el miedo). Mi madre y su hermano eran pequeños y de lo único que se acordaban eran de las miserias pasadas y tampoco querían recordar. Esto es lo poco que he podido reconstruir. Gracias y un saludo.”

Como José Cruz Chávez e Maria Dolores Delgado Matamoros (neta de Antonio Martín Matamoros) milhares de espanhóis interrogam-se sobre o paradeiro dos seus familiares, desaparecidos durante a guerra civil. Depois de dezenas de anos de silêncio e de medo de retaliações, a “geração dos netos” procura saber o verdadeiro destino que tiveram os seus parentes, reivindicando o direito à memória dos “vencidos da guerra”. Ao escolhermos este pedido entre centenas de outros, fizemo-lo com a convicção de assinalar alguns aspectos fundamentais do seu conteúdo, representativo de uma memória colectiva – como a cumplicidade das autoridades portuguesas na detenção e desaparecimento dos refugiados espanhóis, e posteriormente a repressão que impôs o silêncio. A prática das autoridades portuguesas consolidou esse tempo de violência e terror sem prerrogativas, onde não havia lugar para a excepção, cristalizando uma memória colectiva transmitida de geração em geração. Neste sentido se justificam alguns depoimentos recolhidos em Barrancos sobre o destino dos refugiados republicanos repatriados para Tarragona:

“Nas Russianas, num local chamado Mofedinha havia um campo de concentração para onde eram levados os fugitivos, sendo depois transportados em camiões para Tarragona, onde eram fuzilados”.³³⁸

“Uma noite veio um camião espanhol, apanharam-nos e levaram-nos para Tarragona para serem fuzilados. Apenas um conseguiu escapar, porque saltou do camião em andamento e assim conseguiu fugir, tendo dito mais tarde que todos os outros haviam sido fuzilados”.³³⁹

“Quando os apanhavam prendiam-nos, levando-os para várias prisões (uma delas era na rua Cónego Almeida). Depois vinha um camião e eram levados para Tarragona para serem fuzilados”.³⁴⁰

*Lembro-me de a gente miúdos irmos aos celeiros vê-los passar ali, nos camiões que diziam que iam para Tarragona, disso me lembro, e impressionava porque os mais velhos diziam-nos que os levavam e os matavam lá.” - São mortos lá em Tarragona!”
Mas eu nunca cheguei a saber se era verdade ou era mentira, era o que diziam os mais velhos. (Agostinho Carvalho)*

³³⁸ Testemunho de António Ramos Monteiro, de 73 anos, recolhido em Barrancos em 1994 e publicado em Mascarenhas, João Mário (coord.) (2002) *Guerra Civil de Espanha; na Memória de Barrancos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, p.16

³³⁹ Testemunho de José Maleno Guerreiro, almocreve, 74 anos, *obra citada*, p.31

³⁴⁰ Testemunho de Marcelino Saramago, trabalhador rural, 69 anos, *obra citada*, p.38

No final da guerra, aqueles que sobreviveram à pena de morte, à prisão e aos campos de concentração franquistas, como Rafael Caraballo, Manuel Méndez, Fermín Velázquez, José Silva Rodríguez, entre outros, regressaram às suas povoações sujeitando-se à justiça dos vencedores, com as vidas suspensas. O franquismo negou-lhes o direito à cidadania (Moreno Gómez, 1999:278), condenando-os à humilhação e à marginalização social, perante a indiferença da comunidade internacional. Manuela Martín, o seu irmão Eládio e restantes familiares reconstruíram as suas vidas em França, sem jamais regressarem a Villanueva del Fresno, representando o percurso de vida da maioria dos refugiados. Dos 350.000 espanhóis exilados, a maioria ficou em França, Suíça e Rússia, e mais de 50.000 partiram para a América Latina. O México, onde o então presidente Lázaro Cárdenas se negou a reconhecer o governo de Franco, acolheu 25.000 refugiados, concedendo-lhes a nacionalidade mexicana.³⁴¹ Do “exílio forçado”, apenas 5% dos refugiados regressaram a Espanha depois da morte de Franco.³⁴² O poeta Pedro Garfias (falecido no México em 1967), reconhecido como o poeta do exílio, deixou para sempre um poema de dor deste êxodo, escrito em 1939 quando avistava a costa do México:

España que perdimos, no nos pierdas;
guárdanos en tu frente derrumbada,
conserva a tu costado el hueco vivo
de nuestra ausencia amarga
que un día volveremos, más veloces,
sobre la densa y poderosa espalda
de este mar, con los brazos ondeantes
y el latido del mar en la garganta...³⁴³

³⁴¹ Consultável em: <http://www.exiliados.org/>

³⁴² “70 años después, refugiados de la guerra civil regresan a España”, consultável em: <http://www.univision.com/contentroot/wirefeeds/50noticias/7971432.html> (11/06/2009)

³⁴³ *Pedro Garfias, Poeta*, p.10. Consultável na biblioteca virtual do Instituto Cervantes em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01349420866571275199680/ima0010.htm>

Capítulo 6. Processos de dominação e estratégias de resistência

*Não havia senão fugitivos, não havia senão fome,
as pessoas andavam quase nuas, uma desgraça,
aquilo foi o horror dos horrores.*

(Maria dos Remédios Ramos)

A 19 de Junho de 1938, nas primeiras páginas dos jornais nacionais noticiava-se a entrega das credenciais do Embaixador de Espanha, Nicolau Franco, ao Presidente da República Portuguesa, General Carmona, lado a lado com acontecimentos sobre a guerra de Espanha, anunciada como “guerra Hispano-Soviética”. Na mesma data, o jornal *Odiel* de Huelva, divulgava a visita da Falange Española Tradicionalista e das J.O.N.S.³⁴⁴ de Encinasola a Barrancos:

El pasado domingo, por iniciativa de Falange Española Tradicionalista y de la JONS de Encinasola, se llevó a cabo la proyectada excursión al pueblo portugués de Barrancos (Alentejo), para pagar a sus dignísimas autoridades y al vecindario en general, la deuda de gratitud contraída por Encinasola en el año de 1936, cuyos habitantes, en su mayoría, se refugiaron en el citado pueblo portugués huyendo de la amenaza marxista” (Tapada Pérez, 1999:123).

O evento reuniu grande parte da elite local e as autoridades civis e militares de ambos os lados da fronteira. O jornal relatava detalhadamente a cerimónia, exaltando o acolhimento “a nuestra Falange”, com “una grandiosidad conmovedora” (Tapada Pérez, 1999:124). Ao longo da estrada internacional que liga Encinasola a Barrancos, a comitiva espanhola era aguardada por uma formação da secção de legionários e da Mocidade Portuguesa, dirigidos pelos respectivos chefes locais, António Vasquez Garcia (presidente da Câmara) e José Maria Varregoso (professor e vogal do município). Após as respectivas formalidades e apresentações iniciou-se um desfile até

³⁴⁴ As Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (JONS) surgiram em 1931 lideradas por Ramiro Ledesma Ramos, e em Março de 1934 fundiram-se com a Falange Espanhola, liderada por José Antonio Primo de Rivera. Em 1935, Ramiro Ledesma Ramos foi expulso por discrepâncias e desentendimentos políticos com Primo de Rivera e tentou refundar as JONS, mas apenas conseguiu fundar o pequeno semanário *La Patria Libre*. “Ledesma Ramos fue el primer intelectual que definió un fascismo español relativamente claro y preciso” (Payne, 1997:135).

à Praça, na qual fora colocado um altar para a celebração de uma missa campal. Durante a cerimónia religiosa proferida pelo pároco de Encinasola, Eugénio López, expressaram-se palavras de agradecimento pela lealdade e nobre comportamento das autoridades de Barrancos aos vizinhos de Encinasola. Terminada a missa iniciou-se um desfile até à Escola Primária, onde se realizou um almoço de confraternização. Os amplos salões da escola estavam “lujosamente adornados, sobre todo el destinado a las autoridades y mandos de la Falange”, com um retrato do Generalíssimo Franco, ladeado à direita pelo retrato do Presidente Carmona e à esquerda pelo “del gran estadista Oliveira Salazar”, e nas paredes das salas de aulas estavam afixados vários cartazes com a “Lição de Salazar”. O almoço foi composto por diversos pratos confeccionados especialmente para o evento, e generosamente brindado com um Porto de honra. No discurso de abertura o Presidente da Câmara de Barrancos salientou o “amor por la España de Franco y la Falange”, destacando “la prosperidade y bienestar que se disfruta en la España libertada” (Tapada Pérez, 1999:125). Como nos diz Connerton (1999), o fim de um acto discursivo é previsível desde o início, porque uma vez iniciado obedece a uma sequência, e como as articulações do acto discursivo estão formalmente predeterminadas, também as articulações entre os actos discursivos dos diferentes participantes estão fixados de antemão (1999:70). A partir do acto discursivo de um participante podemos prever o seguinte, neste caso do delegado da propaganda das JONS de Encinasola, desejando que Portugal e Espanha seguissem os gloriosos caminhos da sua história “mostrando al mundo sus virtudes imperecederas” (Tapada Pérez, 1999:125). A atribuição de sentido ao passado histórico, como uma espécie de autobiografia colectiva, reafirmava a construção de uma identidade forjada num mesmo ideal político e social. Por último, o discurso do chefe da Falange de Encinasola, Emilio Cortegano, enalteceu a política de Oliveira Salazar, que “está transformando y engrandeciendo la noble nación hermana”, apresentando os Flechas da Falange³⁴⁵ como os futuros soldados da “Nueva España”, que juntamente com o “glorioso Caudillo” constituíam “nuestro orgullo y nuestra esperanza del Imperio”. Depois de saudar a Legião Portuguesa, como “pareja en ideal y sentimientos con la Falange”, encerraram-se os discursos com as palavras de ordem: “- Franco, Franco, Franco ¡Arriba España!”.

³⁴⁵ Os Flechas da Falange era uma organização para a da juventude (Flechas, Pelayos; comparável à Hitlerjugend alemã, à Balilla e Arditi italiana, e à Mocidade Portuguesa), com uma secção feminina dirigida por Pilar Primo de Rivera (irmã do dirigente falangista José Antonio Primo de Rivera).

respondendo os legionários com os gritos de: “¿- Quién vive? ¡- Portugal, Portugal, Portugal! ¿- Quién manda? ¡- Salazar, Salazar, Salazar! (Tapada Pérez, 1999:125).

A palavra, pela sua força e efeitos, cria a ilusão no real, visando a concretização de uma ideia manipulada pela teatralidade. A linguagem do poder, contida nos discursos, projecta-se num além, nos seus fundadores e nos seus princípios, na mudança, e numa prospectiva que impõe a gestão do futuro, encontrando a sua validação fora da banalidade da vida quotidiana (Balandier, 1999:29). A vida quotidiana reorganizava-se pelos princípios da Nova Ordem, educando e formando ideologicamente os jovens “contra o paganismo e pela moral cristã”, integrando-os num “movimento nacionalista de carácter espiritual”, a Mocidade Portuguesa (Pimentel, 2006/2007:28). Enquanto a Legião Portuguesa, milícia do Estado Novo, criava as suas ramificações a nível distrital e concelhio no combate ao comunismo (Rodrigues, 1996). A memória local das suas actividades serve sobretudo para demarcar classes sociais, e construir identidades.

O tenente da guarda, quando da guerra de Espanha, dava instrução aqui na Praça, quando ainda tinham os presos na cadeia, e nós éramos rapazes e andávamos ali jogando e vendo o tenente dando instruções e eles, fardados, os ricos e os filhos dos ricos que eram os que estavam pelo lado do Franco, era só gente rica, até os rapazes que andavam na escola tinham farda igual e tinham instrução. (Manuel Guerreiro)³⁴⁶

Lembro-me de ver os meus irmãos fardados, não sei o que faziam, acho que se reuniam em qualquer sítio, e a Lisboa foram uma vez, fardados. Eram muitos, o meu pai também era da Legião mas não tinha farda, nunca o vi fardado, mas aos meus irmãos lembro-me de os ver fardados. Sei que o meu pai era da Legião, porque tinha um emblema na lapela e naquela fotografia tinha o emblema, mas nós não gostávamos e pedimos para ver se conseguiam tirar o emblema da lapela, e o fotógrafo tirou o emblema. O meu pai gostava de certas coisas, era uma pessoa muito recta. (Maria das Dores Ortega)³⁴⁷

Durante a festa da Falange a equipa de ginástica da Mocidade Portuguesa de Barrancos, dirigida pelo professor José Maria Varregoso, apresentou uma demonstração

³⁴⁶ Manuel Torrado Guerreiro (Barrancos, 1924). Excerto da entrevista realizada em casa de Francisca Agudo em Barrancos, a 21/8/2008.

³⁴⁷ Maria das Dores Ortega (Barrancos, 1927). Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 27/9/2007.

de exercícios gímnicos executados pelos alunos da Escola Primária, que habitualmente realizavam exibições públicas em diversos eventos, como recordou Maria das Dores Ortega:

Também fazíamos apresentações na Praça e lembro-me que fomos uma vez a Moura e não sei se a Beja. Tínhamos farda e tudo para a ginástica, era saia preta, alpargatas brancas, meia branca e logo tínhamos uma blusa branca com uma barra encarnada no peito, e nós, as raparigas, tínhamos assim como que um bonezinho branco, também com a barrinha encarnada, e os rapazes tinham um boné preto. Depois foi a Mocidade Portuguesa, eu ainda pertenci à Mocidade, tive a farda e tudo, era muito bonita e guardei o emblema. Quando foi o 25 de Abril eu dizia à minha irmã: "Tenho ali o emblema da Mocidade, vou a queimá-lo? Mas é tão bonito!" É pequenino mas é tão bonito que o tenho guardado e não queimei (ri-se).³⁴⁸



Classe de ginástica da Escola Primária de Barrancos (1936). Arquivo Particular de Maria Alice Torbisco.³⁴⁹

³⁴⁸ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 27/9/2007.

³⁴⁹ Foto da autoria de Zambrano Gómez, tirada em Moura após um Sarau de Ginástica. Alunos identificados: Maria Alice Ortega Raio, Maria Teresa Ramírez Garcia, Lúcia Percheiro Fialho, Isabel Tereno, Maria Margarida Ramírez Garcia, Ana Bossa Fialho, Helena Tereno, Carlos Bilé, Irene Marques, Catarina Valério, Maria Basílio, Maria das Dores Ortega Raio, Domingos Fialho Pelicano, Ana Cruz, Manuel Torbisco, Zé, Águeda Caeiro, João Caudilho, João Tereno, José Soares Fernandes, Lúcia, António Garcia Fialho, Maria Cozido Gordilho, António Pica, Maria Soledad Marques, Domingos Gala, Clemente Pires Marques, e o filho do sargento Quintino da GNR. Professores identificados: M^a da Purificação Pelicano Fernandes Varregoso e José Manuel da Silva Varregoso.

A festa da Falange, apesar da empolgante descrição do jornal *Odiel* foi olvidada pelos seus participantes, como um acontecimento do passado que não apraz recordar, pelos constrangimentos que suscita na ordem social presente. A pertença a uma organização juvenil, ou paramilitar, representativas dos regimes fascistas ibéricos marcou um tempo na história de vida de alguns dos entrevistados e seus familiares, mas poucos manifestaram a sua experiência como parte integrante do quadro de relações sociais, num tempo e espaço concretos. Francisco Sabido aderiu à organização da juventude dos Flecha em 1937, por sugestão do pai, como meio de integração social na “Nueva Orden”, tendo participado na festa de Barrancos, assim como sua esposa Isabel Vázquez, que resumiu a sua actividade na *Sección Femenina* dos Flechas nos seguintes termos:

*A las niñas las enseñaban a leer, a escribir, a las que no sabían, a hacer labores y luego había una casa para los que no tenían comida, y se les daba comida todos los días al medio día.*³⁵⁰

Do evento ambos recordam as marchas militares e a abundância de comida, preservando ainda uma foto da *Sección Femenina*, tirada à porta da igreja de Barrancos, sobre a qual Francisco Sabido fez questão de salientar que o símbolo da Falange na parede da igreja foi colocado propositadamente para ficar registado na fotografia.



³⁵⁰ Isabel Vázquez Velasco (Encinasola, 1923). Excerto da entrevista realizada na sua casa em Encinasola, a 9/4/2008.

A Festa da Falange ficou fixada na memória colectiva, daqueles que foram meros observadores, como uma ruptura no quotidiano, recordando-a como uma representação burlesca, e pela desmesurada quantidade de comida, num tempo em que a miséria e a fome assolavam as famílias dos trabalhadores rurais em ambos os lados da fronteira. Mas sobretudo pelas consequências repressivas a que foram sujeitos os serviçais do evento, por se apropriarem do espaço, dos ritos, dos textos e dos símbolos dos “vencedores”, para organizarem uma festa popular, como representação simbólica da utopia, na qual festejavam a “vitória da abundância do povo” (Bakthin, 2002:10), numa espécie de ritual carnavalesco, narrado por Manuel Guerreiro:

Os falangistas uma vez fizeram uma festa aqui, trouxeram os falangistas aqui a Barrancos, até a praça estava cheia de ramoinho a tapar chão, todo tapado. Ainda a estrada era um caminho, mesmo a minha mãe e as mulheres iam lavar a roupa mesmo lá a baixo à fronteira, à ponte. E quando vieram os falangistas fomos esperá-los lá a baixo, e vinham os miúdos da escola fardados com umas armas de madeira e os velhos falangistas com as armas. Logo lhes fizeram o almoço onde era a escola antigamente, frente ao posto da Guarda Fiscal, estavam os senhores lavradores, estiveram almoçando, havia de tudo, havia presunto, havia vinho, de tudo. Acabaram de almoçar saíram e ficaram ali as criadas dos lavradores, que tinham sido as cozinheiras, ficaram limpando e havia lá bocados de presunto e ficaram comendo e bebendo e se embebedaram. Enquanto estiveram ali os falangistas e os portugueses era: Viva Espanha! Arriba Espanha! Viva Franco! Viva Portugal! Viva Salazar! Era toda aquela coisa, aos gritos ali dentro da escola. Mas logo os criados e as criadas também já tinham comido e bebido e começaram a dizer: "Viva Espanha! Viva Franco! Viva Portugal! E passa um dos ricos que tinha estado ali, que morava onde é agora o supermercado do Borrvalho, e passou de carro e ouviu aqueles vivas e aquela gritaria toda e foi fazer queixa ao posto da GNR. Foram todos detidos e ameaçados de serem presos e despedidos, porque estavam gozando, mas só estiveram umas horas no posto e não foram despedidos."³⁵¹

O poder do grupo dominante não resultava do exercício da coerção bruta, nem justificava que uma pequena elite subjugassem uma larga massa de pessoas num tempo

³⁵¹ Excerto da entrevista realizada em casa de Francisca Agudo em Barrancos, a 21/8/2008.

longo. A hegemonia sustentava-se no equilíbrio de forças entre o consentimento dos grupos dominados e a coerção exercida pelo aparelho do Estado, assinalando relações de poder mutáveis, que assumem diferentes formas em diferentes contextos (Crehan, 2004:124). Para Gramsci existem dois níveis super-estruturais que fundamentam a hegemonia: a “sociedade civil”, constituída por organismos privados, e a “sociedade política” ou o Estado. Na articulação entre estes dois níveis, o aparelho de Estado exerce um poder coercivo legal, sem o consentimento dos grupos dominados, mas estes dão o consentimento espontâneo ao grupo dominante, em virtude do prestígio que lhe advém da posição social como detentores dos meios de produção (Gramsci, cit. em Crehan, 2004:125). Balandier (1999) diz-nos que o poder estabelecido pela força, ou pela violência, não domestica, e teria uma existência sempre ameaçada, não conseguindo manter-se pela autoridade brutal, nem pela justificação racional. A sua manutenção depende da produção de imagens, da manipulação de símbolos e da sua organização num quadro cerimonial (1999:22). As cerimónias comemorativas preenchem o enunciado performativo, representando a identidade de uma comunidade ou de um grupo, espelhada num conjunto de símbolos e de mensagens cujos significados pretendem legitimar o poder, ou a memória social. As comemorações são processos rituais nos quais os grupos reflectem um conjunto de valores e de práticas, que pretendem preservar e transmitir às gerações futuras, como herança do património cultural, histórico e identitário. Neste sentido, são um meio privilegiado de transmissão e conservação das memórias no interior dos grupos sociais (Connerton, 1999:42). Ao serem usadas pelos vencedores, através de ritos, símbolos, textos e práticas corporais, tornaram-se instrumentos performativos de dominação sobre os “vencidos”.

6.1. “Vencidos” e “vencedores” na sociedade espanhola do pós guerra

O fim da guerra civil de Espanha a 1 de Abril de 1939 não significou o restabelecimento da “paz social” mas o início de uma nova Era, marcada pela violência como elemento estruturante do franquismo. No dia 3 de Abril o próprio Caudillo liquidou definitivamente qualquer esperança de paz e reconciliação, quando aos microfones da Rádio Nacional proclamou: ”- Españoles, alerta! España sigue en pie de guerra contra todos los enemigos del interior o del exterior, perpetuamente fiel a sus

caídos” (Acosta Bono, 2004:187). A repressão e o terror subsequentes escoraram o pilar do “Nuevo Estado”, como princípios fundamentais do Movimento (Moreno, 1999:277). A principal característica do terror do pós guerra assentava numa organização meticulosamente hierarquizada, baseada na jurisdição militar, em juízos e *consejos de guerra* (Casanova, 2004:20). Mas para que se cumprisse a “justiça de Franco” era necessário envolver toda a sociedade nesta “nova cruzada” pela depuração social, o que justifica que nos primeiros meses de 1939 os jornais afectos à “Nueva Orden” publicassem notas instigando à delação: “La justicia de Franco necesita y pide la cooperación de todos los españoles”, dando largas a ódios pessoais, a invejas e vinganças entre vizinhos, que transfiguraram o quadro das relações sociais, quando “la denuncia se convirtió en el motor y en el primer eslabón de la justicia” (Moreno, 1999:309).

Aquí (Oliva de la Frontera) murieron 190 personas y la mayor parte de ellas no tenían que ver ni con la política ni con la guerra, fueron cuestiones de enemistad, cuestiones de diferencias de poca monta, menos fueron por cuestiones de política, porque los verdaderos políticos habían huido antes a Portugal. (Manolín)³⁵²

Algunos regresaron (a Encinasola), pero a la mayoría los mataran. Fue una desgracia, nosotros éramos chicos pero acuérdenos de todo. (...) La policía era como los generales, hacían lo que querían, te bofeteaban, te puntaleaban porque tenían esa libertad, después de la guerra si te pegan a ti te llevan a la cárcel, era la dictadura de Franco y Salazar, eran dos dictadores malos, querían que fuésemos esclavos de ellos. (Manuel López)³⁵³

Os vencidos, submetidos à nova ordem política e social, legitimada por um corpo de leis e mecanismos de repressão social, aguardavam nos campos de concentração e em centenas de prisões, os falaciosos *juicios sumarios*, “un mero trámite para la eliminación física, sin aportación de pruebas” (Casanova, 2004:21). A Lei de Responsabilidades Políticas, imposta em Fevereiro de 1939, anterior ao final da guerra, assinalava já as características da violência sobre os opositores ao “Glorioso

³⁵² Manolín é pseudónimo (Oliva de la Frontera, 1927). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Oliva de la Frontera, a 13/6/2008.

³⁵³ Manuel Lopez Boza (Ripole) (Encinasola, 1924). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Encinasola, a 9/4/2008.

Movimiento”, determinando “la perdida absoluta de sus derechos de toda clase, y la pérdida total de sus bienes, que pasarían integralmente a ser propiedad del Estado” (2004:22), como no caso da família de Fermín Velázquez.

Antes de la guerra vivíamos en una casa alquilada en Rodeo (Oliva de la Frontera) y ahí nos tiraron todo, todo se lo llevaron, los cuadros, la máquina (de costura) de mi madre, nos quitaron todo, todo. Mi padre ahí tiene apuntado todo lo que le quitaron. (Gracia Velázquez)

Terminada a guerra, Fermín Velázquez foi agregado ao Comando de Carabineros de Valencia, e posteriormente conduzido com os seus companheiros de armas para Badajoz, apresentando-se a 18 de Abril de 1939 no Comando Militar. Por ordem superior permaneceu até 22 de Abril de 1939 no Campo de Concentração de Mérida, aguardando o *Consejo de Guerra*. A 1 de Janeiro de 1939 “La Memoria de la Dirección General de Instituciones Penitenciarias” identifica a existência de 45.999 detidos, e a 1 de Janeiro de 1940 esta cifra aumentava para 83.750 condenados (Acosta Bono, 2004:51). Segundo o historiador Javier Rodrigo foram criados por toda a Espanha mais de oitenta campos de concentração, com a função de classificar, de humilhar, de perpetuar a vitória, impondo um sistema de dominação sustentado em estruturas de poder tradicionais, explorando a forças de trabalho escravo ao serviço do “Nuevo Estado” e inculcando os valores da “Nueva España” (Javier Rodrigo, cit. em Acosta Bono, 2004:189). Os campos de concentração foram lugares de reclusão temporária, “el lugar en que se suspende el derecho y en donde el hombre es considerado como puro cuerpo y no como sujeto de derechos” (Mate, 2004:XXXVIII). Lugares inabitáveis, onde milhares de republicanos permaneceram em condições infrahumanas, aguardando os *consejos de guerra* e as respectivas sentenças, em muitos casos de pena de morte.

Os *consejos de guerra* foram um instrumento judicial fundamental à depuração social da Espanha de Franco, eliminando em poucos anos milhares de pessoas cujo crime foi a lealdade à legalidade política da República. Os delitos de “rebelião militar”, “auxílio à rebelião” ou “adesão” foram penalizados com penas de morte, de reclusão perpétua, ou penas de prisão de doze a trinta anos, e “toda España quedo convertida en una inmensa cárcel” (Acosta Bono, 2004:193). O historiador Francisco Moreno diz-nos que os *consejos de guerra* nos três primeiros anos eram quase sempre colectivos,

estando os acusados amarrados dois a dois na sala de julgamento, vigiados por guardas civis e falangistas. O tribunal ocupava o seu lugar num estrado, e o relator iniciava a leitura do designado “auto-resumén” de cada réu, reunindo o processo de instrução, as declarações do acusado, muitas vezes forjadas sob tortura e assinadas em situações de desespero. “Los consejos de guerra no desarrollaban labor probatoria alguna, las denuncias e informes negativos se consideraban incuestionables” (Moreno, 1999:319).

No texto do *Proceso Sumario* Fermín Velázquez foi identificado como “cabecilla de las turbas rebeldes”, embora tenha sido provado que a sua acção em Oliva de la Frontera evitou crimes de sangue contra os detidos de direita, “observando en general bueno comportamiento con los detenidos, siempre que estos reclamaran su protección, para evitar que las turbas llegaran en realizar las amenazas que constantemente proferían.”³⁵⁴ Mas os factos relatados, e declarados provados, foram constitutivos de delito “de Rebelión Militar, Artículo 237 del Código de Justicia Militar, en relación con los Bandos de Guerra de 28 de Julio de 1936, dado en Burgos por la Junta de Defensa Nacional de España”. E o *Consejo de Guerra* acusa Fermín Velázquez de responsável criminal e autor de actos directos, para além dos antecedentes político-sociais, afirmando existir “una completa identificación, así como una cabal adhesión a las directrices y procedimientos de violencia del movimiento revolucionario de carácter comunista, iniciado en una grande parte del territorio nacional”.³⁵⁵

Durante o processo de julgamento Fermín Velázquez foi transferido do campo de concentração de Mérida para o campo de concentração de Castuera, no qual permaneceu até ser proferida a sentença. O campo de concentração de Castuera foi criado na segunda metade de Março de 1939 para deter e seleccionar os prisioneiros de guerra, cumprindo a sua função até meados de Março de 1940, significando a antecâmara da morte, ou um tempo de vida intermitente até à sentença. Este campo apresentou duas fases distintas no seu funcionamento, devido às características dos respectivos chefes do campo, demonstrando a arbitrariedade a que estavam sujeitos os “vencidos da guerra”. A primeira fase foi marcada pela repressão implacável do capitão Navarrete, que primava pela exemplaridade dos castigos “dentro de la creencia

³⁵⁴ Ministerio del Interior, Guarda Civil, Expediente de Fermín Velázquez Vellarino, registado com o nº 10.187, p.16.

³⁵⁵ Idem, p.17.

generalizada de las autoridades militares de aislar ‘la parte enferma’, para la consecución de la operación sanadora, asumiendo la purificación de la sociedad” (López Rodríguez, 2006:244). A segunda fase, sob a chefia do capitão Antonio Valverde, propendia à normalização de funcionamento, enquadrando a repressão nas fórmulas “legalmente estabelecidas” pelo regime franquista (2006:293). O campo de concentração de Castuera era composto por oitenta e quatro barracões, e na primeira fase alojava no barracão Nº 80 os presos seleccionados para “desaparecerem”, os incomunicáveis. Este grupo constituído por oficiais do exército republicano, autoridades republicanas, dirigentes políticos e sindicalistas, estava sujeito a todas as formas de repressão e às *sacas*,³⁵⁶ perpetradas impunemente pelos falangistas. A Falange criou as suas próprias listas de extermínio, e mesmo sem sentença do tribunal militar eram *sacados* todos os “incomunicáveis” que recebiam informações desfavoráveis dos vários serviços de informação, “teniendo gran incidência las ‘noticias’ de su lugar de origen” (López Rodríguez, 2006:245).

Fermín Velázquez sobreviveu às *sacas* do campo de Castuera (La Serena, Extremadura), mas apesar de comprovada a sua acção na defesa dos detidos de direita, o *Consejo de Guerra* celebrado na Praça de Badajoz a 6 de Setembro de 1939 determina, em conformidade com a leitura do julgamento que: “debemos considerar y condenar al Procesado Fermín Velázquez Vellarino a la pena de muerte como autor del delito de Rebelión Militar.”³⁵⁷ A 14 de Janeiro de 1940 o processo de Fermín Velázquez foi reavaliado pelo Tribunal Regional de Responsabilidades Políticas, e solicitado um indulto ao Ministério do Exército, embora “en caso de indulto de la pena de muerte impuesta deberá entenderse sustituirla por la de 30 años de Reclusión Mayor.” A 1 de Maio de 1940, por resolução do Ministerio del Ejercito, Asesoría e Justicia a pena foi comutada para 30 anos de prisão, e foi expulso do Cuerpo de Carabineros no final de Novembro de 1940. Na troca de correspondência, sua esposa dedica-lhe o poema “San Fermín” (santo padroeiro de Navarra), nome que deriva do latim “Firmus”, que significa “aquele que é constante. Que se mantém firme”. Ao longo dos versos encontramos

³⁵⁶ As *sacas* foram acções de violência extrema, ocorridas em diversas prisões e centros de detenção durante a guerra de Espanha. O procedimento consistia em retirar os presos da prisão para serem fuzilados, em função de listas ou denúncias, ficando os corpos abandonados ou enterrados em valas comuns.

³⁵⁷ Ministerio del Interior, Guarda Civil, Expediente del cabo carabinero Fermín Velázquez Vellarino, p.17.

acentuações de carácter religioso, numa mensagem de perseverança e coragem, enlaçando pedidos implícitos que interpelam a justiça do General Franco.

(...)

A San Fermín yo le pido

Que te de conformidad

Y te saquen de la cárcel

Para que no sufras más.

Pues el General es muy bueno

y bien pronto a de querer

que vengas a nuestro lado

para que tus cinco hijos

no estén tan desamparados.

(...)³⁵⁸

A 14 de Maio Fermín foi transferido para a Prisão Central de Orduña, em Bilbao, e a 23 de Maio sua mulher solicita a revisão da sentença ao Auditor de Guerra. Valeriana García Macarro é uma entre milhares de mulheres que intercederam pelos seus maridos e filhos recorrendo a redes de influência local junto do Auditor de Guerra:

“Que encontrándose mi marido Fermín Velázquez Vellarino preso en la cárcel de Larrinaga, segunda galería, celda nº 49, Bilbao, y condenado a la última pena por el tribunal competente de Mérida y firmada su sentencia por el Excmo. Sr. Auditor de Guerra de mencionado sitio y teniendo en cuenta mi calidad de esposa abandonada a la caridad pública, con cinco inocentes hijos desamparados y teniendo la firmísima seguridad de que la pena que se impone a mi infortunado marido no está en proporción con las faltas por él cometidas (...) En una palabra Excmo. Sr. mi marido fue toda su vida y así lo conoce el pueblo hombre

³⁵⁸ Arquivo Particular. Excerto de poema inédito de Valeria García Macarro, sem data. Gentilmente cedido por sua filha Gracia Velázquez.

de conducta ejemplar dedicando sus actividades única y exclusivamente a sus deberes militares habiendo tenido el mismo comportamiento antes dicho en el desdichado tiempo que estuvo en zona roja”.³⁵⁹

A 12 de Dezembro de 1941 Fermín Velázquez foi transferido para a prisão de Celanova de Ourense, para cumprir a pena de 27 anos, 5 meses e 20 dias. Em Junho de 1943 a pena é comutada para 12 anos e um dia, e a 1 de Julho foi apresentada uma proposta de liberdade condicional, com pedido de parecer ao Alcalde de Oliva de la Frontera, à Guardia Civil Rural e à Falange local, sobre a existência de algum impedimento ao seu regresso. Segundo o parecer “se contestó por las tres autoridades desfavorablemente, indicando la conveniencia de que fuera desterrado a más de 250 Km del pueblo por su historial, y el mal ambiente que sobre él reinaba en las personas honradas, como principal responsable de todo lo allí ocurrido.”³⁶⁰ A 17 de Julho de 1943 Fermín Velázquez sai em liberdade condicional, independentemente do parecer desfavorável das autoridades de Oliva de la Frontera.

A acção do novo regime repercutiu-se num gigantesco sistema de investigação sobre os “vencidos”, com os *procesos sumarios*, cujas sentenças dependiam dos “avales” sobre o comportamento dos indivíduos desde 1 de Outubro de 1934, e depois de 18 de Julho de 1936, afiançados pelo Alcalde, chefe local do Movimiento, pelo comandante do posto da Guardia Civil e pelo pároco, “una tríada temible de dominio político, militar y religioso” (Casanova, 2004:23). As denúncias de particulares completavam as informações da “tríada”, constituindo a matéria acusatória que sentenciavam a pena de morte, ou de prisão maior. Nas sociedades rurais a repressão era ainda mais implacável, sustentada em redes de contactos entre oligarquias locais, juízes de instrução militar e tribunais militares, “para confeccionar listas negras y acordar condenas o conmutaciones” (Moreno, 1999:310).

As sanções previstas na Lei restringiam as actividades profissionais de todos aqueles que defenderam a legitimidade política da II Republica, impedindo a liberdade de residência, impondo desterros, a confiscação de bens e o pagamento de avultadas multas, o mesmo será dizer a perda absoluta dos seus direitos de cidadãos, “la muerte civil” designada por Marc Carrillo (Casanova, 2004:23). Aqueles que não tinham sido

³⁵⁹ Petição ao Auditor de Guerra em Madrid, de 23 de Maio de 1940, fotocópia gentilmente cedida pelos filhos.

³⁶⁰ Ministerio del Interior, Expediente Penitenciario, Exp.707, Expediente procesual de la Prisión Provincial de Bilbao. Carta dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, de 28/10/1943.

presos e regressavam às suas localidades de origem sujeitavam-se à justiça das autoridades locais, vivendo vidas suspensas até ser decidido o seu futuro, “y se les condenó a la humillación y a la marginalización (social, económica, laboral). El franquismo les negó la consideración de personas” (Moreno, 1999:278). Neste contexto, os republicanos eram normalmente caracterizados como “perigosos”, “rojos”, “subversivos”, “hereges”, “perversos” e “pessoas de natureza psicossocial degenerativa” (Mir, 2000). Psiquiatras como López Ibor e Antonio Vallejo Najera dotaram o regime franquista das justificações pseudo científicas necessárias para exterminar “al enemigo inferior republicano, marxista o democrático que no puede ser considerado persona y debe ser eugenesicamente exterminado” (Fouce Fernández, 2009:112). O projecto concebido pelo psiquiatra Antonio Vallejo Nágera para identificar o “biopsiquismo del fanatismo marxista”, pretendia demonstrar a condição infrahumana e degenerada dos republicanos, dos marxistas e da própria democracia. Em 1939 escrevia na sua obra *La locura de la guerra. Psicopatología de la guerra española*:

“La idea de las íntimas relaciones entre marxismo e inferioridad mental ya la habíamos expuesto anteriormente en otros trabajos...La comprobación de nuestras hipótesis tiene enorme trascendencia político-social, pues si militan en el marxismo de preferencia psicópatas antisociales, como es nuestra idea, la segregación total de estos sujetos desde la infancia, podría liberar a la sociedad de plaga tan terrible” (Vallejo Nágera, cit. em Vinyes, 2002:59).

Cientificamente legitimava-se as estruturas repressivas da ditadura franquista, fundamentada na psiquiatria oficial e académica, numa filosofia da inferioridade e da degeneração social e histórica do opositor político.

“Nuestras esperanzas de justicia no quedaran defraudadas, ni tampoco impunes los crímenes perpetrados, lo mismo los morales que los materiales. Inductores y asesinos sufrirán las penas merecidas, la de la muerte la más llevadera. Unos padecerán emigración perpetua, lejos de la madre patria, a la que no supieron amar, a la que quisieron vender, a la que no pueden olvidar, porque también los hijos descastados añoran el calor materno. Otros perderán la libertad, gemirán durante años en prisiones, purgando sus delitos, en trabajos forzados, para ganarse el pan, y legran a sus hijos un nombre infame: los que traicionan a la patria no pueden legar a la descendencia apellidos honrados. Otros sufrirán el menosprecio social, aunque la justicia social no les perdonará, y experimentarán el horror de las gentes, que verán sus manos teñidas de sangre” (Vallejo, cit. em Fouce Fernández, 2009:113)

A legitimação do poder do “Movimiento Nacional” encontra a sua expressão na Causa General, criada por iniciativa de Franco e decretada pelo Ministerio de Justicia em Abril de 1940. Tratou-se da instauração de um processo judicial pelos vencedores,

com a finalidade de justificar e legitimar o golpe militar, “en torno a la ilegalidad de las elecciones de febrero del 36, al supuesto vacío de poder en los meses del Frente Popular e al obligado papel del Ejército” (Espinosa, 2006:80). Na Causa General estavam expressos os princípios legitimadores da violência, entendida como acção e efeito de controlar as “fuerzas subversivas”, agenciando informações sobre os acontecimentos “en la zona roja desde el 18 de julio de 1936, hasta la liberación” (2006:95). Esta iniciativa de Franco foi realizada aldeia a aldeia, vila a vila, cidade a cidade, “de una manera que se veía claramente que no respondía a otra violencia previa sino a un plan de exterminio” (2006:97). A manipulação e propaganda franquista do “Avance de la Causa General” converteu-se em verdade oficial, moldando mentalidades, e “los muertos del fascismo fueran pasto del olvido (...) Al cabo de los años todos creían que se trataba de las victimas locales del terror rojo” (2006:105). Ao identificarem localmente todos os intervenientes no processo de resistência republicana ao golpe militar, pretenderam evitar “la reorganización futura del oponente político. La represión se hace para el presente y para el futuro” (Moreno, 1999:277).

O acesso aos *procesos sumarios militares* e às causas civis abertas entre 1939 e 1952 permitiu à historiadora Conxita Mir (2000) analisar os aspectos relacionados com a intervenção do novo poder na vida quotidiana dos vencidos da guerra, no contexto rural de Lérida, na Catalunha, considerando a repressão e o controle social como elementos fundamentais à nova realidade social (2000:3). Este estudo tem o mérito de analisar a quotidianidade das classes subalternizadas e a sua marginalização social durante o pós-guerra, na perspectiva do extermínio exercido pelo poder judicial franquista, e simultaneamente as estratégias de resistência dos represaliados, para sobreviverem à miséria, à exclusão social e à repressão. Para além de destacar o papel desempenhado pela Igreja juntamente com as autoridades militares na moralização social, mostra-nos como a sociabilização do terror conduziu no pós-guerra a um elevado número de mortes por suicídio e delinquência em virtude da fome, forçando os “vencidos” a criarem estratégias de sobrevivência que vão do contrabando, ou das redes de colaboração com os caciques, até ao exílio e à guerrilha.

Después de la contienda empezó el hambre, la necesidad, no había pan, no había la mayor parte de las cosas de casa, hasta el punto de no verlas. En el pueblo, cada uno como podía lo alcanzaba a su fuerza, había ladrones, que no se pueden llamar ladrones, porque eran ladrones de poca monta, eran hambrientos que salían por el

campo a robar cualquier cosa para poder comer con lo que llevaban del campo, claro. La posguerra fue terrible, en Oliva y en los pueblos limítrofes con Portugal se establece el contrabando. (Manolín)

O controlo sobre os “vencidos” foi complementado pela distribuição dos produtos alimentares. Em Maio de 1940 a Comisaría General de Abastecimientos y Transportes, organismo estatal encarregue do abastecimento e distribuição de alimentos, anunciou que o abastecimento de pão seria controlado por uma junta local composta pelo alcalde, pelo cura, e pelo chefe local da Falange, e as necessidades básicas passaram a depender de uma conduta social e política aceitáveis. Quando a corrupção das autoridades do Estado se converteu numa actividade blindada, os preços oficiais perderam qualquer sentido, desenvolvendo-se um mercado ilegal que reduziu a nada as transacções oficiais (Richards, 1999:150). A escassez foi utilizada como meio de controlo da população, quando no mercado negro se vendiam maiores quantidades de produtos alimentares de primeira necessidade do que aqueles que circulavam oficialmente. O *estraperlo*, designação popular para este mercado, transformava-se no contraponto económico da repressão franquista. Os produtos racionados como o açúcar e a manteiga eram tão caros que os mais pobres vendiam os cupões de racionamento destes produtos para comprar pão (Richards, 1999:155). Muitas mulheres, sobretudo esposas, filhas ou mães de *rojos* executados, encarcerados ou simplesmente escondidos, que não recebiam nenhuma pensão nem tinham trabalho, encontraram na venda clandestina a sua subsistência económica. Os estraperlistas em pequena escala eram duramente sancionados com penas de prisão, enquanto as autoridades ignoravam as grandes transacções ilícitas de bens alimentares. “Vivir es sobrevivir” aglutina os princípios orientadores pelos quais milhares de espanhóis regeram as suas vidas, obrigados a adaptarem-se “a las nuevas formas de convivencia”, sustentadas na moral e na marginalização social. Neste contexto, as mulheres carregaram toda a vida o estigma dos vencidos. Ser *roja* ou mulher de *rojo* era exactamente a mesma coisa para os franquistas, que as podiam violar e confiscar todos os seus bens impunemente, “en libertad o privados de ella, los *rojos* fueran tratados por el nuevo poder como personas de naturaleza psicosocial degenerativa” (Mir, 2004:159). As mulheres tinham de sofrer, sacrificar-se e purgar os seus pecados, “por no haber sabido llevar a sus maridos por el camino del bien” (Casanova, 2004:27). A redenção destas mulheres estigmatizadas

como “rojas”, “perversas” e “amorais” converteu-se num dos principais objectivos dos “vigilantes dos bons costumes” (Mir, 2004:159).

6.2. O regresso dos “vencidos”: *rojo de toda la vida*

Valeriana García Macarro regressou a Oliva de la Frontera no final da guerra com os seus cinco filhos, depois de ter permanecido no campo de concentração de Argelès-Sur-Mer em França e de uma breve estadia em casa de uma família francesa, encontrando a casa saqueada, como recordou sua filha Gracia Velázquez:

Los franceses fueron fabulosos, extraordinarios, nos llevaban a su casa, en fin fueron muy buenos con los españoles, los franceses. Pero mi madre, ya cuando vio que se podía inscribir en la lista para ir al pueblo, fue de las primeras que se apuntó, ella pobrecita, nos quitaron todo en Oliva, nos quitaron hasta los cuadros de las paredes, nos quedamos sin nada.

A mulher, a mãe e dona de casa tinha agora que afrontar-se com uma dramática situação de subsistência, sobre ela recaía o estigma social de *roja*, independentemente do apoio que recebeu dos seus familiares. O regresso a Oliva de la Frontera representou para Gracia a memória da pilhagem da casa, o apoio da avó materna e a passagem pelo colégio de freiras, que durante dois anos frequentou com a irmã Antonia. O tempo no colégio restabeleceu as práticas e os afectos quotidianos depois das adversidades, embora marcado pela desagregação familiar. Gracia Velázquez preserva do colégio o sentimento de estar socialmente integrada num grupo, de ser acarinhada pelas freiras, cumprindo os seus deveres ao ser a melhor aluna. Foi com orgulho que nos mostrou o certificado de avaliação curricular e uma foto com a irmã, que trouxeram à memória uma canção ensinada pelas freiras, trauteada com determinação e sem questionar em algum momento o seu conteúdo:

En el colegio me enseñan a conocer a Jesús

Y me guían por la senda, que me conduce hacia la virtud.

Toda esa signatura, que me enseñan las hermanas

La doctrina y la escritura, yo las aprendo de buena gana.

No quadro das sociabilidades locais, os filhos dos “vencidos” foram forçados a submeter-se aos processos de dominação impostos pela “Nueva Orden”, ingressando em instituições de ensino e organizações dominadas pela igreja e pela Falange, como recordou Jacinto Velázquez:

Mi padre me pegaba mucho, porque resulta que a mí me metieran en un colegio y me llevaron al Frente de Juventudes (Flechas de la Falange) a jugar con los niños y mi padre era contrario a que fuera a allí y me pegaba. Era pequeño, no lo sabía, no sabía que estaba haciendo cosas que no eran lógicas a la idea de mi padre, no. (Jacinto Velázquez)

Numa acção concertada de apoio ao “Glorioso Movimiento Nacional”, a Igreja espanhola elaborou uma Carta Colectiva em Julho de 1937 assinada por um significativo número de bispos, exortando à purga de ideologias irreconciliáveis, classificando a revolução social republicana como anti-espanhola e anticristã. O Estado franquista, com o apoio da Igreja, controlou não apenas o espaço público e os lugares de recreio, mas também a escola e a educação onde se impunham os valores da “Nueva Orden”: obediência e virtude, valores morais inculcados às novas gerações, numa “cruzada por la moralidad” (Mir, 2004:160). “- Que los hijos de los presos no queden desamparados” terá dito um dia o Caudillo, manifestando a sua preocupação em oferecer “calor de hogar, pan y techo, cultura y vestido a los hijos de todos los reclusos” (Mir, 2004:160). Preocupação que excluía os filhos dos fuzilados, mortos ou desaparecidos, simplesmente abandonados à caridade pública, como recordam alguns barranquenhos:

Ainda me lembro de andarem aí uns rapazinhos aí pedindo, dormiam aí numa serra de palha que havia, e era assim. Hoje já não sei se há ainda aqui algum, havia um Manolo que foi para Safara, mas parece-me a mim que já morreu o rapaz. (Adolfo)

A gente fazia umas sopas para nós, só, batiam à porta, íamos a ver eram duas crianças. E agora quem é que deixava as duas crianças sem comer? (Maria dos Remédios Ramos)

Já eu trabalhando ali nas Russianas apareceram crianças da guerra de Espanha, crianças pequenas, e ali nas Russianas apareceram três crianças, um acabou por ir para a tropa para Beja. (Manuel Guerreiro)³⁶¹

E as pessoas metidas no mato com crianças pequeninas, assim sem comer, eu me lembro, eu me posso lembrar, que pena ... (emociona-se) Eu me lembro de tudo porque morava mesmo ali ao pé das estevas, morava mesmo ao pé onde elas iam, mesmo ao pé do povo, e se escondiam nas estevas. Uma escondida aqui, outra ali e nós lhe dávamos pão, e outra vizinha lhes dava outra coisa para comer, coitadinhas. (Andreia Pica)

E vinham aqui as pessoas quando fugiram, vinham aí as mulheres coitadas com o cabelo cortado, que lhes cortavam o cabelo, logo depois vieram os rapazinhos aí que ficaram sem a família, vinham a pedir e se levavam aqui um tempo. Tínhamos aí nós uma casa que está velha, que era nossa, aí no alto e aí dormiam, já depois da guerra. (Domingos Caiadas)

Paralelamente à repressão e às estratégias de sobrevivência vividas nos campos consolidava-se o poder dos vencedores nas vilas, por meio de festas e comemorações. A 7 de Abril de 1940 realizou-se em Oliva de la Frontera uma festa comemorativa, com a presença das autoridades locais, *Sección Femenina* de Falange y Banda de Musica Municipal, junto à ribeira do Ardila na herdade “La Pila”, uma propriedade de 263 hectares que em 1936 figurava no inventário de expropriações do Instituto de Reforma Agraria (IRA) da província de Badajoz.³⁶² A festa foi presidida pelo Alcalde e Chefe da Falange local Tomas González de las Cuevas, um dos detidos pelo *Comité de Defensa* de Oliva após o golpe militar (Espinosa, 2003:306), libertado juntamente com os restantes presos de direita a 30 de Agosto de 1936. Os antigos *caciques* locais tentavam agora manter as suas posições de poder em relação ao Nuevo Estado, tornando-se membros da Falange fascista, ou concorrendo para cargos municipais através de representações superiores do Estado. Após os primeiros anos do final da guerra existia um conflito interno entre os antigos e os novos *caciques* dentro da Falange, e entre partidários e não partidários, tal como políticos locais, militares, detentores do poder

³⁶¹ Manuel Torrado Guerreiro (Barrancos, 1924). Excerto da entrevista realizada em casa de Francisca Agudo em Barrancos, a 21/8/2008.

³⁶² Para além de La Pila foi expropriada Olivar de la Huerta de San Juan, ambas de José Lima, que lhe foram devolvidas em finais de 1936 com a respectiva indemnização (Espinosa, 2007:307).

(Narotzky & Smith, 2002:197). Os convites para a festa foram dirigidos por Tomas González de las Cuevas ao presidente da Câmara de Barrancos no dia 2 de Abril, impressos à máquina e em duas cartas distintas, sem qualquer assinatura. Uma das cartas tem o timbre da Falange Española Tradicionalista y de las JONS: “invitación que ruego haga extensiva a sus distinguidas amistades”, e a outra o timbre de El Alcalde Presidente: “invitación que ruego a tan digníssima Autoridad Portuguesa, haga extensiva a sus distinguidas amistades”.³⁶³ O Presidente da Câmara de Barrancos agradece o convite, fundamentando a ausência das autoridades e de outras pessoas interessadas no facto do agente da PVDE local não autorizar a passagem da fronteira. Alegando que se o convite tivesse chegado atempadamente, poderia ter solicitado pessoalmente a devida autorização ao Director da PVDE, encerrando a carta com ”os melhores votos pelo ressurgimento da Gloriosa Nação Espanhola e pelas prosperidades de V. Ex.^a e do Povo de Oliva de la Frontera”.³⁶⁴

No início da década de 1960, em Badajoz, numas folhas soltas do que outrora fora um livro de Razão de Contabilidade, Fermín Velázquez começou a escrever as suas memórias ao ritmo do pensamento e das emoções, o que talvez explique a escassa pontuação, porque o pensamento de um homem não tem pontos nem vírgulas, como um dia argumentou José Saramago. A maior parte do texto está escrita nas páginas do “Haber”, assinalando simbolicamente o balancete da sua vida, correspondente a uma obrigação contraída em 1936 ao permanecer fiel ao Cuerpo de Carabineiros e à República. O compromisso de que era credor, assim como milhares de compatriotas, havia de ser saldado um dia, *cuando entrara el Rey*, alimentando a esperança de recuperar os seus direitos de cidadão, violentamente usurpados pelo golpe militar e pela ditadura de quarenta anos. Fermín Velázquez morreu esperando, no silêncio, sem reconhecimento, sem viver numa sociedade democrática pela qual tinha lutado e na qual nunca deixou de acreditar, mesmo quando em 1940 cumpria a pena de 30 anos de prisão:

La Espera

(...) En el mar de nuestra vida, ha estallado una tormenta

³⁶³ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Recebida, Fundo Câmara Municipal de Barrancos (1934-1940), carta de 2 de Abril de 1940.

³⁶⁴ Idem, Correspondência Expedida, Diversas Autoridades (1936-1943), carta de 9 de Abril de 1940.

Yo soy la nave que cruza, estas aguas turbulentas
Es mí farol la esperanza, y tú el puerto que me espera
Llegaré a ti, no lo dudes, cuando cese la marea
En el palo bien izada mi más gallarda bandera
Y he voy traerte el regalo, de unas ilusiones nuevas
Que borrarán la memoria de la presente tristeza. (...) ³⁶⁵

Narotzky & Smith (2002) fundamentados no seu trabalho de campo em Veja Baja, a sul de Alicante, dizem-nos que todos aqueles que foram libertados dos campos de concentração, prisões ou campos de trabalho, nos primeiros seis anos após a guerra, não foram autorizados a voltar às suas povoações; deveriam ser exilados (2002:204). Estes homens estigmatizados como *rojós* foram obrigados a abandonar as suas localidades de origem por decisão das autoridades locais, e a sobreviver à margem da lei, mesmo depois de julgados em tribunais militares e terem cumprido as respectivas penas. O regresso a Oliva de la Frontera constitui o primeiro tema das memórias de Fermín Velázquez, do qual seleccionámos os seguintes excertos:

“Salí sin destierro por mi loable conducta y porque en la consulta a que fue sometida mi vida se inhibieron en mi favor, al no contestar del pueblo si había alguna incompatibilidad y me exploran la voluntad para que eligiese la residencia que yo quisiera fijar, y lo hice para la Villa de Oliva de la Frontera en que tenía a todos mis seres más queridos al que llegué, pero a la entrada del pueblo había una pareja de Guardias Civiles esperándome. (...) Señor D. José Sarmiento, que hoy es Alcalde y Jefe del Movimiento en el pueblo me da un pasaporte para que en un plazo improrrogable de 48 horas tenga que abandonar el pueblo para el de Almendralejo. Para ello tuvieron una reunión con el Juez de Instrucción de Jerez y de otros pueblos aunque todo lo hacían arbitrariamente y en contra de las Leyes dictadas por el Caudillo por todo ello y invocando mis derechos me fui en busca del Sr. Cura Párroco, como vocal del Patronato y le expuse mis razones antes mencionadas y me dijo, yo me informaré de ello, pero yo no puedo hacer nada”. (Fermín Velázquez) ³⁶⁶

³⁶⁵ Arquivo Particular. Excerto do poema inédito dedicado a sua esposa Valeriana Garcia Macarro. Cedido gentilmente para este trabalho pela sua filha Gracia Velázquez.

³⁶⁶ Excerto das memórias manuscritas de Fermín Velázquez, gentilmente cedidas por sua filha Gracia Velázquez.

A 17 de Julho de 1943 Fermín Velázquez saiu em liberdade condicional com residência fixa na Calle Jerez nº 113, mas o regresso provocou alguma inquietação no poder local, pela forma calorosa como foi recebido por antigos companheiros de armas, familiares e amigos. Seu cunhado Severiano García Macarro dinamizava o espaço do teatro Reina Victoria, fundado na década de 1930 em honra da esposa de Alfonso XIII, localizado no número 115 da Calle Jerez (actual Avenida de Extremadura) (Vellarino Luna, 2009:18). Durante o verão projectava películas ao ar livre muito frequentadas pela população, e a esplanada era um local de convívio de Fermín. A sua presença no espaço público e o restabelecimento de relações de amizade e vizinhança geraram indignação na classe dominante. Segundo a carta do juiz militar “su llegada al pueblo ha organizado un enrarecido ambiente en todas las clases sociales, incluso en las de ideas izquierdistas, que, por engaño de él o de otros dirigentes, se enrolaran en las milicias y perdieran algún familiar”.³⁶⁷ A carta do juiz do Julgado 7 da Capitania Geral da Primeira Região Militar, dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, teve por objectivo fundamentar o pedido de desterro de Fermín Velázquez, que a 8 de Outubro de 1944 é determinado pela Junta Provincial de Libertad Vigilada de Badajoz.

Almendralejo foi o lugar de exílio forçado, encontrando refúgio em casa das suas irmãs Guadalupe e Maria, confrontando-se com a escassez de trabalho, numa conjuntura económica de desemprego e fome que marcou o período do pós-guerra. O estatuto de desterrado permitiu-lhe ser admitido pelo Ayuntamiento nas obras da estrada, mas a rotatividade entre os homens parados deixou-o sem meios de subsistência após duas semanas de trabalho. Na luta pela sobrevivência procura reatar amizades anteriores à guerra, e através de um amigo, antigo carabineiro, consegue trabalho temporário na apanha da azeitona, contudo a situação de precariedade agrava-se, obrigando-o a procurar outras alternativas.

“Entonces fue a ver al dueño de una fábrica de alcoholes, a ver al dueño de ella, con el fin de que me diera trabajo porque él lo tenía en abundancia y yo le conocía desde cuando tenía torrefacción de café y porque él se quedaba como solicitador en muchas de las aprehensiones de dicho género que yo había realizado y al pedirle trabajo como digo, me contestó: conoce usted al cabo tal y al otro tal, pues esos son tenientes del Cuerpo de Carabineros y usted no estuvo con nosotros, estuvo contra nosotros, yo siempre fui amigo de Vd. y por no haber estado como esos compañeros que fueron míos, no quiero que me dé Vd. otra cosa que es trabajo”. (Fermín Velázquez)

³⁶⁷ Ministerio del Interior, Expediente Penitenciario, Exp.707, Expediente procesual de la Prisión Provincial de Bilbao, carta dirigida ao Director Geral das Prisões de Madrid, de 28/10/1943.

Este acontecimento demonstra a alteração do quadro das relações sociais numa nova conjuntura onde imperava a delação e a dominação dos vencedores sobre os vencidos. Como consequência deste contacto Fermín Velázquez recebe uma intimação para se apresentar no Tribunal Militar de Badajoz, e decide fugir, “ya que la adversidad no dejaba de perseguirme sin que hubiera razón alguna” (escrevia nas suas memórias). Inicia então uma longa e atribulada jornada pelos campos, rumo à fronteira portuguesa, receando ser identificado.

“Pude llegar al Cortijo de la Coitada (Coitadinha) que lo llevan en arriendo los hermanos Señores Claudio Gastão que eran los dueños de los Depósitos del Café. (...) El día que llegué al Cortijo me encontré con Rafael Borralho él cual después de saludarnos le dije al señor D. Manuel Claudio que a este hombre le dé lo que le haga falta que yo se lo pagaré, y me dio 250 pesetas hasta que yo pudiera pagárselas; a lo cual el Sr. Claudio le dijo, a este hombre no le hará falta de nada sin que Vd. lo pague para él, que nosotros tenemos lo que a él le haga falta”. (Fermín Velázquez)

Durante três anos Fermín Velázquez viveu escondido em Barrancos, trabalhando nas herdades da Comenda e Rio Gomes, protegido por proprietários rurais e comerciantes de café, enquanto em Oliva a família desconhecia o seu paradeiro. A condição social dos familiares de um prisioneiro impunha-lhes uma “não existência pública”, eram pessoas a quem não se devia falar no espaço público, a quem não se devia dar senhas de racionamento (Narotzky & Smith, 2002:204). Mostrando como as vidas dos “vencidos” foram reprimidas e silenciadas, e como ainda hoje permanece um silêncio colectivo marcando esse tempo de sofrimento, resultante das consequências da repressão directa e de um sentimento de repressão interiorizado, cravado a ferro e fogo no tecido social das sociedades rurais. O controlo social, e a deterioração das relações de vizinhança, imposto pelo medo da delação e pela marginalização, não impediram que uma das irmãs de Fermín solicitasse a um vizinho, ligado ao contrabando de café com gentes de Barrancos, que tentasse contactar o irmão.

Ese hombre estaba en un Cortijo que lo llevaba arrendado Manecas (Manuel Pulido). Después estuvo en el Cortijo de Manuel Claudio, mas parece cierto que lo denunciaran, y la policía le fue a hacer una visita, y cuando fue la Republicana al Cortijo, pues no estaba, naturalmente. Dicen a su hermana que dónde estaba él, y yo fui a llevarle una carta y 25 pesetas que me dio su hermana para él, y estaba al servicio, cuidando

ganado, cuidando vacas, con un chapeo, con una ropa portuguesa, pero había que estar con él para saber que no era portugués. (Manolín)³⁶⁸

As relações sociais entre Fermín Velázquez e Manuel Cláudio foram forjadas em relações profissionais anteriores à guerra, quanto o primeiro desempenhava as funções de cabo carabineiro no posto fronteiriço de Pozo Campo e o segundo se dedicava ao comércio de café com os vizinhos espanhóis. Esta amizade é ainda recordada pelos filhos de ambos, apesar da diferença de idades que os separa, e de nunca se terem conhecido:

Había una familia que lo quería mucho, él le llevaba la contabilidad, le querían mucho a mi padre en Portugal, cuando era militar y cuando estuvo en el contrabando. (...) A Manuel Claudio sí le nombraba mucho mi padre, pero, vamos, que yo no lo he visto a él, lo sé por vía de mi padre que lo nombraba mucho, que lo quería mucho, que estaba con él. (Gracia Velázquez)

Eu conheci um dia um senhor que era de Oliva que o meu pai chamava o tio Fermín, esse senhor, julgo que era major do exército republicano. (...) E o que me contava o meu pai, é que era um homem muito humilde, porque ele acho que esteve aqui enquanto durou a guerra de Espanha, fugido, não podia ir a Espanha de maneira nenhuma. E então era um homem muito recto com ele próprio, é a única coisa que lhe sei dizer. (Domingos Cláudio)³⁶⁹

A sua permanência nos campos de Barrancos foi ameaçada pela delação, suporte fundamental à manutenção da rede repressiva em ambas as ditaduras ibéricas, apesar de beneficiar da protecção de Manuel Cláudio e de seu primo Manuel Pulido. A Guarda Nacional Republicana realizava permanentes batidas pelos campos, muitas vezes organizadas em parceria com colunas militares nacionalistas, “em perseguição de elementos indesejáveis”, numa permanente “caça ao homem”.³⁷⁰ Fermín Velázquez mudava de lugares, escondendo-se de herdade em herdade, avisado pelos trabalhadores

³⁶⁸ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Oliva de la Frontera, a 13/6/2008.

³⁶⁹ Domingos Cláudio (Barrancos, 1954). Excerto da entrevista realizada no Café Currito, em Barrancos, a 13/6/2006.

³⁷⁰ IANTT. Ministério do Interior. Gabinete do Ministro, Mç.486, liv. e PV/BJ, nº 2.

rurais e acolhido pelos seus protectores, que por fim conseguem arranjar-lhe trabalho na herdade Ramada Curto, no Montijo, a 20km de Lisboa.

A 19 de Julho de 1947 Fermín Velázquez encontra o seu compatriota Brizido Carretero López³⁷¹, que há seis meses tinha entrado clandestinamente em Portugal procurando trabalho. Na estrada cruzam-se com dois polícias municipais, e o simples facto de Brizido os ter cumprimentado em espanhol originou um pedido de identificação. Como não estavam documentados foram detidos pela Polícia Municipal do Montijo e entregues à Direcção Central da PIDE em Lisboa.³⁷² Na PIDE foram sujeitos a interrogatórios, e posteriormente encarcerados na prisão do Aljube. A 24 de Julho a polícia política envia um ofício ao Presidente da Câmara de Moura,³⁷³ e ao Presidente da Câmara Barrancos, pedindo informações sobre a veracidade das declarações de Fermín Velázquez.³⁷⁴

“Tendo ele declarado que lhe tinha sido dado alojamento nesse concelho por Manuel Cláudio Pulido e Manuel Pulido, rogo a V. Ex.^a a fineza de me informar da veracidade desta declaração.”³⁷⁵

A 2 de Agosto de 1947 o vice-presidente da Câmara de Barrancos responde, afirmando “ter contactado os respectivos senhores”, que confirmaram ter encontrado várias vezes Fermín Velázquez no campo, apesar de negarem terem-lhe dado alojamento.³⁷⁶ A sua estadia em Barrancos permanece ainda na memória de muitos barranquinhos como António Caeiro, trabalhador rural na herdade de Aparis, que no final do dia de trabalho atravessava a herdade da Comenda cruzando-se muitas vezes com Fermín Velázquez, sabendo tratar-se de um vizinho de Oliva, antigo cabo

³⁷¹ Brizido Carretero López, de 29 anos de idade, natural de Roca de la Sierra, filho de Blas Carretero e Joana López, casado, ferreiro de profissão. Entrara clandestinamente em Portugal pela zona de Elvas, trabalhou em Lisboa entre Janeiro e Abril numa empresa construtora de marcos. No dia 19 de Julho tinha-se deslocado ao Montijo para iniciar um novo trabalho numa oficina de ferreiro. IANTT, Arquivo PIDE/DGS Proc. 483/47.

³⁷² IANTT, Arquivo PIDE/DGS, Ordem de Serviço nº 202, Capturas: - Que foram entregues nesta Directoria em 19 do corrente (Julho) pela Câmara Municipal do Montijo, os súbditos espanhóis Fermín Velázquez Vellarino e Brizido Carretero López que recolheram à cadeia do Aljube.

³⁷³ Arquivo Histórico de Moura, Correspondência Recebida, 1947.

³⁷⁴ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barrancos, Correspondência Recebida, Fundo Câmara Municipal de Barrancos, 1947.

³⁷⁵ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Recebida (1938/1942), Nº 2.206/SCI, 24/7/1947)

³⁷⁶ Idem, Correspondência Expedida, Diversas Autoridades, Ref. 274, de 2/8/1947.

carabineiro.³⁷⁷ Na sequência das informações recebidas, a PIDE procede ao repatriamento e interdição de Fermín e de Brizido, entregando-os em Elvas à polícia de Badajoz, numa prática rotineira entre as respectivas polícias.³⁷⁸ Após alguns meses de detenção em Badajoz Fermín Velázquez foi transferido para a prisão de Puerto de Santa Maria, em Cádiz:

“Una vez que llegué a la dicha Prisión y hecha la ficha me llevaron a una celda individual y ya en ella uno de los funcionarios de servicio que me ve en ella encerrado y sabe que yo había sido del Cuerpo de Carabineros de la República, le dice al otro: ese es del telón de acero de Bilbao y es de los que nos hicieron correr y yo en aquel entonces ni estuve en Bilbao ni siquiera lo conocía, y le dijo: déjame entrar que aun lo mato yo, y trata de abrir la puerta y ya con medio cuerpo dentro de la celda, el otro funcionario asido a cuerpo y tirando de él pudo evitar que se cumpliese aquel gusto por él tan deseado; transcurrido el primer período sin más incidentes salí de la celda y pasé a una sala general y por consiguiente al patio con los demás presos hasta que un día soy indultado por el General Muñoz Grandes que era Capitán General de la 1ª Región desde la cual pase al pueblo de mi residencia y en el cual no volví a ser molestado”.

(Fermín Velázquez)

Regressado a Oliva em 1948 não voltou “a ser molestado”, mas apenas recebe o certificado de Liberación Definitiva a 6 de Junho de 1951. Como nunca conseguiu arranjar trabalho, o contrabando afigurou-se como a única alternativa de sobrevivência económica, ajudado pelos filhos mais velhos, como recordou Gracia Velázquez:

Mis hermanos pasaron mucho, pobrecitos, los llevaba mi padre y luego los perseguían, los tiroteaban, tenían que meterse en las casas, también sufrí mucho con eso, mucho, mucho.

Manuel Guerreiro ainda se recordava de Fermín Velázquez e de uma transacção de contrabando ser interrompida pela intervenção de uma patrulha de carabineiros:

O que vinha ali buscar a carga era um que tinha sido carabineiro na antiguidade, logo que o Franco entrou o prenderam, e o homem esteve preso mas logo o soltaram e andava ao contrabando. O meu irmão e o outro rapaz estavam à beira da ribeira e o

³⁷⁷ Informação recolhida da entrevista a António Caeiro na sua casa em Barrancos, realizada a 24/09/2007.

³⁷⁸ IANTT, Arquivo PIDE/GDS, Ordem de Serviço nº 216, Indocumentados: - Por se encontrarem indocumentados foram entregues às autoridades do seu País os súbditos espanhóis: em 26 do mês findo (Agosto) e pelo posto de Elvas, Fermín Velázquez Vellarino e Brizido Carretero López. Interdições: - Que fique interdita a entrada em território nacional aos súbditos espanhóis Fermín Velázquez Vellarino e Brizido Carretero López.

carabineiro estava escondido atrás de uma pedra no lado de Espanha, mas tinha mais colegas naquelas azinheiras ali perto. E quando estavam entregando as coisas ao homem, saiu detrás da pedra já com a pistola na mão, e tratou de prender a mão do meu irmão ao outro, mas quando chamou os colegas o meu irmão deu-lhe um encontrão e saiu fugindo, passou a ribeira e o outro a mesma coisa.

Na sequência da actividade do contrabando Fermín Velázquez foi preso em Fevereiro de 1949, e em Julho de 1955. Em 1949 detido pela Guarda Civil de Rosal de la Frontera e preso durante dez dias na Prisão Provincial de Badajoz, juntamente com seu filho Juan, com José Duarte González, Cristobal Pérez Martínez e Antonio Laso Lucas. Em 1955 esteve preso durante nove dias com Emílio Lucas Moreno, sendo libertados após pagamento da multa por prática de contrabando.³⁷⁹

Y como no encontraba trabajo ni nada fue por cuenta suya. (...). Pero en aquél tiempo me parece que el contrabando era para los ricos y claro los pobres para ganarse era lo que hacían; pero tenían sus obligaciones: a los hombres que estaban en contrabando los entraban para dentro y les daban de comer; esas personas se portaban muy bien con los pobres. (Gracia Velázquez)

As afinidades entre Fermín Velázquez e Manuel Cláudio permaneceram ao longo do tempo, ancoradas em relações de amizade e comerciais, como apoio fundamental à sobrevivência económica da sua família, segundo a memória do vizinho Manolín:

Vivía del contrabando, pasando la frontera una y otra vez, con un niño mayor que tenía y con otros muchos, naturalmente compraría a Manuel Claudio que había sido su compañero y él le ayudó a darle mercancías fiadas, mercancías gratis para que le devolviera el dinero cuando retornara, fue él el que le ayudó de cierto a vivir, a sobrevivir.³⁸⁰

Durante e após a guerra civil de Espanha, período coincidente com a II Guerra Mundial, o contrabando ganha maior expressão nas povoações fronteiriças, numa época em que os estados ibéricos tinham uma maior necessidade de controlar o intercâmbio de

³⁷⁹ Ministerio del Interior, Expediente Penitenciario, Exp.707, Expediente procesual de la Prisión Provincial de Badajoz.

³⁸⁰ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Oliva de la Frontera, a 13/6/2008.

bens e de pessoas (cf. Medina, 2000; Valcuende del Rio, 1998). Em Oliva de la Frontera o contrabando envolveu cerca de trezentas pessoas organizadas em quadrilhas, ou por conta própria, que todas as noites arriscavam a vida atravessando a fronteira, em busca de sustento para as suas famílias, fornecidos por comerciantes de Barrancos.

La posguerra fue terrible, en Oliva y en los pueblos limítrofes con Portugal se establece el contrabando, yo lo creo que fue un convenio hecho entre el gobierno de Franco y el gobierno de Salazar, porque tampoco eran tantas las presiones que hacían los carabineros de todo los que pasaban por toda la frontera; pasaban pan, pasaban harina, telas, trigo, ¡cuántas cosas se pasaban! Las mujeres en cuadrilla hasta el pueblo de Barrancos, en fin cuestiones de la pobreza, de la miseria y de una guerra de horror. (Manolín)

Em Encinasola espelhava-se a mesma realidade:

Íbamos hasta la frontera a trocar lo que había, más de noche que de día, porque en aquellas fechas no se comía nada, pasamos muchas penas, muchas calamidades. Pasando la ribera de un lado o por otro corriendo siempre de los guardias para que no nos los quitaran, más siempre nos quitaban algo y nos llevaban para la cárcel. Éramos unas doscientas o trescientas mujeres trayendo café, y los guardias que nos esperaban, pasamos mucha hambre en aquellas fechas. (Dionizia Roque)³⁸¹

Na conjuntura económica do pós-guerra, o contrabando converte-se numa actividade económica central para a subsistência da maioria da população fronteiriça. A escassez de um grande número de produtos em Espanha, como o pão e a farinha, marcaram os anos duros da guerra e do pós-guerra, substituído pelo café, realçando a prática do contrabando como uma forma de vida vinculada à fronteira (cf. Medina, 2006; Cunha, 2006; Amante, 2007; Freire *et al.*, 2009; Rovisco, 2010). O contrabando, entendido como actividade de subsistência, foi “a arma dos fracos” (Scott, 1985), como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores rurais e dos “vencidos da guerra”, socialmente marginalizados do mundo do trabalho.

Presentemente, Manuel Méndez García vive em Oliva de la Frontera apoiado pelos familiares, partilhando a rotina dos dias com os amigos do Centro de Jubilados, e

³⁸¹ Dionizia Roque Moreno (Encinasola, 1924). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Encinasola, a 9/4/2008.

a tranquilidade da sua casa. Como resistente republicano é frequentemente requisitado para entrevistas, por parte de jornalistas e investigadores espanhóis e portugueses. Após o golpe militar nacionalista pertenceu ao *Comité de Defensa de Oliva*, apesar de não constar da lista: “Informes sobre Los rojos de Oliva de la Frontera”, elaborada pelos falangistas. Nesta lista é identificado o seu irmão José como “miembro de uno de los Comités, de Izquierda Republicana” (Espinosa, 2003:193). No final da guerra Manuel Méndez foi sujeito a um *Proceso Sumario*, esteve preso em Valencia e Albacete, conheceu todo o tipo de represálias, passou fome e testemunhou o fuzilamento dos seus companheiros. Atribui a sua sobrevivência ao facto de ter sido sapateiro, profissão muito requisitada, que lhe valeu ter passando pelos Batallones Disciplinarios trabalhando gratuitamente para o regime franquista, numa estrutura de mão-de-obra escrava (Acosta Bono, 2004). Em 1943 regressou a Oliva e não conseguiu arranjar trabalho. Como alternativa de sobrevivência estabeleceu-se com uma pequena taberna e dedicou-se ao contrabando com os vizinhos portugueses de Barrancos. Em 1944 casou-se, e teve três filhos, mas nada o impediu de participar na resistência clandestina ao regime sob a máscara da submissão. A par da brutalidade das forças da ordem permaneceu em toda a Espanha um espírito semiclandestino de rebelião e cinismo do qual faziam parte “los chistes, las coplillas, las habladurias y las quejas del pueblo” (Richards, 1999:176), o discurso escondido de que nos fala Scott (2003). As datas comemorativas da República ou o 1º de Maio eram recordadas em inscrição nos muros das vilas e aldeias, exigindo a vigilância redobrada das autoridades locais. Todos os presos em liberdade condicional, como Manuel Méndez e Fermín Velázquez, eram obrigados a apresentar-se no quartel da Guardia Civil, numa prática de humilhação sistemática imposta aos vencidos, que permanece na memória de Jacinto Velázquez, quando recorda a sua infância e o quadro das relações sociais de seu pai em Oliva de la Frontera:

A mi padre lo he visto siempre como una persona muy recta y muy severa, porque ha sido severo, severo en las cosas que le han acontecido en la vida, y después lo he visto dentro de un bar donde estaban todos los de derecha, y mi padre hablaba con todos, no, a un bar llamado Casino, donde era diario ir a tomar café, y yo, para mí, veía la

*hipocresía que había dentro de esa gente, siendo niño. Yo lo veía y me dolía eso, era como si mi padre estuviese toda la vida humillado ante esa gente. Yo lo veía así.*³⁸²

Sua irmã Gracia Velázquez vive actualmente em Badajoz, no piso térreo de um edifício de modestos apartamentos, numa zona habitacional serpenteada pelas longas avenidas da periferia da cidade. Viúva, reformada e sem filhos restam-lhe os sobrinhos e os três irmãos que vivem em Madrid e Barcelona.

*Mis hermanos tuvieron que salir todos del pueblo, uno fue a Bilbao, mi hermano Juan se fue a Bilbao a ganar, a hacer la vida, se casó y se puso a trabajar. El mayor se fue a Madrid y ese hermano trabajó de cartero, después este (Jacinto) y otro (Fermín) se fueran a Barcelona. Mi hermana también se fue a Barcelona con su marido y yo fui la única que me he quedado en Extremadura, los demás todos tuvieron que emigrar a algún sitio a buscar sus vidas. (Gracia Velázquez)*³⁸³

Dos seis filhos de Fermín Velázquez e de Valeriana García apenas Gracia permaneceu na Extremadura, todos os outros partiram para o exílio no seu próprio País, reconstruindo as suas vidas no anonimato das grandes cidades. A saída da família de Oliva ocorreu no final da década de 1950. Gracia com seus pais, a irmã Antonia e o irmão Jacinto foram os últimos a abandonar a vila na procura de alternativas de sobrevivência, fixando residência em Badajoz em 1956.

Mira, nosotros vivimos primero en la calle Jerez, después mi madre se fue a la calle de Pozo Almendro, de allí cuando yo comencé a ser un niño de dos o tres años me llevaron a la calle Hernán Cortés, numero 23, a casa de una hermana de mi abuela, ahí estuve viviendo hasta los once o doce años, de allí a otra que no me acuerdo del nombre y de ahí nos vinimos para acá. (Jacinto Velázquez)

Como assinala Bourdieu (1994) as histórias de vida são mais do que uma sucessão cronológica de acontecimentos que marcam o tempo na vida dos indivíduos, e para compreendermos uma trajetória necessitamos de construir o conjunto de relações objectivas que uniram os agentes considerados ao conjunto de outros agentes, ou seja, a

³⁸² Jacinto Velázquez García nasceu em Oliva de la Frontera em Setembro de 1944 e apenas conheceu o pai em 1948, após o regresso da prisão de Puerto de Santa Maria. Excerto da entrevista realizada em Badajoz, em casa de sua irmã Gracia Velázquez, a 4/10/2008.

³⁸³ María Gracia Velázquez García (Oliva de la Frontera, 1931). Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Badajoz, a 4/10/2008.

interacção construída no campo social (2001:59). Para Gracia Velázquez recordar o seu percurso de vida, no qual se inscreve o quadro das suas relações sociais, representa um exercício doloroso, pois havia já erigido um muro de silêncio sobre o passado.

No puedo decir muchas cosas, porque ya lo tengo olvidado... en fin, qué decirte, pasamos mucho, mucho, mucho...

Seu pai foi um “vencido da guerra”, socialmente estigmatizado como *rojo*, despojado dos seus bens, desterrado, excluído do mundo do trabalho, vigiado, deixando como herança a desagregação familiar, o infortúnio, as privações e as suas memórias.

Rojo de toda la vida, y como niña había sentido eso, como si fuera una vergüenza, yo no sé, esa cosa que te señalaban, y no podías hablar nada, y se mandaban callar unos a los otros para que no hablaran mucho... (Gracia Velázquez)

Para Gracia e Jacinto o regresso do pai afigurou-se ao longo de décadas como uma realidade imaginada, concretizada em 1948 depois de libertado da prisão de Puerto de Santa María. Na memória resta sobretudo a dor e o vazio da separação, da injustiça, da fragmentação familiar, recordada em uníssono pelos dois irmãos:

Es una miseria, una miseria, por todos los años que hemos andado en esto, hemos tenido que estar viviendo una vida mala, cada uno por un lado, nunca hemos podido estar juntos. (Jacinto) Toda la vida separados. (Gracia) Una desgracia que se ha pasado. (Jacinto) Todo eso ya pasó, Jacinto, todo pasó. (Gracia)

“A Espera”, título do poema escrito por Fermín em 1940, representou uma mensagem de esperança, a utopia do reencontro familiar, memorizada palavra por palavra por ambos os irmãos. Os ritmos da poesia oral são mecanismos privilegiados de recordação, porque o ritmo inclui a cooperação de toda uma série de reflexos motores corporais no trabalho de rememoração, impondo limites drásticos à disposição verbal daquilo que pode ser dito e pensado (Connerton, 1989:88). Ao longo do tempo a “Espera” ocultou o sentimento de injustiça silenciado pelo medo, e o vazio de um passado estilhaçado, interiorizado na memória de cada um, de forma a poderem “viver e sobreviver”. A cultura do medo imposta pelo Estado franquista através da repressão directa e indiscriminada, por meio de códigos de regulamentos extremos da organização económica autárquica, criou uma incerteza extrema na vida dos vencidos, e a mera existência tornou-se uma experiência ameaçadora (Narotzky & Smith, 2002:200).

Decretou-se uma reflexão constante e silenciosa sobre o pecado (associado à revolução e à guerra), por oposição à pureza e saúde da nação (Richards, 1999:195). Como concluiu George Collier (1987), a repressão do pós-guerra aniquilou os que *tenían ideas*, reduzindo ao silêncio todos os sobreviventes e descendentes (Collier, 1997:256). O silêncio converteu-se numa estratégia de resistência utilizada por muitos dos sobreviventes que nunca se reconheceram como vencidos, como testemunham as palavras de Jacinto Velázquez sobre o pai:

Él ha sido siempre muy sumiso, se ha aguantado, aguantado, aguantado... A mí me decía, cuando chiquinino, que cuando entrara el rey nos los tienen que dar todos los derechos, nos tienen que dar todos los millones de pesetas. Siempre, de pequeñito hasta que yo ya estaba casado y todo, y mi padre: “- No te preocupes, porque cuando entre el rey voy a tener todos mi derechos”.

Jacinto reconstrói o passado exaltando os seus pensamentos e emoções através da poesia. Gracia tece uma trama de olvido, com o silêncio e com a fé a um Deus de resignação e de sofrimento. Se por um lado existe uma razão psicológica para olvidar naqueles que viveram os acontecimentos e têm de seguir as suas vidas, por outro, existem razões políticas, conscientes do poder subversivo da memória, que as administram em função de interesses políticos presentes (Mate, 2004:XXI). No presente, as memórias privadas continuam a resistir a uma construção hegemónica da história contemporânea espanhola. Narotzky & Smith (2002) salientam a necessidade de se tornarem memórias públicas colectivas para enquadrar no presente, como base para a acção política. As memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão diferente do passado, uma versão que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro (2002:221). A versão consensual da recuperação da memória histórica, que Narotzky (2007) designou por “processo de Memorialização”, ocultador de conflitos internos entre forças políticas apoiantes da República, não deixa de espelhar uma realidade concreta; que a “justiça de Franco” não distinguiu adversários. A ocultação de conflitos políticos no interior de um conflito generalizado, reduzido pela História oficial ao confronto entre duas forças políticas antagónicas, contribuiu para a institucionalização de um discurso oficial, fraccionando simbolicamente a sociedade em duas partes. O franquismo criou e sustentou-se nessa fractura social, fundamentando a dicotomia vencedor/vencido em “duas Espanhas” (Malefakis, 1996:31), que abandonaram a sua condição metafórica para se tornarem

uma realidade (Ampudia de Haro, 2010:111). O desequilíbrio de poder espelhou-se nas relações entre ricos e pobres, vencedores e vencidos, geradoras de uma luta silenciosa pelo direito à memória.

As histórias de vida dos represaliados testemunham os processos de dominação sobre os “vencidos”, repercutidos na vida dos seus familiares. Para as pessoas que experienciaram as políticas públicas colectivas, antes e durante a guerra civil, o significado de “ser político”, e de “ter ideias”, tornou-se parte da sua estrutura de consciência. Uns recordando a esperança depositada nas transformações sociais da II República, mas a maioria relembrando a repressão, a eliminação física, a fome e a aniquilação do espaço público colectivo (cf. Collier, 1987; Narotzky & Smith, 2002 e 2006). A dinâmica histórica, marcando o rumo dos acontecimentos e as memórias colectivas dos represaliados, é fundamental para a compreensão do presente das sociedades rurais espanholas, nas quais a “cultura do medo” permanece incorporada, dissimulada no “discurso apolítico”. O “discurso apolítico” e o silêncio representaram uma estratégia de resistência para uns, enquanto para outros representam ainda uma forma de legitimação e consentimento colectivo de um regime aniquilador da cidadania. O exercício arbitrário do poder configurou uma estrutura de dominação com uma profunda desigualdade nas relações de poder, produzindo um “discurso público” e um “discurso escondido” como estratégia de resistência dos dominados (Scott, 1990). Como recordou Gracia Velázquez:

Fuimos silenciados, nunca se habló de nada, pero sufrimos lo mismo, eso sufrimos, hablar nunca se habló.

Cuando fui al pueblo en 1988 quería ir a casa de alguno para recordar mi niñez y ya no estaban. Ya no estaban. (Jacinto Velázquez)

Como sublinhava Maurice Halbwachs (1950), a memória individual não está isolada e, frequentemente, toma como referência momentos externos ao sujeito, e como suporte as percepções produzidas pela memória colectiva e pela memória histórica. A memória individual existe a partir de uma memória colectiva, porque todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo, e são os grupos que funcionam como sustentáculos da memória. As recordações de Jacinto podem ser complementadas com as recordações de outros, sobre acontecimentos comuns, contribuindo para a sua compreensão do passado. Mas quando os grupos desaparecem ou se desagregam, a

única maneira de preservar as lembranças é fixá-las por escrito, no caso de Jacinto utilizando a poesia.

Un veintiuno de Marzo una flor nació con fuerza,
y con el viento que hacía, dejo su semilla en tierra.
De la semilla un rosal, que fue arrancado de su tierra
y de nuevo fue plantado en Madrid, Bilbao e Barcelona
pero una semilla quedo en Badajoz, que es su propia tierra
a la que es hoy una flor, que dedico con amor
de tan lejana tierra.³⁸⁴

O exílio forçado, a migração para as grandes cidades e a emigração para o estrangeiro desertificou as sociedades rurais fronteiriças, rompendo redes sociais locais e translocais, desagregando grupos familiares. As festas representam o momento do reencontro, servindo para reconstruir e actualizar memórias colectivas, que apesar dos mecanismos de repressão social preservam a “história vivida” de um tempo silenciado. Quando se abre uma brecha no muro de silêncio o passado irrompe, traduzindo a mágoa que nunca passou, em que “el olvido está lleno de memoria”- como escreveu Mario Benedetti.³⁸⁵

6.3. *Não fomos contrabandistas, trabalhámos no contrabando*

O contrabando é um dos temas recorrentes nas memórias sobre a guerra civil de Espanha, e a sua importância para a sobrevivência económica das populações foi de tal forma marcante que, aquando da atribuição da “Medalla de Extremadura” a Barrancos, muitos dos barranquinhos presentes em Mérida para assistirem à cerimónia oficial

³⁸⁴ Arquivo Particular. Poema inédito de Jacinto Velázquez dedicado a sua irmã Gracia, pelo seu aniversário a 15 de Agosto de 2008, em que resume o percurso familiar evocando metaforicamente sua mãe (Un veintiuno de Marzo una flor nació con fuerza). Gentilmente cedido por Gracia Velázquez.

³⁸⁵ Consultável em: http://www.escriitoresxy.com/EDITOR_ONLINE/narracion_alumno/memoria.pdf

associavam a homenagem ao contrabando.³⁸⁶ Nos estudos sobre zonas fronteiriças o contrabando é também um tema incontornável na análise do processo de interacção social entre as populações raianas, direccionado para uma retórica unificadora de estratégias económicas, evidenciando uma clara antinomia entre práticas locais e políticas nacionais (*cf.* Uriarte, 1994; Godinho 1995, 2005, no prelo; Sahlins, 1989; Donnan & Wilson 1998; Valcuende del Río, 1998; Hernández León *et al.*, 1999, Pujadas Muñoz *et al.*, 1999; Medina, 2000; Sidaway 2002; Cunha, 2006; Amante 2007; Freire *et al.*, 2009; Cairo Caro *et al.*, 2009; Rovisco, 2008 e 2010). O contrabando é justificado numa lógica local, pelas carências económicas das populações que nele encontraram uma alternativa de sobrevivência, e penalizado juridicamente, numa lógica estatal, através de um corpo de leis, decretos e regulamentos que legitimam o poder do Estado na fronteira.

O sistema de trocas entre populações fronteiriças constituiu uma prática de convivência e de interacção social ao longo do tempo, que Paula Godinho (1995) classifica como formas complementares da economia familiar (1995:214). No campo viviam muitas famílias de trabalhadores rurais, e era comum a passagem de viajantes espanhóis que trocavam tecidos e utensílios por ovos, ou por outros produtos alimentares que as famílias destinavam dos seus excedentes. Enquanto a prática do contrabando, propriamente dita, remonta historicamente à delimitação das fronteiras e ao controle aduaneiro imposto pelos estados. Durante a guerra de Espanha e após a guerra, o contrabando ganha maior expressão, intensificando-se de tal forma que em muitas localidades as populações afirmam que este nasceu com a Guerra Civil (Rovisco, 2008:23). Como nos diz Luís Cunha (2006), as guerras tornaram a fronteira mais dinâmica ao nível de fluxos de pessoas e bens, forjando novas oportunidades de negócio e “uma nova organização em torno de um produto específico, o café” (2006:186). Mas as guerras também marcaram um tempo que permanece indelével na memória das gentes raianas, um tempo que exigiu a

³⁸⁶ A 7 de Setembro de 2009, o governo regional da Extremadura atribuiu ao município de Barrancos o seu máximo galardão, a medalha da Extremadura, símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento a todos os estremenhos forçados a fugir do seu País em virtude de conflitos sociais e políticos. Decreto 172/2009, de 31 de julio, de concesión de la Medalla de Extremadura al pueblo de Barrancos. Consultável em: <http://doe.juntaex.es/pdfs/doe/2009/15100/09040193.pdf> (6/08/2009)

redefinição de estratégias económicas face a uma profunda crise de desemprego, produto de uma estrutura social assimétrica, como no caso de Barrancos:

Aqui chegou uma altura em que não havia nada, não havia trabalho nenhum, pronto! Não havia nada! Os trabalhadores do campo tinham, mas aqueles eram o certo, era o pessoal que tinha o Sr. José Augusto, que tinha o Paco Garcia, todos esses. Mas esse era o certo, pessoas que toda a vida estiveram com eles. (...) Os outros não tinham, passavam meses e meses sem trabalhar. (José Ângelo)³⁸⁷

O meu pai andou trabalhando de pedreiro e foi para o contrabando, porque não havia mais nada e as pessoas sabiam que era muito perigoso. Mas as pessoas tinham quatro ou cinco filhos e se ajudaram a levar vinte quilos de café lá para cima, andavam uns poucos de quilómetros e estavam três e quatro dias por lá, para trazerem algum dinheiro para os filhos, e enquanto não vinham os filhos andavam para aí a passar fome. (Manuel Ramiro)³⁸⁸

O contrabando representou para as classes sociais mais desfavorecidas uma actividade de sobrevivência, que simultaneamente se transformou numa estrutura económica transversal a toda a sociedade. Em Barrancos, a conivência dos próprios sancionadores permitiu o enriquecimento de grupos familiares, minimizando a pobreza dos trabalhadores rurais e contendo conflitos sociais latentes. Para as populações espanholas da raia o contrabando foi a única alternativa de subsistência, não apenas para superar a fome e a escassez de bens alimentares essenciais, como o pão, mas também como actividade económica geradora de rendimentos desiguais. Neste contexto, o contrabando pode ser interpretado como uma instituição económica, considerando que a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de acções habituais por tipos de actores. Mas como nos dizem Berger & Luckmann (1990) as instituições, têm sempre uma história, da qual são produtos, e neste sentido é impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida (1990:79).

³⁸⁷ José Lopes Ângelo (Barrancos, 1920 – Beja, 2008). Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 13/6/2006.

³⁸⁸ Manuel Ramiro da Silva (Barrancos, 1935), excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos a 8/6/2008.

Dizia-se nessa altura que até o padre fazia contrabando, verdade não seria, e seria o único que não o faria... O contrabando envolvia quase toda a gente de Barrancos, vivia-se disso. As famílias ricas não necessitariam disso, mas depois usavam isso indirectamente, porque indirectamente tinham os funcionários todos. O campo nessa altura estava povoado, havia centenas de pessoas a viver no campo, e estavam em contacto, mais do que aqui a povoação, com todos aqueles espanhóis que andavam por aí. (Clemente Marques)³⁸⁹

As povoações fronteiriças caracterizaram-se, ao longo do processo histórico, pela marginalização económica e distanciamento relativamente aos respectivos estados. As actividades económicas vinculadas à agricultura e à ganadaria contribuía para a precariedade económica dos trabalhadores rurais, pelas características sazonais da exploração agrícola. Neste contexto o contrabando representou uma actividade económica alternativa e complementar à economia e subsistência das famílias dos trabalhadores rurais, dinamizado pelas conjunturas históricas, sendo interpretado “como mais um trabalho”, e não como uma actividade ilícita.

O meu avô era seareiro e andou na vida do contrabando também. (...) O Zé também andou aí como moço grave, mas logo começamos o contrabando e o Manuel também, fomos todos contrabandistas, com o nome de contrabandistas, mas trabalhávamos no contrabando, sempre misturado com o trabalho do campo. Com o meu avô eu cheguei a ir a ceifar a Santo Amador, a trabalhar nessa estrada, quando havia, porque o contrabando aqui foi sempre assim, tinha altos e baixos, havia alturas que não havia de fazer nada, nem levar um quilo de café, nem nada, e havia outros em que não dávamos vazão, mas eu nunca deixei, nunca deixámos o trabalho que era como vivíamos melhor. (Domingos Caiadas)³⁹⁰

³⁸⁹ Clemente Pires Marques (Barrancos, 1927). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 2/10/2007.

³⁹⁰ Domingos Burgos Caiadas (Barrancos, 1929). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, 2/4/2008.

Eu era pequeno e lembro-me que a minha mãe e o meu pai faziam contrabando sempre, sempre fizeram contrabando já depois da guerra, levavam para lá umas coisas e traziam para cá outras coisas, coisas que aqui não havia para vender como a bombazina, que em Portugal não havia, só havia em Espanha, lhe chamavam paña. E era proibido vender aqui a bombazina mas depois de feitas as calças ninguém as podia tirar. (Agostinho Carvalho)³⁹¹

Em Barrancos, os produtos “contrabandeados” variaram ao longo dos tempos em função das necessidades de ambos os lados da fronteira. Durante e logo após a guerra civil, a passagem para Espanha incidia sobre produtos alimentares de primeira necessidade, essencialmente o pão, a farinha de trigo, o grão-de-bico, o arroz, o açúcar, as batatas e o sabão. Muitos são os barranquinhos que recordam ir vender pão à fronteira, junto ao cemitério, e mesmo quando era racionado juntavam as senhas de modo a terem direito a um pão. Esta actividade pode ser compreendida como uma alternativa de sobrevivência, o designado “contrabando de comer”, aliado, em tempo de guerra, ao sentido de oportunidade económica, percebido até pelos mais jovens.

Até aqui no povo, os meninos saíam da escola e pediam à mãe um dinheiro e compravam um pão, e iam vendê-lo ali à fronteira, por detrás do cemitério. E se levava farinha e café para lá e eles traziam o que podiam em troca, uma miséria, havia já miséria em Espanha. (Maria dos Remédios Ramos)³⁹²

Lembro-me que nós em novos, arranjávamos dinheiro, uns tostões que juntávamos, e comprávamos pão, comprávamos tabaco e íamos vender, vender de qualquer forma, ali ao cemitério, os espanhóis estavam no cemitério. (...) Eu, mais cinco ou seis, depois, por acaso, esses rapazes foram quase todos para o comércio. (Clemente Marques)³⁹³

O pão representou um dos produtos alimentares essenciais, sobre o qual incidiu uma diversidade de estratégias em grupos familiares, que encontrou na sua produção e

³⁹¹ Agostinho Gavino Carvalho (Barrancos, 1931). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

³⁹² Maria dos Remédios Comprido Ramos (Barrancos, 1925-2008). Excerto da entrevista realizada no Lar de Nossa Senhora da Conceição, em Barrancos, a 28/1/2008.

³⁹³ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 2/10/2007.

venda clandestina um suplemento à parca economia doméstica. A partir de 8 Fevereiro de 1936 a sua produção e venda passa a ser regulamentada e reprimida através da Direcção Geral de Administração Política e Civil, mas apesar do Administrador do Concelho ter conhecimento sobre as medidas a adoptar, não consta que em Barrancos tenha existido repressão sobre o fabrico e contrabando de pão. Num telegrama do substituto do presidente, de Agosto de 1939, solicitasse ao Governador Civil apoio para controlar o contrabando escrevendo: “indivíduos espanhóis, iludindo vigilância chegam a esta vila em procura de pão. Forças existentes neste concelho são insuficientes para reprimir tal contrabando visto possuir aproximadamente 50 km de fronteira.” Este telegrama parece servir sobretudo para incriminar “o outro”, quando era do conhecimento do Estado “que nos concelhos fronteiriços com a Espanha se está fazendo, em larga escala, contrabando de pão, o que determinará a carestia da vida Nacional”, assim escrevia o comandante da Polícia de Segurança Pública de Beja.³⁹⁴ Também o presidente da Federação Nacional dos Produtores de Trigo insiste junto do presidente da Câmara de Barrancos para que sejam adoptadas medidas repressivas, ao que este responde já ter tomado as providências necessárias para “reprimir quanto possível tal contrabando”. Pela correspondência trocada, essas medidas limitaram-se à passagem de informação ao comandante do posto da Guarda Fiscal, ao comandante do posto da GNR e ao responsável pelo celeiro de trigo, onde eram registadas as vendas e trocas de farinha.³⁹⁵

Uma vez eu e o meu irmão Zé fomos a levar farinha para Espanha, enquanto a nossa mãe, e as outras mães aqui, iam para a porta do celeiro às cinco da manhã e nem quinze quilos de farinha conseguiam, porque o da fábrica de moagem estava a vende-la de contrabando para Espanha. E nós aí nunca mais quisemos levar farinha, café e tabaco levávamos, mas farinha nunca mais levámos. (Manuel Guerreiro)³⁹⁶

³⁹⁴ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos (AHMB), Correspondência enviada ao Presidente da Câmara, Ref. 644, Proc. 5/40, 25/4/1940.

³⁹⁵ AHMB, Correspondência Expedida, Diversas Autoridades (1936-1943), Ref. 195 e 196, 26/5/1940, e Ref.201 e 202, 27/5/1940.

³⁹⁶ Manuel Torrado Guerreiro (Barrancos, 1924). Excerto da entrevista realizada em casa de Francisca Agudo em Barrancos, a 21/8/2008.

O preço do pão dependia de quem o vendia e de quem o comprava. Os que compravam desfaziam-se de muitas coisas, que se desfizeram na altura, de ouro, de todos os bens que tinham, e precisavam de um pão para dar de comer ao filho, se lhe pediam o dobro, ou uns brincos, importavam-se do valor dos brincos? Importava-lhe o pão. São consequências de várias coisas que não são por regra, são filhas de muitos factores. (Clemente Marques)³⁹⁷

Mas chegaram a apanhar-me com pão e a trazerem-me ao quartel, porque a gente tinha só meio pão para comprar e juntávamos as senhas para levantarmos um inteiro. Também apanharam a tia Maria Duran, uma velhota que a filha fazia pão, e ela o vendia aos espanhóis. E levaram-nos ao quartel e puseram-nos incomunicáveis, uma numa habitação e outra noutra, e o sargento Gaspar disse a ela: “- Mas a Remédios já disse que você vendeu o pão!” E ela:”- Eu não querido, eu não vendi o pão!”E logo ia a mim: “- A mulher já disse que sim, que vendeu o pão!” E eu:”- Vocês não façam caso, não vêm que é velhota. Coitada se tem posto nervosa, já não tem idade para estas coisas e os senhores estão dando cabo dela! Mandem a senhora para a sua casa, arranjar a sua vida, porque isto não passa de uma mentira porque aqui não há contrabando nenhum de pão”. Me soube defender, graças a Deus e não apanhei nenhuma multa de contrabando. (Maria dos Remédios Ramos)³⁹⁸

Paralelamente, alguns comerciantes locais elaboraram em Maio de 1938 um requerimento ao Sub-Secretário do Estado das Finanças, a fim de obterem autorização para a instalação de postos de exportação junto à fronteira. Iniciativa que tornou o comércio de exportação no “comércio dominante” em Barrancos, segundo resposta do presidente do município ao questionário da Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, em Outubro de 1939.³⁹⁹

O meu pai trabalhava no campo com um carro para o senhor Fialho e a minha mãe estava em casa. Depois foi uma crise de miséria muito grande e não havia nada, os

³⁹⁷ Excerto da entrevista realizada em sua casa em Barrancos, a 23/1/2008.

³⁹⁸ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

³⁹⁹ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Expedida, Diversas Autoridades (1936-1943), 17/10/1939.

homens foram trabalhar para uma pedreira tirar lajes grandes. Foram uma data de homens por conta da Câmara trabalhar para lá, e o meu pai foi para lá a trabalhar, o meu pai e o meu mano Florêncio, eu nessa altura devia ter uns sete ou oito anos e andava na escola primária. Logo que acabou a pedreira começou outra crise de trabalho com os homens a amontoarem-se, isto estava na última, os homens iam para Espanha a levar as mochilas, perdiam, tinham que pagá-las, e então os senhores falaram ao meu pai se queria ir para uma cantina que iam pôr, porque havia a guerra e ninguém podia ir para lá, nem ninguém podia vir para cá. Fizeram um tratado com o governo e havia um polícia que fazia uma factura, em que se pagava X por cada quilo que levava de carga, e davam uma senha que acompanhava o artigo, e ia uma patrulha da guarda fiscal acompanhando. E fizeram um acordo com o meu pai para transportar as cargas para a cantina e tomar conta da cantina, que eles forneciam a mercadoria. (Maria dos Remédios Ramos)⁴⁰⁰

Esses postos eram montados pelos comerciantes aqui de Barrancos, era o António Xarrama, era o José Cláudio, Manuel Telha, o senhor Costa, e o meu pai foi para lá para esses postos que ficavam na Mofadinha, mesmo na fronteira entre a Estremadura e a Andaluzia. E eu então quando saí da escola fui para lá, já tinha os meus onze anos mais ou menos, em 1942 ou 1943 que era quando estavam lá os postos, mas era tudo com autorização do Estado. Havia lá vários postos, mas o chefe daquilo tudo era um primo irmão meu que era o Manuel Gavino, que era o responsável por aquilo. Os patrões eram esses, mas ele é que era o responsável. E quando eu saí da escola esse meu primo disse-me que fazia lá falta um que soubesse ler e escrever, porque tudo o que estava lá nas cantinas, chamavam-lhes cantinas, nenhum sabia ler nem escrever. (Agostinho Carvalho)⁴⁰¹

Os entrepostos comerciais designados pelos barranquenhos como “cantinas” estavam destinados ao comércio exclusivo com os vizinhos espanhóis, encontrando similitude com “os barracões” de Campo Maior, legalizados e autorizados como postos de venda (Cunha 2006). Mas se Luís Cunha só indirectamente os consegue associar ao

⁴⁰⁰ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

⁴⁰¹ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

contrabando, em Barrancos podemos afirmar terem servido de entreposto, como recordaram alguns dos nossos entrevistados:

A parede da cantina era feita em duas partes e tinha uma abertura no meio onde tínhamos os caixotes para aquele contrabando forte. Depois começou a entrar o tabaco, já restos da sacarina trocados por duros de prata e depois pesetas, prata pura, e aquilo vinha em cargas que eles traziam às costas nas mochilas, e logo aquilo era carregado. Depois, como em tudo há uma persistência de dinheiro, o patrão, o dono tinha muito e comprava a farda à guarda que estava ali, que nos dizia que de noite a tal hora podíamos ir. Carregávamos dois cavalos e uma mula e eles andavam à pesquisa, e nós vínhamos atrás deles. (Maria dos Remédios Ramos)⁴⁰²

Durante as cantinas também havia contrabando mas era de farinha, pão, grão, coisas de comer, que os espanhóis vinham aqui à fronteira com Encinasola, mas era um contrabando fraco. (Agostinho Carvalho)⁴⁰³

Para além das cantinas já existentes foram construídos em Abril de 1940, e registados em matriz predial, onze “prédios urbanos ou barracões construídos de pedra solta e tapados com chapas de zinco todos situados na herdade das Russianas (...) em todos os onze prédios foi exercido comércio pela primeira vez dentro do referido mês de Abril”.⁴⁰⁴ Segundo carta enviada ao Governador Civil, em Maio de 1940, os produtos exportados eram: café, tecidos de algodão, calçado de borracha, papel de fumar, açúcar e arroz, “sendo esta exportação feita na sua totalidade para Espanha”.

Os comerciantes daqui pediram ao dono das Russianas, aos Fialhos para os deixar montar umas barracas ali, num bocado de terreno à beira da fronteira. Eram umas barracas tapadas com chapa, eram umas poucas, dos comerciantes. Os espanhóis estavam ali a comprar as coisas, logo passavam para o lado de lá e as tiravam ou eram presos, ou lhes davam um tiro, que chegaram a matar algum. O meu pai estava de

⁴⁰² Excerto da entrevista realizada no Lar Nossa Senhora da Conceição, em Barrancos, a 28/1/2008.

⁴⁰³ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

⁴⁰⁴ Livro de Actas das Sessões da Junta de Freguesia de Barrancos (1928-1942), Acta de 8/12/1941.

guarda, e o dono das Russianas deu aquilo a um sobrinho, e os comerciantes tinham de pagar, por cada carga que levassem lá para a cantina tinham de pagar um X. Então o patrão, sobrinho do dono e filho do meu padrinho (José Blanco Fialho), falou com o meu pai e delegou a guarda a meu pai. O meu pai cada carga que levavam recebia o recibo e logo vinha no sábado aqui a Barrancos trazer os recibos a ele, para ele logo receber aos comerciantes. (Manuel Guerreiro)⁴⁰⁵

O comércio de exportação permitiu a empregabilidade de várias famílias, enquanto paralelamente os comerciantes estruturaram uma organização de apoio ao contrabando, contratando trabalhadores à jorna, que entenderam a sua actividade como uma prática profissional. Como nos comentou Domingos Caiadas:

A gente sabe que às gentes que mexiam nisso lhes chamavam contrabandistas, mas praticamente os contrabandistas não éramos nós, aqueles que curvejávamos e trabalhávamos, o contrabandista era o comércio. Esses é que eram os próprios contrabandistas, e esses foram os que se lograram dessa vida, esses foram os que fizeram grandes fortunas. Porque o que trabalhou sempre tinha uma vida melhor, como me aconteceu a mim e a todos que andávamos nisso, porque dava um pouquinho mais do que andar trabalhando debaixo dos outros. Tinha mais risco, não? (...) Eu, por acaso, não digo que tive muita pouca sorte, porque eu tive sorte, ... e tive azar, levei um tiro aqui (na mão esquerda), quase me mata um carabineiro.

Em todas as vidas há um segredo e aqui também o havia. Eles pagavam um X de jorna ao meu irmão, mas sempre puxavam para o bolso deles, e então nós que fazíamos, me preenchia de café, e aqui (dentro da roupa junto ao peito), metia coisas que eles precisavam lá, caixinhas de pedras de isqueiro, que pesavam muitíssimo, que se tivesse de andar a pé com elas não era capaz, mas ia montada. E logo as bestas tinham assim, que lhe chamavam encharca, uma tira grande com dois buracos que preenchíamos de café dentro, tapávamos e eu montava-me em cima, e aquilo não entrava na conta, está percebendo a senhora? Aquele ganho era para a gente. (Maria dos Remédios Ramos)⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ Excerto da entrevista realizada em casa de Francisca Agudo em Barrancos, a 21 /8/2008.

⁴⁰⁶ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

Por conta dos comerciantes, ou por conta própria, conforme a disponibilidade económica de cada um, os barranquinhos encetaram uma actividade geradora de rendimentos díspares. Embora alguns trabalhadores rurais tenham conseguido concretizar o sonho de comprar uma casa, um olival ou um ferragial, pagando-os com o risco de vida, com o suor e o medo “da própria sombra”, sob o corpo curvado pelas mochilas de 20 a 30 quilos.

Meus irmãos compraram uma casinha cada um, e meu pai comprou uma casinha que não tínhamos e dois ferragiais. (...) Os homens iam de noite com trinta quilos às costas, de café, mas não era a Encinasola, era mais longe, por aqueles matos. (Andreia Pica)⁴⁰⁷

O meu pai nessa altura já tinha comprado uma casa lá em baixo na Rua de Encinasola, num ano em que vendeu lá as ovelhinhas e aquela coisa, quando fazia um bocadinho de dinheiro, nesse tempo as casas aqui custavam meia dúzia de tostões. E tinha comprado a casinha porque o meu pai nessa altura também andava ao contrabando. A gente aqui só tinha de fazer com esta assim, e com a outra assim (movimento de juntar) para ver se arrebanhava alguma coisa. (José Gaspar)⁴⁰⁸

Maria dos Remédio Ramos viveu junto à fronteira, onde seu pai era empregado numa “cantina”, e seus irmãos se dedicavam ao contrabando por conta do patrão e por conta própria. As suas memórias reflectem a vivência quotidiana na raia, entrelaçando a solidariedade e o negócio, porque se para uns o contrabando significava o sustento da família, para outros significou a acumulação de riqueza:

Estes não chegaram a ser senhores mas fizeram uma fortuna colossal, trocavam presuntos por café. (...) A gente levava farinha, pão, arroz, massa e essas coisas, já não eram fazendas nem nada, e eles traziam o que podiam arranjar para poder trocar, uns

⁴⁰⁷ Andreia Jorge Pica (Barrancos, 1926). Excerto da entrevista realizada em casa de Maria José Bergano, em Barrancos, a 22/1/2008.

⁴⁰⁸ José Gaspar Guerreiro (Barrancos, 1929 – Beja, 2010). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 18/12/2009.

brincos de ouro, e a prata deles valia mais que o nosso ouro. Quando da guerra de Espanha qualquer peça de prata que eles traziam era um exagero, traziam o que tinham, coitados, e levavam.

A actividade económica de exportação contribuiu não apenas para o enriquecimento de algumas famílias de lavradores e de comerciantes, mas como fonte de receitas para os proprietários rurais e também para o município, através do designado Subsídio dos Exportadores. Desta forma se assinala a sua transversalidade na sociedade barranquenha, resultante da conjuntura socioeconómica transnacional e da ausência de alternativas de subsistência locais. Porém, a “institucionalização do contrabando” como principal actividade económica durante o pós-guerra revela-se um fenómeno paradigmático, como nos diz Valcuende del Rio (1998):

“El período de la posguerra española es precisamente una de las etapas más interesantes en la que se produce un importante recrudescimiento de la actividad contrabandista. En unos momentos en que el Estado tenía una mayor necesidad de controlar el intercambio de bienes y personas, es cuando las necesidades de las poblaciones fronterizas se traducen en una intensificación de las actividades comerciales al margen de la ley.” (1998: 301)

Independentemente das “autoridades militares espanholas determinarem o fuzilamento dos indivíduos presos em flagrante delito do contrabando, incluindo a exportação de capitais,”⁴⁰⁹ foi no processo de interacção social entre populações fronteiriças que o contrabando ganhou expressão como “instituição”, ao construir uma rede de relações sociais baseada na *troca* de bens e de valores, remetendo-nos para a análise das relações de amizade, onde os valores da lealdade, da confiança e da integridade foram determinantes.

Tivemos aí um comprador que era muito bom, íamos esta semana quinta-feira, por exemplo, quinta-feira à noite estávamos lá e entregávamos a carga e ele nos dava o dinheiro e nem contávamos sequer, o dinheiro vinha enrolado, e quando chegávamos a casa é que contávamos o dinheiro. E ele dizia. “Semana que vem tal noite, em tal sítio”, às vezes chegávamos a sair duas e três noites seguidas, marcava para tal noite, e aquele

⁴⁰⁹ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Enviada ao Administrador do Concelho, 2ª Secção, Circulares, 1936.

homem nunca nos falhou, nunca nos falhou, por isso havia uma confiança muito grande.
(António Caeiro)⁴¹⁰

É um orgulho que eu tenho, é que nunca tive um inimigo nesta vida e arranjei muitos amigos, muitos, muitos naquele lado, ainda hoje sou visitado por muitos dessas povoações. Os últimos anos que andei aí, eu já lhe disse a você que fui o último, trabalhei aqui, já não cortejava o artigo às costas, levava um burro aqui a Encinasola, chegava lá e tinha aí duas casas onde eu ía, que era uma família excepcional para mim, para mim foram leais, tanto eu para eles como eles para mim. (Domingos Caiadas)⁴¹¹

O Decreto-lei n.º 31.664 de 22 de Novembro de 1941 teve como principal objectivo alicerçar as linhas mestras do Contencioso Aduaneiro Fiscal, de acordo com as novas exigências decorrentes do aparecimento de “necessidades novas”, e a distinção precisa entre *contrabando* e *descaminho* constituiu importante especificidade conceptual legislativa, comparativamente ao Código Penal aprovado pelo Decreto de 16 de Setembro de 1886. No novo decreto era considerado *Contrabando* toda a mercadoria que não entrava ou saía do país através das alfândegas locais, onde era legalmente obrigatória a sua passagem. *Descaminho* aplicava-se apenas às mercadorias que, embora passando nas alfândegas, tentavam fugir ao pagamento total ou parcial dos direitos a que estavam submetidos (Salvado 1996). O Decreto-lei de 1941 introduziu ainda outra alteração igualmente importante, camuflada numa justificação sustentada no “estímulo de zelo pelo serviço”, fixando em 50% a parte que cabia aos apreensores ou participantes, independentemente do montante da apreensão. Anteriormente, por decreto de Dezembro de 1926, esse valor só era considerado em multas até 20.000\$00, e tudo o que excedesse essa importância, na parte que cabia ao apreensor, era apenas de 25%. Deste modo, o Estado pretendia um maior empenhamento por parte da Guarda Fiscal, traduzido pela rigidez no controlo das barreiras alfandegárias e pela repressão plena a qualquer tentativa de desenvolvimento marginal de pequenos fluxos económicos regionais transfronteiriços (Salvado, 1996:182).

⁴¹⁰ António Segão Caeiro (Barrancos, 1916). Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 14/6/2006.

⁴¹¹ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 29/1/2008.

Numa perspectiva económica, os guardas fiscais tinham o privilégio de um “emprego certo” contrariamente aos grupos sociais mais desfavorecidos, mas as relações económicas entre guardas fiscais, carabineiros, comerciantes e grupos de contrabandistas construíram uma rede de conivências e de colaboracionismo que permitiu dinamizar os fluxos comerciais entre Barrancos e Encinasola (Hernández León *et al.*, 1999), geradoras de relações paradigmáticas, como recordam alguns barranquenhos:

O meu pai era o guarda daquilo e então os carabineiros eram onde vinham, era à palhota onde nós estávamos fazer encomendas de café, açúcar, pedra de isqueiro, cartuxos da caça, e eu vinha buscar aqui a Barrancos à loja do senhor Manecas. Eles não queriam ir ali às cantinas buscar para os outros espanhóis não começarem a dizer coisas, pois eles lhes tiravam as cargas que compravam, os prendiam e até mataram alguns, por isso nos encomendavam a nós. Eu vinha aqui a Barrancos com um burrito, carregava o burrito, passava pela Alfandega, que era o posto de despacho e levava uma guia até à fronteira, e então passava para lá a ribeira e ia ao posto dos carabineiros, eu e o burrinho, e deixava ali a carga, a encomenda, e trazia algum pão para cá, que eles me davam. O pão que nós comíamos era o pão que o padeiro de Oliva lhes vinha a trazer e eles nos davam, pois estavam ali um dezasseis ou dezassete carabineiros naquelas casetas e todos os dias vinha um padeiro de Oliva a trazer-lhes pão, que era um pão lindo. (Manuel Guerreiro)⁴¹²

De seis em seis meses aparecia uma remessa de guardas fiscais novos. Naquele tempo quase tudo ia para a guarda fiscal e o Comando estava lá em cima no Norte, e iam para o Norte mas logo os mandavam para aqui. E quando vinham para aqui logo vinham um pouco bravos, não deixavam passar nada até se habituarem, parte deles casaram cá e aqui faleceram, como o cabo Rato, e o Simões que estava no posto de despacho com o chefe. (António Caeiro)⁴¹³

No principio não mas depois a Guarda Civil e os carabineiros eram mais colaborantes com a gente, eu tive contactos que nunca tive aqui com a Guarda Fiscal, mas com os

⁴¹² Excerto da entrevista realizada em casa de Francisca Agudo em Barrancos, a 21/8/2008.

⁴¹³ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 24/9/2007.

carabineiros sim, facilitavam, facilitavam muito. Eu não quero chegar a esse pormenor mas sempre houve um ou dois, pois a gente sabe que a Guarda Fiscal o ordenado também era pouco, e havia gente que tinha a vida assim um pouquinho apertada, gente já mais velha mais calejada no assunto, houve, houve aqui muita gente. Foi uma coisa que nunca gostei, está a compreender? Eu ia à sorte, mas pagar pela coisa nunca, nunca. Eu, toda a gente me invejava, aí nessas casas em frente sempre moraram guardas fiscais e nós morávamos aqui, mesmo já depois de casado morava aí um de Stº Aleixo que era uma excelente pessoa mas nunca tivemos grandes conversas, ele era guarda fiscal e eu era contrabandista. Este outro aí que era de Vilar Formoso e éramos como família, ele sabia da minha vida e eu da dele, mas se calhasse a tropeçar com ele paciência, mas eu dizer, ou ter uma conversa se queres tanto ou isso, nunca, fui contra isso sempre, comprar as pessoas, sempre fui contra isso, eu não. (Domingos Caiadas)⁴¹⁴

Os guardas fiscais, esses sim, houve alguns que se amanharam, um que esteve aqui, que era o Matias, que casou com uma moça aqui de Barrancos. Esse dava passes, se juntavam oito ou dez contrabandistas falavam com ele para saberem por onde deviam ir, mas lhe tinham que dar. Ele mesmo perguntava: “Quantos quilos levam?”- se levassem duzentos quilos tinham que dar duzentos escudos, ele é que fazia o preço, mas os outros iam sem medo já. (Agostinho Carvalho)⁴¹⁵

Muitas vezes a actuação dos guardas fiscais estava em consonância com a realidade social e com as relações construídas com as populações locais, mas outras vezes acontecia intervirem em volumosas apreensões, resultantes de denúncias. Esta forma de actuação não se prendia com a zelosa defesa dos interesses da Fazenda Pública, pois interesses pessoais mais pragmáticos fomentavam as apreensões dos produtos. Em Barrancos, “o caso do Borrvalho” foi o mais paradigmático caso de delação e o mais relatado por diversas pessoas, por representar uma das penalizações mais duras a nível local, e por questionar as relações de vizinhança na “comunidade”.

⁴¹⁴ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 29/1/2008.

⁴¹⁵ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

Foi uma denúncia que deram, porque nessa altura a denúncia era metade, o denunciante recebia metade da apreensão. Aquele que fez a denúncia recebeu doze contos, que nessa altura era muito dinheiro, e toda a gente aqui em Barrancos sabe quem foi, tanto que ele comprou uma vacas turinas e as pessoas quando viam passar as vacas diziam:”- As vacas do Borrvalho onde andam?”. (Agostinho Carvalho)⁴¹⁶

A mim, éramos sete, nos apanharam na loja do Borrvalho, do pai do Borrvalho, naquela rua que vai dar ao Alto Sano, nessa altura o António teria aí uns cinco anos. E então nós íamos a sair dali da casa do Borrvalho, era o meu irmão e eram os outros. Saíram dois, o meu irmão e outro, e nós ficámos sete. O vizinho do Borrvalho deu uma denúncia e então estava um guarda na porta da rua do quintal e o sargento estava na rua, escondido num canto. O Alcario saiu para a rua a vigiar e assomou-se ali àquele canto, e nessa altura sai o sargento e lhe dá um grito, e o Alcario coitado fugiu para cima para o Alto Sano, e o sargento vem, que era o sargento Silva, veio imediatamente para a porta. Eu nessa altura já tinha o cinto com o café posto quando o sargento bateu à porta, mas o Borrvalho foi parvo porque não devia abrir a porta enquanto não tivéssemos tudo desmanchado, porque podíamos ter posto umas comidas e um garrafão de vinho na mesa e dizer que estávamos comendo de termos estado trabalhando com ele, porque ele tinha ferragiais tinha tudo, mas não, abriu a porta e o sargento apanhou tudo aquilo, que o Borrvalho disse que era dele. Fomos ao posto, e o sargento foi nosso amigo e nos disse para nas declarações dizermos que o café era do Borrvalho, eram quatro da madrugada e nos deram um cafezinho. Depois foi buscar o Borrvalho com medo que ele fugisse, mas às cinco da manhã já lá estava, e às nove da manhã fomos todos aqui às Finanças. Mas havia um senhor que era o Chico Mendes que tinha sido guarda fiscal mas já estava reformado e vendia café, até chegámos muitas vezes a comprar café a ele, e outro que lhe chamavam o tio Cuba que era dono da horta que estava por cima da Pipa que serviram de testemunhas em como o café era do Borrvalho. E ele teve que pagar nessa altura quarenta contos e lhe fecharam a porta da loja até que o rapaz (o filho) fez dezoito anos, e pôde abrir a loja. (Manuel Guerreiro)⁴¹⁷

⁴¹⁶ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

⁴¹⁷ Excerto da entrevista realizada em casa de Francisca Agudo em Barrancos, a 21/8/2008.

*Mas o meu pai tinha já um bocadinho de terra e até aos meus dezoito anos dedicou-se à agricultura. Sempre gostou muito do campo e quando estava pagando a multa dos cinquenta contos comprou outra propriedade por dezoito contos, um ferragial que ainda tenho, tudo que ele comprou ainda tenho. O meu pai não podia ter comércio em Barrancos mas podia ter em Moura, mas esperou que eu tivesse dezoito anos, e na mesma casa, na mesma loja, na mesma rua, abriu novamente um comércio em nome de António Bossa Borralho, que sou eu.*⁴¹⁸

A política intervencionista de Franco na década de 1940, sobre a produção, comércio, preços, salários e circulação de mercadorias, contemplando a pena de morte para os seus infractores (Medina, 2000:196), impôs as senhas de racionamento em função da pertença a meios rurais ou urbanos e do estatuto económico-social dos sujeitos, desencadeando o alastramento da economia informal, canalizando produtos para o mercado paralelo, vendidos a preços de tal forma elevados que se tornavam inacessíveis à maioria da população (Rovisco, 2008:22). O *estrapelo* converteu-se numa forma de vida que afectava todas as relações sociais, e a luta pela comida exigia estratégias de resistência para combater a fome.

E quando entrou a fome, já o rico, que era rico que vinha, tinha de largar... Foi quando entrou o dinheiro espanhol, que eram os duros, que se chamavam, eram os duros e pesetas de prata, de prata pura, e depois é que foi um contrabando, mas um contrabando... Os senhores que tinham muito dinheiro pagavam. (Maria dos Remédios Ramos)⁴¹⁹

Paralelamente à sua importância económica no sustento das famílias, o contrabando representou uma rede de solidariedade entre grupos sociais subalternizados, que arriscavam a própria vida. As narrativas descrevem perigos, denúncias, compromissos, fidelidades, cumplicidades, afectos, entretecendo a dimensão material e moral do sistema de trocas entre diferentes grupos sociais de ambos os lados da fronteira. Pode ser interpretado como um *facto social total* (Mauss, 2001:52), por entretecer todas as dimensões sociais da sociedade. Como salienta Valcuende Del Río (1998), no

⁴¹⁸ António Bossa Borralho (Barrancos, 1935 – Beja, 2010). Excerto da entrevista realizada no seu estabelecimento comercial em Barrancos, a 31/1/2008.

⁴¹⁹ Excerto da entrevista realizada em sua casa em Barrancos, a 15/6/2006.

contrabando reproduzem-se claramente as diferenças sociais, no sentido em que a maior ou menor capacidade de comercializar se relaciona com a possibilidade de integrar outras actividades que permitam “branquear” os benefícios e encobrir os produtos importados. Neste sentido, é possível construir uma hierarquia liderada por comerciantes que, defendidos pela legalização do comércio de exportação, controlavam as redes de contrabandistas, assim como os mecanismos de escoamento das mercadorias, conectados com os representantes locais da Guarda Fiscal. Num segundo estrato estariam os guardas fiscais que beneficiavam das benesses, provenientes do primeiro grupo, e os profissionais de contrabando por conta própria, organizados em rede com um grupo de homens recrutado entre familiares e amigos.

No contrabando íamos buscar quem estivesse apto para esse serviço, havia novatos aí, naquela altura como havia falta de trabalho, quantas vezes falei com um ou dois homens: fulano está parado lhe vou a dizer, está a compreender? A gente ia buscar o mais necessitado, não aqueles que tinham mais possibilidade de se defender da vida. (Domingos Caiadas)⁴²⁰

O contrabando em Barrancos era em todo o lado, saiam daqui dez ou doze homens com vinte cinco quilos de café até à Higuera. Antes de casar também fui levar muita mochila. O meu irmão Manuel vinha aqui falar com o Manecas (Manuel Pulido) que tinha uma loja aí e nos vendia o café, e saíamos dali de casa e o levávamos às Russianas. Fazíamos negócio com um par de espanhóis qualquer que havia para aí. Pagávamos o café aqui, e o que vendíamos mais caro era o que ganhávamos. (Carlos Caçador)⁴²¹

Já era casado quando levei a primeira mochila, ainda me lembro dos quatro, era eu, era o meu irmão, era o Cebola e o tio André, apanhámos as mochilas da ponte para diante, estava trabalhando já na mina. Fui por conta minha, sempre fui por minha conta, nunca carreguei mochilas à jorna, comprava aí ao meu primo Carlos, ia, vendia,

⁴²⁰ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 2/4/2008.

⁴²¹ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 24/1/2008.

fazia contas e o resto ficava para mim. Ia sempre em grupo de quatro, ou três, ou cinco, e cheguei a levar um mochileiro por minha conta. Quando os escolhia tinham de ser uns gajos em que tivesse confiança neles, não era um qualquer. Em desconfiando que um dava á tramela tinha de sair fora do bando. Chegávamos a sair daqui e estar três dias lá para cima para Galaroza. (Adolfo)⁴²²

Não era muito complicado a rede aqui. Havia gente do outro lado que tinham supermercados, um bar, restaurantes, hotéis, onde vendiam café, outros tinham clientes longe, Sevilha, Madrid, para venderem lá. E então, da mesma maneira que havia cá sete ou oito homens havia os mesmos sete ou oito homens do outro lado e havia vários grupos, não havia só um, havia muitos grupos. Houve um tempo, nesse tempo que estamos falando, que a população de Barrancos... Quem não podia ou não estava com os grandes agrários, estava, tinha que estar, no café. (Carlos Durão)⁴²³

Ao princípio vinham à fronteira, logo se começou a enviar telegramas, em tal parte, em tal altura, em tal dia me levas tanto disto, tanto de outra coisa, era assim, marcávamos os encontros. Normalmente era na fronteira, se os guardas fiscais estavam assim um pouco beras ultrapassávamos para lá da fronteira e fazíamos o negócio do lado de lá, quando os carabineiros estavam beras fazíamos do lado de cá, e era sempre assim. (Domingos Caiadas)⁴²⁴

Por último, temos um grupo de homens e mulheres que actua em pequena escala, por sua conta e risco, com carácter de complementaridade, ou de alternativa ao trabalho rural. *De noite o contrabando, de dia o trabalho* é uma expressão recorrente usada pelos homens que, independentemente dos perigos, se dedicaram ao contrabando para superar as carências familiares provocadas pelas crises de desemprego.

⁴²² Adolfo é um pseudónimo (Barrancos, 1921 – Beja, 2009), Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 10/6/2008.

⁴²³ Carlos Caçador Durão (Barrancos, 1933). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

⁴²⁴ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 29/1/2008.

O pessoal que andava a seco eram aí 5\$00, 6\$00, e o de comer era 3\$00, numa propriedade aí ganhavam 3\$50, mais de resto era tudo assim porque era uma miséria. E eu, havia na altura o contrabando, mas era o contrabando de comer que era temporário, ia para o contrabando, quando via que aquilo não estava muito bom voltava para o trabalho, e assim fui levando a vida e logo me casei. (António Caeiro)⁴²⁵

Eu andei ao contrabando. Fiz contrabando até, ontem pela manhã, como se dizia aqui. Enquanto pude fiz, era um mealheirinho que a gente ia buscar lá, e graças a Deus nunca tive azar nenhum. Eu trabalhava sozinho, e comecei ao contrabando ainda com o meu pai, como ajuda do meu pai. Quando a gente estava na Dona Maria (em Aroche) íamos a uma horta levar café, farinha, tabaco, ovos, tudo o que arranjàvamos levávamos ali, porque pagavam muito bem em Espanha. Eles tinham dinheiro, mas não tinham bens, e então pagavam bem, e eu andava com o meu pai com os porcos, e chegávamos à noite e íamos da Alpedra para lá, estava lá um matrimónio, gente conhecida do meu pai, e comecei nesta altura a levar. (José Gaspar)⁴²⁶

Alguns que não tinham dinheiro para comprar o café iam de conta dos comerciantes, se o negócio lhes dava 40\$00 o negócio davam-lhes vinte a eles e o comerciante ficava com outros vinte. Havia muita gente nessa altura, porque havia muita miséria, que não tinha dinheiro para comprar e iam assim à jorna, se perdessem a carga não perdiam nada, só o trabalho, o comerciante é que perdia. Mas mesmo assim o contrabando foi feito mais por conta dos comerciantes, porque havia muitíssima gente que não tinha dinheiro para comprar uma mochila, que eram vinte ou vinte e cinco quilos de café. (Agostinho Carvalho)⁴²⁷

Neste sentido, falar de contrabando exige uma reflexão sobre as relações de poder entre os diferentes grupos sociais que constituem a estrutura social da sociedade barranquenha, que por sua vez se espelha na actividade do contrabando. Os proprietários rurais, detentores do poder económico e político, quando confrontados com a pressão do Estado na repressão do contrabando não apenas o reconhecem, “tem o

⁴²⁵ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 14/6/2006.

⁴²⁶ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 18/12/2009.

⁴²⁷ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

comércio clandestino com a Espanha aumentado ultimamente”, como o justificam, pelo facto dos salários dos trabalhadores agrícolas “serem insuficientes para a sua manutenção e a dos seus, e com o contrabando auferirem maiores proventos, a ponto de levarem uma vida e uma situação desafogada.”⁴²⁸ Esta conivência com o contrabando dos seus assalariados rurais contribuiu não apenas para a melhoria das condições de vida de uma classe subalternizada, mas também para conter um descontentamento social que lhes poderia ser adverso. Quando um comerciante local nos diz que *até os ricos beneficiavam com o contrabando*, não se refere a uma intervenção directa no processo de transacções, mas aos benefícios sociais resultantes.

*Eles não se importavam com o contrabando pois não tinham trabalho para empregar mais pessoas. E mesmo o senhor António Vasquez, mais do que o senhor Fialho, safou muita gente da prisão, que era um homem que tinha muita força aqui em Barrancos, era o homem da pasta, até mesmo presos em Espanha, ele telefonava para o Franco, que mandava lá, mas tratava-o por tu, não andava lá com coisas: “Está uma pessoa chamada tal e tal presa, manda-o para Barrancos que ele é daqui!”. E ao outro dia estava o outro aqui. (Agostinho Carvalho)*⁴²⁹

*Eu acho que os patrões nesta terra, e os patrões nesta terra resume-se a três, quatro famílias, não eram mais que isso, viram que se eles não podiam dar outras condições às pessoas, e se as pessoas conseguiam encontrar uma forma alternativa complementar, ao esforço árduo do trabalho do dia conciliar o esforço da noite para terem algo mais. Os patrões aí foram um bocadinho cúmplices, permitiram e perceberam que se o faziam era porque precisavam, e os próprios que contrabandeavam tinham a noção desta cumplicidade. (Nelson Brejano)*⁴³⁰

Os comerciantes dinamizaram as trocas comerciais na fronteira com avultados lucros, sustentados em grupos de contrabandistas à jorna, negociando e aliciando os representantes do Estado na fronteira, e trocando malas de duros e de pesetas nos

⁴²⁸ Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Expedida, Governador Civil (1938-1952), Ref. 403, 11/11/42.

⁴²⁹ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

⁴³⁰ Nelson da Costa Brejano (Barrancos 1971). Excerto da entrevista realizada na casa dos seus sogros, em Barrancos, a 5/10/2010.

cambistas da Baixa lisboeta. O seu investimento repercutiu-se na compra de terras, cientes do seu valor simbólico no meio rural, na educação dos filhos e em alianças matrimoniais com as elites locais e regionais.

O meu pai foi um homem que fez a vida toda ligado à fronteira, onde juntou tudo o que tinha e o que não tinha, na fronteira. E, não com o contrabando, mesmo se quiserem chamar contrabando não me importo, mas nunca fez contrabando. Ele vendia, o principal negócio dele era vender café para Espanha, o que é totalmente diferente do que fazer contrabando, para mim é, e acho que legalmente também. (...) O meu pai era comerciante mas não tinha uma loja, nós vendíamos o café num monte, que era o monte das Courelas que por acaso não era nosso. Esse monte estava fora da zona fiscal e não é crime para nenhum português, só era crime vender café dentro da zona fiscal, que é uma linha imaginária a 5km da fronteira. E esse monte estava fora da zona fiscal que era a mais de 5km da fronteira. (Domingos Cláudio)⁴³¹



Manuel Cláudio, em baixo, numa encenação carnavalesca. Arquivo Particular de Domingos Cláudio.

⁴³¹ Domingos Cláudio (Barrancos, 1954). Excerto da entrevista realizada no Café Currito, em Barrancos, a 13/6/2006.

Quando eu estava de vaqueiro numa herdade perto de Valencita (Valencia de Mombuey), já estávamos casados e tudo, ficavam elas tratando das vacas e vinha eu e o guarda (do monte) ali à estrada, e o patrão que era o Cláudio (Manuel Cláudio) nos levava as mochilas no automóvel até à ponte da Amareleja e nós íamos buscá-las ali para leva-las para o Monte, porque os espanhóis iam buscá-las ao Monte. (Carlos Caçador)⁴³²

Para as classes subalternizadas o contrabando representou uma prática de resistência, permitindo superar as dificuldades imediatas das famílias, e algumas conseguiram criar com os seus proventos alternativas económicas, ligadas ao comércio.

Até passaram a ser um pouco os “çivinas”, como chamavam na altura, da vila, porque passaram a ser a gente que tinha mais dinheirinho, ganhavam mais, arriscavam mais, mas tinham mais dinheirinho. (Carlos Durão)⁴³³

No campo ganhavam para aí 7\$50 por dia e numa noite podiam ganhar 25\$00 ou 50\$00, mas quando chegavam iam para ali para a Sociedade jogar às cartas e ali o perdiam. Podiam ter ganho muito dinheiro sim, mas a vadiagem era muita. Aqueles que eram mais seguros, mais orientadinhos, compraram um ou dois ferragiais, ou um bocadinho de terra, e quando vinham do contrabando cavavam ali, apanhavam a azeitona e tinham o seu porquinho, ou cabrinhas, quer dizer, o dinheiro do contrabando praticamente era para guardar, como esse tal Domingos Burgos, contrabandista de primeira gema, mas não o gastou mal gasto, esse indivíduo ganhou e juntou muito dinheiro. O contrabando para os cafés foi bom, para as mercearias foi bom, para aqueles indivíduos que compraram as suas parcelazinhas de terra foi bom. (António Borralho)⁴³⁴

Os meus irmãos eram contrabandistas, iam lá muito longe a levar o café, e muitas vezes na metade do caminho se saíam os carabineiros e vinham para trás sem um bago.

⁴³² Carlos Gonçalves Caçador (Barrancos, 1926). Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 24/1/2008.

⁴³³ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 2/10/2007.

⁴³⁴ Excerto da entrevista realizada no seu estabelecimento comercial em Barrancos, a 31/1/2008.

Coitadinhos, chegavam a casa mais tristes. (...) Aqui havia gente que fez muito dinheiro mas era com o suor dos outros. Esses que levavam ao ombro não, esses lhe davam um tanto. Isso era uma vida muito dura. (...) Meu pai nunca juntou para uma casa, mas os meus irmãos logo se tornaram emigrantes, casaram, e compraram aqui umas casinhas muito boas. (Maria José Bergano)⁴³⁵

O que mais dinheiro ganhou aqui era esse que era primo irmão meu, o Manuel Gavino, esse ganhou muitíssimo dinheiro, mas depois tinha uma coisa, vinha a casa, chegava, metia-se na taberna e apanhava bebedeiras. Tinha semanas de chegar a casa e atirar a mobília toda para a rua, partia tudo, e depois tinha de comprar tudo de novo, e assim não juntou nada. Aqui estava uma taberna que era do tio Mateus e aquilo tem uma habitação ali, e os contrabandistas vinham e se ganhavam cem, metiam-se ali e gastavam oitenta ou noventa, começavam a cantar e a beber, a cantar e a beber, e há um ditado aqui em Barrancos que se diz, porque o patrão daquilo era irmão de dois ou três desses e dizia: “Domingos, só te ficas com o canto” – e se ficaram com o canto, porque o que ganhavam o gastavam ali mesmo. De maneira que aqui nenhum contrabandista fez fortuna, ganhavam muito de noite, mas gastavam mais de dia. E já não faziam mais nada, nem trabalhavam nem nada, era só levar contrabando, mas ganhavam muito dinheiro só que depois não olhavam por ele. Sempre houve alguns que compraram uma casinha, mas foram poucos. (Agostinho Carvalho)⁴³⁶

Outros, entravam na taberna à noite e só saíam na manhã do outro dia. (...) Sabe, é como a vida do marítimo que vai para o mar e não sabe se volta, e houve aqueles que pensaram de uma forma e outros pensaram de outra, depende da forma de ser de cada um. (Clemente Marques)⁴³⁷

Não é na legalidade ou ilegalidade da actividade do contrabando que reside o debate ético, mas no comportamento do contrabandista perante as suas responsabilidades familiares. O vício da bebida ou do jogo, por exemplo, é apontado a alguns contrabandistas como um estigma, por os desviar das responsabilidades

⁴³⁵ Maria José Caçador Bergano (Barrancos, 1932). Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 22/1/2008.

⁴³⁶ Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 25/1/2008.

⁴³⁷ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 23/1/2008.

familiares. Como se o contrabando se tivesse tornado um fim em si mesmo, e não num recurso que a situação de fronteira proporcionava a quem ali residia (Cunha, 2006^a:261). As condições de precariedade económica vividas pelos trabalhadores à jorna marcam o compasso da vida “vivida ao dia”, espelhando-se nas actividades complementares de sobrevivência, também elas contingentes e precárias. O desapego de alguns homens relativamente aos ganhos do contrabando revela um comportamento semelhante a outras actividades profissionais que envolvem o risco de vida. Tornando-se actividades compreendidas pelos sujeitos como temporárias e contingentes, profundamente marcadas pela sorte e pela incerteza do regresso.

Aqui foram feridas pelo menos três pessoas comigo, aqui a Guarda Fiscal matou um rapazinho de Fregenal na Contenda, e logo lhe deram um tiro a outro que levaram para Lisboa e ficou enterrado no cemitério de Benfica, essa irmã minha Andreia que morava mesmo na rua do cemitério foi a que tratou do funeral dele. Faleceu lá no hospital em Lisboa mas foi baleado aqui pela nossa Guarda Fiscal. Do meu tempo recordo-me de um rapazito, tinha eu levado dois dias a chegar a Fregenal e também o mataram os carabineiros. (Domingos Caiadas)⁴³⁸

Também apanharam o meu mano... mas o senhor António Vasquez, que tinha tantos conhecimentos em Espanha como aqui em Portugal, era fora do vulgar. A minha mãe de madrugada foi a pedir-lhe, mais as outras mães, pois apanharam seis e os levaram a Huelva, e o senhor Vasquez disse-lhe: “Vá para casa deitar-se que pela manhã, se Deus quiser, estão na fronteira!” - tal qual como ele disse. Minha mãe se veio, e de manhã veio uma patrulha entregá-los à Guarda Fiscal na fronteira, e a guarda fiscal os trouxeram ao quartel, e assim que chegaram ao quartel já estava a ordem dada para que os mandassem para casa. (Maria dos Remédios Ramos)⁴³⁹

A intermitência no tempo e no espaço quotidiano, onde imperava o medo sobre um destino incerto, era celebrado nas tabernas de Barrancos entre o vinho, o jogo e o canto. No Casino do Estoril, em Lisboa, as elites jogavam mais alto, “desbaratando o

⁴³⁸ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 29/1/2008

⁴³⁹ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 15/6/2006.

dinheiro fácil” marcado pelo suor e pelo sangue de dezenas de corpos curvados, celebrando ostensivamente o sucesso dos proventos da guerra.

O dono desta casa, o José Cláudio Gastão, esse foi um dos maiores importadores de café do país. Ele e um senhor, que já deve ser morto, que era o dono do Pagapouco, tinham cotas de importação de milhares e milhares de quilos. (...) Mas houve muitos, nessa altura, que o que ganhavam aqui e gastavam no Casino do Estoril em Lisboa. (...) O contrabando foi um aproveitamento não só de Barrancos mas de toda a zona fronteira, para com a miséria dos outros poder ganhar algum para poder sobreviver, senão emigrava... (Clemente Marques)⁴⁴⁰

O senhor José Cláudio tinha aqui uma loja onde é agora a de senhor Clemente, era um grande comerciante, e a gente às escondidas sacávamos aquilo tudo e se fazia o negócio. O grande negócio da guerra de Espanha foi aqui em Barrancos. Se compraram grandes propriedades, grandes lojas que se fizeram, grande capital. (Maria dos Remédios Ramos)⁴⁴¹

A guerra de Espanha lhes deu uma vida muito boa, e também ao povo nosso, porque Barrancos estava morto e os comerciantes também. O bairro onde eu moro foi feito com a guerra de Espanha, tanto que lhe puseram o nome de Franco, era o nome da minha rua, logo é que mudaram para rua de Espanha. (Manuel Guerreiro)⁴⁴²

Os barranquinhos recordam o tempo do contrabando ancorado na fome, no medo e na guerra, justificando a sua transversalidade social através de uma espécie de “mito” unificador da “comunidade”, independentemente da desigualdade e da exploração real.

Houve um tempo, em Barrancos, que quem não levava contrabando para a fronteira era o médico, e mesmo esse trocava pesetas. (António Caeiro)⁴⁴³

⁴⁴⁰ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 23/1/2008.

⁴⁴¹ Excerto da entrevista realizada no Lar de Nossa Senhora da Conceição, em Barrancos, a 28/1/2008.

⁴⁴² Excerto da entrevista realizada em casa de Francisca Agudo em Barrancos, a 21/8/2008.

⁴⁴³ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 14/6/2006.

Se se reportar para os anos de quarenta e cinquenta, quando havia todas estas coisas, não existia nada lícito, porque isto foi tudo imprevisto, não havia tropa, não havia nada, não havia Guarda Fiscal para essas coisas. Os guardas fiscais daqui, a maior parte deles era de cá, não estava nada organizado para isso. Fazer uma retrospectiva do contrabando dessa altura, para lhe falar com franqueza, é muito difícil. Muito difícil porque não há regras nenhuma, são tudo filhos das circunstâncias, para as quais não estamos preparados. (Clemente Marques)⁴⁴⁴

Para as populações locais a fronteira constituiu sempre um recurso, uma alternativa económica, um lugar de exílio, onde as diferenças se diluíam através de redes sociais, propiciando a manutenção de solidariedades transfronteiriças. Paralelamente a uma “fronteira política”, cerrada e vigiada, permaneceu sempre aberta uma “fronteira quotidiana”, reactivada pelas conjunturas económicas, sobrepondo as relações sociais à lógica repressiva dos estados ibéricos.

⁴⁴⁴ Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 23/1/2008.

Conclusão

Usos políticos e lutas pela memória

“O espaço e o tempo marcam a história do acontecimento trágico que varreu toda a Espanha e mudou sentimentos, relações familiares, comportamentos pessoais e toda uma sociedade de valores. O espaço situa-se na vila de Barrancos, município rural cujas gentes fazem alarde de uma autonomia moral singular, fruto talvez do isolamento de séculos a que foi votada pelo país a que pertence, Portugal.”⁴⁴⁵

“La concesión de la medalla de Extremadura, por parte de la Junta de Extremadura, al pueblo de Barrancos, no sólo sería un gesto de agradecimiento histórico a tan humanitaria actuación, de verdad y de justicia; si no sería también un símbolo más de hermanamiento entre Extremadura e Portugal. Por todo ello la ARMHEX, se suma a la iniciativa que desde el pasado 19 de enero de 2009, un grupo de usuarios de la red Facebook, impulsan un colectivo “a favor de la medalla de Extremadura para Barrancos.”⁴⁴⁶

“Con este galardón, Extremadura quiere dar las gracias a Barrancos, pueblo fronterizo en el sentido más amplio de la palabra, donde conviven tradiciones españolas y portuguesas y donde la lengua es una mixtura que ejemplifica la convivencia y el respeto que debería impregnar nuestra sociedad. En base a ello, en homenaje al pueblo de Barrancos y en consideración a los lazos culturales, sociales e históricos que lo unen con Extremadura, se le concede el máximo galardón regional, símbolo, reconocimiento y gratitud a este pueblo hermano, ejemplo de vida y de una valiente y auténtica solidaridad.”⁴⁴⁷

Ao longo deste estudo a fronteira luso-espanhola representou sempre um lugar com significado político e simbólico, cujas especificidades locais contribuíram para configurar identidades e formas de resistência com repercussões a nível nacional. No século XIX as nações ibéricas traçaram fronteiras exactas e rigorosas, pondo fim a conflitos e estratégias locais que fundamentaram as alterações pontuais dos acordos fronteiriços, acabando com situações indefinidas e povos promíscuos. Contudo, esta zona limítrofe, espaço de conflitos, de trocas materiais, culturais e simbólicas, de fluxos e refluxos de pessoas e bens uniu as populações de Barrancos, Encinasola e Oliva de la Frontera ao longo do tempo, independentemente da política dos estados ibéricos. Durante a guerra civil espanhola a fronteira representou um instrumento de protecção e

⁴⁴⁵ Excerto do texto de apresentação do livro Barrancos na encruzilhada da guerra civil de Espanha, da autoria de António Pica Tereno, Presidente da Câmara de Barrancos (Simões, 2007:11)

⁴⁴⁶ Certificado da ARMEX assinado pelo seu presidente José Manuel Corbacho Palacios, a 16/2/2009.

⁴⁴⁷ Decreto 172/2009, de 31 de julio, de concesión de la Medalla de Extremadura al pueblo de Barrancos. (2009040193), assinado pelo Presidente da Junta de Extremadura, Guillermo Fernández Vara, a 31/7/2009.

de resistência, uma linha imaginária demarcando a vida e a morte de centenas de pessoas, um campo social gerador de múltiplas estratégias de subsistência e de refúgio, num tempo em que Salazar reforçara o controlo e a vigilância da fronteira.

Na vila de Barrancos, como em qualquer outro lugar, memória e futuro, passado e futuro são inseparáveis. Nos lugares, como na vida, o tempo abre-se sob os nossos passos e projecta-se num presente atrás e à frente de nós, sobre o antes e sobre o devir. Durante décadas a elite rural, descendente da burguesia andaluza, centralizou a posse da terra num grupo familiar, reforçando o seu poder por meio de alianças matrimoniais e redes sociais em ambos os lados da fronteira, ao nível do poder local e nacional. O seu poder legitimava-se na posse da terra reforçado durante o Estado Novo pela caridade, como obrigação moral e social da classe dominante, criando relações de dependência e submissão, enquanto o sistema corporativista e repressivo impedia a contestação, reflectindo uma falsa harmonia social. Ao longo do século XX o latifúndio contribuiu para o subaproveitamento agrícola em ambos os lados da fronteira, gerando assimetrias sociais, conflitos e estratégias de sobrevivência económica. A política do Estado Novo propagou-se nas periferias por meio de organizações e acólitos mais ou menos devotos ao regime, mas que nunca abandonaram a defesa dos seus interesses a nível local, manipulando redes de amizade ao nível do Estado. O combate ideológico ao comunismo representou a linha orientadora do regime na eliminação do outro como potencial inimigo da ordem, formando mentalidades nas classes sociais com acesso ao ensino, integradas em organizações paramilitares estruturadoras do “homem novo”. As classes subalternizadas viveram à margem desta integração social, apesar de subjugadas pela repressão e pelo medo corporizado nas autoridades, na figura do patrão ou no espectro do desemprego, sem direito à palavra. Neste sistema, os subordinados recorriam a estratégias de resistência, como a apanha de lenha ou a caça furtiva nas propriedades dos patrões, pequenos furtos de cereais, incêndios acidentais durante a limpeza do mato, ou chistes e rumores de críticas ao poder, protegidos pelo anonimato ou por detrás de explicações inocentes sobre a sua conduta. Esta forma de fazer política pela dissimulação, protegendo publicamente a identidade dos actores, compreendia uma diversidade de formas indirectas de expressão, transformando-se numa participação política efectiva após o 25 de Abril de 1974, espelhada na hegemonia política da CDU.

Quando a guerra civil de Espanha irrompeu o quotidiano das gentes raianas, a cultura de resistência decalcou as suas estratégias no apoio aos refugiados espanhóis, enquanto o posicionamento político das autoridades locais e translocais foi forjado em

relações de amizade e de interesses de grupos. A guerra na fronteira alterou as relações de poder a nível local criando um sistema de alianças entre diferentes grupos e indivíduos civis e militares, geradora de múltiplas relações de dominação/subordinação e lealdades distintas. O poder do tenente António Augusto de Seixas, legitimado pelo reconhecimento como comandante das operações técnicas no terreno, concedeu-lhe a supremacia relativamente aos restantes oficiais das diferentes corporações militares, permitindo-lhe construir alianças estratégicas, reforçadas pela lealdade dos seus subalternos. Num tempo em que o espectro do afastamento de elementos indesejáveis ao regime pairava sobre os oficiais do exército e da Guarda Fiscal, aumentava a desconfiança e os conflitos de poder entre as chefias militares e a PVDE. Todos estes factores contribuíram para justificar a acção dos representantes do Estado na fronteira, cuja missão esperada era impedir a entrada de comunistas em território português. Para Salazar, os refugiados de Barrancos serviram de instrumento de manipulação política internacional, como peões de um jogo de poder pela consolidação do regime ditatorial, usados como objecto de excepção à regra de aniquilação do inimigo espanhol.

Em contextos de aceleração histórica de mudança, de experiencias traumáticas ou de conflitos, os indivíduos travam uma luta pela compreensão dos acontecimentos, que os impele a recordar em função das necessidades presentes, construindo um sentido sobre o passado que seja significativo para o futuro. Todas as guerras vividas alimentaram e constituíram as memórias colectivas dos grupos, tentando resgatar algum sentido para as suas experiências de vida. A guerra civil espanhola é um exemplo claro desta realidade, e raro será o antropólogo que não encontrou ao longo da fronteira luso-espanhola memórias colectivas da guerra civil nas palavras e nas histórias de vida dos seus informantes. Memórias colectivas que utilizámos como fonte privilegiada para reconstruir ou reviver um passado silenciado, mas também para compreender num sentido mais profundo as necessidades actuais dos indivíduos e dos grupos em ambos os lados da fronteira.

Num passeio organizado pela Associação de Reformados de Barrancos, em colaboração com o Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia no dia nacional dos castelos, acompanhámos um grupo de trabalhadores rurais ao Castelo de Noudar. Ao longo da excursão apercebemo-nos que grande parte das suas vidas estava ligada à herdade da Coitadinha, e que esta visita representava o reencontro com um lugar de muitas memórias. Entre canções populares espanholas e alentejanas teceram-se múltiplas narrativas, entrelaçando temporalidades (desde o tempo dos patrões, passando

pelo tempo da ocupação da herdade durante o processo revolucionário pós 25 de Abril, até aos nossos dias), por meio das quais estes homens e mulheres expressavam a sua visão do mundo. Cada palmo de terra avistado, cada escarpa e cada fraga do rio encerravam histórias vividas, dramáticas e jocosas, de trabalho, de privações, de solidariedades, de fugas e de refúgios, recordando amizades com os vizinhos espanhóis, o contrabando e a guerra. A memória circulava de forma espontânea e efectiva, sujeita a novos desdobramentos e reconstruções, atribuindo sentido e significado às suas vidas e à coesão do grupo, servindo para construir identidades.

A história vivida está incorporada no social, nos indivíduos, nas famílias, nos grupos, nas regiões, e é necessária à construção dos diferentes futuros locais num mundo global. Num mundo em movimento, interligado pelas tecnologias da comunicação, no qual as margens e as fronteiras se tornaram permeáveis, operando a uma escala global que atravessa fronteiras integrando e ligando comunidades numa combinação espaço-tempo, existem pessoas e lugares que permanecem marginais a este processo, representando o outro lado da globalização. Mas a par de uma tendência de homogeneização globalizante, emerge também a fascinação pela diferença, pela afirmação de identidades, pela recuperação da memória, focalizadas no local. Neste emaranhado entre o global e o local nasce a necessidade de construção de um “passado significativo” para Barrancos, impulsionado na década de 1990 pela polémica nacional questionadora de uma tradição local (a morte dos touros), opondo a memória da comunidade ao mundo exterior (e à Nação) como recurso para reforçar a sua própria identidade social. Apesar das desigualdades sociais, da coexistência de várias culturas e de diferentes filiações partidárias, a sociedade barranquenha transforma-se numa comunidade quando confrontada ou ameaçada por imposições exteriores. A memória local transforma-se num instrumento que destaca as continuidades simbólicas significativas da sociedade, produzindo o consenso sobre a interpretação histórica do passado como projecto unificador para as gerações futuras. As memórias da guerra e da solidariedade para com os vizinhos espanhóis legitimam essa ideia de uma comunidade solidária, por representarem um acontecimento partilhado por todas as classes sociais, servindo como elemento de coesão na ordem social presente. Por outro lado, o uso político da memória contra-hegemónica de grupos socialmente subalternizados consolida a ideia de comunidade fronteiriça, num tempo em que a recuperação da memória histórica representa uma luta política contra o esquecimento dos vencidos da guerra no outro lado da fronteira.

A recuperação da memória dos vencidos da guerra consolidou-se um pouco por toda a Espanha, ancorada em associações regionais de recuperação da memória histórica legitimadas por um movimento historiográfico que permanece em construção. As vítimas da guerra saíram do anonimato e os “lugares de memória” conquistam o seu significado na Extremadura e na Andaluzia, num movimento social e histórico pela memória, mostrando que “quem controla o passado controla o futuro; e quem controla o presente controla o passado”, como escreveu George Orwell em 1984. Assim se contrariam iniciativas que, num passado recente, instituíram o esquecimento, transformando a praça de touros de Badajoz num Centro de Congressos, a prisão franquista de Badajoz no Museo Extremeño e Iberoamericano de Arte Contemporáneo (MEIAC), e emparedando os muros do cemitério de Badajoz para construir um empreendimento habitacional. As lutas pela memória representam lutas pelo futuro (sujeitas a diferentes usos políticos) que não terminam com o reconhecimento público das vítimas nem no momento da reparação judicial, mas possibilitam às novas gerações o exercício do dever irrevogável, necessário à construção de sociedades mais justas e democráticas. Ao alargar o debate público, investigadores e familiares das vítimas pretendem sarar as feridas infligidas pelo passado, e são as memórias grupais e locais que estão intimamente interligadas nesta articulação.

São lutas pela memória as iniciativas de um mínimo de 170 associações nas quais se destacam a *Federación Estatal de Foros por la Memoria, Todos...Los Nombres* e a *Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica*, por conseguirem uma ampla cobertura mediática e institucional, assinalada pela primeira actuação relevante da ARMH, a exumação e identificação em Outubro de 2000 dos cadáveres de treze vítimas republicanas fuziladas e enterradas numa fossa comum na localidade de Priaranza, en El Bierzo (León). São lutas pela memória o trabalho desenvolvido pela equipa do PREMEx coordenada por Cayetano Ibarra, apoiada pela Consejería de Cultura y Turismo e pela Universidad de Extremadura, segundo três linhas de orientação; a recuperação de fossas comuns, a investigação e a divulgação. Desde 2004 o PREMEx registou 175 pedidos de exumação de familiares de vítimas de fuzilamentos sumários, até então designadas por desaparecidas, desses pedidos realizaram-se trinta prospecções e nove exumações com o apoio de testemunhas orais e uma equipa de arqueólogos e técnicos forenses, resgatando um total de 241 pessoas que receberam o direito à dignificação e a uma cerimónia fúnebre condigna, que vão cerrando as feridas do passado. São lutas pela memória a iniciativa de um colectivo de artistas numa

homenagem às vítimas do franquismo, colando nas paredes e muros da cidade de Badajoz 1.518 placas identificando os mortos que o historiador Francisco Espinosa documentou no seu livro *La columna de la muerte* (2003). Mapear os lugares da guerra com “lugares de memória”, construindo narrativas sobre a história da sua criação e função (como o campo de concentração de Castuera) representa não apenas uma decisão política para o futuro, mas o reconhecimento de todas as vítimas de um tempo que marcou indelével as sociedades ibéricas. Recuperar o passado garante um sentido para o presente, e a memória desempenha um imenso papel social ao dizer-nos quem somos, integrando o nosso presente no nosso passado. Para alguns grupos, isso significa inventar um passado adequado ao presente, ou do mesmo modo, um presente adequado ao passado. Ao restabelecer o equilíbrio temporal entre passado e futuro, a memória tem o poder de reorganizar o pensamento, e o pensamento orienta o sentido da acção e da mudança para o devir. A cultura da memória resulta da perda de utopias futuras que caracterizaram o século XX, independentemente dos movimentos sociais por um futuro melhor não desaparecerem, e o pensamento utópico sobre futuros alternativos para uma sociedade mais justa com uma redistribuição equitativa da riqueza continuar a ser necessário e fundamental à vida das pessoas.

A intervenção de associações, de historiadores locais e de alguns municípios contribuíram para as memórias silenciadas da guerra encontrarem os seus pontos de ligação, os seus lugares na História, como herança consolidada para as gerações vindouras, num processo que não está isento de conflitos. Em 2007, num artigo intitulado: “La Guerra Civil en Oliva de la Frontera, 1936-2006, 70 años de silencio y miedo” publicado na Revista FERIA de Septiembre, editada anualmente pelo Ayuntamiento durante as festas da vila, o historiador local António Valero homenageava todos os oliveros e oliveras que perderam as suas vidas durante a Guerra Civil e posterior repressão franquista. Neste artigo denunciava o silêncio sobre as memórias da guerra, dando como exemplo o caso de um artigo de Felipe Vellarino, publicado em 1972 na mesma revista, com uma breve menção à Guerra Civil, cujo parágrafo fora riscado com tinta vermelha em todos os exemplares já impressos, por intervenção do Governador Civil de Badajoz junto do Alcalde de Oliva. Paradoxalmente, o artigo de Antonio Valero também fora recusado pela vereação municipal de 2006 presidida pelo filho de Manuel Méndez, que durante a sua presidência na década de 1980 iniciou o processo de dignificação das vítimas da repressão franquista, exumando os corpos dos republicanos fuzilados no cemitério de

Oliva, trasladando-os para um memorial. Junto a este monumento realiza-se todos os anos, a 21 de Setembro, uma cerimónia de homenagem reunindo sobreviventes, familiares das vítimas, representantes do poder político local e regional, e da *Asociación de Recuperación de Memoria Histórica de Extremadura* (ARMHEX). A comemoração em que participámos em 2006 foi organizada pelo PSOE local sem a presença do respectivo alcalde, devido a conflitos político-partidários. A componente performativa da cerimónia, envolvendo ritos e símbolos (como a colocação da bandeira republicana na laje do memorial), representou um meio privilegiado no processo de transmissão e conservação da memória no interior do grupo. Considerando o valor simbólico da homenagem, ritualizada e perpetuada no espaço público, a censura ao artigo de António Valero parecia não encontrar justificação plausível, independentemente de persistir nas gentes de Oliva a cultura do medo e o discurso apolítico. Todavia, a participação pública na comemoração atrás enunciada, bem como a adesão às urnas de 84,96 % dos eleitores nas eleições gerais ao Congreso de 2008 (vencidas pelo PSOE com 55,28% dos votos) contrariavam o apoliticismo local. A diversidade de grupos político-partidários em Oliva de la Frontera evidencia o surgimento de novas preocupações sociais como Los Verdes, Partido Antitaurino Contra Maltrato Animal, ou Por un Mundo más Justo, a par com os resquícios do passado representados pela Falange Auténtica e a Falange Española de las JONS, independentemente da quase inexistência de votantes. O caso do artigo censurado em Oliva, em 2006, reflecte todas estas contradições políticas e a luta pelo controle da “memória histórica” local, numa versão consensual e significativa para todos os grupos, porque a “justiça de Franco” não distinguiu adversários. A luta pela memória é de tal forma significativa que o artigo censurado serviu para a nova vereação criticar os seus opositores políticos, publicando no final do texto uma nota explicativa reiterando a sua posição na defesa da “recuperação da memória histórica”.

A 23 de Abril de 2010, o município de Oliva de la Frontera, liderado pelo PSOE local, erigiu um memorial ao povo de Barrancos e ao tenente Seixas, descerrado pelo presidente do governo regional da Extremadura Guillermo Fernández Vara, que no discurso inaugural atribuiu à reconciliação e à Constituição espanhola de 1978 a oportunidade pelo conhecimento da História recente, evocando as relações de irmandade entre Portugal e a Extremadura. Para o alcalde de Oliva, Victor Morera Mainar, a homenagem simbolizava o agradecimento pelo acolhimento aos oliveros fugidos do extermínio, atribuindo sentido e significado às relações de vizinhança e à vida dos

“vencidos” da guerra, numa acção que ratificava publicamente o seu compromisso na recuperação da memória histórica. Para o presidente da Câmara de Barrancos, António Pica Tereno, legitimava-se a solidariedade como componente identitária de uma comunidade unida pela cultura, pela memória e pela História aos vizinhos espanhóis. Entre os presentes estavam membros do governo regional e do poder municipal da Extremadura, representantes da ARMEX, a filha e alguns netos do tenente Seixas, Jacinto Velázquez filho do cabo carabineiro Fermín Velázquez, os refugiados Manuel Méndez e Rafael Caraballo acompanhados dos netos, partilhando o momento do reconhecimento público, da dignificação das suas vidas destruídas e injustiçadas durante as ditaduras ibéricas. Uma placa de bronze registava a humanidade do tenente Seixas, como modelo de inspiração para as gerações futuras, por intermédio das palavras do seu filho Gentil de Valadares:

“O meu pai se justificou perante o seu superior. Alegou que também ele tinha filhos... Que não gostaria, nem podia admitir, que lhos maltratassem. Lhe parecia ser dever dele, tendo à sua guarda filhos de Espanha, estimá-los como era devido, pois que só assim podia honrar o oiro dos seus galões. E que soubessem os seus camaradas que, lá porque se chamava Seixas, ele não tinha um seixo no lugar do coração.”⁴⁴⁸

Neste processo de legitimação da memória, a cerimónia foi apropriada de diferentes formas pelos participantes, em função das suas experiências de vida, das suas lutas presentes e das suas expectativas futuras. O reduzido número de oliveros e a ausência dos barranquinhos assinalavam a perda da “geração guardiã” da memória, e como os acontecimentos passados ficam circunscritos às vidas dos seus protagonistas e familiares, mesmo quando foram determinantes para a construção das mentalidades e para o presente das sociedades ibéricas. No lugar da memória criam-se “lugares de memória”, monumentos, e os vestígios do passado, por muito traumáticos que sejam, permanecem no presente submetidos a diversas reinterpretações e à acumulação de novos conhecimentos e vivências, propiciando um espaço para o debate público, questionando os silêncios da História.

⁴⁴⁸ Excerto do texto “Memórias da Guerra Civil de Espanha” de Gentil de Valadares (Simões, 2007:76-77).

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

1.1. Fontes Orais:

Almada - Amável Valadares de Araújo e Ana Laura Metelo Valadares de Araújo, DVD, 35', 1/10/2004.

Alvor - Gentil de Valadares, DVD, 82'49'', 4/10/2004 e DVD, 59'56'', 28/6/2006.

Badajoz - Gracia Velázquez Garcia e Jacinto Velázquez Garcia, DVD, 60', 4/10/2008.

Barrancos - Adolfo e Antónia, DVD, 84'24'', 10/6/2008.

Agostinho Gavino Carvalho, DVD, 60'39'', 25/1/2008.

Andreia Jorge Pica e Maria José Caçador Bergano, DVD, 39'17'', 22/1/2008.

António Bossa Borralho, DVD, 65'40'', 31/1/2008.

António Pica Tereno, DVD, 55'03'', 9/10/2009.

António Segão Caeiro, DVD, 68'40'', 14/6/2006, e DVD, 69'15'', 24/9/2007.

Carlos Caçador Durão, DVD, 60'08'', 15/6/2006 e DVD, 38'50'', 2/10/2007, e DVD, 61'19'', 12/6/2008.

Carlos Gonçalves Caçador, DVD, 23'44'', 26/1/2007 e DVD, 61'19'', 24/1/2008.

Clemente Pires Marques, DVD, 47'30'', 2/10/2007 e DVD, 65'17'', 23/1/2008.

Domingos Burgos Caiadas, DVD, 59'37'', 29/1/2008 e DVD, 33'09'', 2/4/2008.

Domingos Cláudio, DVD, 27'09'', 13/6/2006.

Emílio Domingues, DVD, 61'49'', 7/10/2009.

Emílio Mendes Domingues, DVD, 65'43'', 21/8/2008.

Francisca dos Santos Agudo, DVD, 71'36'', 29/9/2007.

Frederico Ramires Garcia, DVD, 87'24'', 28/9/2007 e DVD, 25'31'', 16/6/2008.

Isabel Sabino, DVD, 39'35'', 9/10/2009.

José Augusto Garcia Fialho, DVD, 35'05'', 28/12/2002.

José Gaspar Guerreiro, DVD, 63', 18/12/2009.

José Lopes Ângelo, DVD, 92'11'', 13/6/2006 e DVD, 61'25'', 1/10/2007.

Manuel Agudo dos Santos, DVD, 35'05'', 28/12/2002.

Manuel Agudo dos Santos e Maria dos Remédios Guerreiro, DVD, 95'09'', 15/6/2006.

Manuel Charrama, DVD, 53'48'', 6/10/2009.

Manuel Torrado Guerreiro, DVD, I 59'49'', II 49'54'', 21/8/2008.

Manuel Pão-Duro Cortegano, DVD, 52'55'', 8/10/2010.

Manuel Ramiro da Silva, DVD, 36'23'', 8/6/2008.

Maria Alice Rubio Torbisco, DVD, 64'45'', 28/9/2007.

Maria Bárbara Rato, DVD, 57'38'', 25/9/2007.

Maria Cármen Figueiredo, DVD, 92'45'', 26/9/2007.

Maria das Dores Ortega Raio, DVD, 73'47'', 27/9/2007.

Maria Domingas Nunes Caçador, DVD, 30'23'', 29/1/2008.

Maria José Caçador Bergano, DVD, 16'54'', 8/6/2008.

Maria dos Remédios Ramos, DVD, 83'09'', 15/6/2006 e DVD, 51'11'', 28/1/2008.

Maria Teresa Ramires Garcia, DVD, 34'20'', 16/6/2008.

Nelson Brejano, DVD, 71'29'', 5/10/2009.

Encinasola - Teodoro Márquez Pérez, DVD, 51'33'', 7/4/2008.

Celestino Díaz Boza, DVD, 59'28'', 7/4/2008.

Francisco Sabido Vázquez e Isabel Vázquez Velasco, DVD, 44'54'', 9/4/2008, DVD, 58'28'', 14/6/2008.

Dionizia Roque Moreno e Manuel López Boza, DVD, 59'56'', 9/4/2008.

Lisboa - Esmeralda Adelaide Alves de Seixas, (sem registo áudio visual)

Oliva de la Frontera - Andrés Gamero Lucas, DVD, 69'32'', 13/6/2008.

Andrés Pérez Rastrojo, DVD, 39'55'', 13/6/2008.

Felipe Vellarino Luna, DVD, 48'32'', 10/2/2009.

Manuel Méndez García, DVD, 99'57'', 16/6/2006.

Rennes (França) - Manuela Martin, DVD, 80'43'', excertos das entrevistas realizadas em 2000/2001, por Gabrielle Garcia, gentilmente cedidas por intermédio de Francisco Espinosa Maestre.

Valencia de Mombuey - Esteban Linares, VHS, 20', 3/2/2003.

1.2. Registos audiovisuais de eventos locais:

Lés-a-Lés em Barrancos, DVD, 18', 17/6/2006.

Homenaje a la Dignidad, Oliva de la Frontera, DVD, 44'46'', 21/9/2006.

Inauguração do Núcleo Escolar e Biblioteca Pública de Barrancos, DVD, 26'55'', 3/10/2007.

Homenagem ao Professor Pulido Valente, DVD, 53', 26/1/2008.

Festa das Flores, DVD, 14'16'', 31/3/2008.

Conversas no Café Currito (António Segão Caeiro, José Lopes Ângelo e Clemente Pires Marques, DVD, 84'05'', 5/4/2008.

Conversas e Cantigas com Manuel Agudo dos Santos, Maria dos Remédios Ramos e Francisca dos Santos Agudo, DVD, 26'50'', 5/4/2008.

ExpoBarrancos, DVD, 16'19'', 10 e 11/4/2008.

Fêra de Barrancos, DVD, 53'28'', 27 a 30/8/2008.

Festa de Aniversário da Associação de Reformados de Barrancos, DVD, 19'04'', 14/2/2009.

Comício da CDU (eleições autárquicas 2009), DVD I, 58'56'', DVD II, 50'52'', 9/10/2009.

Festa de Natal da Associação de Reformados, DVD, 30'06'', 18/12/2009.

1.3. Arquivos Particulares:

Amável Valadares de Araújo (fotografias do tenente António Augusto de Seixas)

António Segão Caeiro (fotografias e documentos vários)

Amável Valadares de Araújo (fotografias)

Carlos Durão (posturas municipais, jornais, apontamentos sobre Barrancos e documentos vários)

Carlos Gonçalves Caçador (fotografias)

Domingos Cláudio (fotografia)

Dulce Simões (dossier da série documental Salazar e a Guerra Civil de Espanha e correspondência particular)

Felipe Vellarino Luna (documentos vários)

Francisca Santos Agudo (fotografias)

Francisco Sabido Vázquez (fotografias)

Frederico Garcia (fotografias, revista *Ecos de Barrancos*, livro)

Gentil de Valadares (fotografias e memórias dactilografadas)

Gracia Velázquez (fotografias, poemas, cartas e memórias inéditas do cabo carabineiro)

Fermín Velázquez, 28 páginas manuscritas)

José Augusto Fialho (fotografias)

José Lopes Ângelo (fotografias)

José Miguel Leal da Silva (texto inédito “Breve história das minas de Barrancos”)

Manuel Agudo dos Santos (fotografias)

Manuel Méndez Garcia (fotografias e documentos vários)

Maria Alice Torbisco (fotografias e documentos vários)

Maria das Dores Ortega Raio (fotografias)

Maria del Carmen Figueiredo (fotografias e documentos vários)

Maria José Bergano (fotografias e documentos vários)

1.4. Dicionários/Enciclopédias/Blogs/Sites/Bases de dados

AUGÉ, Paul (1930) *Larousse du XX siècle*, Paris, Librairie Larousse.

COSTA, Américo (1932) *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular: hidrográfico, histórico, orográfico, biográfico, arqueológico, heráldico, etimológico*, Vol. III, Vila do Conde, edição de autor.

COSTA, Padre António Carvalho da (1868) *Corografia Portuguesa e descrição topográfica*, Braga, Tipografia de Domingos Gonçalves Gouveia.

Enciclopedia de Historia de España: <http://www.xtec.es/~jrovira6/bio/prim.htm>

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho (1873-1890), *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Ed. Matos Moreira.

LIMA, João Baptista de (1931) *Terras Portuguesas*, Póvoa do Varzim.

RODRIGUES, Guilherme & PEREIRA, João Manuel Esteves (1904-1915) *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artístico*, Lisboa, João Romano Torres e C^a.

Motor de pesquisa Google: <http://www.google.pt>

- Archivo Histórico Nacional, (Causa General 1041, Exp. 21. Encinasola). (Causa General, 1053, Exp. 41. Oliva de la Frontera): <http://pares.mcu.es/>
- Blog. Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX): <http://armhex.blogspot.com/>
- Blog. Estado de Barrancos: <http://estadodebarrancos.blogspot.com/>
- Blog. TodoOliva@es: <http://www.todooliva.es/>
- Blog. Marochos en la Red: <http://marochos.blogspot.com/>
- Facebook, A Favor de la Medalla de Extremadura para Barrancos: <http://www.facebook.com/group.php?gid=44670454635>
- Site da Assembleia da República (Arquivo e Documentação): <http://www.parlamento.pt>
- Site Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica (ARMH): <http://www.memoriahistorica.org.es/joomla/>
- Site do Ayuntamiento de Oliva de la Frontera: <http://olivafrontera.com/>
- Site do Ayuntamiento de Encinasola: <http://www.ayto-encinasola.es/index2.cfm>
- Site da Biblioteca do Conhecimento Online (B-ON): <http://www.b-on.pt/>
- Site da Câmara Municipal de Barrancos: <http://www.cm-barrancos.pt/>
- Site Direcção Geral de Arquivos TTONline: <http://ttonline.dgarq.gov.pt/index.htm>
- Site Federación Estatal de Foros por la Memoria: <http://www.foroporlamemoria.info/>
- Site do Instituto Geográfico Português: <http://www.igeo.pt/Frameset-oinstitutio.htm>
- Site do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Site do Instituto Nacional de Estadística: <http://www.ine.es/>
- Site L'Homme, Revue française d'anthropologie: <http://lhomme.revues.org/>
- Site Memoria Histórica en Extremadura: <http://historiaex.unex.es/>
- Site Terrain, Revue d'ethnologie de l'Europe : <http://terrain.revues.org/>
- Site Todos... los Nombres (TLM): <http://www.todoslosnombres.org/>

1.5. Hemeroteca de Lisboa:

(A) Província

(A) Voz

Diário do Alentejo

Jornal de Moura

Diário da Manhã

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

(O) Século

1.6. Arquivos Nacionais:

1.6.1. Arquivo Histórico Militar

Missão Militar de Observação em Espanha, 1º Divisão, 38ª Secção, Cx 62:

Propostas e recompensas a militares portugueses pela participação em acções militares entre 1938/1940 (em Espanha).

Oferecimentos p/ forças nacionalistas (Despachos e determinações).

Requisições de transporte em caminhos-de-ferro.

Estatuto orgânico da Missão Militar de Observação em Espanha (Proc. 18).

Pessoal que fez parte da Legião Espanhola de 1936 a 1939.

Missão Militar de Observação em Espanha 1º Divisão, 38ª Secção, Cx. 63:

Ministério da Guerra, correspondência referente à Guerra Civil de Espanha (Processos privativos da Repartição do Gabinete do Ministério do Exército).

Correspondência que não teve expediente (Processos privativos da repartição do Gabinete do Ministério do Exército).

Processo Individual nº 3086: Aristides Aprigio da Silva Ferreira Coimbra

Processo Individual nº 3217: Eduardo Varela de Oliveira Soares

1.6.2. Arquivo do Comando Geral da Guarda Fiscal

Ministério da Guerra, Direcção Geral, 2ª Repartição da Guarda Fiscal

Processo Individual nº 15.190, António Augusto de Seixas

1.6.3. Arquivo do Batalhão Nº 2 da Guarda Fiscal, 3ª Companhia (Évora):

Boletim Oficial da Guarda Fiscal, 1936-1938

Livro de registo de correspondência expedida, 1936-1940

Livro de registo de correspondência entrada de 24/3/1924 a 9/4/1938

1.6.4. Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

Gabinete do Ministro das Finanças, Guarda Fiscal. Apreensão de mercadorias, 1941-1950)

1.6.5. Arquivo da Guarda Nacional Republicana

Ordens de Serviço da Guarda Nacional Republicana (Agosto/Outubro de 1936)

1.6.6. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT)

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Correspondência recebida, (1936-1939)

União Nacional, Correspondência com a Comissão Concelhia de Barrancos (1932-1964)

Arquivo Salazar, Guarda Fiscal (1929-1965)

Arquivo Salazar, Guerra Civil de Espanha (1936-1939)

Arquivo PVDE/PIDE/DGS:

Proc. 483/947 (Fermín Velásquez Vellarino e Brizado Carretero López)

Ordens de Serviço da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE 1936-1938)

Registo Geral de Presos, Livros 20 a 45 (1936-1938)

Relatório 1932/1938

1.7. Arquivos Regionais e Municipais:

1.7.1. Arquivo do Governo Civil de Beja

Concelho de Barrancos, Correspondência Recebida (1935-1938)

1.7.2. Arquivo Histórico Municipal de Barrancos

Autos de Transgressão (1936-1955)

Correspondência do Administrador do Concelho, 1936.

Correspondência enviada ao Administrador do Concelho, 2ª Secção, Circulares, (1936-39)

Correspondência expedida, Diversas Autoridades (1936-1943)

Correspondência enviada ao Governador Civil (1938-1952)

Correspondência recebida. Fundo Comissão Administrativa (1929-1940)

Correspondência recebida. Fundo Câmara Municipal de Barrancos (1934-1940)

Livros de Actas das Secções Camarárias (1934-1942)

Livro de Foros da Coutada do Povo (1930/1945)

Livros de Receitas e Despesas do Município (1929/1942)

Livros de Recenseamento Eleitoral do Concelho de Barrancos (1935/1967)

Livro de Registo de Estrangeiros, 1943/2005.

Livros de registo de correspondência Expedida:

C/B Lv 18 (1928-1930)

C/B Lv19 (1931-1934)

C/B Lv 20 (1932-1934)

C/B Lv 21 (1939-1940)

Requerimentos ao Administrador do Concelho, 1936.

1.7.3. Arquivo Municipal de Moura

Câmara Municipal de Moura:

Correspondência recebida (1934/1939)

Correspondência expedida (1936/1938)

Livro de Registo de Estrangeiros, 1933/1940

Notariado Privado:

Autos entre as Câmaras das vilas de Aroche, Moura e Encinasola

Escrituras (Noudar/Barrancos)

Funções Militares:

Recenseamento militar (1936/1938)

Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Moura:

Estatutos.

Livros de Actas das Assembleias Gerais, 1928/1936

Publicações locais:

Anais de Moura (1980)

Tomo da Vila de Moura (1993)

1.7.4. Arquivo da Junta de Freguesia de Barrancos:

Actas das Sessões da Junta de Freguesia de Barrancos, 1928-1942

1.7.5. Arquivo do Registo Civil de Barrancos

Registos de nascimento, óbitos e casamentos (1910-1936)

1.7.6. Registos Paroquiais de Barrancos

Casamentos e baptizados (1936-1938)

1.8. Arquivos Nacionais Espanhóis:

1.8.1. Ministerio Del Interior, Archivo General

Dirección General de la Guardia Civil:

Expediente Personal del Carabinero D. Pablo Linares Lobato (1918 – 1938)

Expediente Personal del Carabinero D. Manuel Lagoa Gomes (1919-1936)

Expediente Personal del Carabinero D. Fermín Velázquez Vellarino (1918-1940)

1.8.2. Archivo Histórico Provincial de Huelva:

Expedientes dos processos internos da Prisão Provincial de Huelva, naturais e residentes em Portugal (1933/1947)

1.8.3. Archivo Histórico Provincial de Cádiz:

Processo da Prisão de Cádiz de Fermín Velázquez Vellarino

2. Bibliografia

ACOSTA BONO, Gonzalo; Del Río Sánchez, Ángel e José María Valcuende del Río (2007) *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las ciencias sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces.

ACOSTA BONO, Gonzalo; Gutiérrez Molina, José Luis; Martínez Macías, Lola e Ángel Del Río Sánchez (2004) *El canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la exploración económica*, Barcelona, Crítica.

AGIER, Michel (2002) *Aux bords du Monde, les refugiés*, Paris, Flammarion.

- (2001) “Distúrbios identitários em tempos de globalização”, *Mana* 7 (2): 7-33.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000) *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de Século, 2ª Edição.

ALMEIDA, Vanessa (2009) *Um Discurso Escondido. Alfredo da Silva e as greves da CUF durante a Primeira República 1910-1919*, Lisboa, Bizâncio.

ALONSO, Charo & FARRÉ, Sebastian (2006) “Desplazados, Refugiados, Retorno: el Comité Internacional de la Cruz Roja y la retirada (1939-1940)”: http://www.secc.es/media/docs/29_3_CHARO_ALONSO_Y_SEBASTIAN_FARRE.pdf

ALVES, Jorge Fernandes (1981) *O Barroso e a Guerra Civil de Espanha*, Montalegre, Câmara Municipal de Montalegre.

AMANTE, Maria de Fátima (2007) *Fronteira e Identidade. Construção e representação Identitárias na Raia Luso-Espanhola*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

AMPUDIA DE HARO, Fernando (2010) “Gerir a dissidência: vencedores e vencidos na Espanha franquista”, *Análise Social*, vol. XLV, 194: 91-113.

ANDERSON, Benedict (2005 [1983]) *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento & SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (2007) “História, memória e esquecimento: implicações políticas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 95-111.

ARENAS POSADAS, Carlos (2009) “Señores y señoritos empresarios y caciques en la Andalucía contemporánea”, *Andalucía en la Historia*, Centro de Estudios Andaluces, 26: 14-15.

ARENDT, Hannah (1978 [1951]) *O Sistema Totalitário*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- (2001 [1958]) *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio D' Água.

ARÓSTEGUI, Julio (2004) *La Historia Vivida. Sobre la historia del presente*, Madrid, Alianza Editorial.

- AUGÉ, Marc (2007) *El oficio de antropólogo. Sentido e Liberdade*, Barcelona, Gedisa.
- AVILES FARRÉ, Juan (1992) “A Francia y la guerra civil española: Los límites de una política”, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V, Contemporánea, pp.165-184.
- BAKTHIN, Mikhail (2002 [1941]) *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, São Paulo, Hucitec, Annablume Editora.
- BALANDIER, George (1999 [1992]) *O Poder em Cena*, Coimbra, Minerva.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1980) “Economia do latifúndio – o caso português”, in *Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Centro de Estudos de Economia Agrária Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 341-372.
- (2004) “Espanha e Portugal, um século de questão agrária”, in *Mundo Rural. Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Edições Colibri, pp. 15-51.
- BARKER, Richards (2007) *El largo trauma de un pueblo andaluz. República, represión, guerra, posguerra*, Sevilla, Ayuntamiento de Castilleja del Campo
- BARRIGA, Paulo (1999) *Campos de Concentração; o Envolvimento Português na Guerra Civil de Espanha*, Cadernos do Museu nº 2, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.
- BARTH, Fredrik (ed.) (1969) *Ethnic groups and Boundaries. The Social Organizations of Cultural Differences*, MacDonald, Boston, Little, Brown and Co.
- BASTOS, Cristiana & EVERARD, Pedro (1982) *Da Antropologia ao Antropólogo: Barrancos de um Percurso*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Licenciatura em Antropologia, (policopiado).
- BAUMEINSTER, Martin (1996) *Campesinos sin tierra. Supervivencia y resistencia en Extremadura (1880-1923)*, Badajoz, Diputación de Badajoz.
- BAUTISTA VILAR, Juan (2006) *La España del exilio. Las emigraciones políticas españolas de los siglos XIX y XX*, Madrid, Síntesis.

BEDMAR, Arcángel (coord.) (2003) *Memoria Y Olvido sobre la Guerra Civil Y la Represión Franquista*, Actas de las Jornadas de Historia, Lucena, Delegación de Publicaciones del Ayuntamiento de Lucena.

- (2004) *Desaparecidos; la Represión franquista en Rute (1936-1950)*, Lucena, Ayuntamiento de Lucena, Delegación de Publicaciones.

BEEVOR, Anthony (1989) *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edição Livros do Brasil.

BENSA, Alban (2006) *La fin des exotismes. Essais d'anthropologie critique*, Toulouse, Anarchisais.

- (1997) « Images et usages du temps », *Terrain*, Numéro 29 - Vivre le temps (septembre 1997), [En ligne], mis en ligne le 21 mai 2007. URL : <http://terrain.revues.org/document3190.html>. Consulté le 21 juin 2007.

BENSA, Alban & FASSIN, Eric, «Les sciences sociales face à l'événement», *Terrain*, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002), mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1888.html>. Consulté le 20 juin 2007.

BERDUN, Guillermo (1990) *Encinasola. Historia de sus Calles*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas (1990 [1966]) *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Editora Vozes Lda.

BERTAUX, Daniel (1981) “From the life-history approach to the transformation of sociological practice”, in *Biography and Society - The Life History Approach in the Social Sciences*, London, Beverly Hills, Sage, pp. 29-45.

BLOCH, Marc (1997 [1949]) *Introdução à História*, Mem Martins, Publicações Europa América.

BOTTOMORE, Tom (1981) “Tipo de Grupo Social”, in *Introdução à Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

BOURDIEU, Pierre (2001 [1989]) *O Poder Simbólico*, Algés, Difel.

- (2001^a [1994]) *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora.

BOWEN, John (2002) “The Myth of Global Ethnic Conflict”, in *Genocide. An Anthropological Reader*, Malden MA e Oxford, Blackwell, pp. 334-343.

BRITO, Alexandra Barahona de; Carmen González-Enriquez e Paloma Aguilar Fernández (coord.) (2004) *Política da Memória. Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*, Instituto de Ciências Sociais (ICS).

BRUNETEAU, Bernard (2004) « Comment penser les génocides? », in *Le Siècle des Génocides, Violences, Massacres et Processus Génocidaires de l'Arménie au Rwanda*, Paris, Armand Colin, pp. 5-22.

BURGOS MADROÑERO, Manuel (1985) “Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura”, *Estudios Regionales*, 15/16: 425-489.

CAIRO CAROU, Heriberto; Godinho, Paula e Xerardo Pereiro (coord.) (2009) *Portugal e Espanha - Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, IELT/Edições Colibri.

CALADO, Hugo Miguel Pinto (2008) *A raia alentejana e os pólos de defesa militar; o Castelo de Noudar e a defesa do património nacional*, Tese de Mestrado em História Regional e Local, Faculdade de Letras de Lisboa, (policopiado).

CAMPOS CORDÓN, Manuel (1998) *Huelva con Extremadura: corrientes de opinión de los onubenses durante el proceso autonómico de la Segunda Republica*, Diputación Provincial de Huelva.

CANDEIAS, Maria Fernanda Sande (1998) *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha; Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Tese de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras de Lisboa, (policopiado).

CAPUCHA, Luís (2002) “Barrancos na ribalta, ou a metáfora de um país em mudança”, *Sociologia: problemas e práticas*, 39: 9-38.

CASANOVA, Julián (1999) “Rebelión y revolución”, in *Víctimas de la Guerra Civil*, Madrid, Temas de Hoy, pp.55-177.

- (coord.) (2004) *Morir, Matar, Sobrevivir; la Violencia en la Dictadura de Franco*, Barcelona, Crítica.

CASIMIRA, Paulo (1984) “Uma Vila quase Independente; Barrancos”, *Etnologia*, Ano II, 2: 24-48.

CASTELLS, Manuel (2003 [1997]) *O Poder da Identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CATARINO, Helena (2004) “A Ocupação Islâmica”, in *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Direcção de João Medina, vol. III, Ediclube, pp. 343-349.

CAVACO, Carminda (coord.) (1997) “Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial”, *Finisterra XXXII*, 63:159-166.

CAYETANO ROSADO, Moisés (2006) “Extremadura y Alentejo: Del subdesarrollo heredado a los retos del futuro”, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXII. Número III pp.1167-1188.

CHAVES PALACIOS, Julián (coord.) (2009) *Memoria e investigación en torno al setenta aniversario del final de la guerra civil*, Badajoz, Diputación de Badajoz.

- (2005) *Guerrilla y franquismo. Memoria viva del maquis Gerardo Antón (Pinto)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura.

CLÍMACO, Cristina (1995) “Portugueses nos campos do sudoeste de França (1939-1941)”, *Penélope*, 16: 25-61.

COBO ROMERO, Francisco (2009) “La aparición de una nueva oligarquía. Alcalá la Real, paradigma de la (con) fusión entre política y propiedad”, *Andalucía en la Historia*, Centro de Estudios Andaluces, 26: 16-21.

- (2004) *Revolución campesina y contrarrevolución franquista en Andalucía. Conflictividad social, violencia política y represión franquista en el mundo rural andaluz, 1931-1950*, Granada, Universidad de Granada.

COELHO, Adelino de Matos (1986) *O Castelo de Noudar - Fortaleza Medieval*, Câmara Municipal de Barrancos.

COHEN, Anthony P. (ed.) (2000) *Signifying Identities; anthropological perspectives on boundaries and contested values*, London and New York, Routledge.

COLLANTES DE TÉRAN, Antonio (1977) “Nuevas poblaciones en el siglo XV en el reino de Sevilla”, *Cuadernos de Historia*, 7, Madrid.

COLLIER, George A. (1997 [1987]) *Socialistas de la Andalucía rural. Los revolucionarios ignorados de la Segunda Republica*, Barcelona, Anthropos.

CONNERTON, Paul (1999 [1989]) *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora.

CORBIN, John (1995) “Truth and Myth in History: An example from the Spanish Civil War”, *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XXV, 4: 609-625.

CORNEJO, Mónica & PIRES, Ema (2003) “Una fiesta y varias fronteras: los Quintos de Barrancos (Portugal) y Noblejas (España)”, *Revista de Antropología Social*, 12:181-198.

CORREIA, António Horta (2007) *Sebastian Ramírez (1828-1900), Subsidio documental para uma biografia*, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

COSME, João (2001) *Fontes para a História de Barrancos: Registos Paroquiais 1674-1704*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto (2006) “Ordens Militares e Fronteira: um Desempenho Militar, Jurisdicional e Político em Tempos Medievais”, *História*, Revista da Faculdade de Letras, Porto, III Série, vol. 7, pp.79-91.

CREHAN, Kate (2004) *Gramsci, Cultura e Antropologia*, Lisboa, Campo da Comunicação.

CRESPO, Jorge (2007) “Prefácio”, in *Barrancos na encruzilhada da guerra civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*, Câmara Municipal de Barrancos, Edições Colibri, pp.13-21.

CUNHA, Luís (2006) *Memória Social em Campo Maior*, Lisboa, D. Quixote.

- (2006a) “Dinâmicas e Processos de Transformação Económica: do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior”, *Etnográfica*, Vol. X, 2: 251-262.

CUNHA, Maria Cristina (2006b) “A mobilidade interna na Ordem de Avis (séc. XII-XIV)”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 7, pp. 69-77.

- CUTILEIRO, José (2004 [1971]) *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- DAVIES, Charlotte Aull (1999) *Reflexive Ethnography: A Guide to Researching Selves and Others*, London, Routledge.
- DELGADO, Iva (1980) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- DEL RÍO, Ángel (2007) “La Memoria Histórica en escena. Demandas y movimientos sociales”, in *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las Ciencias Sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, Consejería de la Presidencia, Junta de Andalucía, pp.103-115.
- DELLA PORTA, Donatella & DIANI, Mari (1999) “The Study of Social Movements: Collective Behaviour, Rational Actions, Protests and New Conflicts”, in *Social Movements – Introduction*, United Kingdom, Blackwell Publishing, pp.1-75.
- DERRIDA, Jacques (1995) *Mal d’Archive. Une impression freudienne*, Paris, Éditions Galilée.
- DES CHENE, Mary (1997) “Locating the Past”, in *Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science*, Berkeley, University of California Press, pp.66-85.
- DOMINGUES, Cristina Maria (2003) *Barrancos e Encinasola; Fronteira e Destino*, Évora, Universidade de Évora, Mestrado de Sociologia, área de especialização de Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, (policopiado).
- (1995) *Fronteira, como Ponto de União*, Beja, Universidade Moderna de Beja, Seminário de Antropo-Sociologia, (policopiado).
- DONNAN, Hastings & WILSON, Thomas M. (1999) *Borders Frontiers of Identity, Nation and State*, Cambridge University Press.
- DOUGLAS, Mary (1991 [1966]) *Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu*, Lisboa, Edições 70.
- DOUGLASS, William (1999) “Fronteras: la configuración de los mapas mentales y físicos en el Pirineu”, in *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*,

Santiago de Compostela, Federación de asociaciones de Antropología del Estado Español/Asociación Galega de Antropoloxia, pp. 17- 27.

- (1998) “A western perspective on an eastern interpretation of where north meets south: Pyrenean borderland cultures”, in *Border identities. Nation and State at International frontiers*, Cambridge, CUP, pp. 62-95.

DREYFUS-ARMAND, Genevieve (2000) *El exilio de los republicanos españoles en Francia; de la guerra civil a la muerte de Franco*, Barcelona, Crítica.

DUBE, Saurabh (2007) *Historical Anthropology*, Oxford, University Press.

DURKHEIM, Émile (1977 [1893]) *A Divisão do Trabalho Social I*, Lisboa, Editorial Presença.

- (1980 [1895]) *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença.

EDELMAN, Marc (2001) “Social Movements: Changing Paradigms and Forms of Politics”, *Annual Review of Anthropology*, Volume 30, pp. 285-317.

ELOY, António (1999) *Em Barrancos*, Lisboa, Costa do Castelo.

ELOY, António & GALVÃO, Isabel (2001) *Barrancos, Resiste!* Lisboa, Edições Colibri, Câmara Municipal de Barrancos.

ESPINOSA, Francisco (2011) *Masacre. La represión franquista en Villafranca de los Barros (1936-1945)*, Sevilla, Aconcagua Libros.

- (2010) *Violencia Roja Y Azul. España, 1936-1950*, Barcelona, Crítica.

- (2007) *La Primavera del Frente Popular. Los campesinos de Badajoz y el origen de la guerra civil (marzo-julio de 1936)*, Barcelona, Crítica.

- (2006) *Contra el Olvido. Historia y Memoria de la Guerra Civil*, (prólogo de Alberto Reig Tapia) Barcelona, Crítica.

- (2003) *La Columna de la Muerte, El Avance del Ejército Franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona, Crítica.

- (2000) *La Justicia de Queipo; Violencia Selectiva y Terror Fascista en la II División en 1936*, Sevilla, Edición Del Autor.

- (1996) *La Guerra Civil en Huelva*, Huelva, Diputación Provincial.

ESPIRÍTO-SANTO, Ana (2001) *Touros de Morte, um Ciclo de Vida*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Tese de Licenciatura em Sociologia, (policopiado).

FARGE, Arlette «Penser et définir l'événement en histoire», *Terrain*, Numéro 38 - Qu'est-ce qu'un événement ? (mars 2002), mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consulté le 20 juin 2007.

FARIA, Telmo (2000) *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Edições Cosmos.

FARINHA, Luís (1998) *O Revirvalho: revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris (1994) *Memória Social*, Lisboa, Teorema.

FERNANDES, Margarida (2006) *Terra de Catarina. Do Latifúndio à Reforma Agrária. Ocupação de Terras e Relações Sociais em Baleizão*, Oeiras, Celta Editora.

FERNANDES, Maria Eugénia (2005) *Manolito, o Bixarrácu e o Cahtelu de Noudá, Barrancos*, Câmara Municipal de Barrancos.

- (2001) *Manolito, o Bixarrácu na Fera de Agôhtu*, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.

FERNÁNDEZ, Fátima Regina (2005) “A nobreza, o rei e a fronteira no medievo Peninsular”, *En la España Medieval*, Editorial Complutense, 28:155-176.

FERRÁNDIZ, Francisco (2008) “La etnografía como campo de minas: de las violencias cotidianas a los paisajes posbélicos”, in *Retos teóricos y nuevas prácticas*, Gipuzkoa, Ankulegi antropologia elkartea, pp. 89-115.

FERRAROTTI, Franco (1991) “Sobre a autonomia do método biográfico”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 9:171-177.

FERREIRA, Ana Sofia (2006) “As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949-1958”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, Vol. 7, pp.197-212.

FERREIRA, Sónia (2010) *A Fábrica e a Rua, resistência operária em Almada*, 100LUZ.

FIRMO, Manuel (1978) *Nas Trevas da Longa Noite; da Guerra Civil de Espanha ao Campo do Tarrafal*, Lisboa, Publicações Europa América.

FONSECA, Inês (2007) *Trabalho, Identidade e Memória em Aljustrel.* "Levávamos a foice logo para a mina", 100LUZ.

- (2006) *Aivados. Posse de Terra, Resistência e Memória no Alentejo*, Lisboa, Edições Dinossauro.

FOUCAULT, Michel (1994 [1976]) "A vontade de saber", in *História da Sexualidade*, Lisboa, Relógio D' Água.

- (2004 [1979]) *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal.

FOUCE FERNÁNDEZ, J. Guillermo (2009) "Informe sobre la violencia psicosocial ejercida en España por el regime franquista y sus repercusiones en la población, las comunidades y sus familias", *Revista Electrónica de Psicología Política* Año7, Nº 19 – Marzo/Abril: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/repp/v7n19/v7n19a10.pdf>

FOX, Richard & STARN, Orin (1997) "Introduction", in *Between Resistance and Revolution- Cultural Politics and Social Protest*, New Brunswick/New Jersey/London, Rutgers University Press, pp. 1-16.

FRANCO, Norberto (2000) *O Porquê de Barrancos*, Amareleja, Edição do Autor.

FRANK, Robert (1992) "La mémoire et l'histoire" in *La Bouche de La Verité? La Recherche Historique et les Sources Orales*, sous la direction de Danièle Voldman, Centre National de la Recherche Scientifique, Cahier nº 21, Novembre. <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle233.html>

FREIRE, Dulce; Rovisco, Eduarda e Inês Fonseca (coord.) (2009) *O contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.

FREIRE, Dulce; Fonseca Inês e Paula Godinho (coord.) (2004) *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica: século XX*, Lisboa, Colibri.

FITAS, Ana Paula Lopes (2007) *Olivença e Juromenha, uma história por contar*, Lisboa, Edições Colibri.

GARCÍA, Gabrielle & MATAS, Isabelle (2005) *La Mémoire Retrouvée des Républicains Espagnols*, Rennes, Éditions Ouest France, Écrits Sociétés.

GODINHO, Paula (no prelo) *Ouvir o galo cantar duas vezes - Identificações locais, culturas de orla e construção de nações na fronteira entre Portugal e a Galiza*, versão manuscrita em português, Prémio Taboada Chivite, em vias de publicação.

- (2011) “História de um testemunho, com Caxias em fundo”, in *Gente Comum - Uma história na PIDE*, 100LUZ, pp.11-43.

- (2005) “Nações na fronteira: patrimonializações na raia galaico-portuguesa”, *Património cultural: politizações e mercantilizações*, Actas do Congresso da Federación de Antropología del Estado Español, Sevilla.

(2005^a) “Media e Festas de Barrancos : ciclo festivo, férias e um logro”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 17: 33-48.

- (2004) “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, in *O Cambedo da Raia – Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense, Asociación Amigos da Republica, pp. 157-227.

- (2003) “Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema”, V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais: http://www.raiviva.org/info/wp-pt/wp-content/uploads/2007/02/do_estado_cego.pdf.

- (2001) *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958/1962)*, Oeiras, Celta Editora.

- (1996) “O maquis na guerra civil de Espanha: o caso do cerco a Cambedo da Raia”, *História*, nº 27, Dezembro, 2^a série, ano XVIII, pp. 28-45.

- (1995) “O contrabando como estratégia integrada nas aldeias da Raia Transmontana “, Separata de: *A Trabe de Ouro*, Publicación Fundación Sotelo Blanco Galega de Pensamento Crítico, Santiago de Compostela, T. 2, A. 6, Abr./Xuñ., pp. 209-222

- (1993) “O grupo do Juan e a importância da rede social”, *A Trabe de Ouro*, Tomo IV, ano IV, Outubro-Dezembro, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, pp. 571-583.

GOMES DA SILVA, José Carlos (1994) *A Identidade Roubada*, Ensaios de Antropologia Social, Gradiva, Lisboa.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (1986) “Conflictos fronterizos en la Sierra de Aroche. El pleito de Barrancos (1493)”, in *Huelva en su historia. Miscelánea histórica*. La Rábida (Huelva), Colegio Universitario de la Rábida, pp. 193-200.

GEERTZ, Clifford (2004 [1983]) *O Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, Editora Vozes.

- (1978 [1973]) *A Interpretação das Culturas*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

GIL, José (2004) *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio D'Água.

GILMORE, David (1980) *The People of the Plain: Class and Community in Lower Andalusia*, Columbia University Press.

GODELIER, M. (2004) “Poder y Lenguaje. Reflexiones sobre los paradigmas y las paradojas de la legitimidad de las relaciones de dominación y de opresión”. La construcción del otro por la desigualdad http://www.subsur.net/antropologia_social_ciep/obligatoria/10-%20Godelier.pdf

GOFFMAN, Erving (1980 [1963]) *Estigma*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

GOMES, Varela (2006) *Guerra de Espanha. Achegas ao Redor da Participação Portuguesa*, Lisboa, Fim de Século.

GONÇALVES, Luís da Cunha (1922) *A Vida Rural do Alentejo*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

GORDILLO GIRALDO, Cecilio (2007) “El interés por la recuperación de la memoria histórica”, in *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las ciencias sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, pp.117-121.

GRIAULE, Marcel (1969 [1957]) *El Método de la Etnografía*, Buenos Aires, Editorial Nova.

GRIMSON, Alejandro (2000) “Pensar fronteras desde las fronteras”, *Nueva Sociedad*, 170: http://www.nuso.org/upload/articulos/2916_1.pdf

GROPPO, Bruno (2003) « Exilés et réfugiés: L'évolution de la notion de réfugié au XXe siècle », *Historia Actual Online*, ISSN 1696-2060 : <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/viewFile/21/20>

GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2006) *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)*, Lisboa, Edições Colibri.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James (1997) *Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science*, Berkeley, University of California Press.

GUTMANN, Amy (2003) “The Claims of Cultural Identity Groups”, in *Identity in Democracy*, Princeton NJ, Princeton University Press, pp.38-85.

HALBWACHS, Maurice (1994 [1925]) *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, (Albin Michel, com posfácio de Gérard Namer).

- (2004 [1950]) *La Mémoire Collective* (Edição Brasileira, *A Memória Colectiva*), São Paulo, Centauro Editora.

HALL, Stuart (1997 [1992]) “The Question of Cultural Identity”, in *Modernity and its Futures* (versão brasileira *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*), Rio de Janeiro, DP& A Editora.

HARTOG, François (2003) *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil/La librairie du XXIe siècle.

HASTRUP, Kirsten (ed.) (1992) *Other Histories*, London, Routledge.

HERNÁNDEZ LEÓN, Elodia; Castaño Madroñal, Ángeles; Quintero Morón, Victoria y Rafael Cáceres Fera (1999) *Fiesta y Frontera*, Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

HERZFELD, Michael (1991) *A place in history: social and monumental time in a Cretan town*, Princeton University Press.

- (1992) « La Pratique des Stéréotypes », *L'Homme*, 32 :67-77.

HOBBSAWM, Eric (1978 [1958]) *Rebeldes Primitivos; Estudo de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais, Séculos XIX e XX*, (2ª edição, revista e ampliada), Rio de Janeiro, Zahar Editores.

HUYSSSEN, Andreas (2002) *En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempo de globalización*. Fondo de Cultura Económica, Goethe Institut, México. <http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/Huyszen2.pdf>

- (2000) “En busca del tiempo futuro”. Medios, política y memoria”, *Revista Puentes*, año 1, N° 2, diciembre 2000. Argentina. Consultável em: http://hemi.nyu.edu/esp/courses/spring2009/pdfs/huyszen_enbuscadeltiempofuturo.pdf

IBARRA BARROSO, Cayetano (2005) *La otra mitad de la Historia que nos contaron. Fuente de Cantos: República y Guerra*, Diputación Provincial de Badajoz.

INDA, Jonathan & ROSALDO, Renato (2002) “Introduction: A World in Motion”, in *The Anthropology of Globalization. A Reader*, Malden MA-Oxford, Blackwell, pp. 1-36.

JULIÁ, Santos (coord.) (1999) *Víctimas de la Guerra Civil*, Madrid, Temas de Hoy.

KOSELLECK, Reinhart (2006 [1979]) *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto.

LACOMBA, J. A. (1981) “Pequeña Burguesía y Revolución Regional: el Despliegue del Regionalismo Andaluz”, in *Aproximación a la Historia de Andalucía*, Barcelona, Editorial Laia, pp. 299-328.

LAMA, José María (2005) *La amargura de la memoria: República y Guerra en Zafra (1931-1936)*, Badajoz, Diputación de Badajoz.

LEAL, Ernesto Castro (2004) “Legião Portuguesa”, in *História de Portugal*, Vol XVI, Lisboa, Ediclube, pp.107-132.

LEFRANC, George (1988 [1957]) “O Acordar do Proletariado”, in *História do Trabalho e dos Trabalhadores*, Odivelas, Europress, pp. 235-272.

LE GOFF, Jacques (1989) “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, vol.1, Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.11-50.

LE WITA, Beatrix (1985) “Memoire l’Avenir du Présent », *Terrain 4*, Mars, pp.15-26.

LÉVI-STRAUSS, Claude (2000 [1978]) *Mito e Significado*, Lisboa, edições 70.

- (1989 [1958]) *Antropologia Estrutural*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

- (1982 [1949]) *As Estruturas Elementares do Parentesco*, Petrópolis, RJ, Vozes.

LIMA, Maria Antónia Pedroso de (2003) *Grandes Famílias, Grandes Empresas*, Coleção Portugal de Perto, Lisboa, Publicações D. Quixote.

LISÓN-TOLOSANA, Carmelo (1996) “Antropología e Historia: diálogo intergenérico”, *Revista de Antropología Social*, 5: 163-184.

(1994) “Antropología de la frontera”, *Antropología Social*, Vol. 3, Madrid, Universidad Complutense, pp.75-104.

- (1983) *Belmonte de los Caballeros. Anthropology and History in an Aragonese Community*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.

- (2004 [1980]) *Invitación a la Antropología Cultural de España*, 3ª edición, Madrid, Ediciones Akal.

LOFF, Manuel (2008) *O Nosso Século é Fascista. O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo de Letras.

- (2006) “A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa”, *Ler História*, 51, pp.77-131.

LOPES, José Escoval (2001) *Barrancos: Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Dissertação de Licenciatura em Sociologia, (policopiado).

LÓPEZ LÓPEZ, Tomás (2002) *Cancionero y tradiciones de Encinasola (Puntos de encuentro con Barrancos)*, Jabugo, Diputación de Huelva/Ayuntamiento Valverde del Camino / Hotel “Rincón del Abad” de Encinasola.

LÓPEZ RODRÍGUEZ, Antonio (2006) *Cruz, Bandera y Caudillo. El campo de concentración de Castuera*, Badajoz, CEDER-La Serena.

LOWENTHAL, David (1985) *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press.

MAGALHÃES BASTO, Artur (1923) *A Fronteira Espano-Portuguesa, ensaio de geografia política*, Lisboa, Biblioteca Nacional.

MALEFAKIS, Edward (1981) “Economía, Sociedad y Política en la Andalucía del Primer Tercio del Siglo XX”, in *Aproximación a la Historia de Andalucía*, Barcelona, Editorial Laia, pp. 329-343.

- (1972) *Reforma Agraria y Revolución en la España del Siglo XX*, Ariel, Barcelona.

MALINOWSKI, Bronislaw (1973 [1922]) *Los argonautas del Pacífico occidental: un estudio sobre comercio y aventura entre los indígenas de los archipiélagos de la Nueva Guinea melanesia*, Barcelona, Ediciones Península.

MARCOS ARÉVALO, Javier (1998) “La identidad extremeña. Reflexiones desde la antropología social”, *Gazeta de Antropología*: http://www.ugr.es/~pwlac/G14_04Javier_Marcos_Arevalo.html#N_1_

MARCUS, George (1995) “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24: 95-117.

MARTÍN, José-Luis (coord.) (1995) *Claudio Sánchez-Albornoz, Embajador de España en Portugal*, Ávila, Fundación Sánchez-Albornoz.

MARTINELL GIFRE, Emma (2001) *Matrimonios reales en España: el contacto de pueblos y de lenguas*, Cáceres, Universidad de Extremadura.

MARTÍNEZ ALIER, Juan (1968) *La Estabilidad del Latifundismo*, Paris, Ediciones Ruedo Ibérico.

MARTÍNEZ GARCÍA, Rosalía (1992) *Hambre de Pan, Hambre de Tierra*, Sevilla, Fundación Blas Infante.

MARX, Karl (1975 [1852]) *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Coimbra, Centelha.

MASCARENHAS, João Mário (coord.) (2002) *Guerra Civil de Espanha; na Memória de Barrancos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência.

MATE, Reyes (2004) “Por una cultura de la memoria”, in *El Canal de los Presos (1940-1962). Trabajos forzados: de la represión política a la represión económica*, Barcelona Crítica, pp. XXXVII- XLVII.

MAUSS, Marcel (2001 [1950]) *Ensaio Sobre a Dádiva*, Edições 70, Lisboa.

MEAD, Margaret (s.d.) « L'Anthropologie Visuelle dans une discipline verbale », *Cahiers de L'Homme*, Mouton Éditeur, Paris, La Haye, New York, pp.13-20.

MEDINA, Eusebio (2000) *Contrabando en la Frontera de Portugal. Orígenes, Estructuras, Conflicto y Cambio Social*, Tese de doctoramiento em Antropología Social, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid.

- (2006) “Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)”, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXII, N° II, pp.713-724

MÉSZAROS, István (1996 [1989]) *O Poder da Ideologia*, S. Paulo, Editorial Vozes.

MINARD, Philippe (2002) « Histoire et anthropologie, nouvelles convergences? », *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine*, RHMC, 49-4 bis, supplément, pp.81-85.

MINTZ, Jerome (1999 [1983]) *Los Anarquistas de Casas Viejas*. Biblioteca de Etnología, 7, Diputación de Granada, Diputación de Cádiz.

MIR, Conxita (2004) “El sino de los vencidos: la represión franquista en la Cataluña rural de posguerra”, in *Morir, Matar, Sobrevivir; la Violencia en la Dictadura de Franco*, Barcelona, Crítica, pp.123-183.

- (2004) “La Represión sobre las Mujeres en la Posguerra Española”, *Cuadernos Republicanos*, nº 54, pp. 205-227.

- (2000) *Vivir es Sobrevivir, Justicia, Orden y Marginación en la Cataluña Rural de Posguerra*, Lleida, Editorial Milenio.

MONCUSÍ FERRÉ, Albert (2003) *¿Mitad de Francia, mitad de España o Cerdanya catalana? Fronteras, identidades nacionales y espacios de sociabilidad en una comarca del Pirineo*, Universitat Rovina i Virgili, Departament d'Antropologia Social i Filosofia: <http://www.tdx.cesca.es/TDX-0604103-172831/> (Novembro, 2007)

- (1999) “De la frontera política a la frontera cotidiana en una comarca del pirineo”, in *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Santiago de Compostela, Federación de asociaciones de Antropología del Estado Español/Asociación Galega de Antropoloxia, pp. 119-128.

MONTAÑA CONCHIÑA, Juan Luis de la (2005) “El comercio en la frontera castellano-portuguesa: el ámbito extremeño (siglos XIII-XV)”, *En la España Medieval*, 28, Editorial Complutense, pp. 81-96.

MOORE JÚNIOR, Barrington (1975) *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*, Lisboa, Cosmos.

MOREIRA, Vital (2004) “O Sistema Jurídico-Constitucional do Estado Novo”, in *História de Portugal*, Volume XV, Amadora, Ediclube, pp.405-491.

MORENO, Humberto Baquero (1986) *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*, Lisboa, Presença.

- (2003) *Demarcações de fronteira*, Porto, Universidade Portucalense – Infante D. Henrique. Centro de Investigação e de Documentação de História Medieval.

MORENO FONSERET, Roque & QUIÑONERO FERNÁNDEZ, Francisco (1993) “Guerra Civil y migraciones en una ciudad de retaguardia: Alicante (1936-1940)”, *Investigaciones geográficas*, 11: 299-307.

MORENO GÓMEZ, Francisco (2006) *Historia y Memoria del maquis. El cordobés “Veneno”, ultimo guerrillero de la Mancha. (Extremeños, andaluces y manchegos en la “Resistencia”)*, Madrid, Editorial Alpuerto S.A.

- (2004) “Huidos, Guerrilleros, Resistentes. La oposición armada a la dictadura”, in *Morir, matar, sobrevivir. La violencia en la dictadura de Franco*, Barcelona Crítica, pp. 197-295.

- (1999) “La represión en la posguerra”, in *Víctimas de la guerra civil*, Madrid, Temas de Hoy, pp. 275-405.

NAVAS SÁNCHEZ-ÉLEZ, María Victoria (1996) “Transferencias morfológicas del castellano a un dialecto de base portuguesa, el barranqueño”, *Revista de Filología Románica*, 13: 253-266

- (1992) “El barranqueño: un modelo de lenguas en contacto”, *Revista de Filología Románica*, 9: 225-246.

NAROTZKY, Susana (2007) “A Cargo del Futuro. ‘Between History and Memory: An Account of the ‘Fratricidal’ Conflict during Revolution and War in Spain (1936/39)”, *Critique of Anthropology*, 27: 411-429. The online version of this article can be found: <http://coa.sagepub.com/cgi/content/abstract/27/4/411>

NAROTZKY, Susana & SMITH, Gavin (2006) *Immediate Struggles. People, Power and Place in Rural Spain*, Berkeley, University of California Press.

- (2002) “Being politico in Spain. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics”, *History & Memory*, Indiana University Press, pp.189-228.

NASH, Mary (1999) *Rojas; las mujeres republicanas en la Guerra Civil*, Madrid, Taurus.

NASH, Mary & TAVERA, Susanna (coord.) (2003) *Las Mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la contemporánea*, Asociación Española de Investigación Histórica de las Mujeres, Icaria Editorial.

NEVES, Mário (2007) *La Matanza de Badajoz*, Mérida, Editora Regional de Extremadura.

NORA, Pierre (1984) *Les lieux de mémoire, 1. Les France : conflits et partages*, Paris, Gallimard.

OLIVEIRA, António de (1991) *Poder e Oposição Política em Portugal 1580-1640*, Lisboa, Difel.

OLIVEIRA, César (1987) *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal.

OLMEDO ALONSO, Ángel & IZQUIERDO IZQUIERDO, Joxe (2005) *Espacios, Lugares y Personas de la Guerra Civil en la Provincia de Badajoz*, Diputación de Badajoz, Estudios Provinciales.

OLMEDO ALONSO, Ángel (coord.) (2011) *Guerra y Represión. Las fosas de Escorial y Miajadas (1936-2009)*, Mérida, Asamblea de Extremadura.

- (2010) *Llerena 1936. Fuentes orales para la recuperación de la memoria histórica*, Badajoz, Diputación de Badajoz.

ORIHUELA, Antonio (2010) *Moguer 1936*, Madrid, La Oveja Roja.

PALAZÓN FERRANDO, Salvador & MIRANDA ENCARNACIÓN, José Antonio (1993) “Inmigrantes y refugiados en un municipio de la retaguardia republicana: Elche, 1936-1940”. *Investigaciones geográficas*, 11: 317-327.

PATRIARCA, Fátima (2000) *Sindicatos contra Salazar. A revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PAYNE, Stanley G. (1997) *Franco y José Antonio. El extraño caso del fascismo español*, Barcelona, Editorial Planeta.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto (2003) “A guerra de propaganda de Salazar. Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Media & Jornalismo*, 3: 9-22.

- (1998) *El Gran Aliado de Franco. Portugal y la Guerra Civil Española: prensa, radio, cine y propaganda*, Coruña, Edicions do Castro.

PENNEBAKER, James W. (1993) “Creación y mantenimiento de las memorias colectivas”, *Psicología Política*, 6: 35-51.

PEREIRA, José Pacheco (1983) *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem Martins, Europa-América, Estudos e Documentos.

PIAULT, Marc-Henri (1994) “Antropologia e Cinema”, in *Catálogo II Mostra Internacional do Filme Etnográfico*, RJ (Interior Produções).

PIÇARRA, J. M. (2001) *Breves Apontamentos sobre a Geologia da Região de Barrancos*, Barrancos, Edição da Câmara Municipal.

PIMENTEL, Irene Flunser (2007) *A História da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates.

- (2006/2007) “Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina”, *Campus Social*, 3/4: 19-43.

PINK, Sarah (2000) *Doing Visual Ethnography*, London, Sage.

PINTO, António Costa (2004) “Ajustando contas com o passado na transição para a democracia em Portugal”, in *Política da Memória. Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*, Instituto de Ciências Sociais (ICS), pp.87-108.

PIRES, Ema (2006) “ «Nós, os Outros»: Sobre Identidade e Alteridade na Fronteira de Portugal”, *Actas das VIII Jornadas do Departamento de Sociologia*, Universidade de Évora, pp.128-136.

PIRES, João Carlos Salvador Urbano (1997) *A Memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo Raiano*, Mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, (policopiado).

PITT-RIVERS, Julián (1971 [1954]) *Los Hombres de la Sierra*, Barcelona, México, Ediciones Grijalbo, S. A.

POIRIER, Jean; Clapier-Valladon S. e P. Raybaut (1999 [1983]) *Histórias de Vida: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.

POLLAK, Michael (1992) “Memória e Identidade social”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, 10:200-212.

POMIAN, Krzysztof (1992) «Les Archives du Trésor des chartes au Caran », in *Les lieux de mémoire, 3. Les France: de l'archive à l'emblème*, Paris, Gallimard, pp.163-180.

PORTELLI, Alessandro (1989) “Historia y Memoria. La muerte de Luigi Trastulli”, *Historia y Fuente Oral*, 1: 5-32.

PRESTON, Paul (2004) *La Guerra Civil Española*, Barcelona, Debolsillo.

PUJADAS, Joan J. (2000) “El método biográfico y los géneros de la memoria”, *Revista de Antropología Social*, 9: 127-158.

PUJADAS MUÑOZ, Juan; Martín Díaz, Emma e Joaquim Pais de Brito (ed.) (1999) *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Santiago de Compostela,

Federación de asociaciones de Antropología del Estado Español /Asociación Galega de Antropoloxia.

RAFANEAU, Marie-Claude (1995) *Los campos de concentración de refugiados españoles en Francia*, Barcelona, Ed. Omega.

RAMOS, Francisco (2000) “Património Intangível e Identidade (s). O Caso de Barrancos”, Comunicação apresentada ao Congresso da *Revista Arquivo de Beja*.

- (1999) “Património, Língua, Identidade e a Tradição: Estudo de Caso em Barrancos”, Coordenação do Projecto de investigação [submetido à FCT/Programa Lusitânia], (documento policopiado).

RAMOS Y ORCAJO, Máximo (1891) *Dehesa de la Contienda. Proyectos de División*, Lisboa, Tipografía Franco-Portuguesa.

REGO, Miguel (2003) “A ocupação islâmica de Noudar”, *Arqueologia Medieval*, VIII: 60-82.

- (2002) “Um pequeno apontamento sobre a história de Barrancos e Encinasola”, in *Cancionero y tradiciones de Encinasola (Puntos de encuentro con Barrancos)*, Jabugo, Diputación de Huelva/Ayuntamiento Valverde del Camino / Hotel “Rincón del Abad” de Encinasola, pp. 267-268.

- (2001) *Noudar (Barrancos): do Calcolítico à vila medieval*, tesina em Arqueologia apresentada à Universidade de Huelva.

- (1999) *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa*, Actas do Congresso, Barrancos Câmara Municipal de Barrancos, pp.6-7.

- (1998) “Noudar - O castelo de todos os encantamentos”, *Revista Imenso Sul*, Suplemento Especial, XIII, Janeiro/Março.

- (1997) “Barrancos, Encinasola, un territorio de frontera”, in *Actas de las XI Jornadas del Patrominio de la Sierra de Huelva*, Huelva, Diputación Provincial, pp. 65-77.

(1994) “Investigações arqueológicas no castelo de Noudar”, in *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Actas del encuentro internacional de Arqueología del Suroeste, Huelva, Equipo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste.

REIG TAPIA, Alberto (1999) *Memoria de la Guerra Civil. Los Mitos de la Tribu*, Madrid, Alianza Editorial.

RIBEIRO, Maria da Conceição (1995) *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Estampa.

RICHARDS, Michael (1999) *Un Tiempo de Silencio. La guerra civil y la cultura de la represión en la España de Franco, 1936-1945*, Barcelona, Crítica.

RICHES, David (1988) *El Fenómeno de la Violencia*, Pirámide, Madrid.

RIVERS, William (1969 [1910]) “O método genealógico de pesquisa antropológica” in Roque de Barros (org.) *Organização Social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

RODRIGUES, Luís Nuno (1996) *A Legião Portuguesa: a Milícia do Estado Novo (1936-1944)*, Lisboa, Editorial Estampa.

RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel; Lanero Táboas, Daniel e Antonio Míguez Macho *al* (2009) “La raya galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)”, in *O contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, pp. 57-87.

- (2008) “Galegos, vítimas de Salazar”, in *A Trabe de Ouro*, 75: 393-407

RODRÍGUEZ GUILLÉN, Antonio & LÓPEZ GARCÍA, Antonio (2009) *Estudio Histórico del Periodo Republicano y la Guerra Civil en Encinasola*, Ayuntamiento de Encinasola.

ROMERO, Fernando (2001) *Jornaleros y organizaciones obreras. Villamartin, 1900-1936*, Cádiz, Diputación de Cádiz.

ROSAS, Fernando (1999) “O Salazarismo e a Guerra Civil de Espanha”, in *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa*, Cadernos do Museu, Câmara Municipal de Barrancos, pp. 9-11.

- (coord.) (1998) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Edições Colibri, Lisboa.

- (1996) *Armindo Monteiro e Oliveira Salazar - correspondência política, 1926-1955 (coord.)*, Lisboa, Editorial Estampa.

- (1992) *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. *Nova Historia de Portugal* (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques) vol. XII, Editorial Presença, Lisboa.

ROVISCO, Eduarda (2010) *Não Queirais Ser Castelhana. Fronteira e Contrabando na Raia do Concelho de Idanha-a-Nova*, tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL) (policopiado).

- (2008) “Contrabandos no «concelho mais português de Portugal»”, (con)textos. revista antropología i investigació social, Número 2. Dezembro de 2008. Pàgines 18-35: <http://www.con-textos.net/files/%28con%29textos%202%282008%29%20-%20Rovisco.pdf>

RUBIO, Javier (1977) *La Emigración de la Guerra Civil Española*, Madrid, Editorial San Martín.

- (1979) *Asilos y Canjes durante la Guerra Civil Española*, Madrid Editorial, Planeta.

RUIZ GONZÁLEZ, Juan E. (1999) *Los pueblos de Huelva en el siglo XVIII; según el Diccionario del Geógrafo Real D. Tomás López*, Huelva, Diputación de Huelva.

RUIZ MORALES, Fernando (1999) “La construcción de una nueva «comunidad imaginada» en la escuela: la ciudadanía europea. El caso de la legislación educativa”, in *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Santiago de Compostela, Federación de asociaciones de Antropología del Estado Español/Asociación Galega de Antropología, pp.171-8.

SAHLINS, Marshall (1997 [1985]) *Islas de Historia. La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropología e história*, Barcelona, Gedisa.

SAHLINS, Peter (1996 [1989]) *Frontières et identités nationales– La France et l’Espagne dans les Pyrénées depuis le XVIIe siècle*, Paris, Belin (prefácio de Bernard Lepetit).

SALVADO, Pedro Miguel Neto dos Santos Forte (1996) *Relações transfronteiriças na raia do concelho de Idanha-a-Nova: tempos, espaço e memória*, Dissertação de mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa, FCSH-UNL, (policopiado).

SANCHA SORIA, Félix (2008) *La guerra de la restauración portuguesa en la Sierra de Aroche (1640-1645)*, Huelva, Diputación de Huelva.

SÁNCHEZ, Pura (2009) *Individuas de Dudosa Moral. La represión de las mujeres en la Andalucía (1936-1958)*, Barcelona, Crítica.

SÁNCHEZ GONZÁLEZ, Juan (2001) *El Ideario Regionalista en Extremadura. Topología discursiva de José López Prudencio*, Cáceres, Universidad de Extremadura.

SANTOS, António Pedro Ribeiro dos (1999) *O Estado e a Ordem Pública: as Instituições Militares Portuguesas*, Lisboa, ISCTE/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SCHMIDT, Bettine & SCHRODER, Ingo W. (ed.) (2001) *Anthropology of Violence and Conflict*, London, Routledge.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz (2005) “Sobre uma antropologia da história”, *Novos Estudos*, CEBRAP, 72: 119-135.

SCOTT, James C. (1985) *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press.

- (2003 [1990]) *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*, México, Editorial Txalaparta.

- (1992) “Domination, Acting and Fantasy”, in *The Path to Domination, Resistance and Terror*, Berkeley, Los Angeles, Oxford, University of California Press, pp. 55-84.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1909) *Noudar: Notícia histórica*. Lisboa, Tipografia da Casa da Moeda e Papel Selado, Separata do Boletim da Associação dos Arquitectos Cívicos e Archeólogos Portugueses.

SERRÁN-PAGÁN, Ginés (1980) “La Fábula de Alcalá y la Realidad Histórica en Grazalema. Replanteamiento del primer estudio de Antropología Social en España”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 9:81-115.

SIDAWAY, James (2002) “Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo-Andalucía) Borderlands”, *Geopolitics*, Vol.7, No.1, pp.139–164.

SIMÕES, Maria Dulce (2009) “Ambiguidades e ambivalências na fronteira luso-espanhola; o caso dos refugiados da guerra civil de Espanha em Barrancos”, in *Portugal e Espanha - Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, pp. 215-235.

- (2009^a) “O contrabando em Barrancos; memórias de um tempo de guerra”, in Fonseca, Inês; Dulce Freire e Eduarda Rovisco (coord.) *O contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, pp. 165-195.

- (2009b) “Memórias e Silêncios; solidariedades transfronteiriças no pós-guerra de Espanha”, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXV, Numero II, pp.1011-1040.

- (2008) *Barrancos en la encrucijada de la Guerra Civil Española. Memorias y testimonios, 1936*, Mérida, Editora Regional de Extremadura.

- (2007) *Barrancos na encruzilhada da guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos 1936*, Lisboa, Edições Colibri.

SMITH, Gavin (2007) “Hegemony”, in *A Companion to the Anthropology of Politics*, Blackwell Publishing, pp.216-230

SOUTELO, Luciana Castro (2009) *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*, Porto, dissertação de mestrado em História Contemporânea, FLUP: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20320/2/mestlucianasoutelomemoria000085060.pdf>

SPERBER, Dan (1992 [1982]) *O Saber dos Antropólogos*, Lisboa, Edições 70.

STOCKING JR., George (1997) *Malinowski, Rivers, Benedict and Others: Essays on Culture and Personality*, University of Wisconsin Press.

TAJFEL, Henri (1982) “Os Atributos do Comportamento Intergrupo”, in *Grupos Humanos e Categorias Sociais; Estudos em Psicologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 260-277.

TAPADA PÉREZ, Manuel (1999) *Guerra Y Posguerra en Encinasola*, Sevilla, Edición Del Autor.

TELO, António José (1999) *A Neutralidade portuguesa e o Ouro Nazi*, Lisboa, Quetzal.

THASSIO, Augusto (2000) “Rosal de la Frontera en la Posguerra. Contrabando de Hambre”, XV Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra, Aroche (Huelva), Diputación de Huelva, pp. 159-183.

THIESSE, Anne-Marie (2000) *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates.

THOMPSON, E. P. (2008 [1971]) *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*, Antígona.

- (1991[1963]) *The Making of the English Working Class*, London, Penguin, Books.

THOMPSON, Paul (1989) *The Voice of the Past. Oral History*, Oxford, Oxford University Press.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1985) *Do “Perigo Espanhol” à Amizade Peninsular: Portugal-Espanha (1919-1930)* Lisboa, Estampa.

TOURAINÉ, Alain (1996 [1984]) “Os Movimentos Sociais: Objecto Particular ou Problema Central da Análise Sociológica”, in *O Retorno do Actor: Ensaio sobre Sociologia*, Lisboa, Piaget, pp. 97-112.

TRIBÓ TRAVERA, Gemma (2003) “Las Mujeres y refugiados en la retaguardia republicana durante la Guerra Civil (1936-1939)”, in *Las Mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la contemporánea*, Asociación Española de Investigación Histórica de las Mujeres, Icaria Editorial, pp.526-549.

TULESKI, Valéria Eneida Ruviaro (2001) *Touros de Morte em Barrancos: uma Tradição da Fronteira Luso-Espanhola*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Tese de Mestrado em Património e Identidades, (policopiado).

URIARTE, M. Luis (1994) *La Codosera, Cultura de Frontera y Fronteras Culturales*, Extremadura, Asamblea de Extremadura.

WATSON, Laurence & WATSON-FRANKE, Barbara (1985) *Interpreting Life Histories: An Anthropological Inquiry*, New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press.

- WEBER, Max (1971[1921]) *Économie et Société*, Paris, Librairie Plon.
- WIEVIORK, Michel (2002) *A Diferença*, Lisboa, Fenda.
- WILSON, Thomas M. & DONNAN, Hastings (1998) *Border Identities. Nation and state at international frontiers*, Cambridge, University Press.
- WOLF, Eric R. (1976 [1966]) *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- (1982) *Europe and the People Without History*, Berkeley/Los Angeles/ London, University of California Press.
- WOLF, Eric. R. & COLE, John W. (1999 [1974]) *The Hidden Frontier: ecology and Ethnicity in an Alpine Valley*, Berkeley, University of California Press.
- VAN EPP, Margaret (1998) *Si Yo te Dijera; una Historia Oral de la Sierra de Huelva*, Huelva, Fundación Machado, Diputación de Huelva.
- VAN GENEP, Arnold (1978 [1909]) *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis, Editora Vozes.
- VASCONCELOS, José Leite de (1942) *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- (1955) *Filologia Barranquenha*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- VASCONCELLOS, J. A. C. (1884) *A Colonização do Alentejo*, Elvas, Tipografia Elvense.
- VALCUENDE DEL RÍO, José María Valcuende del Río (2007) “Memoria e história – individuos e sociedade”, in *La recuperación de la memoria histórica. Una perspectiva transversal desde las ciencias sociales*, Sevilla, Centro de Estudios Andaluces, pp. 19-31.
- (1999) “Espacio, territorio y identidad: procesos de identificación y discursos” in *Globalización, fronteras culturales y políticas y ciudadanía*, Santiago de Compostela, Federación de asociaciones de Antropología del Estado Español/Asociación Galega de Antropoloxia, pp. 217-227.

- (1998) *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas: Interacción Social, Discursos Políticos y Procesos Identitarios en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa*, Sevilla, Fundación Blas Infante.

VELLARINO LUNA, Felipe (2009) *Oliva... Posada Callada de la Historia*, Oliva de la Frontera, Librería Barahona.

VIEIRA, Rui (1996) “Relações Alentejo-Extremadura. Guerra Civil Espanhola”, in *O Pelourinho, Encuentro de Relaciones Alentejo-Extremadura en el siglo XX*, Boletín de Relaciones Transfronterizas, Caja de Badajoz.

VICENTE, Ana & VICENTE, António Pedro (1995) “Embaixador da Republica Espanhola em Lisboa”, in *Claudio Sanchez-Albornoz, Embajador de España en Portugal*, Ávila, Fundación Sanchez-Albornoz, pp.19-62.

VICENTE, António Pedro (1998) “O cerco à embaixada da República Espanhola em Lisboa (Maio a Outubro de 1936)”, in *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri, pp.2-44.

VINYES, Richard (2002) *Irredentas. Las presas políticas y sus hijos en las cárceles franquistas*, Madrid, Temas de Hoy.

Anexos

Anexos

Capítulo 1

Ficha de entrevistado

Dados Pessoais:

Nome: **Maria dos Remédios Comprido Ramos**

Local de Nascimento: Camarate, 14/5/1925

Local de baptismo: Barrancos, Padrinhos: Maria Bella Pulido e José Adrião

1ª Comunhão, Comunhão Solene e Crismada pelo Bispo de Beja em 1935 (madrinha Estrelita Ortega Raio)

Habilitações Literárias: exame da 4ª classe, Escola Primária de Barrancos

Professora: Maria da Purificação Pelicano Fernandes

Profissão: trabalhadora rural – Situação actual: reformada

Estado Civil: viúva

União de facto: **André Leal Pinto**

Local de nascimento: Barrancos, 1922

Local de baptismo: Barrancos, Madrinha: Paquita

Habilitações literárias: exame da 4ª classe com prof. Galhardo (anterior ao prof. Varregoso)

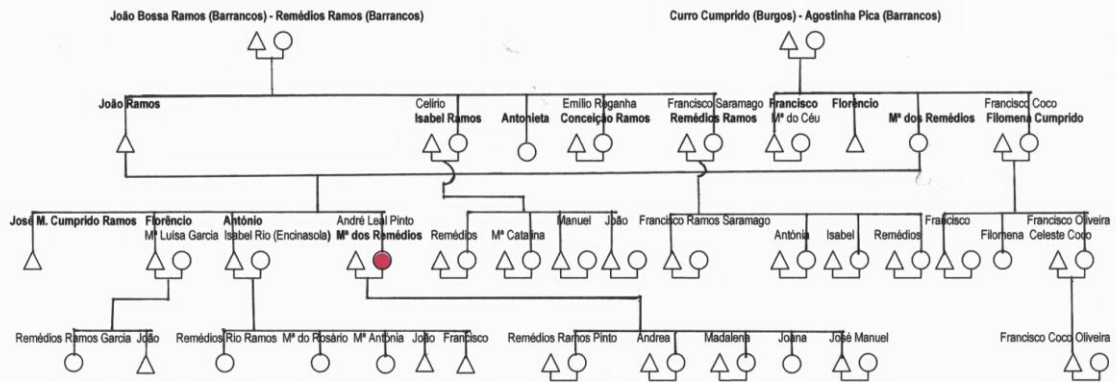
Profissão: caixeiro (de Manuel Paneiro e Mariquita Paneiro), contrabandista, contínuo da Sociedade Artística, direcção da Cooperativa Agrícola (pós 25 de Abril).

Local de Residência actual: Lar Nossa Senhora da Conceição, Rua 1º de Dezembro, Barrancos.

Família nuclear em 1936:

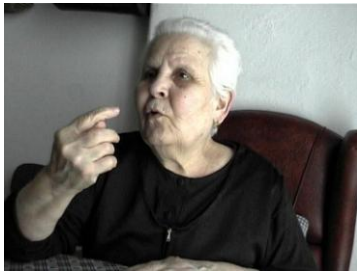
	Nome	Naturalidade	Nascimento	Habilitações	Profissão
Pai	João Bossa Ramos	Barrancos		Ler e escrever	Trabalhador rural, taberneiro e cantineiro
Mãe	Maria Pica Comprido	Barrancos		Idem	Trabalhadora rural
Irmão	José Manuel	“	1919	“	Contrabandista
Irmão	Florêncio	“	1921	“	Idem
Irmão	António Francisco	“	1930	“	“
Ego	Maria dos Remédios	“	1925	4ª classe	Trabalhadora rural

Diagrama de parentesco



EGO

(Dulce Simões, Abril/2008)



Em todas as vidas há um segredo, e aqui também o havia!

Quadro de Identificação dos Entrevistados

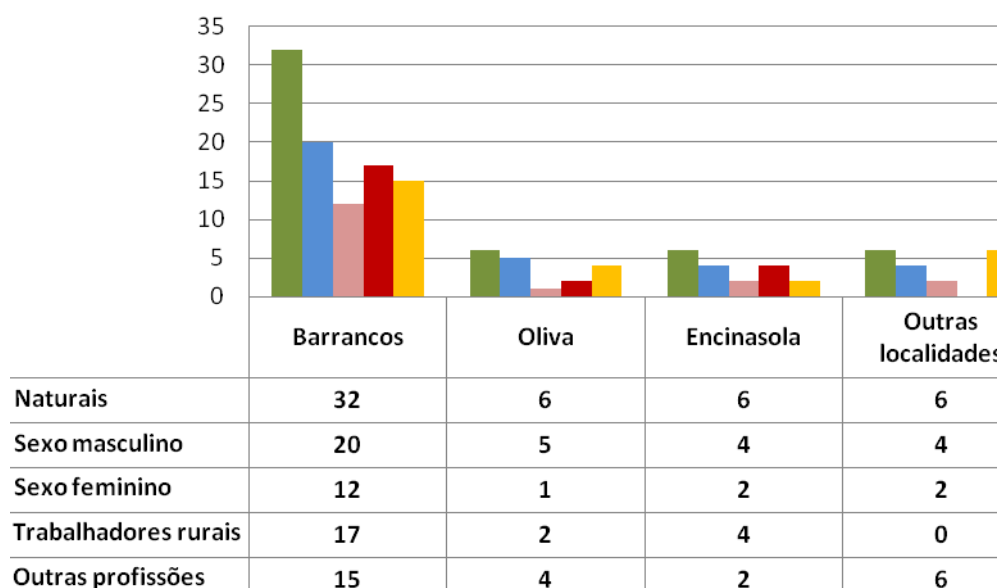
Sexo	Naturalidade	Ano de nascimento	Habilitações Literárias	Estado Civil	Nº de Filhos	Profissão	Residência	Obs.
M	Barrancos	1914	7º Ano Colégio Infante de Sagres (Lisboa)	Viúvo	4	Proprietário rural	Barrancos	Faleceu em Dezembro de 2006
M	Chaves	1914	7º Ano - Liceu de Beja	Casado	1	Empregado bancário	Almada	Faleceu em Junho de 2005
M	Chaves	1916	7º Ano - Liceu de Beja	Viúvo	3	Funcionário Público	Alvor	Faleceu em Setembro de 2006
M	Oliva de la Frontera	1916	Ler e escrever	Viúvo	2	Obrero/Comerciante	Oliva de la Frontera	
M	Barrancos	1916	2ª Classe - Barrancos	Viúvo	2	Trabalhador rural/Comerciante	Barrancos	
F	Villanueva del Fresno	1918	Ler e escrever	Viúva	2	Costureira /Doméstica	Rennes (França)	Faleceu em Fevereiro de 2008
M	Encinasola	1919	6º Ano (D. Carlo)	Solteiro	-	Obrero /Contrabandista	Encinasola	
M	Barrancos	1920	4ª Classe - Barrancos	Casado	3	Contrabandista/ Fiel de armazém	Barrancos	Faleceu em Maio de 2008
M	Barrancos	1921	Analfabeto	Casado	4	Trabalhador rural /Mineiro	Barrancos	Faleceu em Fevereiro de 2009
F	Moura	1922	4ª Classe Sobral d' Adiça	Viúva	5	Empregada doméstica	Barrancos	
M	Encinasola	1922	4º Ano (D. Urbano Cortegana)	Casado	3	Contrabandista /Operário	Encinasola	

M	Encinasola	1922	6º Ano (D. Urbano Cortegana)	Casado	2	Agricultor/talhante	Encinasola	
F	Encinasola	1923	4º Ano (D. Urbano Cortegana)	Casada	2	Doméstica	Encinasola	
M	St.º Aleixo da Restauração	1923	Analfabeto	Casado	1	Vaqueiro	Barrancos	
F	Encinasola	1924	Analfabeta	Casada	3	Obrera/ Contrabandista	Encinasola	
M	Encinasola	1924	2º Ano (D. Urbano Cortegana)	Casado	3	Obrero/ contrabandista	Encinasola	
M	Barrancos	1924	Analfabeto	Casado	2	Trabalhador rural, contrabandista	Lisboa (Porto Salvo)	
F	Barrancos	1925	4ª Classe – Barrancos	Viúva	2	Trabalhadora rural/ Contrabandista	Barrancos	Faleceu em Maio de 2008
M	Valencia de Mombuey	1925	Ler e escrever	Casado	2	Comerciante	Valencia de Mombuey	
F	Barrancos	1925	3ª Classe – Barrancos	Casada	4	Trabalhadora rural/doméstica	Barrancos	
F	Barrancos	1925	7º Ano (Colégio das Doroteias, Lisboa)	Viúva	8	Doméstica	Moura	
F	Barrancos	1926	Analfabeta	Casada	2	Trabalhadora rural/ Contrabandista	Barrancos	
M	Barrancos	1926	2ª Classe – Escola de Artilharia de Vendas Novas	Casado	2	Vaqueiro	Barrancos	

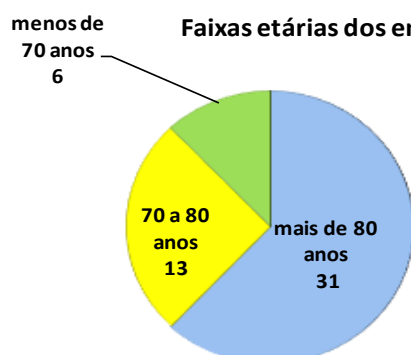
M	Oliva de la Frontera	1927	Ler e escrever	Casado	2	Agricultor/ Contrabandista	Oliva de la Frontera	
M	Barrancos	1927	4ª Classe – Barrancos	Viúvo	4	Comerciante	Barrancos	Faleceu em Abril de 2011
F	Barrancos	1927	Analfabeta	Viúva	1	Trabalhadora rural	Barrancos	
F	Barrancos	1927	4ª Classe – Barrancos	Solteira	-	Doméstica	Barrancos	
F	Barrancos	1927	2ª Classe – Barrancos	Casada	1	Trabalhadora rural	Barrancos	
M	Barrancos	1929	4ª Classe – Barrancos	Casado	2	Trabalhador rural	Barrancos	
M	Barrancos	1929	Analfabeto	Casado	3	Trabalhador rural	Barrancos	Faleceu em Dezembro de 2010
M	Oliva de la Frontera	1929	Bachiller Elementar	Casado	2	Funcionário público	Oliva de la Frontera	
F	Barrancos	1930	Analfabeta	Viúva	1	Trabalhadora rural	Barrancos	
M	Oliva de la Frontera	1930	Ler e escrever	Viúvo	10	Talhante/ Contrabandista	Oliva de la Frontera	
M	Barrancos	1931	Curso de Mecânica	Casado	2	Contrabandista/ Motorista	Barrancos	
F	Oliva de la Frontera	1931	Ensino Primário	Viúva	0	Empregada doméstica	Badajoz	
F	Barrancos	1932	4ª Classe/Adultos – Barrancos	Solteira	-	Trabalhadora rural/ Empregada doméstica	Barrancos	
M	Barrancos	1933	4ª Classe - Barrancos	Casado	2	Comerciante	Barrancos	
M	Barrancos	1933	Analfabeto	Casado	2	Trabalhador rural/ Artesão	Barrancos	

M	Barrancos	1934	4ª Classe - Barrancos	Casado	2	Empregado comércio, industrial de hotelaria	Barrancos	Faleceu em Dezembro de 2008
F	Barrancos	1934	Mestrado Estudos Ultramarinos	Solteira	-	Assistente Social	Barrancos	
M	Barrancos	1935	4º Ano – Escola Comercial	Viúvo	1	Comerciante	Barrancos	Faleceu em Janeiro de 2010
M	Barrancos	1935	Analfabeto	Viúvo	-	Trabalhador rural	Barrancos	
M	Barrancos	1935	4º Ano de Agronomia – Évora	Casado	4	Gestor Agrícola	Barrancos	
F	Barrancos	1937	4ª Classe - Barrancos	Casada	2	Doméstica	Barrancos	
M	Oliva de la Frontera	1944	Ensino Primário	Divorciado	7	Reformado	Badajoz	
M	Barrancos	1947	4ª Classe - Barrancos	Casado	1	Trabalhador Rural/Mineiro/ Comerciante	Barrancos	
M	Barrancos	1949	Licenciado em História	Casado	1	Funcionário dos TLP	Barrancos	
F	Barrancos	1970	Licenciada em Matemática e Ciências da Natureza			Professora	Barrancos	
M	Barrancos	1971		Casado	3	Funcionário Público	Silves	
M	Barrancos	1973	Bacharelato em Ciência Política, Universidade Aberta	Casado	3	Funcionário Público	Barrancos	

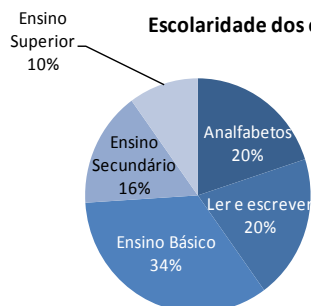
Entrevistados

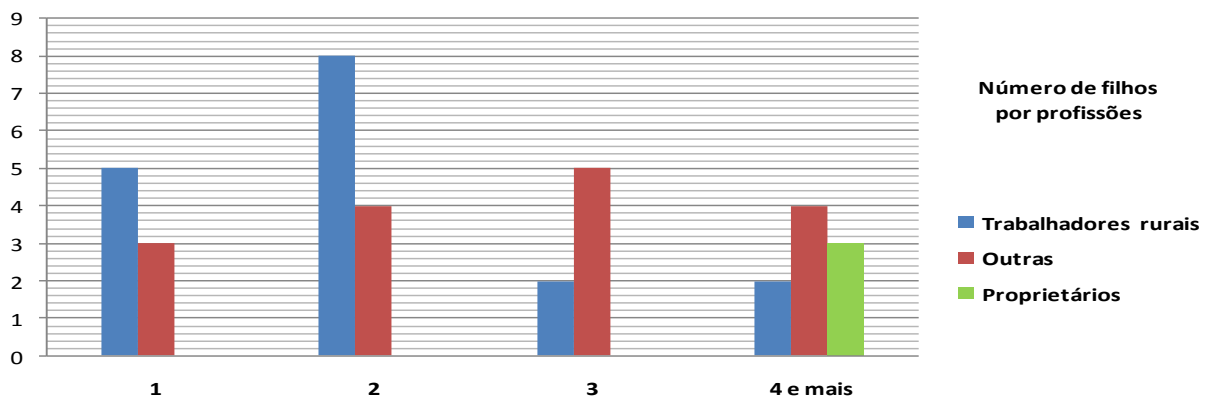


Faixas etárias dos entrevistados

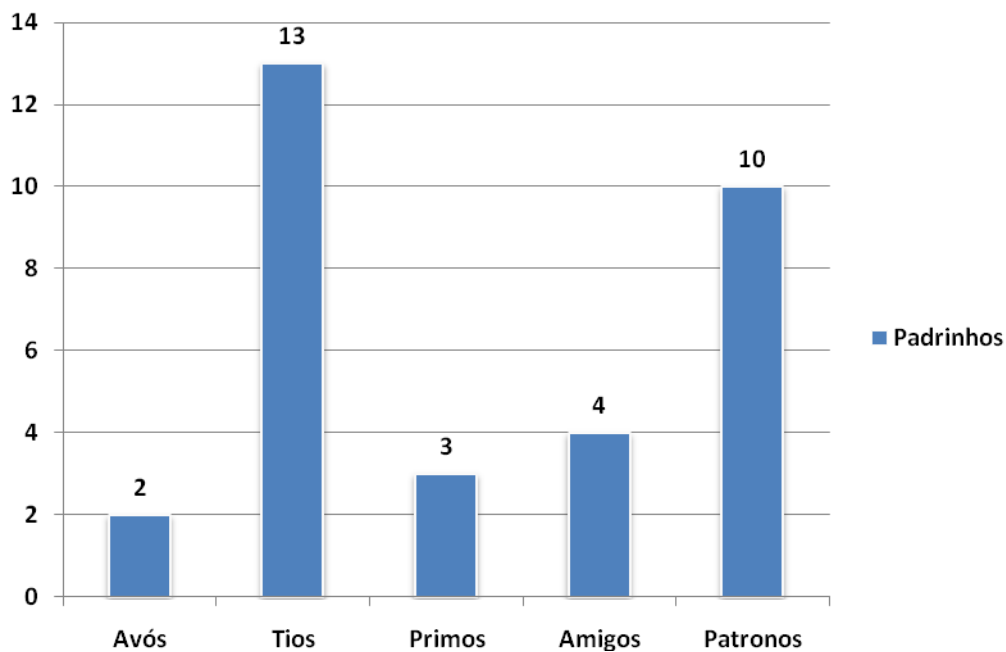


Escolaridade dos entrevistados





Quadro de "parentesco espiritual" dos entrevistados em Barrancos



Anexos

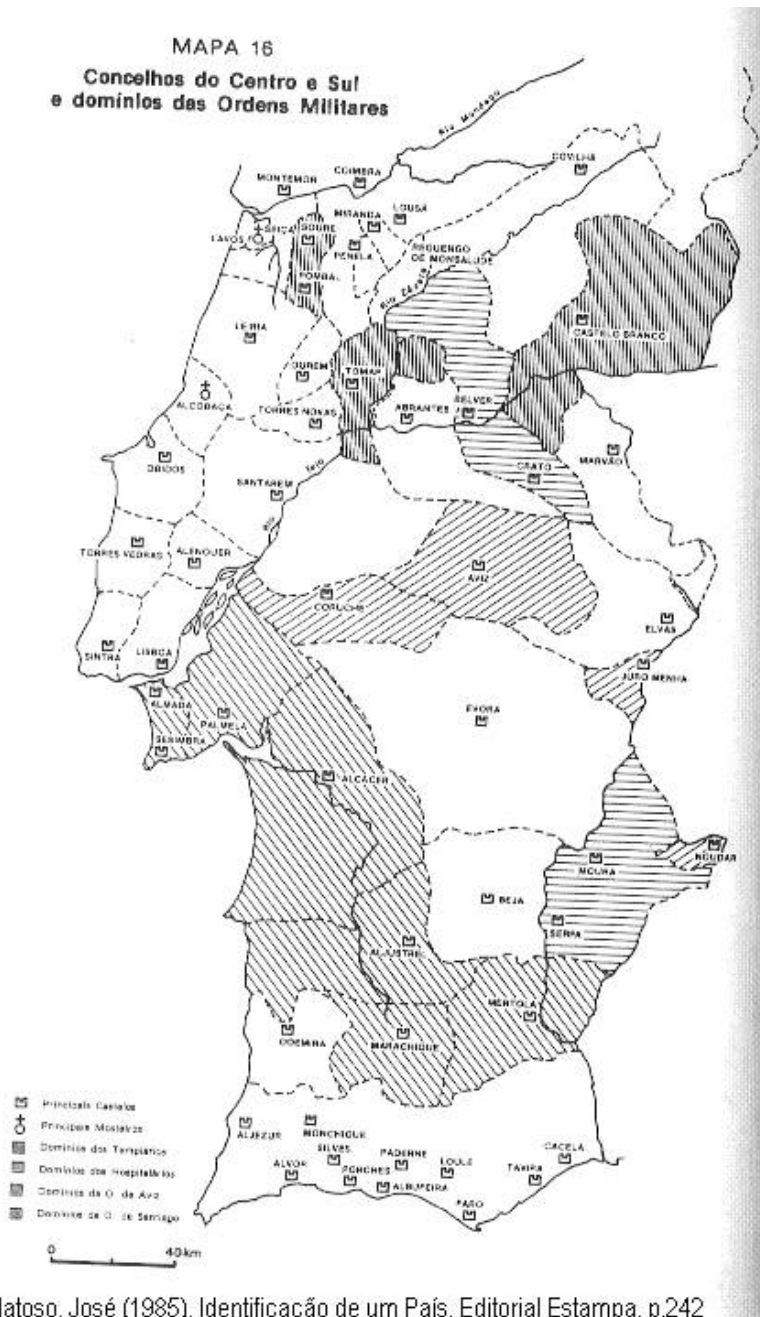
Capítulo 2

Textos sobre Barrancos

Elementos para a História do Além-Guadiana Português, excerto: “Como medida preventiva, D. Francisco de Sousa, senhor de Beringel e alcaide-mor de Beja, encontrando-se em Moura com 800 homens que juntara nas povoações de Torrão, Vidigueira e Portel, obteve em Moura o apoio de 200 e nas aldeias de Safara e Santo Aleixo mais outros 200. Em 26 de Junho de 1641, saiu de Moura e dirigiu-se para Barrancos, onde chegou no dia de S. Pedro, 29 de Junho. Como a maior parte dos seus moradores eram castelhanos ou estavam casados em Castela, dando seguimento a directivas régias, despejou o lugar que, de seguida, mandou arrasar, sendo os seus moradores roubados pelos soldados. Apenas se manteve de pé a Igreja e parte dos Paços do senhor de Barrancos, Conde de Linhares.”

Dominios da Ordem de Avis: Coruche, Aviz, Jorumenha e Noudar

MAPA 16
Concelhos do Centro e Sul
e domínios das Ordens Militares



Matoso, José (1985), *Identificação de um País*, Editorial Estampa, p.242

Crescimento populacional de Barrancos

Ano	Rol dos Vizinhos	Habitantes	Fonte
1532	72		Livro das Terras da Ordem de Avis (Bastos & Everard, 1982)
1657	250		Comissário do Santo Ofício em Moura (Cosme, 2001)
1708	350		Corografia Portuguesa (Carvalho da Costa, 1708)
1835	363		CMB
1856	371	1.591	CMB
1862		1.993	Estatísticas paroquiais (Costa, 1932)
1864	503	1.994	INE
1872	548		CMB
1873	577		CMB
1878		2.372	INE
1879	650	2.373	CMB
1900		2.659	INE

Costa, Padre António Carvalho da (1868) *Corografia Portuguesa e descrição topográfica. Braga: Tipografia de Domingos Gonçalves Gouveia, p.421.*

“Dezoito léguas ao sudeste de Avis e seis ao nascente da vila de Moura, em um altíssimo e inexpugnável monte que cercam as ribeiras de Murtiga e Ardila está fundada a Vila de Noudar, vila desta Comarca da Avis e do Arcebispado de Évora. É uma povoação de 400 vizinhos e tem um forte castelo, obra Del Rei D. Dinis, o qual o mandou povoar no ano de 1295 com os mesmos foros da cidade de Évora, como consta da Monarquia Lusitana, parte 5, livro 17, cap.28. Tem esta vila uma paróquia de invocação de N. Sr.^a do Desterro de que é prelado no espiritual o prior de Avis, casa da misericórdia, seu hospital e três Ermidas. O seu termo é fértil de trigo, cevada e centeio, com muito gado, caça e montados; nele está situado a aldeia de Barrancos meia légua distante da raia de Castela, a qual tem uma paróquia, (350 vizinhos) priorado da Ordem de Avis e uns bons palácios que foram dos condes de Linhares, comendadores de Noudar, cuja comenda anda hoje na ilustre casa do Cadaval.”

1861 – Câmara dos Deputados

“Não temos estatísticas para avaliar o estado e progresso da agricultura em todos os seus ramos naquelas localidades. Todavia tenho presente um mapa da produção daqueles concelhos, relativo ao ano de 1788, cujos resultados, comparados com os que nos fornecem alguns documentos oficiais que se acham na repartição de agricultura do ministério das obras públicas, nos esclarecem um pouco este assunto. Pode esperar-se, sem incorrer na exageração, que a produção de cereais, azeite e lã tem aumentado desde o ano de 1788 até hoje, em 25 por cento nos concelhos da margem esquerda do Guadiana; porque a tanto monta a quantidade de terrenos que, desde aquela época, de novo se tem roteado para a cultura dos cereais e plantação, de olivedo. Do mesmo modo e em proporção igual têm também aumentado o número de cabeças de gado e a produção de carnes.” (Câmara dos Deputados, Sessão nº 75, 1861-08-17, p. 2.318)

Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, (1873-1890), Portugal Antigo e Moderno, Vol.III, Lisboa, Livraria Ed. Matos Moreira, p. 338.

Barrancos, vila, Alentejo, comarca de Moura, 180 quilómetros a Este de Lisboa. 520 Fogos, 2.100 almas. Orago Nossa Senhora da Conceição. Arcebispado de Évora, distrito administrativo de Beja. Situada em Montes e vales, sobre a margem direita do Guadiana, na raia. Era dos duques de Cadaval. Não é terra muito fértil: cria porém bastante gado de toda a qualidade, sobre tudo suíno, que exporta em grande quantidade, no que faz um óptimo comércio. Tem um antigo palácio, que foi dos condes de Linhares, mas está desmantelado. Em 15 e 16 de Agosto de 1873, arderam mais de 30 quilómetros quadrados de matas, povoadas de ricos e florescentes montados de sobro, a Este da aldeia de S. Teotónio desta freguesia. Um indivíduo (por descuido ou por malvadez) deitou fogo a umas montas de belgas no dia 14, com tanta infelicidade, que se propagou a todo o montado. Oito espaçosas herdades ficaram reduzidas a cinzas. Os prejuízos são calculados em mais de 70 contos de reis. Barrancos é povoação muito antiga, mas não se sabe quem a fundou, nem quando. Foi tomada aos mouros por Gonçalo Mendes da Maia (o Lidador) em 1167. D. Sancho I a povoou em 1200. Não me consta que tivesse foral. No dia 4 de Dezembro de 1826, chegou aqui a brigada realista algarvia (4 de caçadores, 14 de infantaria e contingentes de artilharia 2, infantaria 2 e cavalaria 2 comandada por José da Rosa e Sousa, coronel de caçadores 4. Houve um pequeno tiroteio sem consequências, com as avançadas da divisão liberal, do conde de Vila Flor, nas proximidades da vila. Barrancos é cabeça de concelho do seu nome, mas composto só desta freguesia. O rio divide aqui Portugal de Espanha. A povoação castelhana que fica em frente da vila, na margem oposta também se chama Barrancos.

Registos Paroquiais de Noudar (Norberto Franco, 2005)

Anos	Baptismos	Naturalidade dos pais		Pároco
		Espanhóis	Portugueses	
1719 – 1763	64	Espanhóis	Portugueses	(?)
1719 – 1763	55	28	27	

Registos Paroquiais de Barrancos (Norberto Franco, 2005)

Anos	Baptismos	Naturalidade dos pais		Pároco
		Espanhóis	Portugueses	
1674-1692	164			
1692 – 1734	156			Frei Manuel Lopes de Aguillar
1722 – 1731	146	83	63	
1797 - 1810	306			José Joaquim Roriz Palma
1797 – 1810	303	213	90	
1844 - 1854	200			Manoel José Acabado
1844 – 1854	196	130	66	
1854 - 1859	250			Manoel José Acabado
1854 - 1859	241	121	120	

Livro de Rol do Conferidor da Matriz de Barrancos (1879)

Local	Nº de Vizinhos	
Rua da Boa Vista	20	
Rua da Bica	30	
Rua da Parra	33	
Rua da Comenda	27	
Rua do Poço Velho	30	
Rua do Poço Novo	11	
Rua dos Cantinhos	18	
Rua das Estalagens	10	
Quintal do Fialho	8	
Rua da Igreja	51	
Rua do Meio	44	
Rua de S. Sebastião	51	
Rua de Encinasola	66	
Rua de Montes Claros	24	
Rua da Sentinela	24	
Cerro de João Ramos	27	
Rua Nova	7	
Rua do Porto Chibato	40	
Rua de S. Bento	80	
Rua da Cruz	33	
Rua da Preguiçosa	10	
Monte das Russianas	1	
Vale de Corvos	1	
Horta do Maleno	1	
Horta do Dr. Ramos	1	
Horta da Maria Rica	1	
Monte das Mercês	1	
Total	650	H:1.189 – M:1.184

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Barrancos (elaborado pela autora)

Rodrigues, Guilherme; Pereira, João Manuel Esteves (1904-1915) *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*, Lisboa, João Romano Torres e C^a, Vol. 2^o Fl.117, pp.1830-1831

Barrancos, vila situada na raia e na margem esquerda do Guadiana. Foi conquistada aos mouros por Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador em 1167. Tem posto fiscal dependente da secção de Safara e posto de despacho dependente da alfândega de Lisboa, em Elvas, e posto da Guarda Nacional Republicana. O concelho tem apenas uma freguesia e é pouco fértil.

Classificação: Concelho de 2^a ordem e fiscal de 4^a classe, comarca de Moura 2^a classe, pertence ao distrito de Beja, Bispoado de Beja, dista 80 quilómetros de Beja, freguesia do concelho, Orago Nossa Senhora da Conceição.

Vias de comunicação: Caminho-de-ferro: a estação mais próxima é Moura a 40 quilómetros.

Feira: Nos últimos três dias do mês de Agosto

Correio e telégrafo: estação de 2^a classe telegrafo postal, com serviço de valores declarados encomendas de postais, cobrança de títulos, letras e vales.

Descanso semanal – domingos: carpinteiros, carvoeiros, latoeiros, operários; segunda-feira: fabricas; terça-feira: barbeiros, botequins, comércio, espingardeiros, e ferradores; quinta-feira: alfaiates.

Dia feriado adoptado por indicação da Câmara Municipal: 8 de Dezembro.

Principal comércio do concelho: agricultura e criação de gados, suíno, vacum e caprino.

Administração do Concelho – Secretário: Teodoro de Carvalho; oficial de diligências: João Rodrigues Ferreira.

Agência Bancária e de Seguros – A Mundial, e Portugal Previdente: Manuel Ortega Peres

Agrónomo: António Blanco Fialho

Alfaiatarias: Francisco Lucas Pica, João Caeiro Tereno, João Durão Peres, Manuel Durão Peres.

Associações – Cooperativa Montepio Agrícola, Associação de Socorros Mútuos Dr. Higinio de Sousa, Cooperativa Barranquense.

Barbeiros: J. Gomes d' Assunção, José Varella Cavaco, Manuel Matheus Galla.

Botequins: António Fernandes Pelicano, Antonio Tereno Nunes, Francisco Bergano Bossa, Francisco Lopez y Lopez, Ildefonsa Fernandes, José Alvarez Quintas, José Gomes Serrano, José Peres Nunes, Luis Lopes e Manoel Alves Nazareth.

Câmara Municipal – Presidente: André Luis Pulido. Vice-presidente: João Pereira Janeiro. Vereadores: André Gomes Garcia, Antonio Fernandes Pelicano, Antonio Regenha Xarrama, António Tereno Varella, Fernando Bossa Bergano, Francisco Garcia Peres, Francisco Gomes Segão, João de Oliveira Escoval, José Blanco Fialho, José Jerónimo Vasquez, José Mendes Gomes, José Pulido Vasquez, José Tereno Alvarez, Vitorino Bossa. Comissão executiva – Presidente: José Jerónimo Vasquez. Vice-presidente: Antonio Fernandes Pelicano. Vogais: Antonio Regenha Xarrama, Francisco Garcia Peres, João d' Oliveira Escoval. Chefe da secretaria: Fernando Antonio Ilhéu. Tesoureiro: Antonio Balheteiro Mira. Continuo: André Escoval Lopes. Zeladores: António Gabriel Júnior, Manuel Galla. Guarda do cemitério: João Nascido. Aferidor: Francisco Garcia Escoval. Encarregado do relógio: João Rodrigues Ferreira. Encarregado da Iluminação Publica: João Torrado. Carcereiro: João Rodrigues Ferreira.

Carpinteiros: Alfredo Azevedo Monteiro, António Azevedo Monteiro, Daniel M. Romero, Emílio Dominguez Muñoz, Francisco Valério, Joaquim José Jerónimo, José Ramos Valério & Filhos, Manuel Fernandes Pinto.

Cera e mel (produtores): Antonio Mendes Xarrama, Domingos Cavaco, Facundo Fialho Prego, Francisco Soeiro Burgos, Jose Fialho Gomes, José Luis Pien, Jose Ortega Garcia (viúva & filhos)

Cereais (negociantes): André Fernandes Maleno, Antónia Luzia Ferreira, António Santinho Dourado, Daniel Caetano Caeiro, José Fialho Gomes, Manuel Alves Nazareth, Ortega & Hermano, Theodosio Marques Escoval.

Correio e Telegrafo – encarregada: Maria José Alves. Distribuidor: André Fernandes Pinto. Guarda-fios: Manuel Antonio Navarro. Estafera: José do Nascimento.

Cortiça (produtores): André Segão Rainho, Domingos Escoval Gordilho, Facundo Alves Saramago, Francisco Jose Caetano, Jose Augusto de Castro Fialho, José Garcia Perez, José de Mira, José Oliveira Martins.

Engenheiros de Minas: Arthur Clive Harris, George Clive Harris.

Entalhador: José Ramos Valério.

Escolas – Oficiais: duas, uma para sexo masculino e outra para sexo feminino. Particulares: José M. Gomes, Maria Caetano Ramos, Mariana de Brito.

Espingardeiros: Francisco T. Alvarez, João de Deus Limpo, José Tereno Alvarez.

Exportadores: Andre M. Moreno, Domingos Ignácio Escoval, Francisco Garcia Perez & Irmão, João Pereira Janeiro (Viúva & Filhos), José Augusto de Castro Fialho, José Garcia Perez, José Jerónimo Vasquez.

Fabricas de Azeite: André Tiago Marques, José Manuel Lopes Gomes

Fábricas de Cal e Cerâmica: André Marque Gato, António Regenha Pão Duro, Antonio Timóteo, Isidoro Augusto Raposo.

Fábricas de Moagem: André Fernandes Maleno, Eugénio Fernandes & Tio (herdeiros), Fancisco Bazilio, Jerónimo Gomes, José Mendes Segão, Manuel Caçador Delfino, Manuel de Jesus Escoval (herdeiros de).

Fabricantes de Carros: António Azevedo, António Monteiro, Emílio Regenha Xarrama, Francisco Valério, José Lúcio Valério, José Ramos Valério & Filho, Manuel Pinto Valério, Manuel dos Santos Aires, Manuel Valério.

Fabricantes de carvão: Daniel Marques dos Santos, Fernando Bossas, Francisco Agarrocho, João Gumeralado (?) Sanches.

Fazendas (negociantes): Antonio Fernandes Pelicano, Antonio de Paula Mira, António Santinho Dourado, Cooperativa Barranquense, Francisco Rodrigues Parego, Manuel Alves Nazareth, Manuel António Navarro, Ortega & Hermano.

Ferradores: André Caeiro Escoval, André Garcia Escoval, André Gomes Escoval, António Pires, Aquilino Martins Venâncio.

Ferragens: Cooperativa Barranquense, Manuel António Navarro, Ortega & Hermano.

Gados (criadores de Bovino, cavalariço, caprino, lanífero e suíno): André Marques Moreno, Domingos Ignácio Escoval, Francisco Garcia Perez & Irmão, João Pereira Janeiro (viúva & filhos), José Augusto de Castro Fialho, José Garcia Perez, José Jerónimo Vasquez.

Guarda Fiscal – Comandante: 1º cabo João Sargento.

Guarda Nacional Republicana – Comandante: 1º cabo João Fialho.

Hospedarias: Emílio D. Muñoz, José Lopez.

Impostos (fiscalização): Fiscal: Manuel Joaquim Aguas.

Juízo de Paz - Juiz: Padre Francisco Ignácio Paes de Mattos. Escrivão: Teodoro de Carvalho. Oficial de diligências: João Rodrigues Ferreira.

Junta de Paróquia – presidente: Filipe Manuel Pereira de Figueiredo. Vogais: Francisco d'Oliveira Martins, Francisco Vasquez de Sousa, Manuel António Monteiro, Sebastião Pulido Vasquez.

Latoarias: António Sequeira, Francisco Garcia Escoval, Manuel Matheus Galla.

Lavradores ou agricultores: André Marques Moreno, Domingos Garcia Vasquez, Domingos Ignácio Escoval, Francisco Garcia Perez & Irmão, Isidoro Delgado Lopes, João Pereira Janeiro (viúva & filhos), José Augusto de Castro Fialho, Jose Garcia Perez, José Jerónimo Vasquez.

Madeiras (negociantes): Manuel Alves Nazareth

Médico: Filipe Manuel Pereira de Figueiredo

Mercearia e tabacos: Manuel Ortega Peres

Mestres-de-obras: Augusto do Carmo, Francisco Tereno Alvarez, João de Deus Limpo, José Tereno Alvarez.

Minas em Exploração (ouro, cobre, ferro e outros metais): Minancos e Aparis pertencentes a Arthur Clive Harris. Malhada dos Barriches e Lyrias pertencentes a José de Mira a aos herdeiros de Manuel Ramos Arcário, de José Pão Duro e de Antonio Seralho Rubio.

Minas descobertas e não exploradas (ouro, cobre, ferro e outros metais): dezoito concessões mineiras, duas pertencentes a The Murtega Minerals Company Limited, denominadas: Mina das Mercês e Segunda Mercês. Onze pertencentes a The Pulido Mining Company Limited, denominadas: Sítio de Palácio, Conceição, Capelães, Pedra do Galo, Malhada das Vacas, Barrocal, Malhada dos Caeiros, Veiga da Vinha, Volta de Ferreira, e Volta das Juntas. Cinco pertencentes a The Ardila Copper Mining Company Limited, denominadas: Serra da Butefa, Pyramide Geodésica da Butefa, Piorneiras, Umbria das Ferrarias e Barrancaes.

Moagens

Negociantes e Comerciantes: António Fernandes Pelicano, Antonio de Paula Mira, Antonio Santinho Dourado, Cooperativa Barraquense, Fernando Marques dos Santos, Francisco Rodrigues Parego, Francisco Vasquez de Sousa, Manuel Antonio Navarro, Ortega & Hermano, Teodósio Marques Escoval.

Notário: Teodoro de Carvalho.

Sociedades de recreio e teatro: Sociedade União Barranquense, Theatro Barranquense.

Costa, Américo, (1932) *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, Vol.III, Vila do Conde, ed. do autor., pp. 257-258

Barrancos, Vila e Orago de Nossa Senhora da Conceição, sede do concelho 3ª ordem fiscal, administrativo e diocese de Beja, Relação de Lisboa, província do Alentejo. Pelo decreto de 21/11/1895 foi equiparado ao concelho de Moura e pelo decreto de 26/6/1896 foi suprimido o concelho de Barrancos e anexado definitivamente aquele, voltando pelo decreto de 13/1/1898 a ser dele desanexado e restaurado o concelho de Barrancos. Pertence à 4ª Região Militar e ao 17º distrito de recrutamento e reserva com sede em Beja. Antes da criação das regiões militares pertencia à 4ª Divisão e ao 17º distrito de recrutamento com sede em Lagos. Faz parte do círculo eleitoral nº 36, composto pelos concelhos de Beja, Mértola, Castro Verde, Serpa, Moura e Barrancos. Pertence ao círculo criminal nº 47 composto pelas comarcas de Moura, Serpa e Beja. Faz parte do círculo escolar nº 7 com sede em Serpa, composto por estes dois concelhos e os de Mértola e Moura. Tem correios, escola, registo civil e é sede de Juízo de Paz. Tem agências bancárias, de seguro, associação de recreio, teatro e farmácia. Tem fábricas de cal, tijolos e cerâmica, carvão, carros, moagens, azeite e queijos. (...) Tem uma feira nos últimos três dias do mês de Agosto, e o dia 8 de Dezembro foi escolhido para feriado Concelhio. Tem posto da Guarda Fiscal subordinado à secção de Safara, 3ª Companhia, 2º Batalhão respectivamente de Serpa e Évora. Tem posto da Guarda Nacional Republicana composto por um cabo e 5 soldados dependentes da Secção de Moura, 2ª Companhia, 3º Batalhão respectivamente de Beja e Évora. Chamou-se Noudar antigamente este concelho e com este nome teve foral dado em Lisboa, a 17 de Outubro de 1513 (Livro dos Forais Novos do Alentejo, fl.63, col.I) Barrancos era uma simples aldeia do termo de Noudar e é uma vila fronteiriça numa região desolada e talvez a menos povoada de todo o país. Foi conquistada aos Mouros em 1167 por Gonçalo Mendes da Maia (o Lidador). Foi mandada povoar por D. Sancho I em 1200. Nesta vila hoje nada resta digno de nota. Do velho solar dos condes de Linhares apenas resta uma portada que dá ingresso a uma estrebaria. Mas a Noroeste da Vila para lá do Guadiana entre as ribeiras de Murtiga e Ardila numa elevação sensível do terreno, defrontando a raia de Espanha conserva-se ainda uma ruína notável de arquitectura militar do século XIV, o castelo de Noudar. J. M. Baptista diz desta vila o seguinte: “Está hoje anexa à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Barrancos a de Nossa Senhora do Desterro de Noudar, com a população de 5 fogos e 11 habitantes.” Compreendia esta freguesia, hoje anexa de Barrancos, somente a vila de Noudar a qual está situada em um monte de 248 m de altura com escarpas alcantiladas sobre as ribeiras do Ardila e Múrtega, ficando ao Norte e a Este desta, e ao Sul daquela. Dista de Barrancos 2 léguas para Oeste-Noroeste. Hoje Noudar é uma insignificante povoação do concelho de Barrancos, cuja vila foi outrora aldeia do seu termo. (...) O concelho de Barrancos está situado no cruzamento da estrada de Moura com o caminho que conduz ao lugar de Aroche, povoação do País vizinho. A 48 km a Este da sede do concelho de Moura, por estrada, a 93 km ao Este-Noroeste da sede do distrito de Beja, sendo 16km por campo. É composta esta vila dos seguintes lugares: Campo de Gamos (Ganor), Coutada, Coutadinha, Defesa das Mercês, Defesa Nova, Gata, Noudar, Russiana Alta e Russiana Baixa. O movimento da população desta freguesia desde a primeira edição do Padre Carvalho, até ao último recenseamento tem sido o seguinte:

Padre Carvalho (1708)	750 vizinhos
Estatística paroquial (1862) – 496 fogos – 1 993 habitantes	
Estatística civil (1864)	2 973 habitantes
Censo (1890) – 887 fogos	2 647 habitantes
Censo (1900)	2.999 habitantes
Censo (1911) – 723 fogos	2 769 habitantes
Censo (1929)	2 999 habitantes

1939 - Respostas ao questionário da Comissão de fiscalização dos Levantamentos Topográfico Urbanos

Demografia:

Nº de Habitantes 3.300 (Varões: 1.657 – Fêmeas: 1.643)

Profissões:

Funcionários 84

Comerciantes 48

Industriais 64

Proprietários 113

Empregados 175

Agricultores 323

Diversos 2.493

Estatísticas de Natalidade e Mortalidade 1938

Nascimentos 67

Óbitos 42

Higiene: Na época do Outono é que há sempre febres que têm como causa os plamódios.

Há um posto de socorros

O cemitério fica situado ao nascente da vila e em nível superior a esta.

Existe rede de distribuição de energia eléctrica para iluminação pública e particular.

Funções Publicas e Sociais: Secção de Finanças, Tesouraria da Fazenda Pública, Estação Telégrafo-postal, Posto de Despacho, Posto da PVDE, Câmara Municipal e Junta de Freguesia

Instrução Primária, edifício próprio com 4 salas, sexo feminino e masculino, com uma média de 300 alunos matriculados.

Casa do Povo com funcionamento de Fundos de Assistência e Previdência, Delegação Nacional dos Produtores de Trigo.

Função Económica:

Habitação: Constroem-se anualmente (em média) 20 prédios urbanos para habitação

Transportes: 2 Camionetas de carga, e 2 de passageiros com carreiras diárias para Moura

Feiras e Mercados: Ao norte da vila e em terrenos de logradouro comum, que a Câmara cede gratuitamente

O comércio dominante é o comércio de exportação

Arquitectura: Castelo de Noudar, situado a 12km da vila

Projectos antigos e modernos: Não existem plantas antigas ou modernas da vila.

Os melhoramentos reputados mais importantes são: canalização de esgotos, abastecimento de água potável, construção de um bairro de casas económicas e construção de uma ponte sobre o rio Ardila, na estrada de Barrancos à Amareleja.

População presente segundo a naturalidade (Censos 1890-1940)

Ano	Naturais	Não naturais do concelho	Não naturais do distrito
1890	2.300	186	383
1911	2.334	62	57
1920	2.732	79	92
1930	2.992	78	56
1940	3.246	76	101

Fonte: VIII Recenseamento Geral da População, 1940 (INE)

Varição da população (1891-1940)

1891-1900	1901-1911	1912-1920	1921-1930	1931-1940
-334	130	231	176	291

Fonte: VIII Recenseamento Geral da População, 1940 (INE)

Dados estatísticos de 1930

População residente	Famílias	Sexo		Naturalidade				Estado civil			
		M	F	N	OC	OD	E	S	C	D	V
3.210	850	1.596	1.580	2.992	78	56	50	1.732	1.234	3	206

Fonte: VII Recenseamento Geral da População, 1930 (INE)

Nível de instrução da população em 1930

Analfabetos		Sabem ler	
Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas
1.068	1.187	528	393

Fonte: VII Recenseamento Geral da População, 1930 (INE)

Movimento fisiológico (1931-1940)

Concelhos	Nascimentos	Óbitos	Saldo fisiológico
Barrancos	768	428	340
Moura	6.262	3.513	2.719

Fonte: VIII Recenseamento Geral da População, 1940 (INE)

Saldo Migratório (1931-1940)

Barrancos	Moura
-12,6%	24,8%

Fonte: VIII Recenseamento Geral da População, 1940 (INE)

Variação da População residente

1890	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2001
2.647	2.453	2.893	3.126	3.423	3.629	3.429	2.610	2.157	2.052	1.924

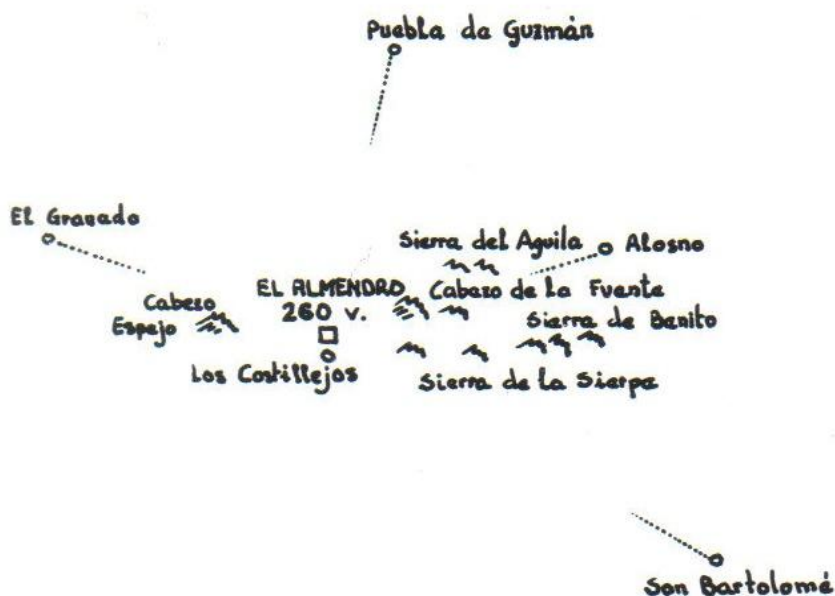
Fonte: Recenseamento Geral da População (1890-2001) INE

Alguns dados estatísticos de Barrancos (INE)

Recenseamento Geral da População	1931/40	2001
Área	188.00 Km2	168.40 Km2
Densidade populacional	16,9 Km2	11,4 Km2
População Residente	3.210	1.924
População Presente	3.174	1.827
Famílias	850	721
Homens/ Mulheres	1.596/1.580	891/936
Naturais do concelho de residência	2.992	
Naturais de outro concelho ou distrito	78	
Doutra naturalidade	56	
Estrangeiros	50	
Solteiros H/M	910/822	
Casados H/M	621/613	
Separados Judicialmente H/M	1/0	
Divorciados H/M	0/3	
Viúvos H/M	64/142	
Analfabetos H/M	1.068/1.187	
Sabem Ler H/M	528/393	
Saldo fisiológico N/O	768/428	19/23
Saldo migratório	- 12,6%	
Alojamentos familiares		1.409
Edifícios		1.369
Alojamentos colectivos		4
Superfície agrícola utilizada		13.893 ha
Superfície agrícola utilizada por conta própria/arrendada		13.409ha/481ha
População agrícola		694
Cultivo de trigo por ha/toneladas (1935)	2.424ha/2.033t	
Idem (1936)	1.577ha/904t	
Produção de azeitona/azeite (1935)	3.651.000Kg/55.000l	
Idem (1936)	129.000Kg/19.000l	

Ruiz González, Juan E. (1999) *Los pueblos de Huelva en el siglo XVIII; según el Diccionario del Geógrafo Real D. Tomás López, Huelva, Diputación de Huelva, pp.35-39.*

Es **El Almendro** lugar del señorío del Duque de Medina Sidonia, contando en 1786 con 260 vecinos. Según se afirma, data su origen del año 1519, cuando con licencia del Duque se traslado desde el de Osuna. Próximo a él, en el llamado Cabezo del Espejo, hay vestigios de haber sido poblado por los musulmanes. Cuenta con una sola parroquia cuyo titular es la Virgen de Guadalupe. Sin convento alguno, existen dos ermitas, la una llamada de la Santísima Trinidad y la otra llamada de San Sebastián, venerándose la imagen de la Virgen de Piedras Albas. Su patrono es San Marcos. Pertenece a la Vicaría de la Puebla de Guzmán, 2 leguas al norte. Su término contempla varias serranías. Está poblado mayoritariamente de monte bajo, jaras, charnecas, brezo, tomillo, lentisco y algunas adelfas y encinas. Su fruto más abundante son las naranjas chinas. Se autoabastece de legumbres en sus huertas. Cuenta con 4 lagares o molinos para cocer cera, que por ano labran 2.000 arrobas. 7 cererías la blanquean. Por lo demás, existen 11 molinos de viento para moler trigo y otros cereales, que anualmente trabajan 2.500 fanegas. Un batán de vestir, batana las bayetas que trabajan y tejen las mujeres de lugar. Solo existe una escuela de Gramática, sostenida con el pago que hacen los alumnos de ella. Su gobierno político lo compone 2 alcaldes, 2 regidores y 1 síndico personero. Las enfermedades más comunes son las tercianas combatidas con la quina. Las mujeres padecen tiñuelas en los pechos tras el parto, remediada con emplastes de malvavisco y malvas. Regulado por el último quinquenio, los muertos fueron 49 y los nacidos 58 (+ 19). Se afirma no existen canteras, minas, etc. ni otro arbolado distinto del de algunas encinas y pinos pequeños. (Pároco de Almendro, D. Gaspar Gómez Xenera, a 16 de Janeiro de 1786)



Ruiz González, Juan E., (1999) *Los pueblos de Huelva en el siglo XVIII; según el Diccionario del Geógrafo Real D. Tomás López, Huelva, Diputación de Huelva, pp.137-144.*

Encinasola. Villa realenga, compuesta en el año 1788 por 591 casas y un total de 750 vecinos. Desconoce sus orígenes y tan solo se afirma era Lugar en 1526 y Villa en 1532. Reproduce una lápida romana hallada en su término, existiendo además lienzos de muralla de antigua fortificación. Fue Plaza de Armas. Está situada la villa en una eminencia poco áspera, lo que permite a sus calles ser espaciosas, anchas y llanas.

Iglesia parroquial con la advocación de San Andrés Apóstol, patrono de la villa junto con María Santísima de las Flores, esta última desde 1642. Cuenta intramuros con dos ermitas, y cuatro extramuros. Sus frutos principales son las cosechas de trigo y cebada, siendo la del año 1784 de 14.000 fanegas de ambos. Igualmente se recoge centeno, garbanzos, miel y cera, Uno y bello-tas, contando también con carnes y lanas. Por contra, carece de vino, aceite, frutas y hortalizas. Sus tierras son de mala calidad y llegan sus habitantes a realizar sus sementeras hasta 14 leguas de distancia. Sus fábricas son de lienzos, existiendo obrajes en lana: frisas, frisetas, estameñas, etc., todo ello doméstico y a cuyo trabajo se dedican las mujeres.

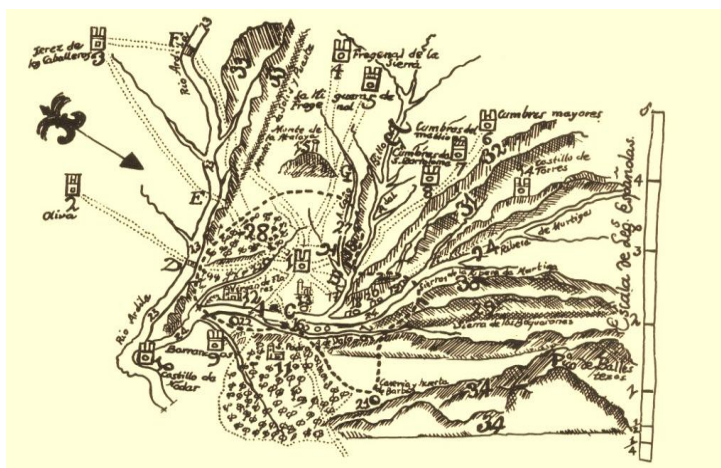
Tiene feria los 3 últimos días de noviembre, que comienza el día de San Andrés. Se comercia con ganado de cerda, sedas y lanas, todas especies de pertrechos de labor, especia fina y vasta, comestibles varios y distintos géneros de platería. La libra se compone de 16 onzas y la vara es la castellana.

Hay escuela de Primeras Letras, pagada en parte por la villa. Igualmente, hay un estudio particular de Gramática, como también un hospital para pobres llamado de la Santa Vera Cruz.

Su gobierno político y económico compuesto por dos alcaldes ordinarios - uno por el estado noble y otro por el llano - un teniente de alguacil mayor, un fiel ejecutor, cuatro regidores, secretario, dos diputados, dos síndicos - general y personero - y dos ministros de justicia. Al ser pueblo fronterizo con Portugal, hay establecida una Compañía de Milicia Urbana, compuesta de capitán, teniente y alférez, dos sargentos, cuatro cabos y cien soldados. Tienen sus vecinos privilegio de excepción de quintas. Además, igualdad de pastos, comunidad de aguas y frutos de bellota en 16 dehesas, con la villa de Aroche. Igualmente tiene comunidad de pastos, jurisdicción civil y criminal, mero y mixto imperio, con la citada villa de Aroche y la portuguesa de Mora, por sentencia dada en 1542. Las enfermedades comunes son dólares pleuríticos, calenturas malignas y en los estíos, tercianas, curadas con los medicamentos usuales. En el último decenio (1778-1787) los muertos sumaron 993 y los nacidos fueron 1.041 (+ 48). Cuenta con dos fuentes minerales vitriólicas y con mineral de hierro en la sierra de las Cortes.

El Plano que sigue manifiesta la situación de la villa y su término, dando idea de la clase de terreno, caminos y pueblos comarcanos, como se expresa en la explicación de ellos. Plan que manifiesta el término de Encinasola y pueblos confinantes, con expresión de caserías, huertas, molinos, riberas, arroyos, sierras, montes, bosques, caminos, vados y puertos de más atención.

Encinasola, 30 de junio de 1788 Don Agustín Pereyra y Soto Sánchez. C.^a y Vic^o



Explicación

1. Encinasola y su término, por la línea circular de puntos y trazo encarnado.
2. Oliva. Villa de Extremadura y del Obispado de Badajoz.
3. Jerez de los Caballeros, ciudad. Id.
4. Fregenal de la Sierra. Id.
5. La Higuera de Fregenal. Id.
6. Cumbres Mayores, villa de Andalucía Baja y del Arzobispado de Sevilla.
7. Cumbres del medio. Id.
8. Cumbres de San Bartolomé. Id.
9. Barrancos, lugar del Reino de Portugal.
10. Castillo de Nodar, en dicho Reino.
11. Ermita de San Pedro y Dehesa de la Contienda, tierra entre liana, poblada fértilmente de arboleda de encinas y el monte negro de jara y mata.
12. Ermita de la Virgen de Flores, patrona de la villa de Encinasola. Es terreno plano, de vega cultivada llamada de Flores, y al norte dos pequeñas sierras que terminan en el arroyo del Cadabal, llamadas los Barrancos altos y bajos, poblados de monte bajo de jara.
13. Ermita de la Virgen de Rocamador, tierra quebrada de arroyos y cerros, a manchas cultivada de poco fruto y lo restante de monte claro, bajo de jara.
14. Castillo de Torres, antiguo, arruinado y entre sierras de su nombre, intransitables, monte negro alto y bajo de encina, alcornoque y jara.
15. Monte de la Atalaya, vigia o torreón antiguo.
16. Huertas y caserías de las Cortes y sierras de este nombre y barranco profundo llamado el Boquerón, de Valdemuelas, monte alto de encinas y jara.
17. Molinos del Caño y Sillo.
18. Molinos y huerta del Escribano.
19. Molino y huerta de Abajo.

20. Molino y huertas de Bocache.
21. Casería y huerta de Barbas y sierras de este nombre, monte negro, solitario, poblado de jara, matas, árboles de encina y alcornoques. Esta sierra es prolongadísima, penosa y la mayor parte intransitable.
22. Casería y huerta llamada de Giraldo, donde se halla una fuente abundante que pasa por mineral de vitriolo.
23. Rivera de Ardila, caudalosa. Esta tiene por entre sierras, sombrías eminentes, florestas y bosques espesísimos de monte alto y bajo, abundante de peces y a tránsitos, tiene molinos de pan.
24. Rivera de Murtiga, que nace en Fuenteheridos y viene en los mismos términos que la antecedente.
25. Arroyo del Sillo, que nace entre las villas de Segura y Cumbres y viene por algunos montes y espesos jarales.
26. Arroyo de Valquemado, entre sierras de su nombre, monte negro de jaras y matas.
27. Arroyo del Cano, en el sitio llamado el Campo, tierra de labor entre liana y algunos pequeños valles y cerros.
28. Dehesa de la Villa, poblada de árbol de encina y se cultiva en sus extremos al norte, algunas pequeñas sierras de monte alto y bajo, de encina y jara. Los nombres de las sierras y montes son Baladrón, de Jerez, Solís, Leales, Siervas y Herrerías.
29. Sierra de los Boquerones, de monte bajo y alto de encina y jara.
30. Sierras de la rivera de Murtiga, agrias, prolongadas, penosas. Monte negro de jara y matas, con arboleda de encinas y alcornoques.
31. Sierras dilatadas de las Cumbres y de Torres, en parte cultivadas, monte negro de jara, matas y encina.
32. Idem.
33. Monte de Solís y Puente, de monte bajo y encina.
34. Sierras, las más eminentes que dominan la sierra llamada de Aroche y Pico de los Ballesteros y en medio de ellas, en su profundidad, pasa una vereda llamada de la Cañada del Brucco. Todo lo demás es solitario, intransitable, bosque muy raro y espesísima arboleda de encina, alcornoque, madroñales y jara.
35. Peñón de San Sixto. Es de mucha elevación y junto a él, había una ermita con dicho nombre, de la que aún hay vestigios, los que también hay de alguna antigua población.

Los caminos a los pueblos de la comarca y otros sitios de nombre, van conforme se expresan en el Plano por los trazos pajizos. Y las sierras están situadas según su dirección, bien entendido que en ellas se demuestra su mayor subida y extensión. Los puertos y vados de más consideración de las sierras y riberas, son los que se expresan en el Plan por las siguientes letras:

- A. Camino para Barrancos, en Portugal.
- B. Caminos para Sevilla y la sierra y vados del Sillo y rivera de Murtiga.
- C. Puerto de Buena Vista, vado de Pedro Gil, huerta de la Capitana y camino real para la villa de Aroche y Portugal. En dicha huerta se halla otra fuente que pasa por mineral de vitriolo.
- D. Vado del puerto de las Carretas y camino real de Oliva.
- E. Vado y camino de Jerez de los Caballeros.
- F. Camino de Jerez, que va al puente de piedra.
- G. División del camino de Fregenal y de La Higuera.
- H. Camino para las Cumbres y Sevilla y vados de los arroyos Cano y Sillo.

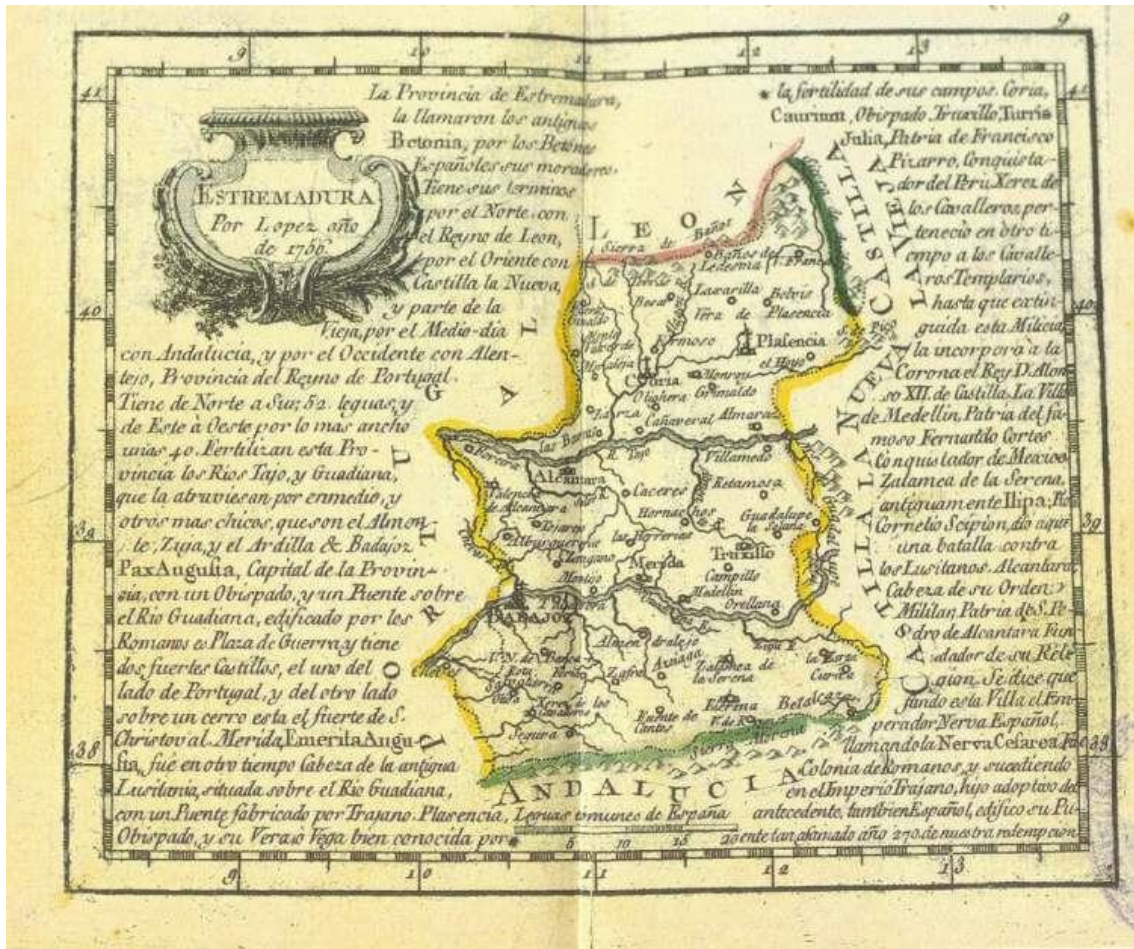
López de Vargas Machuca, Tomás (1991) *Extremadura por Lopez; estudio y recopilación de Gonzalo Barrientos Alfageme, 2ª ed. Mérida, Asamblea de Extremadura, p.331.*

La villa de **Oliva**, obispado de Badajoz es del Duque de Medina-Zeli, de 700 vecinos, bajo la única parroquia de San Marcos Evangelista, sin convento alguno, solo la ermita de San Pedro, dentro de la población, y fuera a distancia de 2000 pasos, la hermosísima y casi sin igual de Nuestra Señora de Gracias, cuya imagen de piedra de alabastro, con su Santísimo Hijo, se cree fue aparecida y fabricada por san Lucas, es santuario muy precioso y envidiado de la provincia, desde el cual (que esta a el norte) por estar en un cerro, se divisan 15 leguas, hay 11 de Portugal. Dista 12 leguas de Badajoz al norte, 2 de Jerez de los Caballeros a el naciente, 3 de Valencia del Mombuey y 1 de Zahínos a el poniente, y 1 de Portugal a el mediodía. Su situación en vale muy ameno y sano, pues no reina enfermedad, epidemia e se aumenta su vecindario considerablemente. Su término de 3 leguas, pobladas de monte de encinas y alcornoque de buena calidad, en que se crían muchos cerdos, ovejas, cabras, yeguas, vacos e caza. Produce muy bien lino, trigo, cebada, avena, centeno, habas, garbanzos y muchas frutas gustosas.

Divide su término con Portugal al dicho mediodía la ribera caudalosa del Ardila, cuya puente de piedra esta en territorio de Jerez, en la que se crían en abundancia peces hasta del peso de 25 libras. Tiene el arroyo de Zahus a el norte y el del Godolín a el poniente y el de Oliva a el levante, en que se crían pescado dulce gustoso. Tiene muchos minerales de agua en su término e dentro del pueblo 3 fuentes de agua especial.

Perteneció a los Templarios, después se adquirió por Don Pedro Ponze de León, quien la venció en Sevilla en 8 de abril de 1402 a Don Gómez Suarez de Figueroa, quien en 12 de abril de 1404 fundó mayorazgo de ella, juntamente con las de Zafra, Villalba, Parra, Nogales, Valencia del Mombuey y Feria, por lo que corresponde el Ducado de Feria, que posee el citado Duque de Medina Zeli, que en 29 del mismo abril de 1404 obtuve, Albalá del Rey para hacer fortaleza u castillo, que hoy está muy deteriorado, con las armas del dicho Duque. Y por ejecutoria del Consejo de Castilla de 16 de octubre de 1788 (que aun no se ha puesto en ejecución) se declaró el tanteo de jurisdicción, señorío y vasallajes con los demás derechos anexos a ello a favor de estos vecinos. El nominado Don Pedro Ponze, viendo tenia solos 4 vecinos en 2 de enero de 1401, para que mejor se poblase, le hizo donación perpetua de un pedazo de su término a sus moradores, en que se comprehenden las Dehesas boyal Pila, Casillas y Rejido, a que las disfrutasen libremente como dueños absolutos. En efecto se aumentó el vecindario hasta 3000 vecinos, que en 1712 desampararon muchos con motivo de la guerra de Portugal e sus hostilidades en que pereció su archivo, y hoy tiene 700 vecinos, 3 almas. Hay fábrica de lienzo finos, estameñas, cotorias y colchas para el total surtido del pueblo y aun para ventas, en 86 telares trabajados por mujeres. Tiene estudio de gramática muy especial, su maestro Don Francisco Mendonza.

Que es cuanto puede manifestar a vos, su más atento, seguro servidor, y capelán que se complace en Dios.
(Gerónimo Sánchez de Amaya, Oliva de Jerez, 28 octubre de 1792)



Tratado da Contenda <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2>

Senhores. - À vossa comissão de negócios externos foi presente o projecto de lei n.º 33, para ser ratificada por parte do governo português a convenção assinada em Madrid, a 27 de Março do corrente ano, que estabelece a linha de demarcação entre a soberania de Portugal e a de Espanha, nas terras denominadas, da Contenda. Tem esta convenção por objecto repartir, por acordo dos dois governos, um território que permanecia há séculos indiviso entre Portugal e Espanha, e era desfrutado em comum pelos povos limítrofes de Moura, Aroche e Encinasola. **A esta situação anómala, que contrariava os legítimos interesses daqueles povos, põe termo a presente convenção, resolvendo um pleito antiquíssimo que ameaçava eternizar-se.** Representa esta resolução uma transacção equitativa, pois nem atende por completo à antiga pretensão de Portugal, que reclamava a divisão por igual entre as duas nações, nem admite a partilha desde muito proposta pela Espanha, que apenas, nos concedia três oitavos do território em litígio, mas deixa na posse de Portugal cerca de 4 1/2 por cento desse território, e estabelece uma linha divisória de fácil e segura demarcação. Para este resultado muito contribuiu, fora injustiça não o comemorar aqui, o negociador português, pelas suas diligências em obter documentos históricos que fortalecessem o nosso direito, e pelo seu acurado estudo topográfico do terreno. É, portanto, a vossa comissão de parecer que deveis aprovar o seguinte projecto de lei.

Artigo 1.º E aprovada, para ser ratificada pelo poder executivo, a convenção concluída em Madrid, em 27 de Março do corrente ano, entre Portugal e a Espanha, para determinar a linha divisória da soberania e domínio dos dois países nas terras denominadas da Contenda.

Artigo 2.º Fica revogada toda a legislação em contrário.

Sala da comissão, 5 de Julho de 1893. = Francisco Costa = Conde de Carnide = A. Cosia Lobo = Moraes Carvalho = J. V. B. do Bocage, relator. - Tem voto dos Srs. Agostinho de Ornellas = Antonio de Serpa = Eduardo Barreiros. Palácio das Cortes, em 30 de Junho de 1893. = Augusto José Pereira Leite, vice-presidente = José Joaquim de Sousa Cavalheiro, deputado secretário = António Teixeira Sousa, deputado secretário.

Sua Majestade El-Rei de Portugal e dos Algarves e Sua Majestade a Rainha Regente das Espanhas, em nome de Seu Augusto Filho El-Rei D. Afonso XIII, animados de idêntico desejo de pôr termo ao litígio desde séculos pendente acerca dos terrenos que permaneceram indivisos entre a vila portuguesa de Moura e as povoações espanholas de Aroche e de Encinasola, resolveram fixar definitivamente, de comum acordo, os limites territoriais de ambas as soberanias e do domínio respectivamente pertencente à vila portuguesa e às povoações espanholas naqueles terrenos, por forma a assegurar o regular, funcionamento da administração e das leis de cada um dos dois países na parte que determinadamente lhe ficar pertencendo.

ARTIGO I

A linha de separação entre a soberania do Reino de Portugal e a do Reino de Espanha nas terras denominadas da Contenda seguirá o caminho de há muito conhecido e trilhado, que da povoação de Aroche em Espanha corre para a de Barrancos, em Portugal, na parte em que aquele caminho atravessa as mesmas terras. A raia que resulta desta divisão começa no ponto em que o Arroio de Gamos é atravessado

pelo caminho que de Barrancos segue para Aroche passando por Charco Redondo e naquele ponto começa também a actual linha de divisão das zonas de cultura de Moura e Encinasola. Segue depois a raia pelo mesmo caminho, que serve também de linha de separação das zonas de cultura até ao Touril da Mocha que é o ponto de reunião das três linhas divisórias.

Depois a raia continúa por este mesmo caminho que então serve de linha divisória entre as culturas de Aroche e Moura até ao ponto denominado Tojal Alto. De aí em diante segue a raia pelo mesmo caminho que atravessa o ribeiro Murtigão no Charco Redondo e continua na direcção sul deixando em território português e a 220 metros a oeste, o alto do Charco português atravessando depois o Arroio Perseguro. Segue a raia na mesma direcção sul durante 700 metros, e, acompanhando sempre o mesmo caminho que ficará em toda a sua extensão de fruição comum para os habitantes das duas nações, volta para sudoeste para subir a cumeada que separa as águas que correm para o Murtigão das que seguem para Pae Joannes. A raia cruza esta cumeada no sítio denominado Rodeio do Touro a uns 680 metros do Pico do Touro que ficará em Portugal 400 metros ao sul do mencionado Rodeio, separa-se para a direita um caminho que vai para o Malhão do Borneco, e segue a raia pelo que conduz a Aroche até ao ponto em que este caminho sai da Contenda e atravessa a linha de divisão das águas do Murtigão e Chança, 200 metros ao sul do ponto de partida de outro caminho que pelo Malhão do Vale de Centeio segue para a povoação portuguesa de Santo Aleixo. Para que fique visivelmente marcada no terreno a divisão que no parágrafo anterior se expressa a fim de evitar questões no futuro, se colocarão os marcos de fronteira que se mencionam na relação de marcos e planta que vão anexos, entendendo-se que as ditas plantas e relação formam parte integrante deste convénio. Em ambas figuram não só os marcos que dividem a Contenda, mas também os precisos para que fiquem exactamente fixados os troços dos limites actuais que por este convénio passam a ser fronteira entre os dois países. O plano é o mesmo que foi levantado em 1887 pela comissão internacional de limites na escala de 1:10.000. A Espanha renúncia a favor de Portugal a todos os direitos que possa ter sobre o território que nos termos deste artigo ficam incluídos na soberania de Portugal. Portugal renuncia a favor de Espanha a todos os direitos que possa ter sobre os territórios que nos termos deste artigo ficam incluídos na soberania de Espanha.

ARTIGO II

Á vila portuguesa de Moura fica pertencendo o domínio pleno da parte das terras actualmente denominadas da Contenda que, em virtude da estipulação do artigo precedente, é incluída na soberania de Portugal. Às povoações espanholas de Aroche e de Encinasola fica pertencendo o domínio pleno da parte das mesmas terras que em virtude do referido artigo é incluída na soberania de Espanha.

ARTIGO III

Os Comissários nomeados pelos dois Governos para a demarcação dos limites aqui estabelecidos dos respectivos territórios acordarão nas providências complementares necessárias para dar plena execução ao presente acordo.

ARTIGO IV

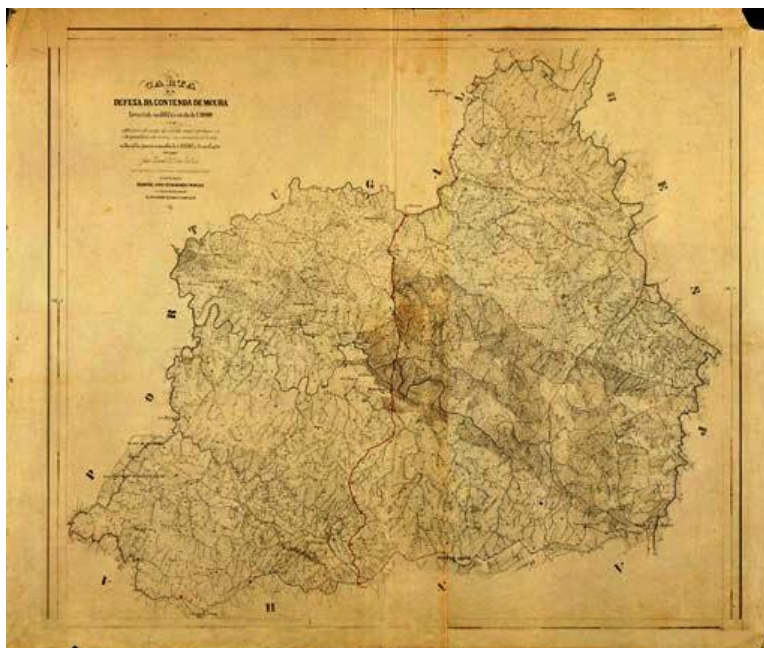
Este acordo entrará em vigor, e será obrigatório para os dois Governos, depois de devidamente ratificado em virtude de autorização legislativa dos dois países, e de oficialmente publicado em um e outro, devendo a ratificação e publicação oficial efectuar-se no mais breve prazo possível.

Em fé de que, os Plenipotenciários respectivos assinaram o presente acordo e o firmaram com os seus selos.

Feito em duplicado em Madrid, aos vinte e sete do mês de Março do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil, oitocentos noventa e três. (L. S.) Conde de S. Miguel

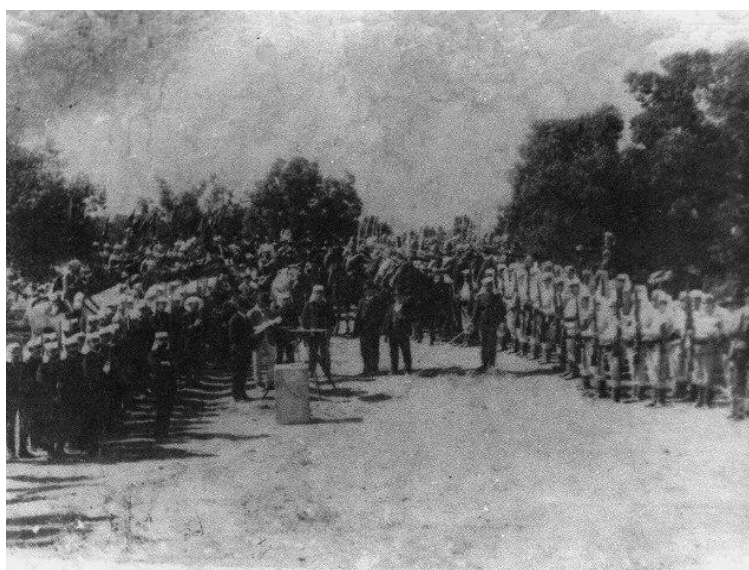
(**Câmara dos Pares do Reino, Sessão N° 37, 8-7-1893, pp.409-411**)

Mapa da Divisão da Contenda de 1887



Fonte: Biblioteca Nacional

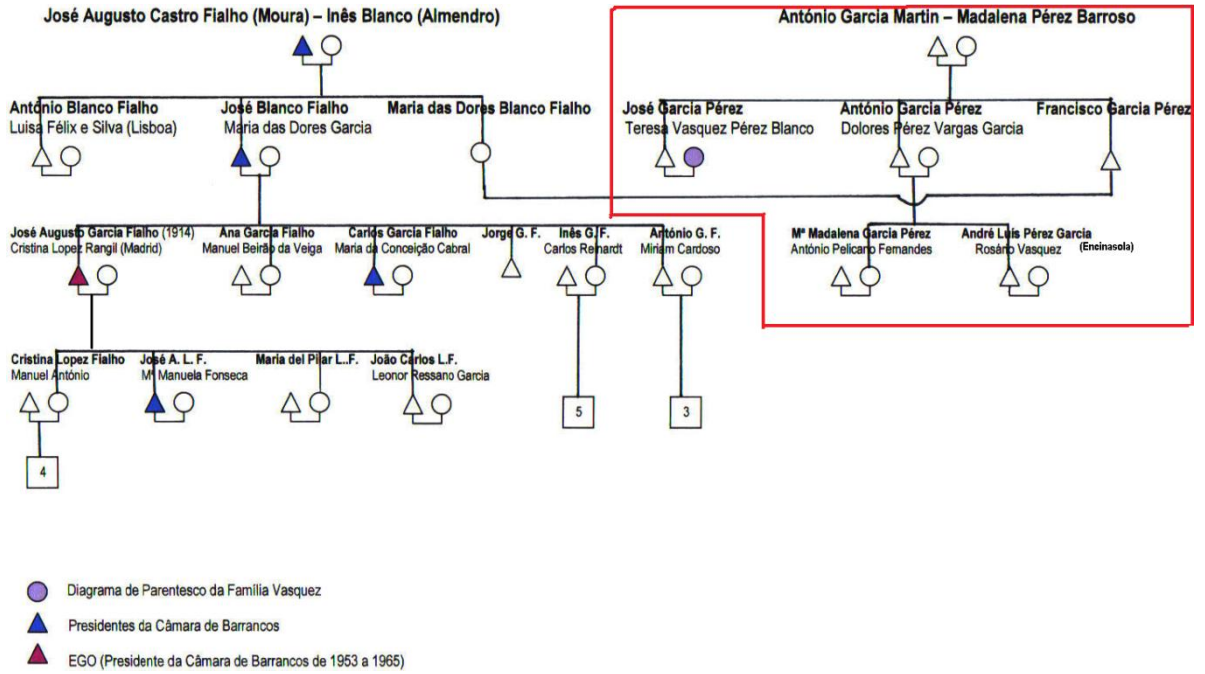
Divisão da Contenda



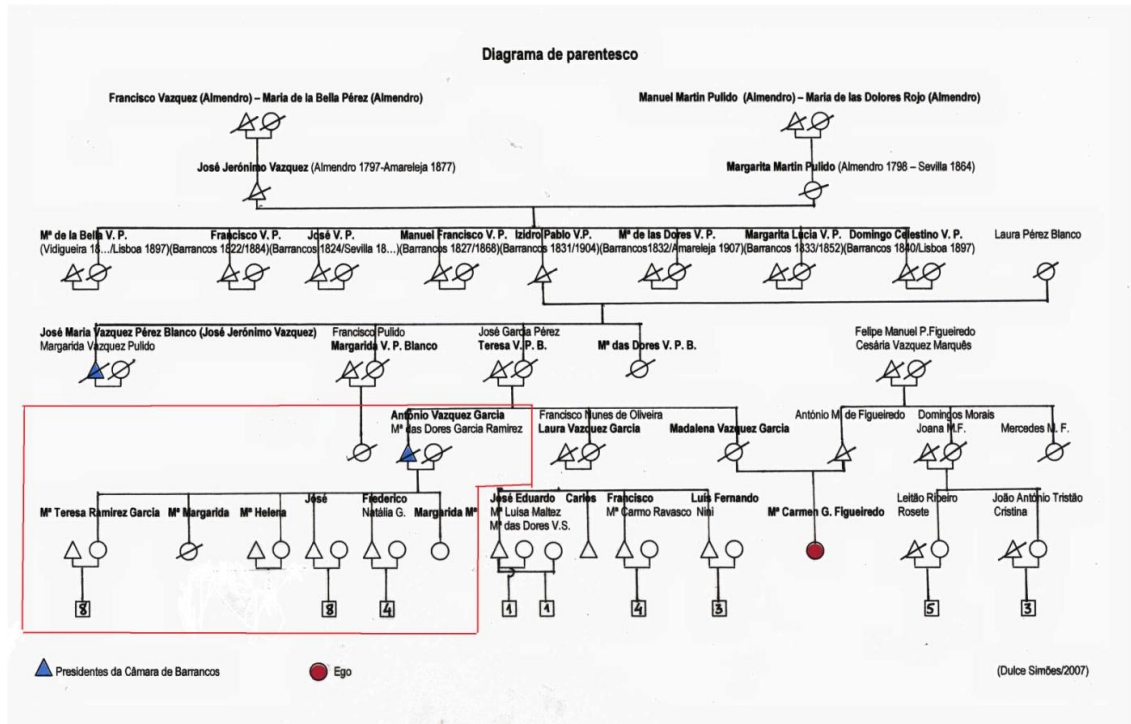
Fonte: Arquivo Municipal de Barrancos

Familiares e descendentes de Sebastian Ramírez (Almendo) em Barrancos

Família Fialho



Família Vazquez



Anexos

Capítulo 3

Propriedade Rústica de Barrancos (1950)

Nome	Área	Proprietários
*Herdade das Russianas (3)	3.123.0450 ha	António e José Blanco Fialho
Herdade Rabo Toureiro	1.220.6500 ha	Domingos Garcia y Garcia
*Herdade da Coitadinha	994.7250 ha	Francisco Garcia Pérez
Herdade de Aparis (3)	904.5000 ha	Manuel e Mª Bella Pulido (20 Parcelas)
Herdade da Serra da Gata	901.3750 ha	Manuel e Francisco Pereira Janeiro (?) (9 Prédios, 50 Parcelas)
*Herdade da Butefa	886.9098 ha	José Jerónimo Vasquez (29 Parcelas)
Eiras Altas	828.3475 ha	154 Prédios, 289 Parcelas particulares
Herdade das Taipas	798.1000 ha	António Garcia Pérez (24 Parcelas)
Herdade do Cardador	723.7500 ha	José Jerónimo Vasquez (20 parcelas)
*Herdade da Viadeira	688.0000 ha	Francisco Garcia Pulido
Serra da Gata	682.7625 ha	(13 Prédios, 19 Parcelas)
*Herdade da Taberneira	667.5875 ha	António Pinto Correia (Moura)
*Herdade das Mercês	664.6000 ha	José Garcia Pérez (41 Parcelas)
Vila de Barrancos	640.4450 ha	344 Prédios (zona urbana)
Herdade dos Almojarifes	578.4500 ha	José Garcia Pérez (12 parcelas)
Vila de Barrancos	560.1750 ha	120 Prédios, 240 Parcelas particulares
*Herdade da Lanchita	451.3500 ha	Maria das Dores Garcia Fialho (17 Parcelas)
Herdade do Sequeiro	575.2875 ha	28 Prédios 55 Parcelas
Monte da Serra de Aparis	539.1000 ha	5 Prédios, 16 Parcelas
Montes da Fausta e Sapatão	412.6500 ha	José Malta (4 Prédios, 9 Parcelas)

Fonte: Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica de Barrancos – 1950, Instituto Geográfico Português

Nota: A divisão da terra em pequenas parcelas situavam-se no Campo de Gamos, adquiridas ao longo do tempo por novos proprietários, dizia-se que algumas “foram vendidas por um copo de vinho”.

* Actualmente registadas como Zonas de Caça na Unidade de Gestão do Baixo Alentejo (Direcção Regional das Florestas do Alentejo)

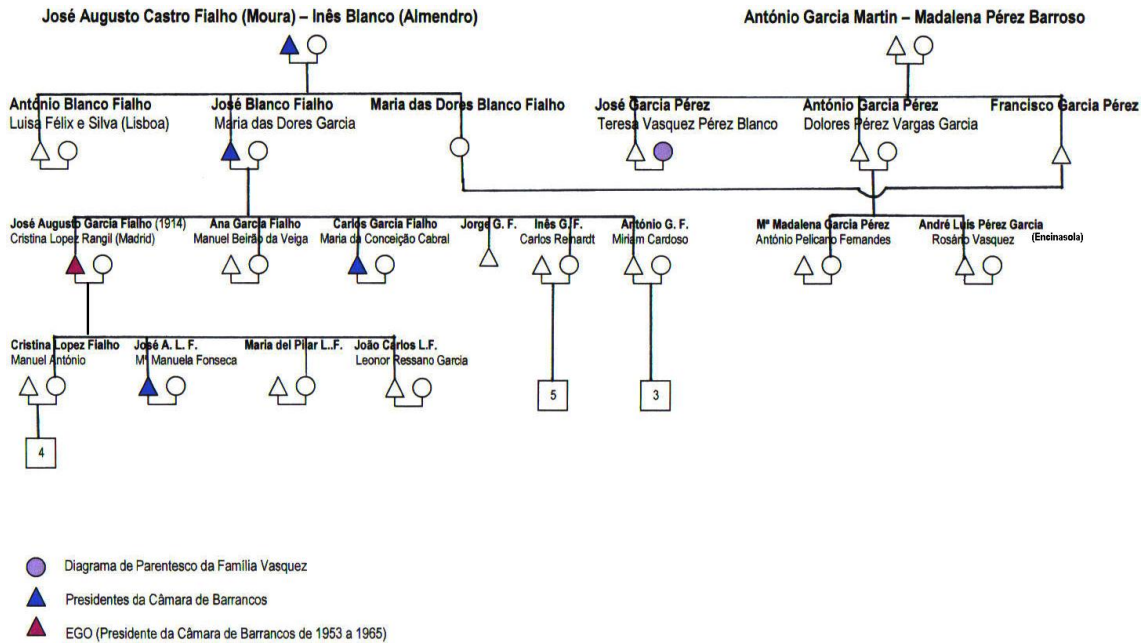
Maiores contribuintes do ano de 1936

Contribuição	Nome	Colecta
Predial rústica	José Blanco Fialho	9.959\$00
Idem	António Blanco Fialho	7.783\$00
“	José Garcia Pérez	5.499\$00
“	José Jerónimo Vasquez	3.498\$00
“	António Garcia Pérez	2.632\$00
Industrial – grupo C	António Vasquez Garcia	3.150\$00
Idem	Marcelino Rodrigues Alcario	2.775\$00
“	Domingos Elias Garcia	2.115\$00
“	António Fernandes Pelicano	1.710\$00
“	António Santinho Dourado	1.545\$00

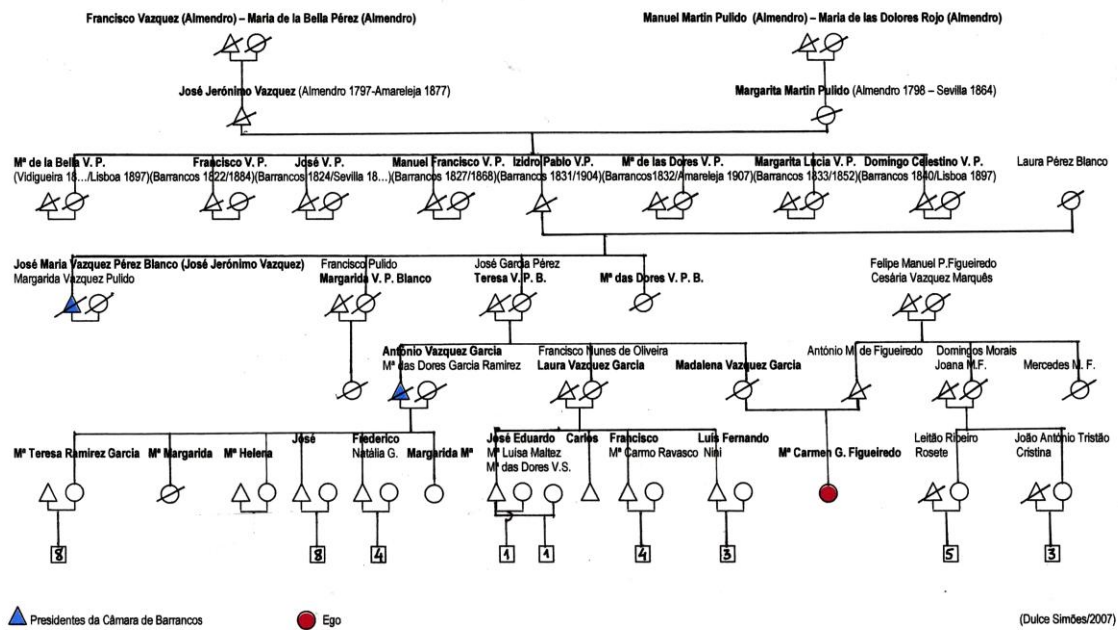
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Contribuições e Impostos 1937, L/C, Pasta 2

Diagramas de parentesco dos presidentes da Câmara de Barrancos (1926/1974)

Família Fialho

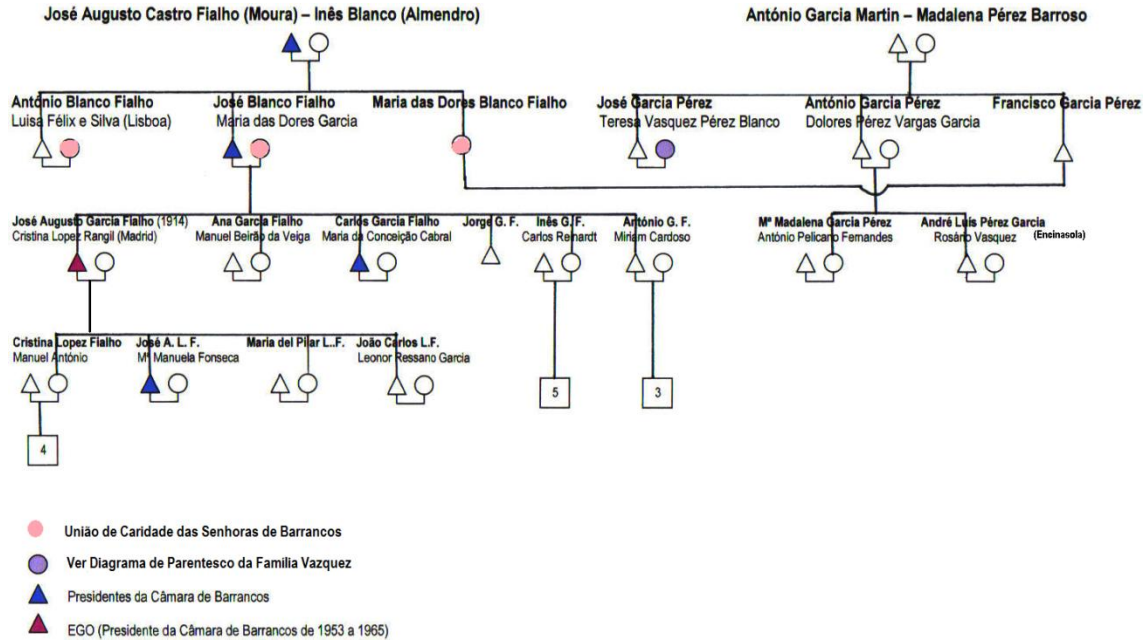


Família Vasquez

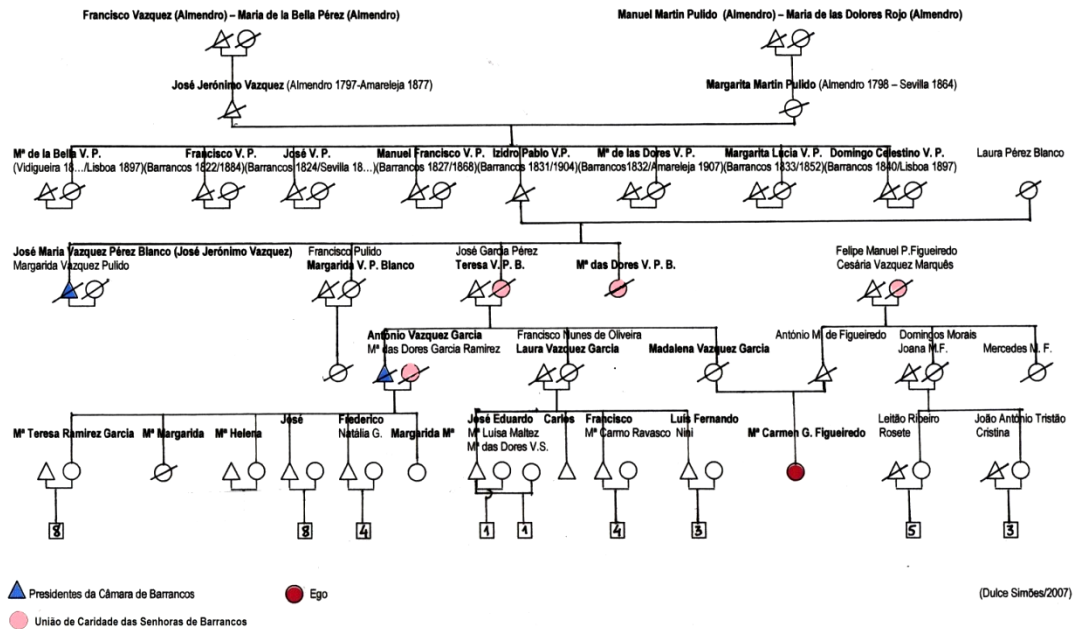


Relações de parentesco das fundadoras da União de Caridade das Senhoras de Barrancos

Família Fialho



Família Vasquez



Mapa de Declarações p/efeito de inscrição de funcionários no recenseamento eleitoral de 1935

Organismos do Estado	Profissões	Nomes
Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas	Guardas florestais	António Navarro Maleno (Coitadinha) José Serralho Fernandes (Russianas) Marcelo Pão-Duro Rodrigues
Secção Administrativa de Barrancos		Manuel Lourenço Pelicano
Freguesia de Barrancos	Regedor	Manuel Elias Gala
Estação Postal de Barrancos	Guarda fios	Fausto Fernandes Pelicano* André Pinto Fernandes Manuel dos Santos Rodrigues
Secretaria da Câmara Municipal	Chefe de Secretaria Policia Municipal Continuo Aferidor	Manuel Mira Lema Manuel Mateus Gala Francisco Pedro da Roda Francisco Garcia Escoval
Administração Geral dos Correios e Telégrafos	Guarda fios	Fausto Fernandes Pelicano*
Tesouraria da Câmara Municipal	Tesoureiro	António Balheteiro Mira
Delegação de Saúde	Delegado de Saúde	Dr. Filipe Manuel de Figueiredo*
Inspecção do Distrito Escolar de Beja	Professor	José Maria da Silva Varregoso
Repartição de Finanças		Alfredo Crispim Afonso Alves António Lopes Santinho Horácio Prego Lopes
Cartório Notarial de Barrancos	Notário	Joana Pires de Freitas Paulo (licenciada em Direito) Francisco Balsa Escoval (3º ano dos liceus)
Comando da 4ª Região Militar	Oficiais apresentados ao comando	Major Felipe de Figueiredo* Alferes Sebastião Macias Barroso (Curso Complementar de Ciências)
Guarda Nacional Republicana,	2º Cabo	João Pais Quintino

Eleitores inscritos no Concelho de Barrancos

Ano	Nº de Eleitores	Obs. Eleitores
1853	60	Homens Alfabetizados \geq 25 anos - Rendimento Anual \geq 80.000 réis (Constituição de 1838)
1918	738	Homens Alfabetizados \geq 21 anos (Constituição de 1911)
1919	242	Idem
1921	239	“
1922	231	“
1923	225	“
1924	249	“
1925	246	“
1928	744	“
1934	171	Homens Alfabetizados \geq 21 anos - Analfabetos Contribuintes (Constituição de 1933)
1937	200	Idem
1939	209	“
1940	207	“
1942	311	“
1943	376	“
1963	377	Mulheres Diplomadas, Casadas ou Chefes de Família Contribuintes (depois de 1946) Alfabetizadas (depois de 1968)

Fonte: Livros de Recenseamento Eleitoral do Concelho de Barrancos, AHMB, M/B, Pasta 1

Resultados das Eleições Autárquicas em Barrancos após o 25 de Abril de 1974

Ano	Eleitores Inscritos	*FEPU/APU/CDU	PS	PPD/PSD	CDS/PP	CDS/PP, PPD/PSD, PPM	Branços	Nulos	Abst.	Presidente eleito
2009	1.562	725 (3)	414 (2)	-	22	-	44	24	347	António Pica Tereno
2005	1.626	702 (3)	582 (2)	-	-	11	24	20	287	António Pica Tereno
2001	1.653	622 (2)	634 (3)	37	-	-	33	24	303	Nelson José Costa Berjano
1997	1.682	615 (3)	607 (2)	23	-	-	42	20	375	António Pica Tereno
1993	1.693	675 (3)	504 (2)	50	7	-	45	34	378	António Pica Tereno
1989	1.715	708 (3)	497 (2)	40	-	-	58	28	384	António Semedo Guerra
1985	1.644	951 (4)	305 (1)	-	-	-	35	32	321	António Semedo Guerra
1982	1.747	832 (3)	435 (2)	-	-	-	18	34	428	António Semedo Guerra
1979	1.608	748 (3)	398 (2)	-	-	-	35	22	405	Carlos Caçador Durão
1976	1.662	*526 (3)	397 (2)	-	-	-	90	40	609	Carlos Caçador Durão

Fonte: STAPE

Campanha eleitoral 2009 (CDU)



Campanha eleitoral 2009 (PS)



Toponímia da Vila de Barrancos

Livro de Rol do Conferidor da Matriz de Barrancos (1879)	Designação Actual	Outras designações
Rua da Boa Vista	Rua da Boavista	
Rua da Bica	Rua da Bica	
Rua da Parra	Rua D. M ^a das Dores Fialho Garcia	
Rua da Comenda	Rua Dr. Felipe de Figueiredo	
Rua do Poço Velho	Rua Dr. Mendes Ribeiro	
Rua do Poço Novo	Rua do Poço Novo	
Rua dos Cantinhos	Rua Luís de Camões	
Rua das Estalagens	Rua D. Bella Pulido	
Quintal do Fialho	Rua Duque do Cadaval	(conhecida por Rua do Arco)
Rua da Igreja	Rua da Igreja	
Rua do Meio	Rua Cónego Almeida	(conhecida por Rua do Grémio)
Rua de S. Sebastião	Rua de S. Sebastião	(conhecida por Rua da Farmácia)
<u>Rua de Encinasola</u>	<u>Rua das Forças Armadas</u>	antiga Rua 28 de Maio
<u>Rua de Montes Claros</u>	<u>Rua de Noudar</u>	(conhecida por Travessa da Estrada)
Rua da Sentinela	Rua da Sentinela	
Rua Nova	Rua Nova	
Rua do Porto Chibato	Rua de São João de Deus	(conhecida por Rua do Borrvalho)
Rua de S. Bento	Rua de São Bento	
Rua da Cruz	Rua da Cruz	
Rua da Preguiçosa	Travessa da Preguiçosa	
	Rua do Pinhão	antiga Travessa da Sentinela
	Largo de São Sebastião	(Alto Sano, “lugar alto, limite de muralhas”)
	Largo de Montes Claros	(lugar de Montes Claros)
	Praça da Liberdade	antiga Praça Dr. Oliveira Salazar
	Praça do Município	antiga Praça do Mercado
	Rua 1 ^o de Maio	antiga rua Dr. Teotónio Pereira
	Rua de Espanha	(conhecida por Rua de Franco)
	Rua Jerónimo Vasquez	antiga Travessa da Boavista
	Rua 1 ^o de Dezembro	(conhecida por Rua da Estrada)
	Rua Infante D. Henrique	antiga Rua do Poçito
	Rua Hígino de Sousa	antiga Rua Nova do Poçito
	Rua Nossa Senhora da Conceição	antiga Rua das Bicas
	Rua do Passeio	
	Travessa da Parreira	
Cerro de João Ramos	Cerro	Zona habitacional dos trabalhadores rurais
	Rua do Cerro	antiga Rua do Outeiro
	Rua Vasco da Gama	antiga Rua do Cerro
	Rua 25 de Abril	antiga Rua de Goa e Rua Nova do Cerro
	Rua de Timor	(conhecida por Sítio do Cerro)
	Rua Dr. Leite de Vascelos	(conhecida por Rua Alta do Cerro)
	Rua de Santo António	antiga Travessa do Cerro
	Rua de Angola	antiga Travessa da Rua Nova do Cerro
	Rua de Moçambique	(conhecida por Rua do Quartel e Rua da

		Papelada)
	Rua do Lagar	(conhecida por Rua da Cooperativa e Rua da Fábrica)
	Rua do Bairro	(conhecida por Bairro dos espanhóis)
	Rua da Amareleja	(Baldio, que significa terreno sem dono)
	Rua Nova do Baldio	
	Rua de Encinasola	(Baldio)
	Rua do Lidador	antiga Travessa do Baldio
	Rua do Quiligrilo	
	Bairro da Guarda Fiscal	(Baldio)
	Bairro da Floresta	(Baldio)
	Bairro da Adua	(conhecido por sitio da Agarrocha ou Bairro das Canas)
	Rua Bairro da Adua	

Vista geral de Barrancos



Entrada de Barrancos, por Portugal



Rua Professor Leite de Vasconcelos no Cerro



Rua da Boavista, no centro da Vila



Cerro visto da Rua da Boavista



Praça da Liberdade, casa da família Vasquez à esquerda



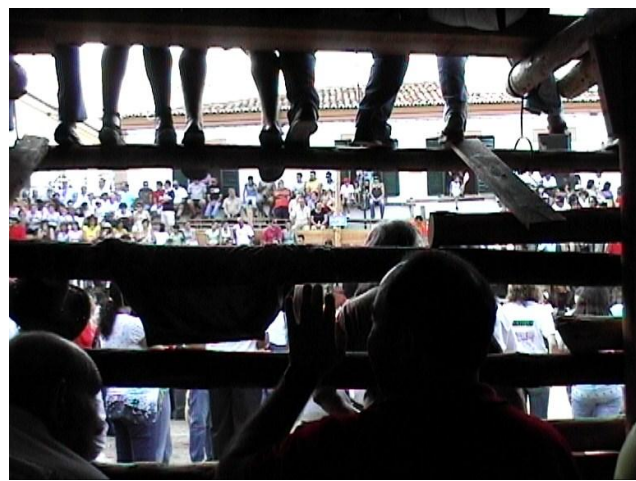
Sócios à porta da Sociedade União Barranquense



Sócios da Sociedade Artística Barranquense assistem à tourada



Vista da Praça, do terraço da Sociedade Artística



Público assiste à tourada nos tabuados da Praça





Actuação da escola de flamenco de Barrancos, 27 de Agosto 2008



Procissão de Nossa Senhora da Conceição, 28 de Agosto de 2008



Virgen de Flores em Encinasola, Abril de 2010

Livro de Honra do Colégio Infante de Sagres (1928-1956) (IANTT)

Princípio: “Talent de Bien Faire”

Abre com dedicatória do General Carmona de 7 de Outubro de 1928

Director: Dr. Pavão Leal

Morada: Estrada das Laranjeiras, Palma de Baixo, Lisboa

Lista de antigos alunos:

António Adolfo de Lima Mayer

Álvaro Salvação Barreto

António Lobato Faria

Fernando de Sommer d’Andrade

Francisco Gentil Martins

Francisco de Mello Breyner

Guilherme Pinto Basto

Joaquim Branco Núncio

João Arantes e Oliveira

João Mattos Chaves

José Augusto Garcia Fialho

Jorge de Mello

Orlando Ribeiro

Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte

Pedro Teotónio Pereira

Lista de filiados na União Nacional

Nome	Data de filiação na União Nacional
João de Deus Limpo	10 de Dezembro de 1933
Francisco Leal Ramos	19 de Dezembro de 1933
Francisco Rodrigues Alcario	19 de Dezembro de 1933
Francisco Lopes Fialho	19 de Dezembro de 1933
José Blanco Fialho	19 de Dezembro de 1933
António Fernandes Pelicano	15 de Março de 1934
José Augusto Garcia Fialho	28 de Abril de 1939

Comissão Concelhia da União Nacional (1945)

Cargo	Nome	Nascimento	Profissão	Filiação
Presidente	António Pelicano Fernandes	1904	Médico	15-3-34
Vice- Presidente	António Vasquez Garcia	1897	Proprietário	19-12-33
Vogal	António Balsa Escoval	1902	Lavrador	11-5-39
Vogal	António Rodrigues Reganha	1903	Comerciante	17-12-33
Vogal	José Augusto Garcia Fialho	1914	Lavrador	28-4-39

Comissão Concelhia da União Nacional (1946)

Cargo	Nome	Nascimento	Profissão	Filiação
Presidente	José Blanco Fialho		Proprietário	11-12-33
Vice- Presidente	António Pelicano Fernandes	1904	Médico	15-3-34
Vogal	António Balsa Escoval	1902	Lavrador	11-5-39
Vogal	António Rodrigues Reganha	1903	Comerciante	17-12-33
Vogal	Manuel Cláudio Pulido	1896	Lavrador	9-2-34

Amareleja (1946)

St.º Aleixo da Restauração (1946)

Dr. João Lopes de Carvalho	Bento Sena Guerreiro
Carlos Augusto de Carvalho Ravasco	Arlindo da Silva Caldeira
Luciano Soares	

Fonte: IANTT, União Nacional, mç.600, NT 173

Escola Primária de Barrancos, 1928



Arquivo Particular de José Lopes Ângelo



Classe de Ginástica de 1936. Arquivo Particular de Maria Alice Torbisco

Foto tirada em Moura, da autoria de Zambrano Gómez, após Sarau de Ginástica. Alunos identificados: M^a Alice Ortega Raio, M^a Teresa Ramirez Garcia, Lúcia Percheiro Fialho, Isabel Tereno, M^a Margarida Ramirez Garcia, Ana Bossa Fialho, Helena Tereno, Carlos Bilé, Irene Marques, Catarina Valério, M^a Basílio, M^a das Dores Ortega Raio, Domingos Fialho Pelicano, Ana Cruz, Manuel Torbisco, Zé, Águeda Caeiro, João Caudilho, João Tereno, José Soares Fernandes, Lúcia, António Garcia Fialho, M^a Cozido Gordilho, António Pica, M^a Soledad Marques, Domingos Gala, Clemente Pires Marques, filho do sargento Quintino da GNR, entre outros não identificados. Professores identificados: M^a da Purificação Pelicano Fernandes Varregoso e José Manuel da Silva Varregoso.



Exibição da classe de ginástica de Barrancos em Moura, numa festa escolar, s/d, em Macias, Santiago (2000), Zambrano Gomes, *fotografo de Moura*, Câmara Municipal de Moura, p.84.



Domingos Caçador e Manuel Rita



Manuel Soares Fernandes e irmãos



Maria Bonita, José Cumbreño e filhos



Carlos Gonçalves Caçador



Ana Coelho Agudo e os irmãos



José Serralho Fernandes

Anexos

Capítulo 4

Notas sobre militares no terreno

Joaquim da Silveira Malheiro

Nasceu em Braga a 5 de Março de 1878. Teve quatro filhos, Maria Madalena nascida a 21 de Setembro de 1900, Joaquim nascido a 17 de Novembro de 1902, Maria Isabel nascida a 6 de Outubro de 1903 e Raul Miranda da Silveira Malheiro nascido a 15 de Setembro de 1913. Carreira Militar: Inspector da 1ª Inspeção de Artilharia. Prestou provas para General em Maio de 1933. Foi promovido a General em Maio de 1935 e colocado como Comandante da 4ª Região Militar até 21 de Abril de 1937. Deslocou-se a Braga a 23 de Maio de 1936 para assistir ao X Aniversário da Revolução Nacional. Deslocou-se a Elvas onde permaneceu entre 13 e 17 de Agosto de 1936, tendo seguido para Beja, regressando a Évora a 24 de Agosto de 1936. Deslocou-se a Barrancos a 22 de Setembro de 1936, por terem sido detidos 600 refugiados espanhóis na zona da fronteira de Barrancos. Foi exonerado, a meu pedido, de Comandante da 4ª Região Militar, a 21 de Abril de 1937.



António Augusto de Seixas

Nasceu em Montalegre, Distrito de Vila Real, a 29 de Setembro de 1891, filho de Manuel Joaquim e de Maria dos Dolores Seixas. Foi incorporado como recruta do 3º Batalhão do Regimento de Infantaria Nº 19, em 15 de Maio de 1912. Foi promovido a Alferes do Quadro Especial da Guarda Fiscal a 26 de Abril de 1924. Promovido a tenente em 1 de Abril de 1928. Casou com Ana Augusta Sousa Valadares de quem teve dois filhos nascidos em Chaves: Amável Manuel Joaquim Valadares de Araújo, nascido a 13 de Junho de 1914 e Gentil Maria das Dolores Valadares Seixas a 25 de Fevereiro de 1916. Enviuvou em 1923 e casou em a 22 de Março de 1924 com Esmeralda Jorge de Sousa Alves de quem teve três filhos: Esmeralda Adelaide Jorge Alves de Seixas, nascida em Chaves a 9 de Janeiro de 1926, Maria Antónia Jorge Alves de Seixas, nascida no Gerês a 12 de Janeiro de 1932 e António Rafael Alves de Seixas, nascido em Safara a 13 de Julho de 1934. Foi comandante da Guarda Fiscal nas seguintes Secções: Freixo de Espada à Cinta 1924, Chaves 1927, transferido para a secção do Gerez em 1930 por conveniência do serviço. Transferido por motivo disciplinar para a secção de Safara em 1932. Passou à situação de reforma a 6 de Novembro de 1936 por motivo disciplinar, e foi reintegrado em Janeiro de 1938 no comando da secção da Guarda Fiscal de Sines. Passou à Reserva, por limite de idade a 16 de Outubro de 1939. Faleceu em Lisboa, a 28 de Outubro de 1958.

Eduardo Varela de Oliveira Soares

Nasceu a 7 de Setembro de 1905, na freguesia de Santo André, concelho de Estremoz. Filho de Eduardo da Cruz de Oliveira Soares e Aurora Celeste Figueiredo de Varela Oliveira Soares. Tinha 1.81m de altura, cabelo louro liso, olhos azuis, rosto comprido, dentadura boa. Grupo Sanguíneo -Tipo O. Carta de condução 13.869. Casou a 28 de Setembro com Julieta Guilhermina Queiroga, doméstica, de 22 anos de idade, residente na freguesia de Vimieiro, Concelho de Arraiolos. Atestada pelo Administrador do seu Concelho como tendo “bom comportamento tanto moral como civil” (15/7/1929). Teve uma filha nascida a 2 de Julho de 1930, Maria Celeste Queiroga de Oliveira Soares. Em 1947, com 42 anos de idade, foi vítima de uma neuro-psicastenia, segundo relatório médico do Hospital Militar de Elvas, tendo baixa domiciliária durante 20 dias. Residia na Rua das Seis Casas, nº 5 Elvas. Carreira militar: Alistou-se a 1 de Novembro de 1922 como voluntário, sendo o aluno nº 112 do Corpo de Alunos da Escola Militar.




Promoções militares: Alferes, 1 de Novembro de 1926. Tenente, 1 de Dezembro de 1931. Capitão, 8 de Maio de 1939. Major, 8 de Junho de 1950. Tenente-coronel, 23 de Janeiro de 1956. Colocações: Batalhão de Cavalaria nº 3, a partir de 13 de Novembro de 1926. Batalhão de Cavalaria nº 5, a partir de 31 de Março de 1928. Foi professor da Escola Regimental entre 6 de Novembro de 1928 e 27 de Julho de 1934, sendo exonerado do cargo e colocado como adido, requisitado para desempenhar comissão de serviço dependente do Ministério do Interior na Guarda Nacional Republicana. Batalhão Nº 3 da Guarda Nacional Republicana, de Beja, a partir de 28 de Julho de 1931. Comandante da Secção da 2ª Companhia do Batalhão nº 3 da GNR em Beja. Comandante Interino da Secção da 2ª Companhia do Batalhão nº 3 de Moura. Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, a partir de 24 de Fevereiro de 1942. Condecorações: Cavaleiro da Ordem Militar de Avis (17/10/1935). Oficial de Ordem Militar de Avis (26/07/1941). Processos: Acusado de abuso de autoridade por ofensas corporais a um soldado (18/07/1945) Faleceu a 15 de Fevereiro de 1956, na freguesia de S. Mamede, distrito de Évora.



Gaspar Marques de Oliveira (processo interdito)

Nasceu a 27 de Dezembro de 1892. Carreira Militar: Capitão, 30 de Setembro de 1926 (S.M.A. - Serviço de Administração Militar). Requisitado em 1936 para Adjunto dos Serviços Gerais da PVDE. Promovido a Tenente-coronel a 29 de Novembro de 1949. Faleceu a 3 de Novembro de 1973

POLÍCIA INTERNACIONAL PORTUGUESA



SERVIÇO DA REPÚBLICA

*Recebu
19-1-33
Mina*

N.º 24/933
CONFIDENCIAL

Exmº Snr.

Para conhecimento de S.Exª o Senhor Ministro, tenho a honra de junto enviar a V.Exª copia de um relatório, apresentado por um agente desta Policia que, em diligencia, se deslocou a Barrancos.

Apresentando a V.Exª os protestos da minha mais distinta consideração, desejo a V.Exª

SAUDE E FRATERNIDADE


Ao Exmº Snr. Chefe de Gabinete de
S.Exª o Senhor Ministro do Interior.

Lisbõa, 17 de Janeiro de 1933.

O SUB-DIRECTOR

José Catela

José Catela - Ten.



MOD. 4 - 3307-32

Relatório do Agente X da PVDE

C O P I A



Exm^o Snr. Director da Policia Internacional

Em cumprimento das ordens recebidas de V.Ex^{as}, fui a Barrancos averiguar da existencia ali de qualquer foco de propaganda extremista, ou ainda da existencia de quaisquer agentes propagandistas daquelas ideias.

Chegado ali e depois duma conferencia com o Administrador do Concelho, que me poz ao facto da politica da terra e dos individuos que, possivelmente seriam, não os "meneurs", mas os que alimentavam talvez essas ideias, encetei as minhas diligencias da seguinte forma:

Como já é do conhecimento de V.Ex^{as}, sôbre os espanhois que vêm a Barrancos comprar café, para o passar como contrabando para Espanha, recaía a suspeita de que fôsem êles quem, trazendo os jornais ou panfletos extremistas espanhois, proporcionassem a propaganda naquela Vila.

Comecei por chamar á Administração do Concelho todos os comerciantes a quem os espanhois compram café e disse-lhes que, para ser consentido que aquêles continuassem a vir fazer o seu negocio, era necessario que fôsem avisados por êles, comerciantes, para que não transportassem para o nosso País, jornais, panfletos, ou quaisquer outros meios de propaganda extremista.

Foi-me prometido por todos os comerciantes que os espanhois seriam avisados e que, se alguma vez trouxeram qualquer papel, nunca mais, com certesa, voltariam a faze-lo.

Em seguida, mandei chamar todos os proprietarios de taber-



nas e avisei-os de que não deviam consentir que dentro dos seus estabelecimentos se dessem quaisquer discussões de caracter politico ou social. Todos me prometeram que, dentro dos seus estabelecimentos, não se discutiria tais assuntos, garantindo-me ao mesmo tempo, que nunca lá se tinham dado discussões dessa natureza.

Alguns dias passados, fui ao encontro, proximo da fronteira, dos espanhois que a Barrancos vêm comprar café, avisando-os de que não lhes seria consentido mais a entrada em Portugal, se naquela Vila apparecessem quaisquer jornais ou panfletos, de caracter extremista.

Todos me garantiram que não eram, nem tinham sido portadores dêsses ou de quaisquer outros meios de propaganda.

Resumiu-se nestas três diligencias, a minha estada em Barrancos, tendo podido observar, durante todo o tempo, que, as pessoas de importancia que ali vivem, são absolutamente simpatizantes com a actual Situação.

A outra parte - os rurais -, são homens a quem a politica não interessa e que só o trabalho os preocupa. São pessoas de boa indole e a quem a minha presença naquêles sitios encheu de pavor, devido ao facto de, naquela Vila, não se ter dado qualquer acontecimento que necessitasse a presença ali dum agente de autoridade, ido de Lisbôa.

O Administrador do Concelho, por quem todo o povo da Vila tem grande respeito, foi duma dedicação inexcedivel para comigo e mostrou-se muito grato á Direcção da Policia Internacional, por ter enviado a Barrancos um funcionario encarregado das diligencias que eu ali fui efectuar.

As pessoas que comigo falaram, na Administração do Concelho, foram:

4

III

COMERCIANTES DE CAFÉ:

Antonio Rodrigues Charvana
Antonio Fernandes Pelicano
José da Costa Junior
Domingos Elias Garcia
Pelicano & Claudio
Francisco Bergano Bossa
Antonio Santinho Dourado
Antonio Marques Escoval.



TABERNEIROS:

Luiz Lopes
Antonio Fernandes Nunes
José Manuel Escoval
Francisco Gonçalves Branquinho
Maria Fernandes Pelicano
Eugenio Abade Pelicano
Sebastião Mendes
Antonio Oliveira
André Montes
Silvestre Abade Guerreiro.

Chamei ainda á Administração, um barbeiro de nome MANUEL ALCARIO, que é socialista ou, pelo menos, diz que o é e avisei-o de que, se na sua loja se desse qualquer discussão de caracter politico ou social, o estabelecimento seria encerrado e êle enviado prêso para Lisbôa.

Efectuei esta diligencia por indicação do Snr. Administrador do Concelho, pois aquêle individuo tem a mania de discutir politica

com toda a gente, não obstante ser uma pessoa quasi inculta.

Prometeu-me não se importar mais com politica e que lia apenas um jornal republicano, intitulado DEMOCRACIA DO SUL.

Lisbôa, 14 de Janeiro de 1933.

O AGENTE

X...



REPUBLICA DE PORTUGAL
 MINISTERIO DO INTERIOR
 GABINETE DO MINISTRO

S. R.

Exmo. Snr. Comandante Geral da Policia de Seguran-
 ça Publica

LISBOA

Junto tenho a honra de enviar a V. Ex^a copia do officio n.º 55/C, confidencial, que hoje remeti ao Exmo. Director da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado.

A Bem da Nação
 Beja, 21 de Agosto de 1936
 O COMANDANTE

Joaquim G. Duarte da Silveira

Joaquim Gonçalves Duarte da Silveira
 tenente

ARQUIVO NACIONAL
 DEPARTAMENTO DE DOCUMENTOS

10

Exmo. Snr. Director da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado

LISBOA

Cumpre-me informar V. Ex^a do seguinte:

- Encontrando-me em Barrancos, no dia 12 do corrente, mandei fazer uma busca no domicilio e estabelecimento de Manuel Gomes Alcario, barbeiro, de 36 anos de idade. No estabelecimento foram encontrados os seguintes jornais:
 - Extremadura roja de 21-5^a-936 de Badajoz,
 - " " " 28-5^a-936 " "
 - Campo Libre! de 4-4^a-1936 de Madride
 - Um panfleto comunista "espanhol" Arriba, Campesino!! de Crescenciano Bilbao.
 - Heraldo de Madride de 18 de Março de 1936 e de 19 de Outubro de 1935 e de 27 de Abril de 1936.
 - Dois exemplares antigos da Republica Social e alguns impressos, como prepostas e circulares, do antigo partido socialista.

Sujeito a forte interrogatorio declarou que os exemplares espanhols lhos deixava no seu estabelecimento o subdito espanhol José Carneiro Marro, a quem se refere o meu officio confidencial n.º 50/C de 15 do corrente e que não professava ideias dissolventes, sendo tesoureiro da Casa do Povo de Barrancos.

Ad pessoas mais categorizadas do meio procuraram me, abenando-lhe o comportamento e prometendo informaram-me de qualquer mau procedimento que o mesmo possa vir a ter.

Visto e assinado
21-8-36
J. Duarte da Silveira

ARQUIVO NACIONAL
 DEPARTAMENTO DE DOCUMENTOS

Cópia – Serviço da Republica – Polícia de Segurança Beja – Secção Policial nº 51/C - Confidencial – Exmo. Snr Comandante Geral da Policia de Segurança Publica – Lisboa – Cumpre-me comunicar a V. Exa. que, tendo sido procurado pelo Exmo. Governador Civil, pelas 2 horas de ontem, em virtude de um telegrama alarmante expedido pelo Exmo. Administrador do Concelho de Barrancos, dirigimo-nos seguidamente ao Regimento de Infantaria nº 17 onde, depois de ma troca de impressões com o Exmo. Comandante Militar e da Companhia da Guarda Nacional Republicana, ficou assente que aquela Unidade ia preparar um destacamento para seguir, do efectivo para tal destinado, tendo eu seguido imediatamente de automóvel, com seis guardas para a referida localidade, onde verifiquei o seguinte: Que o telegrama do Administrador do Concelho havia sido motivado pelo facto de se esperar nessa madrugada o ataque a Encinasola, por uma coluna de marxistas das Minas de Rio Tinto, da qual fazem parte muitos portugueses que há anos lá vivem e com um efectivo de cerca de 600 homens, dispondo de um carro blindado, metralhadoras, granadas de mão, etc., a qual, na madrugada anterior havia dado o assalto a Aroche que fica próximo, destruindo o quartel dos carabineiros e matando estes à excepção de um que se acolheu a Barrancos e que prestou as informações referidas. Receava a autoridade administrativa que forças revoltosas defendessem Encinasola e que se os comunistas fossem derrotados muitos destes se pretendessem refugiar por Barrancos, que fica muito próximo, sendo insuficientíssimos para os desarmar as poucas patrulhas que guarnecem 8 ou 10 quilómetros da fronteira. Tendo verificado que o pessoal espanhol que se aproximava da Fronteira era na sua quasi totalidade constituído por mulheres e crianças que já haviam passado a noite no campo, e que não se viam homens armados, depois de saber quais os elementos a quem a vigilância da Fronteira estava confiada, embora aquela devesse ser maior e Barrancos diste de Moura, donde poderiam ir poucos reforços, 50 quilómetros, resolvi telefonar pelas 9,30 horas para Beja comunicando o que deixo narrado para que as forças que estavam para marchar e já dispunham de camionetas, não seguissem, sendo desnecessárias, o que foi reconhecido naquela ocasião. Pelas 12,30 horas, aproximadamente, chegou um emissário a Barrancos dizendo que uma patrulha da fronteira em frente de Encinasola pedia auxílio e que ele ouvia tiros. Imediatamente segui para a fronteira com cinco polícias que me acompanhavam, e ao seu esforço faço referências no art. 2º da Ordem de Serviço de hoje. O pedido de auxílio foi motivado por verem várias pessoas correrem de Espanha para a fronteira Portuguesa após uns tiros dados por carabineiros. Eram pessoas que se encontravam nos campos e que, possivelmente apavoradas pelas poucas detonações que ouviram perto precipitaram para terras portuguesas. Ouvimos mais detonações próximas, tendo uma patrulha de carabineiros detido um espanhol de aspecto educado e vestido com correcção que chorava e pedia para o deixarem acolher-se a Portugal, o que os carabineiros não lhe consentiram. Parece que estes estão fiéis aos revoltosos do Exercito, se bem que tivessem respondido a una pergunta, que já não sabiam a quem obedecer. As mulheres e crianças entraram talvez num total de 180 a 200, foram pedidos animais de sela para conduzir os mais idosos e fracos para Barrancos visto o caminho acidentado ser de percurso muito

árduo. Foi iniciada a identificação na Guarda Fiscal, tendo eu recolhido a esta cidade depois da autoridade administrativa local, me ter dito que obteria alojamento para todos, o que telefonicamente comuniquei para Beja, onde cheguei pouco depois das 21 horas. - A Bem da Nação – Beja, 13 de Agosto de 1936. O Comandante, (a) Joaquim Duarte Gonçalves da Silveira – Tenente.

IANTT, Arquivo PIDE/DGS, NT 9258, Notas do Relatório PVDE (1932/1938)

“Em Julho de 1936 surge a guerra de Espanha. (...) Conhecia esta policia, com bastante minúcia, a organização revolucionária espanhola de carácter extremista e os seus meios de acção, como também era do seu conhecimento a preparação que elementos das ‘direitas’ com o apoio de grande parte do Exército fariam para um movimento ‘nacionalista’. Sabia-se também das ligações estabelecidas entre revolucionários portugueses, de diversas ideologias políticas, com os seus afins espanhóis. (...) Não afrouxou porém a actividade dos elementos simpatizantes com os vulgarmente chamados ‘vermelhos espanhóis’. Todos foram postos em acção, desde a imprensa clandestina até aos atentados. (...) que em fins de 1938 se poderia considerar terminada com o aniquilamento de toda a imprensa clandestina, prisão de orientadores, apreensão de material de guerra, explosivos, etc.” (pp.9-10)

Espanhóis expulsos de Portugal pela PIP e PVDE		
1936	1937	1938
129	247	206

Movimento na Fronteira Terrestre (totais de passageiros estrangeiros)									
1934		1935		1936		1937		1938	
Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
43.459	41.981	46.078	45.421	34.472	35.782	17.899	14.558	10.955	10.235

Estrangeiros expulsos pela PIP e PVDE (1931/1938)	
Nacionalidade	Número
Espanha	788
Itália	76
Alemanha	73
Polónia	67
França	61

Comentários sobre os fluxos na Fronteira Terrestre (p.27)

“A ‘Frente Popular’ em Espanha veio dar às fronteiras portuguesas um movimento muito diverso, tanto pelo número como pelo aspecto. Ao trânsito regular e ao bulício despreocupado e quase alegre de turistas e gente de negócios, sucedem-se nas fronteiras uma agitação febril de gente preocupada e ansiosa de terminar as formalidades de ‘entrada’ para se poder considerar admitida no nosso país, terra de paz e abrigo. Sentia-se o enervamento dos que se aproximavam para entrar, como se sentiam também as

cautelosas preocupações dos que saíam. Os números referentes ao mês de Julho (em que rebentou a guerra), não correspondem, em boa verdade, quase senão á primeira quinzena, visto que na segunda já as passagens de fronteira se tornaram muito mais difíceis e fiscalizadas sob novos aspectos, como é natural. Depois deu-se o inverso. Muitos espanhóis acidentalmente entre nós, e até vários residentes, acorreram ao seu País, a zonas com as características das suas tendências políticas: a linha 'saídas' passou a ter ordenadas superiores á linha 'entradas' embora baixando sempre após a onda de Setembro." (p.27)

Movimento da Fronteira Terrestre (passageiros espanhóis)					
1936		1937		1938	
Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
27.433	27.909	13.447	11.404	7.256	6.420

Movimento da Fronteira Terrestre (Postos de maior fluxo)				
Ano	Postos fronteiriços	Entradas	Saídas	Maior fluxo de entradas de estrangeiros
1936	Valença	13.849	12.942	1.523 (Abril)
	Vila Real de St.º António	8.958	8.885	539 (Agosto)
	Vilar Formoso	7.856	7.191	830 (Abril)
	Caia (Elvas)	6.187	6.638	784 (Março)
1937	Valença	9.137	4.463	905 (Outubro)
	Vila Real de St.º António	6.472	6.513	393 (Junho)
	Caia (Elvas)	5.216	5.607	550 (Setembro)
1938	Valença	6.940	4.814	580 (Maio)
	Vila Real de St.º António	4.802	4.446	116 (Fevereiro)
	Caia (Elvas)	2.044	2.239	201 (Janeiro)

Movimento Fronteira Terrestre (automóveis)								
Postos	1935		1936		1937		1938	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Caia (Elvas)	1.759	1.417	2.686	1.862	1.092	1.203	440	595
	1.778	2.047	1.852	1.249	415	372	239	350

Movimento de Passageiros no Distrito de Beja (totais)						Maior fluxo de entradas de estrangeiros
Ano	Postos	Entradas		Saídas		
		Nac.	Est.	Nac.	Est.	
1936	Campo Maior	7	-	16	1	7 (Julho)
	Elvas	1.046	2.204	840	2.264	(1.020 (Abril))
	Mourão	37	78	34	105	
	Moura	24	72	19	93	27 (Julho)
	Barrancos	-	-	-	-	-
	Ficalho	360	1.203	297	1.046	388 (Abril)
1937	Campo Maior	1	-	-	-	-
	Elvas-Estação	252	411	173	634	(510 (Setembro))
	Mourão	14	6	15	17	2 (Março e Abril)
	Moura	-	-	-	-	-
	Sobral D'Adiça	2	27	5	29	5 (Fevereiro)
	Barrancos	59	84	55	82	20 (Agosto)
	Ficalho	229	669	239	672	209 (Agosto)
1938	Campo Maior	-	-	-	-	-
	Elvas-Estação	151	333	94	397	150 (Janeiro)
	Mourão	-	-	-	-	-
	Moura	-	-	-	-	-
	Sobral D'Adiça	19	1	-	4	-
	Barrancos	-	-	-	-	-
	Ficalho	?	?	?	?	?

Movimento de Passageiros na Fronteira Aérea						
Nacionalidade	1936		1937		1938	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Espanha	186	179	227	213	454	318
Alemanha	177	149	324	363	534	562

Movimento Passageiros na Fronteira Marítima						
Nacionalidade	1936		1937		1938	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Inglaterra	4.831	4.689	3.350	3.417	3.816	3.559
Espanha	2.737	2.189	2.486	6.295	2.507	4.141
Alemanha	2.087	1.963	2.045	2.073	1.854	1.482
Brasil	1.744	2.332	1.727	2.562	1.490	1.802

“Os números que apresentamos sobre passageiros embarcados e desembarcados não poderão coincidir com os fornecidos por outros organismos que também tenham elementos de verificação, por exemplo, a Administração Geral do Porto de Lisboa.”

Estrangeiros residentes no Distrito de Beja						
Nacionalidade	Crianças		Adultos		Total	
	V	F	V	F	V	F
Espanha	48	56	146	130	194	186
Inglaterra	4	4	9	9	13	13
Bélgica	2	2	4	3	6	5
França	-	-	1	6	1	6
Alemanha	-	-	-	2	-	2

Locais com maior número de espanhóis residentes - 1938		
Lisboa (cidade)	7.772	
Porto (cidade)	1.001	
Distrito de Lisboa	545	
Distrito de Setúbal	496	
Distrito de Beja	380	
Distrito de Portalegre	307	
Distrito de Évora	293	
Distrito do Porto	292	
Distrito de Faro	275	

Movimento de Passageiros nas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas (totais)						
Nacionalidade	1936		1937		1938	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Espanha	30.356	30.277	16.160	17.912	10.217	10.879
Inglaterra	6.173	6.413	3.639	3.738	4.217	3.949
Alemanha	3.386	3.287	3.393	3.373	2.967	2.693

Fonte: Relatório PVDE 1932/1938, IANTT, PIDE/DGS, NT 9258

Anexos

Capítulo 5

19
Comando da 4ª Região Militar
2ª Repartição
2ª Secção
Confidencial
1936
Julho
28
Comando da 4ª Região Militar
2ª Repartição
2ª Secção
Confidencial
1936
Julho
28

Visto
O Comandante

Comando da 4ª Região Militar-4ª Repartição-2ª Secção-Confidencial-
Nº 143-2-C.-Serviço da Republica-Evora, 28 de Julho de 1936-Ao Senhor
Comandante Militar de Beja-Sua Exa e General Comandante da Região,
encarrega-me de transmitir a V.Exa as seguintes disposições prescri-
tas por Sua Exa o Ministro da Guerra, para serem observadas no ser-
viço de guarda e vigilância da fronteira, além das instruções oportu-
namente enviadas, por este Comando, ás entidades interessadas: -a)-ao
Ministerio da Guerra interessam apenas os aviões militares ou civis
e suas guarnições, os individuos fardados (armados ou desarmados) e os
individuos ou núcleos civis armados; -b)-o destino a dar aos civis
desarmados, isolados ou em grupo, deve ser regulado pela Policia Inter-
nacional; -c)- todos os individuos referidos na alinea a) devem ser
imediatamente desarmados, sempre que seja possível por meios suasári-
os e imediatamente conduzidos para os comandos militares das sedes
das guarnições mais proximas (Tavira, Beja, Evora e Elvas). Os comandan-
tes militares se encarregarão de fazer dirigir os refugiados, devida-
mente acompanhados, para a sede da Região Militar, dende lhe será da-
do o destino determinado por Sua Exa e Ministro da Guerra; -d)- Sempr
que se presume não serem suficientes as forças dos postos fronteiri-
ços da Guarda Fiscal, G.N.R. e Policia para imporem a pronta e completa
obediência aos individuos referidos na alinea a), deverá ser pedi-
da por via telefónica, telegrafica ou por qualquer outro processo rá-
pido, a intervenção imediata do destacamento mais proximo que pre-
curará sempre actuar em força, tomando á sua conta a resolução dos inci-
dentes verificados; -e)- para uma mais completa eficiência na acção
coordenada de todas as forças, muito convirá que imediatamente se es-
tabeleçam os necessários acórdes entre os comandos fronteiriços da
G.F., G.N.R., Policia e comandos militares mais proximos. Em particular
conviria que a acção na fronteira dos postos ou secções da G.F. e da
G.N.R. se exercesse debaixo de uma unica direcção, que pederia pertenc-
er ao comandante mais antigo ou graduado, da G.F. ou da G.N.R., esta-
cionado na mesma localidade; -f)- e armamento e outro material deve
ficar nos postos da G.F., devendo os comandantes militares das sedes
de guarnição assegurar, não só a mobilidade rapida dos seus destaca-
mentos, mas ainda a evacuação rápida do armamento e material existen-
te na fronteira, para o quartel da guarnição; -g)- os elementos de vi-
gilância da fronteira (G.F., G.N.R. e Policia) comunicarão todas as occur-
rências aos comandantes militares das sedes das guarnições; estes
transmitti-las-ão aos comandantes das Regiões que, por sua vez, as co-
municarão á Repartição de Gabinete; -h)- no caso dos postos fronteiri-
ços da G.F. e da G.N.R. não pederem, sem prejuizo dos serviço de vigi-
lância, conduzir imediatamente para os comandos militares das sedes
das guarnições mais proximas, os individuos referidos na alinea a) da
presente nota, devem comunicar a sua existencia áqueles comandos que
providenciarem para que os refugiados sejam imediatamente retirados

10 20 6

da fronteira;-1)-que o comando das Forças (G.L., G.N.R. e Exército) que tenham de actuar em conjunto fica sempre a cargo do comandante do destacamento, ou do comandante militar, caso exista e seja mais antizê do que o comandante do destacamento; j)-para facilidade e rapidez das comunicações, a acção do destacamento é solicitada directamente aos comandantes militares mais próximos; porem a marcha dos destacamentos fica sempre dependente de confirmação das comandas das Regiões Militares, podes constatemente ao corrente dos acontecimentos.-Quanto ao regimen em que ficam os refugiados a que se refere a alinea a) acima referida e aos abonos a fazer-se-lhes, deverá observar-se o seguinte:-1º-Os emigrados ficam em regimen de detenção, até se promover a sua concentração em qualquer localidade ou campo especial.-2º-Não lhes serão feitos abonos em dinheiro, sendo-lhes fornecida alimentação e alojamento correspondente à sua categoria. Quando não houver messes de oficiais e sargentos, será fornecida alimentação análoga por contrato com qualquer pensão ou casa de panto.-3º-Podem ser-lhes fornecidas reupas brancas quando se julgar indispensável fazê-lo.-4º-As despesas feitas com os emigrados espanhóis serão escrituradas em relações especiais, com o seguinte titulo: "DESPEZA COM OS EMIGRADOS ESPANHOIS"-5º-Deve evitar-se tede e contacto desses emigrados com os nossos soldados, por pertencerem, pelo menos os que têm sido recolhidos, ao partido comunista espanhol.-Mais me encarrega o mesmo Exº Senhor de dizer a V.Exª que o disposto nas alineas a), b), c), d), e), f) e g) deve ser considerada em vigor desde 25 do corrente.-O C fe do Estado Maior Interino-(a)-Julio Mario da Silva Nascimento, major. A cargo-Distribuida aos: C.M. Elvas, Extremoz, Beja, Faro, Lagos e Tavira, R, G.5, R.I.4, 16 e 17, D.G.V.F.3 e 14, G.F. e G.N.R.....

.....Está conforme.....

Quartel em Beja, 26 de Dezembro de 1936

O Chefe da Secretaria

Manuel Antonio Tomé

Manuel Antonio Tomé

Tenente

Dir. 10
Ant. Antonio Tomé
6.0



COMANDO
DA

4.ª REGIÃO MILITAR

4.ª REPARTIÇÃO

2.ª SECÇÃO

SERVIÇO DA REPUBLICA

Evora, 28 de Setembro de 1936

MINISTERIO DA GUERRA
REPARTIÇÃO DO GABINETE
Ministério da Guerra

Entrada N.º 3180
Em 1.º de 1936

L I S B O A

CONFIDENCIAL

N.º 382-2-C

Arquive-se
1-X-936
Souza
cap.

Processo N.º *Pan Coutadina*
Passei em conhecimento de Sua Ex.ª o Ministro,
conforme V.ª Ex.ª que, conforme o que já pessoal-
mente comuniquei a Sua Ex.ª o Sub-Secretario
de Estado, foi por mim determinado, em 23do
corrente, aos senhores Comandantes das forças
do exercito, da G.N.R. e G.F. na região de
Barrancos, o seguinte, quanto aos refugiados
espanhois da herdade da Coutadina.

- 1.º - Os refugiados espanhois que se encon-
tram na herdade da Coutadina, *na margem do*
Ardila, devem ser imediatamente internados al-
gumas centenas de metros.
- 2.º - Evitar que passem mais espanhois para
território portugês.
- 3.º - Os refugiados que queiram voltar para
Espanha podem voltar.
- 4.º - Devem ser alimentados com os próprios
recursos.

Rogo se digne acusar a recepção.

COMANDANTE DA REGIÃO

Joaquim da Silveira Malheiro
General

1447-36 - C. M. - Par. Fernandes - Lisboa

SERVIÇO DA REPÚBLICA

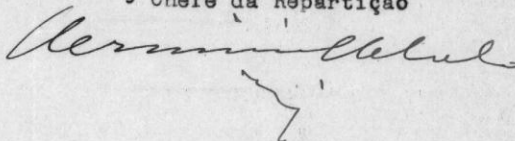
Na ocasião do internamento apenas foram apreendidas umas trinta e tal espingardas que foram entregues ao capitão comandante da diligencia que estacionava em Barrancos. A alimentação é feita por recursos próprios dos internados, tendo eles aberto uma subscrição entre si que rendeu a importancia aproximada de 7.000\$00 esc. quantia insignificante para tão elevado numero de pessoas. É facultativa a retirada para Espanha a todos que assim o desejam. Tanto a população de Barrancos, como os proprietarios das herdades onde estão foragidos e visinhas, não estão satisfeitos com a sua estada ali. Aquele local dista de Barrancos 14 quilometros aproximadamente. Soube que se trabalha em se conseguir que a situação dos foragidos se modifique o mais breve possivel, aproveitando-se até influencias pessoais de evidencia politica. Tambem soube que a Policia de Vigilancia e Defesa do Estado, que ali chegara a estar representada pelo snr. capitão Gaspar de Oliveira e pos dois agentes, retirara, parece, que por não concordar com os pontos de vista das ordens dadas pelo Exm^o. Snr. General. Talvez por isto, acrescido da circumstancia de um pouco de despeito que existe por esta Guarda ter sido incumbida de dirigir os serviços, parece haver uma certa má impressão com o seu pessoal, especialmente para com o Snr. tenente Seixas, que afinal se tem limitado, como eu proprio verifiquei, a cumprir e a fazer cumprir as ordens daquele Exm^o. Snr. General, que por sinal foram dadas por escrito, parecendo haver quem queira atribuir a responsabilidade da entrada dos grupos de foragidos em Portugal a esta Guarda, o que não é verdade, como se verifica da exposiçào que venho fazendo. Por tudo isto determinei ao mesmo official que tomasse os devidos apontamentos e notas para organizar um relatorio minucioso dos factos que entregará o mais breve possivel."- (a) Bernardino Pires Franco, coronel.

N.º

Está conforme

1ª. Repartição do Comando Geral da Guarda Fiscal, em 28 de Setembro de 1936.

O Chefe da Repartição





MINISTÉRIO DO INTERIOR
GABINETE

L. P.V.

Entrada em

N.º 202
7.1.1936



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
SECRETARIA GERAL

Lisboa, 6 de Outubro de 1936.

Handwritten signature and initials

Proc. 28/1

N.º 211

"CONFIDENCIAL"

Exm.º Snr. Chefe do Gabinete de Sua Ex.ª.
Ministro do Interior,

Acêrca da situação dos refugiados espanhóis em Portugal, tenho a honra de informar V.Ex.ª., para conhecimento de Sua Ex.ª. o Ministro do Interior, que o Govêrno espanhol, por Nota de 28 do mês findo, aceitou o seguinte oferecimento que lhe foi dirigido pelo Govêrno português:

2. O Govêrno português encarrega-se do repatriamento à sua propria custa de todos os refugiados que o aceitem, fazendo conduzir todos êles em navio português ao porto de Tarragona. Este porto foi designado pelo Govêrno espanhol.

3. Os que não quizerem aceitar o repatriamento nem seguir à sua custa para qualquer país estrangeiro, ficarão em Portugal, mas terão que se submeter, como é natural, ao regime a que o Govêrno português tem de os sujeitar, e sôbre o qual é obvio não poderemos depois aceitar reclamações./.

A BEM DA NAÇÃO.

Pelo Secretário Geral e p. o.

J. Luis Keilar



Lista de vizinhos de Villanueva del Fresno, elaborada pela mãe de Manuela Martín

38	38
Horne y Bemano	Atar
Diego Rio Barro	Ana Chave
Luis Rio Barro	Manuela
Sebastian de la Rosa	Jeronima
Jose Rodriguez	Fermina
Gervasio de los Rios	• Rafael <i>seufado dicho</i>
Andrés Martín	Jose Carrasco
Maria Martín	Francisco Moreno
Ramona Martín	Manuel Torvisco Santan
Jose Martín	Maria Barrera Hurtas
Ana Martín	Isidoro de los Rios
Elaclio Martín	Diego Rio Barro
Manuela Martín	Francisco Campano
	Francisco Perera
	Vicente Garcia
	Eua Buitolera
	Barria
	cloras
	exclido
	iden
	se Carrasco
	ueha
	capita
	uarda los Carnero
	Francisco chico



Manuela Martín, 1936 (Arquivo Particular)

Rio Ardila e herdade da Coitadinha, à direita (2002)



Monte da Coitadinha (2008)



Zona do campo de refugiados



Manuel Agudo dos Santos e a irmã Francisca Agudo, em 1936 e em 2008

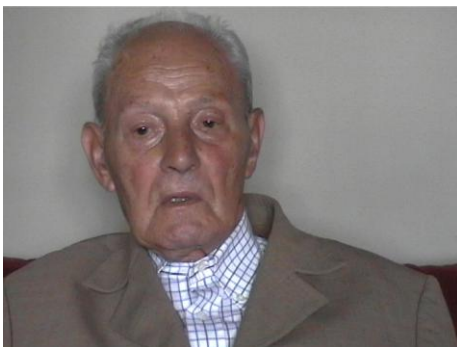
Arquivos particulares



Gentil de Valadares em 1935



Gentil de Valadares em 2006



Amável Valadares de Araújo, 2004



Manuela Martín, 2001



Rafael Carballo com o neto Manolo, 2006



Manuel Méndez García, 2006



Gracia Velázquez García, 2008



Valeriana García Macarro com a filha Antónia, 1936



Esteban Linares (2006)



Pablo Linares Sánchez com sua esposa em 1936

IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 480, Pasta 5/65

Carta do Comandante Geral da GNR, general Augusto Manuel Farinha Beirão, ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior:

“Encontrando-se na fronteira portuguesa, próximo de Barrancos mais de 700 refugiados espanhóis governamentais, mantidos pelo Estado Português, sob vigilância e guarda de 16 praças da GNR, ocupando uma extensa área e de que resulta um serviço deficientíssimo, número aquele que tende a aumentar em vista da propaganda que se faz em Espanha sobre a boa hospitalidade que desfrutam; rogo a V. Ex.^a se digne submeter à apreciação de S. Ex.^a o Ministro do Interior este facto e a conveniência dos referidos indivíduos serem internados em local apropriado, passando a sua guarda a ser exercida por pessoal estranho a esta Corporação, que está desempenhando este serviço com manifesto prejuízo da vigilância da fronteira e do serviço rural.” (7-10-1936)

Resposta do Chefe de Gabinete o Ministro do Interior:

“ Encarrega-se sua Ex.^a o ministro de comunicar que tomou na merecida consideração o ofício de V. Ex.^a nº 4593 de 7/10/1936 e que o assunto terá solução com o repatriamento dos refugiados espanhóis que deverá efectuar-se em breve.” (8-10-1936)

Regimento de Infantaria N.º 17
SECRETARIA

Serviço da República
Beja, 10 de Setembro de 1936
Ao Sr. Manuel José Marques Júnior

B E J A

N.º 75-C
Confidencial

Por proposta minha de ontem á noite a Sua Ex.ª o General Comandante da 4.ª Região Militar e ordem do mesmo Ex.º Snr. transmitida por seu telefonema de ontem por 21 horas, é nomeado o Ex.º Snr. Major Manuel José Marques Júnior do R.I. 17 para proceder ás precisas averiguações na região de Barrancos e onde fór preciso, sobre os pontos frisados nos números seguintes e quaisquer outros que se lhe relacionem e envolvam e não cumprimento por parte das forças de Guarda e Vigilancia da Fronteira, naquella área, de tudo que está determinado naquele serviço.

1.º - Sendo de 616 o numero de espanhois retidos no campo de Concentração de Coitadinha, conforme a relação enviada pelo snr. Capitão Ferreira Coimbra em 4 do corrente, para eu remeter para a Policia Internacional em Lisboa, unico campo de concentração com conhecimento oficial de existencia e cujos detidos eram os únicos a serem alimentados

114-98-C. M. - Pap. Fernandes-Laboa

Regimento de Infantaria N.º 17
SECRETARIA

Serviço da República
Beja, 10 de Setembro de 1936
Ao Sr. _____

Continuação da nota
N.º 75-C
Confidencial

pelo Governo Portugues e mais um carabineiro retido no quartel do R.I. 17, averiguar porque foram entregues ao comandante de P.S.P. de Beja encarregue do seu transporte para Lisboa, 1020 espanhois.

2.º - Como se explica a diferença de 403 espanhois existentes em nosso território estando a nossa fronteira fechada e portanto expressamente prohibida a sua entrada, conforme consta da ordem de Sua Ex.ª o General Comandante da 4.ª Região Militar de 23 de Setembro último (cópia junta) e de minha nota circular n.º 70-C de 2 do corrente, que junto por cópia, em que determinei as medidas rigorosas a manterem-se para obstar á sua entrada, nota circular essa enviada por mão própria do snr. Capitão Braga a todos os comandantes de forças quando, com uma companhia constituida por dois pelotões de atiradores e um de metralhadoras pesadas foi reforçar as forças já existentes na área de Barrancos a pedido do comandante militar daquela

114-98-C. M. - Pap. Fernandes-Laboa

Regimento de Infantaria N.º 17
SECRETARIA

Serviço da República
Beja, 10 de Setembro de 1936
Ao Sr. _____

Continuação da nota
N.º 75-C
Confidencial

localidade.

3.º - Ser bem esclarecido tudo o que consta do telegrama sem numero do comandante da secção da Guarda Fiscal de Safara, snr. Tenente Seixas, datado e recebido ontem 9, expedido pelas 14 h. 20 m. e que por cópia é junto.

4.º - Para bom apuramento de responsabilidades sobre o que é exposto e de tudo o mais que se lhe relaciona, procederá aos interrogatorios precisos, acareações, pedirá cópias de correspondencia trocada ou ordens dadas, etc., de forma que tudo fique bem esclarecido.

O Comandante Militar,
Hermenegildo Augusto de Faria Blanc Júnior
Hermenegildo Augusto de Faria Blanc Júnior
Coronel

114-98-C. M. - Pap. Fernandes-Laboa

Arquivo Histórico Militar (AHM), 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 63-2. Processo de Averiguações, pp.129-147.

Relação dos inquiridos no auto de averiguações sobre os refugiados espanhóis

1. Capitão Aristides Aprigio da Silva Ferreira Coimbra (R.I.17)
2. Tenente António Augusto de Seixas (GF)
3. Tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares (GNR)
4. Tenente Jorge Pinheiro Serrão da Veiga (R.I.17)
5. Tenente Dinis Evangelista Torres Júnior (R.I.17)
6. Capitão Victor Carlos Braga (B.C.4)
7. Tenente José Pontes Bitá (B.C.4)
8. Tenente José dos Santos Borrega (B.C.4)
9. Tenente Vitorino Frederico Crispim (B.C..4)
10. 2º Sargento Francisco Romano Barradas (B.C.4)
11. 2º Sargento Aníbal António Calapez (B.C.4)
12. 1º Cabo Afonso Zuzarte Cortes Graça (B.C.4)
13. 1º Cabo Eduardo de Sousa Oliva (B.C.4)
14. Furriel Sebastião Amaro Martins (R.I.17)
15. 1º Cabo António Nogueira Gonçalves (R.I.17)
16. Soldado António da Conceição (R.I.17)
17. Soldado José Cavaco Pereira (R.I.17)
18. Soldado Manuel Basílio Domingos Pereira (R.I.17)
19. 1º Cabo Manuel Emídio (R.I.17)
20. 1º Cabo João Paz Quintino (GNR)
21. 2º Sargento Jaime do Nascimento Borges (GF)
22. 1º Cabo Luís Ribeiro Venâncio (GF)
23. 2º Cabo Manuel Branco (GF)
24. Soldado Adelino Nunes Ribeiro (GF)
25. Soldado Manuel de Sousa (GF)
26. Soldado Celestino António Molarinho (GF)
27. 2º Cabo João Francisco Rato (GF)
28. Soldado Domingos Torrado Caçador (GF)

29. Soldado António Caeiro Tereno (GF)
30. Soldado Domingos Rodrigues Borralho (GF)
31. Soldado Simão Tibúrcio Vidinha (GF)
32. Sebastião Macias Barroso (Administrador do Concelho de Barrancos)
33. José Maria Ruiz (Sardineiro – pai)
34. José Maria Lopes Ruiz (Sardineiro-filho)
35. Tenente Joaquim Gonçalves Duarte da Silveira (PSP)
36. Guarda José Diogo Pau Real (PSP)
37. Guarda José Venâncio Godinho (PSP)
38. Guarda Ezequiel Francisco Venâncio (PSP)
39. Ajudante João Elias (PSP)
40. Ajudante Abílio Pereira Galvão (PSP)
41. Júlio Lourenço Crespo (PVDE)

Beja, 28 de Outubro de 1936

Oficial averiguante: Major Manuel José Marques Júnior (4ª R.M.)

Notas do Relatório de averiguações elaborado pelo Major Manuel José Marques Júnior,

O **Tenente António Augusto de Seixas**, Comandante da Secção de Safara da Guarda Fiscal, declarou que, pela Circular de 25 de Julho do Ministério da Guerra só dependia do Comando Militar de Beja, e que transmitiu ao Comando Militar de Beja, Comando da sua Companhia e Comando do seu Batalhão todas comunicações. Mas que também recebeu instruções do General Comandante da 4ª Região Militar. Que a 16 de Agosto pediu reforços de homens ao Comando Superior da Guarda Fiscal, e antes desta data já forças do exército se encontravam concentrados em Barrancos, Sobral d'Adiça e Amareleja. Por acordo com o Comandante da G.N.R. a fronteira passou a ser vigiada por infantaria e cavalaria desta corporação, ficando a zona da Coitadinha a cargo da G.N.R., e a seu cargo os postos em que o serviço era feito pela G. F., Russianas e Tomina. A 21 de Setembro, com o Tenente Soares da G.N.R. e o agente Crespo da P.V.D.E., opôs-se à entrada de refugiados espanhóis na área das Russianas, Choça Sardineiro, onde já se encontravam refugiados instalados há mais de dois meses, pretendendo nessa noite entrarem cerca de 500 ou 600, o que impediu com forças da G.F. e do R.I.17. Não comunicou a existência desses refugiados espanhóis, antes de 21 de Setembro, por estarem abrangidos pela alínea b) da Circular 143-2-C do Ministério da Guerra, com conhecimento da P.V.D.E. e de acordo com a nota de 25 de Julho da G.F., que comunicava que “o controle de espanhóis pacíficos que se encontravam na fronteira desarmados, continuaria a ser feita pela forma corrente, sem interferência da autoridade militar”. Afirmou ainda que quando foi a invasão da Coitadinha, a 22 de Setembro, falou directamente com o Sub-Secretário da

Guerra Capitão Fernando Santos Costa, que lhe comunicou que o General ia a caminho de Barrancos. A decisão sobre a situação dos refugiados foi acordada entre o General Joaquim da Silveira Malheiro Comandante da 4ª Região Militar e o Sub-Secretário da Guerra. Tendo o General determinado a distância do campo de refugiados da fronteira, e de evitar entrada de mais espanhóis em território português, nota de 29 de Setembro. Recebeu também uma ordem do Comando Militar de Beja de 2 de Outubro, para não entrar mais ninguém. O Capitão Gaspar de Oliveira da P.V.D.E. discordou da decisão do campo ser em território português e contactou a Direcção Central de Lisboa, tendo-se posteriormente encontrado com a polícia espanhola de Badajoz. A resposta de Lisboa fez com que retirasse os seus agentes do terreno nesse mesmo dia, 23 de Setembro. Foi procurado por agentes da P.V.D.E. para entregar a identificação de todos os refugiados espanhóis na zona de Barrancos. Declarou que tencionava expulsar os refugiados da Choça do Sardinheiro quando recebesse das autoridades espanholas, das diferentes localidades, a palavra de honra de que lhes não fariam mal, e que a 3 de Outubro enviou uma relação dos refugiados à P.V.D.E. com uma exposição apresentada pelos refugiados que se encontravam na Choça do Sardinheiro, pedindo para se dirigirem a vários pontos do estrangeiro. A 4 de Outubro recebeu a ordem do Comando Superior da G.F. proibindo a entrada de qualquer espanhol indocumentado. Que a P.V.D.E. procurava o Alcaide de Jerez de los Caballeros na Choça do Sardinheiro. Com a instalação da P.V.D.E. em Barrancos, a partir de 12 de Agosto, passou a ser feita por esta Polícia o serviço anteriormente desempenhado pela G.F., que enviava relação para o posto da P.V.D.E. de Moura. Quando a 8 de Outubro teve conhecimento do transporte dos refugiados para Moura, encontrava-se em Safara e providenciou mais duas camionetas tendo conduzido uma delas, na companhia de seu filho, onde transportou mulheres e crianças da Choça do Sardinheiro. Tinha conhecimento da existência de outros refugiados dispersos por outros locais com autorização do Tenente Oliveira Soares da G.N.R.

O 2º **Sargento Borges**, Comandante do posto da G.F. de Barrancos, declarou que os detidos da sua área eram entregues à P.V.D.E. em Moura e em Barrancos. Que foi com o chefe de brigada, Crespo, da P.V.D.E., ao Sardinheiro dias antes da invasão e viu 4 ou 5 refugiados, ao voltar daí a 3 ou 4 dias encontrou outros espanhóis no Moinho, defronte da fronteira em território espanhol. Mas que depois da invasão não voltou lá. Que quando se deu a invasão da Coitadinha se deu também a invasão do Sardinheiro e que, quando foi do embarque, foi levada uma família espanhola de Barrancos, tendo o Administrador do Concelho conferenciado com o Comandante da polícia de Beja. Que ouviu dizer aos praças que o chefe Crespo tinha conhecimento de alguns refugiados do Sardinheiro.

O 1º **Cabo Venâncio**, da G.F., declarou ter sido nomeado para o serviço de vigilância no campo de concentração da Coitadinha, onde havia duas patrulhas do exército, ficando a G.N.R. junto à ribeira, fazendo o seu pessoal o policiamento interno. Que aqueles que saíam para Espanha umas vezes faziam-lhe a comunicação directamente, outras vezes só quando se fazia a chamada é que se dava pela falta deles. Que umas vezes saíam acompanhados, outras iam até à ribeira porque estavam famílias do outro lado que os chamavam, e podiam regressar quando quisessem. Que acha possível alguns se escaparem para a zona das Russianas, principalmente de noite. Que ouviu dizer que no Monte da Ordem havia 12 refugiados.

Que além destes ainda embarcaram 6 que estavam no posto das Navalhas. Que também ouviu dizer que embarcaram outros que estavam no Castelo.

O **2º Cabo Branco**, da G.F., declarou que a área que tinha que vigiar era muito grande e o seu pessoal era pouco, e que todos os dias as patrulhas faziam batidas, que faziam fugir os espanhóis.

O **Soldado Ribeiro**, da G.F., declarou que assistiu à invasão do Sardinheiro e que estavam presentes: o Tenente Seixas, o Tenente Soares e o chefe Crespo, e que deviam ser para cima de 200 refugiados. Que ouviu dizer ao Tenente Soares que o comandante do campo de concentração do Sardinheiro era o Tenente Seixas.

O **Soldado Molarinho**, da G.F., declarou não ter assistido à invasão do Sardinheiro mas que os viu lá e que o filho do Sardinheiro é que lhes ia levar comida. Que ouviu dizer que eles estavam ali esperando ordens do Governo.

O **2º Cabo Rato**, da G.F., declarou ter encontrado na estrada perto de Moura, no dia do embarque, 13 espanhóis que entregou ao chefe Crespo em Moura.

O **Soldado Caçador**, da G.F., declarou ter feito serviço de 4 a 8 de Outubro no Sardinheiro, e que os refugiados já lá estavam. Que assistiu no dia 8 a ter-se apresentado um indivíduo espanhol convidando as mulheres e as crianças com menos de 15 anos a regressar a Espanha, mas elas não aceitaram.

O **Soldado Tereno**, da G.F., declarou ter feito serviço na Choça do Sardinheiro de 22 de Setembro a 4 de Outubro, que os refugiados já lá se encontravam e que eram muitos e que quem dirigia o Campo era um praça da G.F., Soldado Vidinha, que estava subordinado às ordens do Comandante da Secção.

O **Soldado Borrvalho**, da G.F., declarou terem entrado refugiados na Choça do Sardinheiro durante o resto do dia 21 de Setembro, e que a P.V.D.E esteve lá nesse dia. Que ele e o soldado Vidinha foram os primeiros que foram para o Campo. Que o Soldado Vidinha era o responsável pelo campo de concentração, por ordem do Tenente Seixas e que depois desse dia vieram ali ter alguns que foram postos na fronteira.

O **Soldado Vidinha**, da G.F., declarou que no dia da invasão de Oliva assistiu à invasão dos refugiados no Sardinheiro, a 21 de Setembro, e que o Tenente Seixas o mandou tomar conta daquela gente, ordenando-lhe que todos os que quisessem regressar a Espanha o podiam fazer. Os refugiados não eram menos de uns duzentos e tal, mas cá mais para dentro do nosso território é que não podiam passar. Que até ao dia 4 de Outubro, em que foi substituído no serviço, mais ninguém entrou.

O **Tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares**, da G.N.R. declarou que além das ordens expressas na circular nº 143-2-C recebeu instruções especiais do seu Comando Superior, e que devia entregar civis desarmados à P.V.D.E. Que combinou com o Tenente Seixas da G.F. a divisão da zona de fronteira em dois sectores (ver mapa) e que o seu sector era composto por infantaria e cavalaria da G.N.R. onde se situava a herdade da Coitadinha. Quando foi a invasão já se encontravam ali dois oficiais do R.I. 17 e

representantes da P.V.D.E. e quando os refugiados das Coitadinha pretendiam internar-se, disse-lhes que só o podiam fazer até 25 metros, entregando as armas, até que o Governo Português resolvesse, embora não tenha assistido à entrada dos refugiados na Coitadinha. Não pôde precisar o número de refugiados da Coitadinha anterior à nota confidencial 70 C. Afirmou ainda ter assistiu à entrada de alguns refugiados na Choça do Sardinheiro que era o sector da responsabilidade da G.F., e que quando visitou o Sardinheiro não devia haver uma centena de refugiados. Declarou ter tido conhecimento da existência de uma casa em Barrancos onde estavam detidos refugiados espanhóis que as patrulhas entregavam à P.V.D.E. Que estavam 12 ou 13 refugiados em Barrancos à ordem da P.V.D.E., dos quais deu conhecimento aos oficiais de Barrancos. Que entraram 28 refugiados na tarde de 23, 9 deles com autorização do Capitão Gaspar de Oliveira. Que depois de 2 de Outubro só entraram 3 carabineiros, e que encontrou 12 refugiados no Monte da Ordem na véspera do embarque.

O **1º Cabo Quintino**, da G.N.R., apenas relata na sua declaração o encontro entre o Tenente Seixas, o Capitão Braga e o Tenente Bita com um grupo de refugiados, que o Tenente Seixas aconselhou a retirar para a fronteira.

O **Capitão Aristides Coimbra**, do R.I.17 de Beja, declarou que, só recebia ordens do General Malheiro, comandante da 4ª Região Militar, e do Comando Geral de Beja. Afirmou também ter recebido ordens do General para entregar à P.V.D.E. grupos de refugiados depois de desarmados, e para que o serviço fosse feito em harmonia com a G.F. responsável da direcção técnica das operações, à qual forneceu patrulhas. Só reconhecia à P.V.D.E. a responsabilidade pela identificação dos refugiados, tendo afirmado ao capitão Gaspar de Oliveira, adjunto do P.V.D.E., que não recebia ordens da P.V.D.E. Que o campo da Coitadinha foi autorizado pelo General e que sabia da existência dos refugiados na Choça do Sardinheiro. Que a 23 de Setembro a P.V.D.E. retirou os seus agentes do campo da Coitadinha, tendo o agente Crespo regressado posteriormente a Barrancos, levando para Moura 11 refugiados que ali estavam detidos. Que o Comandante da Policia de Beja trazia ordens para transportar todos os refugiados e não apenas os do campo da Coitadinha, e que existiam refugiados noutros locais para além do campo da Coitadinha e da Choça do Sardinheiro, que eram do conhecimento da Policia.

O **Tenente Jorge Pinheiro Serrão da Veiga**, do R.I.17 de Beja, declarou que a G.F. tinha o comando técnico das operações e que o Exército somente auxiliava. Que teve ordem, ao princípio, de receber todos os espanhóis com armas e todos aqueles que podiam prejudicar os nacionalistas na fronteira, bem como de defender a fronteira de qualquer invasão comunista. Afirmou ter assistido à invasão da herdade da Coitadinha e não ter conhecimento dos refugiados da Choça do Sardinheiro. Teve ainda conhecimento de 8 refugiados que mandou pôr na fronteira, posteriormente autorizadas pelo Comandante da Policia de Beja a apresentarem-se no campo de refugiados na véspera do embarque.

O **Tenente Diniz Evangelista Torres Júnior**, do R.I.17 de Beja, declarou ter tido conhecimento dos refugiados da Choça do Sardinheiro dia 22 de Setembro pelo Tenente Seixas da G.F., em número de 50.

O **Furriel Martins**, do R.I.17 de Beja, prestou declarações idênticas às do Tenente Serrão da Veiga e Tenente Torres Júnior.

O **1º Cabo Gonçalves**, do R.I.17 de Beja, declarou que o número de sentinelas não era grande no campo de concentração da Coitadinha e que podia ter fugido algum refugiado principalmente de noite.

O **1º Cabo Emídio**, do R.I.17 de Beja, prestou declarações idênticas ao 1º Cabo Gonçalves.

O **Soldado nº 138**, do R.I.17 de Beja, prestou declarações idênticas às do Tenente Serrão da Veiga e Tenente Torres. Assim como os Soldados nº 81 e nº 61 do R.I.17.

O **Capitão Braga**, do B.C.4 de Faro, declarou que quanto tomou conta do sector do Sardinheiro viu lá os refugiados e que lhe fizeram a entrega desses refugiados, dizendo o Tenente Seixas que estavam a cargo da P.V.D.E. Que uma vez indo com o Tenente Seixas encontraram refugiados que andavam a monte e estes os aconselhou a seguir para a fronteira.

O **Tenente José Pontes Bitá**, do B.C.4 de Faro, prestou declarações idênticas ao Capitão Braga.

O **Tenente José dos Santos Borrega**, do B.C.4 de Faro, declarou que quando foi guarnecer o sector do Sardinheiro o número de refugiados era cerca de 300, e que lhe disseram que estavam a cargo da P.V.D.E. Que ouviu dizer que a invasão se dera de 17 para 18 de Setembro, quando foi a tomada de Oliva de la Frontera pelas direitas.

O **2º Sargento Barradas**, o **1º Cabo Graça** e o **1º Cabo Oliva**, do B.C.4 de Faro, prestaram declarações idênticas à do Tenente Borrega e fazem parte do seu pelotão.

O **Tenente Crispim**, do B.C.4 de Faro, declarou que estava colocado longe da Coitadinha e do Sardinheiro, assim como 2º Sargento Calapez que faz parte do seu pelotão.

Sebastião Macias Barroso, Administrador do Concelho de Barrancos, declarou ter tido conhecimento da existência dos refugiados espanhóis no Sardinheiro. Que no dia 21 de Setembro deteve, já dentro do nosso território, 7 refugiados que entregou à G.F. que disse que os ia levar para a Choça do Sardinheiro, onde já se encontravam perto de 70. Afirmou ainda que no dia do embarque ouviu dizer que os espanhóis já eram superiores a 400, e que tinha duas famílias em Barrancos por se encontrarem doentes, o que comunicou ao comandante da policia de Beja, o qual depois de telefonar para Lisboa determinou o seu transporte, embora só uma dessas famílias, constituída por 7 pessoas, tivesse seguido, porque a outra preferiu regressar a Espanha. Que preveniu dias antes os refugiados que quem quisesse regressar às suas terras que regressassem porque os outros iam para Tarragona. Que a P.V.D.E. já tinha transportado para Moura 3 ou 4, por diversas vezes, e que estiveram detidos nas prisões de Concelho uns 11 que foram levados dias antes do embarque para Moura pela P.V.D.E. Que pediu para ser transportada uma rapariga espanhola que ali tinha aparecido.

José Maria Ruiz, “Sardinheiro pai”, declarou que a grande invasão de refugiados foi dia 21 de Setembro, que eram uns 200 ou 300 e quem autorizou o filho a levar comida aos refugiados foi o Tenente Seixas.

José Maria Lopes Ruiz, “Sardinheiro filho”, declarou que antes da invasão eram 3 ou 4 e que só assistiu a parte da invasão. Que deviam ser uns 250 ou 300 e que depois não entrou lá mais nenhum. Que quem o

autorizou a levar comida aos refugiados foi o Tenente Seixas. Que trazia algumas cartas dos refugiados, as quais levava ao posto de Barrancos para serem censuradas pelo Tenente Seixas.

O **Comandante da Polícia de Segurança Publica** de Beja declarou que a 7 de Outubro foi incumbido pela P.V.D.E. de remover os espanhóis da zona de Barrancos para Moura, de forma a seguirem para Lisboa no dia 9, e que o Comandante Militar de Beja lhe disse que havia 180 refugiados no Sardinheiro, identificados. Afirmou ainda que perguntando ao chefe da P.V.D.E em Moura este lhe apresentou duas relações, uma respeitante aos da Coitadinha com mais de 600 e outra de Russianas com mais de 300, incluindo mulheres e crianças. Dizendo-lhe que neste campo estavam a aumentar de dia para dia sem que lhe comunicassem oficialmente. No dia 8 de Outubro o director da P.V.D.E. manifestou admiração por se encontrarem mais de 1000 refugiados na zona de Barrancos, quando só tinha conhecimento oficial de seiscentos e tal. Que fez a requisição das camionetas para o transporte dos refugiados da zona de Barrancos e que ninguém o informou que a situação dos refugiados das Russianas estava por resolver, porque nada determinaria sem consultar a entidade que devia, tal como fez com outros refugiados. Que a existência dos refugiados devia ser oficialmente comunicada.

Júlio Lourenço Crespo, Chefe da Brigada Móvel A da P.V.D.E., Secção Internacional, declarou que foi para Barrancos a 12 de Agosto e que se retirou a 24 de Setembro, por determinação superior, embora tivesse voltado três vezes por determinação superior para tratar de vários serviços, como avisar os senhores oficiais que os refugiados iam para Tarragona. Afirmou ainda que o Capitão Gaspar de Oliveira, director adjunto da P.V.D.E., esteve em Barrancos 23 e 24 de Setembro, dando-lhe instruções para identificar os refugiados. Que a P.V.D.E. tinha só a vigilância das estradas que liga as povoações vindas da fronteira e que as instruções de serviço eram as normais da fiscalização de estrangeiros. Que relacionou os espanhóis em número de 400, que fugiram para Barrancos com medo de serem atacados pelos marxistas, assim como os que lhe foram presentes pela G.F e G.N.R. e que vinham de diversos pontos de Espanha. Que só tomava conta de civis desarmados quando estes lhe fossem entregues pela G.F. e pela G.N.R. e só assim os identificava, tendo os civis desarmados que entraram na Vila de Barrancos seguindo o destino que superiormente estava determinado. Que assistiu à organização do campo da Coitadinha e identificou os refugiados em parte, só depois de ter recebido ordem superior e quando eram em número de aproximadamente 800. Que as relações dos refugiados são nominais e encontram-se no posto de Moura, e na Directoria. Que só teve conhecimento de 17 refugiados no Sardinheiro, supondo que estavam a cargo da G.F e que supõe que os refugiados do Sardinheiro estavam ali desde 21 de Setembro, com conhecimento do Tenente Seixas e de outros officias. Que não tinha de fazer nenhuma comunicação às autoridades militares sobre os civis desarmados e que comunicou aos seus superiores o número de refugiados que estavam em Barrancos, na Coitadinha, e os 17 do Sardinheiro. Que foi às Russianas por saber que muitos espanhóis pretendiam entrar, para ver se entre eles havia alguns perigosos, principalmente o alcaide de Jerez de los Caballeros. Que pelo Tenente Seixas foi proposto juntar os refugiados do Sardinheiro com os da Coitadinha, e que o Director da P.V.D.E. não concordou. Que o Tenente Seixas lhe entregou uma relação de perto de 180 homens que com as mulheres e crianças devia perfazer o número de 390 aproximadamente, referente à Choça do Sardinheiro.

Conclusões:

1. Que houve desarmonia entre ordens emanadas da Directoria da P.V.D.E. e ordens emanadas do Ministério da Guerra, assim como entre as ordens emanadas do Ministério da Guerra e o Comando Superior da Guarda Fiscal.
2. Que o tenente António Augusto de Seixas devia ter comunicado ao comandante militar de Beja, a invasão que se deu na Choça do sardineiro e o numero aproximado desses refugiados.
3. Que a P.V.D.E era quem se devia informar directamente sobre o número de espanhóis internados em nosso território e informar directamente a sua Directoria, porque segundo a Circular nº 143-2-C era a quem competia ficar com o encargo dos civis desarmados.
4. Que a P.V.D.E não devia ter retirado o seu delegado a 24 de Setembro, para em acordo com as autoridades G.F, G.N.R. e Exercito proceder à vigilância da fronteira conforme a Circular determinava.
5. Que a diferença de 403 refugiados encontrada na ocasião do transporte eram a maior parte provenientes da Choça do Sardinheiro.
6. Que os refugiados para perfazer o numero de 1009 vieram dos seguintes locais:

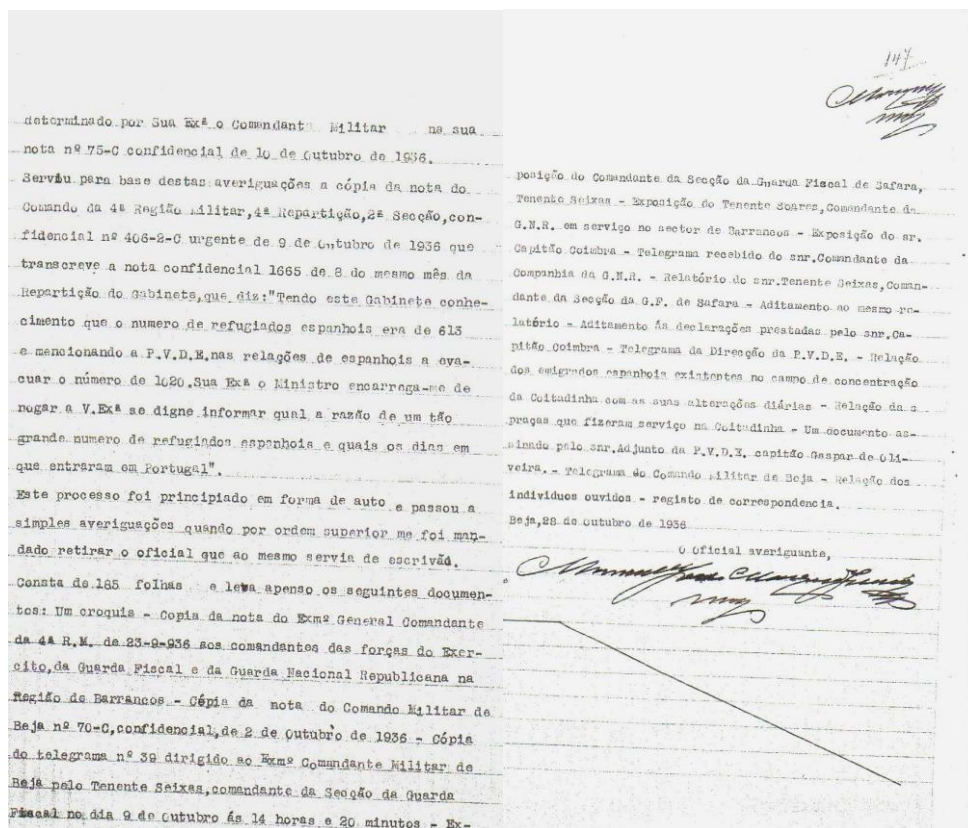
Do campo de Concentração da Coitadinha	614
Da Choça do Sardinheiro.....	299
Com autorização do adjunto da PVDE	9
Encontrados pelo cabo Rato da GF perto de Moura	13
Por pedido do Adm. Concelho ao Comandante da Policia de Beja	8
Um refugiado de nome Faustino que se encontrava em Moura.....	1
Total.....	963

Faltam 46 refugiados que eu suponho ser crianças.

7. Que a invasão da Choça do Sardinheiro se deu mais ou menos quando a da Coitadinha.
8. Que todos estes refugiados se deveriam ter introduzido em território português em maior número entre 21 e 24 de Setembro.
9. Que depois deveriam ter entrado alguns pequenos grupos que vieram engrossar esse número.
10. Depois de 2 de Outubro, em que foi dada ordem terminante de que refugiado algum podia entrar, todos os refugiados que se introduziram em nosso território foram postos na fronteira.

11. Que era natural que o Sr. Comandante da Guarda Fiscal, da secção de Safára aguardasse informes das autoridades espanholas que não fariam mal aos refugiados para ele nessa altura os mandar regressar ao seu País, parecendo ter feito diligências nesse sentido e se tal não conseguiu foi talvez ao embarque inesperado com uma pequena prevenção, ou então às próprias autoridades espanholas não quererem efectuar tal compromisso.
12. Que deve ser tomado na devida conta o excesso de serviço que este oficial teve, pois era ele quasi exclusivamente que tinha como técnico o cargo da defesa e vigilância da fronteira, tendo que o acumular com o serviço da sua especialidade que o obrigou a deslocações, informes que lhe deu em 3 meses um percurso de 1 680 quilómetros que ele diz poder comprovar visto que estão exaradas nas suas guias de marca (Julho, Agosto e Setembro).

Parece-me ter dado cabal cumprimento ao que me foi determinado por Sua Ex.^a o Comandante Militar de Beja, na sua nota nº 75-C Confidencial de 10 de Outubro de 1936. Serviu para base destas averiguações a cópia da nota do Comando da 4ª Região Militar, 4ª Repartição, 2ª Secção, confidencial nº 406-2-C urgente de 9 de Outubro de 1936 que transcreve a nota confidencial 1.665 de 8 do mesmo mês da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra, que diz: "Tendo este gabinete conhecimento que o numero de refugiados espanhóis era de 613 e mencionando a PVDE nas relações de espanhóis a evacuar o número de 1.020, Sua Ex.^a o Ministro encarrega-se de rogara a V. Ex.^a se digne informar qual a razão de um tão grande número de refugiados espanhóis e quais os dias em que entraram em Portugal."



Este processo consta de 185 folhas e de um conjunto de documentos em anexo.

CONFIDENCIAL**Ministério da Guerra**

Repartição do Gabinete do Ministro

N.º 1.758/P.º 29

Lisboa, 8 de Novembro de 1938

Ao Sr. Comandante da 4.ª Região Militar

E V O R A

Do Chefe

3858-35

Encarrega-me Sua Ex.ª o Ministro de dizer a V.Ex.ª que foi já apreciado o processo de averiguações respeitante á actuação das forças da guarda e vigilancia da Fronteira na zona de Barrancos que acompanhou a nota confidencial de V.Ex.ª n.º 463/2/C de 29 de Outubro findo, tendo dessa apreciação resultado a punição com dois mezes de inactividade e a passagem á situação de reforma do Tenente do quadro privativo da Guarda Fiscal, Comandante da Secção Fiscal de Safara, ANTONIO AUGUSTO DE SEIXAS.

Mais me encarrega o mesmo Exmª Senhor de dizer a V.Ex.ª, para conhecimento das entidades a quem diz respeito, que se lhe causou boa impressão a actuação das forças da Companhia de Caçadores N.º 4, já o mesmo não sucede em relação á do Regimento de Infantaria N.º 17 onde notou um procedimento hesitante por parte do Comandante da Companhia, Capitão ERISTIDES APRIGIO DA SILVA FERREIRA COIMBRA, e o facto de não terem sido comunicadas a este official as instruções que emanaram deste Gabinete, nem quaisquer aditamentos ás mesmas instruções que porventura fossem julgadas necessarias.

José A.M. do Amaral
 José A.M. do Amaral
 Major

Doc 25

SERVIÇO DA REPUBLICA

Socia, 30 de Outubro de 1936.

Do Sr. ⁹⁶ Chefe da Repartição do Gabinete do Ministério

da Guerra.

L i s b o a

Para conhecimento de Sua Ex^{ta} o Ministro, transcrevo o texto da nota nº 222, de 28 do corrente, do Comando Militar de Beja:

"Para conhecimento de Sua Ex^{ta} o General e em cumprimento do determinado por Sua Ex^{ta} o Sub-Secretário de Estado da Guerra transmitido em rádio de V. Ex^{ta} nº 127-3 de 26, sou a informar que o Destacamento do R. I. 17 que se encontrava em Barrancos de guarda e vigilância na fronteira chegou auto transportado a este quartel ontem por 21 horas e meia; o que se encontrava em Ficalho regressou da mesma forma às 18 e meia; o Destacamento do B. C. 4 que se encontrava em Barrancos veio em transporte automóvel até Moura seguindo para Faro em comboio que ali deve ter chegado hoje às 6 h. 18 m.; o destacamento do mesmo B. C. 4 que se encontrava em Minas de S. De cingos seguiu dali para Pomarão por cedência da empresa daquelas Minas em comboio da mesma e de Pomarão para Vila Real de Santo António em transporte fluvial cedido pela Guarda Fiscal de Vila Real e daqui a Faro por via férrea, onde deve ter chegado esta manhã.

Desde hoje, portanto, não há forças do Exército na guarda e vigilância da fronteira na zona e seu cargo".

O Comandante da Região,

Joaquim da Silveira Malheiro

General

A 27 de Outubro de 1936 as forças do exército retiraram-se da fronteira de Barrancos

Vítimas da guerra em Oliva de la Frontera

Nomes	Elementos de identificação	Informações na Causa General (1)	Destinos
Adame Hernández, Fernando	Membro do 2º comité de Defesa		?
Almera Ruiz, Alfonso	Membro das milícias	Muy significativo en persecuciones y saqueos, organizador de las milicias rojas y dinamitero	Ingressou no hospital de S. José, Lisboa, a 10/10/1936
Amado Moreno, Isabel	Membro das milícias		?
Balcaso Pinilla, Isabel	Membro das milícias		?
Barragán Barroso, Francisco			Libertado da Prisão de Badajoz a 5/4/40 (1)
Bermejo Barneto, Antonio	Membro do 1º Comité de Defesa	Elemento muy significado	?
Bermejo Barneto, Manuel		Miembro del Comité	?
Borrallo Gamero, Antonio	47 anos		Fuzilado a 26/9/1936 (2)
Borrego Bancalero, María	Membro das milícias		?
Borrego Matos, Gumersindo	Membro das milícias		30 anos de prisão a 5/11/1941 (1)
Boza Lebrato, Isidoro		Miembro del Comité	?
Caballero Méndez, Natividad	Membro das milícias		?
Carballo Lima, José		Muy significado antes y durante el dominio rojo	?
Campos Romero, Fernando	Padeiro, 28 anos		Fuzilado a 21/9/1936 (2)
Carnerero Pizarro, Enrique	Membro das milícias		?
Carvalho Cumplido, Alfonso		Significadísimo, pertenecía a uno de los comités, de acción y de malos instintos	?
Contreras Macarro, Manuel	Membro das milícias, campesino, 31 anos		Fuzilado a 6/10/1936 (2) 30 anos de prisão a 24/12/1940 (1)
Cotaina Sáez, José	Motorista, 29 anos		Faleceu na Prisão de Badajoz a 5/9/41 (1)
Díaz Duarte, José	33 anos		Fuzilado a 27/9/1936 (2)
Domínguez García, Ildefonso	Campo, 47 anos		Fuzilado a 10/10/1936 (2)
Duarte González, José		Muy significativo en saqueos, persecuciones incitador	?
Furero García, Ramón	Consejal	Elemento muy significativo de malos instintos	?
Gallego Pardo, Victoriano	24 anos		Fuzilado a 22/9/1936 (2)
Gamero Moreno, Celestino		Se significo en las detenciones	?
Gamero Torrado, Miguel	51 anos		Fuzilado a 5/10/1936 (2)

García Amaya, Manuel		Elemento muy significativo de malos instintos	Fuzilado a 16/9/1937 (2)
García Domínguez, Eugenio	Membro das milícias		?
García Gañan, Manuel	Padeiro, 33 anos		Fuzilado a 30/9/1936 (2)
García Miranda, José	Membro do 1º Comité, Barbeiro		Fuzilado a 12/10/1936 (2)
García Miranda, Mateo	Barbeiro, 35 anos		Fuzilado a 12/10/1936 (2)
García “Pastor”, Agustín	Membro do 1º Comité		?
García de Olalla Cardenal, Manuel	Industrial, 42 anos		Fuzilado a 23/9/1936 (2)
Gigante Gómez, Manuel	Consejal e membro do 1º Comité		?
González Sánchez, Isabel	58 anos		Fuzilada a 22/9/1936 (2)
González Ágedo, María	61 anos		Fuzilada a 23/9/1936 (2)
González Oliva, Emilio	Professor, 33 anos		Fuzilado em Badajoz, a 22/8/1936 (2)
Lebrato Moreno, Manuel		Significado miliciano de mala conducta y malos instintos	?
López González, José	Alarife, 36 anos		Fuzilado a 24/9/1936 (2)
López González, Plácida	Ama de casa, 39 anos		Fuzilada a 23/9/1936 (2)
López Vidal, Julián	Electricista, 63 anos		Fuzilado a 23/9/1936 (2)
Lozano Delgado, Leandro	27 anos		Fuzilado a 6/10/1936 (2)
Lucas Castillo, Teresa	Membro das milícias		?
Lucas Miranda, Francisca	Membro das milícias		?
Lucas Soto, Carmen	Membro das milícias		?
Macarro Delgado, Juan			Morreu no Campo de Concentração de Gusen, Alemanha, a 29/08/1941 (1)
Macarro González, Francisco	Jornaleiro		Fuzilado a 23/9/1936 (2)
Martínez Yanes, Antonio	Jornaleiro		Fuzilado a 23/9/1936 (2)
Matamoros Garrido, Manuel	Membro do 1º Comité		30 anos de prisão a 16/5/1942 (1)
Matamoros Pardo, Antonio	Cobrador, 45 anos		Desaparecido em frente de guerra
Matamoros Pombero, Manuel	Presidente do 2º Comité, Nomeado Alcalde Industrial, 27 anos (2)	“muy destacado durante el tiempo que desempeño dichos cargos”	Fuzilado a 21/9/1936 (2)
Márquez Barragán, Francisco		Se significo en maltratar a los detenidos	?
Márquez García, Manuel	33 anos		Fuzilado a 28/9/1936 (2)
Márquez Pérez, Vicente			Morreu no Campo de Concentração de Mauthausen
Márquez Ramos, Francisco	Tenente Alcalde socialista,		Morto à porta do Ayuntamiento

	jornaleiro, 40 anos		(15/9/1936) (2)
Méndez García, José	Membro do 1º Comité, sapateiro	Izquierda Republicana	30 anos de prisão a 19/2/1942 (1)
Miranda Gamero, Pedro	Membro do 1º Comité		?
Miranda Murcillo, Hilario	Membro das milícias		30 anos de prisão a 24/12/1940 (1)
Miranda Murcillo, Pedro		“jefe de los comunistas”	?
Montes, Torrecusa, Ángel	Membro do 2º comité de Defesa de Oliva, 29 anos	De cuidado	Assassinado em Badajoz, 29/12/1939 (2)
Moreno Coronado, Paulino	37 anos		Fuzilado a 30/9/1936 (2)
Moreno Márquez, José		Fue uno de los más significativos en detenciones, miliciano de malos sentimientos, fue uno de los que con los detenidos los sometió a simulacros de fusilamientos	?
Moreno Rastrojo, María	Membro das milícias		?
Moreno Sánchez, Juan Francisco	Membro do 1º Comité		?
Moreno Teodoro, Francisco			Fuzilado a 24/11/1936 (2)
Moreno Tornado, Ildefonso	Campo, 50 anos		Fuzilado a 25/9/1936 (2)
Murillo Adame, Ángela	Membro das milícias		?
Murillo García, Manuel	Presidente do 2º Comité (1)		?
Murillo “Regina, Manuel	Membro do 2º Comité de Defesa de Oliva		?
Nogales Márquez, Fernando		Membro del Comité	?
Nogales Márquez, José	Membro do 1º Comité	Direcção de los comités rojos, Comunista	?
Pardo Portil “Caraoveja”, Andrés	Membro do 2º Comité de Defesa de Oliva	Presidente da Juventudes Socialistas	?
Pardo Rangel, Julián	Talabartero, 46 anos		Fuzilado a 23/9/1936 (2)
Pereira Rodríguez, Francisco		Muy significado como propagandista incitador	?
Pérez Moreno, Ceferino		Se significo maltratando los detenidos	?
Pérez Oñiveriz, Miguel	Guarda Civil, 52 anos		Fuzilado em Badajoz, a 20/8/1936 (2)
Pérez Pimienta, Francisco	Membro da milícia, campo, 21 anos		Fuzilado em Badajoz, a 1/2/1938 (2)
Pérez Salguero, Ramón		Destacado en persecuciones, saqueos y detenciones	Libertado da prisão de Badajoz a 31/5/1940 (1)
Pérez Rubio, Isaac	44 anos		Fuzilado a 17/10/1936 (2)
Plano Torrado, José		Muy significado como miliciano incitador	?

Pinilla García, Eleuterio			Fuzilado a 21/9/1036 (2)
Pinilla González, Francisco	Carpinteiro, 52 anos		Faleceu na prisão de Badajoz a 9/3/39 (1)
Pinilla González, Manuel	Carabineiro, 25 anos		Fuzilado a 2/10/1936 (2)
Pinilla Torrado, Antonio		Muy significado, propagandista de cuidado	?
Portillo Tanco, José	54 anos		Fuzilado a 5/10/1936 (2)
Preciado Márquez, Antonio		Significado a maltratar a los detenidos, fue el que a la persona de don Juan Pacheco Gómez que fue detenido por este sujeto le hizo objeto de malos tratos	?
Ramos Culebra, Francisco	Professor		Fuzilado a 22/9/1936 (1)
Rangel Álvaro, Cipriano	Campo, 37 anos		Fuzilado a 4/10/1936 (2)
Rastrojo Rebollo, Manuel	Membro das milícias, jornaleiro		30 anos de prisão a 17/3/1942 (1)
Rivera Franco, Manuel		Significadísimo de malos instintos	?
Rivera Gordillo, Manuel	52 anos		Fuzilado a 30/9/1936 (2)
Rivera Vellarino, Fernando		significado por sus propagandas socialistas	?
Rodríguez Méndez, Francisco	52 anos		Fuzilado a 30/9/1936 (2)
Rodríguez Rubio, Isabel	57 anos		Fuzilada a 21/9/1936 (2)
Rohoso Pinilla, Juan			Fuzilado em Badajoz, a 8/11/1936 (2)
Romero Coronado, Emiliano	Presidente do 1º Comité, Alcalde Socialista		30 anos de prisão, 7/8/1940 (1)
Rosa Lebrato, Juan José de la	Membro da milícia		
Rubio Pardo, Francisco	27 anos		Ingressou no Hospital Provincial de Badajoz a 7 de Agosto de 1936 (1)
Sánchez García, Carlos	42 anos		Fuzilado a 22/9/1936 (2)
Sánchez García, Dionisio		Importante	?
Sánchez García, Lorenzo		Significado en persecuciones, detenciones	?
Sánchez Melgarejo, Aparicio		Significado en persecuciones, detenciones	?
Soto Torrado, Antonio			Morreu no Campo de Concentração de Mauthausen
Teodoro Rivera, Manuel	Membro das milícias	Elemento dos más significados en persecuciones, detenciones y saqueos, considerado peligrosísimo	30 anos de prisão a 16/4/1940 (1)
Tirado Peleas, Manuel			Liberdade condicional, a 14/12/1948 (1)

Torrado Balcanegro, António			Morreu no Campo de Concentração de Steyr, Alemanha (1)
Torrado, Miguel			Morreu no Campo de Concentração de Mauthausen
Toscano Hernández, Francisco		Significado en propaganda miliciana ejerciendo cierta beligerancia entre los elementos rojos	?
Velázquez Vellarino, Fermín	Cabo carabineiro	“jefe de las Milicias Rojas, de malos instintos”	Conselho de Guerra, pena de morte, comutada para 30 anos de prisão

Fontes: Elaborado pela autora com cruzamento de informações de António Valero García, 2007 (1) e de Francisco Espinosa, 2003 (2)

Das 37 Pessoas fuziladas em Oliva de la Frontera, apenas duas foram identificadas por actividade política na Causa General

Carabineiros responsáveis pela ordem pública em Oliva de la Frontera

Nomes	Cargo
Morcillo González, Manuel	Soldado
Plano Caminero, Ramón	Soldado
Plaza Valero, José	Soldado
Rastrojo González, Martín	Soldado
Velázquez Vellarino, Fermín	Cabo
Velázquez Vellarino, Juan	Soldado

Mortos em campos de concentração nazis, naturais da Província de Badajoz

Nome	Data	Campo	Naturalidade
Macarro Delgado, Juan	1941/08/29	Gusen	Oliva de la Frontera
Márquez Pérez, Vicente		Mauthausen	Idem
Soto Torrado, Antonio		Idem	“
Torrado Balcalegro, Antonio		“	“
Torrado, Miguel		“	“
Martínez Pérez, Antonio	1941/09/14	Gusen	Fregenal de la Sierra
Díaz Gudino, Joaquín	1941/12/14	Gusen	Valencia del Mombuey
Fernández Navarro, Alfonso		Mauthausen	Jerez de los Caballeros
Matamoros Albano, Sebastián	1943/03/07	Idem	
Vega Delgado, Florentino		“	
Fernández López, Manuel			Villanueva del Fresno
Arboleda Silva, Ramón			Alconchel
Plácido Vargas González			“

Fonte internet, consultável em: <http://www.ceibm.org/alexca01100.html>

Hoy <http://www.hoy.es/20090510/regional/herederos-mauthausen-20090510.html>

Anexos

Capítulo 6

Lista das individualidades portuguesas presentes na festa da Falange Española Tradicionalista e das J.O.N.S. de Encinasola em Barrancos, divulgada a 19 de Junho de 1938 no jornal *Diario Odiel*, de Huelva (Tapada Pérez:1999:123)

D. Maria das Dores Blanco Garcia Fialho	Francisco Garcia Pérez
D. Maria das Dores Fialho Garcia	José Blanco Fialho
D. Dolores Pérez Vargas García	António Garcia Pérez
D. Remédios Ortega Pérez	Sebastião Macias Barroso (Administrador do Concelho de Barrancos)
D. Maria das Dores Ramires Garcia	António Vasquez Garcia (Presidente da Câmara Municipal)
D. Dolores Garcia Barroso	Alexandre Rosado Barroso (comandante)
D. Libania Chamorro Lema Marques	André Fialho Marques (vogal)
D. Leonor Fernandes Varregoso	José Maria da Silva Varregoso (Presidente da Junta de Freguesia)
D. Filomena Fernandes Escovar	
D. Maria Madalena Garcia Fernandes	António Pelicano Fernandes (vogal)
D. Palmira Patrício	José da Silva Patrício (Policia Internacional – PVDE)
D. Aurora Ribeiro Garcia	
D. Maria Estelite Raio Ortega	
D. Rosa Marques Garcia	
Maria das Dores Vasquez Pérez Blanco (solteira)	
Maria Ortega Pérez	
Dolores Ortega Pérez	José Augusto Garcia Fialho
Carolina Oliveira Escobar	António Balsa Escobar
Maria Estelite Ortega Raio	Manuel Pereira Janeiro
Remédios Ortega Raio	
Maria Rosa Marques Garcia	Manuel Cláudio Pulido
Maria Isabel Ortega Raio	Manuel Ortega Raio
Maria Alice Ortega Raio	Gaspar Ortega Raio
Inês de Palma Duarte	
Maria Lopes Boza	
	Jaime Nascimento (sargento da Guarda Fiscal)
Maria Pulido Vasquez	José Pulido Vasquez



Sección Femenina da Falange de Encinasola, em Barrancos (Arquivo Particular)



Gracia Velázquez e a irmã Antonia, quando eram alunas no colégio religioso

(Arquivo Particular)



Haber

Fermín Velázquez Vellarino

Como dije de la Carcel, sali sin destino por mi toable conduta, por que en la Consulta a que fue sometida mi salida se inclinaron en mi favor al no contar del pueblo si habia alguna incompatibilidad, y me exploraron la voluntad para que eligiese la residencia que yo quisiera fijar, lo hice para la Villa de Oliva de la Frontera en que tenia a toda mi vida un ojo, quedando al que llegué pero a la entrada del pueblo habia una pareja de guardias Civiles espáramelome, al montar al Camion en el cual yo viajaba le hicieron que parase y encorondose con un ojo no me dejaron ni siquiera unos minutos para ir de poder siquiera besar a mis hijos, esposa, y mi suegra que ya poroviamente habian me esperaban en la puerta de la Casa en que vivian, la que esta señalada con el nº 111 de Gobierno en la misma Carretera de Jerez a Oliva, haciendome un Cacheo en la misma Calle me quitaron todos los documentos, y me hacen cargar con los dos de las Matelas del equipaje que llevaba y metido entre los dos refuertes guardias me conducen al Ayuntamiento en donde se hallaban el Alcalde el Secretario, y el Suboficial de la Guardia Civil en espera de que yo llegase, allí vi otro nuevo Cacheo, me sacaron la firma, la Licencia de las Armas que me habia dejado en mi casa antes de la fuga, cuyas armas ya se las habian llevado al Cuartel de la Guardia Civil, esta comisionan en una Pistola Reglamentaria, y una Escopita marca Bufalo del calibre 12 de dos Camas que habia comprado en el año 1957 a la Casa Beristain, Compania de Barcelona, cuya escopita pude reconocer entre un monton de Armas que se hallaban en un Razon de la Pata de Armas. Allí fue nuevamente ofendido y vejado por el Suboficial que antes del movimiento fue Cabo del punto de la Figura de Vargas, el cual era conocido por el apodo del "Rejilete" por sus actos anti humanos con todo el personal que tubiera el, que trabesetaj, pues como no casaban los insultos contra mi persona, invoque al Senor Alcalde que era un joven de unos 18 o 20 años llamado Juan Fuentes hijo del que habia sido tambien Alcalde antes del movimiento que tambien se llama Juan Fuentes, pero como el citado Alcalde no respondia a mi llamada, aun cuando lo tenia presente, el citado tambien Suboficial aneci en un ofensa contra mi, y me cominaba para

Libro da Família Velázquez García (Arquivo Particular)



Soldado R.Inf.^a Castilla nº 16, 1918



Capitão da 2.^a C.^a 5.^o Batallón de Carbineros, 1938



Juan e Antónia – Aurélio e Gracia, foto de 1938



Álbum de Gracia Velázquez Garcia (Arquivo Particular)

Carta de Valeriana Garcia Macarro ao Auditor de Guerra, 1940 (Archivo Particular)

Excmo Sr.

Valeriana Garcia Macarro natural y vecina de esta Villa casada y provista de su correspondiente cedula personal, ante V. E. comparece con la mayor humildad y respeto y como mejor proceda en derecho dice:

Que encontrandose mi marido Fermin Velazquez Vellarino preso en la carcel de Larrinaga, segunda galeria calda nº 49 Bilbao y condenado a la ultima pena por el tribunal competente de Merida y firmada su sentencia por el Excmo Sr. Auditor de Guerra de mencionado sitio y teniendo en cuenta mi calidad de esposa abandonada a la caridad publica con cinco inocentes hijos desamparados y teniendo la firmisima seguridad de que la pena que se le impone a mi infortunado marido no esta en proporcion con las faltas por el cometidas, pues no en valde en los dos meses que estubo este pueblo bajo el dominio marxista, hizo objeto a todos los detenidos de todo genero de consideraciones y buenos tratos, evitando en no pocas ocasiones el que estos fueran sometidos a duras pruebas, contribuyendo con su autoridad a que los tantas veces citado presos fueran quemados con gasolina como era la intencion de las turvas asaltadas. ~~Se~~ ordenado se quitara la dinamita que los milicianos tenian colgada en las escuelas que servian de prision y la cual fue puesta sin su autorizacion, mudando a los mas significados elementos de derechos del calabozo inmundos que les servia de elementos a las escuelas, quitando de la Yglesia el cuartel que alli se habia instalado sin su permiso y mudandolo a otro sitio mas adecuado. En una palabra Excmo Sr. mi marido fue toda su vida y asi lo conoce el pueblo hombre de conducta ejemplar dedicado sus actividades unica y exclusivamente a sus deberes militares habiendo tenido el mismo comportamiento antes dicho en el desdichado tiempo que estubo en zonan roja.

Por todo lo expuesto: Suplico a V. E. que dando por presentada esta instancia se sirva admitirla y me sea concedida la merced de revisar la sentencia de mi desdichado en la seguridad de que le sera conmutado por otra inferior.

Es gracia que no dudo alcanzar de la reconocida benevolencia de V. E. y de su magnanimo corazon cuya vida para bien de la justicia que con tanto celo administra guarde Dios muchos años.
Oliva de la Frontera a 23 de Mayo de 1940

EXCM Sr. Auditor de Guerra en Madrid-----





Polícia Internacional
e de Defesa do Estado

N.º 2.264/S.C.I.

Roga-se que na resposta
se indiquem os números e
data deste officio.
Cada assunto separado.

Am 6/17

S. R.

*Entrada 4-420
de 41-7-507*

Exm^a. Senhor Presidente da Câmara Muni-
cipal do Concelho de

BARRANCOS

Encontra-se detido nesta Polícia o súbdito espanhol FERMIN VELASQUEZ VILLARINO, por estar indocumentado e ter entrado clandestinamente no País, tendo êle declarado que lhe tinha sido dado alojamento por MANUEL CLAUDIO, nos Montes denominados "Encomendo" e "Rio Gomes", no concelho de Moura.

Em face disso, foi oficiado à Câmara Municipal daquele concelho, solicitando que fôsse inquerido o dito locatário, sobre a veracidade dessa declaração, tendo aquela Câmara informado que, não pode satisfazer o solicitado por esta Directoria, visto o aludido locatário não residir ali, mas sim nêsse concelho, por presumir tratar-se de MANUEL CLAUDIO GASTÃO, proprietário da herdade "Rui Gomes" e arrendatário de um lote da "Contenda".

Nêstes têrmos, rogo a V.Ex^a. a finesa de mandar inquirir o aludido individuo, sobre a veracidade da declaração do súbdito espanhol acima mencionado.

A BEM DA NAÇÃO
Listoa, 29 de Julho de 1947

PELO DIRECTOR,
Jorge Pedreira
Jorge Pedreira

Inspector Adjunto

Poemas inéditos de Jacinto Velázquez (Archivo Particular)

HABLADURIAS

¿Que no tengo corazon?
¿Que soy un hombre de piedra?
¿Que ante el dolor y el peligro
ningun musculo me tiembla!
De mí eso dicen la gente,
Tan ignorantes y necias
que solo judgan al hombre
por la mascara de afuera.
¡Abrid mi pecho y vereis
lo que en este fondo encierra!
Que es una pena que llevo
tan callada y secreta
que no la cuento al mundo
no porque me de verguenza,
sino por temor que el Mundo
ni la sienta ni la comprenda.
Porque no quiero escuchar
el veneno de sus lenguas
¿Es que no haveis comprendido
que el que llora hacia fuera
lloramos que el que calla?
pues con su silencio haoga su pena
y se entristece su alma.
Solo una persona sabe
la lucha de mi existencia
ella es el furor perdido
que se busca y no se encuentra.
Ella es quien tiene la culpa,
de que yo tenga esta pena
¿Que no tengo corazon?
¡Ojala no lo tuviera!

FIRMA



DEDICATORIA A OLIVA DE LA FRONTERA

Adios Oliva de mi alma
me voy muy lejos de ti
pero, si vuelvo algun dia
es para hacerte feliz.
Recuerdo aquellos momentos
cuando me marché de ti,
el pueblo estaba arruinado
el tiempo que yo vivi,
las calles estaban sucias
las casas sin gobernar
las jentes eran humildes,
todas llenas de vondad
los ricos heran miserables
y ha los pobres humillaban
pagandoles dos reales
a cambio de una jornada,
pero, todo termina,
dictadura ya no manda
que mandamos las idquierdas
porque, asin lo quiso España.
Adios Oliva de mi alma
me voy muy lejos de ti,
pero, si vuelvo algun dia
es para hacerte feliz.
ya todo a terminado
démole gracias a Dios
porque siga democracia
para el pueblo es lo mejor.
El alcalde que dirijé
este pueblo con honor
no le volvais la espalda
es uno de lo mejor
las promesas que un dia
a las jentes revelara
nunca al las desfraudo.

Las calles todas asfaltadas
el agua ñcanalada
los colejios de los niños
y esa fuente iluminada
la Virjen de Gracia
tan replandeciente y tan blanca
y esos barrrenderos!
que de noche no descansan
para tener ese pueblo
tan limpio como la nacar
y los guardias que vigilan
¡ que maravilla!
ni siquiera parecen guardias!
porque hay tanta harmonia
que ni siquiera hace falta.
Adios Oliva de mi alma
me voy muy lejos de ti
pero, si vuelvo algun dia
es para hacerte feliz.
Arriba los oliveros
con valentia y henojo
se gana el Mundo entero,
no dejeis que los caciques
manden de nuevo al pueblo
ni dejeis a vuestros hijos
que se marchen al extranjero.
Con fé, fuerza, y amor
hay que defender al pueblo.
Los que se fueron hayer
lloraron de nuevo al verlo
algunos vuelven al pueblo
envejecidos y siniestros
a descansar y morir
en este pueblo tan nuestro.
Barcelona 6 de octubre de 1988



Relação das apreensões por exportação fraudulenta, Batalhão nº 2 da Guarda Fiscal, 3ª Companhia, Secção de Safara

Ano	Mês	Delito	Nome dos arguidos	Natureza das mercadorias	Apreensões	Valores	Pagamento de multas
1941	Nov.	Descaminho	Desconhecidos	Farinha de trigo, açúcar, batatas, tecido de algodão	6	<300\$00	Não pagas
	Dez.	Descaminho e Contrabando	14 - Casos desconhecidos 3 - Casos identificados (9 pessoas)	Farinha de trigo, grão-de-bico, arroz, tecido de algodão	17	<2.000\$00	Não pagas
1942	Jan.	Contrabando	8 - Casos desconhecidos 5 - Casos identificados (15 pessoas)	Farinha de trigo, tabaco, sabão e café	13	<3.000\$00	Pendentes
	Fev.	Contrabando	19 - Casos desconhecidos 3 - Casos identificados (4 pessoas)	Tabaco, farinha de trigo, açúcar, sabão, café e arroz	22	<5.000\$00	Pendentes
	Março	Contrabando	12 - Casos desconhecidos 13 - Casos identificados (33 pessoas)	Grão-de-bico, café em grão, batatas, sabão, farinha de trigo, açúcar, tabaco	25	<10.000\$00	Pendentes
	Abril	Contrabando	16 - Casos desconhecidos 7 - Casos identificados (18 pessoas)	Tabaco, farinha de trigo, açúcar, grão-de-bico, tecido de algodão	23	<4.000\$00	Pendentes
1947	Junho	Contrabando	1 - Caso desconhecido 2 - Casos identificados (4 pessoas)	Café em grão e farinha de trigo	3	<400\$00	Pendentes
	Julho	-	-	-	-	-	-
	Agosto	Contrabando	10 - Casos desconhecidos 1 - Caso identificado (1 pessoa)	Café em grão, 1 cabeça de gado muar, tabaco	11	<10.000\$00	Pendentes
	Setembro	Contrabando	10 - Casos desconhecidos	Café em grão, açúcar	10	<3.000\$00	Pendentes
	Outubro	Contrabando	4 - Casos desconhecidos 1 - Caso identificado	Café em grão, açúcar	5	<1.500\$00	Pendentes
	Novembro	Contrabando	4 - Casos desconhecidos	Café em grão torrado, açúcar	4	<1.200\$00	Pendentes
1948	Dezembro	Contrabando	2 - Casos desconhecidos	Açúcar, café em grão torrado	2	<1.000\$00	Pendentes
	Jan.	Contrabando	7 - Casos desconhecidos	Café em grão	7	<3.000\$00	Pendentes
	Fev.	Contrabando	4 - Casos desconhecidos 1 - Caso identificado (1 pessoa)	Café em grão torrado	5	<900\$00	Pendentes
1949	Outubro	Contrabando	7 - Casos desconhecidos	Café em grão torrado, farinha de trigo	7	<3.000\$00	Pendentes
	Janeiro	Contrabando	12 - Casos desconhecidos	Café em grão torrado e cru	12	<11.000\$00	Pendentes
1950	Dezembro	Contrabando	5 - Casos desconhecidos 3 - Casos identificados	Café em grão torrado	8	<10.000\$00	Pendentes
	Setembro	Contrabando	6 - Casos desconhecidos	Café em grão torrado	6	<3.500\$00	Pendentes
	Outubro	Contrabando	2 - Casos desconhecidos		2	<1.500\$00	Pendentes
1951	Novembro	Contrabando	4 - Casos desconhecido 1 - Caso identificado (3 pessoas)	Café em grão torrado	5		Pendentes
	Janeiro	Contrabando	1 - Caso desconhecido	Café em grão torrado	1	<1.500\$00	Pendente

Fonte: Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Gabinete do Ministério das Finanças, série 13 – Guarda Fiscal, sub-série: 13.2 – Apreensões de Mercadorias

Contrabandistas identificados pela Secção de Safara

Data	Nome dos arguidos	Mercadoria apreendida	Valor	Notas recolhidas em Barrancos
20/12/1941	António Martins Sena, Tomás Infante e Infante	Sabão	631\$40	Grupo de St.º Aleixo
30/12/1941	Daniel Bregano Marques, José Daniel Pinto, José Dias Pinto, <u>Francisco Rodrigues Borralho</u>	Café e grão-de-bico	172\$00	Grupo de Barrancos Pai de António Borralho
21/1/1942	Francisco Mouro Chaparro e Joaquim Lucas	Farinha de trigo	75\$00	Grupo de Sr.º Aleixo
25/1/1942	Rafael Romeiro, Trestanho, Manuel Cortez Vasquez, Francisco Trigó Gomes e António Serrano	Farinha de trigo, tabaco e grão de bico	126\$00	Idem
25/1/1942	Domingos Baião	Farinha de trigo	46\$80	Idem
27/1/1942	Manuel Ruivo Gabino (Manuel Rubio Gavino)	Pão cozido, linguiça, laranjas	5\$30	Julgado em Moura por “crime de emigração clandestina” a 27/7/1941 Irmão de Agostinho Gavino Carvalho
29/1/1942	Joaquim Convento, José Rita	Farinha de trigo	80\$80	St.º Aleixo
21/2/1942	Manuel Estevens Caixeiro	Farinha de trigo e 2 cabeças de gado asinino	68\$00	Idem
2/3/1942	José Domingos Marta	Farinha de trigo, batatas, tecido de algodão, pão cozido, chocolate e tabaco	123\$00	“

7/3/1942	Albano Mendes, Bento Moças, José Mendes Pires, Manuel Miranda	Farinha de trigo	60\$00	“
11/3/1942	António Leal Garcia	Pão cozido	9\$00	Padeiro em Barrancos
11/3/1942	António Baptista	Farinha de trigo e 1 cabeça de gado asinino	28\$10	St.º Aleixo
14/3/1942	José Fialho Rebolinho	Farinha de trigo	14\$40	Idem
15/3/1942	Gaspar Neves	Farinha de trigo	28\$80	“
15/3/1942	Romão Mendes Penteadado, Gregório Penteadado Lopes	Farinha de trigo	43\$20	“
18/3/1942	José Valente Miguel	Farinha de trigo	32\$25	“
20/3/1942	Francisco Florêncio Coelho, <u>André Montes Bergano</u>, <u>Manuel Nunes Caiadas</u>, <u>André Garcia Gomes</u>	Café em grão, sabão, tabaco, açúcar, 1 bicicleta	2.006\$50	Pai de Mª José Bergano, pai de Domingos Caiadas e irmão de Pepe Gomes (denunciante)
20/3/1942	Francisco Florêncio Coelho, Domingos Varela Escoval, Silvestre Varela Escoval, Francisco Varela Escoval	Sabão	225\$00	Grupo de Barrancos “Os Contenda”
23/3/1942	José Rosa Boneco, Francisco Cachopo	Farinha de trigo	62\$40	St.º Aleixo
24/3/1942	Bento Ramos, António Gonçalves Murta, Mário Domingues, André Dias Gil, Tomaz Ramalho Badé, Manuel da Silva Santos, António Calhanas, Francisco Martins Serra, Fernando Bregano Marques, Mário Botelho de Sousa	Grão-de-bico, batatas e sabão	3.870\$00	Grupo de Stº Aleixo
28/3/1942	Jacinto Pica Alves	1 Cabeça de gado muar	600\$00	Barrancos, alcunha “O Cano”

6/4/1942	Francisco Maria e José dos Santos Lopes	Farinha de trigo	46\$80	St.º Aleixo
7/4/1942	Manuel Joaquim Fraústo, Capitolina Gouveia	Farinha de trigo	85\$50	“
9/4/1942	Maria Dias Ponce, Francisca Dias Guapo, Xavier Dias Guapo, Maria Chibita, Maria Raimunda Correia, Maria Agostinha, Maria Angelina Raimunda Correia	Pão cozido	4\$00	Grupo de Rosal de la Frontera
19/4/1942	Francisco Matias Valente, Manuel Matias Valente, Maria Custódia Valente, José António Sacristão	Farinha de trigo, gado asinino	857\$00	Grupo de St.º Aleixo
22/4/1942	Manuel Branco Baião	Tabaco, café, gado asinino	208\$60	St.º Aleixo
22/4/1942	José Bulhas Catarrunhas	Farinha de trigo, gado asinino	412\$00	Idem
27/5/1942	Manuel do Rosário Pais	Tabaco	70\$00	“
13/6/1942	Ana Gato Galhoz	grão de bico, café em grão, açúcar, sabão, tabaco, vinho, papel de fumar, linhas, tecido de algodão, gado asinino	50\$00	Encinasola
13/6/1942	Joaquina Rosa	farinha de trigo, grão de bico, café de grão, sabão, café de cevada, tabaco, pão cozido, gado asinino	43\$00	?
19/2/1947	José Marcelo Sutelo, Manuel Justo Martins, Manuel Abade Martins	Café em grão	180\$00	?
20/2/1947	António Janeiro Escoval	Café em grão torrado	117\$80	Barrancos
3/8/1947	Francisco Pica Mendes	Café em grão torrado	378\$00	Barrancos, soldado reformado da GNR

1/10/1947	Tomaria Maia Hernandez, Marcolina Hernandez Carretera e Candelária Gonzales Marin	Açúcar, café em grão torrado, farinha de trigo	113\$00	Encinasola
7/2/1948	José António Chamorro	Café torrado em grão	450\$00	Barrancos
8/12/1949	António Machado, Henrique dos Santos, Guerreiro, Francisco dos Santos Limpo	Café em grão torrado	972\$00	Grupo de Barrancos
11/12/1949	José Neves Gato	Café em grão torrado, sacas de linhagem	454\$00	St.º Aleixo
26/12/1949	António Burgos Torrado	Café em grão torrado	3.546\$00	Barrancos, primo de Domingos Caiadas
22/11/1950	Lucrecia Peres, Ermoço e Maria Roque Moreno	Café em grão torrado	90\$00	Encinasola

Fonte: Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, Gabinete do Ministério das Finanças, série 13 – Guarda Fiscal, sub-série: 13.2 – Apreensões de Mercadorias

Expedientes dos processos internos da Prisão Provincial de Huelva

Nome	Naturalidade	Residência	Entrada	Saída	Delito	Registro
José Garcia Fernandes	Barrancos	-	12/8/1933	23/2/1934	Contrabando	7458/038
Francisco António Correia	Idem	-	13/9/1934	29/10/1934	Incêndio	7454/041
Francisco Ramos Domingues	“	-	22/10/1934	16/12/1934	Governativo	7464/052
Domingos Escobar Gordilho	“	Barrancos	14/3/1935	31/3/1935	Governativo	7471/047
Josefa Rodrigues Jimenez	“	-	21/1/1937	31/1/1937	Governativo	7500/041
Manuel Pelicano Sequeira	“	-	9/5/1937	20/8/1937	Posse de armas	7499/070
André Franco Domingues	“	-	13/12/1941	15/12/1941	-	7544/010
António Rodrigues Reganha	“	Barrancos	19/4/1942	28/5/1942	Contrabando monetário	7586/052
Manuel Pão Duro Abade	“	Idem	2/6/1942	12/7/1942	-	7583/058
José Fernandes Torilo	-	“	2/6/1942	12/7/1942	-	7574/039
Manuel Samarro Vargas	Barrancos	“	14/3/1944	16/4/1944	-	7634/025
Esteban Abade Cumprido	Idem	“	11/9/1944	30/9/1944	-	7613/003

Fonte: Archivo Histórico Provincial de Huelva

Arquivo Particular



Homenagem às vítimas republicanas em Oliva de la Frontera, 21 de Setembro de 2006



Homenagem ao Povo de Barrancos e ao tenente António Augusto de Seixas em Oliva de la Frontera, 23 de Abril de 2010

